

EDWARD McNALL BURNS

História da
**CIVILIZAÇÃO
OCIDENTAL**

*Do Homem das Cavernas
Até a Bomba Atômica*



EDITORA GLOBO

EDWARD McNALL BURNS
PROFESSOR DE HISTÓRIA DA RUTGERS UNIVERSITY

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

Volume II

**Tradução de LOURIVAL GOMES MACHADO, LOURDES SANTOS
MACHADO e LEONEL VALLANDRO**

2a. EDIÇÃO

5a. impressão

**Revista e atualizada de acordo com a 4a. edição
norte-americana**

Mapas de LIAM DUNNE



EDITORA GLOBO

ÍNDICE DA MATÉRIA

Volume II

PARTE 6 — A CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL MODERNA (1789-1914): DEMOCRACIA, NACIONALISMO, INDUSTRIALISMO

Capítulo 21. A Revolução Francesa (1789-1799)

1. As causas da Revolução Francesa
2. A derrubada do velho regime
3. Os bons e os maus frutos da Revolução

Capítulo 22. A época do romantismo e da reação (1800-1830)

1. O significado de Napoleão
2. O Congresso de Viena e o Concerto Europeu
3. O triunfo do conservantismo no domínio das idéias
4. O romantismo na literatura e nas artes

Capítulo 23. A Revolução Industrial dos séculos XIX e XX

1. O complexo de causas
2. Por que a Revolução Industrial começou na Inglaterra
3. Homens e máquinas dos primeiros tempos
4. A Segunda Revolução Industrial
5. A sociedade na era da máquina
6. As novas doutrinas sociais e econômicas

Capítulo 24. A ascendência da democracia e do nacionalismo (1830-1914)

1. A evolução da democracia na Grã-Bretanha
2. Democracia e nacionalismo na França
3. Democracia e nacionalismo na Europa Central
4. Democracia e nacionalismo na Europa Oriental
5. Movimentos em prol da reforma social
6. O novo imperialismo
7. A política de poder e a paz armada

Capítulo 25. A ascensão dos Estados Unidos

1. A juventude da nação
2. A verdadeira Revolução Americana

3. A volta à reforma
4. Os Estados Unidos e o mundo

Capítulo 26. Progresso intelectual e artístico durante a época da democracia e do nacionalismo

1. O apogeu da ciência
2. As novas tendências filosóficas
3. A época do realismo na literatura
4. O nascimento da arte moderna
5. A música na época da democracia e no nacionalismo

PARTE 7 — A CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL MODERNA, 1914: NACIONALISMO, DEMOCRACIA, DITADURA

Capítulo 27. A primeira guerra mundial

1. As causas subjacentes da guerra
2. O caminho de Harmagedon
3. A prova de sangue
4. A paz dos vencedores

CAPÍTULO 28. Ditadura e democracia entre duas guerras

1. A revolução fascista na Itália
2. O triunfo nazista na Alemanha
3. O regime comunista na Rússia
4. As democracias entre duas guerras

Capítulo 29. A volta à anarquia internacional

1. O fracasso da paz wilsoniana
2. Tentativas de salvar a paz
3. O fracasso do desarmamento
4. O fracasso da recuperação econômica
5. Na senda de Munique

Capítulo 30. A segunda guerra mundial

1. Causas subjacentes
2. O início das hostilidades
3. A guerra torna-se global
4. Objetos de guerra e planos de paz

Capítulo 31 O mundo criado pela vitória

1. A revolução da nossa era
2. Novas relações de poder
3. Os Estados Unidos como potência mundial
4. A Rússia como grande potência
5. Nacionalismo versus internacionalismo

Capítulo 32. Cultura contemporânea (1918-1953)

1. Progressos revolucionários da ciência
2. A filosofia no mundo contemporâneo
3. A literatura no mundo contemporâneo
4. Artes plásticas e música contemporâneas
5. Governantes dos principais Estados europeus (700-1953 d.C.).

Índice alfabético

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

Volume II

GRAVURAS FORA DO TEXTO

"O Baile", de Abraão Bosse

Oficina de impressão da Renascença

O anti-semitismo no século XVII

"Campônios Dançando", de Dürer

"Escola do século XVII", de Abraão Bosse

"Loja de sapatos do século XVII", de Abraão Bosse

"Miss Sparrow", de Thomas Gainsborough

"Cena matutina em Londres", de William Hogarth

"A Tourada", de Goya

"Cabalando votos", de Hogarth

Construção manual de uma carruagem

"A carruagem do 'Lord Mayor' nas ruas de Londres", de Hogarth

Primoroso salão de música rococó

Uma tecelagem do século XVIII

Estampadora de algodão

O processo Bessemer na fabricação de aço

Fiação mecânica na Inglaterra

O primeiro sistema de iluminação elétrica de Nova York
Uma das primeiras impressoras modernas
Um laminador contínuo para aço
Um caço gigantesco despeja aço nos moldes de lingotes
Enorme estampadora e cortadora
Tenda de oxigênio feita de lucite
O "Adriatic" da linha Collins
Um transatlântico de após-guerra
O primeiro trem a entrar na cidade de Washington
Trem moderno aerodinâmico
Um DC-6 sobrevoando as nuvens
"O Rapto de Rebeca", de Eugène Delacroix
"Mulher com ancinho", de Millet
"O Pensador", de Auguste Rodin
"Carro de 3ª. classe de estrada de Ferro", de Honoré Daumier
"Paisagem", de Cézanne
"Almoço de remadores", de Renoir
"O Modelo", de Picasso
"Noite estrelada", de Van Gogh
"A lição de piano", de Matisse
"Paisagem taitiana", de Gauguin
"Colhedores de algodão", de Thomas Benton
"Europa e o Touro", de Carl Milles
"Pássaro no espaço", de Constantin Brancusi
"Tarde de novembro", de Charles Burchfield
Ceifa de centeio com um ceifador de mão
A primeira segadeira do mundo
Uma combinação nos campos de trigo de Idaho
Fazendo o deserto florir
Um mascote de campanha
Nova York na década dos 80
Desfile de bicicletas em Newport
Carrossel em Paris
Cortiços em Londres, em 1860
Estilo funcional aplicado a um arranha-céus moderno
Fábrica em estilo moderno
Casa inglesa em estilo funcional
Edifícios de apartamentos da cidade de Nova York
Salão de recepção georgiano

Interior Luís XV
Interior vitoriano
Praça Vermelha de Moscou
Fábrica de Automóveis Stalin, em Moscou
Distribuição preliminar de lucros numa granja coletiva
Depois da batalha de Tarawa
Escola para crianças mutiladas, na Itália
Refinaria de petróleo na Arábia Saudita
Oleoduto através do deserto árabe
Uma colônia agrícola sionista
Orquestra popular em Israel
A produção de cimento em Israel
Explosão experimental de uma bomba atômica
O ciclotrônio da Universidade da Califórnia
Sede das Nações Unidas, em Nova York
A "ponte aérea" de Berlim, em 1948
O Império napoleônico no seu apogeu
A Europa depois do Congresso de Viena
As nações e os povos da Europa
Distribuição dos rendimentos pessoais nos Estados Unidos em 1949
Crescimento da Alemanha
A Europa depois do Congresso de Berlim
Desmembramento do Império Otomano
As grandes potências e o imperialismo na Ásia
O imperialismo europeu na África
A Europa nas vésperas da primeira guerra mundial
Modificações territoriais resultantes da primeira guerra mundial
O Império Britânico
A Europa nas vésperas da segunda guerra mundial
A conquista do Japão
O custo da guerra moderna
A vitória sobre o Eixo
Poços de perigo no Extremo Oriente
A organização das Nações Unidas
Os Estados Unidos e seus compromissos e a União Soviética e as áreas dominadas pelo comunismo

HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

PARTE 6 - A CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL MODERNA (1789-1914): DEMOCRACIA, NACIONALISMO, INDUSTRIALISMO

Com a Revolução Francesa, tem início uma segunda fase da história da civilização ocidental moderna. Foi profunda a influência exercida sobre o mundo moderno por esse acontecimento, que adveio entre os anos de 1789 e 1799. Liquidou o mercantilismo e os remanescentes do feudalismo, contribuindo assim para estabelecer a supremacia política da classe média. Foi, além disso, uma das fontes principais do nacionalismo militante, do individualismo econômico e do princípio da soberania das massas. Vários destes resultados — em especial o nacionalismo, a democracia e a supremacia da classe média — persistiram durante todo o século passado e o começo do nosso, podendo ser contados entre os característicos dominantes dessa época. Não devemos esquecer, ao mesmo tempo, que a história das nações ocidentais desde a Revolução Francesa até o deflagrar da Primeira Guerra Mundial foi radicalmente condicionada por outros fatores. Entre eles, o mais relevante foi a Revolução Industrial, que se iniciou por volta de 1760 e se prolongou até os nossos dias. Foram consequências de monta dessa revolução a urbanização da vida moderna, o aparecimento de novas classes sociais e de novas filosofias econômicas e políticas, o renascimento do imperialismo e uma melhora geral dos padrões de vida. Permitindo, além disso, que os países sustentassem uma população muito maior do que teria sido possível sob um regime de economia agrícola, ela contribuiu para o notável aumento da população européia, que em 1914 ultrapassava já o dobro da de 1789.

CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL MODERNA, 1789-1914

AMÉRICA	GRÃ-BRETANHA	EUROPA OCIDENTAL	EUROPA CENTRAL E ORIENTAL
O Grande Despertar, 1740-1810	Invenção da máquina a vapor, 1769 William Wordsworth, 1770-1850 Início do sistema fabril, ca. 1770	Fisiocratas, 1750-1800	Beethoven, 1770-1827
Revolução Americana, 1775-1783 Declaração de Independência dos E. Unidos 1776	Adam Smith, <i>A riqueza das nações</i> , 1776 Economia clássica, 1776-1830		Emanuel Kant, <i>Crítica da Razão Pura</i> , 1781
Constituição dos E. Unidos adotada, 1787 Barco a vapor de John Fitch, 1788		Declaração dos Direitos do Homem na França, 1789 Revolução Francesa, 1789-1799	Friedrich Liszt, 1789-1846
	Utilitarismo, 1790-1870		
Carta de Direitos, 1791 Thomas Paine, <i>Os Direitos do Homem</i> , 1791	Edward Jenner inventa a vacina contra a varíola, 1796		
Revolução jacksoniana, 1828-1837		Golpe de estado de Napoleão, 1799 Romantismo na literatura e nas artes, 1800-1900 Victor Hugo, 1802-1885 Primeiro Império Francês, 1804-1814	F. Schubert, 1797-1828
	Renascimento da teoria atômica, 1810 Charles Dickens, 1812-1870		
Doctrina de Monroe, 1823		Batalha de Waterloo, 1815	Richard Wagner, 1813-1883 Congresso de Viena, 1814-1815 Decretos de Carlsbad, 1819 Feodor Dostoiévski, 1821-1881

Capítulo 21

A Revolução Francesa (1789-1799)

Profundas modificações assinalam a história política da última parte do século XVIII. Esse período assistiu à agonia do sistema peculiar de governo e de estruturação social que se desenvolvera na época dos déspotas. Na Inglaterra tal sistema se achava praticamente abolido por volta de 1689, mas ainda persistia em outras partes da Europa, ossificando-se e corrompendo-se cada vez mais com o passar dos anos. Floresceu em todos os países maiores sob a influência combinada do militarismo e da ambição, por parte dos monarcas, de consolidarem o seu poder a expensas dos nobres. Mas quase não houve lugar em que se apresentasse sob uma forma tão abominável como na França, durante o reinado dos três últimos Bourbons. Luís XIV foi a encarnação suprema do poder absoluto. Seus sucessores, Luís XV e Luís XVI, arrastaram o governo aos derradeiros extremos da extravagância e da irresponsabilidade. Além disso, os súditos desses reis eram bastante esclarecidos para sentirem vivamente os seus agravos. Não é de estranhar, portanto, que a França tenha sido o teatro de violenta sublevação para derribar um regime que desde muito vinha sendo odiado e desprezado pelos cidadãos mais inteligentes do país. Não estaremos muito errados se interpretarmos a Revolução Francesa como o clímax de um século de oposição que tomara corpo pouco a pouco, oposição ao absolutismo e à supremacia de uma aristocracia decadente.

1. AS CAUSAS DA REVOLUÇÃO FRANCESA

Para facilidade de estudo, podemos dividir as causas da Revolução Francesa em três categorias principais: políticas, econômicas e intelectuais. Esta divisão, naturalmente, é um tanto arbitrária, por não existir verdadeira distinção entre as classes consideradas. As causas intelectuais, por exemplo, e até certo ponto também as políticas, eram em grande parte econômicas na sua origem. Não obstante, visando uma simplificação do assunto, podemos considerá-las em separado. Uma das principais causas políticas já foi mencionada: o governo despótico dos Bourbons. Durante quase duzentos anos o governo da França tinha sido uma autocracia. Nos séculos XIV, XV e XVI havia-se reunido com intervalos irregulares uma espécie de parlamento conhecido como os Estados Gerais e

composto de representantes do clero, da nobreza e do povo. Depois de 1614, porém, não tornou a ser convocado. Daí por diante foi o rei o único detentor do poder soberano. Num sentido muito real, era ele o estado. Podia fazer quase tudo que a sua vontade imperiosa ditasse, sem receio de "impeachment" ou de restrições legislativas de qualquer espécie. Escusava de preocupar-se com questões de constitucionalidade ou relativas aos direitos naturais dos seus súditos. Podia atirar homens à prisão sem processo, bastando para isso uma ordem real, ou lettre de cachet. Podia impedir qualquer crítica à sua política impondo uma censura rígida à imprensa ou restringindo a liberdade de palavra. Deve-se convir, no entanto, que a tirania dos reis franceses tem sido amiúde exagerada. Na prática, houve relativamente pouca interferência no que os homens escreviam ou diziam, em especial durante os reinados de Luís XV e Luís XVI. Nenhuma ação desses monarcas coibiu o espírito mordaz de Voltaire ou suprimiu os livros radicais de Rousseau. Pelo contrário, os ataques destes e de outros filósofos aumentaram de virulência à medida que se aproximava a Revolução. A explicação, já se vê, não deve ser procurada num possível liberalismo de Luís XV ou de seu atoleimado neto, mas antes na indiferença de ambos para com a política.

Uma segunda causa política da Revolução Francesa foi o caráter ilógico e caótico do governo. A confusão reinava em quase todos os setores. A estrutura política resultava de um desenvolvimento longo e irregular, iniciado na Idade Média. Novos órgãos tinham sido criados de tempos a tempos para tratar de questões particulares, sem que se levassem em consideração os já existentes. Em consequência havia grande superposição de funções e numerosos funcionários sem nenhuma utilidade recebiam emolumentos dos cofres públicos. Conflitos de jurisdição entre repartições rivais amiúde atrasavam, durante meses a fio, a solução de problemas de vital importância. Por quase toda parte as qualidades dominantes do sistema eram a ineficiência, o desperdício e o suborno. Mesmo nos assuntos financeiros não havia mais regularidade do que em outros ramos da administração pública. Não só o governo funcionava sem orçamento mas também raramente havia escrituração. Tampouco se fazia uma distinção clara entre as rendas do rei e as do estado. Pior ainda era o proceder-se sem regra alguma à arrecadação dessas rendas. Ao invés de nomear coletores oficiais, o rei usava o antigo sistema romano de arrendar a arrecadação a corporações particulares e a indivíduos, permitindo que

retivessem como lucro tudo que conseguissem arrancar do povo além da soma estipulada. Condições semelhantes de desorganização prevaleciam no campo do direito e das normas judiciais. Quase todas as províncias da França tinham o seu código especial baseado nos costumes locais. Destarte, um ato punível como crime no sul do país, onde era mais forte a influência romana, podia ser inteiramente ignorado pela lei numa província do centro ou do norte. Essa falta de uniformidade era sobretudo mortificante para as classes comerciais, amiúde envolvidas em transações com partes distantes do país.

A causa política mais decisiva veio, provavelmente, das guerras desastrosas a que se lançou a França no século XVIII. As revoluções não se fazem com ataques esporádicos a um sistema ainda no seu verdor, por mais opressiva que seja a política deste. Antes que possa verificar-se uma grande sublevação política e social (que e como cumpre definir uma revolução verdadeira) parece ser necessário que ocorra um quase colapso na ordem existente. Alguma coisa precisa acontecer para produzir uma condição de caos, pondo a nu a incompetência e a corrupção do governo e provocando tal gravame e aversão que muitos daqueles que até o momento defendiam o antigo regime se voltem contra ele. Nada melhor para conseguir tal fim do que uma derrota humilhante, ou pelo menos sérios reveses num conflito com uma potência estrangeira. Na verdade, é quase impossível conceber qualquer das grandes revoluções modernas senão como consequência de guerras longas e desastrosas. O primeiro dos conflitos que prepararam o terreno para a Revolução Francesa foi a Guerra dos Sete Anos (1756-63), travada durante o reinado de Luís XV. Nessa luta a França bateu-se contra a Inglaterra e a Prússia e, a despeito do auxílio da Áustria e, por algum tempo, da Rússia, sofreu uma derrota esmagadora. Em resultado a França viu-se compelida a entregar quase todas as suas possessões coloniais. Era natural, e aliás bastante justificável, que a culpa dessa catástrofe fosse atribuída à incompetência do governo. Os efeitos do golpe agravaram-se ainda quando Luís XVI decidiu, 1778, intervir na Guerra da Independência Americana. Se bem que a França se achasse desta vez ao lado dos vencedores, o custeio das frotas e dos exércitos no Hemisfério Ocidental, durante mais de três anos, arruinou virtualmente o governo. Como veremos, foi essa condição de angústia financeira em face de uma carga intolerável de dívidas a causa direta do atrito entre o rei e a classe média e do consequente desencadeamento da revolução.

Passando às causas econômicas da Revolução Francesa, devemos notar antes de tudo que o sofrimento generalizado entre as massas populares não foi uma delas. A difundida crença que a revolução se desencadeou porque a maioria do povo curti a fome por falta de pão e a rainha disse "comam bolo" está longe de ser uma verdade histórica. Apesar da perda do seu império colonial, a França nas vésperas da Revolução era ainda uma nação rica e próspera. Havia mais de dois séculos que a burguesia francesa se locupletava com os lucros de um comércio expansionista, enquanto as classes inferiores colhiam pelo menos algumas migalhas caídas da mesa dos ricos. É mesmo opinião dos historiadores modernos que os camponeses da França no século XVIII desfrutavam uma situação superior à dos camponeses dos demais países da Europa, com exceção da Inglaterra. Que essa situação tendia ainda para melhorar, provam-no o declínio da servidão durante o século que precedeu a Revolução e o fato de que uma proporção cada vez maior de camponeses se tornavam proprietários de terra. Havia, sem dúvida, muita miséria entre os moradores dos bairros pobres de Paris, sobretudo durante o rigoroso inverno de 1788-89. Mas não foi essa gente que fez a Revolução; apenas participou dela após ter sido deflagrada por outros. Nunca será demais acentuar que a Revolução Francesa foi desencadeada como um movimento da classe média. Seus objetivos iniciais interessavam principalmente à burguesia. Como os líderes dessa classe necessitassem do apoio de uma percentagem maior da população, endossaram naturalmente as queixas dos camponeses. Mas os proletários pobres foram pouco menos que esquecidos.

Quais foram, então, as verdadeiras causas econômicas? Talvez devamos colocar em primeiro lugar na lista a ascensão da classe média a uma posição de extraordinário poder e prestígio. A emergência de um novo grupo econômico com o sentimento dos agravos sofridos e da sua própria força e importância parece ser condição necessária ao deflagrar de qualquer revolução. Essa classe nunca se compõe de míseros rebotalhos humanos, desgraçados, famintos e desesperados. Pelo contrário, suas fileiras devem estar imbuídas de um sentimento de confiança inspirado pelo sucesso prévio e fortalecido pela crença de que um esforço a mais trará maiores vantagens no futuro. Durante os anos de prosperidade que precederam a Revolução a burguesia francesa passou a ser a classe econômica dominante. Fora a terra, quase toda a riqueza produtiva estava em suas mãos. Controlava os recursos do comércio, da manufatura e das finanças. Além disso, parece que

os seus membros cada ano se tornavam mais ricos. Em 1789 o comércio exterior da França alcançou o total jamais atingido de 1.153.000.000 de francos. Mas o efeito principal dessa prosperidade crescente foi avivar o descontentamento dos burgueses. Por mais dinheiro que acumulasse um negociante, um industrial, um banqueiro ou um advogado, os privilégios políticos continuavam a ser-lhe negados. Não tinha quase nenhuma influência na corte, não podia partilhar das honrarias mais altas e, com exceção da escolha de alguns funcionários locais sem importância, não podia sequer votar. Além disso, era olhado como um inferior pela nobreza ociosa e frívola. De tempos a tempos, um orgulhoso conde ou duque consentia no casamento de seu filho com a herdeira de um rico burguês; mas depois, era provável que seguisse o costume de aludir a esse casamento como a "adubagem de suas terras". À medida que a classe média se tornava mais opulenta e mais cônica da sua própria importância, era inevitável que os seus membros passassem a melindrar-se com tais tentativas de discriminação social. Mas o que acima de tudo fez da burguesia uma classe revolucionária foi os grandes comerciantes, financistas e industriais pretenderem um poder político correspondente à sua posição econômica.

Entretanto, as pretensões políticas não foram a única consequência da crescente prosperidade da classe média: também se clamava cada vez mais pelo abandono da política mercantilista. Em tempos passados o mercantilismo fora entusiasticamente acolhido pelos mercadores e manufactureiros, porque proporcionava novos mercados e incentivava o comércio. Mas isso fôra no início da Revolução Comercial, quando o comércio ensaiava ainda os primeiros passos. À medida que o comércio e a indústria se desenvolviam durante os séculos subsequentes a burguesia adquiria cada vez mais confiança na sua capacidade de se manter por si própria. Resultava daí uma tendência crescente para considerar os regulamentos mercantilistas como restrições opressivas. Os comerciantes viam com maus olhos os monopólios de que gozavam companhias protegidas e a interferência na sua liberdade de comprar em mercados estrangeiros. Os industriais irritavam-se com as leis de controle dos salários, com o tabelamento de preços e as restrições impostas à aquisição de matérias-primas fora da França e de suas colônias. Tais eram apenas algumas das mais incômodas regulamentações aplicadas por um governo que agia com o duplo objetivo do paternalismo e da auto-suficiência econômica. Em tais condições, talvez não seja de espantar que viesse a

classe média a encarar a pura liberdade económica como um paraíso que merecia ser conquistado a qualquer preço. Seja como for, dificilmente pode haver dúvidas quanto a ter sido uma das principais causas da Revolução Francesa o desejo, por parte dos homens de negócio, de se livrarem do mercantilismo.

Um terceiro fator, de carácter precipuamente económico e que muito contribuiu para acender o rastilho da Revolução Francesa, foi o sistema de privilégios arraigado na sociedade do velho regime. Antes da Revolução, a população da França se dividia em três grandes classes ou "estados": a primeira se compunha do clero, a segunda dos nobres e a terceira do povo. O Primeiro Estado compreendia, na realidade, duas categorias diferentes: 1) o clero superior, composto dos cardeais, arcebispos, bispos e abades, e 2) o clero inferior, formado pelos padres das paróquias. Embora todos esses servidores da Igreja passassem por fazer parte de um grupo privilegiado, um vasto abismo separava os dois níveis. Os membros do clero inferior eram amiúde tão pobres quanto os seus mais humildes paroquianos e em geral tendiam para simpatizar com o homem comum. O clero superior, em contraste, vivia na abundância e privava com as rodas elegantes e alegres da corte. Não compreendendo mais que 1% da população total, possuía, não obstante, cerca de 20% de toda a terra, sem falar de enormes riquezas compostas de castelos, obras de arte, ouro e jóias. Muitos bispos e arcebispos tinham rendimentos que orçavam em centenas de milhares de francos. Como é natural, muitos desses opulentos prelados pouco se interessavam pelos assuntos religiosos. Alguns se envolviam na política, ajudando o rei a manter o poder absoluto. Outros jogavam ou cultivavam vícios ainda mais escandalosos. Não se pode, certamente, afirmar que todos fossem depravados e remissos no cumprimento dos seus deveres profissionais, mas o número dos corruptos, prepotentes e viciados era bastante grande para convencer muita gente de que a igreja estava podre até o cerne e os seus próceres roubavam o povo e dilapidavam os recursos da nação.

O Segundo Estado, que compreendia a nobreza secular, dividia-se também em duas castas subordinadas. No alto estavam os "nobres da espada", cujos títulos remontavam aos suseranos feudais da Idade Média. Abaixo deles colocavam-se os "nobres da toga", cujos avós tinham comprado algum cargo judicial que lhes conferia um título de nobreza e o direito de usar uma imponente beca de magistrado. Se bem que comumente

menosprezados pelos seus colegas de linhagem mais antiga, os nobres da toga formavam sem contestação possível o elemento mais inteligente e progressista das classes superiores. Vários deles se tornaram reformadores ardorosos e alguns desempenharam papel proeminente na própria Revolução. Pertenciam a esta categoria críticos famosos da ordem estabelecida como Montesquieu, Mirabeau e Lafayette. Eram "os nobres da espada que realmente constituíam a classe privilegiada do Segundo Estado. Monopolizavam, juntamente com o clero superior, as principais posições do governo, delegando o verdadeiro trabalho a subordinados. Donos, embora, de vastas propriedades rurais, residiam habitualmente em Versalhes e confiavam aos seus intendentos e mordomos a tarefa de arrancar aos camponeses o suficiente para atender às suas necessidades suntuárias. Entre esses perdulários de sangue azul raros eram, na verdade, os que desempenhavam alguma função útil. Pareciam acreditar que os seus únicos deveres para com a sociedade fossem adular o rei, cultivar os refinamentos da vida da corte e, de quando em quando, proteger a arte clássica decadente. Num sentido muito real, a maioria deles eram parasitas a consumir uma riqueza que outros produziam com o suor do seu rosto.

Entre os mais valiosos privilégios do clero e da nobreza contavam-se os relativos aos impostos, e o iníquo sistema tributário pode ser considerado como outra causa econômica da Revolução Francesa. Muito antes de 1789 os impostos tinham passado, naquele país, a se agrupar em dois tipos principais. Primeiro havia os impostos diretos, que compreendiam a "talha", ou imposto sobre a propriedade real e pessoal; a "capitação", ou imposto por cabeça; e a "vintena", ou imposto sobre a renda, a princípio na proporção de 5%, mas elevando-se comumente, no século XVIII, a 10 e 11%. Os tributos indiretos, ou taxas acrescentadas ao preço das mercadorias e pagas em última análise pelo consumidor, compreendiam mormente os direitos sobre mercadorias importadas do estrangeiro ou expedidas de uma província francesa para outra. Além disso a "gabela", ou taxa sobre o sal, pode também ser considerada uma forma de imposto indireto. Durante algum tempo a produção do sal fora, na França, um monopólio do Estado, e cada habitante era obrigado a comprar anualmente pelo menos sete libras desse artigo nas salinas do governo. Ao custo da produção era adicionada uma taxa onerosa, donde resultava ser o preço para o consumidor frequentemente de 50 ou 60 vezes o verdadeiro valor do sal. Embora excessivamente pesados, os impostos indiretos eram em geral dis-

tribuídos de maneira equitativa. Dificilmente poderia alguém esquivar-se a pagá-los, fosse qual fosse a sua condição social. Com a maioria dos impostos diretos, porém, o caso era bem diferente. O clero, graças ao princípio medieval de que a propriedade da igreja não podia ser tributada pelo estado, não estava sujeito ao pagamento da "talha" nem da "vintena". Os nobres, em particular os de categoria superior, valiam-se de sua influência junto ao rei para obter isenção, praticamente, de todas as tributações diretas. Em consequência, o ônus principal de fornecer fundos ao governo recaía sobre o povo, ou seja o Terceiro Estado, e como os artesãos e operários quase nada possuíam que pudesse ser taxado, eram os camponeses e a burguesia os mais sacrificados.

Como derradeira causa econômica da Revolução Francesa podemos apontar a sobrevivência de restos do feudalismo na França, ainda em 1789. Se bem que o sistema feudal tivesse desaparecido desde muito tempo, restavam alguns vestígios dele que serviam como úteis instrumentos para manter o poder do soberano e as prerrogativas da nobreza. Em algumas zonas atrasadas do país ainda subsistia a servidão, cujas proporções, todavia, não devem ser exageradas. A maior estimativa até agora feita do número de camponeses que viviam em condição servil é de 1.500.000, para uma população rural de pelo menos 15.000.000. A grande maioria dos camponeses era formada de homens livres. Uma parte considerável era dona das terras que cultivava. Outros eram rendeiros ou trabalhadores assalariados, mas parece que a maioria eram meeiros que lavravam as terras dos nobres em troca de uma parte da colheita, geralmente um terço ou a metade. Entretanto, apesar de serem inteiramente livres, esses camponeses estavam sujeitos a obrigações que vinham desde a época feudal. Uma das mais odiosas era o pagamento de um censo ao senhor que, em tempos passados, fora dono da terra. Outra era a doação, feita ao nobre da localidade, de uma parte do produto da venda de qualquer pedaço de terra. Em acréscimo a tudo isso os camponeses tinham de contribuir com as "banalidades", ou supostas compensações pelo uso de várias servidões da propriedade senhorial. Na Idade Média, cada um pagava essa taxa para poder servir-se do moinho de trigo, do lagar e do forno

de pão. Apesar de muitos camponeses, no século XVIII, possuírem tais instalações e não mais aproveitarem as facilidades oferecidas pelo senhor, as "banalidades" continuavam a ser cobradas na importância

original.

As mais exasperantes de todas as relíquias do feudalismo eram, talvez, a "corvéia" e os privilégios de caça da nobreza. A corvéia, outrora um compromisso de trabalhar, entre outras coisas, na construção de estradas e pontes dentro do domínio senhorial, transformara-se numa obrigação devida ao governo. Durante várias semanas de cada ano o lavrador era forçado a abandonar as suas lidas para dedicar-se à reparação das estradas reais. A nenhuma outra classe da população era exigida a execução de tais serviços. Ainda mais vexativos eram para os elementos rurais os privilégios de caça dos nobres. Desde tempos imemoriais o direito de cultivar o esporte cinegético era considerado como um distintivo de aristocracia. O homem bem-nascido devia ter plena liberdade de entregar-se a esse emocionante passatempo onde quer que lhe aprouvesse. Naturalmente, uma coisa tão insignificante como os direitos de propriedade dos camponeses não podia constituir obstáculo para ele. Em algumas partes da França proibiam-se aos lavradores a capina ou a ceifa na época da procriação, para não molestar os ninhos das perdizes. Coelhos, gralhas e raposas não podiam ser mortos apesar da devastação que faziam nas searas ou entre as aves domésticas e animais novos. Acresce que o camponês devia conformar-se com ver os seus campos, em qualquer tempo, espezinhados pelos cavalos de um despreocupado bando de nobres caçadores.

Todos os grandes levantes sociais dos tempos modernos têm tido o seu fundamento de causas intelectuais. Para que um movimento possa atingir as proporções de uma verdadeira revolução é necessário que se apoie num corpo de idéias que forneçam não só um programa de ação mas também uma visão gloriosa da nova ordem a ser por fim instaurada. Em grande parte, tais ideias são produtos de ambições políticas e econômicas, mas a seu tempo assumem o caráter de fatores independentes. Causas originalmente secundárias ou derivadas, acabam por se transformar em causas primárias. A sua realização passa a ser aceita como um objetivo em si e conquista o devotamento dos homens como o evangelho de uma nova religião. As causas intelectuais da Revolução Francesa foram, em essência, um fruto do Iluminismo. Esse movimento produziu duas interessantes teorias políticas que desde então têm exercido sua influência pelos anos em fora. A primeira foi a teoria liberal de Locke, Voltaire, Montesquieu e outros, a segunda foi a teoria democrática de Rousseau. Ainda que fundamentalmente opostas, tinham elas certos elementos em comum.

Ambas se baseavam na premissa de que o estado é um mal necessário e de que o governo repousa sobre uma base contratual. Cada uma tinha a sua doutrina de soberania popular, embora discrepassem quanto à interpretação. E, finalmente, ambas defendiam até certo ponto os direitos naturais do indivíduo.

O pai da teoria política liberal dos séculos XVII e XVIII foi John Locke (1632-1704), se bem que algumas de suas doutrinas já tivessem sido sugeridas pelas obras de John Milton (1608-74), James Harrington (1611-77) e Algernon Sidney (1622-83). A filosofia política de Locke está exposta mormente no Segundo tratado do governo civil, publicado em 1690. Desenvolvia ele neste livro uma teoria de governo limitado com a qual se propunha, em parte, justificar o novo sistema de governo parlamentar estabelecido na Inglaterra como resultado da Revolução Gloriosa. Segundo ele, todos os homens viviam originalmente num estado natural em que prevaleciam a liberdade e a igualdade absolutas e não existia governo de espécie alguma. A única lei era a lei da natureza, que cada indivíduo punha em execução por sua própria conta a fim de proteger os seus direitos naturais à vida, à liberdade e à propriedade. Não tardaram, porém, a perceber os homens que os inconvenientes do estado natural superavam de muito as vantagens. Como cada um tentasse impor os seus próprios direitos, os resultados inevitáveis eram a confusão e a insegurança. Consequentemente, os indivíduos convieram em estabelecer uma sociedade civil, instituir um governo e ceder-lhe certos poderes. Esse governo não era, porém, um governo absoluto. O único poder que se lhe conferia era o de executar a lei natural. Uma vez que o estado nada mais é do que o poder conjunto de todos os membros da sociedade, sua autoridade "não pode ser maior do que aquela que essas pessoas possuíam no estado natural, antes de formarem um grupo social e de cederem-na à comunidade". Todos os direitos que não são exoressamente cedidos ficam reservados às próprias pessoas. Se o governo se exceder ou abusar da autoridade explicitamente outorgada pelo contrato político, torna-se tirânico e o povo tem então o direito de dissolvê-lo ou de se rebelar contra ele e derrubá-lo.

Locke condenava o absolutismo sob todas as formas. Denunciou a monarquia despótica, mas não foi menos severo em suas críticas à soberania absoluta dos parlamentos. Embora defendesse a supremacia do poder legislativo, considerando o executivo acima de tudo como um agente

seu, recusava, não obstante, conceder um poder ilimitado aos representantes do povo. Alegando que o governo fora instituído entre os homens para a preservação da propriedade (que definia geralmente como compreendendo a vida, a liberdade e os bens materiais), negava autoridade a qualquer agente político para usurpar os direitos naturais do indivíduo. A lei da natureza, que corporifica esses direitos, é uma limitação automática imposta a todos os ramos do governo. Ainda que a grande maioria dos representantes do povo reclamasse a restrição da liberdade de palavra ou o confisco e a redistribuição da propriedade, tal coisa não se poderia fazer legalmente. Se, por outro lado, fosse feita ilegalmente, justificaria a adoção de medidas eficazes de resistência por parte da maioria dos cidadãos. Locke cuidava muito mais de proteger a liberdade individual que de promover a estabilidade ou o progresso social. Se fosse forçado a escolher, teria preferido os males da anarquia aos do despotismo sob qualquer forma.

Poucos filósofos políticos têm exercido mais influência do que Locke na história do mundo. Não só as suas doutrinas dos direitos naturais, do governo limitado e do direito de resistência à tirania foram uma fonte importante da teoria da Revolução Francesa, senão que também encontraram pronta aceitação na América. Delas deriva quase todo o fundamento teórico da revolta colonial contra a opressão britânica. Refletem-se com tal evidência na Declaração de Independência dos Estados Unidos que passagens inteiras deste documento dão a impressão de ter sido copiadas do Segundo tratado. Os princípios de Locke influíram também na redação da Constituição e sobretudo nos argumentos com que Hamilton, Madison e Jay instavam, no *Federalist*, pela sua adoção. Mais tarde, quando o novo governo promulgou a Lei dos Estrangeiros e a Lei de Sedição, foi escudando-se principalmente nas teorias de Locke que Madison e Jefferson, nas revoluções da Virgínia e do Kentucky, apelaram para os diversos estados a fim de que resistissem a essa usurpação de poder.

Na França, os maiores expoentes da teoria política liberal foram Voltaire (1694-1778) e o Barão de Montesquieu (1689-1755). Como já foi salientado, Voltaire considerava o cristianismo ortodoxo como o pior dos inimigos da humanidade, mas também votava grande desprezo ao governo despótico. Durante o seu exílio na Inglaterra estudara os livros de Locke, cujas vigorosas afirmativas de liberdade individual lhe causaram profunda impressão. Voltando para a

França, ainda relativamente moço, dedicou o resto da sua vida em grande parte à luta pela liberdade intelectual, religiosa e política. Em comum com Locke, Voltaire concebia o governo como um mal necessário, com poderes que deviam limitar-se ao de fazer observar os direitos naturais. Sustentava que todos os homens são dotados pela natureza de direitos iguais à liberdade, à propriedade e à proteção das leis. Não era, porém, um democrata. Inclina-se a ver a forma ideal de governo quer numa monarquia esclarecida, quer numa república dominada pela classe média. Nunca perdeu o temor das massas. Receava até que os seus ataques à religião organizada pudessem incitar a multidão a atos de violência. Conta-se que, após ter sido assaltado e roubado por alguns camponeses, frequentou a igreja durante certo tempo a fim de convencer os aldeões de que ainda acreditava em Deus.

Um pensador político mais profundo e sistemático do que Voltaire foi o Barão de Montesquieu, seu contemporâneo mais velho. Embora sendo, como Voltaire, um estudioso de Locke e admirador ardente das instituições britânicas, Montesquieu foi uma figura sem par entre os filósofos políticos do século XVIII. O seu célebre *Espírito das Leis* introduziu novos métodos e novas concepções na teoria do estado. Ao invés de tentar fundar uma ciência do governo pela dedução pura, seguiu o método aristotélico de estudar os sistemas políticos concretos, tal como se supunha que tivessem funcionado no passado. Inclinando-se a desdenhar as idéias de Locke sobre os direitos naturais e a origem contratual do estado, ensinou que o significado da lei natural deve ser procurado nos fatos da história. Negou, além disso, que existisse uma forma perfeita de governo, adequada a todos os povos em quaisquer condições. Afirmava, ao contrário, que as instituições políticas, para ser eficazes, devem harmonizar-se com as condições físicas e o nível de progresso social das nações a que pretendem servir. Por isso achava que o despotismo é mais apropriado aos países de vasto território, a monarquia limitada aos de tamanho médio e o governo republicano aos pequenos. Para o seu próprio país, a França, a forma de governo mais aconselhável parecia-lhe ser a monarquia limitada, uma vez que considerava a nação grande demais para ser transformada em república, a não ser dentro dos moldes de uma federação.

Montesquieu é sobretudo famoso pela sua teoria da separação dos poderes. Admitia que é tendência natural do homem abusar de qualquer parcela de poder que lhe seja confiada e que, por conseguinte, todo

governo, seja qual for a sua forma, é suscetível de degenerar em despotismo. A fim de prevenir tais resultados, a autoridade do governo deve ser dividida nos seus três ramos naturais: o poder legislativo, o executivo e o judiciário. Todas as vezes que se permite sejam enfeixados dois ou mais desses poderes nas mesmas mãos a liberdade parece, declarava ele. O único meio eficaz de impedir a tirania é capacitar cada ramo do governo a agir como um freio para os outros dois. O executivo, por exemplo, deve dispor do veto para impedir as transgressões do legislativo. A legislatura, por sua vez, deverá ter o poder do "impeachment" para restringir o executivo. E, por fim, deve existir um judiciário independente, munido de poderes para proteger os direitos individuais contra os atos arbitrários tanto do legislativo como do executivo. Esta teoria favorita de Montesquieu não visava, por certo, facilitar a democracia. Bem ao contrário, seu objetivo principal era o de impedir a supremacia absoluta da maioria, expressa como normalmente o seria pelos representantes do povo no corpo legislativo. É um exemplo típico da aversão que a burguesia daquela época votava a qualquer forma de governo despótico, fosse ele de uma minoria ou mesmo da maioria. Mas nem por isso teve menos influência o princípio de separação dos poderes de Montesquieu. Foi incorporado ao primeiro governo estabelecido durante a Revolução Francesa e adotado, com pequenas modificações, na Constituição dos Estados Unidos.

O segundo dos grandes ideais políticos que constituiu parte importante dos fundamentos intelectuais da Revolução Francesa foi o ideal da democracia. Em contraste com o liberalismo, a democracia se interessava, e ainda se interessa, menos pela defesa dos direitos individuais do que pela instauração do governo popular. Na verdade, em seu significado histórico ela é inseparável da idéia de soberania das massas. O desejo da maioria dos cidadãos é a lei suprema da nação, porque a voz do povo é a voz de Deus. Supõe-se em geral que num regime democrático a vontade da minoria continue a desfrutar inteira liberdade de expressão, mas isso não acontece necessariamente. O único direito soberano da minoria é o de tornar-se maioria. Enquanto um grupo qualquer permanecer como minoria, os seus componentes não poderão reivindicar nenhum direito de ação individual além do controle do estado. Muitos expoentes da democracia na nossa geração hão de negar que isto seja verdade e afirmarão com veemência o seu devotamento à liberdade da palavra e da imprensa como direitos que o governo não pode infringir legalmente. Tal atitude, porém, se

origina da mescla de liberalismo que se observa no ideal democrático corrente. Na verdade, democracia e liberalismo são hoje usados como se fossem expressões sinônimas. Na sua origem, entretanto, eram ideais perfeitamente distintos. A democracia histórica também incluía a crença na igualdade natural de todos os homens, a oposição aos privilégios hereditários e uma fé inabalável na sabedoria e na virtude das massas.

O fundador da democracia tal como ficou acima descrita foi Jean-Jacques Rousseau (1712-78). Como Rousseau foi também o pai do romantismo, era natural que as suas ideias políticas tivessem um forte colorido sentimental. Além disso, a coerência nem sempre foi uma virtude cardeal do seu raciocínio. As mais significativas de suas obras de teoria política são o Contrato social e o Discurso sobre a origem da desigualdade. Defendia, em ambas, a tese em voga de que o homem viveu originalmente no estado natural — o qual, em contraste com Locke, êle considerava como um verdadeiro paraíso. Não era pesado a ninguém manter os seus direitos contra os demais. Havia, na verdade, pouquíssimas oportunidades de conflito, uma vez que durante muito tempo não existiu a propriedade privada e cada homem era igual a seu semelhante. Mas por fim surgiram certos males, devidos mormente ao fato de alguns homens terem demarcado pedaços de terra e dito a si mesmos: "Esta terra é minha." Foi assim que se desenvolveram vários graus de desigualdade e, em consequência, passaram logo a dominar nas relações humanas a "impostura fraudulenta", a "pompa insolente" e a "ambição insaciável". A única esperança de garantir os direitos de cada um foi então organizar uma sociedade civil e ceder todos esses direitos à comunidade. Isto se realizou por meio de um contrato social em que cada indivíduo concordava em se submeter à vontade da maioria. Foi assim que nasceu o estado.

Rousseau desenvolveu uma concepção de soberania completamente diversa da dos liberais. Ao passo que Locke e os seus adeptos haviam ensinado que somente uma parte do poder soberano é cedida ao estado, permanecendo o resto nas mãos do povo, Rousseau sustentava que a soberania é indivisível e que toda ela passa à comunidade quando se constitui a sociedade civil. Insistia, além disso, em que ao homologar cada indivíduo o contrato social, fazia entrega de todos os seus direitos à comunidade e concordava em se submeter inteiramente à vontade geral. Segue-se daí que o poder soberano do estado não está sujeito a quaisquer limitações. A vontade geral, expressa pelo voto da maioria, é o tribunal de última

instância. O que a maioria decide é sempre justo no sentido político e torna-se absolutamente obrigatório para cada um dos cidadãos. O estado, que na prática significa a maioria, é legalmente onipotente. Isso, porém, não implica realmente, de acordo com Rousseau, que a liberdade do indivíduo seja aniquilada. Pelo contrário, a sujeição ao estado tem o efeito de fortalecer a liberdade autêntica. Ao cederem os seus direitos à comunidade, os indivíduos não fazem mais que trocar a liberdade animal do estado de natureza pela verdadeira liberdade de criaturas racionais obedientes à lei. Obrigar um indivíduo a submeter-se à vontade geral é, conseqüentemente, tão-só "forçá-lo a ser livre". É preciso compreender, aliás, que quando Rousseau falava no estado não queria referir-se ao governo. Considerava o estado como a comunidade politicamente organizada, cuja função soberana é expressar a vontade geral. A autoridade do estado não pode ser representada, mas deve expressar-se diretamente através da promulgação, pelo próprio povo, de leis fundamentais. O governo, por outro lado é simplesmente o agente executivo do estado. Não tem por função formular a vontade geral mas tão-somente executá-la. Além disso, a comunidade pode estabelecer ou destituir o governo "sempre que o desejar".

Seria difícil exagerar a influência da teoria política de Rousseau. Seus dogmas de igualdade e de supremacia da maioria foram a principal inspiração da segunda etapa da Revolução Francesa. Entre os seus discípulos mais fervorosos contavam-se doutrinários radicais como Robespierre. Mas a influência de Rousseau não se confinou dentro dos limites do país natal. Algumas de suas teorias passaram à América e encontraram eco em certos princípios da democracia jacksoniana, embora seja muitíssimo improvável que a maioria dos sequazes de Jackson tivesse jamais ouvido falar em Rousseau. Os idealistas românticos alemães que, no começo do século XIX, glorificaram o estado como "Deus na história", também parecem ter a sua dívida para com a filosofia do Contrato social. Das doutrinas rousseauianas da onipotência legal do estado e de que a verdadeira liberdade consiste na submissão à vontade geral não era difícil passar à exaltação do Estado como um objeto de culto e à redução do indivíduo ao papel de um simples dente na engrenagem política. Embora Rousseau tivesse sugerido que a maioria ficaria submetida a restrições morais e insistido no direito do povo a "derrubar" o governo, isso não bastava para contrabalançar os efeitos da importância conferida à soberania absoluta.

Como derradeira causa intelectual da Revolução Francesa cumpre mencionar, ao menos de passagem, a influência da nova teoria econômica. Na segunda metade do século XVIII alguns escritores brilhantes começaram a atacar os postulados tradicionais no tocante ao controle público da produção e do comércio. O alvo principal da sua crítica era a política mercantilista. A nova teoria econômica alicerçava-se em grande parte nas concepções básicas do Iluminismo, em especial na idéia de uma mecânica universal governada por leis inflexíveis. Passou a prevalecer então o conceito de que a esfera da produção e da distribuição da riqueza estava submetida a leis não menos irresistíveis que as da física e da astronomia. A nova teoria econômica também pode ser considerada como complemento natural do liberalismo político. Os objetivos principais de ambos eram assaz semelhantes: reduzir os poderes do governo a um mínimo compatível com a segurança e preservar para o indivíduo a maior parcela possível de liberdade na prossecução dos seus intentos.

Os primeiros campeões dessa nova atitude em face dos problemas econômicos foram os componentes de um grupo conhecido como os fisiocratas. Os mais eminentes dentre eles foram Francois Quesnay (1694-1774), autor do *Tableau Economique*, a bíblia da fisiocracia; o Marques de Mirabeau (1715-89), pai do ilustre orador e líder da Revolução Francesa; Dupont de Nemours (1739-1817), antepassado da família Dupont dos Estados Unidos; e Anne Robert Turgot (1727-81), ministro das finanças durante breve período, sob Luís XVI. Os fisiocratas condenaram desde o início a doutrina mercantilista. Um dos seus grandes objetivos era provar que os empreendimentos naturais como a agricultura, a mineração e a pesca são mais importantes para a prosperidade nacional do que o comércio. A natureza, afirmavam eles, é a verdadeira produtora de riquezas, e por conseguinte devem ser mais prezadas aquelas indústrias que realmente exploram os seus recursos e destes extraem coisas de valor para o homem. O comércio é essencialmente estéril, visto que se limita a transferir de uma pessoa para outra mercadorias já existentes. Com o correr do tempo estas doutrinas vieram a ser subordinadas a uma nova idéia que os fisiocratas colocaram acima de todas as demais. Era a idéia de libertar a atividade econômica das restrições sufocantes impostas pelo estado. Exigiam os fisiocratas que êle se abstinhasse de qualquer interferência nos negócios, exceto na medida em que isso fosse indispensável à proteção da vida e da propriedade. Nunca se deveria fazer nada para embaraçar a ação das leis

econômicas naturais. Esta doutrina era concisamente expressa pela pitoresca máxima: *Laissez faire et laissez passer, le monde va de lui-même* (deixai fazer e deixai passar, o mundo marcha sozinho). O ideal do *laissez faire* não tardou a incorporar outras concepções como a da santidade da propriedade privada e a dos direitos de livre contrato e livre produção. Era, assim, uma verdadeira antítese da política restritiva do mercantilismo.

O maior de todos os economistas da época do Iluminismo e um dos mais brilhantes de todos os tempos foi Adam Smith (1723-90). Natural da Escócia, Smith começou a sua carreira como prelecionador de literatura inglesa na Universidade de Edimburgo, sendo pouco depois contemplado com a cadeira de lógica do Glasgow College. Em 1759 tornou-se famoso com a publicação da *Teoria dos sentimentos morais*. Conquanto se viesse interessando desde algum tempo pelos problemas de economia política, esse interesse só tomou vulto após uma estada de dois anos na França, para onde tinha ido como preceptor do jovem Duque de Buccleuch. Travou conhecimento ali com os corifeus da escola fisiocrática e aprouve-lhe verificar que certas teorias destes coincidiam com as suas. Descreveu a economia de Quesnay, "com todas as suas imperfeições", como "a coisa mais próxima da verdade que já se publicou sobre os princípios dessa ciência". Nunca se alistou, porém, sob o estandarte dos fisiocratas, apesar da inegável influência que muitas doutrinas da escola exerceram sobre êle. Em 1776 publicou a *Indagação da natureza e das causas da riqueza das nações*, geralmente considerada como o mais influente tratado de economia que já se escreveu. Nessa obra asseverava que o trabalho, mais do que a agricultura ou a generosidade da natureza, é a verdadeira fonte de riqueza. Embora aceitasse em síntese o princípio do *laissez faire*, admitindo que a melhor maneira de promover a prosperidade geral seria permitir que cada um seguisse os seus próprios interesses, era de opinião que certas formas de interferência governamental seriam desejáveis. O estado deveria intervir para prevenir a injustiça e a opressão, fazer progredir a educação e proteger a saúde pública, bem assim como para manter empresas necessárias que o capital privado nunca poderia instalar. Apesar dessas limitações bastante amplas ao princípio do *laissez faire*, a *Riqueza das nações* de Smith tornou-se a sagrada escritura dos economistas individualistas dos séculos XVIII e XIX. Sua influência como causa da Revolução Francesa foi indireta, mas nem por isso deixou de ser profunda. Fornecia uma resposta categórica aos argumentos mercantilistas, fortalecendo assim a ambição, por parte da

burguesia, de pôr termo a um sistema político que continuava a bloquear o caminho da liberdade econômica.

2. A DERRUBADA DO VELHO REGIME

No começo do estio de 1789 o vulcão do descontentamento na França entrou em erupção. A causa imediata deste fato foi o iminente colapso financeiro, resultado das guerras dispendiosas e das extravagâncias reais. A dívida pública, que em 1786 alcançara um total equivalente a 600 milhões de dólares, crescia cada vez mais de ano para ano. As receitas existentes mal bastavam para pagar os juros, sem falar na amortização do capital. A única esperança de desafogo parecia consistir no lançamento de novos impostos. Com este fim em vista Luís XVI convocou em 1787 uma Assembléia de Notáveis, confiando em que os principais magnatas do reino se dispusessem a arcar com uma parte do ônus fiscal. Os nobres e bispos, no entanto, recusaram abrir mão do seu privilégio de isenção de impostos. Foi então que se fez ouvir a exigência de uma convocação dos Estados Gerais. Esta assembléia, composta de representantes dos três grandes estados ou classes da nação, daria a conhecer ao rei a vontade do povo no tocante à maneira de enfrentar crise financeira. No verão de 1788 Luís XVI cedeu ao clamor popular, marcando para maio do ano seguinte a reunião dos Estados Gerais.

Mal se haviam congregado as três ordens quando surgiu uma controvérsia sobre o sistema de votação. Nos primeiros Estados Gerais, instaurados no século XIV por Filipe o Belo, cada uma das classes — o clero, a nobreza e o povo — tinha votado como uma unidade. Mas isso fora numa época em que o terceiro Estado quase não tinha significação. Durante os séculos seguintes a burguesia crescera e passara a ser o grupo econômico mais poderoso da nação. Era, portanto, inevitável que os líderes burgueses não se conformassem com uma disposição pela qual os votos das duas classes superiores poderiam obstar a tudo que o Terceiro Estado pretendesse fazer. Exigiram, pois, que as três ordens formassem uma assembléia única e o voto fosse individual. Uma vez que já se tinha concedido aos plebeus um número de representantes igual ao das duas outras classes juntas, era evidente que o Terceiro Estado, conseguindo o apoio ocasional de alguns elementos descontentes da nobreza ou do clero, tornar-se-ia capaz de controlar toda a assembléia. Ao cabo de um mês de

disputas, em 17 de junho, o Terceiro Estado tomou a audaciosa decisão de proclamar-se Assembléia Nacional e convidou os representantes das classes privilegiadas a participar dos trabalhos. Muitos atenderam ao convite. No espaço de dois dias a maioria do clero havia aderido, bem assim como alguns nobres. Mas então o rei interveio. Na manhã de 20 de junho, quando os deputados rebeldes quiseram reunir-se no seu salão, encontraram as portas guardadas por soldados. Não havia outra alternativa senão submeter-se ou desafiar o poder soberano do próprio monarca. Confiantes no apoio da maioria do povo, os representantes deste e seus aliados retiraram-se para um recinto das vizinhanças, usado ora como academia de equitação, ora como quadra de jogo da péla. Ali, sob a chefia de Mirabeau e do padre Sieyès, comprometeram-se por um juramento solene a não se separar enquanto não houvessem redigido uma constituição para a França. Esse Juramento do Jogo da Péla, em 20 de junho de 1789, foi o verdadeiro início da Revolução Francesa. Reivindicando a autoridade de reconstituir o governo em nome do povo, os Estados Gerais não apenas protestavam contra o governo arbitrário de Luís XVI, mas também afirmavam o seu direito de agir como o poder supremo da nação. A 27 de junho o rei reconheceu virtualmente esse direito, ordenando aos demais representantes das classes privilegiadas que se reunissem ao Terceiro Estado como membros de uma Assembléia Nacional.

O curso da Revolução Francesa assinalou-se por três grandes fases, a primeira das quais se estendeu de junho de 1789 a agosto de 1792. Durante a maior parte deste período os destinos da França estiveram nas mãos da Assembléia Nacional, dominada pelos líderes do Terceiro Estado. Foi, em conjunto, uma fase moderada, uma fase da classe média. As massas não tinham ainda conquistado nenhuma parcela de poder político nem estavam em condições de assumir o controle do sistema econômico. Afora a destruição da Bastilha, em 14 de julho de 1789, e o assassinio de alguns componentes da guarda real, houve relativamente pouca violência tanto em Paris como em Versalhes. Em algumas zonas do interior, contudo, prevalecia um espírito mais turbulento. Muitos camponeses, impacientando-se com a demora na concessão de reformas, resolveram tomar o caso nas próprias mãos. Armados de forcados e foices, dispuseram-se a deitar abaixo tudo que pudessem do antigo regime. Demoliram castelos de nobres detestados, saquearam mosteiros e residências de bispos e assassinaram alguns dos infelizes aristocratas que ofereceram resistência. Essas violências, ocorridas

na maior parte durante o verão de 1789, muito contribuíram para atemorizar as classes superiores, levando-as a abrir mão de alguns dos seus privilégios.

Os resultados mais importantes da primeira fase da Revolução Francesa foram as conquistas da Assembléia Nacional entre 1789 e 1791. O primeiro deles foi a destruição dos remanescentes do feudalismo. Deveu-se isso em grande parte à atitude de rebeldia demonstrada pelos camponeses. No começo de agosto de 1789 a Assembléia Nacional recebeu notícias tão alarmantes sobre a anarquia reinante nas aldeias que muitos deputados não tardaram a reconhecer a necessidade urgente de se fazerem certas concessões. A 4 de agosto um certo nobre propôs, em eloquente discurso, que todos os seus pares renunciassem aos privilégios feudais. Esta moção provocou o entusiasmo tempestuoso da Assembléia, em parte devido ao medo e em parte, ao zelo revolucionário. Nobres, clérigos e burgueses porfiavam entre si na sugestão de reformas. Antes de findar a noite tinham sido varridos inúmeros resquícios da velha estrutura dos direitos adquiridos. Aboliram-se expressamente os dízimos e as obrigações feudais dos camponeses. A servidão foi eliminada. Declararam-se extintos os privilégios de caça dos nobres, a isenção de impostos e os monopólios de toda sorte foram sacrificados como contrários a igualdade natural. Conquanto os nobres não tivessem renunciado a todos os seus direitos, o efeito final dessas reformas das "Jornadas de Agosto" foi anular as distinções de classe e de nível social e colocar todos os franceses em igualdade de situação perante a lei.

Após derribar os privilégios a Assembléia consagrou-se ao preparo de uma carta de liberdades. O resultado foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada em setembro de 1789. Parcialmente modelada pelo Bill of Rights, dos ingleses e adotando os ensinamentos dos filósofos políticos liberais, a Declaração francesa é um típico documento da classe média. Tanto a propriedade como a liberdade, a segurança e a "resistência à opressão" são declaradas direitos naturais. Ninguém pode ser despojado de suas posses a não ser em caso de necessidade pública, e sob a condição estrita de ser "prévia e equitativamente indenizado". Cumpre, outrossim, ter na devida consideração os direitos individuais. A liberdade de palavra, a tolerância religiosa e a liberdade da imprensa são declaradas invioláveis. Todos os cidadãos têm direito a tratamento igual nos tribunais. Ninguém pode ser preso ou punido de qualquer forma senão em virtude de processo judiciário. A soberania

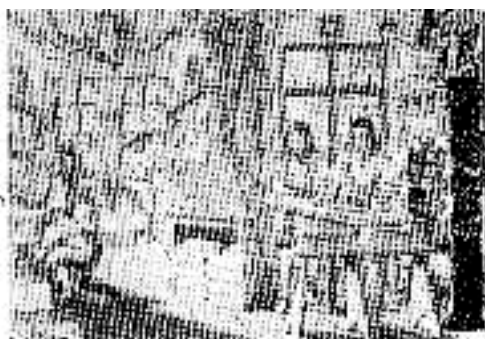
reside no povo e os funcionários do governo tornam-se passíveis de demissão no caso de abusarem dos poderes que lhes são conferidos. Não se faz qualquer referência aos direitos do homem comum a uma parte equitativa da riqueza por ele produzida, nem tampouco à proteção do estado aos incapacitados de ganhar a vida. Os autores da Declaração dos Direitos não eram socialistas nem estavam particularmente interessados no bem-estar econômico das massas.

Outro feito importante da Assembléia Nacional foi a secularização da igreja. No antigo regime o clero superior fora uma casta privilegiada, recompensando os favores que lhe prestava o rei com seu sólido apoio ao governo absoluto. Em consequência, a igreja passara a ser considerada como um instrumento de cobiça e opressão quase tão odioso quanto a própria monarquia. Acresce que as instituições eclesiásticas possuíam vastas propriedades e o novo governo revolucionário necessitava urgentemente de fundos. Portanto, em novembro de 1789 a Assembléia Nacional resolveu confiscar as terras da igreja e usá-las como garantia para a emissão de assignats (papel-moeda). Em julho do ano seguinte foi posta em vigor a Constituição Civil do Clero, dispondo que todos os bispos e padres fossem eleitos pelo povo e ficassem submetidos à autoridade do estado. Percebendo salários pagos pelo tesouro público, eram obrigados a jurar fidelidade à nova legislação. A secularização da igreja implicava numa separação parcial de Roma. O objetivo visado pela Assembléia era fazer da igreja católica da França uma verdadeira instituição nacional, conservando apenas uma submissão nominal ao Vaticano. Como o Papa condenasse esses dispositivos e proibisse qualquer bispo ou padre de aceitá-los, resultou daí a divisão do clero francês em dois grupos diferentes. Uma minoria prestou juramento de fidelidade à Constituição Civil e passou daí em diante a ser conhecida como o clero "juramentado". Quanto aos demais, alguns fugiram do país, mas muitos ali permaneceram e se uniram aos nobres reacionários no empenho de excitar o ódio contra todo o programa da revolução.



O Baile, de Abraão Besso. (Metropolitan Museum of Art.)

Oficina de impressão da Renascença, segundo uma gravura flamenga. (Metropolitan Museum of Art.)



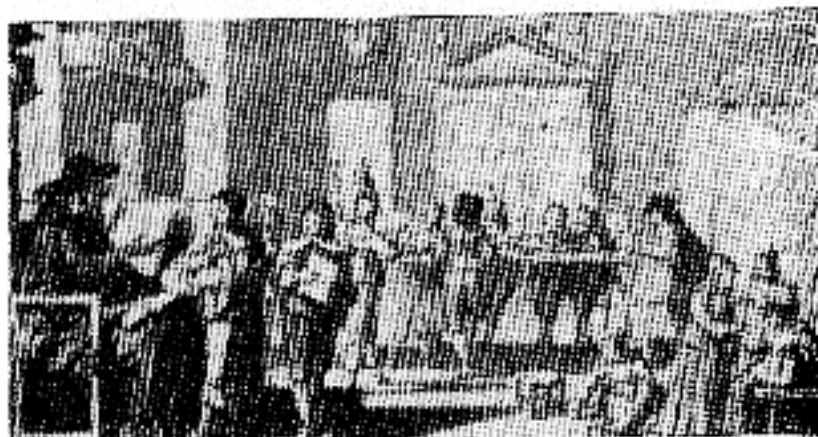
PRIMÓDIOS DA SOCIEDADE MODERNA.

O Anti-semitismo no século XVII. A multidão segue as casas dos judeus de Frankfurt no dia 22 de agosto de 1614. (Metropolitan Museum of Art.)

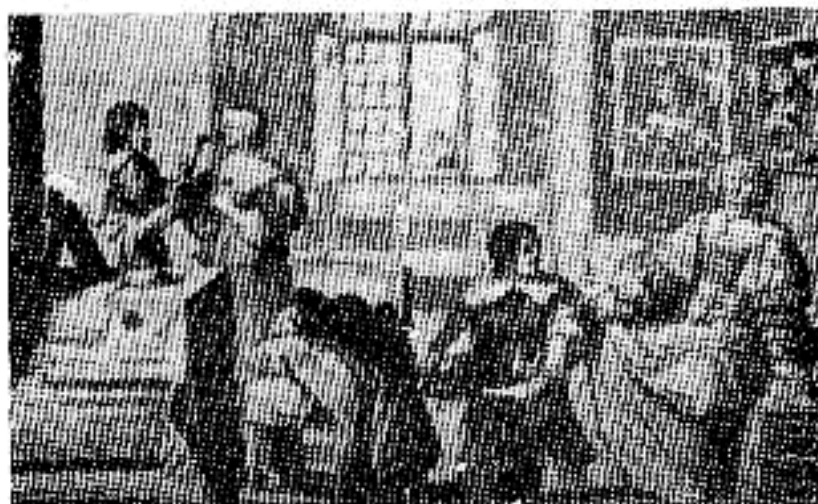


Campeões Dançando, de Albrecht Dürer. (Metropolitan Museum of Art.)

Escola do Século XVII, de Abraão Besso. (Metropolitan Museum of Art.)



Loja de sapatos do século XVII, de Abraão Besso. (Metropolitan Museum of Art.)





Miss Sparrow, de Thomas Gainsborough. Típico retrato aristocrático da Inglaterra do século XVIII. (Ver p. 566)



Cena matutina em Londres, segundo uma gravura de William Hogarth.

A ARTE E A VIDA NO SÉCULO XVIII

A Tourada, de Francisco Goya. O realismo de Goya, com seu interesse pelo homem do povo, antecipou o famoso realismo do século XIX. (Ver p. 567)



Só em 1791 a Assembléia conseguiu completar a sua tarefa primordial de redigir uma nova constituição para o país. Tinham sido muito numerosos os problemas de interesse mais imediato a absorver-lhe a atenção. Além disso, o governo autocrático já era uma coisa do passado. A constituição, tal como foi finalmente promulgada, valia como testemunho eloquente da posição dominante que então gozava a burguesia. A França não se tornou uma república democrática, mas sim uma monarquia moderada em que o poder supremo era virtualmente monopolizado pelos favorecidos da fortuna. O privilégio do voto restringia-se aos que pagassem um imposto direto equivalente a três dias de salário, enquanto a elegibilidade para os cargos importantes era limitada aos cidadãos de certas posses. No tocante à estrutura do governo, o característico principal era a separação dos poderes. Os fundadores do novo sistema haviam feito suas as idéias de Montesquieu sobre a independência do legislativo, do executivo e do judiciário. O poder de fazer leis era confiado a uma Assembléia Legislativa eleita indiretamente pelo povo, de acordo com um processo semelhante àquele que se adotou originalmente para a escolha do presidente dos Estados Unidos. O rei foi privado do controle que havia exercido sobre o exército, a igreja e a administração local. Proibia-se aos seus ministros comparecerem à Assembléia e ele próprio não tinha qualquer interferência no processo da legislação, salvo o veto suspensivo que, aliás, podia ser anulado pelo voto da Assembléia em três seções consecutivas. Destarte o novo sistema, ainda que muito afastado da monarquia absoluta, decididamente não era um governo que as massas pudessem considerar como seu.

No verão de 1792 a Revolução Francesa entrou numa segunda fase que durou cerca de dois anos. Este período diferiu do primeiro em muitos aspectos. Para começar, a França era agora uma república. A 10 de agosto a Assembléia Legislativa votou a suspensão do rei e ordenou que se elegeisse uma Convenção Nacional para redigir uma nova constituição. Desta vez a eleição se faria

por sufrágio universal masculino. Pouco depois Luís XVI foi submetido a julgamento, sob a acusação de conspirar com estrangeiros contra a Revolução, e em 21 de janeiro de 1793 foi decapitado. Ademais de seu caráter republicano, a segunda fase diferiu da primeira em ser dominada pelas classes inferiores. O curso da Revolução já não era ditado por membros mais ou menos conservadores da burguesia. O lugar destes fora tomado por extremistas que representavam o proletariado de Paris e a

filosofia liberal de Voltaire e Montesquieu cedera o passo às doutrinas radicais e igualitárias de Rousseau. Outra diferença consistiu no caráter mais violento e sanguinário desta segunda fase. Foi o período não só da execução do rei mas também dos massacres de setembro (1792) e do regime de Terror, que se estendeu do verão de 1793 ao verão do ano seguinte.

Que fatores poderão explicar esta espetacular transição de uma fase relativamente moderada, dominada pela classe média, para uma fase de radicalismo e de agitações? Em primeiro lugar, podemos mencionar as esperanças frustradas do proletariado. No seu início, a Revolução parecera acenar com promessas maravilhosas de igualdade e justiça para todos os cidadãos. Isto se aplica particularmente à Declaração dos Direitos, muito embora encarecesse ela a inviolabilidade da propriedade privada. Ao cabo, porém, de três anos de revolução social e política, era tão difícil quanto antes ao operário urbano ganhar o seu pão — senão mais difícil ainda, em vista da desorganização econômica. E não era só: depois de adotada a Constituição de 1791 o homem comum descobriu que nem mesmo votar podia. Tornava-se cada vez mais claro que ele não tinha feito outra coisa senão mudar de patrões. Num tal estado de espírito, não podia deixar de sentir-se seduzido pelas pregações dos extremistas que prometiam conduzi-lo a uma canaã de segurança e fartura. Uma segunda causa dessa transição para uma fase radical foi o impulso adquirido pela própria Revolução. Todos os grandes movimentos dessa espécie geram uma atmosfera de descontentamento, a qual é respirada mais profundamente por alguns homens do que por outros. Resulta daí o aparecimento de uma espécie de revolucionário profissional, eternamente insatisfeito por mais que se tenha realizado. Acusa os chefes da revolução em sua fase preliminar com maior violência ainda do que condena os adeptos do antigo regime. Para ele, as mais horríveis matanças e o mais completo caos não são um preço demasiado a pagar pela realização dos seus ideais. Assassinará os seus mais íntimos companheiros, tão logo discordarem dele, com a mesma presteza com que liquidará o mais detestado reacionário. É o equivalente político do fanático religioso para quem a espada e a fogueira são os instrumentos indicados para apressar a vinda do reino da virtude e da paz de Deus.

Mas a causa mais importante da vitória dos radicais talvez tenha sido a guerra com o estrangeiro. Em vários países europeus a marcha da Revolução Francesa vinha sendo encarada com crescente sobressalto pelos governantes reacionários. Isto se verificava sobretudo na Áustria e na

Prússia, onde se haviam refugiado numerosos "emigrados", ou monarquistas franceses, que procuravam convencer os soberanos daqueles países do perigo que a Revolução representava para a Europa. Além disso, a rainha francesa Maria Antonieta, que pertencia à família dos Habsburgos, fazia desesperados apelos ao imperador para que viesse em auxílio de seu marido. Em agosto de 1791 os governantes da Áustria e da Prússia lançaram conjuntamente a Declaração de Pillnitz, em que afirmavam ser a restauração da ordem e dos direitos reais na França uma "questão de comum interesse para todos os soberanos europeus". Como era natural, essa declaração causou vivo ressentimento entre os franceses, visto que não podia ser interpretada de outra maneira senão como uma clara ameaça de intervenção. Acresce que a perspectiva de um conflito com inimigos estrangeiros era do agrado de muitos revolucionários. Enquanto a facção moderada esperava que um êxito militar consolidasse a lealdade do povo ao novo regime, numerosos radicais clamavam pela guerra, contando em segredo com uma derrota dos exércitos franceses para desacreditar de todo a monarquia. Poder-se-ia então proclamar a república e os heróicos soldados do povo converteriam a derrota numa vitória e levariam os benefícios da liberdade a todos os povos oprimidos da Europa. Inspirada nessas considerações, a Assembléia votou pela guerra no dia 20 de abril de 1792. Conforme esperavam os radicais, as forças francesas sofreram sérios reveses. Em agosto os exércitos conjugados da Áustria e da Prússia haviam atravessado a fronteira e ameaçavam tomar Paris. O furor e o desespero apossaram-se da capital. Prevalencia a crença de que os desastres militares resultavam de conluíus traiçoeiros do rei e de seus adeptos conservadores com o inimigo. Em consequência disto surgiu um vigoroso apelo em prol de uma ação enérgica contra todos os que fossem suspeitos de deslealdade à Revolução. Foi acima de tudo essa situação que colocou os extremistas em evidência e os capacitou a dominar a Assembléia Legislativa e pôr termo à monarquia.

De 1792 a 1795 — isto é, durante a segunda fase da Revolução e por mais um ano ainda — o poder dirigente da França foi a Convenção Nacional. Originariamente eleita como uma assembléia constituinte, seu papel devia ser o poder a um governo regular. De fato, a nova constituição ficou pronta em 1793, mas a desordem reinante impediu que fosse posta em vigor. Justificando-se com o estado de emergência nacional, a Convenção

manteve-se no poder ano após ano. Após a primavera de 1793 delegou as suas funções executivas a um grupo de nove (mais tarde doze) de seus membros, conhecido como o Comité de Salut Public (Junta de Segurança Pública). Este órgão tinha a seu cargo as relações exteriores, a fiscalização do comando do exército e a aplicação do regime de Terror. Quanto à própria Convenção, compunha-se de numerosas facções que representavam outras tantas correntes de opinião radical. As mais importantes eram a dos girondinos e a dos jacobinos. Os primeiros, que tomavam assento à direita na Convenção, apoiavam-se sobretudo nas províncias e tendiam a desconfiar do proletariado. Eram republicanos, porém não democratas extremistas. Seus adversários jacobinos, que se sentavam à esquerda, contavam-se entre os radicais mais intransigentes da Revolução. Embora a maioria deles procedesse da classe média, eram ardentes discípulos de Rousseau e defensores militantes do proletariado urbano. Acusavam os girondinos de desejar uma "república aristocrática" e de planejar a desunião da França mediante um sistema federal em que os "departamentos" seriam engrandecidos a expensas de Paris. Entre os líderes da Convenção Nacional figuram algumas das personalidades mais interessantes e dramáticas da história moderna. No grupo dos girondinos tornaram-se famosos Thomas Paine (1737-1809) e o Marquês de Condorcet (1743-94). Continuando a sua brilhante atividade de panfletário da Revolução Americana, Paine embarcara para a Inglaterra, decidido a abrir os olhos do povo desse país para "a loucura e a estupidez do governo". Em 1791 publicou sua célebre obra Os Direitos do Homem, que era um ataque virulento ao livro de Edmund Burke, Reflexões sobre a revolução da França, aparecido no ano anterior. Os Direitos do Homem causou sensação, especialmente depois das mal inspiradas tentativas do governo para apreendê-lo. Acusado de traição, o autor conseguiu fugir para a França antes de ser preso. Em 1792 foi eleito para a Convenção Nacional e imediatamente ganhou preeminência como um dos mais moderados líderes dessa assembléia. Instava pela abolição da monarquia mas opunha-se à execução do rei, alegando que isso iria alienar a simpatia dos americanos. Incorreu por fim na suspeita de alguns extremistas e escapou da guilhotina por puro acaso.

O Marquês de Condorcet era um homem de temperamento mais brando que Paine, embora tivesse propensões filosóficas semelhantes.

Tendo começado como discípulo de Voltaire e Turgot, foi posteriormente bem mais longe do que esses liberais burgueses nos seus pedidos de reforma. Não só condenava os males do absolutismo, do mercantilismo, da escravidão e da guerra, como o fizeram muitos pensadores esclarecidos da época, mas também foi um dos primeiros a sustentar que o principal escopo de todo governo deveria ser o de combater a pobreza. Julgava possível atingir em grande parte essa finalidade pela abolição dos monopólios e privilégios, do direito de primogenitura e da vinculação dos bens de raiz. O afastamento desses obstáculos permitiria uma ampla distribuição da propriedade, especialmente da agrária, habilitando assim a maioria dos cidadãos a conquistar a independência económica. Patrocinava também as pensões para os velhos e o sistema bancário cooperativo para proporcionar condições favoráveis de crédito. No auge do Terror, Condorcet foi posto fora da lei por haver denunciado a violência dos jacobinos e teve de fugir para salvar a sua vida. Disfarçado como carpinteiro, vagueou esfomeado pelo interior do país até que uma noite suspeitaram dele e o jogaram à prisão. Na manhã seguinte encontraram-no estendido no chão, morto. Não se sabe ao certo se morreu de frio e em consequência das provações por que passara, ou se tomou um veneno que carregava, ao que se dizia, num anel.

Entre os líderes das facções extremistas salientaram-se Marat, Danton e Robespierre. Jean Paul Marat (1743-93) tinha estudado medicina e em 1789 já granjeava bastante fama na sua profissão para ser contemplado com um grau honorário pela Universidade de Sto. André, da Escócia. Quase desde o início da Revolução apresentou-se como o campeão do povo, opondo-se às asserções dogmáticas dos seus colegas burgueses da Assembléia, inclusive a idéia de que a França devia moldar o seu governo pelo da Grã-Bretanha, que ele sabia ser oligárquico na forma. Em breve tornou-se vítima de perseguições, sendo obrigado a procurar refúgio em esgotos e enxovias, mas isso não o levou a desistir das tentativas para incitar o povo a defender os seus direitos. Em 1793 foi apunhalado no coração por Charlotte Corday, uma moça fanaticamente devotada aos girondinos. Em contraste com Marat, Georges Jacques Danton (1759-94) só alcançou preeminência quando a Revolução já estava no seu terceiro ano, mas, como aquele, orientou a sua atividade no sentido de instigar as massas à rebelião. Eleito em 1793 para a Junta de Segurança Pública, teve importante papel na organização do Terror. Mas, com o passar do tempo, parece ter-se cansado de tanta desumanidade e revelado uma propensão

fatal para a transigência. Isso deu uma oportunidade aos seus adversários da Convenção e, em abril de 1794, foi enviado para a guilhotina. Conta-se que ao galgar os degraus do cadafalso disse: "Mostrem a minha cabeça ao povo; não é todos os dias que ele vê coisa parecida."

O mais famoso e talvez o maior de todos os líderes extremistas foi Maximiliano Robespierre (1758-94). Pertencente a uma família que passava por ser de origem irlandesa, Robespierre estudou direito e não tardou a conquistar um êxito modesto como advogado. Em 1782 foi nomeado juiz criminal, mas em breve resignou o cargo por não ter coragem de impor uma sentença de morte. De temperamento nervoso e tímido, nunca demonstrou grande capacidade prática, mas procurava compensar essa falha com uma devoção fanática aos princípios. Abraçara a crença na filosofia de Rousseau como a grande esperança de salvação para toda a humanidade. A fim de pô-la em prática estava pronto a empregar todos os meios que pudessem ser eficazes, sem levar em consideração o que isso viesse a custar para si ou para os outros. Essa fervorosa lealdade a uma doutrina que exaltava as massas acabou por lhe granjear uma multidão de adeptos. Tal era o favoritismo de que gozava entre o público que pôde usar até o fim da vida os calções, as meias de seda e o cabelo empoadado característicos da velha sociedade. Em 1791 tornou-se o oráculo do Clube dos Jacobinos, já então expurgado de todos que não fossem os elementos mais radicais. Mais tarde foi eleito presidente da Convenção Nacional e membro da Junta de Segurança Pública. Embora seu papel tivesse sido insignificante ou nulo na instauração do regime de Terror, foi largamente responsável pela extensão desse regime. Chegou mesmo a justificar a crueldade como necessária e, portanto, como um expediente louvável para promover o progresso da Revolução. Nas últimas seis semanas de sua ditadura virtual rolaram no cadafalso de Paris nada menos de 1.285 cabeças. Mais cedo ou mais tarde, porém, tais métodos teriam de ser fatais a ele próprio. Em 28 de julho de 1794, Robespierre juntamente com vinte e um de seus auxiliares imediatos foram guilhotinados sem mais julgamento que o que ele costumava conceder aos seus adversários.

É provável que as verdadeiras proporções da violência durante a segunda fase da Revolução jamais venham a ser conhecidas. Muitas histórias de horrível carnificina que circularam nesse tempo e mais tarde eram exageradas ao extremo. Nenhuma rua se tornou vermelha de sangue, nem os rios ficaram atulhados de cadáveres. Não obstante, é certo

que a matança foi estarrecedora. Durante o período do Terror, que se estendeu de setembro de 1793 a julho de 1794, as estimativas mais fidedignas orçam o número de execuções em aproximadamente 20.000 para toda a França. Uma lei promulgada em 17 de setembro de 1793 tornava objeto de suspeição quem quer que tivesse tido ligações com o governo dos Bourbons ou com os girondinos; e nenhuma pessoa que fosse suspeita, ou de quem se desconfiasse ser suspeita, estava a salvo de perseguições. Quando, algum tempo depois, perguntaram ao padre Sieyès o que fizera para distinguir durante o Terror, respondeu lacônicamente: "Sobrevivi". Em última análise, entretanto, deve-se reconhecer que a mortandade durante a Revolução Francesa foi muito menor do que na maioria das guerras civis e internacionais. As 20.000 vítimas do Terror não suportam comparação, por exemplo, com as centenas de milhares de vidas ceifadas pela Guerra de Secessão norte-americana. Napoleão Bonaparte, que muitos cultuam como um herói, foi responsável, no mínimo, por um número de mortes vinte vezes maior do que as causadas pelo Comité de Salut Public. Está claro que com isto não pretendemos desculpar a selvajaria do terror, mas tão-somente corrigir uma imagem deformada.

A despeito da violência do Terror, a segunda fase da Revolução Francesa caracterizou-se por algumas realizações muito valiosas. Chefes como Robespierre, malgrado o seu fanatismo, não deixavam de ser humanitários sinceros e não seria crível que perdessem a oportunidade de iniciar reformas. Entre os seus feitos mais significativos contam-se a abolição da escravidão nas colônias e da prisão por dívida, a adoção do sistema decimal de pesos e medidas e a supressão do direito de primogenitura, de forma que a propriedade não fosse mais herdada exclusivamente pelo filho mais velho e sim dividida em porções substancialmente iguais entre todos os herdeiros imediatos. A Convenção procurou também suprir as deficiências dos decretos da Assembléia Nacional que aboliam os vestígios do feudalismo, estabelecendo medidas no sentido de uma liberdade maior no gozo das oportunidades econômicas. Os bens dos inimigos da Revolução foram confiscados em benefício do governo e das classes inferiores. As grandes propriedades foram parceladas e oferecidas à venda em condições muito favoráveis aos cidadãos mais pobres. As indenizações anteriormente prometidas aos nobres pela perda dos seus privilégios foram abruptamente canceladas. A fim de refrear o aumento do custo da vida a lei fixou os preços máximos do trigo e de outros artigos de

primeira necessidade, ao mesmo tempo que os comerciantes aproveitadores eram ameaçados com a guilhotina. Também foram adotadas medidas reformistas no setor religioso. Houve um momento, durante o Terror, em que se tentou abolir o cristianismo e erigir em seu lugar o culto da Razão. Dentro desse espírito adotou-se um novo calendário, fazendo começar o ano na data da proclamação da República (22 de setembro de 1792) e dividindo os meses de modo a eliminar o domingo cristão. Ao conquistar o poder, Robespierre substituiu esse culto da Razão por uma religião deísta que compreendia o culto de um Ser Supremo e a crença na imortalidade da alma. Finalmente, em 1794, a Convenção adotou o critério mais sensato de fazer da religião um assunto particular de cada um. Resolveu-se estabelecer uma separação completa entre a igreja e o estado e tolerar todas as crenças que não fossem positivamente hostis ao governo.

No verão de 1794 o Terror chegou ao seu termo e, logo depois, a Revolução entrou na terceira e última fase. O acontecimento que assinalou essa mudança foi a Reação Termidoriana, cujo nome deriva do mês de termidor (mês do calor – 19 de julho a 18 de agosto) do novo calendário. A execução de Robespierre a 28 de julho de 1794 representava a completação de um ciclo. A Revolução havia devorado os seus próprios filhos. Um após outro, tinham caído os gigantes radicais: primeiro Marat, depois Hébert e Danton, e por fim Robespierre e Saint-Just. Os únicos líderes que restavam na Convenção eram homens de tendências mais moderadas. Com o decorrer do tempo, inclinavam-se para um conservantismo crescente e para o emprego de toda espécie de chicana política que servisse para mantê-los no poder. Mais uma vez a Revolução passou, aos poucos, a refletir os interesses da burguesia. Foi então desfeita grande parte da obra extremista dos radicais. Revogaram-se a lei dos preços máximos e a dos "suspeitos". Os prisioneiros políticos foram soltos, os jacobinos tiveram de procurar esconderijos e a Junta de Segurança Pública foi despojada dos seus poderes despóticos. A nova situação possibilitou a volta dos padres, dos monarquistas e outros emigrados, os quais vieram juntar o peso da sua influência às tendências conservadoras.

Em 1795 a Convenção Nacional adotou uma nova constituição que apunha o sinete da aprovação oficial à vitória das classes abastadas. A nova lei orgânica, conhecida como a Constituição do Ano III, concedia o sufrágio a todos os cidadãos adultos do sexo masculino que soubessem ler e escrever, mas estes só poderiam votar em eleitores que escolheriam, por

sua vez, os membros do Corpo Legislativo; e para ser eleitor era preciso possuir uma fazenda ou qualquer outra propriedade cuja renda anual equivalesse, no mínimo, a cem dias de trabalho. Ficava assim assegurado que a autoridade do governo derivaria efetivamente de cidadãos de fortuna considerável. O Corpo Legislativo compor-se-ia de duas câmaras: uma câmara baixa ou Conselho dos Quinhentos, e um senado ou Conselho dos Anciãos. Não sendo praticável restaurar a monarquia, por se temer a volta da antiga aristocracia ao poder, o poder executivo foi investido numa junta — o Diretório — composta de cinco homens que seriam indicados pelo Conselho dos Quinhentos e eleitos pelo Conselho dos Anciãos. A nova constituição não só incluía uma declaração dos direitos mas também uma especificação dos deveres do cidadão. Ocupava lugar de destaque entre estes últimos a obrigação de ter presente ao espírito que "é sobre a manutenção da propriedade... que assenta toda a ordem social".

Ninguém poderia esperar que um sistema tão categoricamente contrário aos direitos das massas pudesse florescer sem oposição. Nem bem a Constituição do Ano III fora posta em vigor, os jacobinos organizaram, sob a chefia de "Graco" Babeuf, um movimento para derribá-la. Esse homem, redator-chefe da Tribuna do Povo e fundador da Sociedade dos Iguais, tem sido muitas vezes chamado o primeiro socialista moderno. Mas, ao que parece, o verdadeiro socialismo estava bem longe dos seus objetivos, que não diferiam muito dos demais jacobinos radicais. Visava ele uma sociedade em que todos os homens seriam proprietários em proporções substancialmente iguais. A fim de atingir esse escopo, exigia que se procedesse à confiscação e à redistribuição do excesso de fortuna dos ricos. Em setembro de 1796 os seus adeptos, em número aproximado de 17.000, lançaram um ataque contra a guarnição militar de Grenelle, na esperança de que esta passasse para o seu lado e se juntasse a eles numa marcha sobre Paris. O tentame redundou em lamentável fracasso. Pouco depois Babeuf e seu principal ajudante foram condenados por traição, sendo executados em maio do ano seguinte. Isso pôs fim à derradeira tentativa de converter a Revolução Francesa num movimento em prol da melhoria econômica das classes inferiores.

A terceira fase da Revolução Francesa teve pequena importância histórica em comparação com as outras duas. Tomada em conjunto, foi um período de estagnação, de corrupção generalizada e de cinismo. Tinha-se volatilizado o ardente zelo reformador que caracterizara as duas fases

precedentes. Os membros do novo governo interessavam-se muito mais pelas oportunidades de proveito pessoal do que pelos planos brilhantes dos filósofos para recompor o mundo. O suborno era concomitância habitual do lançamento e arrecadação de impostos, bem assim como do emprego de fundos públicos. Até alguns membros do Diretório exigiam peitas, com toda a desfaçatez, em troca de favores que tinham a obrigação de conceder no exercício de suas funções normais. Essa cobiça cínica nas altas esferas não podia deixar de ter seus efeitos nas normas gerais da sociedade. Não é de surpreender, portanto, que o período do Diretório tenha sido uma época de louca extravagância e dissipação, de desenfreada competição pela riqueza. A especulação e o jogo tendiam a relegar a um plano secundário os negócios honestos. Enquanto a fome rondava os bairros pobres de Paris os aproveitadores acumulavam fortunas e ostentavam sem pejo os seus ganhos adquiridos a expensas do povo. A tanto chegaram as gloriosas promessas da Revolução, arrastadas na lama até mesmo por alguns que a princípio haviam jurado defendê-las!

No outono de 1799 encerrou-se a era da Revolução Francesa. O acontecimento que assinalou esse fim foi o golpe de estado de Napoleão Bonaparte, em 18 brumário (9 de novembro). Esse, contudo, não foi mais que o golpe de misericórdia. Já desde algum tempo o regime instaurado pela Constituição do Ano III vinha pairando à beira do colapso. Embora tivesse sido temporariamente fortalecido por algumas vitórias militares — pois ainda prosseguia a guerra contra os inimigos estrangeiros da Revolução — por fim até esse apoio falhou. Em 1798-99, a política agressiva do Diretório envolveu a França numa luta com nova coligação de adversários poderosos: Grã-Bretanha, Áustria e Rússia. A sorte das batalhas não tardou a mudar. Um após outro, caíram por terra os estados satélites que os franceses haviam levantado em sua fronteira oriental. Os exércitos da república foram expelidos da Itália. Tornou-se logo evidente que as conquistas dos anos anteriores iam reduzir-se a nada. Enquanto isso, o Diretório vinha sofrendo uma perda ainda maior de prestígio em virtude da sua conduta dos negócios interiores. Milhares de pessoas estavam revoltadas com a vergonhosa corrupção dos funcionários públicos e com a sua desumana indiferença ante as necessidades dos pobres. O que ainda mais agravava a situação era a séria crise financeira, pela qual o governo era em parte responsável. A fim de atender às despesas de guerra e aos gastos extravagantes de administradores incapazes, multiplicaram-se as

emissões de assignats, ou papel-moeda. Os resultados inevitáveis foram uma tremenda inflação e um completo caos. Dentro de pouco tempo os assignats sofreram enorme depreciação, até não serem aceitos por mais de 1% do seu valor nominal. Em 1797 as condições tinham piorado de tal forma que circulação. Durante o período de caos financeiro milhões de cidadãos não houve outro remédio senão repudiar todo o papel-moeda em precavidos e respeitáveis, que tinham conseguido acumular certas posses, viram-se reduzidos ao nível de proletários. O efeito natural foi convertê-los em inimigos rancorosos do governo constituído.

Foi nessas condições deploráveis que se tornou relativamente fácil a ascensão de Bonaparte. O sentimento de revolta ante a venalidade e a indiferença do governo, o rastilho de ódio deixado pelas agruras da inflação, a humilhação resultante das derrotas militares — tais foram os fatores que encorajaram a convicção largamente difundida de que o regime em vigor era intolerável e só o aparecimento de um "homem a cavalo" poderia salvar a nação da ruína. Em outras palavras, Napoleão subiu ao poder em condições bastante similares às que presidiram ao nascimento de ditaduras mais recentes na Alemanha e na Itália. Mas está claro que o jovem Bonaparte era um herói militar, o que não se dava com Hitler ou Mussolini. Em 1795 tornara-se benquisto aos amigos da lei e da ordem por haver defendido a Convenção Nacional com uma "rajada de metralha" contra um levante de insurretos parisienses. Mais tarde cobrira-se de glória com as suas campanhas na Itália e no Egito. É verdade que as notícias de seus êxitos neste último país tinham sido um pouco exageradas, mas convenceram os patriotas franceses de que tinham nele, ao menos, um general em cuja capacidade podiam depositar absoluta confiança. Além disso, ninguém podia contestar que ele expulsara os austríacos da Itália e anexara à França a Sabóia, Nice e as províncias austríacas dos Países-Baixos. Não é muito de admirar que Napoleão passasse a ser considerado o homem do momento. Seu nome tornou-se um símbolo da grandeza nacional e dos gloriosos feitos da Revolução. E, à medida que crescia o sentimento de repulsa contra o Diretório, era ele mais do que nunca saudado como o herói incorruptível que salvaria a nação da vergonha e do desastre.

3. OS BONS E OS MAUS FRUTOS DA REVOLUÇÃO

Ainda que a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder como ditador militar tenha marcado o início de uma nova era, não anulou de forma alguma a influência da Revolução Francesa. Efetivamente, como se verá no próximo capítulo, o próprio Napoleão manteve algumas das conquistas revolucionárias e assumiu a atitude de campeão invencível da igualdade e da fraternidade, se não da liberdade. Mas, ainda que ele não tivesse agido desse modo, a herança da Revolução teria indubitavelmente sobrevivido. Um movimento que tão profundamente abalara as bases da sociedade jamais poderia ter passado à história sem deixar um rastro de momentosos resultados. Sua influência repercutiu através de quase todo o século XIX e fêz-se sentir em muitas nações do mundo ocidental. A nova paixão da liberdade foi a força propulsora de numerosas insurreições e "revoluções" que pontilharam o período entre 1800 e 1850. A primeira a ocorrer foi a sublevação dos espanhóis contra José Bonaparte, em 1808. Seguiu-se-lhe uma verdadeira epidemia de distúrbios revolucionários entre 1820 e 1831, em países como a Grécia, a Itália, a Espanha, a França, a Bélgica e a Polônia. Finalmente, os movimentos revolucionários de 1848 estavam longe de ser completamente alheios ao grande levante francês de 1789, pois que a maioria deles se inspirava no mesmo entusiasmo nacionalista e em ideais semelhantes de liberdade política.

A Revolução Francesa também teve outros resultados de caráter mais duradouro e mais benéfico para a humanidade em geral. Foi, antes de mais nada, um vigoroso golpe contra a monarquia absoluta. Daí em diante, poucos reis ousaram arrogar-se uma autoridade ilimitada. Mesmo quando, em 1814, um Bourbon foi restaurado no trono da França, não demonstrou quaisquer pretensões à missão divina de governar como bem lhe aprouvesse. Em segundo lugar, a Revolução Francesa fez desaparecer quase todos os remanescentes de um feudalismo em plena decadência, inclusive a servidão e os privilégios feudais dos nobres. Todas as corporações foram abolidas para nunca mais reviver. Posto que subsistissem ainda alguns vestígios do mercantilismo, os seus dias, como doutrina política acatada pelos governos, estavam positivamente contados. Embora a separação entre a Igreja e o Estado, consumada em 1794, acabasse sendo anulada por Napoleão, não deixou de fornecer um precedente para o divórcio definitivo da religião e da política, não só na França mas também em muitos outros

países. Entre os restantes resultados benéficos da Revolução podem ser mencionados a abolição da escravidão nas colônias francesas, a eliminação da prisão por dívidas, o cancelamento do direito de primogenitura e uma distribuição mais ampla das terras, graças ao parcelamento das grandes propriedades. Por fim, as bases de duas das mais importantes realizações de Napoleão — as reformas educacionais e a codificação das leis — foram assentadas, na realidade, pelos chefes da Revolução.

Não se pode negar, por outro lado, que a Revolução Francesa também tenha tido os seus frutos amargos. Foi ela em grande parte responsável pelo desenvolvimento do nacionalismo "chauvinista" como ideal dominante. O nacionalismo, está claro, nada apresentava de novo. Pode ser encontrado quase que na própria origem das mais antigas civilizações. Manifestou-se na obsessão dos hebreus de serem o Povo Eleito e no exclusivismo racial dos gregos. Mesmo em sua forma européia moderna, tem raízes que se estendem ao século XIII. Sem embargo, o nacionalismo só se tornou uma força realmente virulenta e avassaladora depois da Revolução Francesa. Foi o orgulho do povo francês pelo que tinha realizado e a sua determinação de preservar tais conquistas que deram origem ao patriotismo fanático tão bem exemplificado pela sua emocionante canção guerreira, a Marselhesa. Pela primeira vez na história moderna, uma nação inteira se punha em pé de guerra. Em contraste com os exércitos profissionais relativamente pequenos do passado, a Convenção Nacional, em 1793, alistou cerca de 800.000 homens, ao passo que milhões de outras, atrás das linhas de combate, dedicavam as suas energias à gigantesca tarefa de eliminar os desacordos internos. Operários, camponeses e burgueses, todos cerraram fileiras sob o lema de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade" como em defesa de uma causa sagrada. O cosmopolitismo e o pacifismo dos filósofos iluministas ficaram completamente esquecidos. Mais tarde esse patriotismo militante contaminou outras terras, contribuindo com o peso da sua influência para alimentar as idéias exaltadas de superioridade nacional e os ódios raciais. Por fim, a Revolução Francesa teve por consequência uma deplorável depreciação da vida humana. A carnificina de milhares de pessoas durante o Terror, muitas vezes sem que lhes pudesse ser assacada qualquer culpa, mas simplesmente como meio de infundir pavor nos inimigos da Revolução, tendeu a criar a impressão de que a vida do homem pouco ou nada valia em confronto com os nobres objetivos do partido que ocupava o poder. Essa impressão talvez contribua para explicar a relativa indiferença

com que, alguns anos depois, a França aceitou o sacrifício de centenas de milhares de seus filhos para satisfazer as ambições ilimitadas de Napoleão.

Capítulo 22

A época do romantismo e da reação (1800-1830)

O século que se seguiu à Revolução Francesa foi um período de mudanças rápidas e profundas. Em confronto com ele, a vida nas épocas precedentes parece quase estacionária. Jamais, em tão breve espaço de tempo, houve alterações tão radicais nos modos de vida ou uma subversão em tão larga escala de tradições veneráveis. Uma avalanche de inventos novos acelerou o ritmo da vida a um ponto que ultrapassava os mais ousados sonhos de Leonardo da Vinci ou de Newton. A população da Europa cresceu de 180 milhões, ao findar a Revolução Francesa, para o total quase incrível de 460 milhões em 1914. Nunca se tinha verificado, em épocas anteriores, algo semelhante a tal acréscimo em pouco mais de um século. Em consequência dessa e de outras mudanças a vida do homem moderno assumiu um grau de complexidade e variedade até então desconhecido. Os novos ideais sociais e políticos multiplicaram-se em desconcertante confusão. Foi uma época de alterações contínuas, de tendências em conflito e de agudas divergências sobre os problemas sociais. Não se deve imaginar, todavia, que o século XIX se houvesse desligado por completo dos períodos precedentes. Tal suposição seria particularmente falsa no tocante aos anos que vão de 1800 a 1830. Foi, sobretudo, a época da reação à Revolução Francesa — reação vigorosa contra a liberdade e a igualdade, revolta contra a razão e a ciência, e tentativa de obrigar o homem a aceitar uma vez mais o jugo da autoridade.

1. O SIGNIFICADO DE NAPOLEÃO

Já vimos que o golpe de estado de Napoleão Bonaparte pusera fim definitivamente à Revolução Francesa. Por esse motivo o período de seu governo, de novembro de 1799 a abril de 1814 e durante os Cem Dias que foram de março a junho de 1815, pode ser justamente considerado como a fase inicial da reação do século XIX contra as idéias liberais que tinham tornado possível a Revolução. É certo que Napoleão afirmava simpatizar com alguns desses ideais, mas a forma de governo que estabeleceu era muito pouco compatível com qualquer deles. Seu verdadeiro objetivo, no que se referia à obra da Revolução, era manter aquelas conquistas que se coadunassem com a glória nacional e com as suas

próprias ambições de glória militar. Em outras palavras, alimentou e fortaleceu o patriotismo revolucionário e levou avante as realizações de seus predecessores que se podiam adaptar aos objetivos de um governo centralizado. Mas a liberdade no sentido de inviolabilidade dos direitos individuais nada significava para ele; chegou mesmo a declarar que o povo francês necessitava de igualdade e não de liberdade. Além disso, interpretava a igualdade como significando pouco mais que uma oportunidade igual para todos, sem levar em conta o nascimento, isto é, se não se propôs restaurar a servidão ou devolver as terras à velha nobreza, também não pensou em impor qualquer restrição à atividade econômica dos ricos.

A fim de compreender o significado histórico de Napoleão é necessário conhecer alguma coisa da sua vida particular e do papel que desempenhou nos acontecimentos dramáticos que precederam a sua ascensão ao poder. Nascido em 1769 numa cidadezinha da Córsega, exatamente um ano depois de ter sido a ilha cedida a França, Napoleão pertencia a uma família orgulhosa mas empobrecida, detentora de um título de nobreza conferido pela república de Gênova. Em 1779 ingressou numa escola de Brienne, na França, e cinco anos depois foi admitido na academia militar de Paris. Parece que como estudante teve uma existência infeliz, abstendo-se de todos os prazeres sociais, comendo pão seco para economizar e acirrando-se cada vez mais contra os franceses, a quem acusava de escravizar os seus conterrâneos da Córsega. Não se distinguiu em nenhuma das disciplinas acadêmicas, com exceção da matemática, mas aplicou-se tão assiduamente à ciência militar que com a idade de dezesseis anos conquistou o posto de subtenente de artilharia. O progresso da Revolução e as guerras com o estrangeiro deram-lhe oportunidade de promoção rápida, pois muitos dos oficiais nomeados pelo antigo regime tinham fugido do país. Em 1793 era já o Coronel Bonaparte, com a difícil missão de expulsar os ingleses de Toulon. Logo depois era recompensado com a promoção a general de brigada. Em 1795 defendeu a Convenção Nacional contra um levante de reacionários parisienses e no ano seguinte foi-lhe confiado o comando da expedição contra os austríacos na Itália. O brilhante sucesso alcançado nessa campanha elevou-o à categoria de herói nacional. Seu nome andava em todas as bocas. Os políticos temiam-no e porfiavam em satisfazer-lhe todos os desejos. Ao mesmo tempo que as classes favorecidas o adoravam como um baluarte contra o radicalismo, muitas pessoas do povo

se iludiam com os seus melífluos protestos de dedicação à doutrina revolucionária. Para todos aqueles cujas emoções tinham sido inflamadas pelo novo patriotismo ele encarnava o símbolo da vitória e a esperança num futuro glorioso.

Se as condições na França fossem mais estáveis do que eram em 1799, é provável que Napoleão Bonaparte nunca tivesse passado de um talentoso oficial do exército. Já vimos, porém, que a situação nesse ano e nos precedentes era extremamente caótica. As desgraças de um povo já vergado pelas atribulações de uma longa revolução juntavam-se a corrupção, a falta de escrúpulo dos aproveitadores e a ruína financeira. O estado de desespero era tão profundo que milhares de homens acolheram o novo despotismo como uma esperança de melhora. Além disso, o governo do Diretório estava carcomido pela intriga. Um dos seus membros, o padre Sieyès, conspirava mesmo para derrubá-lo e andava à cata de um herói popular que o auxiliasse no intento. Mas o triunfo de Napoleão também se deveu a certas qualidades intrínsecas da sua personalidade. Era astuto, egotista e sem escrúpulos. Teve bastante sagacidade para perceber que o povo estava cansado da desordem e da corrupção e almejava a volta à estabilidade. Convencido de que fora tocado pela mão do Destino, resolveu não permitir que nada obstasse à realização das suas altas ambições. Não respeitava princípios ou teorias, não agasalhava dúvidas ou perplexidades, não sentia picadas de consciência. Sabia mentir e enganar aparentando uma sinceridade perfeita. Era dotado, além disso, de infatigável energia. Passa por ter sustentado que duas horas de sono por dia eram suficientes para um homem, quatro para uma mulher e "oito para um imbecil". Conquistava a afeição dos soldados com a sua resistência às fadigas e privações e com a sua inesgotável capacidade de atender pessoalmente a todos os detalhes de que dependesse o êxito de uma campanha militar. Por fim, tinha uma aguda intuição do dramático, o dom da eloquência e o poder magnético de inspirar aos seus subordinados a mais absoluta dedicação. Sabia tirar o máximo proveito dos ambientes e situações, enchendo as imaginações dos que o cercavam com visões magníficas de glória e poder.

O novo regime instituído por Napoleão após o golpe de estado a 18 brumário era uma autocracia mal disfarçada. A constituição, rigidida pelos próprios conspiradores, criava uma forma de governo conhecida como o Consulado. O poder executivo era exercido por três Cônsules, os quais deviam nomear um Senado. Este, por sua vez, escolheria os membros do

Tribunato e do Corpo Legislativo numa lista de candidatos indicados por sufrágio popular. O Primeiro Cônsul, que naturalmente era o próprio Bonaparte, tinha autoridade para propor todas as leis, além do poder de nomear toda a administração, controlar o exército e conduzir as relações exteriores. O Tribunato discutia as leis sem votá-las, após o que o Corpo Legislativo as aceitava ou rejeitava sem ter o privilégio de debatê-las. Em muitos casos a aprovação final das medidas legislativas era dada pelo Senado, que decidia sobre todas as questões de constitucionalidade. Vê-se, deste modo, que todo o sistema dependia, em última análise, da vontade do Primeiro Cônsul. No entanto, os autores da constituição simulavam acatar a soberania popular, restabelecendo o princípio do sufrágio universal masculino. Em dezembro de 1799 o novo instrumento de governo foi submetido ao "referendum" popular e aprovado por esmagadora maioria. Terminada a apuração dos votos viu-se (ou pelo menos assim se disse) que apenas 1562 num total superior a três milhões se haviam pronunciado contra. A constituição assim adotada entrou em vigor a 1.º de janeiro de 1800, mas, como ainda estivesse em uso o calendário revolucionário, é conhecida como a Constituição do Ano VIII.

Conquanto Napoleão se tivesse tornado um monarca absoluto em quase tudo, salvo no nome, ainda não estava satisfeito. Em 1802 obteve o consentimento do povo para tornar vitalício o seu cargo de Primeiro Cônsul, ao qual a constituição marcara a duração de dez anos. Só restava tornar a sua posição hereditária. Em 1804, por meio de outro plebiscito, obteve permissão para converter o Consulado num império. Pouco depois, entre imponentes cerimônias realizadas na catedral de Notre Dame, colocou uma coroa na própria cabeça e assumiu o título de Napoleão I, Imperador dos Franceses. O que o inspirou a tomar tal resolução foi, em parte, a recrudescência da oposição. Várias tentativas tinham sido feitas nos últimos tempos para tirar-lhe a vida e tramavam-se contra ele complots realistas. Dezenas e dezenas de pessoas eram presas por simples suspeitas, escolhendo-se dentre elas as mais proeminentes para sofrerem punição exemplar. O Duque de Enghien foi fuzilado diante de uma sepultura aberta, após um simulacro de processo. O General Pichegru foi encontrado estrangulado na sua cela. Tendo-se livrado assim de seus principais inimigos, Napoleão chegou evidentemente à conclusão de que o melhor meio de resguardar-se contra futuros contratempos do mesmo gênero seria fundar uma dinastia própria, frustrando assim as intenções de todos os

pretendentes da casa dos Bourbons. Especialmente se obtivesse a bênção da igreja para o seu governo, poucos ousariam fazer-lhe oposição. Por este motivo fez vir de Roma o papa Pio VII para officiar na sua coroação, embora tivesse o cuidado de frisar que Sua Santidade estava agindo como mero agente de Deus e não como um soberano internacional com poderes para criar ou depor um imperador.

É infelizmente verdade que a fama de Napoleão Bonaparte assenta, sobretudo, nas suas empresas militares. Sua obra de estadista foi, todavia, muito mais importante. Neste último setor trouxe ele, pelo menos, algumas contribuições notáveis para a civilização. Ratificou a redistribuição de terras levada a efeito pela Revolução, permitindo destarte que o camponês médio continuasse a ser um lavrador independente. Expurgou a administração da desonestidade e do desperdício, reformou o sistema tributário e fundou o Banco Francês para promover um controle mais eficiente dos negócios fiscais. Drenou pântanos, alargou portos, construiu pontes e uma rede de estradas e canais. A maioria dessas obras foram realizadas sobretudo com objetivos militares, mas também em parte para conquistar o apoio das classes comerciais Centralizou além disso o governo da França, dividindo o país em "departamentos" de extensão uniforme, cada qual sob a administração de um prefeito que recebia ordens de Paris. Seu feito de maior importância foi, talvez, a conclusão da reforma educacional e da judiciária, iniciadas durante a Revolução. Ordenou a instalação de escolas públicas elementares em cada aldeia, de liceus nas cidades importantes e de uma escola normal em Paris, encarregada de preparar professores. Como complemento a essas mudanças, colocou as escolas militares e técnicas sob a direção do estado e fundou uma universidade nacional para supervisionar todo o sistema. Nunca, porém, reservou mais de um quarto do orçamento para a instrução pública, resultando daí que menos de metade do número total das crianças francesas eram educadas a expensas do estado. Em 1810, com o auxílio de um corpo de juristas, completou o famoso Código Napoleão, uma revisão e codificação das leis civis e criminais com base nos planos elaborados pela Convenção Nacional. A despeito das suas disposições excessivamente severas — a pena de morte, por exemplo, era mantida nos casos de furto e os parricidas deviam ter as mãos decepadas antes da execução — o Código Napoleão foi acolhido como a obra de um segundo Justiniano. Com certas modificações, permaneceu durante mais de um século como lei vigente na França e na Bélgica, ao mesmo tempo que partes

consideráveis dele eram incorporadas aos sistemas jurídicos da Alemanha, da Itália, da Suíça, da Luisiana e do Japão.

A obra de Napoleão incluiu muitas outras alterações no sistema político da França. Em primeiro lugar, restaurou a união entre a igreja católica e o estado. Em 1801 assinou uma Concordata com o papa, estipulando que os bispos seriam nomeados pelo Primeiro Cônsul e o governo pagaria salários ao clero. Ainda que a igreja católica não tivesse recuperado o monopólio legal que desfrutara no antigo regime, pois eram toleradas também outras religiões, passou a ocupar uma posição nitidamente vantajosa que a capacitou a aumentar o seu poder nos anos seguintes. Somente em 1905, quando a Concordata de 1801 foi por fim rescindida, o catolicismo voltou a uma situação de igualdade em relação às outras religiões. Napoleão também pode ser acusado de cercear as liberdades dos seus súditos, quase desde o momento em que subiu ao poder. Aboliu o julgamento pelo júri em certos casos, impôs uma censura rigorosa à imprensa e suspendeu muitos jornais que suspeitava de serem hostis à sua política. Tão eficiente era o seu controle em toda a nação que nem um só jornal francês noticiou a desastrosa derrota sofrida pela armada de Napoleão em Trafalgar senão após o colapso do império, volvidos mais de oito anos. Além de tudo isso, Napoleão perverteu a educação utilizando-a para fins patrióticos e para a glorificação das suas ambições pessoais. Ordenou que se ensinassem todas as crianças, nas escolas, a amar o seu imperador, a obedecer-lhe e a "oferecer preces fervorosas pela sua segurança".

Não seria possível nem desejável, num livro desta espécie, apresentar um relato pormenorizado dos empreendimentos de Napoleão como cabo de guerra. Todavia, o assunto não pode ser totalmente omitido, porquanto os resultados das suas campanhas tiveram efeito considerável na orientação do curso da história. Talvez se possa dizer, em seu abono, que nem todas as guerras em que se empenhou foram provocadas por ele. Com sua ascensão ao poder, em 1799, herdou do Diretório a luta com a Segunda Coligação composta da Inglaterra, da Áustria e da Rússia. Valendo-se da lisonja e da intriga, Napoleão rapidamente conseguiu a retirada da Rússia, podendo então voltar contra a Áustria todas as forças de que dispunha. Conduzindo os seus batalhões de escol através das traiçoeiras gargantas dos Alpes, na primavera 1800, lançou-se sobre os austríacos no vale do Pó e esmagou-os como entre as mandíbulas de um torno. Pouco depois o imperador Habsburgo pediu a paz. Em 1801, a Inglaterra era o

único inimigo ainda em campo. Como não possuísse uma armada verdadeiramente poderosa, Napoleão achou que os ingleses estavam fora do seu alcance e preferiu negociar a paz a lutar. Em 1802 aceitou a Paz de Amiens, pela qual a Inglaterra concordava em ceder as possessões coloniais apreendidas durante a guerra, com exceção das ilhas de Trinidad e Ceilão. Napoleão podia agora dedicar-se inteiramente à consolidação do seu poder no interior.

A Paz de Amiens mostrou ser apenas uma trégua. Por vários motivos, a Inglaterra e a França entraram novamente em luta no ano seguinte. Os ingleses estavam alarmados com a extensão da influência de Napoleão na Itália e nos Países-Baixos e com a aliança por ele firmada com a Espanha. Napoleão sentia-se irritado com a recusa dos ingleses a se retirarem de Malta, de acordo com o Tratado de Amiens. Mas a razão principal do reinício da guerra foram, sem dúvida, as ambições económicas tanto de ingleses como de franceses. Os comerciantes e industriais da Inglaterra temiam que Napoleão em breve se tornasse bastante poderoso para reconquistar o império colonial que a França perdera na Guerra dos Sete Anos. O astuto corso, por seu lado, contava com a destruição da prosperidade britânica como o meio mais seguro de ganhar a simpatia da burguesia francesa, que considerava como o seu mais valioso arrimo. Conquanto a guerra tivesse sido declarada em maio de 1803, as verdadeiras hostilidades não se iniciaram senão depois de certo tempo. Ambos os campos gastaram mais de um ano em preparativos — os franceses organizando uma esquadra para invadir a Inglaterra e os ingleses conquistando uma série de aliados. Em 1805 estava formada a Terceira Coligação contra a França, da qual faziam parte a Inglaterra, a Áustria, a Rússia e a Suécia.

Nessa contingência Napoleão recorreu à sua velha tática de tentar aniquilar em primeiro lugar os inimigos continentais. Abandonando provisoriamente a pretensão de invadir a Inglaterra, em outubro de 1805 lançou um exército contra os austríacos, perto da cidade de Ulm, e pouco depois tomou Viena. Em dezembro desse mesmo ano obteve em Austerlitz uma vitória decisiva sobre um exército conjugado de austríacos e russos. Resultou daí o ser a Áustria eliminada do campo da guerra, dentro das condições de um tratado de paz que a privava de três milhões de seus súditos e a reduzia à condição de uma potência de segunda ordem. Tomada de pânico à perspectiva de enfrentar uma sorte idêntica, a Prússia ofereceu então combate. Napoleão aceitou sem perda de tempo, e

antes de um ano os exércitos de Frederico Guilherme III estavam fora de luta. O Corso marchou em triunfo através de Berlim e submeteu a maior parte do país ao governo dos seus generais. Em seguida, voltou a sua atenção para os russos e, derrotando-os em Friedlsnd no mês de junho de 1807, fêz sentir ao czar Alexandre I a conveniência da paz. Em julho, Napoleão e Alexandre encontraram-se em Tilsit, cidade prussiana, a fim de assentar os termos do acordo. Por mais singular que pareça, os dois imperadores resolveram tornar-se aliados. Formaram uma espécie de parceria para controlar os destinos da Europa. Em troca da promessa de cooperar no boicote ao comércio britânico com o Continente, Napoleão dava carta branca a Alexandre para fazer o que quisesse com a Finlândia e tomar certos territórios à Turquia. Ao mesmo tempo impôs à Prússia uma punição esmagadora, subtraindo-lhe metade do território, obrigando-a ao pagamento de indenizações astronômicas e reduzindo-a praticamente à situação de estado vassalo da França.

A estrela do Petit Caporal estava então no zênite. Era senhor de quase todo o continente europeu a oeste da Rússia. Destruíra o que ainda restava do Santo Império Romano e reunira a maioria dos estados alemães, com exclusão da Áustria, numa Confederação do Reno da qual ele próprio se nomeava Protetor. Não somente estendera as fronteiras da França mas também criara, como seu domínio pessoal, um novo reino italiano que compreendia o vale do Pó e o que fora outrora a república de Veneza. Além disso, colocara parentes e amigos em alguns dos tronos restantes da Europa. Seu irmão José tornara-se rei de Nápoles, seu irmão Luís rei da Holanda e seu irmão Jeronimo rei da Vestfália. Escolhera um amigo, o rei da Saxônia, para ser o soberano do ducado de Varsóvia, uma nova Polônia criada principalmente com os territórios que haviam sido tomados à Prússia. Desde os tempos de Carlos V, era a primeira vez que um só homem dominava tão grande parte da Europa. Todavia, a posição de Napoleão estava longe de ser segura, pois ainda lhe restava enfrentar a "desprezível nação de mercadores" do outro lado da Mancha. Tendo perdido para os ingleses a grande batalha naval de Trafalgar (outubro de 1805), resolveu esgotar-lhes as forças pelo método indireto de arruinar-lhes o comércio. Em 1806 e nos anos seguintes, estabeleceu o famoso Bloqueio Continental, uma organização em que todos os estados títeres da França eram obrigados a cooperar com ela no boicote às mercadorias inglesas. Privando a Inglaterra dos seus mercados, esperava Napoleão empobrecê-la a tal ponto que o povo

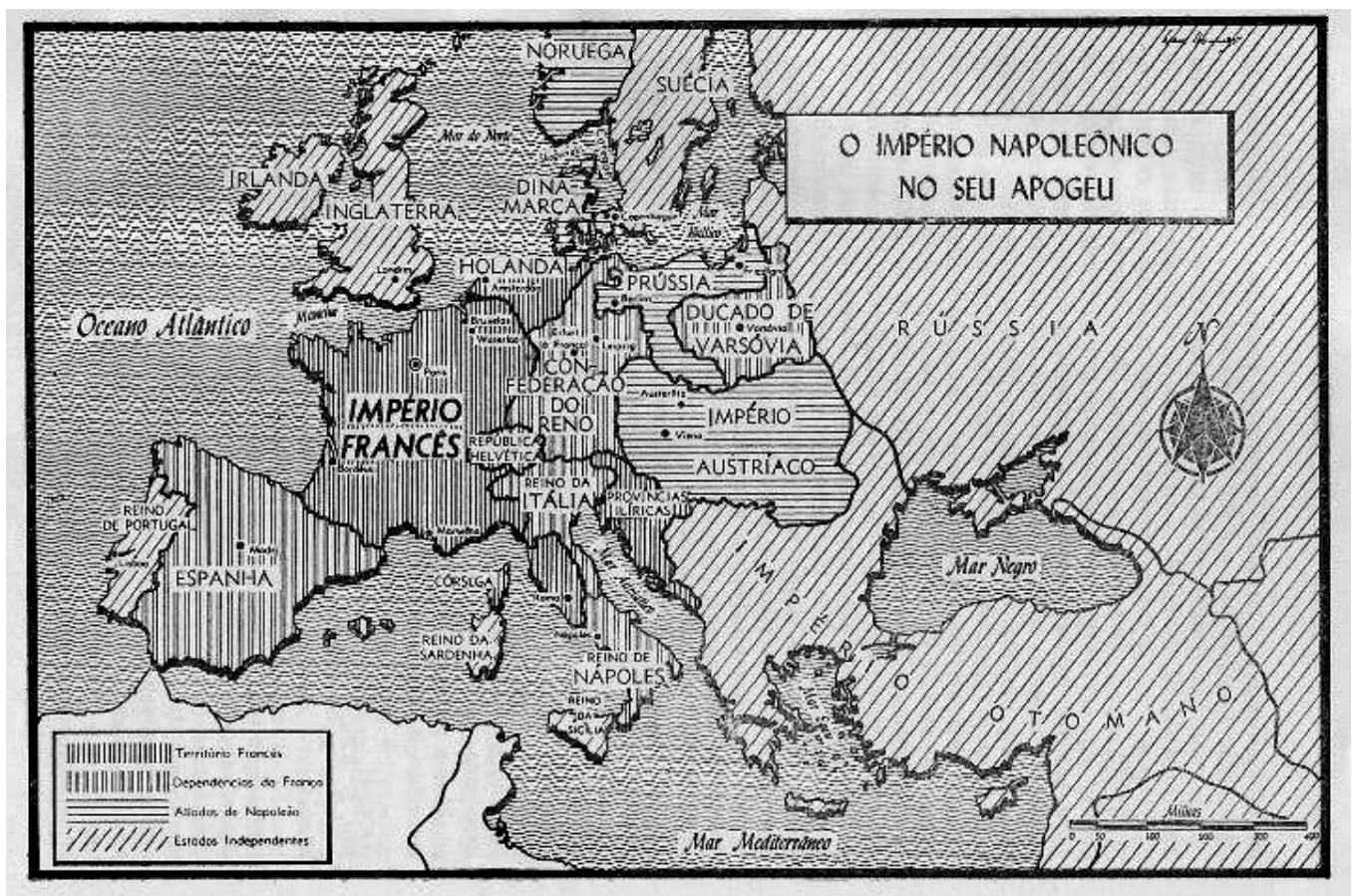
se voltasse contra o governo e o forçasse a capitular. Pelo Tratado de Tilsit, como já salientamos, lograra trazer a própria Rússia para essa organização.

A história da carreira de Napoleão, de 1808 a 1815, é uma crônica do declínio gradual da sua fortuna. Desde que havia deposto o Diretório, em 1799, até a Paz de Tilsit, em 1807, elevara-se ininterruptamente a alturas que um Alexandre ou um César poderiam ter invejado. Mas pouco após essa última data as suas dificuldades começaram a se multiplicar, até que por fim o levaram à ruína. A explicação desse declínio inexorável pode ser encontrada em diversos fatores. Em primeiro lugar, Napoleão tornava-se cada vez mais egocêntrico com o passar dos anos e, portanto, menos inclinado a aceitar conselhos, mesmo de seus subordinados mais capazes. Continuava a acalentar a idéia de ser um eleito do Destino e essa ideia se transformou numa obsessão, num fatalismo supersticioso que lhe roubava a agilidade do espírito. Em segundo lugar, o seu militarismo agressivo provocou inevitável reação por parte das vítimas. Quanto mais se evidenciava que as conquistas napoleônicas não passavam de sórdidos frutos de uma ambição maníaca de poder, mais forte era a resolução, por parte dos vencidos, de reconquistar a sua liberdade. Povos que, enganados pelas aparências, o haviam acolhido anos atrás como o apóstolo da liberdade revolucionária, voltaram-se então contra ele e o odiaram como a um simples opressor estrangeiro. Mais ainda: o militarismo começara a produzir os seus efeitos dentro da própria França. Os ossos de centenas de milhares de soldados, a flor da juventude francesa, tinham sido disseminados no pó dos campos de batalha de toda a Europa. Tornava-se cada vez mais sério o problema não só de preencher os claros nas fileiras do exército, mas também de manter o nível da produção agrícola e industrial. Finalmente, o Bloqueio Continental mostrou ser uma arma de dois gumes. Na verdade, causou maiores danos à França e aos seus aliados do que à Inglaterra. Patenteou-se a impossibilidade de forçar a exclusão dos produtos britânicos do Continente, uma vez que a maioria dos países dominados por Napoleão eram nações agrícolas que insistiam na troca dos seus produtos pelas mercadorias manufaturadas na Inglaterra. Além disso, os ingleses haviam revidado com uma série de decretos reais que tornavam passíveis de apresamento todos os navios que comerciassem com a França ou com os seus aliados. O resultado foi privar o império napoleônico de todas as suas fontes de abastecimento nos países neutros.

O primeiro episódio que marcou o começo do declínio de Napoleão foi a revolta espanhola irrompida no verão de 1808. Em maio desse ano Napoleão enganara o rei e o príncipe herdeiro desse país, levando-os a abrir mão de seus direitos ao trono, e promovera seu irmão José de rei de Nápoles a rei da Espanha. Mas nem bem o novo monarca havia sido coroado quando estalou uma revolta popular. Embora mandasse um exército para debelá-la, Napoleão nunca pôde dominar completamente a rebelião. Estimulados e auxiliados pelos ingleses, os espanhóis sustentaram uma série de guerrilhas que ocasionaram infinitas despesas e aborrecimentos ao grande cabo de guerra francês. Além disso, a coragem com que a Espanha resistia ao invasor despertou em outros povos um espírito de rebeldia, de que resultou não poder mais Napoleão contar com a docilidade de muitas de suas vítimas.

A segunda fase da queda do aventureiro corso foi assinalada pela ruptura de sua aliança com a Rússia. Como país puramente agrícola, a Rússia vira-se a braços com uma dura crise econômica quando não pôde mais, em razão do Bloqueio Continental, trocar o excesso de sua produção de cereais por produtos manufaturados ingleses. A consequência disso foi que o czar Alexandre resolveu fechar os olhos ao comércio com a Inglaterra, não dando ouvidos aos protestos de Paris ou respondendo-lhes com evasivas. Em 1811 Napoleão chegou à conclusão de que não podia mais tolerar esse desrespeito ao Bloqueio Continental. Reuniu um exército de 600.000 homens e, no verão de 1812, pôs-se em marcha para punir o czar. A campanha terminou em horrível desastre. Os russos, sem oferecer resistência, atraíram os franceses cada vez mais para o interior do seu território. Somente quando o inimigo estava nas cercanias de Moscou foi que ofereceram batalha, em Borodino. Derrotados nesse encontro, permitiram que Napoleão ocupasse a sua antiga capital. Mas, na mesma noite da entrada dos franceses, manifestaram-se na cidade incêndios de origem suspeita. Quando as chamas finalmente declinaram, pouco mais restava do que as paredes tismadas do Kremlin para abrigar as tropas invasoras. Na esperança de que o o czar acabasse por se render, Napoleão deixou-se ficar durante mais de um mês entre as ruínas e só em 22 de outubro resolveu iniciar a marcha de regresso. Essa demora foi um erro de consequências fatais. Muito antes de ter alcançado a fronteira, o terrível inverno russo caiu sobre ele. Rios engrossados, montanhas de neve e lamaçais sem fundo retardaram e quase detiveram a retirada. Além das

calamidades de um frio insuportável, das doenças e da fome, guerrilhas de cossacos surgiam dentre a nevasca para atacar as tropas exaustas. Cada manhã, o miserável remanescente a se arrastar na fuga deixava para trás círculos de cadáveres à volta das fogueiras da noite anterior. Em 13 de dezembro, alguns milhares de soldados alquebrados, famintos e quase loucos atravessaram a fronteira da Alemanha — uma ínfima porção daquele que se intitulara orgulhosamente o "Grande Exército". Perto de 300.000 vidas tinham sido sacrificadas na aventura da Rússia.



O resultado desastroso dessa campanha destruiu o mito da invencibilidade de Napoleão. Prussianos e austríacos não tardaram a cobrar coragem e, com o auxílio dos russos, uniram-se numa Guerra de Libertação. Bonaparte organizou rapidamente um novo exército e marchou para arrasar os revoltosos. Na primavera e no verão de 1813 conseguiu algumas vitórias modestas, mas foi finalmente encantado em Leipzig por um exército aliado de 500.000 homens. Aí, de 16 a 19 de outubro, travou-se a célebre Batalha das Nações que redundou em completa derrota para Napoleão. Seu grande império então ruiu como um castelo de

cartas; os estados vassallos o abandonaram e a própria França foi invadida. Em 31 de março de 1814 os aliados vitoriosos entraram em Paris. Treze dias depois Napoleão assinou o Tratado de Fontainebleau, desistindo de todos os seus direitos ao trono da França. Em troca, era-lhe concedida uma pensão de dois milhões de francos anuais e a plena soberania sobre a ilha de Elba, situada no Mediterrâneo à vista de sua terra natal, a Córsega. Os vencedores, juntamente com o senado francês, dedicaram-se então à tarefa de reorganizar o governo da França. Resolveu-se, de comum acordo, restaurar a dinastia dos Bourbons na pessoa de Luís XVIII, irmão do rei que, em 1793, fora mandado para a guilhotina. Teve-se, no entanto, o cuidado de estipular que não haveria uma restauração completa do antigo regime. Deu-se a entender a Luís XVIII que não deveria tocar nas reformas políticas e econômicas que ainda sobreviviam como frutos da Revolução. Atendendo a essa exigência, o novo soberano promulgou uma carta que confirmava as liberdades revolucionárias dos cidadãos e estabelecia uma monarquia moderada.

Mas a restauração de 1814 teve vida curta. O imperador exilado começava a impacientar-se no seu pequenino reino ilhéu e aguardava ansiosamente a primeira oportunidade de escapar. Essa oportunidade apresentou-se na primavera de 1815, quando os aliados se desaviam a propósito do destino a dar à Polónia e à Saxónia. Além disso, o povo francês manifestava sinais de descontentamento com o prosaico governo de Luís XVIII e com a insolência dos nobres do antigo regime que tinham voltado. Foi em tais circunstâncias que Napoleão fugiu de Elba e desembarcou na costa meridional da França a 1º de março. Foi recebido em toda parte com alegria delirante pelos camponeses e pelos ex-soldados. Oficiais enviados para prendê-lo bandeavam-se para o seu lado com regimentos inteiros, compostos de seus velhos camaradas de armas. Em 20 de março, após uma marcha triunfal através do país, Napoleão entrou na capital. Luís XVIII, que jurara morrer em defesa do trono, já se achava a caminho da Bélgica. Napoleão, porém, não devia gozar por muito tempo do seu novo triunfo. Quase imediatamente após tomar conhecimento da sua fuga de Elba, os aliados puseram de lado as suas disputas, declararam o Corso fora da lei e prepararam-se para depô-lo à força. A 12 de junho de 1815 Napoleão deixou Paris com o maior número de forças que pudera reunir, na esperança de derrotar as tropas inimigas sem lhes dar tempo de invadir o país. Seis dias depois, em Waterloo, na Bélgica, foi

fragorosamente derrotado pelo Duque de Wellington à frente de um exército coligado de ingleses, holandeses e alemães. Perdidas todas as esperanças, Napoleão voltou a Paris, abdicou uma segunda vez e fez planos de fugir para a América. Como encontrasse, porém, a costa fortemente guardada, foi obrigado a procurar refúgio num navio britânico. Em seguida foi exilado pelo governo da Inglaterra em Santa Helena, uma ilha rochosa do Atlântico Sul. Ali morreu em 5 de maio de 1821, só e amargurado.

Ao fazer uma estimativa final do significado de Napoleão Bonaparte, não devemos esquecer que o seu nome tem sido grandemente enaltecido pela lenda. Os mitos criados pelos patriotas e cultores de heróis elevaram a sua reputação a proporções quase sobrenaturais. Com a única exceção de Jesus Nazareno, é ele a personagem histórica sobre quem mais se tem escrito. Mas teria ele merecido realmente uma fama tão exaltada? É uma questão pelo menos discutível. Napoleão não era de forma alguma um gênio universal que possuísse todos os conhecimentos ou uma notável sabedoria. Afora a matemática, pouco conhecia de qualquer outra ciência e tão limitado era o seu alcance em economia que não o salvou dos erros colossais do Bloqueio Continental. Ainda que fosse indubitavelmente um tático de grande habilidade, os deslizes da campanha da Rússia mostram que mesmo em assuntos militares ele não era infalível. Mas os piores de todos eram os seus defeitos de caráter. Era inescrupuloso e sem princípios, capaz dos mais vis embustes até contra os seus amigos. Além disso, o seu egoísmo sem medida o tornava friamente indiferente ao derrame de sangue, como uma fera que tritura os ossos da presa inerte. Depois de ter sacrificado 300.000 homens na aventura da Rússia, teve a temeridade de anunciar à nação, como consolo às esposas e mães, que "o Imperador jamais se sentira tão bem na vida". Seu valor real consiste em ter contribuído para preservar algumas das grandes conquistas da Revolução Francesa. Negou-se a restaurar o sistema de privilégios que florescera no tempo dos Bourbons, ainda que pudesse facilmente ter tomado tal medida. Confirmou a abolição da servidão e do direito de primogenitura e permitiu que os camponeses conservassem as terras adquiridas graças ao parcelamento das grandes propriedades. Mais ainda: foi a causa pelo menos indireta da difusão dos ideais revolucionários em outros países. Foi, por exemplo, a esmagadora derrota por ele infligida à Prússia em 1806 que persuadiu os governantes dessa nação a adotar as principais reformas da Revolução Francesa como único meio de levantar novamente o país para

esmagar o opressor. Em 1807-8 o governo prussiano, sob o Barão vom Stein e o chanceler Hardenberg, aboliu a servidão e franqueou as diversas profissões e ocupações aos homens de todas as classes sociais. Infelizmente, essas medidas foram acompanhadas de uma erupção de nacionalismo extremo que teve expressão característica na adoção do serviço militar obrigatório, um dos expedientes despóticos empregados pelo próprio Napoleão.

2. O CONGRESSO DE VIENA E O CONCERTO EUROPEU

Após a queda de Napoleão, um irresistível desejo de paz e de ordem apoderou-se do espírito das classes conservadoras nos países vitoriosos. Quase tudo que havia acontecido desde que o detestado Corso alcançara o poder passou a ser encarado como um horrível pesadelo. Em certos meios desejava-se voltar ao status quo de 1789, anular a obra da Grande Revolução e renovar o poder e o esplendor do antigo regime. O governo dos Estados Pontifícios tratava de suprimir a iluminação das ruas em Roma como uma perigosa inovação, ao mesmo tempo que o Eleitor de Hesse tornava a impor o uso da peruca aos seus leais soldados. Os maiores estadistas compreendiam, no entanto, que uma restauração completa da velha ordem não seria possível. Era evidente, por exemplo, que o povo francês não toleraria o restabelecimento da escravidão ou a devolução das terras confiscadas à nobreza e ao clero. Portanto, embora o corpulento Luís XVIII tivesse sido reposto no trono, ficava subentendido que ele devia continuar a governar de acordo com a Carta de 1814. Como, por outro lado, algumas das potências vitoriosas não estivessem dispostas a ceder os territórios conquistados a expensas da França, fêz-se mister modificar os planos, amiúde sugeridos, de restabelecer as fronteiras européias no estado em que se encontravam ao tempo de Luís XVI.

O trabalho de decidir o destino da Europa após a conclusão da longa guerra que envolvera quase todo o mundo ocidental foi realizado, em sua maior parte, pelo Congresso de Viena. Chamar esse corpo de "congresso" é uma impropriedade de termo, pois na realidade jamais ocorreu uma sessão plenária de todos os delegados. Como na Conferência de Versalhes, mais de uma centena de anos depois, as decisões vitais foram realmente tomadas por pequenas comissões. Não obstante, a reunião de Viena foi encenada com tal pompa e esplendor que até o mais insignificante

dos seus membros sentia estar participando de acontecimentos que marcariam época. Calcula-se que o governo austríaco, na qualidade de hospedeiro, gastou cerca de quinze milhões de dólares com os magníficos banquetes, bailes e paradas militares que organizou na capital danubiana. Os principais delegados, no entanto, compunham uma constelação principesca que eclipsava facilmente os representantes mais modestos. Nada menos de seis monarcas estavam presentes: o czar da Rússia, o imperador da Áustria e os reis da Prússia, da Dinamarca, da Baviera e de Württemberg. A Inglaterra era representada por Lord Castlereagh e por Wellington, o "Duque de Ferro". Da França veio o hábil intrigante Talleyrand, que tinha sido bispo sob Luís XVI, ministro do exterior na corte de Napoleão, e agora se dispunha a abraçar a causa reacionária.

Os papéis dominantes no Congresso de Viena foram desempenhados por Alexandre I e por Metternich. O dinâmico czar é uma das figuras mais desconcertantes da história. Educado na corte voluptuosa de Catarina a Grande, tivera um preceptor francês jacobino que lhe instilava as doutrinas de Rousseau. Em 1801 sucedeu ao pai assassinado e durante as duas décadas seguintes surpreendeu os seus colegas coroados revelando-se o monarca mais liberal da Europa. Após a derrota de Napoleão na campanha da Rússia, Alexandre começou a dar mostras de um pendor crescente para o misticismo, concebendo a missão de converter os governantes de todos os países aos ideais cristãos de justiça e de paz. Mas o principal efeito da loquacidade com que protestava a sua dedicação à "liberdade" e ao "esclarecimento dos povos" foi alarmar os conservadores, levando-os a suspeitar de uma conspiração para estender o poder moscovita à Europa inteira. Acusavam-no de intrigar com os jacobinos de toda parte para substituir a França onipotente por uma Rússia todo-poderosa.

A outra figura proeminente do Congresso de Viena foi Klemens von Metternich, nascido em 1773 em Coblença, no vale do Reno, onde seu pai era embaixador austríaco nas cortes de três pequenos estados alemães. Em seus dias de estudante na Universidade de Estrasburgo, o jovem Metternich testemunhara alguns excessos de violência da multidão revolucionária e era a isso que atribuía a sua invencível aversão às inovações políticas. Terminados os estudos, ingressou na diplomacia e durante quarenta anos foi ministro do exterior. Fomentou ativamente a discórdia entre Napoleão e o czar Alexandre, depois que estes se tornaram aliados em 1807, e contribuiu para promover o casamento de Napoleão com a arquiduquesa austríaca

Maria Luísa. Em 1813 foi elevado à dignidade de príncipe hereditário do Império Austríaco. No Congresso de Viena, Metternich distinguiu-se como homem de maneiras encantadoras e como mestre da intriga. Suas duas grandes obsessões eram o ódio às alterações políticas e sociais e o temor da Rússia. Havia mesmo uma relação entre ambas. Não só receava as revoluções em si mesmas, senão que receava ainda mais as possíveis revoluções inspiradas pelo czar "jacobino" a fim de impor a supremacia russa à Europa. Foi por esse motivo que se mostrou partidário da brandura para com a França na hora da derrota e, em certo momento, esteve disposto a preconizar a restauração de Bonaparte como imperador dos franceses, sob a proteção e a suserania da casa dos Habsburgos.

A idéia básica que orientou os trabalhos do Congresso de Viena foi o princípio de legitimidade. Este princípio foi inventado por Talleyrand como meio de proteger a França contra punições drásticas por parte de seus vencedores, mas acabou sendo adotado por Metternich como expressão apropriada da política geral de reação. Significava o termo que as dinastias reinantes da Europa nos tempos pré-revolucionários deviam ser restauradas e que cada país devia readquirir essencialmente os territórios que possuía em 1789. De acordo com esse princípio Luís XVIII foi reconhecido como o soberano "legítimo" da França, ao mesmo tempo que se confirmava a restauração da Casa de Orange na Holanda, da Casa de Sabóia no Piemonte e na Sardenha, e dos reis Bourbons da Espanha e das Duas Sicílias. A França foi obrigada a pagar uma indenização de 700.000.000 de francos, mas as suas fronteiras permaneceram, em essência, as mesmas que em 1789. Outros arranjos territoriais também obedeceram ao critério da volta ao status quo. Permitiu-se que o papa recuperasse as suas possessões temporais na Itália; a Suíça foi restaurada como uma confederação independente, com a sua neutralidade garantida pelas potências principais, ao passo que o reino da Polónia, fundado por Napoleão, era abolido e o país novamente dividido entre a Rússia, a Áustria e a Prússia.

Mas o Congresso de Viena não foi menos cínico em violar o princípio de legitimidade do que a Conferência de Versalhes em espezinhar a doutrina da autodeterminação dos povos. Em ambos os casos, motivos de conveniência e de cobiça nacional fizeram esquecer a devoção aos ideais. Estavam os elegantes príncipes de Viena ainda longe de completar a restauração do antigo mapa da Europa quando começaram a diluir o princípio de legitimidade no seu curioso sistema de compensações. O

propósito real desse sistema era dar a algumas das potências maiores o ensejo de satisfazer a sua fome de despojos. Permitiu-se à Inglaterra, por exemplo, conservar os valiosos territórios que tomara aos holandeses, aliados, por algum tempo, dos franceses. Entre essas ricas presas contavam-se a África do Sul, uma parte da Guiana na América Meridional e a ilha de Ceilão. Então, para compensar aos holandeses a perda de tão grande parte do seu império, tomaram-se medidas para transferir à Holanda as províncias austríacas dos Países-Baixos, ou seja a Bélgica. Como isso implicasse num sacrifício para a Áustria, os Habsburgos foram recompensados com um extenso pedaço de terra na Itália, anexando a república de Veneza, o ducado de Milão e colocando, além disso, membros da sua família nos tronos da Toscana, de Parma e de Módena. Destarte quem saía lucrando era a Áustria, com a formação de um império compacto que ocupava uma posição dominante na Europa Central. Outra série de compensações semelhantes foi levada a efeito a fim de recompensar a Rússia pela participação na derrota de Napoleão. O czar pôde conservar a Finlândia, que fora tomada à Suécia em 1809. Esta, por sua vez, foi indenizada com a aquisição da Noruega, tomada à Dinamarca. Todos esses arranjos se fizeram com total desrespeito aos interesses dos povos neles envolvidos. Não obstante diferirem os belgas radicalmente dos holandeses em matéria de cultura e religião, foram forçados a submeter-se ao governo da Holanda. Também não se teve a menor consideração pelos interesses dos noruegueses ao transferi-los para a soberania da Suécia. Como no caso do acordo de Versalhes, em 1919, esses crimes contra as nacionalidades prepararam o terreno para o desenvolvimento de rancorosos conflitos no futuro.

Um dos principais objetivos de Metterniche e outros corifeus da reação era fazer do acordo de Viena um baluarte permanente do status quo. Com esse fim em vista, criaram a Quádrupla Aliança da Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia como um instrumento para manter o acordo intacto. Em 1818 a França foi admitida na combinação, convertendo-a destarte numa Quíntupla Aliança que, durante alguns anos, funcionou como uma espécie de Liga das Nações encarregada de fazer cumprir o sistema de Metternich. Também é muitas vezes denominada "Concerto Europeu", uma vez que os seus membros se comprometiam a cooperar na supressão de quaisquer distúrbios decorrentes de tentativas dos povos para depor os seus governos "legítimos" ou mudar as fronteiras internacionais. No espírito dos liberais e

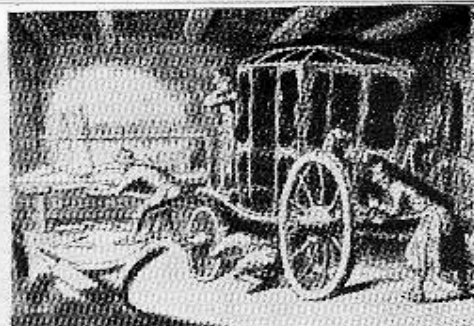
nacionalistas da época, a Quíntupla Aliança era muitas vezes confundida com outra combinação também nascida do acordo de Viena. Referimo-nos à chamada Santa Aliança, um produto do idealismo sentimental do czar Alexandre I. Em setembro de 1815 Alexandre propôs que os monarcas da Europa tomassem "como seu único guia... os preceitos de Justiça, Caridade Cristã e Paz" e que baseassem as relações internacionais, bem assim como o tratamento dos seus súditos "nas sublimes verdades ensinadas pela Santa Religião do Nosso Salvador..." Mas nenhum dos seus reais colegas o tomou a sério, Embora muitos tivessem assinado o ajuste proposto por ele, tendiam a considerar aquilo tudo como um palavriado místico. O fato é que a Santa Aliança nunca passou de uma série de votos piedosos. A verdadeira arma garantidora do triunfo da reação não foi ela, mas o Concerto Europeu.

Os objetivos da Quíntupla Aliança foram conseguidos principalmente graças a uma série de congressos internacionais que se reuniram entre 1818 e 1822. Ao todo, foram quatro: o de Aix-la-Chapelle em 1818, o de Troppau em 1820, o de Laibach em 1821 e o de Verona em 1822. Foi no segundo deles, o de Troppau, que se revelou mais descaradamente o verdadeiro caráter da Aliança. Seus delegados firmaram um acordo que patenteava a intenção, por parte das grandes potências, de intervirem pela força das armas na repressão de qualquer revolta capaz de ameaçar a estabilidade da Europa. Essa política de intervenção chegou a ser posta em prática em duas ocasiões diferentes. Após uma insurreição no Reino das Duas Sicílias, em que o monarca Bourbon, Fernando I, foi obrigado a jurar fidelidade a uma constituição liberal, Metternich convocou o Congresso de Laibach em 1822. Chamado à presença do congresso, o rei Fernando recebeu ordem de anular o juramento e foi persuadido a solicitar o auxílio de um exército austríaco para marchar sobre Nápoles. O resultado foi ser revogada a constituição e restaurado Fernando na sua posição de soberano autocrático. Em 1822 convocou-se o Congresso de Verona para tratar de uma insurreição na Espanha, a qual também tivera o efeito de forçar o rei a subscrever uma constituição liberal. Depois de muitas alterações entre as potências sobre as medidas a ser tomadas para esmagar a revolta, decidiu-se que o rei da França enviaria um exército à Espanha para ajudar o seu parente Bourbon. Não só a revolta foi prontamente dominada mas também a essa intervenção seguiu-se a mais negra reação que até aquela data se tinha visto na Europa. Centenas de apaixonados liberais foram mortos; maior número ainda foi trancafiado em enxovias da mais sórdida espécie. E não deixa de apresentar

interesse o fato de algumas das bárbaras medidas do rei espanhol terem resultado da instigação direta dos chefes da Quíntupla Aliança.

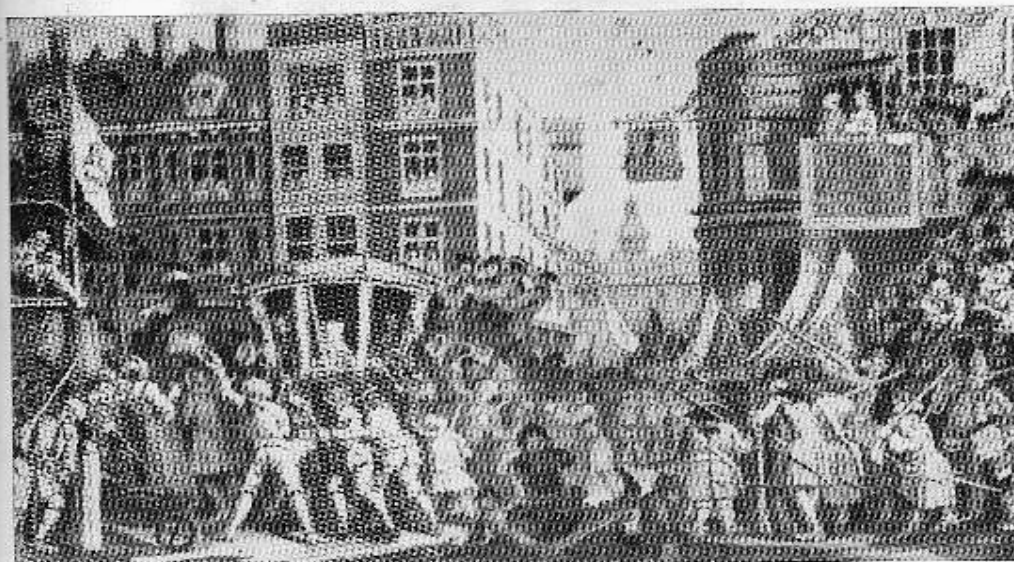


Cabalando votos, segundo uma gravura de Hogarth. A peita parece ter sido o principal lubrificante da máquina eleitoral. (Metropolitan Museum of Art.)



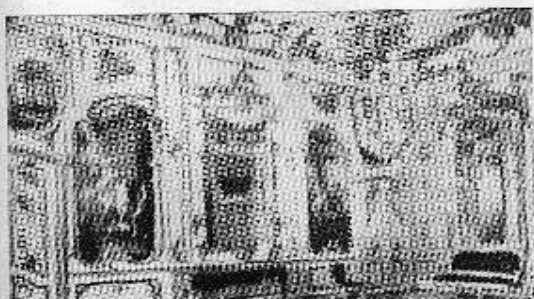
Construção manual de uma carruagem. De uma gravura antiga. (Metropolitan Museum of Art.)

A ARTE E A VIDA NO SÉCULO XVIII

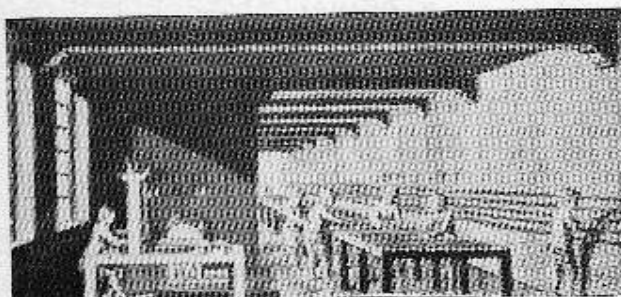


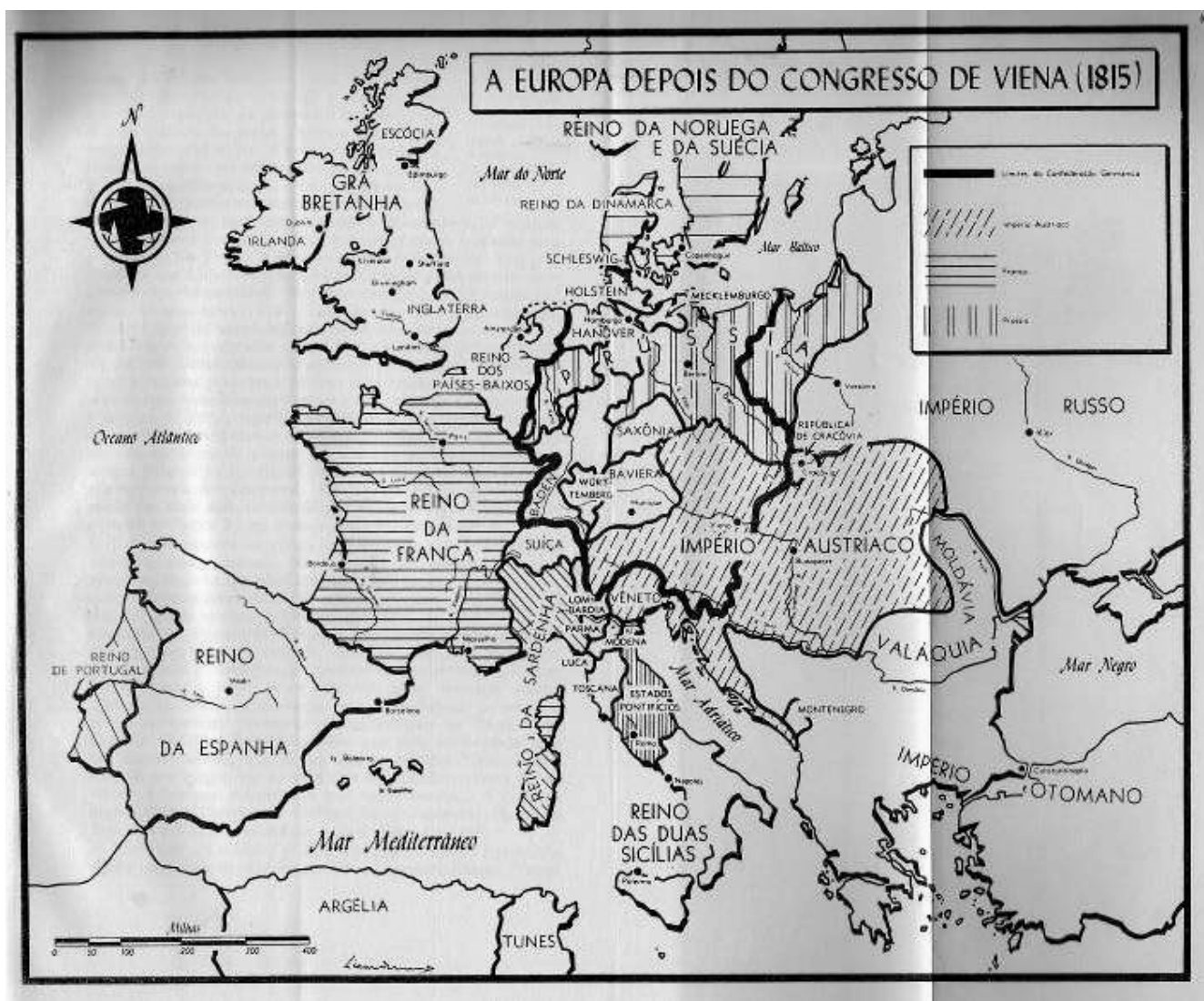
A carruagem do "Lord Mayor" nas ruas de Londres, de uma gravura de Hogarth. (Metropolitan Museum of Art.)

Primoroso salão de música rococó. (Palácio de Sans Souci, de Frederico o Grande.)



Uma tecelagem do século XVIII, segundo a Enciclopédia de Diderot. Note-se que todos os operários são crianças.





Embora a intervenção estrangeira se limitasse à Espanha e ao Reino das Duas Sicílias, não foram esses, de modo algum, os únicos países em que ocorreram conflitos violentos entre liberais e conservadores, pois o sistema de Metternich não só incluía a subjuração das revoltas nos pequenos países mas também um regime de dura repressão interna por parte dos governos das grandes potências. Mas, quanto mais cega e furiosa a política de repressão, mais se multiplicavam os levantes contra ela. Na Grã-Bretanha o governo dos tories (conservadores), favorável à aristocracia territorial, suscitou a poderosa oposição de intelectuais radicais como Wilham Godwin, dos poetas Shelley e Byron e das novas classes industriais. Como os seus protestos fossem silenciados por leis que proibiam os comícios públicos e amordaçavam a imprensa, alguns dos líderes mais encarniçados tramaram em 1820 a conspiração da Cato Street para assassinar todo o gabinete tory. A conjura, foi naturalmente

descoberta e cinco dos conspiradores mandados para o patíbulo. Na França, o modesto compromisso com as idéias progressistas que Luís XVIII incluía na Carta de 1814 pareceu insuportável aos conservadores ferrenhos daquele país. Consequentemente, os anos entre 1815 e 1820 foram repletos de desavenças ferozes e às vezes sangrentas entre os ultra-realistas e os seus adversários liberais e moderados. Em 1820, o assassinio do sobrinho do rei por um liberal fanático amedrontou de tal forma o povo que os ultra-realistas passaram a dominar o parlamento. Seguiu-se uma série de leis reacionárias que fizeram a França recuar ainda mais para o atoleiro do antigo regime. Estabeleceu-se uma rigorosa censura da imprensa e revogaram-se as garantias da liberdade individual. O controle da instrução pública foi entregue ao clero católico. O sistema eleitoral foi modificado de modo a assegurar aos ricos uma grande maioria no parlamento. Em 1824 a vitória das forças da reação foi ainda mais fortalecida pela morte de Luís XVIII e pela ascensão de Carlos X, seu irmão e chefe dos ultra-realistas.

Lutas semelhantes ocorreram na Europa central e oriental, com resultados quase idênticos. Na Alemanha, os estudantes das universidades organizaram sociedades secretas e participaram de tempestuosas agitações contra os regimes odiosos. Essas revoltas incipientes culminaram no assassinio do dramaturgo Kotzebue, reacionário notório e espião russo, por um estudante exaltado. Esse fato convenceu Metternich, que dominava a Confederação Germânica, de que toda a Europa Central estava a ponto de ser engolfada numa revolução radical. Diante disso, forçou a aprovação, pela Dieta federal, de um programa de medidas repressivas conhecido como os Decretos de Carlsbad (1819). Estabeleciam eles que toda universidade teria um inspetor oficial, que os professores rebeldes fossem demitidos de seus cargos, que as sociedades de estudantes fossem dissolvidas e a imprensa submetida a uma estrita censura. A execução implacável dos Decretos de Carlsbad fez o movimento liberal na Alemanha cair numa obscuridade da qual só saiu em 1848.

Entretanto, a mudança de atitude do czar Alexandre I provocara alguns murmúrios de descontentamento na atrasada Rússia. Tempo houve em que Alexandre fora um dos mais esclarecidos monarcas da Europa. Fundara escolas e universidades. Emancipara alguns servos e formara planos de libertar os demais. Chegara até a acalantar a idéia de conceder uma constituição escrita. Mas depois de 1818 virou reacionário e fez penitência,

com saco e com cinza, dos pecados liberais da sua mocidade. Essa viravolta do czar foi o sinal para o surto de um movimento de oposição entre oficiais do exército e intelectuais. Ao morrer Alexandre em 1825, os chefes desse movimento resolveram obstar a que a reação se desenvolvesse ainda mais. Organizaram a Revolta Dezembrista para forçar a ascensão ao trono do Grão-duque Constantino, um liberal, em lugar de seu indomável irmão Nicolau. Infelizmente, Constantino recusou solidarizar-se com a rebelião e Nicolau dominou-a rapidamente. O reinado que se seguiu foi um dos piores da história da Rússia. Não se satisfazendo com abolir a liberdade da imprensa, Nicolau organizou um sistema de polícia secreta e converteu a Rússia num gigantesco acampamento militar em que cada movimento dos cidadãos podia ser vigiado e controlado pelo governo.

A despeito do que pareciam ser vitórias duradouras para a causa da reação, em 1830 o sistema de Metternich começou a esboroar-se. A primeira brecha foi a retirada da Inglaterra da Quíntupla Aliança. Já em 1822 os ingleses tinham recusado participar do plano de Metternich para abafar a revolução da Espanha. Pouco depois, repudiaram peremptoriamente toda a política de intervenção nos negócios dos países estrangeiros. Não quer isso dizer que os ingleses daquela época fossem mais liberais do que os seus aliados do Continente, mas sim que a Revolução Industrial estava forçando a Inglaterra a procurar novos mercados para os seus produtos manufaturados. Por esse motivo opunha-se vigorosamente a uma política exterior que hostilizasse outras nações e prejudicasse as suas relações comerciais com estas. Tinha desenvolvido um comércio lucrativo com os países da América Central e do Sul, havia pouco libertadas da submissão à Espanha, e receava que o sistema de Metternich pudesse ser utilizado para forçar essas antigas colônias a voltar para o domínio espanhol. Levada por essas considerações, resolveu desligar-se da Quíntupla Aliança.

Mais ou menos ao tempo em que a Inglaterra ia enfraquecendo os laços que a prendiam ao Concerto da Europa, a Rússia começou a alimentar ambições que ameaçavam a supremacia do sistema de Metternich. Havia alguns anos que os russos aguardavam ansiosamente a desagregação do Império Otomano, da qual dependeria a sua fácil expansão nos Balcãs. A oportunidade surgiu para eles depois de 1821, quando os gregos desencadearam uma rebelião contra o governo

turco. Todavia, como o czar Alexandre I ainda estivesse preso pela lealdade à doutrina legitimista, nenhuma iniciativa se tomou antes da sua

morte, em 1825. Seu sucessor, Nicolau I, não tinha escrúpulos dessa sorte. Especialmente ao observar, na Inglaterra e na França, expressões da mais profunda simpatia pelos gregos na sua luta contra um opressor de outra religião, resolveu acudir-lhes em auxílio. Em 1828 declarou guerra à Turquia, e em pouco mais de um ano um exército russo chegava quase até as portas da capital otomana, forçando o sultão a assinar o Tratado de Andrinopla. Pelos termos desse tratado a Turquia reconhecia a independência da Grécia, concedia autonomia à Sérvia e permitia o estabelecimento de um protetorado russo sobre as províncias que mais tarde viriam a formar o reino da Rumânia. Contribuindo, destarte, para desmembrar o império de um governante "legítimo", a Rússia, bem encorajada pela Inglaterra e pela França, desferiu um poderoso golpe no sistema de estagnação política que Metternich se esforçava por manter. Para todos os fins práticos, o império dos czares deixara de pertencer à Quíntupla Aliança.

O sistema de Metternich foi ainda mais enfraquecido pela série de revoluções que irromperam na Europa Ocidental em 1830. A primeira delas foi a Revolução de Julho, na França, de que resultou a queda de Carlos X, o último dos Bourbons de linhagem direta. Como dissemos anteriormente, Carlos X, que havia sucedido a Luís XVIII em 1824, era a encarnação perfeita do espírito de reação. Sua atitude obstinada e vingativa inspirou um ódio implacável, principalmente entre os burgueses, que se ressentiam da redução dos juros sobre as obrigações públicas e da tentativa de Carlos para privar do direito de voto três quartas partes dos eleitores. Acumulando-se os indícios de que o rei estava resolvido a governar em completo desprezo ao parlamento, levantaram-se barricadas nas ruas. Após inúteis esforços para subjugar a insurreição com um remanescente de tropas fiéis, Carlos abdicou e fugiu para a Inglaterra. Os líderes da burguesia escolheram então como seu sucessor Luís Filipe, pertencente ao ramo Orleans da casa dos Bourbons e antigo jacobino que desempenhara papel ativo na Revolução de 1789. O novo governo foi proclamado como uma monarquia constitucional baseada no princípio da soberania popular e a bandeira branca dos Bourbons foi substituída pela tricolor, criada originalmente pelos apóstolos da Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Logo após a Revolução de Julho na França, irrompeu uma revolta nas províncias belgas dos Países-Baixos. O leitor certamente se lembrará de que, pelo acordo de Viena de 1815, a Bélgica, ou sejam as províncias austríacas

dos Países-Baixos, fora submetida ao governo da Holanda a despeito de óbvias diferenças de língua, nacionalidade e religião entre belgas e holandeses. Outro motivo de atritos eram os interesses econômicos divergentes dos dois povos. Enquanto os holandeses se dedicavam principalmente ao comércio e à agricultura, os belgas eram sobretudo industriais. Essas diferenças, combinadas com a estúpida tirania do rei holandês, incitaram os belgas a proclamar sua independência no outono de 1830. A revolta foi olhada com simpatia pelo novo governo da França e também pelos ingleses, na esperança de que isso viesse a beneficiar o seu comércio. Conseqüentemente, no ano seguinte foi firmado em Londres um acordo internacional que reconhecia a independência da Bélgica como uma monarquia constitucional. Os holandeses não tiveram outro remédio senão concordar. Em 1839 a independência e a neutralidade da Bélgica foram garantidas por todas as grandes potências.

O movimento revolucionário de 1830 espalhou-se por vários outros países, mas os resultados não foram tão favoráveis. Na Itália, estalaram revoltas nos Estados Pontifícios contra Gregório XVI, um reacionário zeloso e amigo dos Habsburgos, e em Parma e Módena contra os títeres austríacos que ali governavam. Em todos esses casos, porém, as tropas austríacas foram chamadas à cena e restauraram sem demora os governos depostos. O único resultado duradouro foi estimular o nacionalismo italiano e despertar um ódio mórbido aos austríacos. Em terra alemã, as insurreições ocorridas em vários ducados e reinos menores tiveram como fruto a adoção de constituições moderadas, mas os governos dos dois mais importantes estados alemães — a Prússia e a Áustria — tinham-se tornado tão poderosos que os grupos da oposição permaneciam paralisados pelo medo. A única outra revolta de proporções sérias foi a insurreição dos poloneses em 1831, uma desesperada tentativa desse povo tão castigado para recuperar a sua independência da Rússia. Se os poloneses tivessem sido tão afortunados quanto os belgas em obter o auxílio de nações estrangeiras, poderiam ter vencido. Mas os ingleses e franceses estavam, na ocasião, muito ocupados com os negócios da Europa Ocidental e não prestaram mais do que um apoio verbal. O czar Nicolau I pôde assim esmagar a revolta com bárbara severidade. Centenas de chefes insurretos foram fuzilados ou exilados para os ermos da Sibéria e passou-se a governar a Polônia como província conquistada. No entanto, essas vitórias isoladas

dos reacionários contra povos como o polonês e o italiano não conseguiram livrar da morte certa o regime fundado por Metternich. Como instrumento para preservar a estagnação interna, persistiu na Áustria e em algumas partes da Itália até 1848, mas como sistema de repressão internacional sua sentença já tinha sido lavrada pela defecção da Inglaterra e pelos levantes vitoriosos da Bélgica e da Grécia.

3. O TRIUNFO DO CONSERVANTISMO NO DOMÍNIO DAS IDÉIAS

Assim como, de 1800 a 1830, houvera uma luta entre liberais e conservadores na esfera política, também houve um embate semelhante no domínio das idéias. O resultado desta segunda luta não foi muito diferente do da primeira. Em geral, durante todo esse período foram as doutrinas dos intelectuais reacionários que tiveram a supremacia. A ordem foi colocada acima da liberdade. Deu-se prioridade aos interesses dos grupos, da sociedade e especialmente do estado sobre os do indivíduo. O encarecimento da fé, da autoridade e da tradição sobrepujou a crença do século XVIII na primazia da razão e da ciência. Um grupo de filósofos franceses, sob a inspiração de Joseph de Maistre (1754-1821), procurava inaugurar um renascimento católico em que a piedade mística, o supernaturalismo e a crença na infalibilidade da igreja seriam as luzes que guiariam os passos dos homens, preservando-os das armadilhas do ceticismo e da anarquia. Vários fatores contribuíram para promover essa ascendência dos princípios conservadores. Houve, em primeiro lugar, a influência do romantismo, fundado por Rousseau, com a sua negação da eficácia da razão e a preponderância dada à emoção e ao sentimento. Havia também a tendência, comum em todas as épocas, de muitos escritores e pensadores acompanharem a maré da política dominante que nesse período, está claro, era conservadora. O fator mais importante, porém, pelo menos no início, foi provavelmente a reação sentimental causada pelos horrores da Revolução Francesa. Todos os que tinham sido aterrorizados pela violência desse movimento inclinavam-se a lançar a culpa sobre o racionalismo, o materialismo e o individualismo do período iluminista. Por essa razão estavam dispostos a saltar para o extremo oposto da glorificação da fé, da autoridade e da tradição. Tal era, em especial, a atitude expressa por Edmund Burke, o famoso orador britânico e estadista whig dos fins do

século XVIII. Embora não tivesse vivido bastante para ver o fim da Revolução Francesa, Burke denunciou esse movimento com todo o fogo da sua eloquência. A Revolução, para ele, era uma tentativa de repudiar a sabedoria acumulada dos séculos. Sustentava que o mundo não se pode reconstruir num dia. Uma geração não tem o direito de se arvorar em juiz das necessidades futuras da sociedade. As instituições e tradições que nos são legadas pelo passado têm um valor permanente. Violentá-las é ameaçar os elementos vitais da própria civilização.

A corrente de idéias que constitui a mais perfeita expressão da época reacionária é a filosofia alemã do idealismo romântico. Esta filosofia tira o seu nome do fato de ter sido uma combinação da teoria romântica da verdade com a concepção idealista do universo, isto é: não era nem racionalista nem materialista no sentido rigoroso destes termos. Reconhecia, pelo contrário, a validade do conhecimento intuitivo ou instintivo ao lado daquele que nos vem da razão e procurava explicar o universo num sentido pelo menos em parte espiritual. Os idealistas românticos também divergiam acentuadamente do individualismo e do humanismo da filosofia do século XVIII. Consideravam o indivíduo como destituído de qualquer importância, a não ser enquanto membro de algum grupo social. Portanto, argumentavam eles, o bem do grupo deve vir em primeiro lugar e o do indivíduo resultará dele automaticamente. A sociedade e o estado são organismos sociais, produtos de uma evolução natural, e não criações artificiais do homem em seu próprio proveito. O "estado natural" é coisa que jamais existiu, nem a sociedade política foi fundada por um pacto social. Por conseguinte, o indivíduo não pode reivindicar um conjunto de direitos invioláveis além da jurisdição da sociedade organizada. Seu dever é antes submeter os interesses próprios aos do grupo, conquistando assim a verdadeira liberdade, que consiste na obediência à lei e no respeito à tradição acumulada.

O filósofo que forneceu a inspiração inicial ao idealismo romântico foi um pequeno alemão metódico do século XVIII. Chamava-se Emanuel Kant e nascera em Königsberg, em 1724; em 1804 morreu na sua cidade natal sem nunca ter saído dela, a não ser durante um breve período em que foi preceptor numa aldeia das cercanias. Devotando a maior parte de sua vida ao ensino, o amadurecimento de suas idéias filosóficas foi muito lento. Já homem maduro, referia-se ainda satiricamente aos metafísicos como gente que mora nas altas torres da cogitação abstrusa, "onde costuma

soprar muito vento". Só aos 57 anos foi que completou a sua primeira grande obra, a Crítica da razão pura. Como filósofo, Kant deve muito aos grandes espíritos do Iluminismo, especialmente no que diz respeito às idéias políticas. Ao contrário da maioria dos seus continuadores, acreditava nos direitos naturais do homem e defendia mesmo a separação dos poderes como uma proteção, necessária à liberdade do cidadão. No campo filosófico, porém, distancia-se enormemente do racionalismo do século XVIII. Dividia o universo em dois mundos: o reino da natureza física, ou o mundo dos fenômenos, e o reino da realidade última ou o mundo dos números. Os métodos de conhecimento aplicáveis a esses dois reinos são inteiramente diversos. A percepção sensorial e a razão só nos podem dar o conhecimento do reino dos fenômenos, ou mundo das coisas físicas. Mas no reino mais alto, no reino espiritual que é o mundo da realidade última, tais métodos não têm utilidade. Como todo conhecimento ordinário se baseia, em última análise, na percepção dos sentidos, não podemos provar pela razão ou pela ciência que Deus existe, que a vontade do homem é livre ou que a alma é imortal. Não obstante, somos justificados em afirmar essas verdades. Temos, por exemplo, a convicção irresistível de que a virtude e a felicidade estão inseparavelmente ligadas, de que o universo é governado por uma lei moral e, por conseguinte, um ser divino deve presidir aos destinos dos homens. Tal conclusão está inteiramente fora do alcance da ciência, mas é ditada por sentimentos demasiadamente fortes para que os possamos desprezar como meras ilusões. No reino dos noumenos, a fé, a intuição e a convicção profunda são instrumentos tão válidos de conhecimento quanto a lógica e a ciência no reino dos fenômenos.

Os discípulos imediatos de Kant tenderam em geral para uma filosofia mais abstrata e metafísica do que a do mestre. É este especialmente o caso de Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) e de Friedrich Wilhelm Schelling (1775-1854). Ambos pensavam que o mundo da mente ou do espírito é o mundo real e que o indivíduo só realiza a sua verdadeira natureza pondo-se em harmonia com os fins universais. A mente humana nada pode conhecer da realidade, exceto na medida em que é informada e guiada pelo supremo ego ou inteligência universal. É dever do indivíduo permitir que a intuição descubra as exigências desse superego, ajustar a elas a sua vida e assim libertar-se da escravidão dos sentidos. A filosofia de Fichte e Schelling evoluiu para uma espécie de panteísmo espiritual, com um espírito do mundo a dirigir toda a vida e toda a atividade

para uma meta final de sublime perfeição. Fichte também tem considerável importância como filósofo político. Foi um dos primeiros apóstolos do nacionalismo coletivista na Alemanha. Ao tempo das invasões napoleônicas propagou entre os seus compatriotas o ideal de uma Alemanha unida e poderosa, cuja missão era colocar-se à frente do mundo civilizado. Ensinou que esse estado devia governar tendo em vista somente a justiça e a prosperidade de todos os súditos. Cumpria-lhe, pois, regular os preços e assegurar a cada indivíduo uma parte proporcional da riqueza da nação. Além disso, o estado devia ser uma unidade econômica auto-suficiente; o comércio exterior seria reduzido a um mínimo absoluto e, quando indispensável, levado a efeito pelo próprio governo. É desnecessário salientar a íntima semelhança entre algumas destas idéias e a política adotada pela nação alemã em dias mais recentes.

O filósofo mais influente do movimento idealista romântico foi, sem dúvida, Georg Wilhelm Hegel (1770-1831). Durante muito tempo professor de filosofia na Universidade de Berlim, Hegel conquistou numerosos adeptos e, através deles, foi por muitos anos um fator poderoso na formação das correntes intelectuais. Na verdade, a sua influência em certos meios parece ser ainda maior atualmente do que no seu tempo. A doutrina central da filosofia de Hegel é a ideia de evolução finalista. Considerava o universo como num estado de fluxo em que tudo tende a passar ao seu oposto. Em particular, cada instituição ou organismo social ou político desenvolve-se até a maturidade, desempenha a sua missão, após o que dá lugar a algo diferente. Mas o antigo nunca é inteiramente destruído; o conflito entre os opostos resulta por fim numa fusão, na criação de um novo organismo formado de elementos tirados dos dois extremos. Este processo repete-se infindas vezes, e cada nova fase representa um melhoramento do que existira antes. A concepção hegeliana de evolução não era, porém, mecanicista. Acreditava que todo o processo era guiado pela razão universal ou Deus. A evolução, segundo ele, é o desdobramento de Deus na história. Sustentava, além disso, que a guerra dos opostos conduzirá finalmente a uma meta benéfica. Descrevia esta meta como sendo o estado perfeito, no qual os interesses do cidadão coincidiriam inteiramente com os da sociedade. A verdade é que Hegel adorava o estado com muito mais misticismo do que qualquer dos outros idealistas românticos. Para ele a liberdade consistia na sujeição à sociedade política e o indivíduo não tinha direitos que o estado devesse respeitar; pois, sem o estado, ele não passaria

de um animal. "O Estado é a Ideia Divina tal como existe na terra".

O idealismo romântico projetou a sombra de sua influência em muitas direções. Sob uma ou outra de suas formas, foi adotado como o principal evangelho de quase todos os conservadores. Os homens de igreja, que tinham sido molestados pelos ataques dos deístas e dos céticos, acolheram jubilosamente uma filosofia que reconhecia os méritos da fé e exaltava o mundo do espírito. Os que tinham interesse na manutenção da ordem alegraram-se com o novo culto da tradição e da autoridade e com a condenação implícita da revolução. Aos governantes eram particularmente gratos os ensinamentos políticos de Hegel, o qual gozava de tamanho prestígio na corte prussiana que os seus inimigos o chamaram "o filósofo oficial". Tanto a doutrina de Hegel como a de Fichte fortaleceram a onda crescente do nacionalismo e, por fim, contribuíram com a sua cota para a inundação devastadora do fascismo. Mas o idealismo romântico também teve outros frutos que não eram exatamente do gosto de seus expoentes principais. Um dos contemporâneos mais moços destes, Arthur Schopenhauer (1788-1860), deduziu da idéia de uma força universal a dirigir todo crescimento e todo movimento uma filosofia de absoluto pessimismo. Ensinava que essa força é a vontade — um desejo cego, inconsciente, de sobreviver que existe nos indivíduos e nas espécies. Como a vontade de viver está presente em todas as formas vivas e como ela leva o forte a devorar o fraco, este mundo é o pior dos mundos possíveis. O egoísmo, a dor e o sofrimento são inseparáveis da vida e, por isso, o caminho da felicidade para o homem consiste na negação da vida, negação tão completa quanto possível, à maneira dos ascetas orientais. Outro dos estranhos rebentos do idealismo romântico foi a filosofia da história de Karl Marx. Este filósofo deve a Hegel muito de sua célebre doutrina do materialismo histórico. Ambos acreditavam numa evolução progressiva, mercê do choque entre sistemas opostos, resultando finalmente numa sociedade perfeita, mas enquanto Hegel supunha que a meta final seria um estado perfeito, Marx afirmava que ela seria o comunismo. Os dois homens diferiam também na concepção do processo dialético, isto é, da luta entre os opostos. Hegel interpretava a evolução histórica como um desdobramento do espírito do mundo ou razão universal; Marx sustentava que as mudanças históricas resultam de fatores econômicos. O grande líder socialista jactava-se de ter encontrado a filosofia de Hegel de pernas para o ar e de tê-la endireitado.

Foi na Alemanha que o idealismo romântico gozou de mais popularidade. Em outros países, particularmente na Inglaterra e na França, onde o Iluminismo havia lançado raízes mais fortes, o tom geral da filosofia era mais liberal. O principal sistema inglês dos começos do século XIX foi o utilitarismo, fundado por Jeremy Bentham (1748-1832). Embora fosse de complexão débil e nervosa, Bentham deu provas de prodigiosa capacidade intelectual durante a maior parte de sua longa vida. Começou a estudar latim com apenas três anos de idade e aos quinze graduou-se em Oxford. Quase septuagenário, ainda propunha planos para reformar as prisões e abrir canais através dos istmos de Panamá e Suez. Sua principal obra filosófica, *Princípios de Moral e de Legislação*, foi publicada em 1789. O utilitarismo deriva seu nome do ensinamento fundamental de Bentham, segundo o qual o critério supremo a que se deve conformar toda crença ou instituição é o critério da utilidade. Esta, para ele, consistia em contribuir para a maior felicidade do maior número. Qualquer doutrina ou prática que não correspondesse a este requisito deveria ser imediatamente rejeitada, por mais veneráveis as tradições em que assentasse. A despeito do seu significado social, o ideal de Bentham era o ápice do individualismo. Não só afirmava ser o interesse da comunidade simplesmente a soma dos interesses dos indivíduos que a compõem, mas tinha a franqueza de admitir que os móveis do indivíduo são puramente egoístas. O grande impulsionador da ação humana é o desejo de experimentar o prazer e de evitar a dor. Conseqüentemente, a sociedade deve dar a cada um dos seus membros completa liberdade de seguir os seus legítimos interesses. Como cada indivíduo sabe melhor do que qualquer outro o que constitui o seu próprio bem, a melhor maneira de promover o bem da sociedade é conceder a cada um de seus componentes a máxima liberdade de ação. Bentham estava firmemente convencido de que isso não significava uma volta à vida das selvas. Insistia em que cada homem seria obrigado a respeitar os direitos de seu semelhante pelo temor à represália e em que os homens obedeceriam às leis pela simples razão de que "os danos prováveis da obediência são menores do que os danos prováveis da desobediência".

O mais fiel discípulo de Bentham foi James Mill (1773-1836), mas o maior de todos os filósofos utilitários foi o filho mais velho deste, John Stuart Mill (1806-73). Educado exclusivamente por seu pai, John sobrepunha o

próprio Bentham como prodígio intelectual. Aprendeu o alfabeto grego com a idade de três anos e ao completar oito já lera no original toda a obra de Heródoto e uma parte considerável de Platão. Com apenas treze anos completou um curso intensivo de história, lógica escolástica e filosofia aristotélica. Suas maiores obras são a Lógica, os Princípios de Economia Política, o ensaio Da Liberdade e o Governo Representativo. Como filósofo, John Stuart Mill englobou quase todas as tendências do pensamento inglês iniciadas por Locke, Hume e Bentham, isto é: foi um sensualista, um cético quanto à verdade final e um defensor do ponto de vista liberal e prático. Mas foi também um pensador original e independente que apresentou várias contribuições próprias. Fundou um novo sistema de lógica baseado na experiência como origem de todo conhecimento. Afirmava que todas as chamadas verdades evidentes por si mesmas, inclusive os próprios axiomas da matemática, são simples inferências derivadas dos fatos observados de ser a natureza uniforme e de todo efeito ter uma causa. O conhecimento não provém de idéias matas nem de uma intuição mística. Ainda que Mill concordasse com os ensinamentos de Bentham em conjunto, rejeitava a doutrina (a "filosofia suína", como a chamou certa vez Thomas Carlyle) segundo a qual os únicos móveis determinantes da conduta humana seriam a busca do prazer e a fuga à dor. De acordo com Mill, a conduta do indivíduo é muitas vezes influenciada pelo simples hábito e pelo desejo de harmonizar-se com os seus semelhantes. Afirmava, ademais, que os próprios prazeres diferem em qualidade, argumentando que é melhor ser "um Sócrates insatisfeito do que um tolo contente". Na última parte de sua vida, Mill também modificou bastante o individualismo de Bentham. Ao mesmo tempo que repudiava o socialismo pela razão de que este implicaria na destruição da liberdade individual, preconizava a intervenção do estado em grau considerável, no interesse dos seus cidadãos menos afortunados. Almejava um tempo futuro em que "a sociedade já não se dividirá entre ociosos e laboriosos, em que a lei que diz que aqueles que não trabalham não devem comer será aplicada não só aos pobres, mas indistintamente a todos...".

No Continente europeu, o que mais se aproxima de uma filosofia liberal e prática é o positivismo de Augusto Comte (1798-1857). O positivismo deve o seu nome à doutrina de Comte, segundo a qual o único conhecimento válido é o conhecimento positivo, ou seja o conhecimento oriundo das ciências. A filosofia de Comte pode portanto ser classificada,

juntamente com o utilitarismo, entre as filosofias empíricas, que compreendem aquelas que derivam toda a verdade da experiência ou da observação do mundo físico. Comte rejeitava a metafísica como absolutamente fútil; homem algum pode descobrir a essência oculta das coisas — porque estas ocorrem assim e não de outra maneira, ou qual é o sentido e o fim último da existência. Tudo que sabemos é como as coisas acontecem, as leis que regem a sua ocorrência e as relações existentes entre elas. É possível que tal conhecimento não dê a solução de todos os problemas que aguilhoam a nossa curiosidade, mas é o limite que a mente humana é capaz de alcançar. Além disso, é um conhecimento útil e prático que pode ser utilizado para melhorar a humanidade. Se houve objetivo que dominasse toda a filosofia de Comte, foi êle a procura de meios de melhorar as relações entre os homens. Não concordava com Bentham quanto a serem as ações dos indivíduos motivadas unicamente pelo interesse pessoal. Acreditava, ao contrário, que os homens são influenciados por impulsos mais nobres de altruísmo, ou amor ao próximo, não menos que pelos instintos egoístas. O grande objetivo de todo ensino social deveria ser o de promover a supremacia do altruísmo (palavra inventada por Comte) sobre o egoísmo. Na convicção de que tal finalidade só poderia ser alcançada por meio de um apelo ao sentimento do amor e do sacrifício pessoal, Comte desenvolveu o que ele chamava a religião da Humanidade, a qual deveria unir os homens numa devoção comum à justiça, à caridade e à benevolência. Conquanto essa religião não incluísse nenhuma crença no sobrenatural, era provida de extenso ritual e mesmo de uma Trindade e de um sacerdócio. Ridicularizada pelos seus críticos como "um catolicismo sem cristandade", representa não obstante uma tentativa de construir um sistema de crença com a finalidade de promover o progresso social.

4. O ROMANTISMO NA LITERATURA E NAS ARTES

No capítulo sobre a Revolução Intelectual observamos que, por volta do fim do século XVIII, iniciou-se uma revolta romântica contra as tendências clássicas dominantes na literatura. A essência do romantismo era a glorificação dos instintos e emoções em oposição ao culto do intelecto. Incluía também elementos como uma profunda veneração da natureza, o desprezo ao formalismo, o amor sentimental aos humildes e, muitas vezes, o zelo ardoroso de reformar o mundo. Entre os chefes do novo movimento, quando ainda em sua infância, contam-se Rousseau, Thomas Gray, Oliver Goldsmith, Robert Burns e Friedrich Schiller. Após o início do século XIX o

romantismo floresceu rapidamente, atingindo por volta de 1830 o zênite do seu desenvolvimento. Já não se limitava apenas à literatura, mas, como veremos em breve, era uma força vital na pintura e, em considerável proporção, também na música. Embora ainda tivesse de competir em certos campos com o classicismo, sobretudo na França durante o período napoleônico, foi inegavelmente a mais vigorosa influência literária e artística das primeiras décadas do século XIX.

O romantismo na literatura teve as suas raízes mais profundas e extensas na Inglaterra. Seus dois grandes profetas do começo do século XIX foram os poetas William Wordsworth (1770-1850) e Samuel Taylor Coleridge (1772-1834). Wordsworth é famoso pela sua adoração mística da natureza, não só das belezas meramente superficiais mas especialmente como a corporificação de um espírito universal que une todas as coisas vivas num parentesco divino. Acreditava que o culto da natureza pelos sentidos despertaria no homem uma compreensão mais profunda da nobreza da vida e lhe permitiria ouvir "a música silenciosa e triste da humanidade", aumentando-lhe assim o amor e a compaixão para com os seus semelhantes. O principal dom de Coleridge era o de tornar crível o mágico e o fantástico. Embora vagueasse por vezes nas selvas densas da metafísica, logrou produzir, nas estrofes mágicas de O velho marinheiro, algumas das páginas imaginativas mais coloridas da literatura inglesa. Este trabalho revela o seu extraordinário poder de combinar um sentimentalismo terno, quase feminino, com empolgantes descrições de terrores estranhos, sobrenaturais, de fantasmas e espectros que surgem dos lóbregos abismos das emoções para atormentar o homem com o sentimento do seu desamparo.

Talvez os mais típicos de todos os poetas românticos ingleses tenham sido John Keats (1795-1821), Percy Bysshe Shelley (1792-1822) e George Gordon, Lord Byron (1788-1824). Keats difere de muitos de seus contemporâneos por identificar a beleza com a paixão intelectual, mais ou menos como os gregos identificavam a beleza com o bem. A substância do seu credo é expressa pelos famosos versos da Ode a uma urna grega : "A beleza é verdade, a verdade é beleza — isto é tudo quanto conheceis na terra e tudo quanto necessitais conhecer." Sua concepção era a de uma beleza ideal que perdura ainda que as flores feneçam e o encanto da mocidade se extinga. Os outros dois desses poetas do ciclo romântico inglês, poetas que morreram tão moços, interessam-se

muito mais pelas questões políticas e sociais. Embora pertencessem às classes superiores, ambos se rebelaram contra o conservantismo obstinado e consagraram os seus talentos a fazer apelos apaixonados em prol da justiça e da liberdade. Expulso de Oxford sob a acusação de ateísmo, Shelley foi, durante alguns anos, discípulo de William Godwin, o anarquista filósofo. Se bem que tivesse mais tarde modificado em parte o radicalismo da sua mocidade, deixando que o seu pensamento se perdesse cada vez mais em vaporosas abstrações, nunca esqueceu o ódio à injustiça nem abandonou as esperanças numa aurora dourada de ventura e liberdade. Byron, que aos dez anos herdara o título de barão, era, ainda mais do que Shelley, um poeta de desafios tempestuosos, de ousadia romântica e de risos sardônicos ante a hipocrisia e a arrogância da raça humana. Não só pelos característicos da sua ativa personalidade, mas também pelos escândalos que envolveram a sua existência e pela franqueza e audácia do seu estilo poético, ele personificou para a época o espírito do homem romântico. Sua morte, ocorrida quando lutava ao lado dos gregos na guerra de independência contra a Turquia, foi a digna coroação de uma vida aventureira e efêmera.

Nem todos os escritores românticos ingleses se limitaram à poesia. O mais importante dos que conquistaram uma fama duradoura tanto na poesia como na prosa foi Sir Walter Scott (1771-1832), um tory muito erudito, mas sem grande sutileza. Educado desde pequeno no sentimento do orgulho familiar pelas ricas lendas da sua herança ancestral, Scott jamais sucumbiu às tendências de rebeldia que caracterizaram amiúde a tradição romântica. No que tange aos ideais políticos, aceitava as coisas como elas eram e até se comprazia nas vantagens de fortuna e posição social. Como escritor, era francamente passadista. Tanto na poesia como na prosa, procurou ressuscitar as lendas heróicas e pitorescas do seu ambiente escocês. Seus trinta e dois romances históricos, tratam principalmente da Escócia medieval, numa época tão remota como o século XII. A principal importância de Scott consiste em ter introduzido um novo elemento no romantismo literário — a veneração do passado. Seus romances, que foram inquestionavelmente as obras de ficção mais populares e mais influentes do começo do século XIX, cercaram de uma auréola a Idade Média e a libertaram do desdém com que era encarada, mercê dos preconceitos clássicos do Iluminismo.

Com exceção dos dramas de Schiller e de Goethe, discutidos num capítulo precedente, a literatura romântica dos países continentais mal

suporta comparação com a da Inglaterra. O único outro escritor importante da Alemanha foi Heinrich Heine (1797-1856), um judeu ortodoxo que mais tarde se converteu ao cristianismo por conveniência. Como Shelley e Byron, Heine foi um individualista e um crítico implacável do conservantismo obstinado. Dedicou quase toda a sua vida ativa ao que gostava de chamar a "guerra de libertação da humanidade". Não foi, porém, apenas um fino satirista e um crítico mordaz da fatuidade e da reação. O seu Livro de Canções revela dotes líricos de ternura e melancolia e possui um encanto melódico que poucos outros poetas do seu tempo lograram ultrapassar. Foi chamado com muito acerto "um rouxinol aninhado na peruca de um Voltaire".

Na França como na Inglaterra, o romantismo oscilou entre o anti-racionalismo místico, por um lado, e a valorosa defesa da liberdade individual e da reforma social, pelo outro. O principal expoente da tendência anti-racionalista é François de Chateaubriand (1768-1848), uma espécie de padrao do romantismo francês. Chateaubriand encontrava nos mistérios do cristianismo e na "santa inocência" do povo humilde a mais sublime beleza do universo. Juntamente com Joseph de Maistre e com outros, foi o profeta de um renascimento cristão que se propunha trazer os homens de volta a uma era de fé, salvando-os assim dos perigos da razão. O aspecto libertário e individualista do romantismo francês encontrou sua melhor expressão na obra de George Sand (1804-76) e na de Victor Hugo (1802-85). A primeira, cujo verdadeiro nome era Aurore Dupin, escreveu novelas sobre a vida do campo com um encanto idílico que lhe granjeou a afeição de inúmeros leitores. Foi uma das primeiras a escolher camponeses e trabalhadores humildes como heróis de ficção. Mais tarde se tornou advogada zelosa do republicanismo e do direito das mulheres ao amor fora da convenção matrimonial. Um romancista de influência muito vasta foi Victor Hugo, que por muitos anos encarnou a força viva do romantismo francês. Profundamente interessado pelos assuntos públicos, foi eloquente campeão da liberdade política e da justiça para as criaturas colhidas pelas malhas do destino. Sua obra mais conhecida é Os Miseráveis, narrativa épica da redenção de uma alma purificada pelo heroísmo e pelo sofrimento, e veemente libelo contra as iniquidades sociais.

Ao apreciar a importância do romantismo literário como fator de progresso social e intelectual devemos, em primeiro lugar, advertir nas suas graves insuficiências. O desprezo que até os mais liberais dentre os

românticos votavam à razão e à análise científica era certamente um sério entrave a qualquer solução duradoura do problemas da humanidade. Além disso, o sentimentalismo exagerado de que davam prova fazia por vezes cair no ridículo as suas mais louváveis intenções. Os excessos de sentimento não são fáceis de controlar. Soltar a rédea às emoções em determinado sentido é correr o risco de um desequilíbrio de julgamento em outros. Eis por que vemos Victor Hugo lançando furiosas invectivas contra Napoleão III, a quem chamou "Napoleão o Pequeno", após entoar hinos de louvor a Napoleão I. Foi talvez por esta razão que o liberalismo de tantos românticos acabou cedendo lugar ao nacionalismo, como no caso de Schiller, ou mesmo a uma desesperada reação, como ocorreu com Wordsworth. Apesar dessas fraquezas, porém, a literatura romântica teve certo número de resultados benéficos, combatendo a opressão sob muitas de suas formas e proclamando a nobreza do homem comum. Não será talvez arriscado afirmar que foram esses elementos de força os que sobreviveram para influenciar a obra de escritores como Dickens, George Eliot e John Ruskin, nos meados e no fim do século XIX.

Antes da queda de Napoleão quase não se observa nenhum avanço do movimento romântico no terreno da arte. Isto se aplica especialmente à França, que tem sido a mais fecunda fonte de progresso artístico nos tempos modernos. Com o deflagrar da Revolução Francesa manifestou-se forte reação contra o elegante estilo rococó do antigo regime. Mas, ao invés de criarem uma nova tradição, os artistas revolucionários voltaram simplesmente ao que julgavam ser um classicismo puro, na suposição de que ele estava em harmonia com os ideais racionalistas da nova ordem. O advento de Napoleão não trouxe qualquer mudança perceptível. O Petit Caporal gostava de se imaginar um César ou um Alexandre moderno. Daí o ter adotado a águia imperial romana como um de seus emblemas, dando ao seu filho o título de Rei de Roma e erigindo colunas, templos e arcos de triunfo em Paris. Sob tais influências, não é surpreendente que se tenha cristalizado na França, durante as duas primeiras décadas do século XIX, um movimento artístico classicista dotado de vitalidade incomum. Atingiu o auge na pintura, sob a direção de Jacques David (1748-1825) e de Jean Auguste Ingres (1780-1867). A obra destes dois homens caracteriza-se pela ordem e pelo comedimento, por uma rigorosa atenção à forma e por uma rica seleção de temas tirados da mitologia greco-romana.

Não obstante o vigor do renascimento clássico, não era possível resistir à força da influência romântica que transbordava os canais da literatura e da filosofia. Depois de Waterloo o período do Iluminismo e da revolução foi dado definitivamente como encerrado. Já não parecia haver motivo para tentar preservar os ideais de uma época finda. Em consequência, o classicismo na pintura foi rapidamente suplantado pelo romantismo. O grande propugnador do novo estilo na França foi Eugène Delacroix (1798-1863), que se deleitava em pintar lutas pela liberdade e cenas dramáticas da história medieval, de que pode servir de exemplo a Entrada dos Cruzados em Constantinopla. A sobriedade e o comedimento da pintura clássica cediam o lugar a um emocionalismo tempestuoso cujo efeito era frequentemente realçado por violentas manchas de cor. A obra de Delacroix foi igualada, até certo ponto, pela dos paisagistas românticos. O principal destes foi Camille Corot (1796-1875), chefe da "escola de Barbizon", assim chamada por causa de uma aldeia do mesmo nome que fica próxima de Paris. Entre outros que seguiram o mesmo caminho conta-se o inglês J. M. W. Turner (1775-1851). Os paisagistas românticos eram tão inclinados às efusões de sentimentalismo quanto o próprio Delacroix, mas no seu caso tratava-se de um sentimentalismo mais tranquilo. Eram poetas da natureza que envolviam as florestas, as torrentes e as montanhas numa bruma suave de terna adoração.

Pelo que sabemos da influência do romantismo na literatura e na pintura, poderíamos naturalmente esperar que também a arquitetura tivesse sido profundamente atingida por essa influência. No entanto, tal não se deu. Embora seja verdade que, sob inspirações românticas, um movimento se iniciou em 1840 com o objetivo de reviver o gótico medieval, os resultados foram de modesta importância. Construíram-se, por certo, grande número de igrejas com altas torres e arcos ogivais, e ainda alguns edifícios públicos do mesmo gênero, mas o que se supunha ser o gótico puro não passava amiúde de um grosseiro ecletismo composto de elementos que só em parte eram tirados do gótico. Em geral a influência clássica permaneceu bastante forte e durante quase todo o século XIX as variações do barroco continuaram a ser o estilo preferido de construção. Só por volta de 1900 é que vamos encontrar indícios positivos do desejo de criar uma arquitetura nova e original que mais autenticamente exprimisse a nossa civilização.

Na música, como na pintura e na literatura, as primeiras três

décadas do século XIX constituíram uma época eminentemente romântica. O espírito romântico na música se manifestou de vários modos. Havia a inclinação de rebelar-se contra a rigidez do classicismo do século XVIII e a busca da intensidade e do calor da expressão, de preferência à elegância de estilo. Os românticos não consideravam a música essencialmente como uma beleza objetiva, mas sobretudo como um meio de exprimir estados de alma. Não bastava agradar: era preciso que ela dissesse alguma coisa, que despertasse uma vibração simpática no ouvinte. Fizeram-se tentativas para captar nos sons os vários aspectos da natureza e, acima de tudo, os sentimentos e as paixões humanas. Até certo ponto os compositores, como os poetas, responderam ao fervilhante drama político que se desenrolava aos seus olhos, em especial insuflando as chamadas crescentes do nacionalismo. Todos esses traços são ilustrados pelo desenvolvimento, nesse período, da ópera alemã, que foi chamada ópera romântica para distingui-la de sua congênere, a ópera clássica italiana. Desvencilhando-se das sutilezas artificiais no interesse do vigor dramático, empregava motivos puramente germânicos, comprazia-se numa atmosfera de lutas heróicas e procurava inspirar o amor à terra alemã. C. M. von Weber, o gênio orientador do movimento, foi um digno sucessor de Gluck e de Mozart como vitalizador da ópera. O romantismo foi também encarnado por dois dos maiores gigantes musicais da época: Beethoven e Schubert.

Ludwig van Beethoven (1770-1827) nasceu em Bonn, na Alemanha Ocidental, mas passou a maior parte do seu período produtivo em Viena, então considerada a capital musical da Europa. Sua vida parece justificar o rifão segundo o qual a grande arte é um fruto do sofrimento. A pobreza e um pai ríspido infelicitaram-lhe a infância e sua vida adulta foi uma sucessão de dificuldades, ocasionadas em grande parte pela sua falta de espírito prático e pela sua índole irascível. Não só era rude nas maneiras, desleixado no vestir, franco e até grosseiro nas expressões, mas também demasiadamente sensível e desconfiado, amiúde injuriando os seus amigos mais íntimos devido a ressentimentos oriundos de faltas imaginárias. Malgrado tais defeitos, logrou conquistar a lealdade dos amigos e fascinar e humilhar a aristocracia vienense, tanto masculina como feminina. A destemida independência de pensamento e de ação que soube conservar em meio a uma sociedade aristocrática contrasta nitidamente com o servilismo de um Haydn e pressagia uma nova era. A fonte principal do sofrimento de Beethoven foi a surdez que começou a incomodá-lo quando não tinha ainda

30 anos e que se tornou completa nos últimos anos da sua vida. Por esse motivo, não só foi forçado a deixar de tocar em público, mas também nunca ouviu executar muitas de suas melhores obras. Essa moléstia, longe de diminuir-lhe a produtividade, fez com que se voltasse cada vez mais para dentro de si mesmo. Beethoven iniciou a sua carreira como pianista, dotado de um incrível talento para tocar de improviso, e a série de sonatas para piano que compôs tem sido desde então parte indispensável do repertório desse instrumento. Sua única ópera é representada de quando em quando, mas as melhores composições de Beethoven encontram-se no campo da música de câmara e da sinfonia. Embora não tivesse modificado substancialmente as formas musicais, usou de completa liberdade no tratamento dos temas, combinando com sucesso o espírito romântico e a disciplina do classicismo. Ninguém compreendia melhor do que ele a dedicação que a arte exige; trabalhava incessantemente para aperfeiçoar as suas ideias, revisando cada composição uma infinidade de vezes antes de dá-la por acabada. Sua emocionante Terceira Sinfonia, completada em 1804, tinha sido composta em honra de Napoleão, mas quando Beethoven soube que o seu herói estava tratando de fazer-se imperador rasgou raivosamente a capa em que havia escrito o nome de Bonaparte. Subsequentemente a obra se tornou conhecida como "Sinfonia Heróica". Se bem que fosse criticado pelos conservadores como um inovador amigo de dissonâncias, a pureza dos seus métodos não tardou a ser reconhecida e, ao contrário de Bach, Beethoven foi aclamado em vida. As mudanças que, com a passagem dos anos, sem têm operado nos gostos e na expressão musical não lhe diminuíram de modo algum a estatura; é ele, incontestavelmente, o titã da música do século XIX.

O segundo dos grandes compositores dessa época, Franz Schubert (1797-1828), passou quase toda a vida em Viena, sua cidade natal. Pode ser comparado a Mozart tanto pela brevidade da sua existência, cerca de quatro anos mais curta que a deste, como pela fluência do seu talento melódico. Contrastava, porém, com ele pelo parco conhecimento técnico. Tudo que compunha — e o seu legado é prodigioso — fazia-o como que por instinto e amiúde com incrível rapidez. Tal era a avalanche de suas canções que os editores receavam inundar o mercado com as obras de um único homem e recusaram pagar mais que uma ínfima quantia pela maior parte das suas produções. Embora transbordante de gênio criador, Schubert era incapaz de abrir caminho no mundo. Evitando a sociedade burguesa, levou uma

existência precária entre um reduzido círculo de poetas e escritores até que a sua constituição cedeu ao peso das privações. O romantismo é a própria essência das obras de Schubert. Suas canções refletem todas as variedades de estados de alma e a sua alegria, melancolia ou riqueza patética exercem um atrativo penetrante e universal. Compôs quase todos os gêneros, inclusive óperas, missas, quartetos para cordas e nada menos de dez sinfonias, embora não tenha completado todas elas. As obras instrumentais ressentem-se de certa falta de controle e de uma abundância melódica que chega a ser excessiva. Pouco antes de morrer, Schubert convenceu-se das desvantagens que lhe impunha a deficiência do seu preparo técnico e resolveu corrigir a falha com um estudo pertinaz. Alguns críticos asseveram que ele foi, dos compositores de todos os tempos, o mais bem dotado pela natureza e, se a sua carreira não houvesse terminado tão cedo, ter-se-ia notabilizado tanto quanto Bach ou Beethoven. O caso desse artista a quem deixaram praticamente morrer de fome, sem conseguir realizar os seus planos, por assim dizer desconhecido até em Viena, é uma das tragédias da história da música.

Capítulo 23

A Revolução Industrial dos séculos XIX e XX

Durante o período que foi de 1400 até aproximadamente 1700 a civilização moderna atravessou a sua primeira revolução econômica. Foi ela a Revolução Comercial, que extirpou a economia semi-estática da Idade Média e a substituiu por um capitalismo dinâmico dominado por comerciantes, banqueiros e armadores de navios. Mas a Revolução Comercial não foi mais que o ponto de partida de rápidas e decisivas mudanças no campo econômico. Não tardou a seguir-se-lhe uma Revolução Industrial, que não só ampliou ainda mais a esfera dos grandes empreendimentos comerciais mas ainda se estendeu aos domínios da produção. Tanto quanto é possível reduzi-la a uma fórmula sintética, pode-se dizer que a Revolução Industrial compreendeu: 1) a mecanização da indústria e da agricultura; 2) a aplicação da força motriz à indústria; 3) o desenvolvimento do sistema fabril; 4) um sensacional aceleração dos transportes e das comunicações; e 5) um considerável acréscimo do controle capitalista sobre quase todos os ramos de atividade econômica. Embora a Revolução Industrial já se houvesse iniciado em 1760, não adquiriu todo o seu ímpeto antes do século XIX. Muitos historiadores dividem o movimento em duas grandes fases, servindo o ano de 1860 como marco divisório aproximado entre ambas. O período de 1860 até os nossos dias é por vezes denominado Segunda Revolução Industrial.

1. O COMPLEXO DE CAUSAS

A Revolução Industrial nasceu de uma multiplicidade de causas, algumas das quais são mais antigas do que habitualmente se pensa. Talvez convenha considerar em primeiro lugar os aperfeiçoamentos iniciais da técnica. As maravilhosas invenções dos fins do século XVIII não nasceram já completas, como Minerva da testa de Júpiter. Pelo contrário, já desde algum tempo havia um interesse mais ou menos fecundo pelas inovações mecânicas. O período da Revolução Comercial assistira à invenção do relógio de pêndulo, do termômetro, da bomba aspirante, da roda de fiar e do tear para tecer meias, sem falar dos melhoramentos introduzidos na técnica de fundir minérios e na obtenção do bronze. Mais ou menos em 1580 foi inventado um tear mecânico que fazia fitas, sendo capaz de tramar

vários fios ao mesmo tempo. Houve também importantes progressos técnicos em outras indústrias, como a de vidraria, relojoaria, aparelhamento de madeira e construção naval. Várias dessas primeiras invenções tornavam necessária a adoção de métodos fabris. Por exemplo, a máquina de organsinar seda bruta, inventada na Itália por volta de 1500, tinha de ser instalada numa vasta construção e exigia uma turma considerável de trabalhadores. Nos Temple Mills, à margem do Tamisa, acima de Londres — segundo uma descrição feita em 1738 por Daniel Defoe — o cobre era convertido em caldeiras e painéis por meio de enormes martelos movidos a força hidráulica. Esses melhoramentos técnicos iniciais mal se podem comparar em importância aos que se verificaram depois de 1760, mas mostram que a era da máquina não surgiu de um dia para outro.

Entre outras causas de primeira importância contam-se algumas consequências mais diretas da Revolução Comercial. Esse movimento provocara o surto de uma classe de capitalistas que procuravam constantemente novas oportunidades de investimento para o seu excesso de riqueza. A princípio essa riqueza podia ser facilmente absorvida pelo comércio, pelos empreendimentos de mineração, pelas especulações bancárias ou pelas construções navais, mas com o correr do tempo as oportunidades em tais campos se tornaram bastante limitadas. Em consequência, havia uma disponibilidade crescente de capitais para o desenvolvimento da manufatura. Mas dificilmente teria ocorrido um desenvolvimento rápido se não houvesse uma procura cada vez maior de produtos industriais. Tal procura deveu-se em grande parte à fundação de impérios coloniais e ao acentuado crescimento da população europeia. Estamos lembrados de que um dos objetivos primários da aquisição de colônias fora o de encontrar novos mercados para os produtos manufaturados na metrópole. Como prova de que tal finalidade fora satisfatoriamente atingida registra-se o fato de, só no ano de 1658, terem sido embarcados da Inglaterra para a Virgínia nada menos de 24.000 pares de sapatos. Ao mesmo tempo, os mercados potenciais da Europa iam-se alargando com rapidez, dada a curva ascendente da população dos países ocidentais. Na Inglaterra o número de habitantes subiu de quatro milhões em 1600 a seis milhões em 1700 e a nove milhões no fim do século XVIII. A população da França elevou-se de 17.000.000 em 1700 a 26.000.000 cerca de cem anos mais tarde. Até que ponto esse aumento foi um efeito dos progressos da medicina no século XVIII e em que medida se deveu ele à

maior abundância de alimentos decorrente da expansão do comércio? É uma questão discutível, mas a influência do segundo destes fatores não pode ser desprezada. Finalmente, a Revolução Comercial estimulou o crescimento das manufaturas graças à sua doutrina básica do mercantilismo. A política mercantilista visava, entre outras coisas, aumentar a quantidade de artigos manufaturados disponíveis para a exportação a fim de garantir uma balança de comércio favorável.

A despeito da importância das causas já mencionadas, a Revolução Industrial teria sido sem dúvida retardada se não fosse a necessidade de melhoramentos mecânicos fundamentais em certos campos de produção. Aí por volta de 1700, a procura de carvão para as fundições de ferro tinha exaurido de tal modo as reservas de lenha que várias nações da Europa Ocidental se viram ameaçadas pelo desflorestamento. Cerca de 1709 uma solução parcial foi encontrada por Abraham Darby, ao descobrir que o coque podia ser utilizado na fundição. Mas, para se obter o coque necessário, era preciso minerar carvão em quantidade muito maior do que até então se tinha feito. Como o principal obstáculo à extração fosse a acumulação de água nas minas, a necessidade do novo combustível levou à procura de uma fonte de energia capaz de acionar as bombas. Vários experimentos relacionados com essa pesquisa resultaram finalmente na invenção da máquina a vapor. Uma necessidade ainda mais premente de mecanização existia na indústria têxtil. Com a crescente procura dos tecidos de algodão nos séculos XVII e XVIII, tornou-se simplesmente impossível fornecer o fio necessário com as rodas de fiar primitivas ainda em uso. Mesmo depois de se porem a trabalhar todas as mulheres e crianças em disponibilidade, a procura não pôde ser satisfeita. Na Alemanha, até os soldados nos quartéis foram postos a fiar algodão. Como a necessidade se fizesse sentir cada vez mais, as sociedades científicas e as empresas industriais ofereceram prêmios a quem apresentasse métodos aperfeiçoados de fiação. Em 1760, por exemplo, a "English Society of Arts" instituiu um desses prêmios para uma máquina que capacitasse uma pessoa a fiar seis fios simultaneamente. O resultado de todos esses esforços foi o desenvolvimento da máquina de fiar e do tear hidráulico, precursores de uma série de importantes inventos na indústria têxtil. Não tardando a ficar demonstrada a viabilidade de tais máquinas, a mecanização não podia deixar de estender-se às demais manufaturas.

2. Por que a Revolução Industrial começou na Inglaterra

À primeira vista pode parecer estranho que o pequeno reino insular não só se tenha tornado o líder industrial do mundo, mas que haja conservado essa posição por mais de um século. Pretende um filósofo moderno que a Inglaterra, ainda em pleno século XVIII, era "o país mais pobre da Europa Ocidental". É certo que ela não possuía uma grande variedade de produtos dentro das suas fronteiras. Não estava tão perto de bastar-se a si mesma quanto a França ou a Alemanha. Seus recursos agrícolas já não chegavam para satisfazer-lhe as necessidades e o exaurimento das florestas da ilha tinha sido notado desde o tempo dos Stuarts. O carvão e o ferro, geralmente considerados como as suas maiores riquezas, não assumiram grande importância industrial senão no século XIX. Mas, ao lado dessas condições adversas, havia outros fatores que faziam a balança pender decididamente para o lado da Inglaterra.

Talvez devamos colocar no cabeçalho da lista de condições favoráveis o fato de ter sido a Inglaterra o país que mais lucrou com a Revolução Comercial. Ainda que a França tivesse, pelas alturas de 1750, um comércio exterior calculado em 200 milhões de dólares anuais, em confronto com os 160 milhões de dólares da Inglaterra, não se deve esquecer que a população francesa era, no mínimo, três vezes maior do que a inglesa. Acresce que a França havia alcançado o limite máximo da sua expansão imperial e que uma parte considerável dos lucros do seu comércio exterior era desviada, através de empréstimos e de impostos, para a manutenção de um exército oneroso e de uma corte frívola e extravagante. A Inglaterra, por seu lado, mal iniciava ainda a sua idade áurea de poder e prosperidade. Já havia adquirido as mais valiosas colônias do Hemisfério Ocidental e em breve iria consolidar a supremacia imperial e comercial pela derrota dos franceses na Guerra dos Sete Anos. Além disso, uma proporção bem maior dos lucros da Inglaterra no comércio ultramarino ficava disponível para os investimentos produtivos. O seu governo estava relativamente livre de corrupção e de gastos perdulários. Os seus efetivos militares custavam menos que os da França e as suas rendas eram coletadas com muito mais eficiência. Em consequência, os comerciantes e armadores ingleses dispunham de uma margem mais ampla de lucros excedentes, que eles estavam ansiosos por inverter em todos os negócios concebíveis que pudessem tornar-se fonte de proveitos adicionais.

À vista de tais fatos, não é de surpreender que a Inglaterra se tivesse alçado à posição de principal nação capitalista no começo do século XVIII. Em parte alguma haviam as sociedades por ações alcançado tamanho desenvolvimento. As operações sobre valores já eram negócio legal quando foi fundada, em 1698, a Bolsa de Fundos Públicos de Londres. Por volta de 1700, Londres estava capacitada a competir com Amsterdã como capital financeira do mundo. Acrescente-se a isso que a Inglaterra possuía, talvez, o melhor sistema bancário da Europa. No ápice desse sistema achava-se o Banco da Inglaterra, fundado em 1694. Embora estabelecido com o fim de levantar fundos para o governo, a sua organização era a de uma empresa privada. Os seus fundos eram de propriedade particular e a sua direção não estava submetida a qualquer controle oficial. Não obstante, sempre operou em íntima colaboração com o governo e desde os primeiros tempos constituiu importante fator de estabilização das finanças públicas. Assegurada destarte a estabilidade financeira do governo, os grandes empreendedores comerciais e industriais podiam desenvolver os seus negócios sem o temor de uma bancarrota nacional ou de uma inflação ruinosa. É cabível observar a este propósito que nada ou quase nada de semelhante se verificou nas finanças do país de além-Mancha até a fundação do Banco Francês, durante o período napoleônico.

Há indícios de não ter sido pequena a influência dos fatores políticos e sociais na origem da Revolução Industrial inglesa. Embora o governo britânico estivesse longe de ser democrático, era pelo menos mais liberal do que a maioria dos governos continentais. A Revolução Gloriosa de 1688-89 muito fizera para estabelecer o conceito da soberania limitada. Tornara-se geralmente aceita a doutrina de que o poder do estado não deve estender-se além da proteção dos direitos naturais do indivíduo à liberdade e ao gozo da propriedade. Sob a influência de tal doutrina o Parlamento aboliu velhas leis que criavam monopólios especiais e interferiam na livre concorrência. Os princípios mercantilistas continuaram a ser aplicados ao comércio com as colônias, mas na esfera dos negócios metropolitanos foi pouco a pouco revogado um grande número de restrições. Ademais, a Inglaterra já começava então a ser encarada como um asilo para os refugiados de outros países. Mais de 40.000 huguenotes fixaram-se nas suas aldeias e cidades quando foram expulsos da França, em 1685, pela revogação do Editto de Nantes. Frugal, enérgico e

ambicioso, esse elemento instilou novo vigor na nação inglesa. Thomas Huxley afirmou, muito mais tarde, que uma gota de sangue huguenote nas veias valia milhares de libras esterlinas. Que a influência desses exilados no progresso industrial não foi insignificante, atesta-o o fato de as manufaturas de cutelaria e de vidro inglesas terem continuado por algum tempo a usar nomes franceses. Também as condições sociais eram nitidamente favoráveis ao desenvolvimento da indústria. A nobreza britânica deixara de ser uma casta exclusivamente hereditária e estava se convertendo com rapidez numa aristocracia da riqueza. Quase todos os que faziam fortuna tinham a possibilidade de elevar-se às mais altas camadas sociais. William Pitt, o moço, afirmava que qualquer homem com uma renda de dez mil libras anuais devia ter direito a ser par do reino, por mais humilde que fosse a sua origem. Tais condições valiam por um prêmio ao sucesso nos negócios.

Algumas outras causas devem ser acrescentadas para completar o quadro. Em primeiro lugar, mencionemos o fato de ser o clima úmido das ilhas britânicas especialmente propício à fabricação de tecidos de algodão, não permitindo que o fio se torne quebradiço e se rompa facilmente quando retesado pelo tear mecânico. E basta lembrar que foi a mecanização da indústria têxtil que inaugurou a era da máquina. Em segundo lugar, o sistema corporativo de produção com as suas complicadas restrições nunca se enraizou tão fortemente em solo inglês como nos países continentais. As próprias regulamentações já estabelecidas tinham sido eliminadas, especialmente nos condados setentrionais, pelos fins do século XVII. Foi esta, diga-se de passagem, uma das razões pelas quais a Revolução Industrial principiou na Inglaterra setentrional de preferência à região mais próxima do Continente. Por último, como a riqueza naquela época estivesse mais uniformemente distribuída na Inglaterra do que na maioria das outras nações, os fabricantes ingleses puderam dedicar-se à produção em larga escala de artigos baratos e comuns, ao invés de produzirem pequenas quantidades de mercadorias de luxo. Este fator influenciou consideravelmente na adoção dos métodos fabris a fim de obter um rendimento maior. Na França, ao contrário, havia procura de artigos de luxo para satisfazer os gostos de uma pequena camada de perdulários elegantes. Uma vez que a qualidade da mão-de-obra constituía requisito fundamental desse tipo de produção, era pequeno o incentivo à invenção de máquinas.

3. HOMENS E MÁQUINAS DOS PRIMEIROS TEMPOS

A fase inicial da Revolução Industrial, que vai de cerca de 1760 a 1860, testemunhou um desenvolvimento fenomenal da aplicação da maquinaria à indústria, o qual lançou os alicerces da nossa civilização mecânica moderna. Como vimos, o primeiro ramo da indústria a ser mecanizado foi a manufatura de tecidos de algodão. Não era essa uma das indústrias tradicionais dos ingleses, senão um empreendimento recente em que cada empresário podia experimentar quase todos os métodos que desejasse. Além do mais, era um negócio em que os lucros dependiam da produção intensiva. A fim de que a indústria pudesse realizar progressos era necessário encontrar meios de obter um maior volume de fio do que jamais se poderia conseguir com o instrumental primitivo ainda em uso. O primeiro dispositivo que veio atender a essa necessidade foi a spinning jenny ou máquina de fiar inventada por James Hargreaves em 1767. Essa máquina, assim chamada em homenagem à esposa do inventor, cujo nome era Jenny, era na realidade uma roda de fiar composta, capaz de produzir oito fios ao mesmo tempo. Infelizmente, os fios que produzia não eram bastante fortes para ser utilizadas como fibras longitudinais, ou urdimento, do tecido de algodão. Só com a invenção do bastidor hidráulico de Richard Arkwright, cerca de dois anos depois, é que se tornou possível a produção intensiva de ambas as modalidades de fio de algodão. Finalmente, em 1779, outro inglês, Samuel Crompton, combinou certos característicos da spinning jenny e do bastidor hidráulico numa máquina de fiar híbrida que ele, com propriedade, denominou mule (mula). Essa máquina foi sendo progressivamente aperfeiçoada até que, vinte anos mais tarde, tornou-se capaz de produzir simultaneamente quatrocentos fios da melhor qualidade.

Entretanto, os problemas da indústria de algodão ainda não estavam inteiramente resolvidos. A invenção das máquinas de fiar tinha suprido sobejamente a falta de fio, mas fazia-se sentir agora a escassez de tecelões. Os que se dedicavam a esta profissão podiam exigir salários tão altos que, ao que se dizia, costumavam pavonear-se nas ruas com notas de cinco libras enfiadas na fita do chapéu e almoçavam ganso assado aos domingos. Tornou-se logo evidente que o único remédio para essa falta de tecelões seria a invenção de uma máquina automática que tomasse o lugar do tear manual. Muitos declararam tal coisa impossível, mas o

Rev. Edmund Cartwright, um pastor do condado de Kent, não se deixava desanimar tão facilmente. Dizia consigo que, se a maquinaria automática podia ser aplicada à fiação, não havia motivo para que não o fosse também à tecelagem. Como tivesse poucos conhecimentos de mecânica, contratou um carpinteiro e um ferreiro para pôr em prática as suas ideias. O resultado foi o tear mecânico, que Cartwright patenteou em 1785. Muitos anos se passaram, contudo, antes de ele estar suficientemente aperfeiçoado para ter mais que um êxito modesto. Somente por volta de 1820 foi que logrou substituir amplamente os métodos mais primitivos de tecelagem. Entrementes, a invenção de uma máquina para separar o caroço da fibra do algodão possibilitou um fornecimento abundante de algodão em bruto por preço baixo. Foi essa máquina o descaroçador inventado em 1792 por Eli Whitney, um mestre-escola da Nova Inglaterra.

Algumas das novas invenções da indústria têxtil contribuíram para o desenvolvimento do sistema fabril. O bastidor hidráulico, a spinning mule e o tear mecânico eram máquinas grandes e pesadas que não podiam ser instaladas nas casas dos trabalhadores. Todas elas se destinavam, com o tempo, a ser acionadas por força motriz, e além disso custavam tão caro que ninguém, a não ser um abonado capitalista, poderia comprá-las. Era portanto inevitável que fossem instaladas em grandes edifícios e que os trabalhadores empregados em fazê-las funcionar ficassem sob a supervisão do proprietário ou de um gerente. Tais eram os traços essenciais do sistema fabril na sua forma original. Muito apropriadamente, o verdadeiro fundador do sistema foi Richard Arkwright, o inventor do bastidor hidráulico. Graças à sua indomável perseverança e imenso tino para os negócios, Arkwright elevou-se da condição de simples barbeiro e cabeleireiro até se tornar o primeiro capitão de indústria. Trabalhando habitualmente das cinco da manhã às nove da noite, lutou com obstáculos durante anos. Encontrou tenaz oposição por parte dos poderosos interesses da indústria de lã. Suas oficinas foram depredadas por multidões de trabalhadores enfurecidos, os quais temiam que as máquinas de Arkwright os deixassem sem emprego. Foi acusado, talvez com alguma razão, de ter roubado a outros a idéia do bastidor hidráulico. Afirmam-se que despendeu ao todo cerca de 60.000 dólares antes que os seus projetos comesçassem a dar lucro. Fundou a sua primeira fábrica, movida por força hidráulica, em 1771.

Custa acreditar que o sistema fabril pudesse ter assumido grande importância sem o aperfeiçoamento da máquina a vapor. As rodas

hidráulicas eram vagarosas e nem sempre se dispunha de cursos de água com força suficiente para movê-las. Outras fontes de energia foram experimentadas, com resultados ainda menos satisfatórios. O tear mecânico original, inventado por Cartwright, era movido por uma vaca, ao passo que alguns de seus sucessores empregaram cavalos e até um cão terra-nova. Sabia-se, havia séculos, que o vapor d'água podia ser utilizado como fonte de força motriz. Grosseiras máquinas a vapor tinham sido construídas por Heron de Alexandria no século I antes de Cristo, por Leonardo da Vinci durante a Renascença e por vários outros nos primórdios da idade moderna. Nenhuma delas, entretanto, fora aproveitada em coisa mais útil do que fazer girar o espeto nas cozinhas dos reis ou obrar milagres nos tempos antigos. O primeiro homem a empregar a força do vapor com propósitos industriais foi Thomas Newcomen, que, em 1712, inventou uma tosca mas eficiente máquina a vapor para bombear água das minas de carvão inglesas. Pelos meados do século estava em uso aproximadamente uma centena desses engenhos. Algumas eram de enormes proporções e podiam fazer o trabalho de mais de cinquenta cavalos; uma delas tinha um cilindro de seis pés (1,80 m) de diâmetro. Até as menores podiam gerar mais força motriz do que a maioria das rodas hidráulicas.

Malgrado o seu imenso valor para a indústria mineira, a máquina de Newcomen ressentia-se de defeitos que a impediam de ser usada em larga escala para fins industriais em geral.

Para começar, desperdiçava tanto combustível como força. Era construída de tal maneira que depois de cada movimento do êmbolo o vapor tinha de ser condensado pela aspersão de água fria no cilindro. Isso significava que o cilindro devia ser novamente aquecido antes do percurso seguinte, e tais aquecimento e resfriamento alternados retardavam grandemente a velocidade da máquina. Em segundo lugar, o "amigo do mineiro" (assim se chamava a bomba de Newcomen) só se adaptava ao movimento em linha reta requerido pelo bombeamento; ainda não fora descoberto o meio de converter a ação retilínea do êmbolo num movimento rotativo. Ambos esses defeitos foram finalmente remediados por James Watt, um construtor de aparelhos científicos da Universidade de Glasgow. Em 1763 Watt foi encarregado de corrigir um modelo da máquina de Newcomen. Enquanto se dedicava a isso, concebeu a idéia de que ela podia ser muitíssimo melhorada com a adição de uma câmara especial para condensar o vapor, de maneira a eliminar a necessidade de resfriar o

cilindro. Em 1769 patenteou sua primeira máquina com o acréscimo desse dispositivo. Mais tarde, inventou uma nova disposição de válvulas que permitiam a injeção de vapor em ambas as extremidades do cilindro, fazendo com que o êmbolo trabalhasse tanto para a frente como para trás. Em 1782 descobriu um meio de converter a ação do êmbolo em movimento circular, capacitando assim o motor a mover a maquinaria das fábricas. Infelizmente, o gênio inventivo de Watt não era igualado pela sua habilidade comercial. Confessava que "preferia enfrentar um canhão carregado a acertar uma conta duvidosa ou a fechar um negócio". O resultado foi endividar-se ao tentar colocar as suas máquinas no mercado. Foi salvo por Matthew Boulton, próspero negociante de ferragens de Birmingham. Os dois formaram uma sociedade por comandita em que Boulton era o sócio capitalista, e pelo ano de 1800 a firma já havia vendido 289 motores para fábricas e minas.

Poucas invenções tiveram maior influência na história dos tempos modernos que a da máquina a vapor. Ao contrário do que geralmente se pensa, não foi a causa inicial da Revolução Industrial mas sim, em parte, um efeito desta. O motor de Watt, pelo menos, nunca se teria tornado realidade se não fosse a procura de uma fonte eficiente de energia para mover as pesadas máquinas já inventadas na indústria têxtil. Por outro lado, é indiscutível que o aperfeiçoamento da máquina a vapor promoveu um desenvolvimento mais rápido da industrialização. Deu uma nova importância à produção do carvão e do ferro. Possibilitou, como veremos em seguida, uma revolução nos transportes. Abriu oportunidades quase ilimitadas à aceleração das manufaturas, tornando as nações industrializadas as mais ricas e poderosas do mundo. Antes do desenvolvimento da máquina a vapor, as reservas de energia estavam, em grande parte, à mercê das variações do tempo atmosférico. Durante as secas, a baixa dos rios podia forçar os moinhos a restringir suas atividades ou mesmo a suspendê-las por completo. Os navios, nas travessias do oceano, atrasavam-se semanas inteiras por falta de vento. De ora em diante, porém, haveria um fornecimento constante de energia que poderia ser aproveitada quando necessário. Não é, portanto, exagero afirmar que a invenção de Watt assinalou o verdadeiro começo da era da força motriz.

Uma das indústrias que deveram o seu rápido desenvolvimento ao aperfeiçoamento da máquina a vapor foi a manufatura de ferro e de produtos deste metal. Se bem que muitas das novas máquinas, como a

spinning jenny e o bastidor hidráulico, pudessem ser construídas de madeira, as máquinas a vapor exigiam material mais resistente. Além disso, os seus cilindros deviam ser calibrados com a maior precisão possível a fim de evitar a perda de vapor, o que necessitava um progresso considerável na produção de máquinas-ferramentas e nos métodos científicos da manufatura do ferro. O pioneiro deste trabalho foi John Wilkinson, um fabricante de canhões. Em 1774, Wilkinson patenteou um método de calibrar cilindros, método que reduzia a margem de erro a uma quantidade diminuta para aquela época. Mais tarde dedicou-se à construção de lanchões de ferro e à produção de chapas para pontes metálicas. Jamais escrevia uma carta sem mencionar o ferro em cada página e dispôs no seu testamento que o enterrassem num caixão de ferro. Ainda mais importantes que as contribuições de Wilkinson foram as realizações de outro inglês, Henry Cort, um empreiteiro naval. Em 1784 Cort inventou o método da pudlagem, que consiste em agitar o ferro em fusão a fim de eliminar grande percentagem do seu conteúdo de carbono. Isso possibilitava a produção de um metal de qualidade superior, quase tão duro quanto o ferro forjado e muito mais barato. Dois anos mais tarde Cort inventou o laminador para a fabricação de chapas de ferro. Essas duas inovações revolucionaram a indústria. Em menos de vinte anos a produção de ferro na Inglaterra quadruplicou e o preço caiu a uma fração do que era antes.

As transformações fundamentais nos processos de produção, que acabamos de descrever, foram logo seguidas de momentosas inovações no setor dos transportes. Os primeiros sinais de uma melhora positiva nos métodos de viajar começaram a surgir nas proximidades de 1780. Foi por essa época que se começou a tratar seriamente, na Inglaterra, da construção de canais e de estradas de pedágio. Nas alturas de 1830, quase todas as grandes estradas tinham sido drenadas e empedradas, ao passo que as principais vias fluviais se achavam ligadas por uma rede de 4.000 quilômetros de canais. A melhoria das estradas possibilitou um serviço de diligências mais rápido. Em 1784 o diretor-geral dos correios inaugurou um serviço postal com carruagens que corriam continuamente, dia e noite, cobrindo uma distância de 200 quilômetros em vinte e quatro horas. Ao findar o século diligências especiais, conhecidas como "máquinas voadoras", ligavam entre si todas as cidades principais do país, alcançando por vezes a velocidade extraordinária de 15 ou 16 quilômetros por hora.

Mas o progresso verdadeiramente importante nos transportes só

começou após a adoção generalizada da máquina a vapor como fonte segura de energia. Fizeram-se tentativas para adaptar o vapor às diligências e alguns desses antepassados do automóvel moderno chegaram realmente a correr nas estradas. A mais bem sucedida foi uma que Richard Trevithick construiu em 1800 e que chegou a percorrer 150 quilômetros na estrada de Londres a Plymouth. Aos poucos ganhou terreno a idéia de que seria mais proveitoso utilizar a máquina a vapor para puxar uma fieira de carruagens sobre carris de ferro. Já existiam algumas dessas estradas de ferro para transportar carvão, mas os carros eram tirados por cavalos. Deve-se o aparecimento da primeira estrada de ferro a vapor a George Stephenson, um mecânico autodidata que só aprendera a ler aos dezessete anos. Trabalhando como maquinista numa mina de carvão, dedicava as suas horas de folga a fazer experimentos com locomotivas. Em 1822 convenceu das vantagens da tração a vapor um grupo de homens que estavam projetando uma estrada de ferro para o transporte de carvão entre Stockton e Darlington e foi nomeado engenheiro da linha com carta branca para executar os seus planos. O resultado foi a inauguração, três anos depois, da primeira estrada de ferro com máquina a vapor. As locomotivas que ele construiu para essa linha alcançavam a velocidade de 24 quilômetros horários, inaudita para a época. Em 1830 projetou a famosa Rocket (Foguete), que começou a correr sobre os trilhos da estrada Manchester-Liverpool com uma velocidade quase dupla da dos primeiros modelos. Antes de Stephen-son morrer, em 1848, cerca de 10.000 quilômetros de estradas de ferro tinham sido construídas na Inglaterra e mais ou menos outro tanto nos Estados Unidos.

Entrementes, a máquina a vapor ia sendo paulatinamente aplicada ao transporte fluvial. Neste setor foram os americanos e não os ingleses que tomaram a dianteira. Ainda hoje se discute sobre quem, precisamente, pode ser apontado como o inventor do barco a vapor. Há indícios de terem contribuído para ele vários indivíduos. A crer nos registros da época, o primeiro que conseguiu movimentar um barco exclusivamente a vapor foi um mecânico da Virgínia chamado James Rumsey. Em 1785, na presença de George Washington, conduziu ele a sua máquina contra a corrente do Potomac a cerca de sete quilômetros por hora. Pouco depois um outro americano, John Fitch, construiu um barco que chegou a transportar passageiros durante alguns meses, em 1790, no rio Delaware. O barco a vapor de Fitch assume particular importância pelo fato de possuir uma hélice

em lugar da roda de pás empregada por todos os demais inventores. Mas Fitch jamais conseguiu fazer do seu invento um sucesso financeiro. Após inúteis tentativas de interessar os governos na adoção daquele, suicidou-se em 1798. Ainda a um terceiro americano, Robert Fulton, é atribuído o mérito de haver convertido o barco a vapor num êxito comercial. É duvidoso que Fulton fosse mais inventivo do que Rumsey ou Fitch, mas teve bastante tino financeiro para conseguir fundos com um rico capitalista e soube, além disso, manter-se em evidência perante o público. Em 1807 foi aclamado como um herói nacional quando o seu Clermont, equipado com uma máquina de Boulton & Watt e uma roda de pás, fêz todo o percurso entre Nova York e Albany sem o auxílio de velas. Estava inaugurada a era da navegação a vapor. Dentro em breve, barcos de rodas semelhantes aos de Fulton percorriam os rios e lagos não só da América mas também da Europa. Em abril de 1838 os primeiros vapores, o Sirius e o Great Western, cruzaram o Atlântico. Dois anos mais tarde Samuel Cunard fundou a famosa "Cunard Line", oferecendo um serviço transoceânico regular com navios inteiramente movidos a vapor.

O progresso mais significativo das comunicações na primeira fase da Revolução Industrial foi a invenção do telégrafo. Já em 1820 o físico francês Ampere havia descoberto que o eletromagnetismo podia ser usado para transmitir mensagens por meio de um fio entre pontos distantes. Só faltava inventar aparelhos eficientes para transmitir e receber os despachos. Experimentos nesse sentido foram tentados por vários indivíduos, três dos quais alcançaram êxito quase simultaneamente. Em 1837 foram inventados sistemas de telégrafo elétrico pelo alemão Karl Steinheil, pelo inglês Charles Wheatstone e pelo americano Samuel Morse. Só em 1844, porém, foi que se instalou a primeira linha telegráfica dotada de bastante eficiência para poder ser explorada com fins comerciais. Foi ela a linha entre Baltimore e Washington, construída a instâncias de Morse e em vista dos melhoramentos que ele próprio havia introduzido na sua invenção. Uma vez iniciados, os sistemas telegráficos multiplicaram-se em todo o mundo. Dentro em breve todas as cidades importantes achavam-se ligadas entre si e em 1851 foi lançado um cabo através do Canal da Mancha. O coroamento veio com a inauguração do primeiro cabo transatlântico, em 1866, por iniciativa do capitalista americano Cyrus Field.

No nosso estudo da Revolução Comercial vimos que esse movimento se fizera acompanhar, especialmente na Inglaterra, de momentosas

mudanças na agricultura, tais como a liquidação do sistema senhorial, a tapagem das terras comuns e a junção dos lotes individuais. A Revolução Industrial também teve as suas repercussões na agricultura, as quais se fizeram notar sobretudo nos primeiros sessenta anos do século XIX. Entre elas figuram o aperfeiçoamento das raças de gado, a introdução de novas culturas, como a da beterraba açucareira, que passou a ser plantada em larga escala na Alemanha e na França, e o desenvolvimento da química agrícola por Justus von Liebig (1803-73), que tornou possível a produção de adubos artificiais. A agricultura também sofreu, nesse período, a influência da mecanização. Criaram-se melhores arados e grades e generalizou-se o emprego da debulhadora. Em 1834 o fazendeiro americano Cyrus McCormick tirou patente da sua ceifadeira mecânica e logo depois começou a fabricá-la em Chicago. Em 1860 essas máquinas eram vendidas numa média de 20.000 por ano. Em consequência das várias melhorias apontadas, a agricultura em todo o mundo gozou de uma prosperidade sem precedentes, que durou até a grande crise de 1873.

4. A SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Aproximadamente em 1860 a Revolução Industrial entrou numa nova fase, tão diferente da que a precedera que alguns historiadores propõem chamá-la Segunda Revolução Industrial. Os principais acontecimentos que a anunciaram foram em número de três: a invenção do processo Bessemer na siderurgia, em 1856; o aperfeiçoamento do dínamo por volta de 1873 ; e a invenção do motor de combustão interna, em 1876. De um modo geral, os característicos que servem para distinguir a Segunda Revolução Industrial da primeira são: 1) a substituição do ferro pelo aço como material industrial básico; 2) a substituição do vapor pela eletricidade e pelos produtos do petróleo como principais fontes de força motriz; 3) o desenvolvimento da maquinaria automática e de um alto grau de especialização do trabalho; 4) o uso de ligas, de metais leves e dos produtos da química industrial; 5) mudanças radicais nos transportes e comunicações; 6) o desenvolvimento de novas formas de organização capitalista; e 7) a extensão da industrialização à Europa Central e Oriental e mesmo ao Extremo Oriente. É necessário dizer algumas palavras a respeito de cada um desses fatos marcantes.

Havia séculos que se conheciam os métodos de fabricação de aço. Já

no ano 1000 os sarracenos produziam excelentes espadas de aço em Damasco. Desde os fins da Idade Média os europeus também tinham aprendido a preparar o cobiçado metal. Mas os métodos eram morosos e difíceis, e o produto saía muito caro. Em 1856, Sir Henry Bessemer descobriu que a injeção de um jato de ar no ferro em fusão eliminava quase todo o carbono, convertendo assim o ferro em aço. O resultado foi fazer baixar o preço deste metal a menos de um sétimo do custo primitivo. Quando se verificou que o novo processo só podia ser aplicado a minérios de alto teor, dois químicos ingleses, Sidney Thomas e P. C. Gilchrist, trataram de melhorá-lo. Em 1878 descobriram um método pelo qual o ferro mais inferior, com alto teor de fósforo, podia converter-se em aço. As consequências foram pasmosas. Não só o ferro fosfórico da Inglaterra começou a ser usado, mas também enormes jazidas da Lorena, da Bélgica e dos Estados Unidos se tornaram, de súbito, imensamente valiosas. Entre 1880 e 1914 a produção de aço da Grã-Bretanha subiu de 2 a 7 milhões de toneladas, na Alemanha de 1 a 15 milhões e nos Estados Unidos de 1.600.000 a 28 milhões. O aço suplantou quase completamente o ferro para trilhos ferroviários, para o arcabouço de grandes edifícios, para pontes e outros fins que exigiam um metal barato mas de alta tenacidade.

O afastamento do vapor como fonte básica de força motriz resultou acima de tudo da invenção do dínamo, uma máquina capaz de converter a energia mecânica em energia elétrica. Se bem que o princípio do dínamo tivesse sido formulado por Michael Faraday em 1851, não se conheceu, antes de 1873, nenhuma máquina desse tipo que se prestasse para fins práticos. A partir dessa data a utilização da energia elétrica na maquinaria industrial progrediu a passos de gigante. O vapor começou a ser gradualmente relegado a um plano inferior, sendo usado sobretudo para mover dínamos. Em certas regiões, mormente onde o carvão era escasso, foi ele substituído, mesmo para esse fim, pela energia hidráulica. Em 1929 a eletricidade fornecia dois terços da força motriz requerida pela indústria britânica, sendo a proporção ainda maior na Alemanha. A A.E.G. (Allgemeine Elektrizitätsgesellschaft), com a fabricação de motores, geradores e outros equipamentos elétricos, tornou-se a maior unidade industrial da Europa.

Um segundo invento revolucionário foi o da utilização dos produtos do petróleo como nova fonte de energia. Já havia algum tempo que se conhecia o petróleo quando o seu valor foi descoberto. A princípio, em meados do século XIX, era tido como uma curiosidade. Rotulado como "óleo dos índios"

ou "óleo dos sênecas", era vendido nos Estados Unidos pelas suas propaladas virtudes medicinais. Mesmo depois de conhecida a sua utilidade como lubrificante, o petróleo teve limitado emprego em razão da sua escassez. Em 1859 Edwin L. Drake resolveu o problema do abastecimento perfurando o primeiro poço petrolífero perto de Titusville, na Pensilvânia. Aos poucos descobriram-se novos usos para o produto, embora durante muitos anos a maior parte dele se destinasse à fabricação de querosene para lampiões. Em 1876, entretanto, Nikolaus Otto inventou o primeiro motor de combustão interna bem sucedido. Foi esse o marco inicial de uma série de progressos que assinalaram a aurora de uma era motorizada. Alguns anos depois Gottlieb Daimler adaptou o motor de combustão interna ao uso da gasolina em lugar do gás natural e Karl Benz equipou-o com a faísca elétrica para inflamar o combustível. O aperfeiçoamento do carburador nas proximidades de 1890 por outro alemão, de nome Maybach, também muito contribuiu para aumentar as potencialidades da gasolina como fonte de energia. Finalmente, em 1897, Rudolf Diesel inventou um motor de combustão interna que já não usava gás nem gasolina, mas óleo cru. A instalação de motores Diesel em locomotivas e navios ameaça eliminar o vapor como fonte direta de energia até nesses seus últimos redutos da indústria de transportes.

Entre as feições mais típicas da Segunda Revolução Industrial contaram-se a introdução da maquinaria automática, um enorme desenvolvimento da produção em massa e a extrema divisão do trabalho nos processos de fabricação. Estas três coisas têm caminhado juntas desde os anos que precederam imediatamente a Primeira Guerra Mundial. Exemplo característico do desenvolvimento da maquinaria automática foi a invenção da célula fotoelétrica ou "olho elétrico", que pode ser empregada para ligar e desligar comutadores, abrir portas, classificar ovos, inspecionar produtos enlatados, contar folhas de papel e medir-lhes a espessura, e até para acusar dinheiro falso. Inventaram-se máquinas para dirigir e fazer funcionar outras máquinas, bem assim como para executar séries inteiras de processos de fabricação que outrora absorviam muito trabalho humano. A maquinaria automática não só favoreceu um extraordinário desenvolvimento da produção em massa, senão que o volume das mercadorias produzidas cresceu consideravelmente com a adoção da correia transportadora sem fim. A idéia foi inicialmente copiada por Henry Ford, mais ou menos em 1908, dos enfardadores de carne de Chicago, os

quais usavam um trólei suspenso para fazer circular as carcaças ao longo de uma fila de magarefes. Ford aperfeiçoou gradualmente o processo, até poder montar um chassi completo do seu famoso "Modelo T" em uma hora e trinta e três minutos. Mais recentemente, o sistema da correia transportadora e da linha de montagem, em que o trabalhador repete o dia inteiro uma tarefa simples e monótona, foi adotado em todas as fábricas de automóveis dos Estados Unidos, bem como em muitas outras indústrias. Tem ele proporcionado ao mundo uma espantosa abundância de mercadorias e reduzido o preço de certos artigos que constituíam anteriormente um luxo só acessível aos ricos; ninguém, contudo, é capaz de prever ainda os graves efeitos que poderá ter sobre o espírito e o moral dos operários.

As transformações recentes dos métodos de produção têm provindo não só da invenção de máquinas complicadas mas também do papel cada vez mais dominante em que a ciência vem desempenhando na indústria. A verdade é que as descobertas importantes da Segunda Revolução Industrial têm emanado com mais frequência dos laboratórios de física ou química do que do cérebro dos inventores natos. A supremacia da ciência no campo da indústria deixou-se entrever pela primeira vez quando William Henry Perkin obteve, em 1856, a primeira anilina, ou seja o primeiro corante extraído do coltar (alcatrão mineral). Foi esse o início de um maravilhoso desenvolvimento da química sintética. Descobriu-se que desse mesmo alcatrão mineral era possível extrair literalmente centenas de corantes, além de uma infinita variedade de outros produtos, tais como o anil, a aspirina, o óleo de gaultéria, a essência de flores de laranja, a sacarina, o ácido fênico e a essência de baunilha. Com o passar dos anos, muitas substâncias novas foram adicionadas à lista dos produtos sintéticos. Inventaram-se métodos para obter papel de polpa de madeira, para sintetizar ácido nítrico com os elementos do ar, para extrair glicose e amido do milho e seda artificial das fibras de madeira. Nestes últimos anos realizaram-se notáveis progressos na criação de matérias plásticas obtidas de várias substâncias, tais como a caseína, o fenol e derivados do carvão e do coque. Os guidões de alguns dos mais recentes modelos de automóveis são feitos, em última análise, de carvão, água, acetato e celulose. Já se tem produzido borracha artificial de boa qualidade por vários processos baseados no uso quer do carvão, quer do petróleo. Os químicos também vieram em auxílio de muitas antigas indústrias, descobrindo meios de utilizar subprodutos até então desvaliosos

ou aumentando rendimento das fontes de matéria-prima existentes. O caroço de algodão, por exemplo, é transformado em celulóide, em cosméticos, em pólvora sem fumaça e azeite de cozinha, ao passo que o processo de refinação da gasolina pelo "cracking" elevou a mais do dobro o rendimento da mesma quantidade de petróleo.

O emprego dos metais leves e das ligas de ferro está em nossos dias intimamente ligado aos progressos da química industrial. O mais antigo dos metais leves, o alumínio, embora descoberto em 1828, não começou a ter um uso generalizado senão por volta de 1900. É extraído de uma argila conhecida pelo nome de bauxita, a qual abunda em certos países como a França, a Iugoslávia e os Estados Unidos. Como a produção do alumínio é mais cara que a do aço, o seu uso, até hoje, tem-se limitado em grande parte aos motores de automóveis e aviões, caixilhos e telas de janela e utensílios de cozinha. O magnésio, um metal muito mais raro, foi empregado na construção de aviões durante a Segunda Guerra Mundial e de então para cá tem sido adaptado a outros usos restritos. Obtido inicialmente pela eletrólise do cloreto de magnésio, é hoje fabricado em larga escala com água do mar. Não menos importantes que os metais leves são as chamadas ligas do ferro, que incluem o manganês, o cromo, o tungstênio, o vanádio, o molibdeno e alguns outros metais. Encontrados sobretudo em países como a China, a Turquia, a Rússia, a Índia e a Rodésia, são indispensáveis à indústria moderna. Só elas podem comunicar ao aço a dureza e a tenacidade exigidas pela produção de máquinas-ferramentas. Juntamente com outros materiais de primeira necessidade que se encontram disseminados por países distantes entre si, elas constituem um excelente exemplo da interdependência econômica das várias partes do mundo contemporâneo.

A segunda fase da Revolução Industrial presenciou uma revolução nos transportes e nas comunicações, talvez maior que a da primeira. Depois de 1860 verificou-se uma atividade febril na construção de vias férreas. Antes dessa data, havia no máximo uns 50.000 quilômetros de trilhos assentados no mundo inteiro. Em 1890, a quilometragem elevava-se a 32.000 só na Grã-Bretanha, a 42.000 na Alemanha e a 270.000 nos Estados Unidos. O próprio serviço ferroviário foi muito melhorado pela invenção do freio de ar comprimido, em 1868, e pela introdução do carro-dormitório, do carro-restaurante e do sistema de sinais automáticos de bloqueio logo depois. Nos últimos tempos tem-se dado muita atenção ao aumento da velocidade dos

trens. Composições aerodinâmicas equipadas com motores Diesel percorrem grandes distâncias à velocidade média de 120 ou mais quilômetros por hora. Desde 1918, no entanto, as estradas de ferro têm sido grandemente prejudicadas pela concorrência de novas formas de transporte. Sirva de ilustração a queda do número de passageiros dos trens americanos, que foi de 1.200.000.000 em 1920 e de 434.000.000 em 1933. Durante o mesmo período, o volume das cargas baixou de 2.400.000.000 de toneladas para 1.300.000.000. Em 1950 o número de passageiros transportados tinha subido para apenas 488.000.000, apesar de um aumento de população avaliado em 20%. No mesmo ano, o volume das cargas foi de 2.700.000.000 de toneladas, mas só o futuro poderá dizer se se tratou ou não de um acréscimo temporário devido à guerra da Coréia e ao estímulo que esta ofereceu à indústria.

O maior concorrente das estradas de ferro é, já se vê, o automóvel com os seus derivados — o ônibus e o caminhão. Impossível apontar um indivíduo determinado como inventor do automóvel, embora sejam vários os que reivindicam essa honra. Tanto Daimler como Benz construíram veículos a gasolina na Alemanha pelas alturas de 1880, mas os seus inventos eram pouco mais do que triciclos motorizados. O primeiro a adaptar o princípio do motor de combustão interna a uma carruagem parece ter sido o francês Levassor. Em 1887 criou ele um veículo com motor na frente, em que a transmissão ao eixo traseiro se fazia por meio de uma embreagem, um eixo e engrenagens redutoras e diferenciais. Tanto quanto se pode saber, foi o primeiro automóvel da história. Evidentemente, muitas outras invenções eram necessárias para fazer do automóvel um meio de condução eficiente e confortável. Não foram das menos importantes o pneumático, que J. B. Dunlop aperfeiçoou em 1888, e o arranque automático inventado por Charles Kettering mais ou menos em 1910. Mas o automóvel continuaria sendo indefinidamente um luxo para os ricos se Henry Ford não tivesse resolvido produzir um carro acessível às pessoas de posses medianas. Em 1908 iniciou a fabricação do seu Modelo T, na teoria de que poderia ganhar mais dinheiro vendendo uma grande quantidade de carros baratos, com pequena margem de lucro, do que oferecendo um produto caro a uns poucos privilegiados. Outras companhias seguiram-lhe o exemplo, donde resultou tornar-se a indústria automobilística, já em 1928, o mais importante ramo da produção norte-americana.

Desde a década de 1920 a aviação tem-se tornado uma das principais

formas de transporte e a fabricação de aviões, uma importante indústria. Como a invenção do automóvel, a do aeroplano não pode ser atribuída a uma só pessoa. A idéia de que um dia o homem seria capaz de voar é na verdade bem antiga. Não somente foi sugerida por Roger Bacon no século XIII, mas chegou a concretizar-se em alguns planos definidos de máquinas voadoras concebidas pelo espírito fecundo de Leonardo da Vinci. Não obstante, o nascimento da aviação como uma possibilidade mecânica data da última década do século passado. Foi por essa época que Otto Lilienthal, Samuel P. Langley e outros iniciaram seus experimentos com máquinas mais pesadas do que o ar. O trabalho de Langley foi continuado pelos irmãos Wright, que, em 1903, realizaram o primeiro vôo bem sucedido num aeroplano movido a motor. A partir de então o progresso foi rápido. Em 1908 os irmãos Wright voaram perto de cem milhas (160 km). No ano seguinte Louis Blériot atravessou a Mancha no monoplano havia pouco inventado por ele. Em 1911 um outro francês, Prier, realizou um vôo direto de Paris a Londres. Durante a Primeira Guerra Mundial cada uma das nações beligerantes fêz todos os esforços possíveis para utilizar as possibilidades do avião como instrumento de morte. Em resultado disso, amudaram-se os progressos no planejamento e na eficiência. Não devemos esquecer, entretanto, que mesmo sem a guerra o progresso teria sido rápido, pois, desde que uma invenção obtém sucesso, os aperfeiçoamentos se sucedem em progressão geométrica. Em todo caso, por volta de 1919 a aceitação geral do aeroplano como meio de transporte levou a estabelecer um serviço regular entre Londres e Paris. Atualmente linhas de passageiros, expressas e postais ligam quase todas as cidades importantes do mundo. Durante o ano de 1952 as várias companhias com serviços regulares nos Estados Unidos transportaram um total de mais de 23.000.000 de passageiros.

Os primórdios da Revolução Industrial, ou seja a era do carvão e do ferro, trouxeram consigo apenas um progresso importante nas comunicações. Foi ele, como já vimos, a invenção do telégrafo, que já em 1860 estava em pleno uso. A era da eletricidade e do motor de combustão interna foi acompanhada pelo aperfeiçoamento de várias invenções que anularam, por assim dizer, o tempo e as distâncias na divulgação de notícias e na comunicação com lugares longínquos. Em primeiro lugar surgiu o telefone, cuja invenção se atribui geralmente a Alexander Graham Bell, se bem que algumas horas apenas depois de ele ter requerido patente em Washington, no dia 15 de fevereiro de 1876, Elisha

Gray se apresentou praticamente com a mesma ideia. A seguir veio o telégrafo sem fio, inventado por Guglielmo Marconi com base nos descobrimentos de Heinrich Hertz e outros a respeito da transmissão das ondas eletromagnéticas através do éter. Em 1899 Marconi transmitiu uma mensagem sem fio através do Canal da Mancha e, dois anos mais tarde, através do Atlântico. A invenção do telégrafo sem fio aplainou o caminho para o desenvolvimento do rádio, do telefone sem fio e da televisão. O primeiro tornou-se possível graças aos trabalhos de Lee De Forest, o inventor da válvula eletrônica, e o segundo pelas descobertas de Poulsen e Fessenden. As rádio-transmissões comerciais iniciaram-se em 1920 e o serviço telefônico entre a Inglaterra e os Estados Unidos foi inaugurado em 1927. Deve-se ao escocês J. L. Baird o milagre da televisão que, apesar de ter surgido em 1926, somente cerca de vinte anos depois pôde ser adaptado ao uso prático.

A precedente lista de invenções não esgota em absoluto o registro dos progressos mecânicos da Segunda Revolução Industrial. Devemos mencionar especialmente a invenção da luz elétrica, uma das que mais contribuíram, em toda a história, para o bem-estar da raça humana. Não só aumentou o conforto e a segurança da vida contemporânea mas também foi uma dádiva preciosa para os mineiros, sem falar de muitas operações difíceis da cirurgia moderna que seriam impossíveis sem ela. A luz elétrica foi concebida em primeiro lugar por Sir Humphrey Davy, aproximadamente em 1820, mas só se tornou um êxito comercial em 1879, quando Thomas A. Edison inventou a lâmpada de filamento incandescente. Mesmo depois disso foram necessários inúmeros melhoramentos para que seu uso se generalizasse. Somente ao completar o imigrante austríaco Nikola Tesla os seus experimentos com a corrente alternada, em 1888, é que foi possível instalar sistemas de iluminação nas ruas e nas casas de cidades inteiras. Entre outras conquistas mecânicas importantes do período iniciado em 1860 contam-se a invenção da linotipo por Ottmar Mergenthaler, o aperfeiçoamento da refrigeração artificial por J. J. Coleman e outros, a invenção da máquina de escrever por Charles Sholes e Carlos Glidden e o desenvolvimento da fotografia cinematográfica, que se deve principalmente a Edison.

A Segunda Revolução Industrial distinguiu-se desde o início não só por meros avanços técnicos, mas ainda mais notadamente pelo desenvolvimento de novas formas de organização capitalista. De um

modo geral, a era do carvão e do ferro foi também a era das pequenas empresas. Pelo menos até os meados do século XIX, a sociedade coletiva ainda era a forma dominante de organização comercial. É certo que muitas dessas sociedades comerciavam em larga escala, mas não se podiam comparar com as gigantescas companhias de época mais recente. Seu capital consistia principalmente em lugros reaplicados no negócio e os sócios, em geral, tinham uma parte ativa no trabalho de direção. Também tinham sido formadas muitas companhias por ações, mas, salvo quanto à estabilidade e à responsabilidade limitada, estas pouco diferiam das sociedades coletivas. Todos esses tipos de organização, na medida em que se ocupavam com a manufatura, a mineração ou os transportes, podem ser considerados como formas de capitalismo industrial. Durante a Segunda Revolução Industrial, especialmente depois de 1890, o capitalismo industrial foi em grande parte sobrepujado pelo capitalismo financeiro, um dos desenvolvimentos mais decisivos da época moderna. O capitalismo financeiro tem quatro característicos principais: 1) o domínio da indústria pelos bancos de investimentos e pelas companhias de seguros; 2) a formação de imensas acumulações de capital; 3) a separação entre a propriedade e a direção; e 4) o aparecimento dos holdings ou companhias detentoras. Cada um destes fatos requer uma breve explanação.

Um dos primeiros exemplos de domínio da indústria pelo bancos de investimentos foi a formação da "United States Steel Corporation" em 1901, com o auxílio de J. P. Morgan & Cia. Desde então as instituições financeiras passaram a controlar um número sempre crescente de companhias americanas. É verdade que não possuem todo o capital dessas companhias, nem mesmo uma fração considerável dele. Muitas das grandes companhias de hoje têm centenas de milhares de acionistas. Mas a grande maioria dessas pessoas são absenteístas que pouco ou nada influem na política da instituição, e algumas de suas ações nem sequer dão direito a votar nas assembleias. Os bancos e as companhias de seguros exercem o controle, em alguns casos, pela posse de uma maioria de ações com direito a voto e, em outros casos, por meio de empréstimos flutuantes feitos sob condições que conferem amplos poderes aos emprestadores ou lhes dão direito a uma representação junto às diretorias.

As gigantescas acumulações de capital que vieram a caracterizar a organização industrial moderna incluem os trustes, as fusões de empresas e os cartéis. Todos eles são organizados para a mesma finalidade:

restringir ou suprimir a concorrência. Os trustes são combinações de todos ou quase todos os produtores de certos artigos a fim de controlar-lhes o preço e a produção. As fusões ocorrem entre companhias que produzem os mesmos artigos ou artigos relacionados. Diferem dos primeiros pelo fato de as unidades constituintes perderem completamente a sua individualidade, "fundindo-se" numa nova companhia. Os cartéis podem ser definidos como associações livres de companhias independentes com o propósito principal de restringir a concorrência na venda dos seus produtos. Diferem tanto dos trustes como das fusões de empresas em não constituírem entidades corporativas. Não emitem ações e não têm uma direção centralizada. Podem funcionar tanto na escala nacional como na internacional. Durante a década de 1930 alguns governos europeus favoreceram a formação de cartéis nacionais no intuito de fortalecer as suas indústrias contra a concorrência estrangeira. Mas os mais interessantes, e talvez os mais importantes tipos de cartéis são aqueles que transpõem as fronteiras internacionais. Antes da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, algumas companhias americanas tinham formado cartéis com companhias similares da Alemanha, estabelecendo uma troca de patentes e descobertas e dividindo entre si os mercados mundiais para evitar a concorrência.

O terceiro elemento do capitalismo financeiro é a separação entre a propriedade e a direção. Os verdadeiros proprietários das empresas industriais são os milhões de pessoas que empregaram as suas economias em ações; a direção está nas mãos de um grupo de funcionários e de diretores eleitos por uma minoria de acionistas que monopolizaram as ações com direito a voto ou reuniram as procurações dos seus colegas absenteístas. Em alguns casos, os funcionários pouco mais são do que empregados assalariados, possuindo uma insignificante percentagem do capital da companhia. Não é raro o caso, até, de preferirem eles inverter os seus ganhos excedentes em empresas mais sólidas do que aquelas a que presidem. O capitalismo financeiro inclui, por fim, o desenvolvimento dos holdings ou companhias detentoras como uma das formas básicas de organização capitalista. O holding é um estratagema pelo qual certo número de unidades de produção são reunidas sob o controle de uma companhia que lhes monopoliza a maioria das ações. A companhia detentora não se dedica à produção, mas a sua renda consiste nos honorários dos diretores e nos dividendos pagos pelas unidades produtoras. Se bem que a justifique, por vezes, o fato de promover a integração da indústria e facilitar

a expansão dos negócios, é ela na realidade um símbolo do triunfo do financista sobre a figura fora da moda do capitalista produtor.

É preciso salientar, por último, que desde 1860 a industrialização se tem estendido a quase todos os países do mundo civilizado. Na era do carvão e do ferro a produção mecanizada se restringira principalmente à Grã-Bretanha, França, à Bélgica e aos Estados Unidos; e a primeira, é claro, estava muito mais adiantada do que os demais. Depois de 1860, a industrialização disseminou-se rapidamente e todas as grandes potências vieram, com o tempo, a colher com abundância os seus benefícios e os seus males. A adoção dos novos métodos fêz-se notar em particular na Alemanha. Antes de 1860 os estados alemães tinham sido predominantemente agrários e pelo menos 60% do seu povo tirava a subsistência do solo. Pelas alturas de 1914, o império dos kaisers era a maior nação industrial da Europa, produzindo mais aço do que a Inglaterra e colocando-se à frente do mundo inteiro na manufatura de produtos químicos, corantes de anilina e equipamento elétrico e científico. São vários os fatores principais de tão prodigiosa expansão. Em primeiro lugar, não existia na Alemanha a tradição do *laissez-faire*. Desde muitos anos os seus economistas vinham pregando que o estado devia intervir de todos os modos possíveis para promover o poderio econômico da nação. Conseqüentemente, foi fácil ao governo fortalecer indústrias fracas, nacionalizar as estradas de ferro e administrá-las no interesse do comércio, e até mesmo encorajar o desenvolvimento dos trustes. Em segundo lugar, o povo alemão estava habituado à disciplina, à submersão da personalidade individual no seio do grupo. A Prússia sempre fora um estado militar e o seu sistema de inculcar a ordem e a obediência pelo serviço militar obrigatório era encarado como o alicerce do império. Como terceira razão podemos mencionar a importância dada nas escolas ao ensino das ciências aplicadas, donde resultava uma abundante reserva de técnicos que podiam ser empregados pelas companhias industriais por salários muito baixos. As famosas fábricas de munição Krupp, em Essen, possuíam um corpo de cientistas experimentados maior que o de qualquer universidade do mundo. Em último lugar, mas não entre os menos importantes, está o fato de ter a Alemanha adquirido, em virtude da sua vitória sobre a França em 1870, as ricas jazidas de ferro da Lorena, que chegaram a fornecer três quartos do minério necessário à sua indústria básica do aço.

A industrialização não atingiu a Europa Oriental tão rapidamente quanto à Alemanha, nem progrediu tanto ali. Não obstante, em 1890 iniciou-se na Rússia um desenvolvimento considerável do sistema fabril e dos transportes mecanizados. Nesse país como na Alemanha, a Revolução Industrial foi em parte uma consequência do apoio governamental. Sob a influência de Sérgio de Witte, notável ministro sob Alexandre III e Nicolau II, o governo dos czares cobrou direitos proibitivos sobre as mercadorias importadas e tomou dinheiro emprestado à França para subvencionar a construção de estradas de ferro e numerosas empresas industriais. Esses e outros esforços deram resultados pasmosos. Em 1914 a Rússia produzia mais ferro do que a França, sua produção de carvão tinha-se elevado a mais do dobro e, na indústria têxtil, o país colocava-se em quarto lugar no mundo. Havia nada menos de três milhões de pessoas a trabalhar nas manufaturas, enquanto alguns estabelecimentos industriais empregavam 10.000 operários. Na Itália e no Japão, a Revolução Industrial também progrediu em grande parte devido à intervenção do estado, pelo menos na sua fase inicial. Em ambos esses países o movimento começou por volta de 1880 e ao deflagrar a Primeira Guerra Mundial havia completado um ciclo de nítido progresso. Na Itália, o governo ampliou o sistema ferroviário e promoveu tal desenvolvimento das indústrias de seda e algodão que as exportações italianas aumentaram de quase 300% entre 1895 e 1914. As realizações japonesas foram ainda mais notáveis. Em 1914, o pequeno império insular tinha 10.000 quilômetros de estradas de ferro, quase que totalmente de propriedade do estado. Sua indústria têxtil estava perto de igualar a da Inglaterra, ao passo que o montante do seu comércio estrangeiro havia subido de virtualmente zero a cerca de 700.000.000 de dólares.

5. A SOCIEDADE NA ERA DA MÁQUINA

Em capítulos próximos teremos ocasião de observar alguns dos efeitos políticos da Revolução Industrial. Por ora, basta tomar conhecimento dos resultados sociais. Não há dúvida que a maior parte das mudanças sociais importantes do século XIX e do começo do século XX se originaram das grandes transformações econômicas desse período. Um dos mais palpáveis e também um dos mais decisivos desses fatos foi, talvez, o enorme aumento da população. Entre a Revolução Francesa e a Primeira

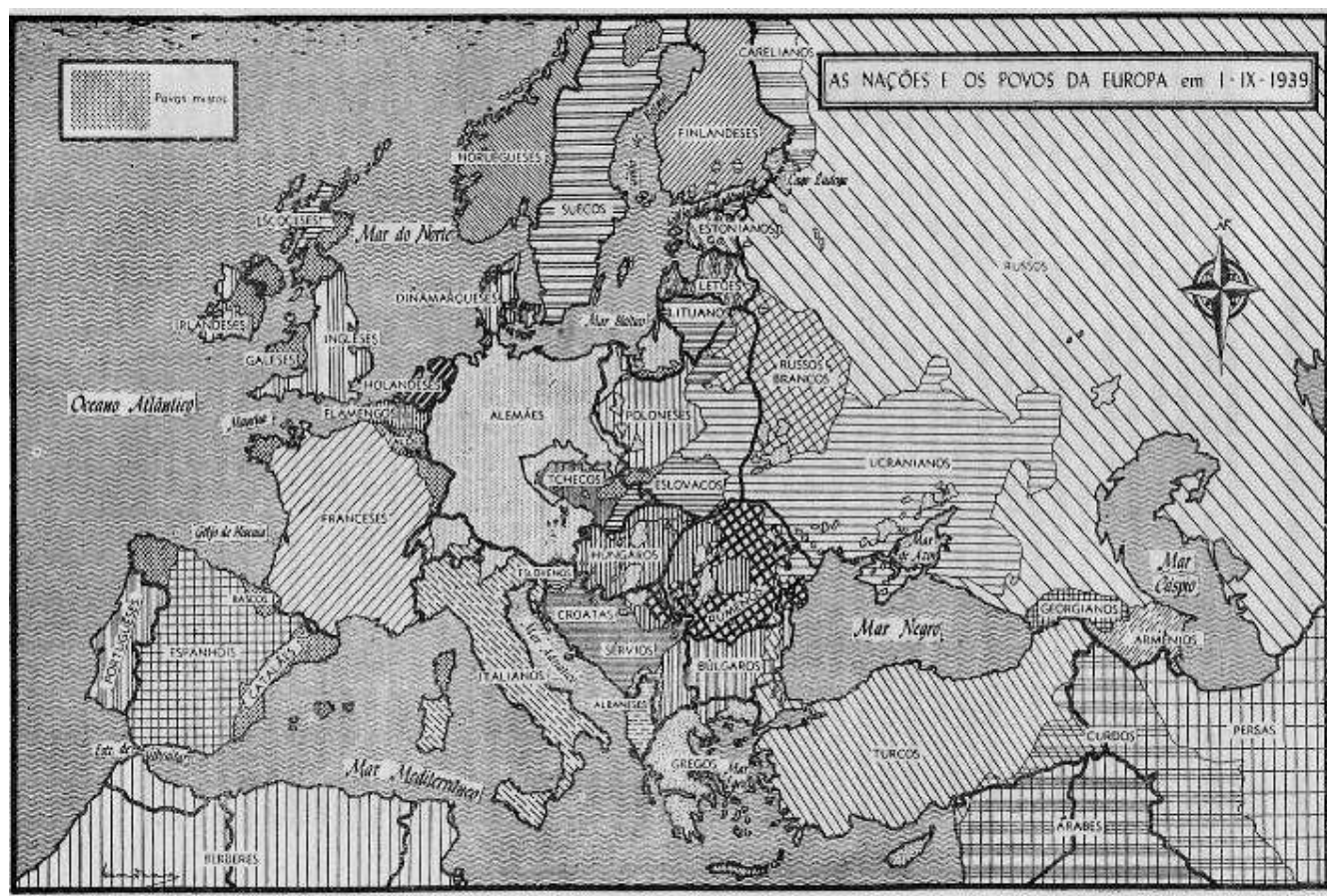
Guerra Mundial a população de quase todos os países civilizados cresceu numa proporção sem precedentes. Já em 1800 notavam-se alguns indícios desse fenômeno, em especial na Inglaterra, onde o aumento, durante a segunda metade do século XVIII, foi de aproximadamente 50%. Mas o grosso desse crescimento espetacular veio mais tarde. Entre a batalha de Waterloo e a declaração da Primeira Guerra Mundial, quase quadruplicou a população da Inglaterra e do País de Gales. A da Alemanha subiu de aproximadamente 25.000.000 em 1815 a quase 70.000.000 uma centena de anos depois. O número de habitantes da França quase duplicou entre a queda de Napoleão e a Guerra Franco-Prussiana, ao passo que o total da população russa se elevou a mais do dobro nos cinquenta anos anteriores a 1914. A despeito de fatores adversos, como a fome na Irlanda e na Rússia, a emigração para a América e moléstias resultantes do congestionamento das cidades, a população global da Europa subiu de 190.000.000 em 1800 a 460.000.000 em 1914.

Para descobrir as razões desse crescimento inaudito precisamos examinar diversos fatores. Em primeiro lugar, ele se deveu até certo ponto aos efeitos da Revolução Comercial, que aumentou o vigor da raça proporcionando-lhe uma alimentação mais abundante e variada. Em segundo, foi uma consequência da instalação de hospitais infantis e de maternidades, bem assim como do progresso da ciência médica, que conseguiu praticamente eliminar, pelo menos na Europa Ocidental e dos Estados Unidos, a varíola, o escorbuto e a cólera. Uma terceira causa foi possivelmente a influência do nacionalismo, do desenvolvimento do orgulho racial e da obsessão patriótica. Povos dotados de uma sólida convicção da sua própria superioridade e confiantes na vitória em lutas futuras costumam proliferar com grande rapidez. Tais eram as qualidades que caracterizavam a maioria das nações no século XIX. Como os antigos hebreus, desejavam uma descendência numerosa a fim de sobrepujar os seus inimigos ou na esperança de difundir a sua cultura superior entre os povos atrasados da terra. Mas a mais importante de todas as causas, pelo menos na Europa, parece ter sido a influência da Revolução Industrial ao capacitar áreas limitadas a sustentar um grande número de indivíduos. Isto se tornou possível não só por ter a mecanização da agricultura aumentado a produtividade do solo, mas também porque o sistema fabril multiplicou as possibilidades de ganhar a vida por outros meios que não o cultivo da terra. Os países ricos de recursos industriais puderam então sustentar um número

de indivíduos muitas vezes maior do que teria sido possível numa economia de base agrária. Depois da Primeira Guerra Mundial, essa concentração de trabalhadores na indústria tem suscitado problemas embaraçosos. Em resultado da estrangulação do comércio internacional, muitos países acharam quase impossível manter em funcionamento os seus sistemas industriais, a não ser expandindo a produção de armamentos e adotando um extenso programa de construções públicas.

Antes que a segunda fase da Revolução Industrial tivesse completado o seu curso, a curva de crescimento da população começou a mostrar uma tendência para baixar. Essa tendência foi notada primeiramente na França, onde o aumento do número de habitantes havia quase cessado já em 1870. Depois de 1918 um fenómeno semelhante se manifestou em outros países. Em geral, calcula-se que a Inglaterra atingirá um nível estacionário em 1960 e os Estados Unidos aproximadamente em 1990. Por trás dessa tendência atuam duas causas principais: o cerceamento da imigração e o decréscimo do índice de natalidade. O primeiro tem impedido o preenchimento de áreas pouco povoadas e o alívio ao congestionamento dos países mais antigos. Houve tempo em que o excedente de habitantes dos países superpovoados da Europa podia buscar uma nova pátria nos Estados Unidos ou nas repúblicas da América do Sul. A emigração desses contingentes não só aumentava a população dos países em que se estabeleciam mas também, por diminuir a densidade de população da sua terra natal, possibilitava também ali a expansão numérica. O resultado foi, em todo o decurso do século XIX, um considerável aumento da população total do mundo ocidental. Mas a causa predominante da diminuição do índice de crescimento foi o declínio do excesso de nascimentos sobre os óbitos. Desde cerca de 1880 o índice de natalidade, na Europa Ocidental, diminuiu em média da metade. Na Inglaterra, esse índice caiu de 36,3 por mil em 1876 a 14,8 por mil em 1934. Durante aproximadamente o mesmo período, a queda na Alemanha foi de 40,9 para 17,5, menos do que o suficiente para manter um nível estacionário. As razões desse violento declínio não se encontram na pobreza ou nas agruras do trabalho, mas sim na ascensão do padrão de vida, que faz dos filhos antes um inconveniente que uma vantagem. O sentimento de rebelião e de desilusão da mocidade, que veio na esteira da Primeira Guerra Mundial, foi uma causa cooperante. Durante a Segunda Guerra Mundial muitos países acusaram um forte acréscimo do número de nascimentos, mas os sociólogos consideram isso

como um fenômeno secundário que pouco influirá na tendência dominante.



Um efeito da Revolução Industrial intimamente relacionado com o crescimento demográfico foi a urbanização crescente da sociedade ocidental. Pelas alturas de 1914 as condições artificiais da vida urbana tinham-se tornado uma norma aceita por imensa percentagem de habitantes das nações industrializadas. O ritmo da urbanização foi particularmente impressionante em países como a Alemanha e a Inglaterra. Na primeira, ainda em 1840, havia apenas duas cidades com 100.000 habitantes ou mais; em 1910, o número destas tinha-se elevado a quarenta e oito. Na Inglaterra, durante os últimos trinta anos do século XIX, cerca de um terço da população rural abandonou definitivamente a vida agrícola. O recenseamento inglês de 1901 revelou que o número de pessoas que trabalhavam na lavoura era apenas de cerca de 20% dos trabalhadores industriais. Nos Estados Unidos, a despeito da sua riqueza em recursos agrícolas, houve um movimento semelhante de fuga à terra, ainda que em ritmo mais lento. Em 1915 a proporção de americanos que viviam em áreas urbanas tinha-se elevado a cerca de 40%, e em 1920 a mais da metade. As

causas desse afluxo para as cidades grandes e pequenas foram os crescentes atrativos da vida urbana e o constante declínio da procura de braços para a agricultura, em consequência da mecanização da lavoura. Isso teve tanto bons como maus efeitos. A fuga ao solo libertou grande número de homens e mulheres do isolamento da vida rural, da tirania do tempo atmosférico, da idiotia dos costumes primitivos e de uma enfadonha existência de trabalho solitário em terras ingratas. Mas, ao mesmo tempo, transformou muitos deles em joguetes ou instrumentos dos seus empregadores capitalistas. Alguns se tornaram verdadeiros autômatos que executavam a sua tarefa maquinalmente, com pequeno senso de responsabilidade ou compreensão do seu lugar no quadro econômico e sem nada para lhes estimular os esforços a não ser a esperança de um salário que lhes permitisse viver. Se isso os livrava dos azares das pragas e das secas, também os expunha aos novos perigos da perda de emprego resultante da superprodução e colocava-os à mercê de um sistema sobre o qual não tinham nenhum controle.

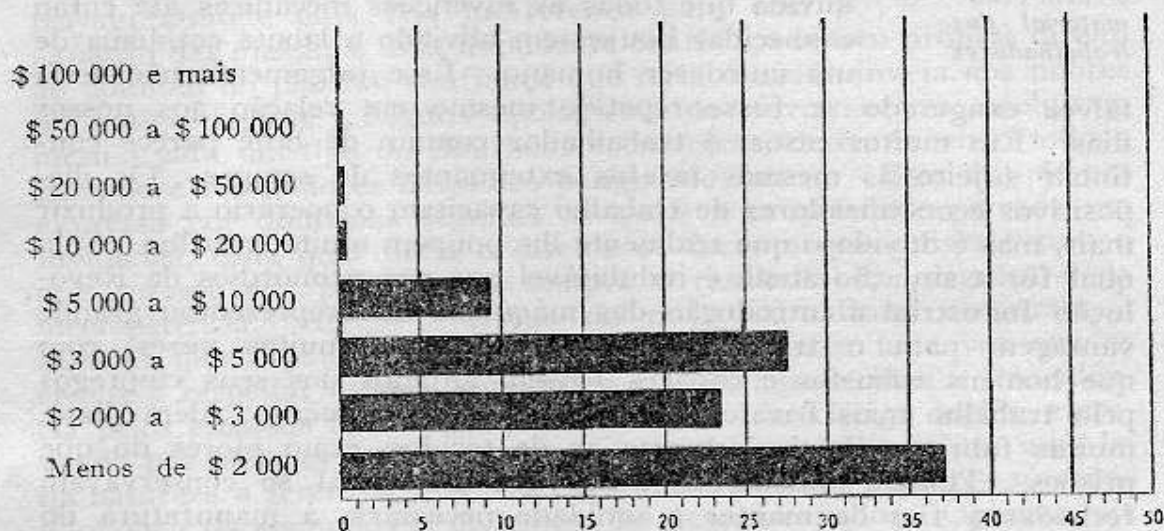
Um terceiro grande resultado da Revolução Industrial foi a criação de duas novas classes: a burguesia industrial e o proletariado. A primeira, composta dos proprietários de fábricas, minas e estradas de ferro, arregimentou-se ao lado da antiga classe média de comerciantes, banqueiros e advogados. Com o seu número e a sua influência assim fortalecidos, essa burguesia mista logo deixou de ser uma classe média e tornou-se, para todos os fins, o elemento dirigente da sociedade. Em alguns casos isso se conseguiu empurrando para o segundo plano a antiga aristocracia territorial, em outros pela fusão com ela. Mas nem bem os capitalistas e empresários tinham conquistado a ascendência, começaram a dividir-se. Os grandes banqueiros e magnatas da indústria e do comércio passaram a constituir a alta burguesia, com ambições um tanto diferentes das da pequena burguesia, constituída pelos pequenos comerciantes, pelos pequenos industrialistas e pelos membros das profissões liberais. A tendência da alta burguesia era absorver-se cada vez mais no capitalismo financeiro. Os seus componentes se dedicavam à especulação com fundos públicos, ao lançamento de novas empresas com vistas no lucro imediato, sem levar em consideração o que pudesse advir mais tarde, e à reorganização de negócios já existentes, que passavam a controlar para fins de monopólio ou especulação. Para os dirigentes dessa classe, qualquer forma de intervenção do estado era execrável; sustentavam que o livre

empreendimento era essencial ao progresso econômico. A pequena burguesia, por outro lado, começou a mostrar sinais de um interesse vital pela estabilidade e pela segurança. Em muitos países, os membros desta classe puseram-se a propugnar medidas para obstar à especulação, assegurar a estabilidade dos preços e eliminar as cadeias de lojas e os monopólios, chegando até a preconizar a nacionalização das utilidades públicas. Foi, em parte, este grupo que prestou o mais forte apoio a Mussolini e Hitler nos primeiros tempos.

A Revolução Industrial também fêz surgir um proletariado que se tornou suficientemente forte, com o tempo, para desafiar a supremacia burguesa. Em certo sentido, o proletariado existe desde a aurora da civilização, uma vez que o termo inclui todos os indivíduos que dependem de um salário para ganhar a vida. Os trabalhadores livres da Grécia e da Roma antigas foram proletários, e também o eram os jornaleiros, os seareiros e agregados da Idade Média. Mas antes da Revolução Industrial os assalariados formavam uma pequena parte da classe trabalhadora, pois a maioria dos que trabalhavam para viver estavam presos à agricultura, primeiramente como servos e mais tarde como rendeiros e meeiros. Além disso, os poucos proletários existentes tinham escassa consciência de classe. A Revolução Industrial, concentrando grande número de trabalhadores nas cidades e submetendo-os a abusos comuns, despertou neles um certo espírito de solidariedade e imbuiu-os de comuns aspirações. Não obstante, o seu poder como classe econômica foi limitado durante muitos anos, por uma legislação severa. Nenhuma nação ocidental, por exemplo, concedeu o direito de greve senão depois de 1850. E somente nos fins do século XIX puderam os trabalhadores organizados exercer uma influência ponderável na política dos seus governos.

Nem mesmo o mais bilioso dos críticos poderia negar que a Revolução Industrial trouxe grandes benefícios materiais aos habitantes das nações ocidentais. É incontestável que ela ofereceu ao homem contemporâneo enormes quantidades de mercadorias e um número assombroso de petrechos para proporcionar-lhe facilidade e conforto. Mas terão as várias classes da sociedade participado de tais benefícios numa proporção mais ou menos equitativa? Esta é uma questão totalmente diversa. Parece não haver dúvida quanto a terem os salários reais, isto é, os salários em função do poder aquisitivo, subido muito rapidamente no decurso do século XIX. Um ilustre economista, Sir Josiah Stamp, calculou

que o inglês médio, em 1913, era quatro vezes mais bem remunerado, sob o ponto de vista do que os seus rendimentos lhe permitiam adquirir, do que os seus tataravós em 1801. Entre 1880 e 1930 os salários reais, na Inglaterra, aumentaram de 50% em média e os salários dos operários menos bem pagos tiveram um acréscimo ainda maior. Aumentos semelhantes verificaram-se na Alemanha e na França. Nos Estados Unidos, o salário médio semanal dos trabalhadores industriais subiu de 54% entre 1909 e 1940, se bem que a semana média de trabalho tivesse baixado de 51,7 para 38,3 horas. Não são menos notáveis os indícios de melhora dos padrões de vida. Na Alemanha, o consumo médio de carne por cabeça aumentou de 17 quilos em 1818 para 52 quilos em 1912. As cifras relativas ao consumo do mesmo artigo nos Estados Unidos mostram um aumento de 53 quilos em 1935 para 63,5 quilos em 1951. Entre 1918 e 1951, o número de telefones nos Estados Unidos triplicou virtualmente, enquanto o número de automóveis se tornava mais de seis vezes maior. Neste último ano, o país tinha um telefone para cada 3 1/2 pessoas e um automóvel para cada 3 3/5. Seria difícil provar que os trabalhadores americanos, pelo menos, não participaram desse aumento da prosperidade geral. Por outro lado, é inegável que a distribuição da riqueza dos Estados Unidos estava longe de ser equitativa. Em 1943, aquela décima parte das famílias americanas que tinham os rendimentos mais baixos recebiam apenas 1,5 percento da renda global do país, enquanto a décima parte mais favorecida recebia 34,2 percento desse total.

DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS PESSOAIS
NOS ESTADOS UNIDOS EM 1949

AS BARRAS REPRESENTAM PERCENTAGENS DO NÚMERO TOTAL DE DECLARANTES

O ano de 1949 foi o último antes que a Guerra da Coreia começasse a elevar apreciavelmente a renda nacional dos Estados Unidos. Durante esse ano, o rendimento bruto ajustado de todos os americanos que encaminharam suas declarações às repartições do imposto sobre a renda montou a cerca de 161 bilhões de dólares. Esta cifra abrange salários, ordenados, rendas propriamente ditas, juros e dividendos percebidos por indivíduos ou por famílias. Não inclui, porém, os lucros das entidades coletivas. Como se vê, os rendimentos pessoais dos americanos estavam longe de achar-se equitativamente distribuídos, embora a situação fosse bastante melhor do que quinze anos atrás. O gráfico acima revela que 60% percebiam rendimentos anuais inferiores a 3.000 dólares e mais de um terço tinha de contentar-se com menos de 2.000 dólares. 51 milhões de pessoas auferiam rendimentos bastante elevados para incidir no imposto sobre a renda, mas isso representava apenas pouco mais de metade da população maior de 21 anos. Se bem que muitos dos indivíduos isentos do imposto fossem agricultores cujos rendimentos não podiam ser devidamente calculados em dinheiro, permanecia a evidência de que muitos americanos que trabalhavam para viver não chegavam a perceber salários vitais.

(Diretoria da Renda Interna do Departamento do Tesouro dos E. Unidos, "Statistics of Income for 1949", p. 12.)

Além disso, é pelo menos duvidoso que a mecanização da indústria tenha contribuído tanto como comumente se supõe para o bem-estar material das classes trabalhadoras. Escrevendo em 1848, John Stuart Mill punha em dúvida que todas as invenções mecânicas até então conhecidas houvessem aliviado a labuta cotidiana de um único ser humano. Esse julgamento não seria talvez exagerado se fosse repetido mesmo em relação aos nossos dias. Em muitos casos, o trabalhador comum de hoje parece continuar sujeito às mesmas tarefas extenuantes de sempre. Os dispositivos economizadores de trabalho capacitam o operário a produzir mais, mas é duvidoso que realmente lhe poupem muito trabalho. Seja qual for a situação atual, é indubitável que nos primórdios da Revolução Industrial a introdução das máquinas não representou grande vantagem para o trabalhador. Fizeram elas, muitas vezes, com que homens robustos e capazes fossem alijados dos seus empregos pelo trabalho mais barato de mulheres e de crianças. Além disso, muitas fábricas, particularmente as de tecidos, eram piores do que prisões. Tinham janelas pequenas que em geral se conservavam fechadas a fim de manter a umidade necessária à manufatura do algodão. A atmosfera viciada, o calor sufocante, a falta de higiene, a par de horários intoleráveis, reduziam inúmeros operários a pobres criaturas macilentas e minadas pela tísica, arrastando bom número deles ao alcoolismo e ao crime. Acresce que as novas cidades industriais se desenvolveram tão rapidamente e de maneira tão desordenada que, durante certo tempo, as condições de habitação dos pobres foram abomináveis. Ainda em 1840, em Manchester, um oitavo das famílias da classe operária vivia em porões. Outras amontoavam-se em miseráveis habitações coletivas, com até doze pessoas a morar num só quarto. Eram tão pavorosas essas condições que os empregados das fábricas inglesas tinham, no começo do século XIX, um nível de vida talvez inferior ao dos escravos nas plantações americanas. Ao lado desses males, porém, é preciso levar em conta que a Revolução Industrial facilitou a organização dos operários, capacitando-os a usar o poder da ação coletiva para obter salários mais altos e, por fim, a melhoria das condições de trabalho. Além disso, é incontestável que as classes inferiores foram beneficiadas pela baixa de preços decorrente da produção em massa.

6. AS NOVAS DOUTRINAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

A Revolução Industrial produziu uma messe completa de teorias económicas — parte delas para justificar a nova ordem, parte para submetê-la à análise crítica e o restante como evangelho de reforma social. Assim que o sistema fabril se consolidou e os lucros começaram a encher os cofres dos novos senhores do mundo, alguns dos mais francos e combativos dentre eles levantaram-se em defesa dos seus privilégios. Ao fazê-lo, demonstravam amiúde uma fria indiferença para com a situação das massas e uma impudente confiança no seu próprio direito ao domínio do planeta, confiança que teria causado inveja aos nobres do antigo regime. Alguns apologistas do novo sistema evoluíram mesmo para um tipo de Bourbons económicos, desconhecendo todo o passado e fechando os olhos aos perigos do futuro. Essa atitude era expressa por doutrinas segundo as quais a propriedade privada era inviolável, cada qual tinha o direito de fazer o que quisesse com o que era seu e a pobreza era sempre o resultado da preguiça e da incompetência. Alguns corifeus do novo capitalismo chegaram a afirmar que a pobreza é um bem para as massas, uma vez que as ensina a respeitar os seus superiores e a ser agradecidas à Providência pelos escassos benefícios que recebem. Um clérigo inglês, escrevendo por volta de 1830, expôs o ponto de vista de que era uma lei da natureza o serem alguns pobres, a fim de que os misteres sórdidos e ignóbeis da comunidade pudessem ser desempenhados. Opinava que desse modo era muito aumentado o cabedal de felicidade humana, pois "os mais delicados não somente ficam aliviados de trabalhos penosos e ingratos e daquelas ocupações ocasionais que os tornariam infelizes, mas também podem... seguir as profissões que mais se ajustem aos seus diversos temperamentos e que mais úteis sejam ao estado".

Mas algumas dessas teorias económicas, mesmo defendendo o ideal capitalista, eram mais desinteressadas. Isto se aplica, pelo menos em certa medida, aos ensinamentos dos economistas clássicos ou economistas liberais, como às vezes são chamados. O fundador da economia clássica foi Adam Smith, cuja obra discutimos no Capítulo 21. Embora Smith houvesse escrito antes de o capitalismo industrial ter alcançado o seu completo desenvolvimento e alguns dos seus ensinamentos não se harmonizassem de todo com a interpretação estrita do *laissez-faire*, havia, nas inferências gerais da sua teoria, justificativa suficiente para

aclamá-lo como o profeta dos ideais capitalistas. As doutrinas específicas dos economistas clássicos foram, no entanto, em grande parte obra dos discípulos de Smith, inclusive escritores eminentes como Thomas R. Malthus, David Ricardo, James Mill e Nassau Senior. Os elementos principais da teoria, subscritos pela maioria desses homens, podem ser sumariados assim:

1) Individualismo econômico. Cada indivíduo tem o direito de usar para seu melhor proveito a propriedade que herdou ou adquiriu por qualquer meio lícito. Deve ser permitido a cada pessoa fazer o que quiser com o que é seu, enquanto não transgredir idêntico direito dos demais. Como cada um é quem melhor sabe o que pode torná-lo feliz, a sociedade tirará o máximo proveito quando permitir que cada um de seus membros siga as suas próprias inclinações.

2) Laissez-faire. As funções do estado deveriam ser reduzidas ao mínimo compatível com a segurança pública. Compete ao governo limitar-se ao papel de modesto policial, mantendo a ordem e protegendo a propriedade, mas jamais intervindo por qualquer forma no desenrolar dos processos econômicos.

Obediência à lei natural. Existem leis imutáveis a operar no setor econômico como em todas as esferas do universo. Exemplos disso são a lei da oferta e da procura, a lei dos lucros decrescentes, a lei da renda etc. Tais leis devem ser reconhecidas e respeitadas; deixar de fazê-lo é desastroso.

Liberdade de contrato. Cada indivíduo deve ter a faculdade de negociar o contrato mais favorável que possa obter de qualquer outro indivíduo. Em especial, a liberdade dos trabalhadores e empregadores para combinar entre si a questão do salário e das horas de trabalho não deve ser embaraçada por leis ou pelo poder coletivo dos sindicatos de trabalhadores.

Livre concorrência e livre-câmbio. A concorrência serve para manter os preços baixos, para eliminar os produtores ineptos e assegurar a máxima produção compatível com as necessidades públicas. Conseqüentemente, não se devem tolerar monopólios ou quaisquer leis que fixem os preços em benefício de empreendedores incompetentes. Cumpre, além disso, abolir todas as tarifas protetoras a fim de forçar cada país a se empenhar na produção daquelas mercadorias que está mais capacitado a produzir. Isso também terá o efeito de manter os preços baixos.

Vários discípulos de Adam Smith contribuíram com teorias próprias. Thomas R. Malthus (1766-1834) introduziu, por exemplo, o elemento de pessimismo que fez com que a nova economia fosse estigmatizada como a "ciência melancólica". Malthus, um clérigo da igreja anglicana e reitor de uma paróquiazinha do Surrey, deu à luz em 1798 o seu memorável Ensaio sobre a população. Publicado originalmente sob a forma de um opúsculo, o Ensaio foi o fruto de algumas discussões que o autor manteve com seu pai sobre a perfectibilidade do homem. O velho Malthus era um adepto de Rousseau, mas impressionou-se tanto com os argumentos do filho contra o otimismo superficial daquele filósofo que insistiu com ele para que os escrevesse. A obrinha provocou sensação imediata e foi, durante muitos anos, tema de discussões. Em 1803 foi ampliada em livro, com base em pesquisas mais extensas que o autor levava a efeito para refutar os seus críticos. A essência da teoria malthusiana é a afirmação de que a natureza prescreveu limites inflexíveis ao progresso humano no que toca à felicidade e à riqueza. Devido à voracidade do apetite sexual, a população tem uma tendência natural para aumentar mais depressa do que os meios de subsistência. Existem, é verdade, alguns freios poderosos como a guerra, a fome, a doença e o vício; mas estes, quando agem de maneira eficiente, aumentam ainda mais o peso dos padecimentos humanos. Segue-se que a pobreza e a dor são inevitáveis. Mesmo que se promulgassem leis distribuindo equitativamente a riqueza, a condição dos pobres só por algum tempo melhoraria; dentro em breve começariam a gerar famílias numerosas, resultando daí que a situação final da sua classe seria tão má quanto a inicial. Na segunda edição de sua obra Malthus advogava o retardamento do matrimônio como um meio de aliviar a situação, mas continuava a acentuar o perigo de que a população viesse a sobrepujar qualquer possível aumento dos meios de subsistência.

Os principais ensinamentos de Malthus foram adotados e desenvolvidos por David Ricardo (1772-1823), uma das mais penetrantes se não uma das mais vastas inteligências do século XIX. Era Ricardo um judeu inglês que abraçou o cristianismo aos vinte e um anos de idade e casou com uma quacre. Aos vinte e cinco havia feito fortuna na Bolsa e logo se tornou um dos homens mais ricos da Europa. Como economista, Ricardo é famoso em primeiro lugar pela sua teoria do salário de subsistência. De acordo com essa teoria, os salários tendem para um nível apenas suficiente para capacitar os trabalhadores "a subsistir e perpetuar a sua raça, sem aumento

nem diminuição". Para Ricardo, esta era uma lei férrea a que não havia escapar. Se temporariamente os salários subissem acima do padrão de subsistência, a população aumentaria e a consequente competição pelos empregos forçaria rapidamente aqueles a voltar ao seu antigo nível. Como a lei de Malthus, na qual se baseia, esta teoria esquecia o fato de que as famílias com um padrão crescente de vida tendem a limitar a sua prole. Ricardo é conhecido, em segundo lugar, pelos seus ensinamentos relativos à renda. Sustentava que esta é determinada pelo custo da produção nas terras mais pobres que devem ser cultivadas e, por conseguinte, à medida que um país se enche de gente uma porção cada vez maior da renda social é retida pelos proprietários rurais. Embora fosse ele próprio um grande proprietário, acusou os que viviam das rendas de suas terras como os maiores inimigos tanto dos capitalistas como dos trabalhadores. Por fim, Ricardo é importante pela sua teoria do trabalho como fundamento do valor, teoria que influenciou uma das principais doutrinas do socialismo marxista. Dava, no entanto, certo significado também ao papel do capital na determinação do valor — uma idéia que Marx abominava.

Em seus últimos anos Ricardo teve amigáveis contatos com um interessante grupo de reformadores ingleses, conhecidos como os "radicais filosóficos". Entre os seus líderes havia figuras proeminentes como Jeremy Bentham, James Mill, o historiador George Grote e o cientista político John Austin. O mais notável economista entre eles foi James Mill (1773-1836), que já mencionamos pela reputação de que goza como filósofo utilitário. Conquanto hoje seja difícil considerar os ensinamentos de James Mill como radicais, tiveram eles um caráter bastante liberal para mostrar que a economia clássica nem sempre era obscurantista e reacionária. As doutrinas expostas em seus *Elementos de Economia Política* incluem princípios como os seguintes: 1) o principal objetivo dos reformadores práticos deveria ser o de evitar que a população cresça com demasiada rapidez, pois que a riqueza utilizável para fins de produção não aumenta na mesma proporção que o número de habitantes ; 2) o valor dos artigos comerciais depende inteiramente do montante de trabalho necessário para produzi-los; e 3) a valorização da terra que não provém do trabalho, mas resulta exclusivamente de causas sociais, como por exemplo a construção de uma nova fábrica nas vizinhanças, deveria ser fortemente tributada pelo estado. Esta última doutrina, baseada na teoria da renda de Ricardo, estava destinada a gozar de ampla aceitação na Inglaterra. Sob uma forma modificada,

foi incorporada ao evangelho do Partido Liberal nos primeiros anos do século XX e inspirou o célebre orçamento de Lloyd George para 1909.

O mais capaz dos economistas clássicos que apareceram depois de Ricardo foi, talvez, Nassau William Senior (1790-1864). Foi o primeiro professor de economia política em Oxford e também ilustre advogado, tendo desempenhado vários encargos reais. Como a maioria dos seus predecessores, Nassau considerava a economia como uma ciência dedutiva. Afirmava que todas as suas verdades podiam ser derivadas de um número limitado de grandes princípios abstratos. Felizmente, ele próprio nem sempre se atinha a esse método, em particular ao tratar de questões de caráter só parcialmente econômico. Destarte, ao mesmo tempo que defendia o princípio do laissez-faire batia-se por uma interferência governamental crescente em assuntos como a saúde, a habitação e a educação. Sua principal contribuição foi a teoria de que a abstinência cria um direito à riqueza. Admitia que o trabalho e os recursos naturais são os instrumentos primários do valor, mas sustentava que a abstinência era um instrumento secundário. Argumentava, a partir daí, que o capitalista que se priva de gozar toda a sua riqueza a fim de acumular um excedente para empregá-lo em novos negócios tem direito aos lucros da produção. A sua abstinência implica em sacrifício e dor, não menos que o trabalho do operário. Conseqüentemente, é injusto dar toda a recompensa a este último. A má reputação de Senior provém sobretudo de ele ter condenado as exigências de uma redução da jornada de trabalho, formuladas pelas uniões trabalhistas. Tinha a convicção sincera, mas errada, de que todo o lucro líquido de uma empresa industrial resulta da última hora de trabalho. Portanto, diminuir o dia de trabalho importaria em eliminar os lucros, donde adviria o fechamento das fábricas. Por causa desta doutrina foi ele alcunhado pelos seus críticos "Senior da Última Hora".

A maioria dos economistas clássicos ou liberais foram cidadãos britânicos, em parte porque o liberalismo econômico se harmonizava melhor com o liberalismo político, que era mais forte na Inglaterra do que em qualquer outro país europeu, e em parte porque os industriais ingleses começavam a perceber importantes vantagens numa política de livre-câmbio com o resto do mundo. No Continente europeu, entretanto, as condições eram inteiramente diversas. Ali ainda persistiam as antigas tradições de governo forte. Além disso, os manufatores continentais estavam tentando construir organizações industriais capazes de competir com as

inglesas. Para consegui-lo era necessário dispor do patrocínio e da proteção do estado. Não é de surpreender, portanto, que a maioria dos adversários do liberalismo econômico pertencesse aos países continentais. Não obstante, pelo menos um dos críticos mais capazes dessa escola foi um inglês: o brilhante filósofo utilitário John Stuart Mill (1806-73). Embora Mill, como economista, seja frequentemente colocado entre os liberais, a verdade é que ele repudiou algumas das mais sagradas premissas destes. Em primeiro lugar, rejeitava a universalidade da lei natural. Admitia existirem leis imutáveis que governam a produção, mas afirmava que a distribuição da riqueza pode ser regulada pela sociedade em proveito da maioria dos seus membros. Em segundo lugar, advogava certas medidas que divergiam mais radicalmente da doutrina do laissez-faire do que as recomendadas por qualquer dos seus precursores. Não se opunha à legislação para abreviar em certas condições a jornada de trabalho e acreditava que o estado pode muito bem tomar certas providências preliminares no sentido de redistribuir a riqueza, mediante a tributação das heranças e a apropriação do produto da valorização indébita da terra. No quarto livro dos seus Princípios de Economia Política insiste na abolição do sistema de salários e almeja uma sociedade composta de cooperativas de produtores, em que os trabalhadores seriam donos das fábricas e elegeriam os dirigentes. Por outro lado, não se deve esquecer que Stuart Mill era demasiado individualista para ir muito longe no sentido do socialismo. Desconfiava do estado e a verdadeira razão pela qual defendia as sociedades cooperativas não era exaltar o poder do proletariado mas dar a cada trabalhador os frutos do seu trabalho.

O mais conhecido dos economistas alemães que pregaram teorias opostas às da escola clássica foi Friedrich List (1789-1846), o qual deveu a inspiração de algumas de suas idéias a uma estada de sete anos na América. List condena as doutrinas do laissez-faire e da liberdade do comércio internacional. Sustentando que a riqueza de uma nação é determinada menos pelos recursos naturais do que pela força produtiva dos seus cidadãos, declarava que é dever dos governos promover as artes e as ciências e fazer com que cada indivíduo empregue o máximo de sua capacidade na cooperação em prol do bem comum. Exaltava o desenvolvimento integral da nação como fato de suma importância, sem levar em conta os efeitos sobre as fortunas imediatas dos cidadãos particulares. Opinando que as manufaturas são essenciais a tal

desenvolvimento, pedia a imposição de tarifas protetoras até que as novas indústrias fossem capazes de competir com as de qualquer outro país. List é o precursor de uma grande linhagem de economistas alemães que se propuseram fazer do estado o guardião da produção e da distribuição da riqueza. O objetivo desses homens era menos o de garantir a justiça para o indivíduo do que a ideia de consolidar a unidade e aumentar o poder da nação. Acreditavam que o governo não só devia impor tarifas protetoras mas também regular e planejar o desenvolvimento da indústria, de modo a estabelecer o equilíbrio entre a produção e o consumo. Em geral, suas ideias representam uma mistura de nacionalismo económico e de coletivismo, fornecendo assim a base de algumas teorias alemãs mais recentes.

Encontramos em seguida um grupo de teóricos que se interessam mais pela justiça social do que em descobrir leis económicas ou em lançar as bases da prosperidade nacional. Os primeiros representantes dessa atitude mais radical são os socialistas utópicos, assim chamados por terem apresentado programas idealistas de sociedades cooperativistas em que todos trabalhariam em tarefas apropriadas e compartilhariam os resultados dos seus esforços comuns. Os socialistas utópicos eram, em grande parte, herdeiros do Iluminismo. Como os filósofos desse movimento, acreditavam que todo crime e toda cobiça são frutos de um mau ambiente. Se os homens pudessem libertar-se de hábitos viciosos e de uma estrutura social que facilita a escravização do fraco pelo forte, todos viveriam juntos em paz e harmonia. Conseqüentemente, os socialistas utópicos recomendavam a fundação de comunidades-modelo, capazes, tanto quanto possível, de se bastarem a si mesmas, em que a maior parte dos instrumentos de produção fossem de propriedade coletiva e cujo governo fosse organizado principalmente sobre uma base voluntária. Entre os primeiros propagadores de tais planos está o francês Charles Marie Fourier (1772-1837), mas o mais sensato e realista de todos é Robert Owen (1771-1858). Natural do País de Gales, Owen passou de artífice-aprendiz a co-proprietário e gerente de um grande cotoni-fício em New Lanark, na Escócia. Construiu ali novas casas para os seus operários, reduziu-lhes a jornada de trabalho de 14 para 10 horas e instalou escolas gratuitas para os filhos dos trabalhadores. A forte depressão resultante das guerras napoleônicas convenceu-o de que a ordem económica precisava urgentemente de uma reforma. Como muitos têm feito desde então, concluiu que o sistema de lucro era a causa de todas as perturbações. É o lucro, afirmava ele, que coloca o operário na

impossibilidade de comprar as coisas que produz. Daí resultam a superprodução, as crises periódicas e o desemprego. Como solução, Owen propunha a organização da sociedade em comunidades cooperativas em que a única recompensa de cada um fosse uma remuneração proporcional às horas reais de trabalho. Algumas comunidades desse tipo foram de fato instaladas, sendo as mais famosas as de Orbiston, na Escócia, e a de New Harmony, no estado norte-americano da Indiana. Por várias razões, todas elas fracassaram dentro de curtíssimo espaço de tempo.

Uma forma de socialismo mais influente foi o chamado "socialismo científico" de Karl Marx (1818-83). Filho de um advogado judeu que se convertera ao cristianismo por motivos de interesse profissional, Marx nasceu em Treves, perto de Coblença, na Renânia. O pai planejou para ele uma carreira de advogado burguês e, com esse fim em vista, matriculou-o na Universidade de Bonn. O jovem Marx, no entanto, logo se desgostou do direito e abandonou os estudos jurídicos para se atirar à filosofia e à história. Depois de passar um ano em Bonn transferiu-se para a Universidade de Berlim, onde caiu sob a influência de um grupo de discípulos de Hegel que desviavam os ensinamentos do mestre num sentido levemente radical. Embora Marx se tivesse doutorado em filosofia pela Universidade de Iena, em 1841, seus pontos de vista críticos impediram-no de realizar a sua ambição, que era tornar-se professor universitário. Voltou-se então para o jornalismo, dirigindo vários periódicos radicais e colaborando em outros. Em 1848 foi preso sob a acusação de alta traição, por ter participado do movimento revolucionário da Prússia. Apesar de absolvido por um júri pequeno-burguês, foi em seguida expulso do país. Entrementes fizera-se amigo íntimo de Friedrich Engels (1820-95), que foi por todo o resto da vida seu discípulo e alter ego. Em 1848, ambos publicaram o Manifesto Comunista, o "primeiro grito do socialismo moderno que nascia". Desde essa data até a sua morte em 1883, Marx viveu quase exclusivamente em Londres, lutando com a pobreza, escrevendo de quando em quando artigos para a imprensa (alguns dos quais vendeu à New York Tribune, a cinco dólares cada um), mas passando em geral o tempo a compulsar, da manhã à noite, empoeirados manuscritos da Biblioteca do Museu Britânico a fim de colher material para uma grande obra da economia política. Em 1867 publicou o primeiro volume dessa obra, que recebeu o título de O Capital. Depois de sua morte foram dados à luz outros dois volumes, com base nos seus manuscritos revistos e editados por Engels.

Nem todos os ensinamentos de Karl Marx eram completamente originais. Devia algumas de suas idéias a Hegel, outras a Louis Blanc e provavelmente outras ainda a Ricardo. Não obstante, Marx foi o primeiro a combinar essas idéias num vasto sistema e a dar-lhes o seu pleno significado como explicação dos fatos econômicos. Como a teoria marxista se tornou uma das filosofias mais influentes dos tempos modernos, é necessário compreender-lhe as premissas fundamentais. As mais importantes dentre elas são as seguintes:

A interpretação econômica da história. Todos os grandes movimentos políticos, sociais e intelectuais da história têm sido determinados pelo ambiente econômico em que surgiram. Marx não pretendia que o motivo econômico fosse a única explicação do comportamento humano, mas afirmava que toda transformação histórica fundamental, sejam quais forem os seus característicos superficiais, tem resultado de alterações nos métodos de produção e de troca. Assim, a Revolução Protestante foi, na essência, um movimento econômico; as discordâncias quanto a credos religiosos não passavam de "véus ideológicos" a ocultar as causas reais.

O materialismo dialético. Cada sistema econômico particular, baseado em padrões definidos de produção e de troca, cresce até alcançar um ponto de máxima eficiência, após o que começam a desenvolver-se contradições e fraquezas internas que trazem consigo a sua rápida decadência. Enquanto isso, vão-se estabelecendo pouco a pouco os fundamentos de um sistema oposto, o qual acaba por substituir o antigo ao mesmo tempo que lhe absorve os elementos mais valiosos. Esse processo dinâmico de evolução histórica prosseguirá por meio de uma série de vitórias da nova ordem sobre a antiga, até que seja atingida a meta perfeita do comunismo. Depois disso, sem dúvida haverá ainda mudanças, mas serão mudanças dentro dos limites do próprio comunismo.

A luta de classes. Toda a história é feita de lutas entre as classes. Na antiguidade, tratava-se de uma luta entre amos e escravos, entre patrícios e plebeus; na Idade Média, de um conflito entre os mestres das corporações e os jornaleiros; nos nossos tempos, o choque ocorre entre a classe capitalista e o proletariado. A primeira compreende aqueles cuja renda principal resulta da posse dos meios de produção e da exploração do trabalho alheio. O proletariado inclui aqueles cuja subsistência depende principalmente de um salário, os que precisam vender

a força do seu braço para viver.

A doutrina da mais-valia. Toda riqueza é criada pelo trabalhador. O capital nada cria, mas ele próprio é criado pelo trabalho. O valor de todas as utilidades é determinado pela quantidade de trabalho necessária para produzi-las. O trabalhador, porém, não recebe o valor total do que o seu trabalho cria; ao invés disso, recebe um salário que, por via de regra, é suficiente apenas para capacitá-lo a subsistir e a reproduzir a sua raça. A diferença entre o valor que o trabalhador produz e o que ele recebe é a mais-valia, que vai para as mãos do capitalista. Em geral, ela consiste em três elementos diversos : juros, renda e lucros. Como o capitalista não cria qualquer destas coisas, segue-se que ele é um ladrão que se apropria dos frutos da fadiga do trabalhador.

A teoria da evolução socialista. Quando o capitalismo tiver recebido o golpe de morte às mãos dos operários, seguir-se-á uma fase, e de socialismo que terá três características: a ditadura do proletariado; a remuneração de acordo com o trabalho realizado; a posse e a administração, pelo estado, de todos os meios de produção, distribuição e troca. O socialismo, porém, destina-se a ser mera transição para algo superior. Em tempo oportuno seguir-se-á o comunismo, meta final da evolução histórica. O comunismo significará, antes de mais nada, uma sociedade sem classes. Ninguém viverá da propriedade, mas todos viverão unicamente do trabalho. O estado desaparecerá então e será relegado ao museu de antiguidades, "juntamente com o machado de bronze e a roda de fiar". Nada o substituirá, exceto associações voluntárias para controlar os meios de produção e suprir as necessidades sociais. Mas a essência do comunismo é o pagamento segundo as necessidades. O sistema de salários será completamente abolido. Cada cidadão deverá trabalhar de acordo com as suas capacidades e terá direito a receber do monte total das riquezas produzidas uma quantia proporcional às suas necessidades. Esse é, de acordo com a concepção marxista, o apogeu da justiça.

A influência de Karl Marx nos séculos XIX e XX só pode ser comparada à influência de Voltaire e Rousseau no século XVIII. Sua doutrina da interpretação econômica da história é admitida até por historiadores que não são seus adeptos. Possui discípulos em todas as nações civilizadas do planeta, e também em muitos países atrasados. Na Rússia é quase um deus, sendo o seu dogma do materialismo dialético adotado ali não só

como fundamento da economia mas como norma a que se devem conformar também a ciência, a filosofia, a arte e a literatura. Em todas as nações industrializadas, antes da Primeira Guerra Mundial, havia um partido socialista de considerável importância, sendo o da Alemanha o que teve mais forte representação no Reichstag depois de 1912. Em quase toda parte o desenvolvimento do socialismo tem exercido uma influência vital na promulgação de leis de seguro social e de salário mínimo, bem como na tributação da renda e das heranças com a mira numa redistribuição da riqueza. Marx, está claro, não se interessava por essas coisas como fins em si mesmas, mas as classes governantes acabaram convencendo-se da necessidade de adotá-las como uma posta de carne a ser jogada à fera socialista. Os socialistas em geral também deram o seu apoio ao movimento cooperativista, à encampação das estradas de ferro e dos serviços de utilidade pública, bem assim como a inúmeros planos para proteger os trabalhadores e os consumidores contra o poder do capitalismo monopolizador.

Pelos fins do século XIX os adeptos de Marx dividiram-se em duas facções. A maioria, em quase todos os países, aderiu às doutrinas de uma seita conhecida como os revisionistas, os quais como o nome indica, acreditam que as teorias de Marx devem ser revistas para se porem de acordo com as condições mutáveis. A outra facção era formada pelos marxistas ortodoxos, que sustentavam não dever ser modificada uma só linha dos ensinamentos do mestre. Além dessa divergência de atitude geral, havia também diferenças específicas. Enquanto os revisionistas advogavam a marcha para o socialismo por meios pacíficos e graduais, os marxistas ortodoxos eram revolucionários. Aqueles concentravam a sua atenção nas reformas imediatas, de acordo com o lema: "Menos por um futuro melhor, mais por um presente melhor"; estes exigiam a ditadura do proletariado, ou nada. Os líderes da facção majoritária inclinavam-se a reconhecer os interesses particulares das nações, eram propensos a aludir ao dever para com a pátria e frequentemente apoiavam os pedidos dos seus governos para que se aumentasse es armamentos e se prolongasse a duração do serviço militar. Os marxistas ortodoxos, por outro lado, eram internacionalistas intransigentes ; apegavam-se à sentença de Marx, segundo a qual o proletariado mundial é uma grande irmandade, e eram hostis ao pátriotismo e o nacionalismo, como estratégias capitalistas para lançar poeira nos olhos dos operários. De modo geral, foram os revisionistas que ganharam o

controle dos partidos socialistas na maioria das nações ocidentais. Tanto o Partido Social-Democrático da Alemanha como o Partido Socialista Unificado da França e o Partido Socialista dos Estados Unidos eram largamente dominados pela facção moderada. Na Inglaterra, a direção do Partido Trabalhista foi ocupada em várias ocasiões pelos socialistas "fabianos", assim chamados por causa da sua política de temporização que imitava a tática de Fábio, general romano das guerras contra Cartago. Aproximadamente em 1918 a maioria dos marxistas ortodoxos desligaram-se definitivamente dos partidos socialistas, e desde então são conhecidos como comunistas. Entretanto, o marxismo ortodoxo na sua forma comunista tem revelado, nos últimos anos, a tendência de modificar o internacionalismo de Marx e exaltar o patriotismo e a defesa do país natal. Isso foi observado em particular na Rússia e em alguns dos seus satélites durante a Segunda Guerra Mundial e nos anos subsequentes.

Muitos idealistas sociais do século XIX e do começo do século XX eram socilitados pelos desejos contraditórios de melhorar o bem-estar da sociedade por meios coletivistas e de conquistar um máximo de liberdade para o indivíduo. Já vimos que os próprios marxistas visavam a abolição final do estado. Mas o dilema coletivismo-individualismo recebeu muito mais atenção da parte dos anarquistas. Numa definição estrita, o anarquismo significa oposição a todo governo baseado na força. Os adeptos desta filosofia têm admitido, em geral, a necessidade de uma certa forma de organização social, mas condenam o estado coercitivo como absolutamente incompatível com a liberdade humana. Quanto à questão do que deveria ser feito com o sistema económico, os anarquistas discordavam profundamente entre si. Alguns eram puros individualistas, afirmando que os direitos do homem a possuir e usar a propriedade só devem estar submetidos às "leis da natureza. O pai do anarquismo, William Goldwin (1756-1836), acreditava que se a terra fosse tão gratuita como o ar não seria necessária qualquer outra mudança na estrutura económica. Na opinião do anarquista francês Pierre Proudhon (1809-65), seria suficiente que a sociedade desse crédito gratuito e ilimitado a cada um para assegurar a justiça econômica. Tal plano, segundo ele, impediria que qualquer indivíduo monopolizasse os recursos da terra e garantiria a todos os cidadãos económicos e industriais a plena recompensa dos seus trabalhos.

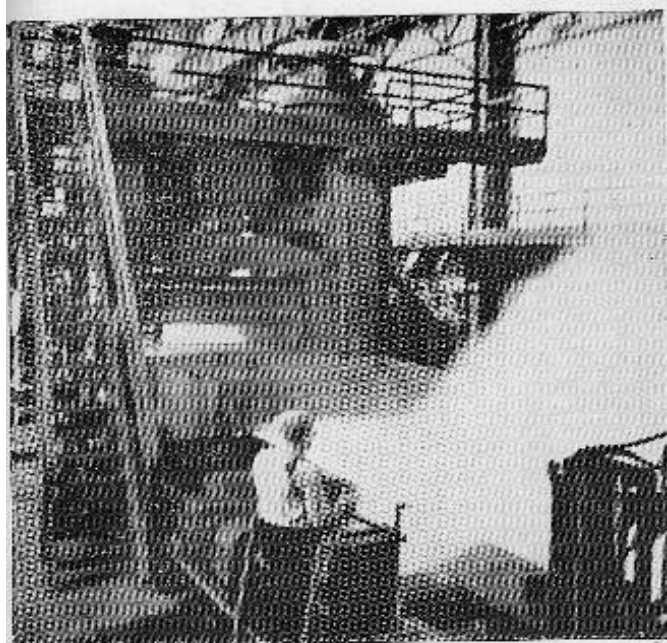
Mas os primeiros anarquistas que exerceram verdadeira influência foram os que combinaram o ódio ao estado com uma filosofia

coletivista definida. Em primeiro plano entre eles, encontramos os três grandes aristocratas russos Mikhail Bakunin (1814-76), Piotr Kropotkin (1842-1921) e Leon Tolstoi (1828-1910). Embora seja muitas vezes classificado como anarquista-comunista, Bakunin achava-se, na realidade, muito mais próximo do socialismo. Esteve mesmo, durante algum tempo, ligado aos adeptos de Marx na Associação Internacional de Trabalhadores, fundada em Londres no ano de 1864. O seu programa de uma nova sociedade incluía a propriedade coletiva dos meios de produção, a abolição da mais-valia e o pagamento de acordo com o trabalho realizado. Em outras palavras, assemelhava-se muito ao programa do marxismo na sua fase socialista, com a diferença, naturalmente, de não admitir a conservação do estado. Bakunin é também famoso como o pai do anarquismo terrorista. Advogando a subversão do estado e do capitalismo pela violência, inspirou o que mais tarde veio a ser chamado "propaganda pela ação" e que consistia em atrair a atenção para a causa anarquista assassinando alguns estadistas proeminentes ou exploradores detestados. É aos adeptos de Bakunin que se atribuem os assassinatos do presidente McKinley dos Estados Unidos, do presidente Carnot da França e do rei Humberto I da Itália. Mas os anarquistas mais inteligentes da escola coletivista condenavam essas táticas. O príncipe Kropotkin, por exemplo, condenava o emprego da violência individual em quaisquer condições. Acreditava que um esforço revolucionário final seria necessário, mas preferia que o estado fosse enfraquecido por métodos pacíficos, convencendo-se gradualmente o povo de ser ele um mal desnecessário, uma instituição que alimenta a guerra e existe sobretudo para capacitar alguns homens a explorar os outros. Do ponto de vista da reforma econômica, Kropotkin era comunista. Sustentava que toda propriedade, exceto os objetos de uso pessoal, deve ser possuída socialmente e que o pagamento se deve fazer na base das necessidades de cada um.

O mais famoso dos anarquistas coletivistas e uma das figuras mais interessantes dos tempos modernos é o conde Leon Tolstoi. Embora mais conhecido pelos seus romances, que serão comentados num capítulo ulterior, Tolstoi foi também um dos maiores filósofos russos. Suas idéias nasceram de um violento conflito emocional e da procura quase desesperada de uma maneira de viver que pudesse satisfazer-lhe a inteligência irrequieta. Abandonou-se durante algum tempo a uma

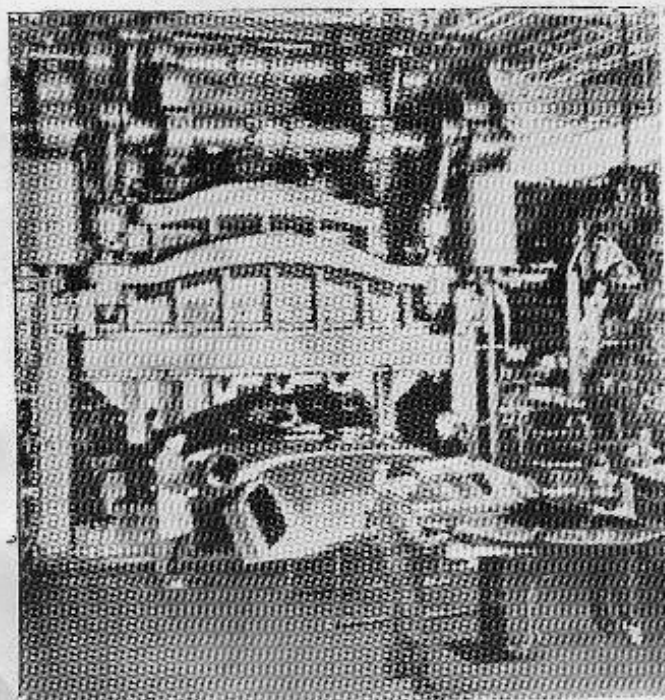
dissipação elegante, tentou desafogar o seu espírito perturbado por meio de obras filantrópicas e acabou abandonando tudo isso para viver como um simples camponês. Chegou à conclusão de que não se podia fazer nenhum progresso no sentido de remediar os males da sociedade enquanto as classes superiores não renunciassem aos seus privilégios, adotando a existência humilde daqueles que labutam pelo seu pão. Isso, porém, seria apenas o começo. Todo individualismo egoísta devia igualmente desaparecer, toda riqueza devia ser depositada num fundo comum e abolidos todos os instrumentos de coerção. Tolstoi baseava grande parte da sua filosofia no Novo Testamento, em especial no Sermão da Montanha. Encontrava nos ensinamentos de Jesus — a mansidão, a humildade a não-resistência — os princípios essenciais de uma sociedade justa. Acima de tudo condenava a violência, para qualquer fim que fosse empregada. A violência brutaliza o homem; coloca quem a pratica à mercê dos seus inimigos; e enquanto a força puder ser utilizada como arma, será quase impossível confiar nos métodos civilizados. Merecem ser citadas algumas palavras de Tolstoi sobre este assunto:

A SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

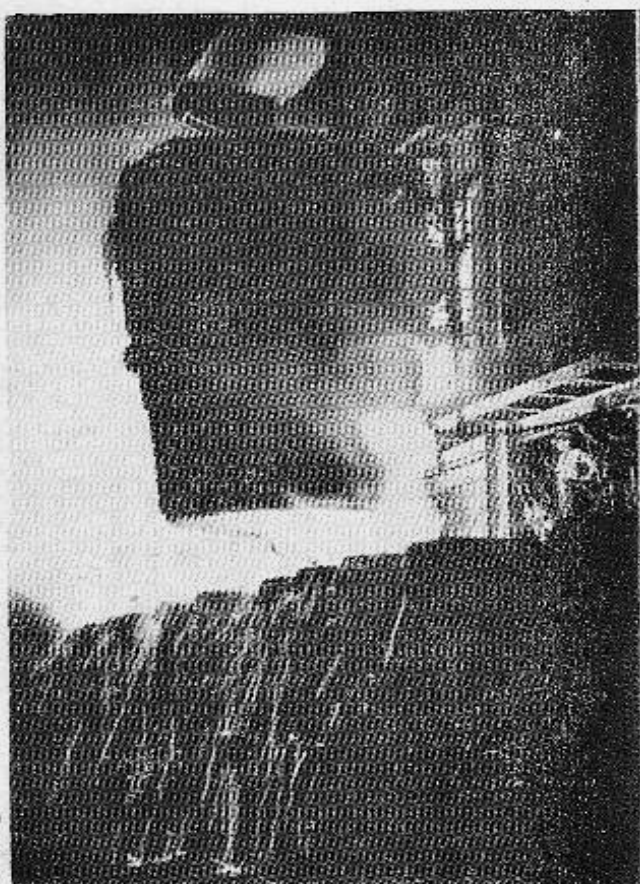


Maquinismo automático: um laminador contínuo para aço. Note-se a pequena participação do braço humano. (U. S. Steel Corporation.)

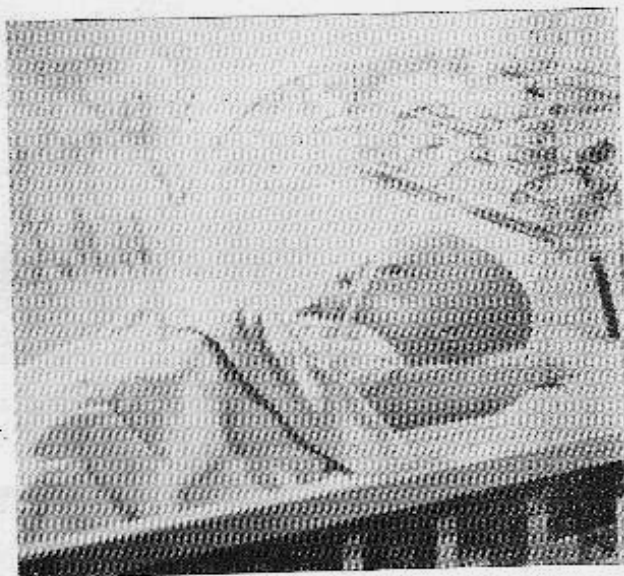
Produção em massa: um caço gigantesco despeja aço nos moldes de lingotes. (Bethlehem Steel Corporation.)

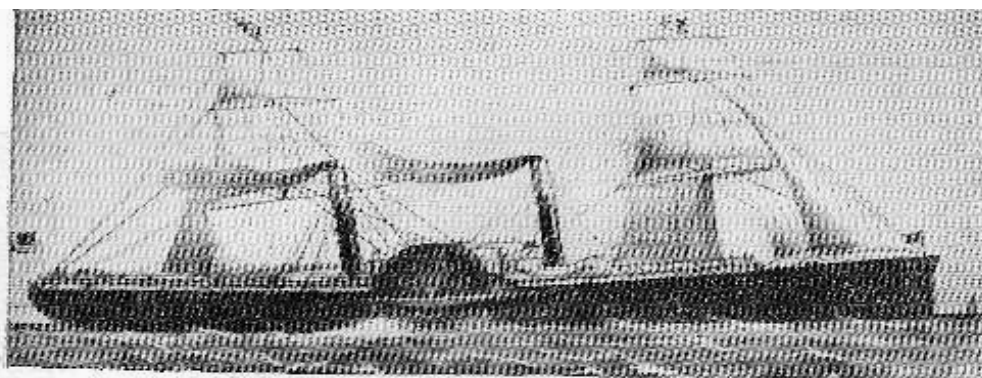


Produtos sintéticos: tenda de oxigênio feita de lucite. Também usada para inalações de penicilina. (E. I. Dupont de Nemours Co.)



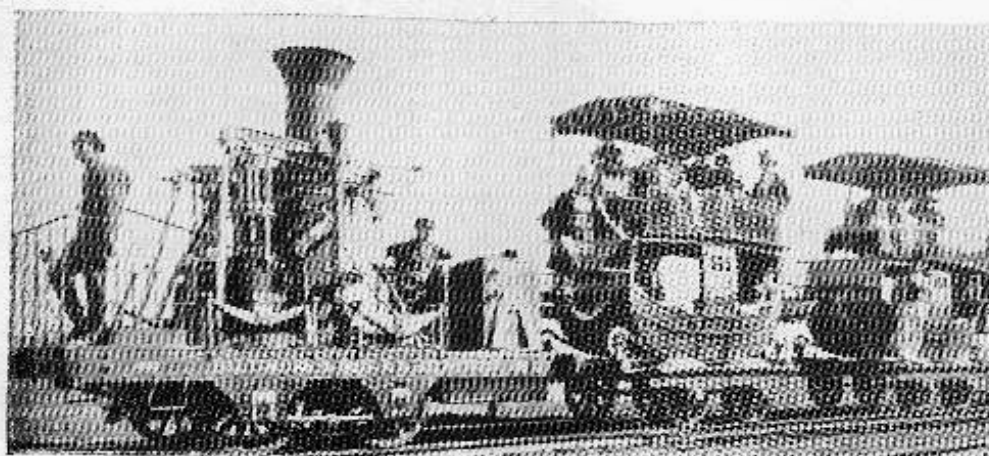
Indústria mecanizada — enorme estampadora e cortadora usada na produção de capotas de automóveis. (General Motors Company.)





A REVOLUÇÃO NOS TRANSPORTES

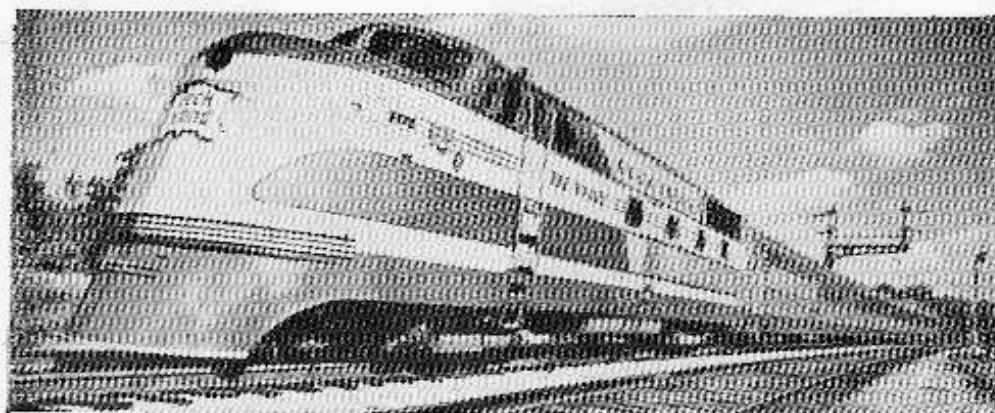
Primitivo barco transoceânico — o "Adriatic" — da linha Collins. Esse vapor americano com velas auxiliares, lançado ao mar em 1856, marcou o início da evolução dos modernos navios de luxo. (Culver Ser.)



O primeiro trem a entrar na cidade de Washington: "Atlantic" e seus pitorescos vagões, construídos em 1832. (B. & O. R. R.)



Um transatlântico de após-guerra: O Carônia alcançando o porto de Nova York em sua viagem inaugural de 11 de janeiro de 1949. (Cunard White Star Line.)



Trem moderno aerodinâmico, com motor Diesel. (Gen. Motors Comp.)



Um DC-6, avião de 58 passageiros, sobrevoando as nuvens. (Douglas Aircraft Co.)

Quando um governo é derrubado pela violência e a autoridade passa para outras mãos, essa nova autoridade não será de modo algum menos opressiva do que a anterior. Pelo contrário, obrigada a se defender de seus inimigos exasperados pela derrota, será ainda mais cruel e despótica do que a sua predecessora, como sempre tem acontecido em períodos de revolução... Seja qual for o partido que ganhe a ascendência, será forçado, para introduzir e manter o seu próprio sistema, não somente a se servir de todos os métodos anteriores de violência, mas também a inventar outros novos.

A terceira das grandes filosofias radicais engendradas pela Revolução Industrial foi o sindicalismo, cujo maior expoente é Georges Sorel (1847-1922). O sindicalismo exige a abolição tanto do capitalismo como do estado e a reorganização da sociedade em associações de produtores. Assemelha-se ao anarquismo na oposição ao estado; mas, ao passo que os anarquistas pedem a abolição da força, os sindicalistas desejam mantê-la, mesmo depois de destruído o estado. O sindicalismo também tem pontos de contato com o socialismo, por agasalharem ambos a ideia da propriedade coletiva dos meios de produção; mas, em lugar de fazer do estado o proprietário e administrador dos meios de produção, os sindicalistas pretendem delegar essas funções aos sindicatos de produtores. Destarte, todas as usinas siderúrgicas seriam possuídas e dirigidas pelos trabalhadores da indústria de aço, as minas de carvão pelos mineiros, e assim por diante. Além disso, os sindicatos tomariam o lugar do estado, cada um governando os seus membros em todas as atividades destes como produtores. Nos demais assuntos, os trabalhadores ficariam livres de qualquer interferência. Não existiriam, é claro, leis regulamentadoras da moral ou da religião, pois o sindicalismo é uma filosofia inteiramente materialista. Por outro lado, os seus fundadores não alimentavam qualquer ilusão quanto à capacidade das massas para o autogoverno. Sorel considerava o homem médio como uma espécie de carneiro, capaz unicamente de seguir o guia do rebanho. Opinava, portanto, que a autoridade dirigente dos sindicatos deveria ser francamente exercida pelos poucos inteligentes. Outro elemento de suma importância na teoria sindicalista é a doutrina da ação direta. Significa ela o oposto da ação política e pode ser considerada como incluindo a greve geral e a sabotagem, sendo esta qualquer tipo de atividade daninha utilizada com o fim de prejudicar o empregador capitalista. A influência do sindicalismo tem-se limitado em grande parte aos países latinos da Europa e aos Estados

Unidos. Na França, durante certo tempo, gozou de imensa popularidade na C.G.T. (Confederação Geral do Trabalho). Na Itália, as suas doutrinas do domínio da minoria, da ação direta e da organização da sociedade em sindicatos foram adotadas, com modificações, pelos fascistas. Na América, muitos elementos da filosofia sindicalista foram incorporados aos programas da I.W.W. (Trabalhadores Industriais do Mundo), uma organização que floresceu aproximadamente entre 1905 e 1920.

Por último, não devemos esquecer os socialistas cristãos, os menos radicais entre todos os críticos da economia capitalista. O pai do socialismo cristão é Robert de Lamennais (1782-1854), um padre católico francês que tentou revivificar a religião cristã como instrumento de reforma e de justiça social. Idéias semelhantes foram externadas pelo conde Henri de Saint-Simon (1760-1825) em seu livro O novo cristianismo. Da França, o movimento espalhou-se à Inglaterra, onde foi adotado por alguns intelectuais protestantes, especialmente pelo romancista Charles Kingsley (1819-75). Em seus primeiros tempos, o socialismo cristão foi pouco mais que um pedido de aplicação dos ensinamentos de Jesus aos problemas criados pela indústria, mas nos últimos anos começou a assumir uma forma mais concreta. Em 1891, Leão XIII, o "papa dos trabalhadores", lançou a sua famosa encíclica Rerum novarum em que revive sob uma feição moderna a atitude econômica liberal de Santo Tomás de Aquino. Embora a encíclica reconhecesse de maneira expressa a propriedade privada como um direito natural e repudiasse vigorosamente a doutrina marxista da luta de classes, condenava em termos veementes os lucros ilimitados. Apelava para os empregadores a fim de que respeitassem a dignidade dos seus operários como homens e como cristãos e não os tratassem "como instrumentos para fazer dinheiro nem vissem neles apenas o músculo e a força física". Como propostas específicas para mitigar o rigor do regime industrial, recomendava a legislação fabril, a formação de sindicatos de trabalhadores, o aumento do número de pequenos proprietários rurais e a limitação das horas de trabalho.

A publicação da encíclica deu poderoso impulso ao desenvolvimento do socialismo cristão entre os católicos liberais. Nos países europeus, antes da Primeira Guerra Mundial, os partidos católicos desempenharam frequentemente um papel ativo, por vezes em colaboração com os marxistas moderados, no movimento em prol da legislação social. Isto é particularmente verdadeiro no que diz respeito ao Partido do Centro na

Alemanha, ao Partido Socialista Cristão na Áustria e à Ação Liberal na França.

Capítulo 24

A ascendência da democracia e do nacionalismo (1830-1914)

Após as revoluções de 1830, muitas nações do mundo ocidental experimentaram um renascimento da democracia. Na Europa, a Grã-Bretanha tomou a dianteira, mas a França, a Alemanha, a Suíça, a Holanda, a Bélgica e a Itália não lhe ficavam muito atrás. Por último, até a Espanha, a Turquia e os reinos balcânicos adotaram pelo menos certas formas de governo democrático. O que interessava à maioria desses países era a democracia governamental e política, tipificada pelos parlamentos, pelo sufrágio universal masculino e pelo governo de gabinete. Somente ao aproximar-se o fim do período foi que se começou a pensar a sério na democracia social ou econômica. Havia o temor natural de que ela constituísse uma grave ameaça para a posição da aristocracia hereditária ou obrigasse os tubarões da indústria a devolver uma parte das suas riquezas em proveito dos desfavorecidos.

Para compreender o verdadeiro sentido da democracia é preciso considerar-lhe as origens históricas. Como ideal político, ela se enraíza na filosofia de Rousseau. Foi, acima de tudo, a doutrina rousseauiana da soberania absoluta da maioria, combinada com a deificação do homem comum por ele e por outros românticos, que nos deu o ideal expresso pelo anêximo: "a voz do povo é a voz de Deus". É isto, principalmente, o que a democracia política tem significado: que cabe à maioria do povo o direito de falar pela nação inteira e que, na formação dessa maioria, todos os cidadãos devem ter igualdade de voto. A maquinaria do estado democrático inclui, portanto, o sufrágio universal, eleições frequentes, o devido controle popular sobre os funcionários do governo e outras coisas semelhantes. Para que essa maquinaria funcione com eficiência, os cidadãos devem ter o direito de organizar partidos políticos e de escolher cada um livremente o seu partido. A liberdade de palavra e a liberdade da imprensa também são consideradas elementos essenciais do ideal democrático. Mas a nenhum desses direitos se confere um caráter absoluto e nenhum deles é colocado fora do controle da maioria. É verdade que se fossem completamente aniquilados a democracia cessaria de existir; mas a maioria pode indubitavelmente restringi-los em caso de perigo evidente e imediato para a segurança pública. Destarte, tem sido prática habitual dos governos democráticos proibir os discursos que advoguem em

público a revolução pela violência e fechar os jornais que defendam doutrinas tidas como particularmente perigosas. Hoje em dia, muitas pessoas eminentes que se consideram bons democratas exigem que se negue a liberdade de expressão pública aos fascistas e comunistas. Na realidade, a democracia não requer outra coisa senão que sejam toleradas todas as ideias não acompanhadas pela ameaça de violência e que as minorias pacíficas não sejam obstadas nos seus esforços para converter-se em maioria. O ideal político que afirma o direito absoluto do cidadão a falar, escrever e viver como bem lhe aprouver, enquanto isso não for lesivo aos seus vizinhos, não é a democracia mas o individualismo.

O progresso da democracia entre 1830 e 1914 foi acompanhado por um vigoroso desenvolvimento do nacionalismo e dos seus derivados, o imperialismo e a luta pelo poder entre as nações. O nacionalismo pode ser definido como um programa ou ideal baseado na consciência de nacionalidade. Essa consciência ou sentimento de nacionalidade depende de vários fatores. Um povo pode considerar-se uma nação devido a particularidades de raça, língua, religião ou cultura. Na maioria dos casos, porém, os fatores da unificação dos diversos grupos são uma história comum e aspirações comuns quanto ao futuro, ou a crença num destino comum. Só elementos dessa sorte podem justificar a existência da Bélgica, da Suíça e dos Estados Unidos como nações, já que em todos os três existem importantes diferenças de língua, de religião ou de ambas — para não falar das diferenças de fundo étnico. Embora o nacionalismo tenha sido a certos respeitos uma força benéfica, em especial nos primeiros tempos, quando não raro assumia a forma de lutas pela liberdade, de um modo geral ele foi e continua sendo uma influência perniciosa, particularmente quando se expressa sob as formas do chauvinismo, do militarismo e das ambições de conquistar e dominar.

O nacionalismo foi, incontestavelmente, uma das forças mais poderosas que moldaram a história do mundo ocidental entre 1830 e 1914. De sentimento vago que era nos primeiros séculos da era moderna, acabou por se converter num verdadeiro culto. Para milhões de iludidos ele se tornou mais forte do que a religião, sobrepujando o cristianismo no seu apelo aos sentimentos e ao espírito de sacrifício por uma causa sagrada. Morria-se pela honra da bandeira com a mesma alegria com que os mártires haviam dado a vida pela glória da Cruz. Embora coexistindo amiúde com a democracia e o liberalismo, o nacionalismo militante era mais poderoso que

qualquer dos dois e muitas vezes contrariava ou sufocava a ambos. Fomentado pelo ideal de fraternidade da Revolução Francesa, o nacionalismo evoluiu através de duas fases. De 1800 a cerca de 1848, pouco mais foi do que uma lealdade sentimental a um grupo cultural e linguístico e um anelo de libertar-se da opressão estrangeira. Depois de 1848 converteu-se num movimento ativo. em prol da grandeza nacional e do direito de cada povo unido por laços culturais e étnicos a decidir dos seus próprios destinos. Suas manifestações mais extremas tomaram a forma de um culto exaltado do poder político e de uma devoção servil a doutrinas de superioridade racial e a falsos conceitos de honra nacional. Sob tais formas, era virtualmente sinônimo do chauvinismo, essa espécie de patriotismo vanglorioso que se expressa pela sentença: "Minha pátria, com razão ou sem ela."

1. A EVOLUÇÃO DA DEMOCRACIA NA GRÃ-BRETANHA

A evolução da democracia na Grã-Bretanha compreende três aspectos fundamentais: a extensão do sufrágio, o desenvolvimento do sistema de governo de gabinete e a ascensão gradual da Câmara dos Comuns à supremacia.

Antes de 1832, o sistema de votação e representação na Inglaterra era extremamente pouco democrático. Somente em pouquíssimos burgos (círculos eleitorais) podia a maioria dos cidadãos exercer o direito do voto. Nas zonas rurais esse privilégio se limitava a um punhado de proprietários mais ricos. De um total de cerca de 650 membros da Câmara dos Comuns, apenas um terço podia-se dizer eleito na verdadeira acepção da palavra. Os restantes eram indicados por magnatas locais ou escolhidos por grupelhos de grandes proprietários ou por membros de corporações favorecidas. Em alguns casos os mandatos eram abertamente vendidos ou alugados por um certo número de anos. O pior era que a distribuição das deputações fora desequilibrada pela migração para os centros industriais do norte. Enquanto muitas das novas cidades, como Birmingham e Manchester, com mais de 100.000 habitantes cada uma, não tinham absolutamente nenhuma representação, aldeias quase despovoadas do sul continuavam a enviar nada menos de dois ou três deputados à Câmara dos Comuns. Uma dessas aldeias, Old Sarum, era uma colina deserta; outra, Dunwich, desaparecera sob as águas do mar; mesmo assim, tanto uma como a outra eram ainda representadas no Parlamento,

graças à notável capacidade inglesa de alimentar uma ficção muito tempo depois de terem desaparecido os fatos que a justificam.

A despeito da enfatuada assertiva do duque de Wellington, de que o sistema político acima descrito era "perfeitamente satisfatório", havia grande agitação contra ele. Não só o povo comum mas também a classe média estavam profundamente desgostosos com um regime em que o poder era, por assim dizer, um monopólio da aristocracia agrária. Entusiasmados com o sucesso da Revolução de julho de 1830 na França, os whigs ingleses, sob a chefia de Lord John Russell e do conde Grey, iniciaram um movimento em prol da reforma eleitoral. Foram muito auxiliados em seus esforços por um grupo de radicais sob a liderança de Francis Place, um alfaiate autodidata que fizera fortuna graças à sua astúcia, consagrando-se depois às causas progressistas. Como o Duque de Wellington, primeiro ministro na ocasião, não quisesse ceder na questão da reforma, Place induziu os seus partidários a suspender o pagamento de impostos e a retirar todo o dinheiro que tinham depositado nos bancos. Espalhou cartazes por todo o país, com a legenda: "Para acabar com o Duque, neguemos-lhe o nosso Ouro." Quando a corrida ao Banco da Inglaterra ameaçou tornar-se séria, Wellington renunciou. O Conde Grey formou então um novo gabinete e o famoso Projeto de Reforma de 1832 converteu-se em lei. Embora tivesse um caráter excessivamente moderado para as pretensões de muitos radicais, constituía ainda assim um avanço notável. Conferia o direito de voto à maioria dos homens adultos da classe média e a quase todos os pequenos proprietários e rendeiros rurais; continuavam, porém, excluídas do sufrágio as imensas legiões de trabalhadores agrícolas e industriais. A proporção dos eleitores subiu de cerca de um para cem habitantes a um para 32. Além disso, o projeto introduzia algumas reformas profundas na representação. As aldeias com menos de 2.000 habitantes perderam o direito de eleger deputados à Câmara dos Comuns, enquanto as cidades um pouco maiores tiveram a sua representação reduzida à metade. As cadeiras que assim ficaram livres nos Comuns foram distribuídas entre as grandes cidades industriais do norte.

O "Reform Act" de 1832 estabeleceu definitivamente a supremacia da classe média. Nas eleições que logo se seguiram, os whigs, que começavam então a chamar-se "liberais", obtiveram maioria na Câmara dos Comuns. Os tories, daí por diante mais conhecidos como conservadores",

também começaram a cortejar a classe capitalista. Resultou daí uma onda de atos parlamentares nitidamente favoráveis aos interesses burgueses. Um deles concedia mais amplas franquias nas eleições locais, capacitando a classe média a assumir o governo dos burgos. Um segundo destinava verbas à manutenção de escolas por sociedades privadas, a fim de dar educação aos filhos dos pobres. Um outro, a célebre Poor Law (Lei da Pobreza) de 1834, abolia a assistência pública salvo para os doentes e velhos, e dispunha que todos os pobres fisicamente capazes fossem obrigados a ganhar o seu sustento nos asilos (workhouses) a que eram recolhidos. Esta lei se baseava na teoria de que o próprio indivíduo é culpado da sua pobreza e, conseqüentemente, os pobres devem ser forçados a trabalhar como punição da sua indolência. O coroamento de todo esse período de legislação burguesa foi a revogação, em 1846, das Leis dos Cereais. Eram estas uma forma de tarifas protetoras que beneficiavam os proprietários de terras. Tais como foram revisadas em 1822, estabeleciam que nenhum grão estrangeiro podia ser importado, a menos que o preço do trigo inglês se elevasse a 70 ou mais xelins por quarter (290 litros). Se o preço ultrapassasse este nível, permitia-se a entrada do trigo estrangeiro, mas sob pesada tarifa. O resultado era acarretar pingues lucros aos proprietários rurais ingleses e manter o preço do pão num nível excessivamente elevado. Havia mais de vinte anos que os capitalistas industriais reclamavam a abolição dessas tarifas, baseando-se em dois argumentos : elas os obrigavam a pagar salários mais altos e limitavam a venda de produtos manufaturados ingleses no exterior. Só em 1846, porém, foi que lograram o seu intento. A revogação das Leis de Cereais encaminhou a Inglaterra para uma política de livre-câmbio que continuou em vigor até depois da Primeira Guerra Mundial.

Nenhuma dessas conquistas, que concorriam para firmar a supremacia da classe média, trouxe grandes benefícios imediatos ao proletariado. As jornadas de trabalho, nas fábricas, eram ainda despropositadamente longas e, a despeito da rápida expansão da indústria, a prosperidade crescente continuava a ser interrompida por períodos de crise. Além disso, o Parlamento era surdo a todos os reclamos das classes inferiores por uma participação nas franquias eleitorais. O grande estadista liberal, Lord John Russell, declarou positivamente que as reformas concedidas em 1832 eram as últimas. Em face de tal resistência, muitos trabalhadores urbanos chegaram à conclusão de que a única esperança de melhoria era lutar pela completa democratização do governo

britânico. Alistaram-se, pois, com grande entusiasmo sob a bandeira do cartismo, um movimento organizado em 1838 e a cuja frente se achavam Feargus O'Connor e William Lovett. O cartismo derivava o seu nome da célebre Carta do Povo, um programa constante de seis pontos: 1) o sufrágio universal masculino; 2) igualdade de direitos eleitorais; 3) o voto secreto; 4) legislaturas anuais; 5) abolição do censo eleitoral (requisitos de propriedade) para os membros da Câmara dos Comuns; e 6) remuneração das funções parlamentares. Conquanto alguns cartistas preconizassem o uso da violência, a maioria limitou as suas atividades a demonstrações em massa e ao encaminhamento de petições ao Parlamento. Em 1848, sob o estímulo da Revolução de Fevereiro da França, os líderes prepararam-se para um esforço gigantesco. Uma procissão de 500.000 operários devia dirigir-se às câmaras do Parlamento a fim de apresentar uma petição-monstro e forçar os parlamentares, pelo medo, a conceder reformas. As classes governantes foram tomadas de pânico. O velho e pugnaz Duque de Wellington foi novamente chamado a comandar as tropas. Além das tropas regulares, foi-lhe dada uma força especial de 170.000 agentes da força pública — um dos quais era o dúbio sobrinho de Napoleão, que dentro em breve se tornaria imperador da França. Mas no dia marcado para a demonstração (10 de abril de 1848) chovia a cântaros. Em lugar do meio milhão de operários que deviam marchar na parada compareceu apenas a décima parte desse número. Quando a petição foi apresentada ao Parlamento, verificou-se que continha menos de metade dos propalados seis milhões de assinaturas, inclusive alguns evidentemente fictícios, como "Wellington", "a Rainha" e "o Primeiro Ministro".

Embora o cartismo houvesse fracassado, o espírito representado por ele continuou a viver; e é significativo que todos os seis pontos, com a única exceção da exigência de legislaturas anuais, tenham sido posteriormente incorporados à constituição britânica. Nos anos que se seguiram ao fiasco de 1848 as forças da democracia revigoraram-se pouco a pouco e, sob a orientação de chefes mais práticos, realizaram consideráveis progressos. Em 1858 obteve-se do governo conservador de Lord Derby a abolição do censo eleitoral para os candidatos à Câmara dos Comuns. Em 1866, o movimento democrático ganhara tal impulso que os líderes de ambos os partidos porfiavam em solicitar o seu apoio. Resultou daí o Reform Act de 1867, que o conservador Disraeli fez passar no Parlamento depois que os liberais da velha geração haviam recusado, no ano anterior,

acompanhar Gladstone na promulgação de um projeto mais moderado. Essa reforma conferia o direito de votar a todos os homens moradores das cidades que tivessem residência própria, sem levar em consideração o valor desta, e também a todos os que pagassem um aluguel não inferior a dez libras anuais. Uma vez que só os mais pobres trabalhadores industriais não eram capazes de preencher tais condições, a massa do proletariado ficava automaticamente capacitada a votar. Em 1884 os liberais, por sua vez, ampliaram ainda mais o direito do voto. O Reform Act desse ano, o terceiro na grande série de reformas eleitorais, foi patrocinado por Gladstone. Seu principal dispositivo consistia em estender ao campo as vantagens até então gozadas pelos habitantes das cidades, conferindo destarte o direito de voto à quase totalidade dos trabalhadores agrícolas.

A democratização do sistema eleitoral britânico só se completou em 1918. É verdade que durante o século XIX se havia concedido o sufrágio às três classes principais de cidadãos: à classe média pela Lei de 1832, aos trabalhadores A Lei de industriais pela Lei de 1867 e aos trabalhadores rurais pela Lei de 1884. No entanto, a Grã-Bretanha ainda não tinha o sufrágio universal masculino. Após deflagrar a Primeira Guerra Mundial, ainda havia cerca de dois milhões de homens adultos que, por uma razão ou outra, estavam impossibilitados de votar. Alguns eram trabalhadores sem domicílio fixo; outros eram demasiadamente pobres para preencher sequer os requisitos mínimos estabelecidos pelos segundo e terceiro Reform Acts. Por outro lado, havia cerca de 500.000 homens ricos que ainda conservavam o privilégio do voto plural. Em 1918 foi feita por fim uma séria tentativa para remediar o mais flagrante desses males. Pela lei chamada "de Representação Popular" aboliram-se virtualmente todos os antigos requisitos de propriedade para votar. Daí por diante os cidadãos britânicos depositariam o seu sufrágio nas urnas, não como proprietários ou ocupantes de prédios de tal ou tal valor, mas simplesmente como cidadãos. A única exceção a essa regra era o privilégio de um segundo voto concedido aos graduados universitários e a qualquer pessoa que ocupasse um prédio, para fins de negócio, em outro distrito que não o de sua residência. Deve-se salientar, finalmente, que a Lei de 1918 concedia o direito de voto a todas as mulheres de mais de 30 anos que possuísem propriedades ou fossem esposas de proprietários. Somente uma década depois a idade limite foi reduzida a 21 anos, a mesma que para os homens. Mesmo, porém, antes da adoção do chamado "flapper vote" (voto das moças), quase 40% do total

dos habitantes da Grã-Bretanha estavam habilitados a votar nas eleições nacionais, em confronto com os 3% aproximados de 1831.

O segundo fator principal da evolução da democracia na Grã-Bretanha foi o desenvolvimento do sistema de governo de gabinete. Sem esse fato, a Inglaterra poderia muito bem ter continuado a ser simplesmente uma monarquia limitada. É preciso entender que o gabinete não é um mero conselho de ministros, mas o órgão soberano do governo. É uma comissão do Parlamento, responsável perante a Câmara dos Comuns, que exerce a suprema autoridade legislativa e executiva em nome do rei. Não só resolve todas as questões de política geral, mas é dele que se origina quase toda a legislação; e, enquanto permanece no poder, determina quais os projetos de lei que devem ser aprovados. Se for derrotado na Câmara dos Comuns em alguma questão fundamental, terá de renunciar imediatamente ou de "apelar para o povo" — isto é, dissolver o Parlamento e convocar uma nova eleição para consultar a opinião dos eleitores. Em outras palavras, o gabinete tem a inteira responsabilidade da direção dos negócios públicos, submetendo-se unicamente à vontade do povo e dos seus representantes na Câmara dos Comuns. Quando os ingleses falam no "governo de Sua Majestade", o que têm em mente é o gabinete. Quando o partido que se acha no poder perde uma eleição e, com ela, o controle sobre a Câmara dos Comuns, o líder do partido da oposição forma imediatamente um novo gabinete. Enquanto aguarda a sua vez de tornar-se primeiro ministro, percebe honorários como chefe da Leal Oposição de Sua Majestade.

Como quase todos sabem, o sistema de gabinete resultou de uma lenta evolução de precedentes. Não se origina de nenhum estatuto ou carta fundamental e até hoje baseia-se unicamente no costume. Sua história não remonta além da Revolução Gloriosa. Houve, é verdade, um chamado gabinete no reinado de Carlos II, mas não passava de um corpo de conselheiros. Só depois de suplantada a supremacia do rei pela do Parlamento foi que se estabeleceu o princípio de que os principais ministros de coroa deviam ser responsáveis perante o poder legislativo. Quando Guilherme e Maria subiram ao trono em 1689, acederam à exigência de que os conselheiros escolhidos por eles fossem do agrado da legislatura. Durante algum tempo escolheram os seus ministros em ambos os partidos maiores, mas como se tornasse mais premente a necessidade de manter relações harmoniosas com o Parlamento, restringiram gradualmente a sua escolha ao partido que estivesse em maioria. Desse modo foi estabelecido o precedente

de que todos os principais ministros deviam merecer a confiança do grupo dominante no Parlamento. O gabinete, porém, não era ainda um órgão poderoso. Só se tornou tal no reinado de Jorge I (1714-27). Era Jorge um botuso príncipe do estado alemão de Hanôver, o qual, como não falasse nem entendesse a língua inglesa, resolveu confiar aos seus ministros todo o trabalho do governo. Jamais compareceu às reuniões do gabinete e permitiu que esse órgão passasse para a direção de Sir Robert Walpole. Embora sempre tivesse recusado o título, Walpole foi na verdade o primeiro chefe de gabinete no sentido moderno. Foi o primeiro a exercer a dupla função de primeiro ministro e de líder do partido majoritário na Câmara dos Comuns. Instalou o seu quartel-general no n.º 10 da Downing Street, que até hoje continua a ser a residência oficial dos primeiros ministros britânicos. Ao sofrer, em 1742, uma derrota na Câmara dos Comuns, resignou o cargo imediatamente, não obstante ainda merecer a inteira confiança do rei.

Tal foi a evolução inicial do sistema de gabinete. Conquanto a maioria dos precedentes em que se baseia já tivesse sido estabelecida nos meados do século XVIII, ainda tinha um caminho espinhoso a percorrer. Alguns membros do Parlamento antipatizavam com o sistema, que parecia implicar numa cessão parcial da supremacia parlamentar. Durante o turbulento reinado de Jorge III houve uma tentativa para acabar com o governo de gabinete e voltar aos tempos em que os ministros eram responsáveis perante o rei. Ainda que geralmente bem intencionado, Jorge não era muito inteligente e não compreendia que a era da soberania real havia passado. Tampouco, aliás, compreendiam muitos de seus súditos a implantação de um sistema em que o monarca nada mais fazia do que reinar, enquanto os seus ministros governavam o país como chefes do partido que detinha a maioria das cadeiras na Câmara dos Comuns. Só pelos meados do século XIX foi o sistema de gabinete universalmente aceito ou compreendido plenamente como parte integrante da constituição britânica. O seu funcionamento foi pela primeira vez descrito em termos claros por Walter Bagehot no seu livro *English Constitution*, publicado em 1867. Em época mais recente acrescentou-se certo número de novos precedentes, sendo o principal deles o que estabelece que, no caso de ser o gabinete derrotado na Câmara dos Comuns, o primeiro ministro e os seus colegas têm a opção entre renunciar imediatamente e apelar para o país num grande referendun nacional.

Não foi menos importante na evolução da democracia política na Grã-

Bretanha a transformação da Câmara dos Comuns no ramo mais poderoso do Parlamento. Até o século XVIII a Câmara dos Pares, composta de nobres hereditários e dos príncipes da igreja, gozou de uma dignidade e influência muito maior. O primeiro passo no sentido de estabelecer a supremacia da câmara representativa foi dado no governo de Walpole, ao adotar-se o princípio de que o gabinete seria responsável exclusivamente perante os Comuns. No começo do século XIX firmou-se o precedente de dar à câmara baixa a palavra final em assuntos financeiros. Os Pares, no entanto, dispunham ainda de enorme poder. Possuíam o direito do veto à legislação em geral e os únicos freios que os impediam de usar e abusar dele eram o temor ao ressentimento público e a autoridade do primeiro ministro, que podia ameaçá-los, numa emergência, com a criação de novos pares. Além disso, como a câmara alta formava invariavelmente um baluarte dos tories, os planos favoritos dos gabinetes liberais eram não raro frustrados. A situação alcançou um ponto crítico em 1909, quando os Pares rejeitaram o orçamento preparado por David Lloyd George, chanceler do Tesouro (isto é, ministro das finanças) e secundado pelo gabinete Asquith. O primeiro ministro dissolveu o Parlamento e apelou para o eleitorado. Embora o seu partido não tivesse obtido senão uma modesta vitória, convenceu-se de que a nação estava a seu favor e começou a preparar um projeto de lei para cortar as asas à Câmara dos Pares. Essa lei, conhecida como o Parliament Act de 1911, foi finalmente aprovada mercê da ameaça de inundar a câmara alta com uma maioria de pares liberais. O Parliament Act estabelecia que os projetos de leis financeiras entrassem em vigor um mês depois de passar na Câmara dos Comuns, quer fossem aprovados pelos Pares, quer não; quanto à demais legislação, a câmara alta tinha somente um veto suspensivo: os projetos ordinários que fossem aprovados pelos Comuns em três sessões consecutivas tornavam-se leis ao cabo de dois anos, a despeito da oposição do outro ramo do legislativo. Pode-se, pois, afirmar com segurança que a câmara eleita pelo povo tornou-se a partir de então, para todos os fins práticos, o verdadeiro órgão legislativo da Grã-Bretanha.

2. DEMOCRACIA E NACIONALISMO NA FRANÇA

Após a tentativa frustrada de instalar, no segundo período da grande Revolução, um regime de igualdade, a França até 1875 fez poucos

progressos no sentido da implantação de um governo democrático. É certo que o reinado de Luís Filipe, inaugurado após a Revolução de julho de 1830, foi muito mais liberal que o de seu predecessor, Carlos X, mas ainda estava longe de representar o governo das massas. Luís Filipe guiava-se pela burguesia e ignorava sistematicamente o proletariado. O censo eleitoral foi na verdade reduzido, mas ainda assim somente 200.000 franceses tinham o direito de votar. Quando os líderes das massas apelaram para o primeiro ministro Guizot a fim de que o voto fosse liberalizado, ele respondeu cinicamente: "fiquem ricos". Pelas alturas de 1848, o rei e os seus ministros haviam provocado a aversão de tantos cidadãos franceses que estes estavam prontos a enfrentar os riscos de uma nova revolução para derrubar a monarquia.

A revolução francesa de 1848 é conhecida como Revolução de Fevereiro. Suas causas foram múltiplas. Uma delas era a exigência de um governo mais democrático, por parte da imensa maioria do povo. Outra era o sentimento de revolta causado pela corrupção de Luís Filipe e dos seus íntimos; convictos, como Luís XV em tempos idos, de que o dilúvio não tardaria a vir, tratavam de enriquecer o mais depressa possível à custa do povo. Uma terceira causa foi o descontentamento dos católicos com a atitude visivelmente anticlerical do "rei-cidadão", que nomeara primeiro ministro o protestante Guizot e permitira que este mostrasse parcialidade contra as escolas católicas. Outra causa ainda foi a disseminação do socialismo no seio do proletariado industrial. Durante os meses de privações da crise que se iniciou em 1847, muitos trabalhadores tinham-se convertido ao socialismo de Louis Blanc, com o seu projeto de instalação de oficinas nacionais para dar emprego e prosperidade a todos. Mas a Revolução de Fevereiro foi também um fruto do nacionalismo, fator que estava destinado a suplantar todos os demais. Como "rei da burguesia", Luís Filipe colocava os negócios em primeiro plano. Os seus principais defensores capitalistas estavam decididos a não permitir que a França se envolvesse em qualquer guerra capaz de ameaçar-lhes o comércio ou os investimentos. Recusaram, por isso, ceder aos clamores dos que exigiam uma intervenção em favor dos poloneses contra a Rússia ou dos italianos contra a Áustria. Isto enfureceu os patriotas franceses que sonhavam com a glória nacional e com a restauração da França na posição de líder entre as potências européias.

Por volta de 1847 o governo de Luís Filipe havia alienado as simpatias da quase totalidade dos seus súditos, salvo uma pequena minoria

de ricos. A oposição mais decidida, porém, vinha dos socialistas e dos patriotas, tanto republicanos como monarquistas. Em 1847 esses grupos organizaram uma campanha de demonstrações-monstros e de banquetes políticos, destinada a inculcar no espírito do rei a necessidade de reforma. Como o governo se alarmasse e proibisse uma demonstração programada para o dia 22 de fevereiro de 1848, levantaram-se barricadas nas ruas e dois dias depois Luís Filipe era obrigado a abdicar. Um governo provisório, composto de republicanos e socialistas, assumiu o controle do estado e em abril realizaram-se eleições para uma Assembleia Constituinte. Os resultados do sufrágio decepcionaram os socialistas, pois que os reacionários e os partidos da classe média tinham-se coligado para proteger os interesses da propriedade privada. Furiosos e desiludidos, os radicais de Paris tornaram a insurgir-se. Durante três terríveis dias, em junho, travaram-se lutas sangrentas nos bairros pobres da capital. Finalmente foi esmagada a insurreição, os seus chefes fuzilados e 4.000 rebeldes deportados para as colônias. A maioria burguesa da Assembleia Constituinte pôde então redigir, sem mais contratempos, um projeto de constituição para a Segunda República. O documento, em sua forma definitiva, era parcialmente copiado da constituição norte-americana. Continha uma declaração de direitos, adotava o sufrágio universal masculino e a separação dos poderes. À testa do executivo achava-se um presidente eleito pelo povo para um período de quatro anos; o povo devia eleger também uma Assembleia Legislativa formada por uma só câmara. Finda a sua tarefa, os autores da constituição marcaram a data de 10 de dezembro de 1848 para a primeira eleição presidencial.

Quatro candidatos concorreram a essa eleição: um republicano moderado, um socialista, um católico e um homem que tinha uma promessa para todos — Luís Napoleão Bonaparte. Mais de sete milhões de votos foram depositados nas urnas; deste total, o republicano moderado recebeu cerca de 1.500.000, o socialista 370.000, o católico 17.000, e os restantes — quase 5.500.000 — foram dados a Luís Napoleão. Quem era esse homem que gozava de tão pasmosa popularidade, chegando a conquistar quase três vezes mais votos que todos os outros candidatos reunidos? Luís Napoleão Bonaparte (1808-73) era sobrinho de Napoleão e filho de Luís Bonaparte, que durante alguns anos fora rei da Holanda. Após a queda do tio, Luís Napoleão marchou para o exílio, vivendo principalmente na Alemanha e na Suíça. Regressou à França depois da Revolução de Julho de 1830 e foi preso

ao cabo de alguns anos por haver tentado provocar uma insurreição em Bolonha. Em 1846, porém, fugiu para a Inglaterra, onde foi generosamente suprido de dinheiro pelos reacionários tanto ingleses como franceses. No verão de 1848, a situação na França era tal que ele compreendeu que podia voltar sem perigo. Efetivamente, foi recebido de braços abertos por homens de todas as classes. Os conservadores buscavam um salvador que lhes protegesse as propriedades contra os ataques dos radicais. Os proletários tinham-se deixado seduzir pelo ouropel dos planos de prosperidade expostos no seu livro *A extinção do pauperismo* e pelo fato de ele ter-se correspondido com Louis Blanc e com Proudhon, o anarquista. Entre essas duas classes havia uma grande multidão de patriotas e entusiastas, para quem o simples nome de Napoleão era um símbolo incomparável de glória e de grandeza. Foi principalmente a essa multidão que o sobrinho do Corso deveu o seu extraordinário triunfo. Na expressão de um velho camponês: "Como deixar de votar nesse homem, eu que tive o nariz gelado na Rússia?"

Alimentando sonhos grandiosos de emular o tio, Luís Napoleão não se contentou por muito tempo em ser simples presidente da França. Começou desde logo a usar da sua posição a fim de preparar o caminho para outra mais elevada. Conquistou o apoio dos católicos permitindo-lhes recuperar o controle sobre as escolas e enviando uma expedição à Itália para restabelecer o poder temporal do papa na Itália. Deu lambujens aos trabalhadores e à burguesia, sob a forma de pensões de velhice e de leis para incrementar os negócios. Em 1851 ofereceu-se-lhe a primeira grande oportunidade de desfechar um golpe na república, A Assembléia, dominada pela burguesia, havia aprovado uma lei que limitava de cerca de um terço o sufrágio. Luís Napoleão percebeu o ensejo de fazer-se passar por um campeão dos direitos das massas. Como os legisladores negassem obediência à sua ordem de restaurar o sufrágio universal, dissolveu a Assembléia, proclamou-se ditador temporário e convidou o povo a conceder-lhe o direito de redigir uma nova constituição. No plebiscito realizado a 21 de dezembro de 1851, foi autorizado por uma maioria esmagadora (7.500.000 contra 640.000 votos) a proceder como entendesse. A nova constituição, posta em vigor no mês de janeiro seguinte, convertia o presidente num ditador de fato. Com a sua magistratura prolongada para dez anos, tinha o poder exclusivo de propor leis, declarar a guerra e firmar a paz. O corpo legislativo era nominalmente conservado, mas não podia apresentar nem

emendar projetos de leis, nem mesmo modificar qualquer cláusula do orçamento. Entretanto, o pequeno César ainda não se deu por satisfeito. Nada era capaz de contentá-lo, senão a dignidade imperial que havia aureolado o seu famoso tio. Volvido exatamente um ano, Luís Bonaparte convocou um novo plebiscito e, com a aprovação de 95% do eleitorado, assumiu o título de Napoleão III, imperador dos franceses. As massas crédulas não tardariam a ver aonde as ia conduzir a adoração de um nome mágico e o culto de uma aparatosa lenda.

O segundo império francês durou de dezembro de 1852 a setembro de 1870. O seu fundador e preservador governou por métodos semelhantes aos dos demais césores, antes e depois dele. Estimulou uma grandiosa prosperidade drenando pântanos, construindo estradas, melhorando portos, subsidiando ferrovias e abrindo uma imponente rede de bulevares em Paris. Cultivou a estima das classes inferiores declamando frases revolucionárias e arquitetando planos pseudo-socialistas, como o auxílio do governo às cooperativas de consumo e uma variedade de formas de seguro para os trabalhadores. Ao mesmo tempo, tomou todas as medidas para não ser incomodado pelos radicais. Submeteu a imprensa a uma rigorosa vigilância e controlou as eleições pagando as despesas dos candidatos oficiais e exigindo dos outros um juramento de fidelidade ao imperador. Tampouco deixou de aproveitar as oportunidades de abrilhantar o seu regime com uma política exterior agressiva. Anexou a Argélia e estabeleceu um protetorado sobre a Indochina. Em 1854, sob o pretexto de proteger os monges católicos da Turquia, lançou-se à Guerra da Criméia com a Rússia. Apoiado pela Grã-Bretanha, pela Turquia e, durante algum tempo, também pela Sardenha, conseguiu sair vitorioso do conflito. Apesar de ter derramado, em dois anos de luta, o sangue de 75.000 soldados franceses, pôde ainda gozar os aplausos da multidão e tomar atitudes de árbitro dos destinos da Europa.

Já em 1860 o esplendor da fama de Napoleão tinha começado a ofuscar-se. O primeiro golpe sério ao seu prestígio resultou da sórdida aventura de 1858 na Itália. Nessa data havia ele formado uma aliança com os nacionalistas italianos para ajudá-los a expulsar os austríacos, mas ao perceber que os seus aliados pretendiam consolidar toda a península num estado nacional e destruir o poder temporal do papa, desertou-os imediatamente. Com isso afastou as simpatias de milhares dos seus adeptos mais liberais, que o acusaram de ter abandonado um brioso

povo à opressão austríaca. Em 1862 Napoleão interveio no México. Enviou um exército para fundar um império naquele país e ofereceu o trono ao Arquiduque Maximiliano da Áustria. Mas, ao terminar a guerra civil americana, o governo dos Estados Unidos obrigou as tropas francesas a retirar-se e pouco depois Maximiliano era capturado e fuzilado pelos mexicanos. Em consequência dessa aventura trágica e brutal, a oposição a Napoleão recrudescera fortemente. Após as eleições de 1869, pareceu-lhe necessário fazer algumas concessões. Concordeu, daí por diante, em tornar os seus ministros responsáveis perante o legislativo, em permitir a venda pública de jornais e em abandonar a política de subsidiar os candidatos oficiais às eleições. Em 1870 resolveu fazer uma tentativa de recuperar o seu prestígio mediante um golpe de audácia na política externa. O governo da Espanha acabava de ser deposto e os revolucionários ofereceram a coroa ao príncipe Leopoldo de Hohenzollern, primo do rei da Prússia. Simulando ver nesse fato um perigo para a França, Napoleão informou o rei prussiano de que consideraria como *casus belli* a ascensão de um príncipe Hohenzollern ao trono da Espanha. Muito sensatamente, o príncipe Leopoldo recusou a coroa; isso teria satisfeito qualquer um, mas não satisfez Napoleão, que estava decidido a cercar-se de glória mediante uma humilhação brutal imposta à Prússia. Exigiu, pois, do rei Guilherme I o compromisso de jamais permitir que um membro da sua família se apresentasse como candidato ao trono da Espanha. Mais adiante veremos como Bismarck torceu a recusa de Guilherme de maneira a precipitar uma guerra entre a Prússia e a França. Basta dizer aqui que a França foi fragorosamente derrotada numa campanha que durou apenas algumas semanas. Após a batalha de Sedan (2 de setembro de 1870) o próprio Napoleão foi feito prisioneiro, e dois dias depois o seu governo era posto abaixo por um grupo de republicanos em Paris.

Com o colapso do Segundo Império, organizou-se um governo provisório para dirigir o país até que fosse elaborada a nova constituição. Em fevereiro de 1871 realizaram-se eleições para uma assembleia nacional constituinte, sendo escolhidos 500 monarquistas e apenas 200 republicanos. Explica-se isto pelo fato de terem os republicanos, durante a campanha eleitoral, insistido na continuação da guerra, enquanto os monarquistas a consideravam definitivamente perdida, só restando à França negociar com o inimigo as condições mais favoráveis possíveis. Isso não quer dizer que a maioria do povo francês preferisse a monarquia, mas sim que almejava a

paz. Por sorte, os monarquistas achavam-se irremediavelmente divididos. Nem bem a Assembléia Nacional se reuniu, cindiram-se em três facções irreconciliáveis. Os menos numerosos eram os imperialistas, descoroçados adeptos de Napoleão III, que se apegavam à tênue esperança de que o seu governo pudesse ser restaurado. Acirradamente opostos a eles e uns aos outros, havia os legitimistas e os orleanistas. Os primeiros exigiam que a coroa fosse dada ao neto de Carlos X, ao passo que os segundos apoiavam as pretensões do neto de Luís Filipe. A furiosa discórdia entre os monarquistas adiou por quase quatro anos a decisão definitiva quanto à forma permanente a ser assumida pelo governo francês. Por fim, os orleanistas preferiram solidarizar-se com os republicanos a permitir que os legitimistas triunfassem, e em janeiro de 1875 a Assembléia Nacional aprovou a primeira de uma série de leis constitucionais que reconheciam a forma republicana do governo. Foi esse o verdadeiro início da Terceira República na França.

A constituição da Terceira República consistiu em três leis orgânicas adotadas em 1875 pela Assembléia Nacional. Embora emendas e precedentes houvessem determinado algumas mudanças, conservou a sua forma essencial até a dissolução oficial da Terceira República, em 9 de julho de 1940. O governo estabelecido por essa constituição figurava entre os mais democráticos do mundo. Havia um Parlamento, com uma câmara baixa eleita por sufrágio universal masculino, e um presidente eleito pelo Parlamento. O característico principal era, no entanto, o sistema de gabinete, copiado em grande parte do da Inglaterra. Os poderes mais importantes do governo eram exercidos por um ministério responsável perante o Parlamento. O presidente representava a figura mais apagada que é possível encontrar entre os chefes de estado. Se bem que um político dinâmico pudesse exercer, nesse cargo, uma influência considerável, em especial na orientação das relações estrangeiras, o presidente da França em geral era pouco mais que um governante titular. Todos os seus atos oficiais deviam ser subscritos — isto é, aprovados — por um membro do gabinete. Havia, por outro lado, várias diferenças importantes entre o sistema de gabinete francês e o britânico. Enquanto na Inglaterra o gabinete inclui somente os ministros principais e alguns outros que o primeiro ministro possa designar, na França ministério e gabinete eram uma e a mesma coisa. Esse ministério ou gabinete era responsável não só perante a câmara baixa, ou Câmara dos

Deputados, mas também perante o Senado, eleito indiretamente pelo povo; na Inglaterra, o gabinete fica submetido exclusivamente à Câmara dos Comuns. A mais importante diferença consistia em não ter o primeiro ministro francês autoridade efetiva para dissolver o Parlamento. É verdade que a constituição escrita lhe conferia originalmente tal autoridade, mas foi mais tarde anulada por certos precedentes. Significava isso que os membros da legislatura podiam derrubar os gabinetes à vontade, sem incorrer no risco de ter de se apresentar à reeleição. No caso de serem derrotados em qualquer das câmaras, o primeiro ministro e os seus colegas não tinham alternativa senão renunciar. Com a possível exceção da multiplicidade de partidos, nada contribuía tanto para a instabilidade do sistema francês. Acontecia por vezes que os gabinetes eram incapazes de conservar o apoio da maioria do Parlamento durante mais de poucas semanas ou mesmo de alguns dias. Ainda que frequentemente se deplorasse tal instabilidade, era na realidade o fruto de uma reação natural do povo francês em face dos regimes ditatoriais anteriores.

Mesmo depois de adotada a constituição republicana de 1875, a vitória da democracia não foi de modo algum completa na França. Durante alguns anos a república teve de lutar com elementos reacionários resolvidos a restaurar uma forma qualquer de governo autocrático. Entre 1887 e 1889, enfrentou uma perigosa crise com o episódio Boulanger. Era Georges Boulanger um general do exército e antigo ministro da guerra que alimentava ambições napoleônicas. Apelando para o orgulho ferido dos patriotas franceses, clamava por uma guerra de desforra contra a Alemanha, no que era entusiasticamente aplaudido. Tomou como cavalo de batalha certos escândalos recém-descobertos do regime republicano, e graças a isso subiu no conceito dos monarquistas, bem assim como dos católicos conservadores que odiavam os republicanos por causa do seu programa anticlerical. Dentro em pouco era o homem mais popular da França. Por toda a parte as multidões aclamavam o seu "bravo general", crentes de que um novo Bonaparte havia surgido no seu seio. Lisonjeado e estimulado por esses aplausos, Boulanger resolveu apelar para as urnas como prova mais tangível do apoio nacional. Apresentou-se à eleição para a Câmara de Deputados em todos os distritos onde podia ser admitido e venceu, por margens consideráveis, dez vezes seguidas no espaço de seis meses. Em janeiro de 1889 coroou essa série de vitórias conseguindo uma

maioria esmagadora em Paris, onde prevaleciam os radicais. Parecia que agora nada obstaría à sua ascensão ao poder como ditador militar. Mas, felizmente para a república, esse ídolo adorado pelo populacho e pelas senhoras nos salões tinha frágeis pés de barro. Quando o governo, por fim, se encheu de coragem e mandou prendê-lo como culpado de conspiração, Boulanger fugiu ingloriamente para a Bélgica. Dois anos depois, meteu uma bala nos miolos diante da sepultura da amante.

O ignominioso colapso do movimento boulangista não pôs fim às tentativas de desacreditar a república. Na década de 1890 os reacionários adotaram o anti-semitismo como pretexto para a consecução dos seus objetivos. O fato de certos banqueiros judeus terem sido envolvidos recentemente em negócios escandalosos com políticos deu margem aos monarquistas para acusar o governo de estar contaminado pela corrupção, apontando como principais culpados os gananciosos judeus. Os católicos eram levados a crer que os políticos judeus tinham ditado a legislação anticlerical do regime republicano. Com tais acusações pairando no ar, não é de estranhar que o anti-semitismo acabasse por inflamar-se numa explosão violenta. Em 1894 um capitão de artilharia judeu chamado Alfred Dreyfus foi acusado, por uma camarilha de oficiais monarquistas, de ter vendido segredos militares à Alemanha. Levado a conselho de guerra, foi condenado à prisão perpétua na Ilha do Diabo (Guiana Francesa). A princípio a condenação foi aceita como merecida punição de um traidor, mas em 1897 o Coronel Picquart, chefe recém-nomeado do Serviço Secreto, declarou ter chegado à conclusão de que os documentos em que se baseava a sentença condenatória tinham sido falsificados. Iniciou-se um movimento em favor de uma revisão do processo, revisão que o Ministério da Guerra apressou-se a recusar. Dentro em pouco, toda a nação se achava dividida entre amigos e adversários do desventurado capitão. Ao lado de Dreyfus estavam os republicanos radicais, os socialistas, as pessoas de tendências liberais e humanitárias e figuras eminentes da literatura como Emile Zola e Anatole France. Os antidreyfusistas incluíam os monarquistas, os clericais, os anti-semitas, os militares, um número considerável de operários conservadores e de sinceros mas iludidos patriotas. Dreyfus foi finalmente posto em liberdade por uma ordem do executivo em 1899, sendo seis anos mais tarde isentado de toda culpa pelo Supremo Tribunal e reintegrado no exército, onde o aguardava a promoção imediata ao posto de major e uma insígnia da Legião de Honra. O efeito do caso Dreyfus foi dismantelar por completo o

movimento monarquista na França. A partir de então, os adeptos desse movimento foram gradualmente reduzidos à insignificância política, como simples "punhado de velhas nozes a entrecocar-se dentro de um saco".

Conforme já demos a entender, o caso Dreyfus não foi senão um dos episódios de uma luta mais vasta em torno da questão da igreja e do Estado. Desde o começo da sua história a Terceira República havia revelado um pendor anti-clerical. Seus fundadores não eram necessariamente ateus, mas acreditavam que uma igreja poderosa, com a ambição de estender a sua influência política e social, constituía uma ameaça para o governo republicano. Os objetivos dos anticlericais eram obstar a essa influência, reduzir os privilégios econômicos da igreja católica e destruir a ascendência que o clero havia conquistado sobre a educação. As raízes do anticlericalismo estendiam-se em várias direções. Em parte, ele resultava da Revolução Industrial, pois esta favorecia os interesses materialistas e intensificava a luta entre a burguesia e o antigo regime, com o qual se costumava identificar a igreja. Era também, em certa medida, um fruto do desenvolvimento da ciência e das filosofias cépticas e liberais, frequentemente empregadas como armas para combater o conservantismo religioso. Mas a causa principal da sua difusão foi, por certo, o impulso tomado pelo nacionalismo militante. Não só a igreja católica tinha forçosamente tendências internacionalistas, mas os papas, ainda na década de 1860, afirmavam os seus direitos ao poder temporal e fulminavam anátemas contra os governantes que pretendessem criar estados onipotentes. Por toda parte onde o nacionalismo se tornasse poderoso, os clericais quase infalivelmente passavam a ser considerados como os grandes inimigos.

Na França, o anticlericalismo alcançou o apogeu da sua fúria entre 1875 e 1914. A grande maioria dos líderes da Terceira República eram hostis à Igreja e não podiam deixar de sê-lo, pois a hierarquia católica ajudava os monarquistas em todas as oportunidades. Os clericais conspiraram com os monarquistas no apoio dado a Boulanger, e ainda mais ativamente com os militaristas e os anti-semitas na tentativa de desacreditar a república durante o caso Dreyfus. Mas afinal rebentou-lhes a bomba na mão. O resultado do caso Dreyfus não só foi o dobre de finados do monarquismo mas também suscitou um ataque furioso a igreja. Em 1901 o governo fez passar a Lei das Associações, que proibia a existência, na França, de qualquer ordem religiosa não autorizada pelo estado. Em 1904 seguiu-se outra lei que

vedava o ensino, tanto nas escolas públicas como nas particulares, a todos os membros das ordens religiosas. Finalmente, em 1905 foi aprovada a Lei de Separação, que, como o nome indica, dissolvia a união entre a igreja e o estado. Pela primeira vez desde 1801, os adeptos de todos os credos eram colocados em pé de igualdade. Daí por diante o clero católico deixaria de receber vencimentos do tesouro público. Embora algumas dessas medidas tenham sido levemente modificadas nestes últimos anos, o clericalismo continua, para a maioria dos franceses, envolto numa densa nuvem de suspeita.

3. DEMOCRACIA E NACIONALISMO NA EUROPA CENTRAL

A Revolução de Fevereiro na França acendeu o rastilho de uma série de revoltas na Europa Central, começando por um levante na Áustria, em 13 de março. Multidões de estudantes e de trabalhadores amotinaram-se em Viena e forçaram a renúncia do último pilar do antigo regime, o príncipe Metternich. Amedrontado pela recusa das suas tropas a atirar contra os rebeldes, o imperador prometeu uma constituição para a Áustria alemã, excluindo a Hungria e as possessões italianas. A constituição que veio a ser finalmente adotada dispunha sobre a responsabilidade do ministério perante o Parlamento e estabelecia um sistema eleitoral liberal, ao mesmo tempo que as remanescentes obrigações feudais dos camponeses eram abolidas pela assembleia que a redigiu. Quase imediatamente os húngaros aproveitaram-se da desordem reinante em Viena para instalar um governo liberal e em abril de 1849, sob a chefia de Luís Kossuth, proclamaram a independência da República Húngara. Mas nenhuma dessas revoluções teve sucesso duradouro, pois logo se viram enredadas nas discórdias do nacionalismo. Os liberais húngaros não se mostraram mais inclinados do que os austríacos a conceder às nacionalidades submetidas os privilégios que reclamavam para si mesmos. Daí poderem os Habsburgos incitar o ressentimento dos eslavos e usá-los proveitosamente para refrear as ambições das nacionalidades dominantes. No verão de 1849 o imperador havia conseguido derrubar a república húngara e revogar a constituição austríaca. Do naufrágio salvou-se somente a isenção, para os camponeses, das obrigações feudais devidas aos nobres. Prosseguiu, todavia, o descontentamento até ser firmado, em 1867, um compromisso entre austríacos e húngaros. Esse compromisso, conhecido como o Ausgleich,

estabelecia uma monarquia dual em que o chefe da Casa dos Habsburgos fazia simultaneamente o papel de imperador da Áustria e de rei da Hungria. Cada uma das duas partes do império tornava-se praticamente autônoma, com o seu ministério e o seu parlamento próprios. Três ministros — o da guerra, o das finanças e o dos negócios exteriores — zelavam pelos interesses do estado como um todo, em suas respectivas esferas. Esse arranjo, que permitia tanto aos magiares da Hungria como aos alemães da Áustria governarem como raças dominantes, sobreviveu até o desmembramento do império dual em 1918.

Uma semana depois de se ter iniciado em Viena, o movimento revolucionário de 1848 espalhou-se aos estados alemães. Desde 1815 esses estados tinham formado, juntamente com a Áustria, os trinta e oito membros da Confederação Germânica. Os vários príncipes mantinham ciosamente a sua semi-independência, mas entre o povo difundia-se cada vez mais o desejo da unificação num estado nacional. Os homens de negócio batiam-se por esse ideal, na convicção de que ele faria florescer o comércio. Os nacionalistas exigiam-no, alegando a unidade de cultura e de raça. Em consequência, a revolução alemã de 1848 teve o duplo caráter de uma cruzada em prol de um governo mais liberal e de um movimento de unificação. A princípio, ambos esses objetivos pareceram apresentar grandes promessas de êxito. Durante o mês de março de 1848 foram arrancadas concessões a quase todos os governantes alemães — em alguns casos, promessas de constituições; em outros, ministérios liberais, ou ainda a liberdade de palavra da imprensa. Em maio do mesmo ano, liberais e nacionalistas convocaram uma grande convenção nacional em Francforte a fim de redigir uma constituição para uma Alemanha unificada. Foi essa a célebre Assembléia de Francforte, composta de ativos delegados de todos os estados da Confederação. A Assembléia conseguiu aprovar uma declaração de direitos, mas logo caiu num imbroglio sem solução a respeito de outros assuntos constitucionais. Quando a maioria dos delegados concordou em fazer da nova Alemanha uma monarquia constitucional, os republicanos entraram em dissidência. Houve também acaloradas discussões sobre a conveniência de incluir ou não a Áustria e sobre o problema de quem deveria reinar. Ao ser decidido que somente as províncias alemãs da Áustria seriam admitidas, o governo austríaco ordenou aos seus delegados que regressassem. Esperando ainda estabelecer uma união em escala menos ambiciosa, a Assembléia ofereceu a coroa ao rei

Frederico Guilherme IV da Prússia, mas o indeciso monarca recusou com medo de se incompatibilizar com a Áustria e também porque relutava em ter relações com uma convenção revolucionária. A Assembleia de Francforte dispersou-se pouco depois, desalentada, sem ter absolutamente nada para apresentar como resultado dos seus esforços. A maioria das reformas que tinham sido conseguidas sem a sua intervenção também se foram evaporando aos poucos, e milhares de revolucionários abandonaram o país, indo buscar refúgio nos Estados Unidos.

Estava reservado ao firme realismo de Bismarck levar a cabo a unificação da Alemanha. Otto von Bismarck (1815-98) pertencia pelo nascimento à classe dos junkers ou nobres rurais, que durante séculos fornecera ao estado prussiano o grosso dos seus burocratas e das altas patentes do seu exército. Depois de frequentar as universidades de Göttingen e de Berlim como estudante medíocre, mas como bom duelista e farrista, tornou-se funcionário público mas não tardou a ser demitido em virtude dos seus hábitos irregulares e dissipados. Durante algum tempo a natureza indomável de Bismarck desafogou-se no liberalismo, mas o seu casamento com a piedosa filha de um aristocrata das vizinhanças veio mudar tudo isso. De rebelde soturno e cínico, converteu-se num valente defensor da religião e num trove jante reacionário em política. Durante o movimento revolucionário de 1848 serviu no parlamento prussiano como fiel sustentáculo da monarquia de direito divino. Fez parte de um grupo de aristocratas intransigentes que instaram com o rei da Prússia para que não aceitasse a "coroa vergonhosa" oferecida pela Assembléia de Francforte. Mais tarde, Bismarck ajudou a organizar o partido conservador, dedicado a proteger os interesses dos junkers, da igreja oficial e do exército, e a erigir uma Prússia poderosa como núcleo da futura nação alemã. Em 1862, o rei Guilherme I nomeou-o presidente do conselho de ministros da sua adorada Prússia.

Na consolidação dos estados alemães numa nação unida Bismarck observou uma série de fases, com habilidade quase diabólica. Em primeiro lugar projetou eliminar a Áustria da sua posição de hegemonia na Confederação Alemã. Como meio preliminar de alcançar esse objetivo, entrou em disputa com a Dinamarca sobre a posse do Schleswig-Holstein. Essas províncias, habitadas mormente por alemães, estavam em situação anômala. Desde 1815 o Holstein fora incluído na Confederação Germânica, mas ambos os territórios estavam sujeitos à suserania do

rei da Dinamarca. Quando, em 1864, um soberano deste país tentou anexá-los, Bismarck convidou a Áustria a participar de uma guerra contra a Dinamarca. Seguiu-se uma breve campanha, ao cabo da qual o rei dinamarquês teve de renunciar a todas as suas pretensões sobre o Schleswig-Holstein em favor da Áustria e da Prússia. Adveio então a decorrência pela qual Bismarck esperava ansiosamente: uma contenda entre os vencedores em torno da divisão dos despojos. O resultado final foi lançarem-se ambos à guerra em 1866. Sabendo que os Habsburgos teriam o auxílio dos estados alemães meridionais, Bismarck formou uma aliança com a Itália, prometendo recompensá-la, após a vitória, com a cessão de Veneza. O conflito que se seguiu, conhecido como a Guerra das Sete Semanas, terminou pela fácil vitória da Prússia. A Áustria foi forçada a abandonar as suas reivindicações sobre o Schleswig-Holstein, a ceder Veneza à Itália e a consentir na dissolução da Confederação Germânica. Imediatamente após a guerra Bismarck procedeu à união de todos os estados alemães situados ao norte do rio Reno numa Confederação Germânica do Norte. A constituição dessa união, que o grande ministro se jactava de ter redigido numa só noite, estabelecia que o rei da Prússia seria o presidente hereditário da Confederação e que haveria uma câmara alta representando os governos de cada estado confederado e uma câmara baixa eleita por sufrágio universal masculino.

O passo final na consecução da unidade alemã foi a Guerra Franco-Prussiana. Já conhecemos o papel desempenhado por Napoleão III ao provocar uma crise com a Prússia sobre a questão da sucessão espanhola. A atitude de Bismarck, porém, não foi menos provocadora. Sabia que uma guerra com a França seria o melhor meio de estimular um nacionalismo alemão na Baviera, no Württemberg e nos demais estados ao sul do Reno. Conseqüentemente, quando foi informado pelo rei Guilherme I, em Ems, de que fora repelida a exigência francesa no sentido de serem os Hohenzollern para sempre excluídos do trono espanhol, achou que era chegado o momento de agir. Decidiu tornar público o telegrama recebido de Ems de maneira a fazer supor que o rei Guilherme insultara o embaixador francês. Não tardou a concretizar-se a sua predição de que isso teria o efeito de "um pano vermelho sacudido diante do touro gaulês". Quando foi recebida na França a notícia truncada do que sucedera em Ems, um clamor de ira percorreu imediatamente toda a nação. Em 15 de julho de 1870 os ministros de Napoleão solicitaram ao corpo legislativo que aprovasse a

declaração de guerra; a aprovação foi dada com apenas dez votos contrários. Nem bera havia começado a luta, os estados da Alemanha Meridional alinharam-se ao lado da Prússia, na crença de que estava sendo vítima de uma agressão. Tal foi o início de uma guerra que devia ter efeitos tremendos sobre a história subsequente da Europa. Desde o princípio os prussianos levaram vantagem. A eficiência disciplinada da sua máquina militar ressaltou em franco contraste com a desastrada inécia dos franceses. Os abastecimentos das tropas de Napoleão eram de uma lamentável ineficiência, e um dos seus generais não conseguiu, durante alguns dias, localizar o exército que devia comandar. O resultado poderia ser previsto desde o começo. Após a captura de Napoleão em Sedan, no mês de setembro, e a tomada de Paris quatro meses mais tarde, a guerra foi oficialmente encerrada pelo Tratado de Francforte. A França cedeu a maior parte da Alsácia e da Lorena e concordou em pagar uma indenização de um bilhão de dólares.

A Guerra Franco-Prussiana destruiu um império e criou outro. Já vimos que depois de ser Napoleão III aprisionado em Sedan o seu governo foi derrubado em Paris e instaurou-se uma república provisória. Nas terras de além-Reno, a grande explosão de entusiasmo patriótico possibilitou a Bismarck a anexação dos estados meridionais à Confederação Germânica do Norte. Durante o desenrolar da guerra foram negociados tratados, estipulando que toda a Alemanha se uniria num império sob os Hohenzollern. Esses acordos foram oficialmente postos em vigor em magnificente cerimônia celebrada no palácio de Luís XV, em Versalhes, a 18 de janeiro de 1871, ocasião em que Guilherme I da Prússia recebeu o título de imperador da Alemanha. Bismarck, então alçado à dignidade de príncipe, tornou-se o primeiro chanceler do império.

Sem receber mais que as modificações indispensáveis, a constituição da Confederação Germânica foi aceita como constituição do novo império. O governo assim criado não tinha senão dois característicos que podiam ser positivamente considerados como democráticos: por um lado, o sufrágio universal masculino nas eleições nacionais e, pelo outro, o parlamento com uma câmara baixa, ou Reichstag, eleita pelo voto popular. A outros respeito, o sistema se adaptava muito bem ao governo conservador. Ao invés de copiar o sistema de gabinete, o chanceler e os demais ministros eram responsáveis unicamente perante o imperador. Este não era um simples chefe nominal, dispondo ao contrário de extensa autoridade sobre o

exército e a marinha, as relações exteriores, a promulgação e a execução das leis. Podia, ademais, declarar a guerra se as costas ou o território do império fossem atacados, e na qualidade de rei da Prússia controlava um terço dos votos no Bundesrat, câmara alta do parlamento imperial.

Não obstante, o império alemão não era uma autocracia completa. Embora o kaiser pudesse influenciar a promulgação das leis, não tinha direito de veto. Todos os tratados que negociasse tinham de ser aprovados pelo Bundesrat e não podia obter dinheiro sem o consentimento do Reichstag. Na verdade, este último órgão estava longe de ser uma simples sociedade de debates, como alegaram muitas vezes os inimigos da Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial. Pelo contrário, tinha poderes legislativos virtualmente equivalentes aos do Bundesrat e foi bastante forte para arrancar concessões a diversos chanceleres. Em 1913, o Reichstag por pouco não conseguiu estabelecer o governo de gabinete. Por ocasião de uma disputa com o Chanceler von Bethmann-Hollweg sobre a tirania militar na Alsácia, os membros da câmara baixa votaram uma moção de desconfiança no governo e exigiram que o chanceler renunciasse. Uma resolução de negar autorização de créditos até que Bethmann abandonasse o cargo deixou de ser aprovada por ínfima margem de votos.

Como a república na França, o novo império alemão também teve suas desavenças com a igreja. O movimento anticlerical alemão do século XIX é conhecido como Kulturkampf, ou "luta pela cultura", iniciada por Bismarck em 1872. Os motivos de Bismarck eram quase que exclusivamente nacionalistas. Não era ele um céptico nem Kulturkampf um materialista, mas um fervoroso luterano. Não obstante, percebeu em certas atividades católicas uma ameaça ao poder e à estabilidade do estado que acabava de criar. Desagradava-lhe principalmente o apoio que os padres católicos continuavam a dar ao movimento em prol dos direitos dos estados da Alemanha meridional e às queixas dos alsacianos e poloneses. Alarmou-se, outrossim, com as recentes afirmações da autoridade papal de intervir em assuntos seculares e com a promulgação, em 1870, do dogma da infalibilidade do papa. Além disso, estava ansioso por obter um apoio mais entusiasta da parte dos "nacional-liberais" burgueses no fortalecimento das bases do novo império. Por essas razões resolveu desferir tamanho golpe na influência católica na Alemanha que esta nunca mais pudesse tornar-se um fator de importância na política nacional ou local. Suas armas foram uma série de leis e de decretos promulgados entre 1872 e 1875. Em primeiro

lugar, induziu o Reichstag a expulsar todos os jesuítas do país. Em seguida, fêz passar no Landstag prussiano as chamadas Leis de Maio, que colocavam os seminários sob o controle do estado e capacitavam o governo a regular a nomeação de bispos e padres. Ninguém podia ser nomeado para qualquer cargo eclesiástico se não fosse cidadão alemão e, ainda assim, somente depois de um exame oficial. Ao mesmo tempo era estabelecida a obrigatoriedade do casamento civil, mesmo que já se tivesse realizado a cerimônia religiosa. Por ocasião da execução dessas medidas foram presos seis dos dez bispos católicos da Prússia e centenas de padres tiveram de abandonar o país.

Embora Bismarck houvesse ganho algumas das batalhas mais importantes da Kulturkampf, acabou perdendo a campanha. Foram diversas as causas desse fracasso. Em primeiro lugar, o chanceler incompatibilizou-se com os seus adeptos progressistas por haver recusado atender-lhes às exigências de responsabilidade para os ministros. Em segundo lugar, o partido católico, ou do Centro, bateu-se tão eficazmente em favor do claro perseguido e adotou um programa econômico tão inteligente que se tornou o partido político mais forte da Alemanha. Nas eleições de 1874, conseguiu quase um quarto das cadeiras do Reichstag. Em terceiro lugar, Bismarck estava alarmado com o desenvolvimento do socialismo e sobressaltou-se ainda mais quando os campeões dessa filosofia, os social-democratas, fizeram aliança com os centristas. Se continuassem a crescer no mesmo ritmo, esses dois partidos não tardariam a constituir maioria no Reichstag. Na esperança de impedir tal resultado, Bismarck relaxou aos poucos a perseguição aos católicos. Entre 1878 e 1886 foi revogada quase toda a odiosa legislação e a Kulturkampf caiu no olvido, como tantos outros erros de estadistas. A igreja católica foi, assim, praticamente restituída à sua antiga posição na Alemanha.

Entrementes, os acontecimentos na Itália tinham seguido um rumo quase paralelo aos que resultaram na unificação da Alemanha. A Itália em 1848, como os leitores devem estar lembrados, era um amontoado de diminutos estados. Os mais importantes dentre os independentes eram o reino da Sardenha ao norte, os Estados Pontifícios na região central e o reino das Duas Sicílias ao sul. As antigas repúblicas da Lombardia e de Veneza pertenciam à Áustria, ao passo que a Toscana, Parma e Módena eram governadas por dependentes dos Habsburgos. À medida que o fervor revolucionário de 1848 se alastrava pela península os governantes, um após

outro, concederam reformas democráticas. Carlos Alberto da Sardenha levou a palma a todos os demais com o seu célebre Estatuto Fundamental, que instituiu as liberdades civis e uma forma parlamentar de governo. Logo se evidenciou, porém, que os italianos estavam mais interessados no nacionalismo do que na democracia. Havia alguns anos que os patriotas românticos vinham sonhando com o Risorgimento — a ressurreição do espírito italiano que restauraria a nação na posição de domínio glorioso que havia desfrutado na antiguidade e durante a Renascença. Para consegui-lo, admitia-se universalmente que toda a Itália devia fundir-se num estado só. Havia, porém, considerável divergência de opinião quanto à forma que convinha dar ao novo governo. Os idealistas moços seguiam a orientação de Giuseppe Mazzini (1805-72), que trabalhava com sincera dedicação pelo estabelecimento de uma república. Os patriotas de mentalidade religiosa acreditavam que a solução mais viável seria federalizar os estados italianos sob a presidência do papa. A maioria dos nacionalistas mais moderados advogavam uma monarquia constitucional erigida sobre os alicerces do reino da Sardenha. As aspirações deste terceiro grupo cristalizaram-se gradualmente sob a chefia de um astuto nobre sardo, o Conde Camillo di Cavour (1810-61). Em 1850 foi ele nomeado ministro do comércio e agricultura do seu estado natal e, 1852, primeiro ministro.

A campanha pela unificação da península italiana iniciou-se com a luta para expulsar os austríacos. Em 1848 organizaram-se revoltas nos territórios que se achavam sob o domínio dos Habsburgos e um exército de libertação saiu da Sardenha para auxiliar os rebeldes. Esse movimento terminou, porém, em fracasso. Foi então que Cavour, como novo chefe da campanha, recorreu a métodos menos heróicos porém mais práticos. Em 1855, a fim de atrair as simpatias da Inglaterra e da França, entrou ao lado desses países na Guerra da Crimeia apesar de não ter nenhuma contenda com a Rússia. Em 1858 teve um encontro secreto com Napoleão III e preparou o ambiente para uma guerra italiana de libertação. Napoleão concordou em cooperar na expulsão dos austríacos da Itália em troca da cessão da Sabóia e de Nice à França. Em 1859 foi devidamente provocada uma guerra com a Áustria e durante certo tempo tudo correu bem para os aliados franco-italianos. Mas após a conquista da Lombardia Napoleão inesperadamente retirou-se, receoso de uma derrota final e temendo incompatibilizar-se com os seus compatriotas católicos por causa do auxílio prestado a um governo

francamente antielical. Abandonada assim pelo seu aliado, a Sardenha foi incapaz de expulsar os austríacos de Veneza. Não obstante, tirou considerável proveito da guerra, pois anexou a Lombardia, ao mesmo tempo que os ducados da Toscana, de Parma e de Módena, bem como a parte setentrional dos Estados Pontifícios, resolviam unir-se a ela, num ímpeto de entusiasmo nacionalista. Com o seu território original mais que dobrado a Sardenha tornou-se então, por grande diferença, o estado mais poderoso da Itália.

O segundo passo na consolidação da unidade italiana foi a conquista do reino das Duas Sicílias. Esse reino era governado por um Bourbon, Francisco II, alvo do ódio universal dos seus súditos italianos. Em maio de 1860 um aventureiro romântico e independente, chamado Giusêppe Garibaldi, dispôs-se, com o seu famoso regimento de mil "camisas-vermelhas", a salvar da opressão os seus compatriotas italianos. Após ter libertado a Sicília numa campanha de três meses, marchou sobre Nápoles, onde o povo já se achava revoltado. Em novembro, todo o reino de Francisco II havia caído nas mãos do jovial aventureiro. A princípio, parece que Garibaldi pretendeu converter o território numa república independente, mas foi finalmente persuadido a entregá-lo ao reino da Sardenha. Com a maior parte da península agora sob um único governo, Vítor Manuel II da Sardenha assumiu o título de rei da Itália (17 de março de 1861). Veneza estava ainda em poder dos austríacos, mas em 1866 estes foram forçados pelos prussianos a cedê-la à Itália como recompensa à participação do reino peninsular na Guerra das Sete Semanas. Faltava somente anexar Roma para completar a unificação da Itália. A Cidade Eterna resistira até então à conquista, graças sobretudo ao auxílio militar prestado ao papa por Napoleão III. Mas em 1870 o início da Guerra Franco-Prussiana obrigou a Esfinge das Tulherias a retirar as suas tropas. Era uma ótima oportunidade que não se podia deixar escapar. Em setembro de 1870 soldados italianos ocuparam Roma, que em julho do ano seguinte se tornou capital do reino unido.

A ocupação de Roma colocou o reino da Itália em conflito com a Santa Sé. Na verdade, todo o movimento de unificação se havia caracterizado pela hostilidade à igreja. Isso era inevitável, uma vez que o papa governava como príncipe secular os Estados Pontifícios e fulminava com a sua cólera aqueles que pretendiam despojá-lo dos seus domínios a bem de uma Itália unida. À medida que, um após outro, esses estados iam sendo

anexados, fechavam-se as portas aos mosteiros e confiscava-se grande parte dos bens da igreja. Após a ocupação de Roma em 1870 fez-se uma tentativa para resolver o problema das relações entre o estado e a Santa Sé. Em 1871 o parlamento italiano promulgou a Lei das Garantias Pontifícias, a qual se propunha definir a situação do papa como soberano reinante. Era-lhe conferida plena autoridade sobre os edifícios e jardins do Vaticano e de Latrão, bem como o direito de nomear e receber embaixadores. Além disso, era-lhe dada a franquia dos correios, telégrafos e estradas de ferro da Itália e destinava-se-lhe, a título de indenização, uma pensão anual de aproximadamente 645.000 dólares. O pontífice então reinante, Pio IX, imediatamente rejeitou essa lei sob a alegação de que os assuntos que diziam respeito ao papa só podiam ser resolvidos por um tratado internacional com a sua própria participação. Entrementes, fechou-se no Vaticano e recusou ter qualquer contato com um governo que tratara tão vergonhosamente o Vigário de Cristo na terra. Seus sucessores continuaram esse encarceramento voluntário até 1929, quando uma série de acordos firmados entre o governo fascista e Pio XI conseguiu o que parece ter sido um ajuste satisfatório da contenda.



O Rapto de Rebecca, por Eugène Delacroix. Os pintores românticos socorriam-se frequentemente da história e da lenda para arranjar assuntos ricos de interesse emocional. Esta cena é de "Ivanhoe" Ver p. 656. (Metropolitan Museum of Art.)



Mulher com ancinho, de Jean François Millet. As cenas humildes da vida camponesa são comuns na arte romântica. Ver p. 816 (Metropolitan Museum of Art.)

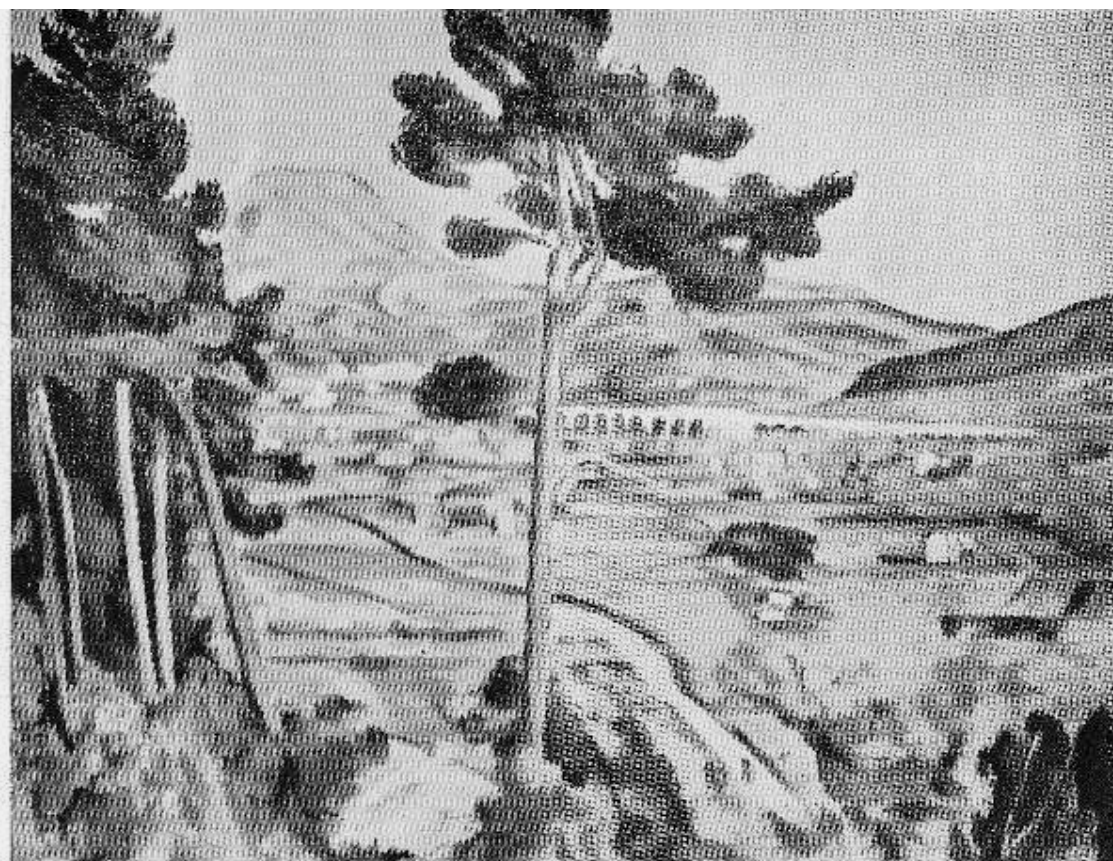
ROMANTISMO E REALISMO NO SÉCULO XIX

O Pensador, de Auguste Rodin. Exemplo de realismo na escultura, parecendo sugerir que as faculdades intelectuais do homem são inseparáveis de sua herança animal. Ver p. 821. (Metropolitan Museum of Art.)



Carro de 3.ª classe de estrada de ferro, de Honoré Daumier. Os pintores realistas do século XIX são notáveis pela simpatia com que encaram o povo humilde. Ver p. 816. (Art Reference Bureau.)





Paisagem, de Paul Cézanne, o principal inspirador da maioria das tendências da arte moderna. Sua pintura distingue-se pelas qualidades esculturais de solidez e profundidade. Ver p. 818. (Metropolitan Museum of Art.)

O NASCIMENTO DA ARTE MODERNA

Almôço dos remadores, de Auguste Renoir, famoso impressionista francês. Ver p. 818. (Philips Memorial Gallery.)



Alguns pequenos estados da Europa central e centro-ocidental chegaram a fazer mais progressos na democracia do que os seus vizinhos maiores. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, por exemplo, todos eles possuíam o sistema de governo de gabinete. Além disso, o sufrágio universal masculino fora adotado na Suíça, na Bélgica e nos países escandinavos. A Noruega e a Dinamarca deram mais um passo à frente, estendendo o direito de voto às mulheres. A Bélgica, a Suécia e a Suíça adotaram a representação proporcional e esta última república fez largo uso do referendun e da iniciativa-popular na legislação. A representação proporcional é um meio de garantir a representação não só da maioria, mas também das minorias. Dentro desse sistema, cada partido político tem no corpo legislativo um número de representantes diretamente proporcional ao número dos seus eleitores. A iniciativa popular e o referendun são instrumentos de democracia direta. Pela primeira, uma certa percentagem do eleitorado pode propor uma lei e obrigar o parlamento a pô-la na ordem do dia. O referendun consiste em submeter certas leis à aprovação ou rejeição final por parte do povo. Salvo a representação proporcional, que foi adotada para uso limitado em eleições locais na Grã-Bretanha, nenhum desses expedientes conquistou grande número de adeptos nos países maiores.

4. Democracia e nacionalismo na Europa Oriental

Falar de progresso democrático nos países da Europa Oriental antes da Primeira Guerra Mundial seria provocar a zombaria. Na Rússia, por exemplo, o governo do império czarista em 1914 não diferia muito do que fora cem anos atrás. Não obstante, a história russa depois de 1850 testemunhou algumas mudanças consideráveis para melhor. Embora muitas delas fossem de índole mais social e econômica do que política, é inegável que importavam numa melhora de vida para o povo e podem com propriedade ser examinadas aqui. O primeiro grande período de reforma foi o reinado de Alexandre II (1855-81). Devotado ao dever e genuinamente interessado pelo bem-estar dos seus súditos, Alexandre foi sem dúvida um dos melhores imperadores da Rússia. Não tinha a menor intenção de renunciar ao poder despótico, mas pelo menos estava decidido a exercê-lo de modo benévolo. Suas reformas enquadram-se em três tipos principais: econômicas, políticas e educacionais. As primeiras consistiram em libertar os camponeses da sujeição aos nobres. Um modestíssimo passo já fora dado nesse sentido por Alexandre I (1801-25) nas províncias bálticas, mas a grande maioria dos camponeses russos continuava na situação de servos.

Em 3 de março de 1861, sexto aniversário da sua ascensão ao trono, Alexandre II promulgou um decreto que relegava todo o sistema de servidão aos arquivos empoeirados da história. Os servos converteram-se em homens livres, não mais adscritos à gleba nem obrigados a trabalhar para os nobres. Durante alguns anos o governo dedicou-se a comprar porções das propriedades dos nobres para entregá-las aos camponeses. Essas terras não eram dadas a indivíduos, mas sim às comunidades das aldeias, ou mirs, para serem loteadas entre os seus membros. Os mirs deviam cobrar destes o dinheiro destinado a indenizar o governo, em prestações pagas durante um período de 49 anos. Por esse motivo, às vezes se diz que Alexandre liberou os camponeses dos nobres para fazê-los servos do estado. O rendimento crescente das terras dos camponeses (de seis alqueires de trigo, em 1861, a dez alqueires, em 1910) é, porém, um indício eloquente de que o mujique não se limitara a trocar de senhor.

De menor significado, mas de modo algum destituídas de importância, foram as reformas de Alexandre nos setores político e educacional. Em 1862 aboliu ele os poderes judiciários da antiga burocracia e criou um sistema de tribunais de justiça nos moldes ocidentais, com juízes de carreira e julgamento por júri. Em 1864 concedeu a cada província o direito de eleger um zemstvo ou assembléia provincial, a qual se comporia dos principais proprietários e de delegados escolhidos por cidadãos e camponeses. Os zemstvos teriam autoridade para legislar em assuntos tais como estradas, educação, saúde pública e assistência à pobreza. Admiráveis em teoria como instrumentos da participação do povo na gestão dos negócios locais, essas assembléias eram, amiúde, lamentavelmente prejudicadas pela inexperiência política dos seus membros e por conflitos de interesse entre os camponeses e os grandes proprietários. As reformas educacionais de Alexandre consistiram em subsídios do governo para a instalação de escolas elementares e institutos técnicos, no afrouxamento da censura e na introdução de estudos científicos no programa das universidades. Na maioria desses setores planejou ele muito mais do que foi capaz de realizar.

Depois de 1865, Alexandre II sucumbiu à reação e tratou de anular grande parte da sua obra anterior de soberano benévolo. Submeteu os atos dos zemstvos ao veto do governo imperial. Re-fortaleceu a polícia secreta e restaurou os velhos métodos de punição arbitrária dos acusados de crimes políticos. Pôs novamente em vigor a censura e ordenou que as universidades

eliminasse as ciências dos seus programas, concentrando a atenção dos estudantes em assuntos que provocassem menos inquirição e dúvida. Como se pode explicar tal inversão de atitude da parte do grande "Czar Libertador"? Em parte, ela exprimia a desilusão ante a indiferença de uma boa porção do povo a quem as suas reformas pretendiam ajudar. Afogados em hábitos de fatalismo oriental, os camponeses não pareciam mostrar muita gratidão nem mesmo pela sua liberdade. Por outro lado, os intelectuais radicais e os líderes das massas citadinas zombavam dos esforços esclarecidos do czar como meros paliativos. Mas havia razões mais fortes e determinar essa reviravolta de sentimentos de Alexandre, tais como uma série de atentados contra a sua vida e a revolta dos poloneses em 1863. Os elementos conservadores da corte valiam-se de todas as oportunidades para lhe fazer ver que essas manifestações eram um resultado direto da sua política liberal. Pouco a pouco, lograram convencê-lo de que qualquer nova concessão aos elementos rebeldes poria em perigo todo o sistema governamental. Seria difícil imaginar conselho mais estúpido. Ao invés de impor silêncio aos descontentes pelo medo, a revivescência dos antigos métodos de repressão serviu apenas para incitar uma atividade revolucionária em escala mais vasta do que antes. Com o passar dos anos, o próprio Alexandre se certificou disso e resolveu voltar mais uma vez à senda da reforma. Era tarde, porém. No mesmo dia do ano de 1881 em que assinou um decreto autorizando comissões a preparar novos planos liberais, foi morto pela bomba de um terrorista.

Os anos que se seguiram à morte de Alexandre II assinalaram a maré enchente da reação contra toda a política de reformas. O novo czar, Alexandre III (1881-94), governou baseado na teoria de que a Rússia nada tinha de comum com a Europa Ocidental, pois o povo russo fora educado durante séculos no despotismo e na piedade mística e sem eles estaria completamente perdido. Ideais ocidentais como o racionalismo e o individualismo solapariam a fé pueril das massas e mergulhariam a nação num negro abismo de anarquia e crime. Do mesmo modo, as instituições ocidentais do julgamento pelo júri, do governo parlamentar e da educação livre só poderiam dar frutos abomináveis se fossem implantadas em solo russo. Guiando-se por tais princípios, Alexandre III instaurou um regime de repressão cruel e vingativa. Cerceou de todos os modos possíveis os poderes dos zemstvos, aumentou a autoridade da polícia secreta e até entregou o governo dos mirs a nobres ricos escolhidos pelo estado. Tal orientação foi

continuada, embora de forma relativamente menos rigorosa, por seu filho Nicolau II, que era um homem muito mais fraco do que Alexandre. Ambos esses czares eram adeptos fervorosos da russificação e fizeram uso ilimitado dela para fortalecer o seu poder. A russificação não era senão o equivalente, sob uma forma ainda mais implacável, dos movimentos nacionalistas similares de vários países. Seu objetivo era disseminar entre todos os súditos do czar a língua, a religião e a cultura da Grã-Rússia, ou Rússia propriamente dita, simplificando assim a tarefa de governá-los. Visava acima de tudo os poloneses, finlandeses e judeus, por serem essas nacionalidades consideradas como as mais perigosas. Resultou, inevitavelmente, em certos atos de cruel opressão. Tirou-se aos finlandeses a sua constituição; os poloneses foram obrigados a estudar a sua própria literatura em traduções russas; altos funcionários do governo czarista foram coniventes em pogroms contra os judeus. No pior desse? massacres — o de Kishinev, em 1903 — centenas de judeus foram exterminados por cristãos fanáticos que uma sórdida propaganda havia arrastado ao delírio.

As barbaridades da russificação muito contribuíram para o de flagrar do movimento revolucionário de 1905. Mas houve ainda outras causas subjacentes. A revolução industrial, que estava em marcha desde cerca de 1890, determinou o congestionamento das cidades, o desenvolvimento de uma classe operária militante e uma sucessão de agudas crises econômicas. Uma segunda causa, intimamente relacionada com essa, foi a multiplicação dos partidos radicais. O mais antigo desses partidos, se assim se pode chamá-lo, era formado pelos niilistas. Eram, quase todos eles, intelectuais tão desgostados com a civilização russa que acreditavam ser necessário arrasar completamente a estrutura política e social. Glorificando a razão e a ciência, declaravam não acreditar em nada que assentasse na fé. Daí se originava o seu nome (do latim nihil, nada). Enquanto os niilistas eram por via de regra individualistas, os seus sucessores foram principalmente coletivistas. Os grupos mais importantes que seguiam esta orientação eram os anarquistas, adeptos de Bakunin e, mais tarde, de Kropotkin e Tolstoi — os social-revolucionários e os social-democratas. Os dois últimos partidos diferiam entre si sob vários aspectos. Os social-revolucionários eram um partido essencialmente camponês, se bem que a maioria dos seus líderes procedessem das classes intelectuais. Adotando como lema: "Toda a terra para todo o povo", reclamavam a divisão das grandes propriedades para serem distribuídas entre os mirs.

Muitos pregavam também o terrorismo como meio de forçar as classes superiores a atender às suas pretensões. Contrastando com eles, os social-democratas eram um grupo marxista que defendia os interesses do proletariado e instavam pela ação unida das massas em lugar do terrorismo individual. Em 1903 esse partido cindiu-se em duas facções, seguindo uma linha de clivagem muito semelhante à que dividia os marxistas em outros países. A maioria, composta de marxistas ortodoxos, organizou-se sob o nome de bolcheviques, enquanto a minoria de socialistas evolutivos passava a ser conhecida como os mencheviques.

A causa imediata do movimento revolucionário foi o calamitoso resultado da guerra russo-japonesa. À medida que chegavam as notícias das sucessivas derrotas dos exércitos do czar na frente de batalha da Mancharia, o povo russo começava a compreender, como nunca o fizera antes, que o sistema de tirania irresponsável sob o qual vivia era visceralmente corrompido e incompetente. Membros da classe média que até então haviam recusado associar-se com os revolucionários juntaram-se então a eles nos clamores por uma mudança. Operários radicais organizaram greves e fizeram demonstrações em todas as cidades importantes. Pelo outono de 1905, quase toda a população urbana se havia alistado numa greve de protesto. Negociantes fechavam as lojas, industrialistas suspendiam o trabalho nas fábricas, advogados recusavam-se a defender causas nos tribunais e até lacaios e cozinheiros desertavam os seus ricos patrões. Não tardou a tornar-se evidente, até para o obtuso czar, que o governo teria de ceder. Em 30 de outubro publicou ele o seu famoso Manifesto de Outubro, em que dava garantias de liberdades individuais, prometia eleições moderadamente liberais para uma Duma, ou legislatura nacional, e afirmava que daí em diante nenhuma lei seria válida sem a aprovação dela. Esse manifesto marcou o ponto culminante do movimento revolucionário. Durante os dois anos seguintes Nicolau assinou uma série de decretos que o convertiam virtualmente em letra morta. Em 1906 privou a Duma do controle sobre os negócios exteriores, o exército, a marinha e as questões constitucionais, e aboliu o seu poder de punir os ministros negando aprovação ao orçamento. Em 1907, decretou que a Duma fosse eleita indiretamente, dentro de princípios classistas, por alguns colégios eleitorais. Os proprietários rurais mais ricos escolheriam 60% dos eleitores, os camponeses 22%, os negociantes 15% e os operários 3%. Daí por diante o corpo legislativo

ficou bloqueado pelos adeptos obedientes do czar.

Não é difícil descobrir as razões desse recuo do movimento revolucionário. Em primeiro lugar, o exército permaneceu leal ao seu comandante supremo. Conseqüentemente, após o término da guerra com o Japão, em 1905, o czar dispôs de enorme quantidade de tropas que podiam ser utilizadas, se necessário, para dizimar os revolucionários. Em segundo lugar, Nicolau pôde fortalecer as defesas do seu regime decadente com dinheiro emprestado pela França. O auxílio francês não se baseava numa simpatia pelo governo autocrático, mas na existência de uma aliança militar entre os dois países. Uma razão ainda mais importante do declínio do movimento foi a cisão ocorrida nas próprias fileiras dos revolucionários. Após a publicação do Manifesto de Outubro, grande número de burgueses começaram a assustar-se com as ameaças dos radicais e declararam-se convencidos de que a revolução não devia ir mais longe. Retiraram completamente o seu apoio e passaram desde então a ser conhecidos como os "outubristas". Os negociantes e profissionais mais liberais, sob o nome de democratas constitucionalistas ou "cadetes", sustentavam que a oposição devia continuar até que o czar fosse obrigado a estabelecer um governo modelado pelo da Inglaterra. Essa divisão fatal tornou a classe média politicamente impotente. Por fim, surgiu a discórdia no seio do proletariado. Muitos operários perderam a coragem e abandonaram os seus líderes radicais. Tentativas posteriores de empregar a greve geral como arma contra o governo redundaram em lamentável fracasso.

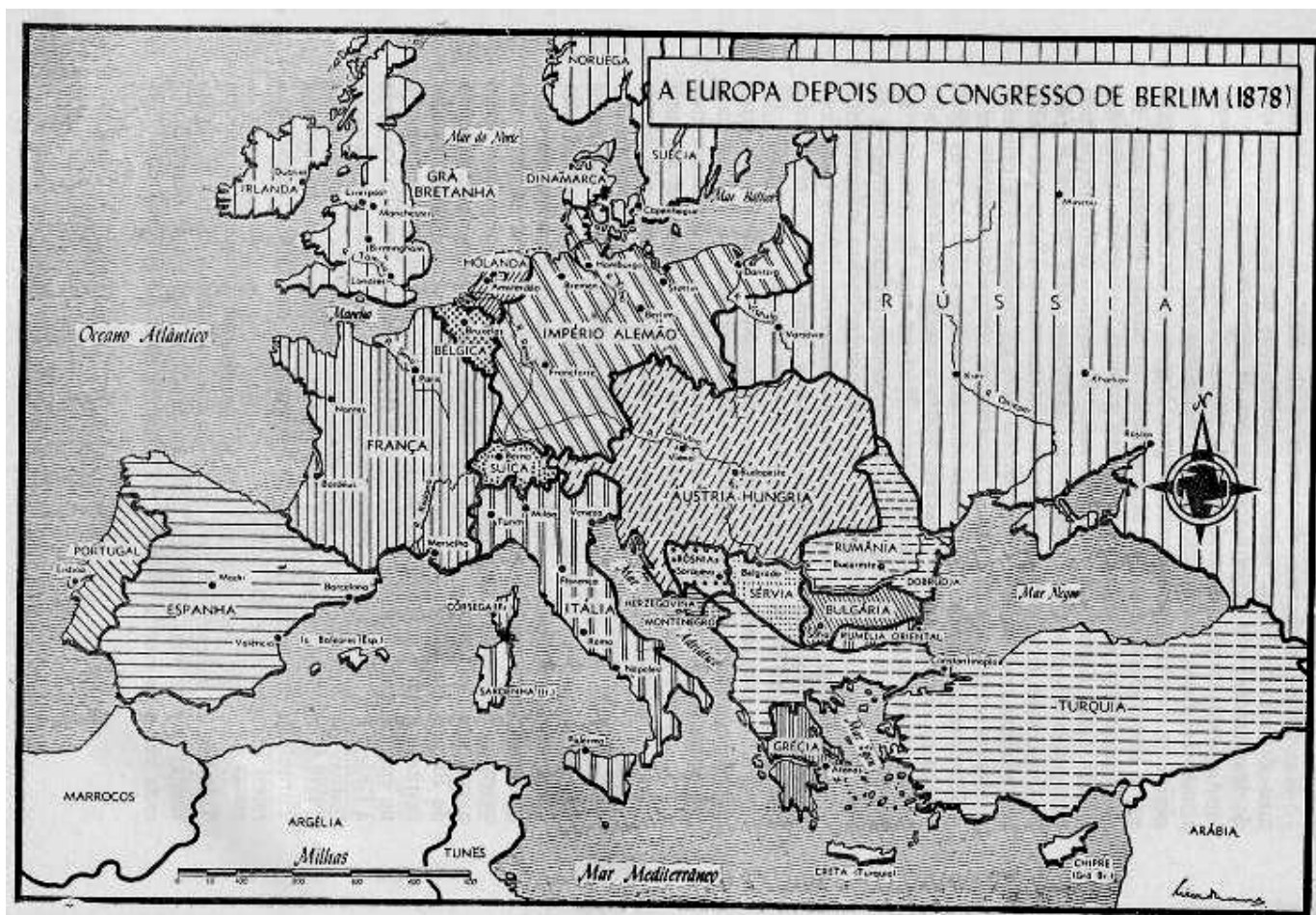
O movimento revolucionário de 1905 não foi, no entanto, um fracasso total. A cruel vingança posta em prática pelos sabujos do czar convenceu muita gente de que o governo deste não era a autocracia benévola que se supunha, mas uma tirania obstinada e brutal. A insurreição patenteou as massas os seus principais erros e mostrou-lhes quais as forças em que deveriam confiar para obter sucesso no futuro. Algumas das concessões obtidas não desapareceram de todo. A Duma, por exemplo, não foi abolida. Continuou a servir como um meio pelo qual ao menos um remanescente disperso dos opositores da reação se podia fazer ouvir. É significativo que a revolução de 1917 tivesse começado na própria Duma. Mas havia mais ainda. O movimento de 1905 convenceu alguns dos mais sagazes conselheiros do czar de que não era muito seguro adotar uma política de conservantismo intransigente. Daí a concessão de certo número de reformas

que visavam apaziguar as classes rebeldes. Entre as mais significativas estão as reformas agrárias adotadas pelo primeiro-ministro Stolypin entre 1906 e 1911. Incluíam elas: 1) a transferência de dois milhões de hectares de terras da coroa para os camponeses; 2) a permissão, dada ao camponês, de retirar-se do mir e estabelecer-se como lavrador independente; e 3) o cancelamento das prestações relativas à compra de terras pelos camponeses e ainda não pagas por estes. O proletariado também não ficou completamente esquecido. Promulgaram-se decretos permitindo a formação de sindicatos, reduzindo a jornada de trabalho (na maioria dos casos a um máximo de dez horas) e criando os seguros contra doenças e acidentes. Em 1914, parecia que a Rússia estava a caminho de transformar-se numa nação capitalista estável e próspera.

Nas terras balcânicas, durante o século XIX, os acontecimentos mais dramáticos foram antes exemplificativos de nacionalismo que de democracia. As raras manifestações da segunda constituíram simples decorrências de expressões do primeiro. Antes de 1829, toda a península balcânica — banhada pelos mares Egeu, Negro e Adriático — estava sob o domínio dos turcos. Mas durante os oitenta e cinco anos seguintes ocorreu um desmembramento gradual do império turco dos Balcãs. Em alguns casos a subtração de territórios foi perpetrada por potências europeias rivais, em particular pela Rússia e pela Áustria; mas em geral resultou de revoltas nacionalistas por parte dos súditos cristãos do sultão. Em 1829, ao concluir-se a primeira guerra russo-turca, o Império Otomano foi obrigado a reconhecer a independência da Grécia e a conceder autonomia à Sérvia e às províncias da Valáquia e da Moldávia, sob a proteção da Rússia. Como consequência da Guerra da Criméia a Rússia teve de renunciar ao domínio sobre a Moldávia e a Valáquia, donde resultou unirem-se as duas províncias em 1862 numa Rumânia virtualmente independente. Com o decorrer dos anos espalhou-se em outros territórios balcânicos o ressentimento contra o governo otomano. Em 1875-76 ocorreram insurreições na Bósnia, na Herzegovina e na Bulgária, as quais foram reprimidas com sanguinária violência pelo sultão. Relatos de atrocidades contra os cristãos ortodoxos deram pretexto à Rússia para renovar a sua luta secular pela dominação dos Balcãs. Nessa segunda guerra russo-turca (1877-78) os exércitos do czar conseguiram uma vitória esmagadora. Pelo Tratado de San Stefano, que pôs termo ao conflito, ficou estabelecido que o sultão entregaria quase todo o seu território europeu, com exceção de um remanescente em redor de

Constantinopla. Nessa conjuntura, porém, as grandes potências intervieram. A Áustria e a Inglaterra, sobretudo, opunham-se vigorosamente a que a Rússia assumisse jurisdição sobre uma parte tão extensa do Oriente Próximo. Consequentemente, o czar foi obrigado a submeter o Tratado de San Stefano a uma revisão no Congresso de Berlim, em 1878. O Tratado de Berlim, que foi então firmado, restituiu grande parte do território conquistado à Turquia, permitindo no entanto que a Rússia conservasse a Bessarábia; a Tessália foi dada à Grécia e a Bósnia e a Herzegovina colocadas sob o controle administrativo da Áustria. Sete anos mais tarde os búlgaros, a quem o Tratado de Berlim concedera certo grau de autonomia, tomaram à Turquia a província da Rumélia Oriental e, em 1908, fundaram o reino independente da Bulgária.

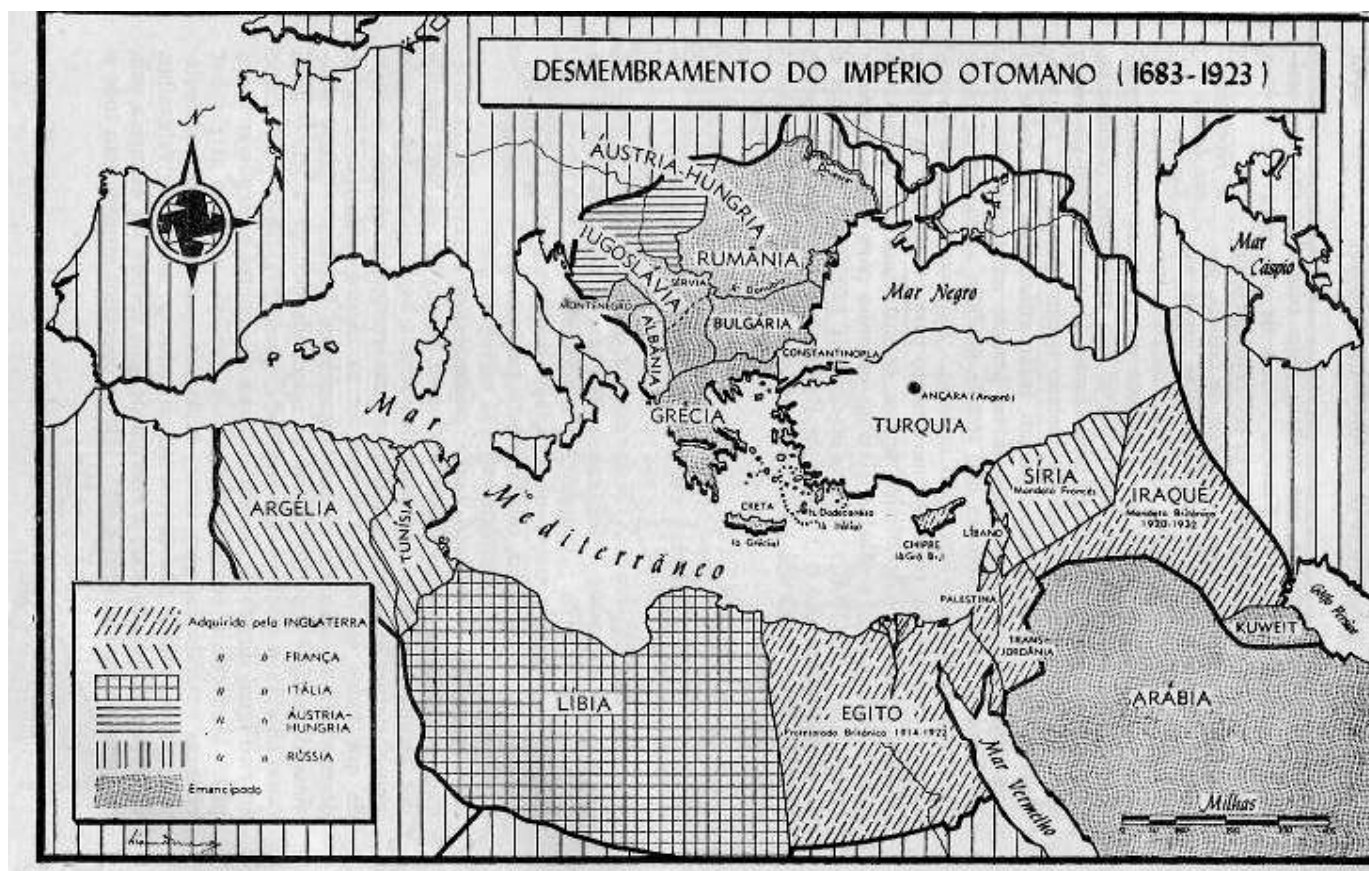
No ano em que ocorreu este último desmembramento a própria Turquia foi submergida pela maré no nacionalismo. Havia já algum tempo que os seus cidadãos mais esclarecidos vinham-se desgostando cada vez mais com a fraqueza e a incompetência do governo do sultão. Sobretudo entre aqueles que tinham sido educados nas universidades da Inglaterra e da França, crescia de ano para ano a convicção de que o seu país precisava ser rejuvenescido pela introdução das idéias ocidentais de ciência, patriotismo e democracia. Organizando-se numa sociedade conhecida como os "Jovens Turcos", forçaram em 1908 o sultão a estabelecer um governo constitucional. No ano seguinte, como se concretizasse um movimento reacionário, depuseram o sultão reinante, Abdul Hamid II, e colocaram no trono, como soberano titular, o seu desmiolado irmão Maomé V. Os verdadeiros poderes do governo foram então enfeixados nas mãos do grão-vizir e de ministros responsáveis perante um parlamento eleito. Infelizmente, essa revolução não trouxe nenhum acréscimo de liberdade aos súditos não-turcos do império. Pelo contrário, os Jovens Turcos lançaram um poderoso movimento para otomanizar os súditos cristãos do sultão. Ao mesmo tempo, os distúrbios que precederam e acompanharam a revolução abriram caminho para novos desmembramentos. Em 1908 a Áustria anexou as províncias da Bósnia e da Herzegovina, que o Tratado de Berlim lhe permitia unicamente administrar, e em 1911-12 a Itália fez guerra a Turquia pela conquista de Trípoli.



5. MOVIMENTOS EM PROL DA REFORMA SOCIAL

Pelos fins do século XIX começou a ganhar terreno a idéia de que não era suficiente a democracia política. A responsabilidade dos gabinetes perante os parlamentos e a concessão do direito de votar a todos os cidadãos pareceram assuntos de importância relativamente pequena enquanto os operários permanecessem à mercê de um sistema industrial baseado numa concorrência implacável. Conseqüentemente, em alguns países iniciou-se a agitação em prol daquilo que algumas vezes se denomina democracia econômica. De acordo com a definição comum, a democracia econômica encarna a idéia de que todos os homens devem ter as mesmas oportunidades de desenvolver ao máximo as suas capacidades latentes. Não é sinônima do antigo conceito liberal de igualdade perante a lei, o qual, como observava ironicamente Anatole France, garantia ao pobre como ao rico igual direito de dormir debaixo das pontes e mendigar o seu pão. Democracia econômica significa que não é lícito arrebanhar crianças nas fábricas para serem exploradas por empregadores egoístas, que os velhos

não devem ser atirados ao monte de rebotalhos imprestáveis quando toda a energia de seus corpos foi exaurida pela máquina desumana, nem é justo que os operários arquem com todo o peso dos acidentes da indústria, do desemprego e da doença. Em suma, ela envolve uma modificação bastante drástica do ideal do *laissez-faire*, que parecia tão inexpugnável na segunda metade do século XIX.



Cumpramos não esquecer, por outro lado, que o declínio do *laissez-faire* não foi resultado exclusivo do movimento em prol da democracia econômica. A forma original frequentemente assumida pela modificação no continente europeu foi o protecionismo, introduzido pela burguesia em ascensão no intuito de afastar a concorrência da Inglaterra. Era o protecionismo por vezes acompanhado de subsídios diretos, de que encontramos exemplo na liberalidade dos governos italiano e francês para com a indústria da seda e vários ramos da agricultura. Em nações como a Alemanha, a Itália e a Rússia, as estradas de ferro, as linhas telegráficas e telefônicas ou foram instaladas pelo estado ou nacionalizadas mais tarde, tendo em vista principalmente a eficiência militar. Na França, as indústrias manufadoras de tabaco e de fósforos foram encampadas pelo estado como fontes de renda pública e

eram administradas como monopólios do governo. Mesmo uma boa parte da legislação social promulgada nos países continentais se inspirava em razões de nacionalismo, militarismo e paternalismo. Os governos desejavam conquistar a lealdade de todas as classes do povo e assegurar, em tempo de guerra, farto suprimento de carne para canhão.

A primeira das grandes potências a pôr em vigor um programa completo de legislação social foi a Alemanha, sob a orientação do seu astuto mas despótico chanceler, o Príncipe de Bismarck (1815-98). Não são difíceis de penetrar as razões que levaram a Alemanha a tomar a dianteira neste assunto. Ao contrário da Inglaterra e da França, nunca fora afetada de maneira profunda pelo liberalismo do século XVIII, não tendo por isso fortes tradições individualistas ou de laissez-faire. Enquanto os seus filósofos políticos pregavam insistentemente, a sujeição do indivíduo ao estado, os seus economistas inculcavam doutrinas de auto-suficiência nacional e de paternalismo. O próprio Bismarck afirmava que era dever do estado regular todas as funções sociais de acordo com o interesse nacional e zelar pelos cidadãos mais fracos "para que não fossem atropelados ou espezinhados na estrada da vida". Tinha, porém, outras razões ainda para se empenhar no que parecia ser uma defesa dos direitos dos operários. Estava ansioso por solapar a crescente voga do socialismo roubando-lhe uma parte da sua força. Num discurso pronunciado no Reichstag, confessou francamente o seu intento de segurar os operários contra a doença e a velhice, de modo que "esses senhores (os social-democratas) entoariam em vão o seu canto de sereia". Além de tais objetivos, tinha também em mente finalidades militares. Desejava fazer do proletário alemão um soldado leal e, até certo ponto, salvaguardar-lhe a saúde dos efeitos debilitantes do trabalho fabril. O programa de legislação social de Bismarck foi iniciado em 1883-84 com a adoção de leis que seguravam os operários contra a doença e os acidentes. Tais leis foram logo seguidas de outras que estabeleciam uma rígida inspeção fabril, limitavam o emprego de mulheres e crianças, fixavam um máximo de horas de trabalho, instalavam agências públicas de emprego e seguravam os operários contra a incapacidade decorrente da velhice. Em 1890, quando Bismarck foi forçado a abandonar a vida pública, a Alemanha tinha adotado, com exceção do seguro contra o desemprego, quase todos os elementos constituintes do padrão de legislação social que a partir dessa época se tornou familiar à maioria das nações ocidentais.

Outros países do continente europeu não tardaram a seguir o

exemplo da Alemanha. Em 1885 a Áustria estabeleceu uma jornada máxima de onze horas nas fábricas e dez horas nas minas, e em 1887-88 instituiu o seguro dos operários industriais contra a doença e os acidentes. A França e a Itália só mais tarde se juntaram a esse movimento, mas o programa que então adotaram foi de alcance mais amplo. Uma lei francesa de 1892 não só regulamentava o emprego de mulheres e crianças mas também prescrevia uma jornada máxima de dez horas para todos os trabalhadores; em 1905 esse limite foi reduzido para nove horas. Outros decretos do parlamento francês asseguravam o serviço médico gratuito para todos os trabalhadores e suas famílias, ofereciam proteção às atividades dos sindicatos e obrigavam os empregadores a indenizar os operários por danos físicos. A pedra de coroamento desse sistema de legislação foi acrescentada em 1910 com a aprovação de uma lei que instituía pensões de velhice não só para os operários industriais, de acordo com a prática usual, mas também para os empregados domésticos e trabalhadores agrícolas. A série de leis promulgadas na Itália equivalia mais ou menos a essa, salvo quanto a ausência de serviço médico gratuito. As leis italianas foram completadas, no entanto, por uma outra datada de 1912, a qual nacionalizava os seguros de vida e continha disposições incentivadoras das cooperativas de consumo.

Devido às suas fortes tradições individualistas, a Inglaterra atrasou-se de vários anos em relação às outras grandes potências da Europa Ocidental. Houvera, é certo, algum progresso anterior, exemplificado por leis que proibiam o emprego de mulheres e crianças no trabalho subterrâneo das minas; mas o governo inglês não adotou medidas amplas de reforma social senão depois de 1905, quando o partido liberal rejuvenescido subiu ao poder. Sob a liderança de Gladstone, a velha geração de liberais, que representava principalmente as classes comerciais, estivera comprometida com os princípios do laissez-faire. Suas energias tinham sido absorvidas em larga dose por problemas de reforma política e pela questão do *home ride* (autonomia) para a Irlanda. Mas em 1898, com a morte de Gladstone, a direção do partido passou para mãos mais moças. Alguns dos novos líderes — Herbert Asquith, David Lloyd George, John Morley e Winston Churchill — eram idealistas entusiásticos, resolvidos a mover uma "guerra sem quartel" à miséria. Subindo ao poder em 1905, esses ardentes reformadores decidiram alijar as idéias fora de moda adotadas pelo seu partido e transformar a Inglaterra num paraíso de equidade econômica para todos. Durante os anos que se

seguiram, até o início da Primeira Guerra Mundial, conseguiram fazer aprovar o mais notável programa de legislação reformista desde a Revolução Gloriosa. Em primeiro lugar vieram a Lei de Indenização dos Trabalhadores, de 1906, e a Lei de Aposentadorias, em 1908. A seguir, a Lei das Câmaras Gremiais, de 1909, que autorizava comissões especiais a fixar os salários mínimos dos operários dos sweatshops (oficinas em que se impunha um excesso de trabalho com pequeno ordenado) ; três anos depois, o princípio dos salários mínimos foi estendido à indústria mineradora do carvão. Em 1911 o gabinete liberal fez passar no Parlamento a grande Lei Nacional de Seguros, que introduzia um sistema de seguros contra doença para todos os assalariados e estabelecia o seguro contra o desemprego para os operários de obras e construções. As disposições dessa lei contra o desemprego atingiam mais de dois milhões de trabalhadores especialmente sujeitos às consequências dos períodos de crise.

A essa lista de reformas sociais mais correntes do governo liberal devem ser adicionadas outras quase sem precedentes. Em 1901 a Câmara dos Pares dera a sua famosa decisão no caso da Estrada de Ferro de Taff Vale, afirmando que os sindicatos operários podiam ser responsabilizados pelos danos causados à propriedade no decurso das greves. Em parte para aplacar os chefes trabalhistas, o governo liberal fêz aprovar a sua Lei de Litígios do Trabalho de 1906, colocando os fundos dos sindicatos ao abrigo das ações judiciais por perdas e danos. Em 1909 o parlamento liberal promulgou uma lei permitindo a desapropriação das zonas de cortiços e autorizando as autoridades locais a tomar as medidas necessárias para oferecer moradias condignas aos pobres. Essa lei estabeleceu o precedente para a construção de habitações coletivas em enorme escala nos anos seguintes, especialmente no período posterior a 1918. Entre as mais significativas reformas sociais do regime liberal contam-se certas medidas incluídas no orçamento de Lloyd George para 1909. Nesse notável programa fiscal, David Lloyd George não só se propunha aumentar as taxas do imposto comum sobre a renda mas também cobrar uma sobretaxa sobre a renda dos ricos. Recomendava ainda que o governo confiscasse 20% do produto da valorização indébita da terra e lançasse um pesado imposto sobre todas as terras não aproveitadas cujo valor fosse estimado em mais de 50 libras esterlinas por acre (0,4 hectare). Tais medidas tinham um duplo propósito: aumentar a receita para poder destinar maiores verbas às aposentadorias e diminuir as grandes fortunas. Esperava-se que o imposto

sobre a valorização e sobre as terras não aproveitadas contribuísse para quebrar o monopólio latifundiário dos nobres mais ricos — de magnatas como o Duque de Westminster, que possuía 600 acres em Londres, e do Marquês de Bute, proprietário de metade da área de Cardiff, com cerca de 20.000 casas construídas. Repelido pela Câmara dos Pares, o orçamento de Lloyd George transformou-se afinal em lei depois que os liberais foram confirmados no poder pelas eleições de 1910.

6. O NOVO IMPERIALISMO

Não muito tempo após o começo do século XIX, o tipo de imperialismo alimentado pela Revolução Comercial entrou em vias de extinção. Poucos homens públicos havia ainda que se propusessem defendê-lo; alguns até o condenavam categoricamente, sustentando que as colônias não valiam o que custava adquiri-las e mantê-las. As causas dessa mudança de atitude podem ser encontradas em fatores tais como a decadência do mercantilismo e o interesse absorvente pelo desenvolvimento interno que acompanhou as primeiras fases da Revolução Industrial. À decadência desse primeiro imperialismo seguiu-se uma pronunciada acalmia na luta pela conquista de possessões externas até por volta de 1870, quando essa atividade se renovou com maior vigor e em escala mais ampla. Além das diferenças quantitativas, o novo imperialismo apresentava outros notáveis contrastes com o antigo. Enquanto a luta pelo império durante a Revolução Comercial se limitava mormente ao Hemisfério Ocidental e às ilhas tropicais, os teatros principais do imperialismo, a partir de 1870, foram a África e a Ásia. O imperialismo da época mercantilista orientava-se principalmente no sentido de engrandecer o poder e a riqueza do estado — acumular ouro nos cofres públicos, para que o governo pudesse manter exércitos e equipar armadas; o novo imperialismo agia em benefício dos cidadãos ricos da metrópole, proporcionando saída às suas mercadorias e oportunidades de emprego para o seu capital excedente. As matérias-primas mais ardentemente desejadas pelos imperialistas dos primeiros tempos eram o ouro, a prata, os produtos tropicais e os abastecimentos navais; os novos imperialistas interessavam-se pouco por tais coisas, mas buscavam avidamente territórios ricos em ferro, cobre, petróleo, manganês e trigo. Como última diferença podemos assinalar o fato de que o antigo

imperialismo em geral desencorajava a emigração em larga escala para as colônias, ao passo que um dos objetivos principais do novo é a aquisição de colônias para abrigar o excesso de população das metrópoles.

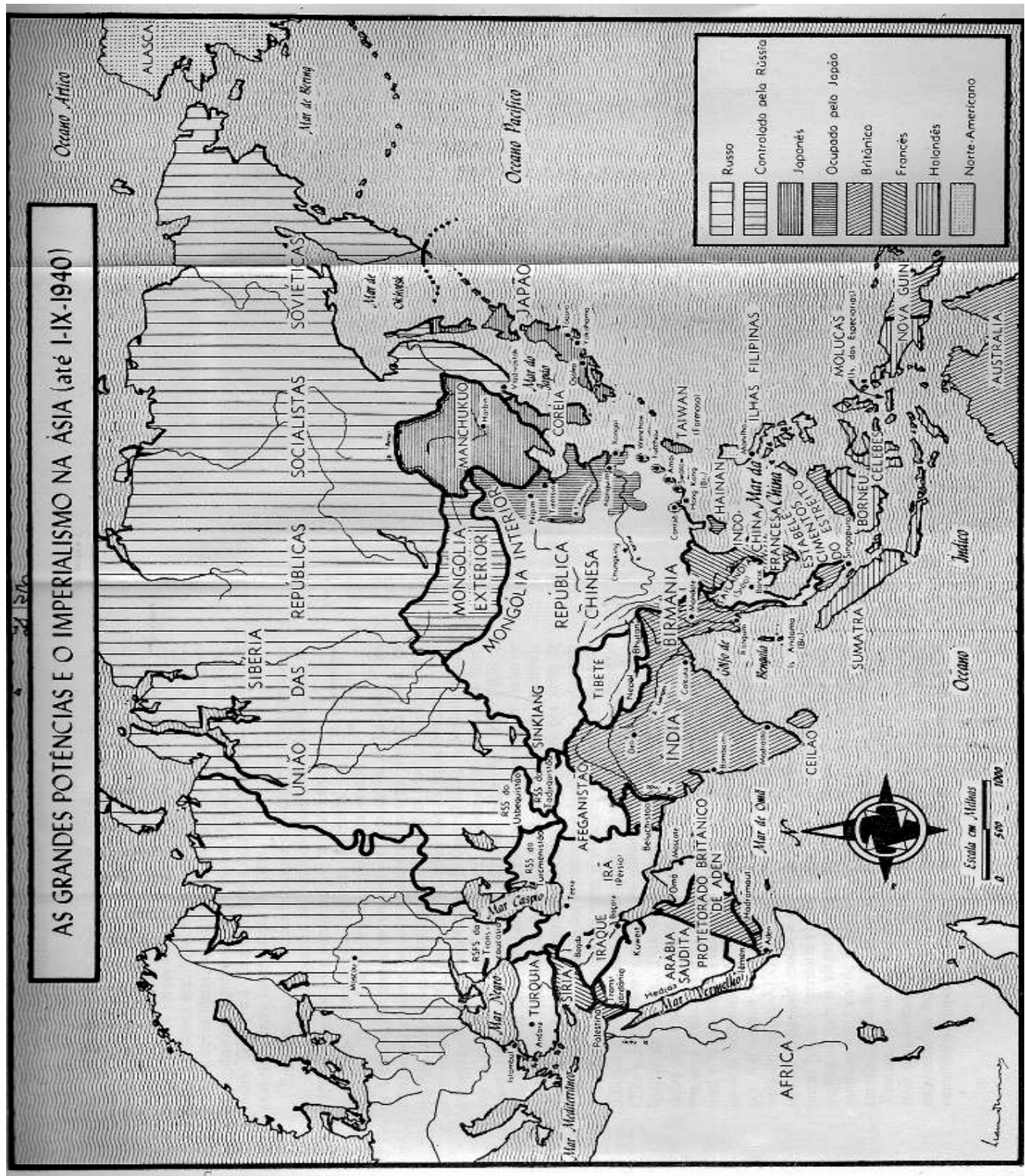
Os maiores fatores do revivescimento do imperialismo após 1870 podem, indubitavelmente, ser encontrados na Segunda Revolução Industrial. A industrialização, ao alastrar-se por muitos outros países além da Inglaterra, determinou extensa competição por mercados e por novas fontes de matérias-primas. Apesar do problema de encontrar saída para o excesso de produtos manufaturados, o governo da maioria dos países acabou cedendo à pressão dos capitalistas que reclamavam tarifas protetoras. Resultou daí uma produção ainda mais elevada e a consequente procura de novas colônias como mercados de escoamento para os produtos que a metrópole não podia consumir. Em tais condições tornou-se virtualmente impossível a prossecução do regime de livre-câmbio internacional, que parecia tão promissor para a paz e a prosperidade do mundo. Como já observamos, alguns países do continente europeu haviam adotado tarifas protetoras durante a década de 1880. Também os Estados Unidos fechavam as suas portas cada vez mais hermeticamente à entrada de produtos estrangeiros. Nada, talvez, contribuiu tanto para estimular o imperialismo das potências européias do que o receio de perderem em breve os seus mercados costumeiros dos países vizinhos e da América. Mas nem todos os motivos do novo imperialismo foram econômicos. Cerca de 1870 ou logo depois, a população de algumas nações industrializadas começou a crescer em demasia; daí desejarem os governos a posse de novos territórios em que pudesse ser instalado o excesso de habitantes, não deixando todavia de ser cidadãos e possíveis soldados da pátria. Por fim, o novo imperialismo foi em grande parte um produto do nacionalismo e do desenvolvimento de um amplo programa de atividades apostólicas por parte das igrejas da Europa e da América.

Se alguém merece o título de pai do novo imperialismo, esse homem é provavelmente Leopoldo II, rei da Bélgica. Em 1876 Leopoldo tomou posse do rico território do rio Congo, na África (aproximadamente dez vezes maior do que a Bélgica) e conservou-o praticamente sob o seu domínio pessoal até 1908, quando o vendeu por gorda quantia ao governo belga. Pouco depois de Leopoldo II ter dado o exemplo, a Inglaterra e a França começaram a mostrar um interesse mais

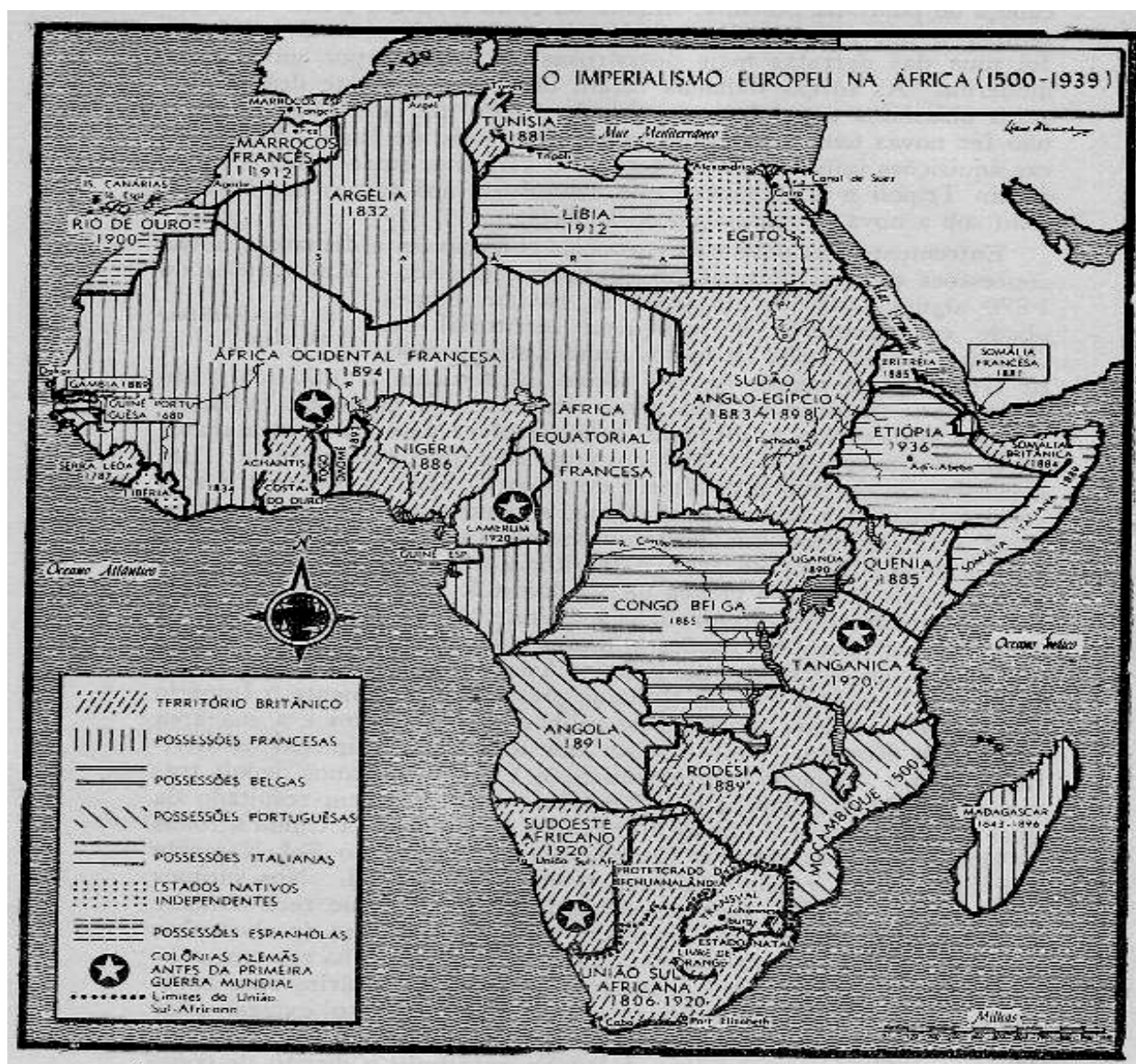
profundo que nunca pelo desmembramento da África. A primeira estabeleceu um protetorado no Egito por volta de 1882 e subsequentemente apossou-se do Sudão Egípcio, da Rodésia, de Uganda e da África Oriental Inglesa a título de colônias. Em 1902, ao cabo de três anos de guerra, os ingleses lograram conquistar as repúblicas dos boeres (Estado Livre de Orange e Transval), que em 1909 foram anexadas à Colônia do Cabo e a Xatal para formar o domínio da África do Sul, com governo próprio. Os planos da França relativos ao território africano já vinham de 1830, quando esse país estabeleceu o controle sobre alguns portos argelinos. Em 1857 os franceses tinham conseguido conquistar e anexar o resto da Argélia. Mas os seus esforços para fundar um império no Continente Negro não tomaram realmente vulto senão em 1881. Nesse ano ocuparam a Tunísia e a partir de então instalaram-se progressivamente no Saara, no Congo Francês, na Guiné Francesa, no Senegal e no Daomé. Em 1905 quase todos os melhores territórios da África achavam-se monopolizados pelos belgas, ingleses e franceses.

A entrada da Alemanha e da Itália na competição pelas colônias africanas foi retardada pela complexidade dos seus problemas internos. Ambas essas nações tinham recentemente completado longas campanhas de unificação e ainda estavam envolvidas em sérias disputas com o papado. Além disso, os governantes de uma e de outra não se interessavam muito por possessões distantes. Bismarck, por exemplo, ambicionava consolidar o seu império doméstico e manter a posição de liderança que a Alemanha conquistara nos negócios da Europa continental. Declarou, certa vez, que a amizade da Inglaterra valia mais para ele do que "vinte colônias pantanosas da África". No entanto, o próprio Bismarck acabou sendo convencido pelos comerciantes, industriais e magnatas da navegação a entrar na corrida pelo império africano. Em 1884 proclamou o protetorado alemão sobre o Sudoeste Africano, feito o que apossou-se, em rápida sucessão, da África Oriental Alemã, do Camerum e da Togolândia. Cerca de 1888 os italianos chegaram à conclusão de que eles também precisavam ter uma parte do que ainda restava da África. Estabeleceram uma cabeça de ponte na Somália, situada na costa oriental, e dali tentaram reduzir a um protetorado a Abissínia, país limítrofe. O resultado foi uma das derrotas mais desastrosas já sofridas por uma nação moderna. As forças italianas foram tão completamente destroçadas pelos abissínios em Ádua, no ano de 1896, que até 1935 a Itália não fez novas

tentativas para conquistar o Leão de Judá. Suas únicas aquisições importantes em território africano, entre 1896 e 1914, foram Trípoli e a Cirenaica, que conquistou aos turcos em 1912 e uniu sob a nova denominação de Líbia.



Entrementes, as potências européias começavam a demarcar novas concessões para si mesmas no continente asiático. Muito antes de 1870 algumas nações européias se haviam empenhado em aventuras de conquista territorial no Oriente. Já em 1582 os russos tinham atravessado os Urais e, em menos de um século, alcançaram o Pacífico. Em 1763, após eliminar os seus rivais franceses na posse da Índia, os ingleses começaram a subjugar e desenvolver esse país, cuja maior parte foi convertida, em 1858, em possessão da coroa britânica. Em consequência da chamada Guerra do Ópio (1842), a Inglaterra forçou os chineses a ceder Hong Kong, e poucos anos depois os franceses estabeleceram um protetorado na Indochina. Em 1858 a Rússia tomou posse de todo o território ao norte do rio Amur e pouco depois fundou a cidade de Vladivostok (Senhora do Oriente), também em território extorquido à China. Mas foi só por volta de 1880 que as principais nações militares e industrializadas começaram a sonhar com a divisão de toda a Ásia em colônias e esferas de influência. A mais rica de todas as presas era certamente o Império Chinês, com os seus quatrocentos milhões de habitantes e a sua área igual à da Europa. Pode-se dizer que a Inglaterra iniciou as atividades com a anexação da Birmânia, em 1885. Dez anos depois travou-se a primeira guerra sino-japonesa (1894-95), em resultado da qual o Japão obteve a ilha de Formosa e a renúncia da China a todas as suas pretensões sobre a Coreia, que o Império do Sol Nascente por fim anexou e rebatizou com o nome de Chôsen. Nos últimos anos do século XIX, diversas potências européias que recentemente haviam protestado contra a agressão japonesa trataram de abocanhar novas fatias de território chinês. Em 1897 a Alemanha convenceu-se de que só poderia vingar o assassinio de dois missionários seus apossando-se da baía de Kiaochow e exigindo o direito exclusivo de construir estradas de ferro e explorar as minas da península de Xantum. Já no ano seguinte, a Rússia extorquiu o direito de construir uma estrada de ferro entre a Manchúria Chinesa e Vladivostok, enquanto os ingleses e franceses pleiteavam e obtinham o controle completo de importantes portos da costa chinesa. Por volta de 1898, parecia estar a independência da China fadada a rápida extinção. A generalidade dos europeus, pelo menos, presumia que a porção sudeste do império cairia sob a esfera de influência da França, que a Inglaterra e a Alemanha dividiriam entre si a porção central e que a Rússia e o Japão competiriam para obter o que restasse no norte.



Entre os dois séculos, o imperialismo na China foi detido por três acontecimentos extraordinários. O primeiro e o menos importante foi a proclamação pelos Estados Unidos, em 1898, da política de "porta aberta". Embora essa política fosse pouco mais que uma expressão vazia aos olhos dos outros governos, não há dúvida que ela infundiu nos chineses a esperança de que os Estados Unidos se ressentiriam das agressões imperialistas das outras potências, e talvez se opusessem a tais agressões. Teve repercussão muito maior uma manifestação de violenta resistência por parte dos próprios chineses. Em 1900, a Sociedade dos Punhos Unidos, comumente chamada os "Boxers", organizou um movimento para expulsar do país os "diabos estrangeiros". Houve extensas depredações, as legações de Pequim foram sitiadas e mortos centenas de estrangeiros, inclusive o ministro alemão. Embora o governo chinês lhe

prestasse apoio, a revolta foi finalmente dominada por uma força expedicionária composta de ingleses, russos, japoneses, alemães, franceses e americanos. A terceira e mais importante causa do declínio temporário do imperialismo na China foi a rivalidade entre os próprios espoliadores. Algumas grandes potências começaram a desconfiar que os seus competidores estivessem tentando abarcar uma parte maior do que a que lhes competia no saque. Essa desconfiança tornou-se particularmente aguda entre a Inglaterra, a Rússia, a Alemanha e o Japão. Em 1902 os ingleses e os japoneses formaram uma aliança para proteger contra os abusos dos russos e dos alemães certas áreas que esperavam desenvolver. Quando, em 1904, se tornou evidente que a Rússia pretendia anexar a Manchúria, os japoneses declararam a guerra. O conflito terminou no ano seguinte com uma vitória decisiva para o Japão. A Rússia foi forçada a entregar Porto Artur ao seu rival e a reconhecer a supremacia japonesa na Coreia. Esses acontecimentos, porém, não fizeram mais que retardar a espoliação da China. Em 1912 recommençaram as mesmas atividades imperialistas quando a Inglaterra se arrogou, praticamente, direitos de soberania no Tibete. No ano seguinte a Rússia estabeleceu um protetorado sobre a enorme província da Mongólia Exterior, que o governo soviético teimosamente insiste em conservar. Destarte, nas vésperas da Primeira Guerra Mundial a independência da China estava ainda muito longe de achar-se a coberto da cupidez de nações que pretendiam representar um nível superior de cultura.

7. A POLÍTICA DE PODER E A PAZ ARMADA

Os conflitos e lutas nacionais pelo império são ingredientes comuns daquilo que se chama política de poder. A expressão designa a cata de poder por estados soberanos, como um fim em si mesmo ou como meio para a consecução de outros fins. Os métodos empregados têm incluído tradicionalmente quase todas as formas de burla e trapaça já inventadas pela astúcia humana. Nações que mantêm oficialmente relações pacíficas espionam-se umas às outras, emitem ameaças e contra-ameaças, formam alianças e contra-alianças e tentam lograr-se mutuamente. Por fim, quando o medo e a cobiça passam a prevalecer sobre tudo mais, recorrem à guerra. Embora se costume encobrir a realidade crua com o verniz dos chás de embaixada e das formalidades oficiais, a regra fundamental da política de poder é a lei das selvas.

A política de poder não é nova. Data ela das origens do moderno sistema de estados, nos séculos XVI e XVII. Seus métodos foram adotados por Richelieu e por Frederico o Grande, para só citarmos dois estadistas. O primeiro pináculo de seu desenvolvimento não foi alcançado, todavia, senão depois de 1830. Por essas alturas havia-se esboroadado o sistema internacional de Metternich. Daí por diante, na maioria dos casos, cada nação teria de arranjar-se por si e tanto pior para as que ficassem pra trás. As lutas internacionais pelo poder, pelo prestígio, pela segurança e pelo império constituíram uma porção cada vez maior da história política do mundo ocidental até a primeira grande culminação dessas lutas na guerra de 1914.

Seria erro, entretanto, supor que os habitantes do mundo ocidental não tivessem outra preocupação além das rivalidades de poder e dos conflitos brutais pelo engrandecimento nacional. O período que vai de 1830 a 1914 distinguiu-se por um progresso considerável no desenvolvimento do direito e da organização internacionais. Várias conferências, sobretudo a Primeira e a Segunda Conferências de Haia, respectivamente em 1899 e 1907, conseguiram formular alguns significativos princípios novos de direito internacional. Entre eles contavam-se a proibição do uso de balas explosivas e de gases venenosos, bem como a disposição que proscovia o emprego da força com o fim de cobrar dívidas inteiramente. Em 1885, quatorze nações assinaram uma convenção comprometendo-se a lutar pela extinção da escravidão e em 1909 foi adotado um conjunto de regras, conhecidas como a Declaração de Londres, as quais definiam os direitos e deveres dos neutros em caso de guerra naval.

O desenvolvimento da organização internacional entre 1830 e 1914 é exemplificado por diversas instituições novas. Em 1874 foi criada a União Postal Internacional para facilitar a transmissão de malas postais entre nações e no ano seguinte fundou-se a União Telegráfica Internacional. Na Primeira Conferência de Haia (1899), as nações ali representadas decidiram criar um tribunal internacional de arbitragem. Conhecido a partir de então como a Corte Permanente de Haia, consistia ele num corpo de juízes entre os quais cada parte de um litígio podia escolher dois árbitros e estes quatro, por sua vez, escolheriam um quinto. A instituição funcionou com êxito, até 1914, na arbitragem de quinze litígios entre nações, inclusive uma séria controvérsia entre a Alemanha e a França, a respeito da intervenção francesa em

Marrocos.

Mas o progresso do direito e da organização internacionais, considerável como era, não se mostrou à altura das necessidades da época. Cerca de 1914, quase haviam cessado de existir as condições econômicas e políticas favoráveis à manutenção da paz. O benéfico sistema de livre-câmbio, dentro do qual a Inglaterra supria o capital e os produtos manufaturados, enquanto o resto do mundo fornecia os alimentos e as matérias-primas, tornara-se virtualmente uma coisa do passado. A Inglaterra continuava interessada em manter o status quo, de que por tão longo tempo havia tirado proveito, mas certas nações do continente europeu almejavam subvertê-lo. A Alemanha, em particular, possuía agora uma florescente indústria própria e estava ansiosa por encontrar mercados em zonas até então monopolizadas pelos ingleses. O desenvolvimento simultâneo do nacionalismo e do militarismo corria paradas com a expansão das ambições econômicas. Em tais circunstâncias, somente a maquinaria internacional mais poderosa e eficiente seria capaz de preservar a paz. Mas o tribunal de Haia era fraco. Na realidade, não era um tribunal, mas uma simples lista de árbitros. Como não tinha jurisdição compulsória, os governos podiam submeter-lhe as suas disputas ou não, conforme lhes conviesse. Acresce que todas as tentativas das potências para regular os armamentos por acordo internacional terminaram em fracasso. A competição armamentista intensificou os receios e transformou o sistema de estados independentes numa sementeira de guerras.

Durante os três últimos quartéis do século XIX a civilização ocidental se construiu sobre uma multidão de estados. Variavam grandemente em superfície e população, mas, com exceção de um só, nenhum deles era bastante poderoso para impor a sua vontade aos demais. A exceção era naturalmente a Grã-Bretanha, com um sistema industrial altamente desenvolvido e uma armada igual em força às armadas conjuntas de duas quaisquer das outras potências que se tomassem. Em razão do seu poderio industrial, naval e também financeiro, a Inglaterra conseguia manter o resto das nações européias numa espécie de equilíbrio. Eis aí por que não ocorreram conflitos de importância nesse continente entre o fim das campanhas napoleônicas e o deflagrar da Primeira Guerra Mundial. Não será perfeitamente correto atribuir esse fato à influência exclusiva da Inglaterra, visto que a maioria das outras nações estavam demasiado absorvidas em problemas de desenvolvimento interno para dar muita

atenção aos negócios exteriores. Não obstante, a chamada Paz dos Cem Anos foi em larga medida uma Pax Britannica.

Por volta de 1900 o equilíbrio europeu começou a desajustar-se. Vários fatores se combinaram para produzir esse resultado. O mais importante deles foi a unificação e a industrialização da Alemanha. Antes de 1871 essa região se achava fragmentada em numerosos estados pequenos, sendo o maior de todos a Prússia. A derrota da França na Guerra Franco-Prussiana mudou esse estado de coisas. A Alemanha progrediu rapidamente, de tal modo que em 1900 havia deixado a França muito para trás em poder industrial e não tardaria a ultrapassar a Grã-Bretanha. Entrementes, a sua população crescera, ao passo que o número dos franceses havia permanecido mais ou menos estacionário. Em 1898 o kaiser convenceu-se de que a Alemanha devia possuir uma armada, a fim de aumentar o seu prestígio como potência mundial e proteger o seu comércio em expansão. Dentro em pouco os ingleses viram-se na incapacidade de manter o padrão tradicional de uma armada igual em força às armadas conjuntas de duas outras potências quaisquer. Com uma marinha poderosa, uma indústria em pleno florescimento e uma posição geográfica de primeira ordem, a Alemanha parecia destinada a tornar-se a nação dominante da Europa. O seu poder e a sua prosperidade inspiravam temor e inveja aos países vizinhos. Mas a Alemanha, a França e a Inglaterra não eram as únicas nações cuja situação como grandes potências havia mudado. Após a sua unificação em 1870, a Itália elevou-se a uma posição quase igual a da França. A Áustria, pelo contrário, ia em declínio devido aos movimentos nacionalistas que começavam a tomar vulto entre os numerosos eslavos abrangidos pelas suas fronteiras.

Cerca de 1900, seis grandes potências — Alemanha, França, Rússia, Itália, Áustria-Hungria e Grã-Bretanha — competiam entre si pelo poder, pela segurança e pelas vantagens econômicas. Cada uma delas tinha objetivos especiais, cuja realização considerava essencial aos seus interesses nacionais. A Alemanha concentrava as suas ambições em torno da expansão para leste. Depois de 1890 os capitalistas e imperialistas alemães começaram a sonhar com um Drang nach Osten (arremetida para leste) e planejaram a construção de uma estrada de ferro de Berlim a Bagdá para facilitar o controle econômico do Império Otomano. A Áustria também voltava os olhos nessa direção, mas visava os Balcãs ao invés da Ásia Ocidental. O seu domínio sobre Trieste e outras porções da costa do

Adriático era um tanto precário, visto que boa parte desse território era habitada por italianos. Se pudesse abrir uma estrada para o Egeu através dos Balcãs o seu acesso ao mar estaria mais garantido. Com o passar dos anos, Áustria e Alemanha tornavam-se cada vez mais dependentes uma da outra, a primeira por causa dos contratemplos com os eslavos tanto dentro como fora das suas fronteiras, a segunda pelo temor crescente de se ver cercada. Em 1879 Bismarck firmou com a Áustria uma aliança que se renovou e fortaleceu nos anos subsequentes. Era uma aliança com um cadáver, mas os alemães apegaram-se a ela com desespero à medida que se exacerbavam as tensões internacionais.

Os objetivos da França eram ditados, em grande parte, pelo desejo de refrear ou contrabalançar o poderio crescente da Alemanha. A França esperava reaver a Alsácia-Lorena, que assumira repentinamente grande valor com o descobrimento, feito em 1878 por Sidney Thomas e P. C. Gilchrist, de um método para converter em aço os minérios pobres de ferro. Havia mais, porém: os franceses estavam decididos a acrescentar Marrocos ao seu império africano, sem levar em conta os interesses de outras potências nesse país lamentavelmente mal governado. Os motivos do governo de Paris eram ao mesmo tempo econômicos e políticos. O Marrocos possuía ricas jazidas minerais, mas também seria valioso do ponto de vista estratégico e como reserva de tropas para compensar a escassez de potencial humano na metrópole.

A ambição suprema da Rússia era obter o controle do Bósforo e dos Dardanelos. Desde o começo do século XIX considerava isso como a sua "missão histórica". O cumprimento dessa missão impediria que a sua frota ficasse engarrafada no Mar Negro em caso de guerra com uma potência naval. Dar-lhe-ia, ademais, o acesso indisputado ao Mediterrâneo e provavelmente a posse de Constantinopla. A Turquia seria eliminada da Europa e a Rússia herdaria os Balcãs. Acresce que, se os agentes do czar alcançassem Constantinopla antes dos alemães, poderiam converter num sonho vão a estrada de ferro Berlim-Bagdá. Mas a Rússia imperial tinha ainda outras ambições. Cobiçava o acesso ao Golfo Pérsico e ao Oceano Índico, e durante anos tentou converter a Pérsia em protetorado russo. Esforçava-se também por obter melhores saídas para o Pacífico e procurou, como já vimos, estender o seu controle à Manchúria. Aspirava finalmente por desempenhar, através do pan-eslavismo, o papel de guia e protetora de todos os povos eslavos da Europa Oriental, inclusive os que se achavam sob o domínio da

Áustria-Hungria. É desnecessário sublinhar que cada uma dessas ambições constituía uma ameaça para o status quo.

As políticas de poder da Grã-Bretanha e da Itália não dependiam tanto do que viesse a fazer tal ou tal outra nação. Para dizer a verdade, a política da Inglaterra era dirigida contra quase todo o mundo. Não suspeitava menos das ambições russas em Constantinopla do que das alemãs. Ainda em pleno século XX, desconfiava da França. Seus grandes objetivos eram: 1) manter as linhas vitais de comunicação do império; 2) conservar desimpedidas as vias marítimas para as suas fontes de importação e os seus mercados estrangeiros; e 3) manter o equilíbrio entre as nações do continente europeu, a fim de que nenhuma delas jamais se tornasse bastante forte para atacá-la. Qualquer ação de um outro país que ameaçasse criar um impedimento a esses objetivos vitais (como, aliás, sucedeu muitas vezes) provocava ato contínuo a hostilidade da Inglaterra, que procurava colocar a intrusa no seu lugar por meio da pressão diplomática, formando uma aliança contra ela ou lançando-se à guerra, como finalmente fêz contra a Alemanha, em 1914. As ambições da Itália antes desta data eram quase exclusivamente territoriais. Não tinha um grande império que defender nem era a sua segurança ameaçada por qualquer fonte externa. No entanto, cobiçava Trípoli no norte da África, que esperava tomar à Turquia, e a "Itália irredenta", isto é, sobretudo Trieste e o Tirol Meridional, que ainda se achavam nas mãos da Áustria.

Pouco antes de 1900 o Império Japonês começou a tomar parte ativa na política de poder. Durante a segunda metade do século XIX esse reino do Extremo-Oriente saiu do seu isolamento oriental e passou por uma transformação que assombrou o mundo. O feudalismo foi abolido e estabeleceu-se um estado altamente centralizado, com uma constituição modelada pela do Império Alemão. A ciência, o industrialismo, a educação universal e a conscrição foram importadas do Ocidente. Cada cidade grande teve os seus bondes, os seus arranha-céus e a sua iluminação elétrica, se bem que, na opinião da maioria dos entendidos, isso tudo não passasse de um verniz ocidental na superfície de uma cultura que continuava a ser fundamentalmente oriental. Em 1895, como já vimos, o Japão inflingiu à China uma derrota decisiva, tomando-lhe Formosa e conseguindo carta branca na Coréia. Em 1904-5, os generais e almirantes do micado surpreenderam ainda mais o mundo com a vitória sobre a Rússia. Esses êxitos militares valeram ao império extremo-oriental uma

posição virtualmente indisputada entre as grandes potências.

Um dos fatos que mais claramente exprimiam as realidades da política de poder era o crescimento do militarismo. Uma vez que as nações do mundo viviam num estado de anarquia internacional, era quase inevitável que os seus temores e suspeitas conduzissem a corrida armamentista. A Europa, especialmente, converteu-se num arraial em armas. Depois de 1870 cada uma das principais potências desse continente, com exceção da Grã-Bretanha, adotou a conscrição e o adestramento militar universal. Não só isso, mas adotaram também a crença de que a segurança nacional dependia quase inteiramente do grau de preparação militar e naval. Depois de cada pânico aumentava o tamanho dos exércitos e das armadas, até que, pelas alturas de 1914, todos os países importantes, além de muitos países pequenos, estavam a cambalear sob um fardo que num mundo mais sensato seria considerado intolerável. Havia, é verdade, homens cheios de humanidade e sabedoria que reconheciam o perigo e faziam tudo que deles dependia para afastá-lo. Eram, porém, muito mais numerosos os que não só negavam a existência de qualquer perigo mas ainda sustentavam intrepidamente que o militarismo representava um benefício positivo. Theodore Roosevelt alegava que o treinamento para a guerra era necessário para preservar as "qualidades varonis e aventurosas" de um povo. O marechal von Moltke e Heinrich von Treitschke viam no conflito militar um dos elementos divinos do universo e um "remédio terrível" para a raça humana. O filósofo francês Ernest Renan justificava a guerra como uma condição do progresso, "ferroada que não deixa um país adormecer". Se bem que a disseminação de tais doutrinas não fosse a principal causa do militarismo, não há dúvida que ela fortaleceu a posição daqueles que acreditavam nos armamentos e na guerra como os melhores métodos de resolver os problemas mundiais.

Capítulo 25

A Ascensão dos Estados Unidos

O país a que chamamos Estados Unidos da América do Norte começou a sua história como um apêndice da Europa. Com exceção dos ameríndios, todos os seus habitantes originais eram europeus. Falavam línguas européias e trouxeram consigo os hábitos, as idéias e as conquistas da civilização européia. Durante longo tempo, muitos deles encararam a América como uma terra onde se vinha buscar ouro e prata e onde se colhiam abundantes safras de tabaco e anil para depois voltar ao Velho Mundo e ali levar uma existência farta e luxuosa. Já no século XVIII, porém, os americanos tinham começado a pensar no seu país como uma nação individualizada, com um caráter e um destino próprios. Com a passagem do tempo aumentou o sentimento de independência nacional e numerosas modificações foram sendo introduzidas no padrão cultural europeu. A civilização americana jamais se divorciou das suas origens ultramarinas, mas adquiriu um número cada vez maior de características peculiares à proporção que a nação crescia e se tornava mais poderosa. Em 1914 os Estados Unidos haviam superado a maioria dos países europeus na edificação de uma sociedade democrática e eram pelo menos seus iguais na dedicação aos ideais de grandeza nacional.

1. A JUVENTUDE DA NAÇÃO

Pelos meados do século XVIII as treze colônias britânicas da América do Norte, fundadas entre 1607 e 1682, já tinham saído da infância. Os interesses predominantes não eram mais interesses de colonos. Os ideais e os hábitos de pensar divergiam, em muitos casos, dos da metrópole. O sistema económico atingira uma maturidade que inspirava aos americanos um sentimento de confiança em si mesmos e de relutância a se deixarem sujeitar mais tempo pela autoridade britânica. Os ingleses, por sua vez, tinham fomentado essa autoconfiança com a política de "negligência salutar" para com as colônias, que desde bastante tempo vinham adotando. Não é de surpreender, portanto, que os americanos marchassem firmemente para a independência. Muitos anos depois de ter sido ela oficialmente proclamada, John Adams caracterizou com muito acerto a situação ao escrever que "a revolução já se fizera antes de ter começado a guerra. A revolução estava no espírito e no coração do povo".

São bem conhecidas as causas da Revolução Americana, ou Guerra da Independência, de acordo com uma denominação mais exata. Em primeiro lugar deve ser colocada a oposição à política mercantilista do governo britânico, de que nos dão exemplo várias leis promulgadas pelo Parlamento com o fim de regular o comércio e arrecadar rendas. As mais antigas eram as Leis de Comércio e Navegação (1660-72), que interdiziam o comércio da Inglaterra com as colônias em navios que não fossem de propriedade ou de construção inglesa e proibiam a exportação de certos "artigos enumerados", tais como o tabaco, o açúcar e o algodão, para qualquer país que não fosse a Inglaterra. Em geral essas leis não eram observadas com muito rigor ou método, mas em 1764 o Parlamento fez uma tentativa para dar mais eficiência ao sistema, mediante a chamada Lei do Açúcar. Reduzia esta as tarifas sobre certas importações, mas criava taxas adicionais sobre o açúcar, os vinhos, o café, a seda e o linho comprados pelas colônias às Índias Ocidentais francesas e espanholas. E, o que era mais importante, reformava o serviço aduaneiro estabelecendo regras mais rigorosas para a arrecadação de direitos. Os comerciantes da Nova-Inglaterra, acostumados à frouxidão na observância da lei, enfureceram-se ao ver que não teriam mais a possibilidade de importar açúcar e melaço daquelas colônias latinas. Havia desenvolvido um lucrativo comércio nesses artigos, de que vendiam grandes partidas aos destiladores de rum.

A Lei do Açúcar de 1764 propunha-se não somente regular mas também aumentar as rendas. A Guerra dos Sete Anos, ou "Guerra dos Franceses e dos Índios", como era chamada na América, deixara o tesouro britânico extremamente comprometido. Como houvesse beneficiado a América, muitos estadistas ingleses eram de opinião que as colônias deviam arcar com uma parte da dívida. Foi assim que George Grenville, ministro do Tesouro, introduziu no Parlamento certo número de medidas fiscais relativas àquelas, culminando na fatídica Lei do Selo de 1765. Essa lei mandava afixar estampilhas do valor de meio pênny até vinte xelins em todos os jornais, folhetos, contas comerciais, documentos legais e outros papéis do mesmo gênero. O imposto não seria muito oneroso, se bem que os comerciantes receassem um forte escoamento da moeda, pois todos os conhecimentos de embarque incidiriam na taxa e as estampilhas só podiam ser compradas com dinheiro sonante. Não obstante, a lei suscitou uma oposição tempestuosa e violenta por parte de todas as classes. Advogados,

banqueiros, especuladores em terras e jornalistas atacaram-na com fúria e pregaram o boicote às mercadorias inglesas. Uma multidão investiu através das ruas tortuosas de Boston e depredou a residência do governador Hutchinson. De New Hampshire à Georgia a lei foi desrespeitada; os agentes que vendiam as estampilhas eram postos para fora das suas repartições e as próprias estampilhas, publicamente queimadas.

Outra causa da Revolução, de capital importância, foi a intromissão britânica nos interesses latifundiários dos colonos do Oeste. Por uma Proclamação Régia de 1763, todo o território que a Inglaterra adquirira na Guerra dos Sete Anos foi organizado em quatro regiões: Granada (incluindo várias ilhas das Índias Ocidentais), Flórida Oriental, Flórida Ocidental e Quebec. Mais sério ainda era o fato de ficarem reservadas ao uso exclusivo dos índios todas as terras do Oeste situadas entre os montes Alleghany e o Mississipi, e entre as Flóridas e Quebec. Proibia-se aos colonos adquirir terras ou estabelecer-se nessa região. Com um só golpe de pena eram anuladas todas as pretensões que eles vinham alimentando havia anos sobre as terras ocidentais. Em 1774 o Parlamento procurou remediar a situação promulgando uma nova lei relativa às terras do Oeste, a chamada Lei de Quebec. Destinava-se ela a corrigir certos erros da Proclamação de 1763, mas pareceu ter corrigido para pior, uma vez que todo o território ao norte do rio Ohio era anexado à Província de Quebec. Frustravam-se destarte as pretensões territoriais de quatro colônias a essa região.

Como todas as revoluções, a que ocorreu na América entre 1775 e 1781 teve as suas bases ideológicas. Por motivos que não são bem claros, os líderes políticos coloniais hauriram a sua inspiração nos filósofos ingleses do século XVII ao invés de se dirigirem aos da sua própria época. Foram Locke, Sydney, Harrington, Milton e, até certo ponto, Sir Edward Coke que forneceram a Samuel Adams, Thomas Paine e Thomas Jefferson as armas intelectuais mais eficazes. De tais fontes lhes veio a idéia de que os ingleses, onde quer que vivessem, tinham direitos fundamentais que o governo britânico não podia infringir. Foi também nelas que colheram as doutrinas do estado natural, do contrato social, da lei da natureza, do direito a revolta e de que não deve haver tributação sem representação.

As mais fundamentais de todas as causas ideológicas foram, talvez, as teorias antagônicas da representação e da soberania do Parlamento. Os líderes coloniais sustentavam que o verdadeiro

representante devia ser um representante autêntico, isto é, um homem que vivesse no distrito cujos interesses dizia representar. Entre os ingleses, a teoria predominante era a da "representação virtual", que significava a representação das classes ao invés das zonas geográficas. Dentro dessa teoria, cada aristocrata do império era virtualmente representado pela nobreza britânica e cada indivíduo do povo pelos membros da Câmara dos Comuns, não importa onde estivessem localizados os distritos que os haviam eleito. Não era menos aguda a divergência na questão da soberania do Parlamento. Os filósofos coloniais, de acordo com a teoria do século XVII, rejeitavam a doutrina da soberania investida nos reis, nos parlamentos ou em quem quer que fosse. Os constitucionalistas britânicos tinham desenvolvido pouco a pouco a teoria da onipotência legal do Parlamento. Na expressão de seu ilustre líder, Sir William Blackstone: "O poder e a jurisdição do Parlamento são tão transcendentais e absolutos que não podem ser confinados dentro de quaisquer limites, quer no interesse de causas, quer de pessoas... Ele pode, numa palavra, fazer tudo que não seja naturalmente impossível. Esse conceito recebeu sanção legal em 1766 com a promulgação da Lei Declaratória, a qual afirmava em termos inequívocos a autoridade do Parlamento para "fazer leis e estatutos com força e validade suficientes para obrigar as colônias, seja em que caso for".

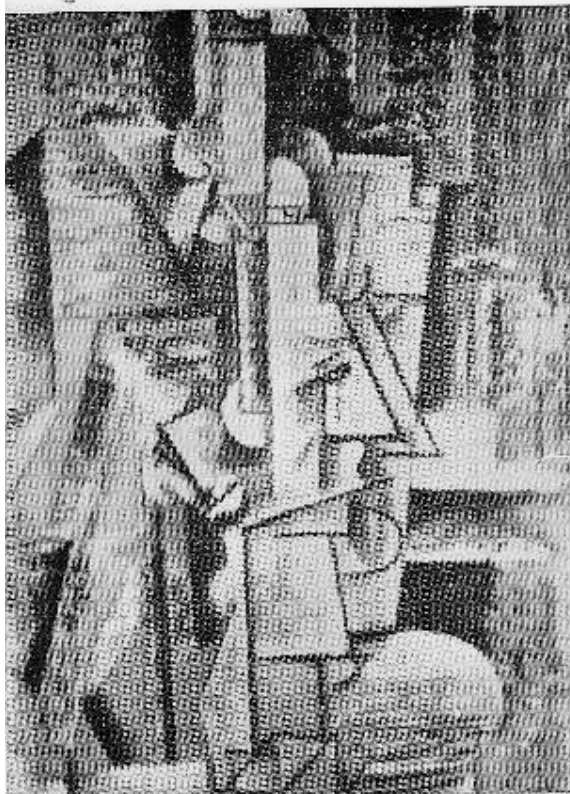
Os incidentes que precipitaram o deflagrar da Revolução Americana são demasiadamente conhecidos para exigir grandes comentários. Em março de 1770 uma companhia de soldados ingleses, estacionada em Boston para proteger os funcionários britânicos, foi tomada de pânico e fez fogo sobre uma multidão amotinada. Ao dissipar-se a fumaça dos tiros verificou-se que quatro americanos jaziam mortos na neve. Foi esse o célebre Massacre de Boston. Em dezembro de 1773 ocorreu o Boston Tea Party, em que um grupo de cidadãos disfarçados de índios lançaram ao mar uma partida de chá, como ato de represália contra o monopólio desse artigo, que o governo britânico havia concedido à poderosa Companhia das Índias Orientais. A Inglaterra revidou fechando o porto de Boston até que o chá fosse pago, aumentando o poder dos subordinados do rei em Massachusetts e ordenando a deportação dos delinquentes políticos para a Inglaterra, a fim de serem submetidos a processo. O general Gage, comandante da guarnição britânica de Boston, foi encarregado de executar esses "Decretos Intoleráveis", como os chamavam os colonos. Na primavera de 1775 foi informado de que os patriotas estavam armazenando munições em Concord.

Na noite de 18 de abril enviou um destacamento para confiscá-las. Mas os patriotas tiveram conhecimento do plano e tomaram suas medidas para frustrá-lo. Na manhã seguinte, quando chegaram em Lexington, os ingleses encontraram um bando decidido de minute-men estendidos em linha através do campo baldio da vila. Na confusão e no pânico resultantes alguém disparou um tiro. Dentro em pouco o tiroteio generalizou-se e os americanos foram dispersados, deixando oito dos seus mortos no baldio. Os ingleses prosseguiram a marcha para Concord, mas ao regressarem a Boston foram atacados por minute-men emboscados atrás de muros, árvores e casas. Quando o alquebrado e apavorado destacamento tornou a entrar finalmente em Boston, havia perdido 247 homens, entre mortos e feridos. As batalhas de Lexington e Concord assinalaram o começo da revolução.

A Revolução Americana revestiu-se de múltiplos aspectos. A princípio foi um protesto violento contra os alegados atos de tirania do governo britânico. Quase ninguém pensava ainda em independência, conquanto alguns acalentassem idéias de reorganizar o império sob um soberano comum e dando autonomia às diversas regiões. Em menos de um ano tornou-se dominante o clamor pela independência e em 4 de julho de 1776 foi assinada uma declaração proclamando que "estas Colônias Unidas são, e devem ser de direito, estados livres e independentes". Mas a Revolução também tinha, de certo modo, o caráter de um levante político e social. Em muitos estados, radicais como Samuel Adams e Thomas Paine dispunham de bastante influência para realizar reformas de vasto alcance. As novas constituições adotadas em 1776 não se limitavam a substituir o governo britânico pelo governo colonial. Privavam os governadores do direito de veto, reduziam-lhes o mandato para um ano e submetiam-nos à supremacia da legislatura. Em alguns estados foram estabelecidos complicados entraves e equilíbrios de poderes a fim de impedir qualquer forma de despotismo. A Pensilvânia, o Vermont e a Georgia adotaram legislaturas unicamerais. Era quase inevitável que essas reformas políticas fossem acompanhadas de esforços no sentido de uma reforma social. Alguns estados atacaram os fundamentos da aristocracia: a primogenitura, os dízimos, os censos pagos em troca da quitação de serviços feudais e a vinculação dos bens de raiz. Outros procederam à separação entre a igreja e o estado ou aboliram as qualificações religiosas para a elegibilidade aos cargos públicos. Também foram postas em vigor certas leis econômicas radicais. Vários estados confiscaram as terras da coroa e as propriedades

principescas de ricos lealistas, dividindo-as entre pequenos fazendeiros e veteranos da guerra. Ao terminar esta, os radicais tornaram-se bastante poderosos em alguns estados para fazerem passar leis em benefício das classes devedoras. Tomaram elas a forma de leis suspensivas, que suspendiam o pagamento de juros e capital nas hipotecas; de leis de ressarcimento, que impunham a aceitação de terras ou de produtos a preços determinados, em pagamento de dívidas; e, por fim, de leis de papel-moeda. Em 1786 uma rebelião armada em defesa dos devedores alastrou-se pela parte central de Massachusetts. Chefiada por Daniel Shay, antigo capitão do exército, tinha por finalidade impedir que os tribunais se reunissem e emitissem sentenças sobre o pagamento de dívidas. Acabou por ser esmagada, mas não antes que uma multidão enfurecida ameaçasse pôr cerco à sede do governo estadual.

A ameaça de radicalismo econômico aliada à fraqueza dos governos, tanto do central como dos estaduais, fêz surgir a exigência de revisões drásticas na constituição nacional. Desde 1776 as colônias vinham sendo governadas, como um grupo, pelos Artigos de Confederação. Estes, como o seu nome implica, instituíam um governo confederado porém não federal ou centralizado. Todo poder derivava dos governos estaduais e só se podia exercer através deles. A autoridade central não podia agir contra indivíduos. O seu "grande vício, e vício radical", como acentuou Alexander Hamilton, era o poder de legislar apenas para "estados ou governos na sua capacidade coletiva, em contraposição com os indivíduos de que são formados". Isso resultava em sérios inconvenientes quando se tratava de arrecadar rendas ou de obter soldados para servirem no exército. Pelas alturas de 1786 tinha-se tornado tão séria a ameaça à segurança da propriedade e à ordem e estabilidade do governo que a maioria dos líderes conservadores estavam prontos para efetuar mudanças fundamentais. Em setembro desse ano reuniu-se em Anápolis uma convenção para estudar os problemas do comércio interestadual. Mas, como apenas cinco estados se tivessem feito representar, Madison e Hamilton induziram os delegados a convocar uma nova convenção para maio do ano seguinte. Essa segunda assembléia devia tratar de um problema muito mais vasto: a revisão dos Artigos de Confederação a fim de torná-los "mais adequados às exigências da União".



O Modelo, por Pablo Picasso — um exemplo de cubismo mostrando a redução da forma a padrões geométricos. (Walter P. Chrysler Jr.)

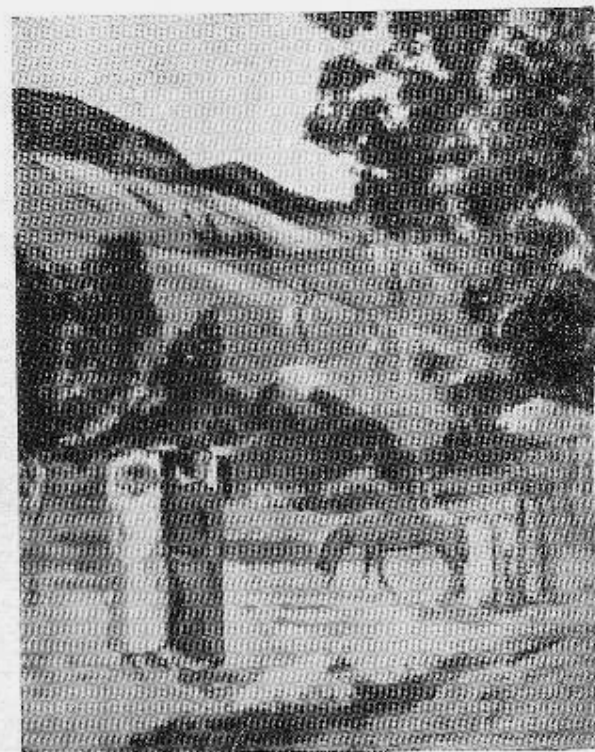
A lição de piano, de Henri Matisse. O que ressalta aqui é antes a interpretação pessoal do artista do que a forma em si. (Museum of Modern Art.)



Noite estrelada, de Vincent Van Gogh. Quadro que exemplifica as audaciosas concepções deste pintor. Estréias, nuvens e montanhas, tudo parece vibrar e revoltear, animado do mesmo movimento. Os ciprestes do primeiro plano simbolizam a morte. (Museum of Modern Art.)

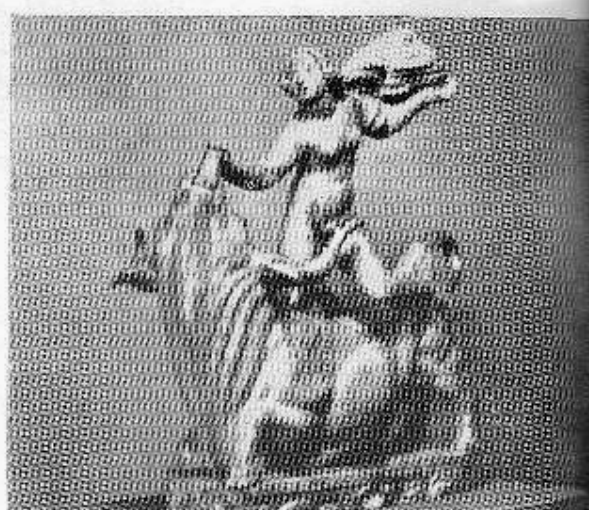
O NASCIMENTO DA ARTE MODERNA (Ver pp. 818 a 820)

Paisagem taitiana, de Paul Gauguin. Uma cena das ilhas dos Mares do Sul, característica do primitivismo de grande parte dos quadros de Gauguin. (Metropolitan Museum of Art.)





Colhedores de algodão, por Thomas Benton, ilustrando o interesse dos artistas norte-americanos contemporâneos pelas cenas humildes de sua terra. Exemplifica ainda a disposição triangular predominante em muitas obras de Benton. Ver p. 1006. (Metropolitan Museum of Art.)

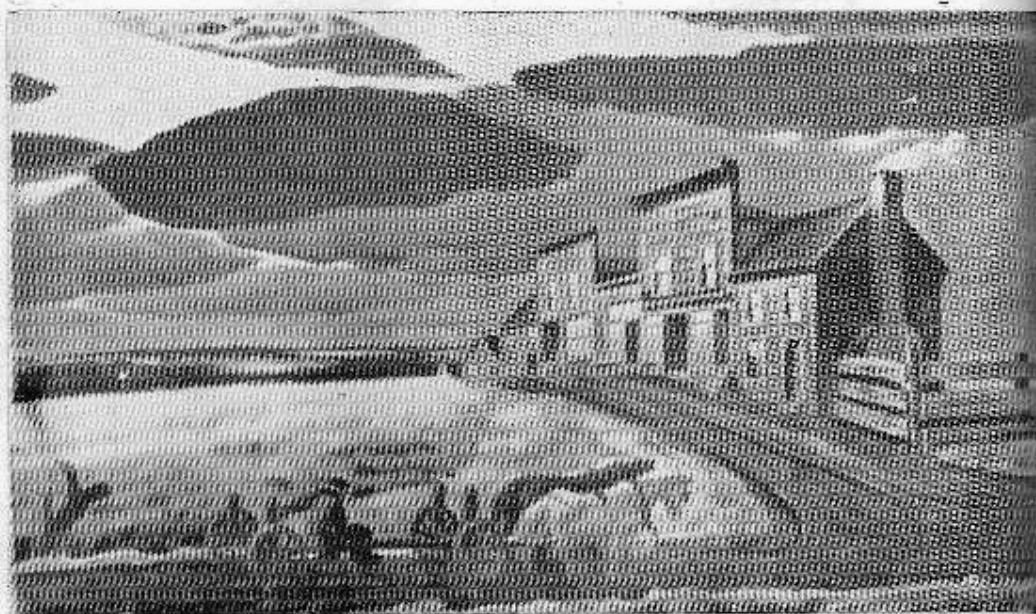


Europa e o Touro, de Carl Milles. Esta obra de notável escultor sueco-americano reflete o sentimento da união entre o homem e a natureza animada e inanimada. (Worcester Art Museum.)

ARTE CONTEMPORÂNEA

(À ESQUERDA) Pássaro no espaço (cromo polido), por Constantin Brancusi. Exemplo de extrema abstração na escultura, em que a forma natural se subordina à interpretação. (Museum of Modern Art.)

(À DIREITA) Tarde de novembro, de Charles Burchfield. Esta pintura apresenta uma cena americana com tons sombrios. Quase todos os detalhes sugerem a labuta penosa e a solidão. (Metropolitan Museum of Art.)



A convenção de 1787 reuniu-se em Filadélfia de maio a setembro, com as portas fechadas. Como o principal delegado, James Madison, houvesse tomado copiosas notas, dispomos do que parece ser uma relação completa e exata do que parece ser uma relação completa e exata do que ali aconteceu. Desde o começo, a maioria dos delegados mostrou-se propensa a riscar os Artigos de Confederação e redigir um novo instrumento. Foi isso, em essência, o que fizeram. A Constituição finalmente aprovada quase nada mais continha dos Artigos. Conferia-se ao novo governo uma esfera de autoridade soberana que os estados não tinham o poder de invadir. Os alicerces do sistema assentavam em parte no próprio povo, pelo menos no que tocava à eleição da Câmara de Representantes e à escolha do Colégio Eleitoral. Era instituído um executivo poderoso, com autoridade para vetar as decisões do Congresso e para fazer executar as leis pelos seus próprios agentes. Criou-se também um judiciário federal, e alguns dos pais da pátria, pelo menos, pretendiam que o Supremo Tribunal exercesse o poder de revisão judicial, isto é, a anulação dos atos do Congresso e dos legislativos estaduais que estivessem em conflito com a Constituição. Por fim, a própria Constituição e as leis e tratados firmados em cumprimento dela eram proclamados lei suprema do país. Os juizes de todos os estados deviam observá-la à risca, sem levar em conta as disposições em contrário contidas nas constituições ou leis estaduais.

Consideram alguns autores que a adoção da Constituição de 1787 operou uma contra-revolução nos Estados Unidos. É certo que a maioria dos delegados que desempenharam um papel proeminente nos trabalhos da convenção eram homens de posses e de idéias conservadoras. Não estava presente nenhum dos velhos agitadores, como Samuel Adams, Thomas Paine e John Hancock. Thomas Jefferson achava-se na França como ministro. Dos delegados que compareceram, a maior parte pareciam considerar a democracia como sinônimo virtual de governo do populacho. Edmund Randolph afirmava que todos os males de que o país havia sofrido recentemente eram atribuíveis às "turbulências e loucuras da democracia". James Madison pensava que o povo cedia com demasiada facilidade aos impulsos violentos para que se pudesse confiar-lhe jamais um poder ilimitado. O objetivo principal dos pais da federação americana não era entronizar as massas mas fundar uma república que garantisse a estabilidade e protegesse os direitos da propriedade contra as tendências niveladoras das maiorias. Por esse motivo adotaram um

complicado sistema de limitações e equilíbrio de poderes, inventaram um Colégio Eleitoral para escolher o presidente da nação, criaram um judiciário poderoso e confiaram a escolha dos senadores às legislaturas dos diversos estados. Esses princípios refletiam uma positiva reação contra a democracia extrema do período revolucionário e dos anos imediatos. Já não dominavam os ideais revolucionários da glorificação do povo, da defesa dos direitos do homem e da desconfiança para com os tribunais e o poder executivo. Não obstante, o sistema político criado pelos fundadores era liberal em confronto com outros governos da época. O Presidente, pelo menos, não era um monarca, nem era o Senado uma câmara de nobres.

As primeiras décadas da história dos Estados Unidos sob a sua nova Constituição foram assinaladas por um crescimento e uma expansão fenomenais. Em 1790, quando se procedeu ao primeiro censo, o país tinha uma população de 3.900.000. Em 1830 essa população se havia elevado a 12.800.000 e em 1860, a 31.400.000. Em 1790 a União compreendia 17 estados com uma área total de 2.300.000 km². Em 1830 havia 27 estados e a área primitiva fora mais que dobrada. Em 1860 o número de estados subira para 35 e a área havia ultrapassado o triplo da primitiva. Esse período caracterizou-se também por uma atividade febril no desenvolvimento dos transportes. Em primeiro lugar veio a era da construção de canais. O estado de Nova York estabeleceu o precedente atacando em 1817 as obras do canal de Erie, destinado a ligar o lago Erie ao rio Hudson. Completado em 1825, reduzia ele de 120 a 14 dólares por tonelada o custo do frete de Búfalo a Nova York. A Pensilvânia projetou um canal de ligação entre Filadélfia e Pittsburg, com estradas de ferro auxiliares, de tração animal, e planos inclinados nas regiões montanhosas. Alguns estados comprometeram-se de tal modo nesse gênero de negócios que foram à bancarrota. Mesmo, porém, que tivessem alcançado êxito financeiro, as vias navegáveis internas nunca poderiam oferecer um sistema completo de transportes. Também eram necessários os meios de transporte terrestre. Reconhecendo essa necessidade, o Congresso destinou em 1806 uma pequena verba para iniciar uma grande Estrada Nacional que devia, quando ficasse pronta, ir de Cumberland, no estado de Maryland, a S. Luís. As novas verbas, no entanto, foram concedidas com parcimônia e a estrada levou perto de cinquenta anos a completar-se. Muitas milhas de estradas gerais foram construídas pelos estados, porém nunca em quantidade suficiente para atender às necessidades. Em 1825 iniciou-se um movimento

que estava destinado a eclipsar em importância todos os outros projetos relativos a vias de comunicação. Foi ele a construção da via férrea chamada Baltimore and Ohio Railroad, que foi aberta ao tráfego de tração animal em 1830. Durante o resto do século XIX a construção de estradas de ferro absorveu tão grande parte dos recursos financeiros e do trabalho humano da nação quanto qualquer outra atividade econômica.

O desenvolvimento e a expansão das primeiras décadas não se limitaram aos aspectos materiais. Verificaram-se também notáveis progressos da democracia. De 1789 e 1801 o governo esteve nas mãos dos federalistas, que representavam os grandes proprietários de terras, o poder do dinheiro e os interesses dos conservadores em geral. Nesta última data os republicanos-democratas obtiveram o controle do governo graças à eleição de Thomas Jefferson para a presidência em 1800. Tal acontecimento é muitas vezes denominado Revolução Jeffersoniana, na suposição de que Jefferson fosse o campeão das massas e dos direitos políticos dos desfavorecidos. Há certo perigo, contudo, em levar demasiadamente longe essa interpretação. A certos respeito, as idéias de Jefferson estavam bem longe de ser democráticas no sentido histórico do termo. Ao invés de seguir Rousseau, era ele um discípulo de Locke. Acreditava que o melhor governo é aquele que menos governa e opunha-se energicamente à soberania ilimitada da maioria. Concebia o sistema político ideal como uma aristocracia "da virtude e do talento" cujo princípio orientador seria o respeito à liberdade pessoal. Além disso, comparava o populacho das grandes cidades a chagas no corpo humano e desprezava a massa dos trabalhadores industriais como "alcoviteiros do vício e os instrumentos pelos quais costumam ser subvertidas as liberdades de uma nação". Todavia, não se pode negar que o movimento jeffersoniano tivesse certos objetivos democráticos de capital importância. Seus líderes eram vigorosos adversários dos privilégios de nascimento ou de fortuna. Pugnavam pela revogação da primogenitura e da vinculação de bens, assim como pela abolição das igrejas oficiais. Chefiaram a campanha em prol do acréscimo de uma Carta de Direitos à Constituição Federal e a eles se deveu quase que exclusivamente o êxito dessa campanha. Embora professando dedicação ao princípio da separação de poderes, na verdade acreditavam na supremacia dos representantes do povo e olhavam com aversão as tentativas do executivo e do judiciário para aumentarem o seu poder. Três dos mais característicos ideais do próprio Jefferson eram o governo descentralizado, as revisões periódicas das

constituições e leis e a importância da instrução pública. Encarecia o valor do governo local ao ponto de advogar assembleias primárias semelhantes aos comícios das vilas da Nova-Inglaterra para o exercício de uma boa parte dos poderes públicos. Insistia em que as constituições e leis fossem submetidas à aprovação do povo cada dezenove ou vinte anos, um futuro indefinido. Na sua velhice, completou os planos de um bem-elaborado sistema de instrução pública. A instrução seria gratuita para todas as crianças nas escolas elementares e tanto os colégios distritais como as universidades estaduais instituiriam bolsas de estudos para um número limitado de estudantes, cuja seleção se faria com base na inteligência e na cultura adquirida. Por esse método Jefferson procurava garantir a oportunidade igual para todos e não somente para os bem-nascidos e os ricos. As pessoas assim educadas ficariam disponíveis para a seleção de aristocratas naturais por parte de cidadãos esclarecidos, com bastantes conhecimentos para saberem reconhecer os homens de valor.

Ao findar a guerra de 1812 com a Inglaterra a democracia jeffersoniana havia caducado quase por completo. Todo movimento democrático do futuro deveria partir de outras premissas e assentar sobre novos alicerces. Não só a guerra criou novos problemas e desviou as atenções das necessidades de reforma, mas também o aspecto econômico do país havia passado por numerosas alterações. O povo das cidades adquirira consciência da sua importância política e começara a reclamar privilégios. O que mais pesava na balança, porém, era o fato de que o domínio do Sul baluarte da democracia jeffersoniana, havia passado à história. Em resultado da aquisição da Luisiana e da colonização do Território de Noroeste, novas fronteiras tinham surgido. A vida nessas regiões, caracterizava-se por uma rude liberdade e independência em que não havia lugar para esnobismos e distinções de classes. Na luta pela sobrevivência, as qualidades que prevaleciam eram a esperteza e a disposição para trabalhar rijo. Nascimento e educação pouca valia tinham. Em consequência disso, uma nova democracia, que acabou por encontrar o seu líder em Andrew Jackson, cristalizou-se rapidamente em torno do princípio supremo da igualdade. Os democratas jacksonianos consideravam todos os homens como iguais, não só nos direitos mas também nos privilégios. Defendiam, portanto, o sufrágio universal masculino, a eletividade e a rotatividade de todos os cargos públicos. Como, para eles, um homem valia outro qualquer, rejeitavam a ideia de que fossem necessários conhecimentos ou talentos

especiais para os postos do governo. Foram ao ponto de franquear aos cidadãos comuns certos cargos como o de inspetor de condado e o de superintendente das escolas. Paradoxalmente, os democratas jacksonianos eram favoráveis a um executivo forte. Restituíram o poder do veto aos governadores estaduais, prolongaram-lhes os mandatos e aclamaram o presidente dos Estados Unidos como o verdadeiro representante da vontade do povo. A explicação parece residir no fato de terem passado a considerar as câmaras legislativas como redutos de "interesses especiais".

2. A VERDADEIRA REVOLUÇÃO AMERICANA

Como observamos atrás, havia uma certa impropriedade na aplicação do termo "Revolução Americana" aos acontecimentos que se desenrolaram entre 1775 e 1781. A luta desses anos tomou sobretudo o aspecto de uma guerra pela independência. É verdade que houve indícios de transformação política e social, manifestados especialmente nas novas constituições estaduais e nas medidas tomadas contra os lealistas e os aristocratas, mas não ocorreram deslocamentos de classes como durante a Revolução Francesa ou a Revolução Russa de 1917. De um modo geral, as mesmas classes de antes continuaram no poder após a independência. Homens abastados como Robert e Gouverneur Morris, John Hancock e Alexander Hamilton, não desempenharam papel menos ativo na Revolução do que pobretões como Samuel Adams e Thomas Paine.

Uma transformação muito mais radical da sociedade americana ocorreu menos de um século depois que a independência se tornara realidade. O acontecimento que deu início a essa transformação foi a Guerra Civil, também chamada Guerra de Secessão ou Guerra entre os Estados. Antes da Guerra Civil, como sublinhou Charles A. Beard, a classe mais poderosa dos Estados Unidos era a aristocracia de plantadores do Sul. Dos dezesseis presidentes, nove tinham sido sulistas; também o foram 14 dos 24 secretários de estado, 15 dos 20 presidentes da Câmara de Representantes e 21 dos 35 ministros do Supremo Tribunal. O Partido Democrático, dominado em geral por sulistas, obteve uma maioria relativa de votos populares em 8 das 10 eleições presidenciais sobre as quais dispomos de cifras. Mesmo em 1860, os votos combinados dos dois ramos do Partido Democrático superaram os do candidato republicano, Abraham Lincoln, por uma margem de cerca de 5.000. A guerra e os acontecimentos subse-

quentes vieram inverter as posições. As rédeas do poder foram então empunhadas por uma nova classe de homens ambiciosos, self-made men, formada em parte de fazendeiros livres do Oeste e em parte de capitalistas industriais das cidades do Leste. Os agrários do Sul foram privados de incapacidades civis e jurídicas, economicamente cerceados e privados de todos os resquícios de autoridade política. Durante o turbulento período de pós-guerra, audaciosos empreendedores do Norte tiraram proveito das abundantes oportunidades para a especulação em terras, construção de estradas de ferro e exploração de recursos minerais. Também se valeram ao máximo do poder político para fortalecer o seu controle sobre o governo e usá-lo na promoção dos seus interesses econômicos.

A causa mais óbvia do pavoroso conflito entre Norte e Sul que assolou os Estados Unidos de 1861 a 1865 foi a escravidão. Os primeiros escravos negros tinham sido trazidos da África para a Virgínia em 1619. Durante perto de dois séculos o número foi crescendo vagarosamente e o problema da escravidão não assumiu proporções sérias. Pelos fins do século XVIII havia entre os próprios sulistas muitas pessoas contrárias a essa instituição, que ansiavam por ver extinta tão cedo quanto possível. Crescia o número daqueles que alforriavam os seus escravos em testamento e que contribuíam com dinheiro para vários planos de fazer regressar os negros à África. Mas em 1793, com a invenção do descaroçador de algodão, a situação mudou completamente de figura. Da noite para o dia a produção dessa fibra converteu-se de uma atividade econômica em crise, com um futuro duvidoso, numa empresa tremendamente lucrativa. O rendimento total cresceu de 4.000 fardos em 1790 a 175.000 em 1810 e a 4.000.000 em 1860. O algodão tornou-se o rei da economia e o sistema das plantações com o seu corolário, a escravidão, enraizou-se firmemente no Sul.

Entretanto, seria erro supor que a guerra tivesse nascido de uma tentativa do Norte para obrigar o Sul a abandonar a escravidão. Até quase as vésperas da luta, as opiniões entre os nortistas estavam longe de ser unânimes em favor da abolição. Os abolicionistas eram comumente considerados como fanáticos perturbadores da ordem pública e por vezes brutalmente maltratados por causa das suas pregações. Em 1835 uma multidão enfurecida assaltou William Lloyd Garrison, amarrou-lhe uma corda ao pescoço e arrastou-o pelas ruas de Boston. Dois anos depois, outra multidão em Illinois linchou Elijah P. Lovejoy, diretor de um jornal abolicionista. O que mais preocupava a maioria dos nortistas era a extensão da

escravatura aos territórios. Estavam dispostos a tolerá-la no Sul, mas opunham-se à sua intrusão no Território da Luisiana ou nas regiões do Sudoeste, conquistadas ao México em 1848. Pretendiam organizar essas áreas em estados livres que seriam colonizados por emigrantes da Nova-Inglaterra e da costa central do Atlântico, desejosos de adquirir terras. Talvez o Sul houvesse anuído a esses planos se as duas partes do país permanecessem essencialmente iguais em poder e influência, mas não era isso o que acontecia. Embora Norte e Sul contassem o mesmo número de estados ainda em 1840, as respectivas populações diferiam grandemente. Os habitantes do norte elevavam-se a 9.728.000 e os do Sul, a 7.334.000. Isso dava ao Norte um total de 135 cadeiras na Câmara de Representantes, enquanto o Sul tinha apenas 87. Queixava-se John C. Calhoun de que, devido a essa disparidade de números, o Norte teria uma maioria perpétua no Colégio Eleitoral e poderia, portanto, impedir que um sulista jamais se tornasse presidente.

À medida que a marcha dos acontecimentos se encaminhava para um conflito armado ia avultando mais e mais o antagonismo regional como verdadeira causa da Guerra Civil. O Sul era agrícola, o Norte ia num ritmo crescente de industrialização. Como produtor de matérias-primas regionais para exportação, o primeiro opunha-se às tarifas protetoras, uma vez que estas aumentavam o preço das importações. O segundo via no protecionismo uma medida indispensável para que as suas indústrias pudessem manter-se contra a concorrência estrangeira. Do ponto de vista do Norte, era necessário um governo central forte para realizar melhoramentos internos e manter a ordem e a estabilidade essenciais à continuação da prosperidade nacional. Os estadistas nortistas sustentavam, portanto, que a secessão e a revogação das leis federais pelos estados eram ilegais, que o governo central derivava a sua autoridade do povo em conjunto e que a União era mais antiga que os estados. Profundamente cônscios do caráter peculiaríssimo das suas instituições, os líderes sulistas contavam reduzir ao mínimo as atividades do governo central. Afirmavam que a soberania residia nos estados individualmente, que os estados haviam criado a União e que o governo federal não passava de um agente daqueles. Como cada estado ingressara na União por sua vontade própria, era livre de retirar-se dela quando isso fosse da sua conveniência. Tinha, outrossim, o direito de revogar todo ato do governo central que prejudicasse os seus interesses. Com o decorrer do tempo as questões relacionadas com o

regionalismo e os direitos dos estados encadeavam-se cada vez mais intimamente à questão da escravidão. Parecia aos sulistas que o único meio de defender os interesses da sua região seria insistir no direito de introduzir a escravidão nos novos territórios, na esperança de poderem organizar pelo menos alguns deles como estados escravistas e restabelecer assim o equilíbrio entre Norte e Sul. O reconhecimento do caráter fundamental dessa questão pelos nortistas foi exemplificado pela organização do Partido do Solo Livre (Free Soil Party) em 1848, com o objetivo principal de excluir a escravidão dos territórios. Outra ilustração nos é fornecida por uma sangrenta guerra no Kansas, em 1854-56, entre imigrantes anti-escravistas da Nova-Inglaterra e guerrilheiros escravistas vindos do estado vizinho de Missouri.

Em 1857 o Sul regozijou-se com o que parecia ser uma grande vitória para o seu ponto de vista de que a escravidão não podia ser proscrita em territórios sujeitos ao governo federal. Em 6 de março desse ano o Supremo Tribunal, pela voz do seu presidente, o juiz Taney, emitiu sentença sobre a famosa causa Scott versus Sanford. Dred Scott era escravo de um oficial-médico do exército norte-americano. Seu amo levou-o do Missouri ao Illinois, daí para o Território de Minnesota, onde a escravidão tinha sido proibida pelo Compromisso do Missouri, e finalmente trouxe-o de volta a este estado. Ali solicitou ele a sua alforria, alegando o fato de ter residido por duas vezes em solo livre. O Supremo Tribunal rejeitou as suas alegações declarando inconstitucional o Compromisso do Missouri. O Congresso não tinha o direito de proibir a escravidão nos territórios, pois isso importava em esbulhar de suas propriedades os sulistas que para lá pretendessem dirigir-se. O presidente Taney declarava também que nenhum negro, fosse ele livre ou escravo, tinha o direito de promover ações perante os tribunais federais. Os negros não eram cidadãos dos Estados Unidos e nenhuma lei do Congresso ou decreto de legislatura estadual lhes podia conferir essa dignidade. Ao ser adotada a Constituição, eram considerados seres subordinados e inferiores. Jamais fora intenção dos criadores daquele instrumento dar-lhes igualdade de direitos e privilégios com os membros da raça caucásica. O juiz Taney parece ter sido inspirado por motivos nobres. Esperava que uma resposta definitiva do Supremo Tribunal decidiria uma vez por todas a questão da escravidão nos territórios, evitando assim a guerra civil. Os nortistas, no entanto, condenaram quase unanimemente a decisão. Admitiam a possibilidade de ser ela perfeitamente constitucional, mas

declaravam que havia uma lei mais alta do que a Constituição, e muitos deles estavam prontos a defender essa lei pela força. Ao invés de evitar a guerra civil, a decisão do caso Dred Scott foi um dos fatores que mais contribuíram para torná-la inevitável.

A causa imediata que deflagrou o conflito armado foi a eleição de Abraham Lincoln para a presidência em 1860. Lincoln era o candidato do Partido Republicano, fundado seis anos antes com o objetivo declarado de opor-se à extensão da escravidão. Em 1856 os republicanos haviam indicado John C. Fremont para a presidência e feito a campanha eleitoral sob o "slogan": Free soil, free speech, and Fremont (Solo livre, liberdade de palavra e Fremont). Quatro anos depois, adotou uma vasta plataforma que visava agradar a quase toda gente no Norte, com exceção dos abolicionistas radicais. Prometia melhoramentos internos, tarifas elevadas no interesse da indústria e uma quarter-section (160 acres) de terra gratuita para os que desejassem estabelecer-se no Oeste. Na questão da escravidão, tomava uma posição bem definida: nenhuma interferência com a instituição nos estados do Sul, mas exclusão absoluta dos territórios. Apesar da moderação da sua plataforma no tocante à questão da escravidão, o triunfo do Partido Republicano na eleição de 1860 foi considerado pelos sulistas quase como o equivalente de uma declaração de guerra. O candidato do partido não era abolicionista; tinha ido mesmo ao ponto de declarar-se favorável a uma emenda constitucional que protegesse a escravidão no Sul. Mas dissera também, dois anos antes da eleição, que o país não podia continuar "meio escravista e meio livre", e prosseguira nas investidas contra a decisão do caso Dred Scott, que o Sul considerava quase como a única esperança de restabelecer o equilíbrio entre as duas partes da nação. Sem esse equilíbrio seria para sempre impossível impedir que o Norte impusesse o seu dispendioso sistema de tarifas e de melhoramentos internos a uma região agrária que não queria saber de tais coisas.

Tão logo houve certeza de que Lincoln tinha sido eleito, a Carolina do Sul separou-se da União. O movimento alastrou-se como uma epidemia e foi crescendo o número de estados que anunciavam a sua retirada. Em 8 de fevereiro de 1861 os delegados de sete estados secessionistas reuniram-se em Montgomery, no Alabama, e fundaram os Estados Confederados da América. Jefferson Davis foi escolhido para presidente e Alexander H. Stephens para vice-presidente. Um mês mais tarde adotava-se uma constituição semelhante à dos Estados Unidos, com algumas notáveis

exceções. A Constituição confederada limitava o mandato do presidente a um único período de seis anos. Reconhecia expressamente e protegia a escravidão dos negros. Dava ao Congresso o poder de criar verbas unicamente por solicitação especial do Presidente. Autorizava o Presidente a vetar verbas nos projetos orçamentários. Concedia aos membros do gabinete o privilégio de ter cadeiras no Congresso e de participar nos debates. Ao negarem lealdade aos Estados Unidos e ao estabelecerem um novo governo, os estadistas do Sul alegavam não fazer outra coisa senão exercer um direito conferido pela declaração de Independência: o direito de "alterar ou abolir" uma forma de governo sempre que ela se tornasse fatal "à vida, à liberdade e à busca da felicidade". Ao que respondia o Norte, pela boca do Presidente Lincoln, que o direito de revolta mencionado na Declaração de Independência só se aplicava aos governos tirânicos. Não podia existir o direito de abolir o governo mais livre e mais democrático do mundo.

A Guerra Civil seguiu o seu curso trágico durante quatro pavorosos anos. Iniciou-se com o ataque ao Forte Sumter, em 12 de abril de 1861, e terminou com a rendição de Robert E. Lee na casa do tribunal de Appomatox, em 9 de abril de 1865. Desde o começo o Norte contou com decisivas vantagens. Tinha uma população de 19.000.000 em confronto com os 8.500.000 da Confederação e dispunha de recursos financeiros muito superiores. Possuía também uma armada, que faltava ao Sul, e uma estrutura econômica muito mais diversificada e altamente desenvolvida. Quase todos os estabelecimentos fabris estavam localizados no Norte, ao passo que o Sul não era sequer auto-suficiente no abastecimento de víveres. Por outro lado, a Confederação tinha uma tradição militar, um litoral tão extenso que quase impossibilitava o bloqueio, e a vantagem ainda mais positiva de lutar no seu próprio território. Foi fácil aos seus chefes persuadir o povo de que não necessitava fazer outra coisa senão agüentar-se até que o Norte cansasse e abandonasse a luta. Durante os primeiros dois anos as perspectivas do Sul pareceram justificar o otimismo. Os seus exércitos conseguiram vencer ou pelo menos esquivar a derrota na maioria das batalhas e as possibilidades de auxílio estrangeiro era particularmente animadoras. Mas em 1862 operou-se uma reviravolta. Em setembro desse ano o general Lee atravessou com um poderoso exército o rio Potomac, na intenção de tomar a ponte ferroviária de Harrisburg e cortar a União em duas partes. O general George B. McClellan, com um exército nortista duas

vezes maior, avançou ao seu encontro. Os dois exércitos entrechocaram-se junto ao regato de Antietam, em Maryland. Embora não tivessem sofrido uma derrota decisiva, a exaustão obrigou as tropas de Lee a retirar através do Potomac. Se tivessem alcançado o seu objetivo poderiam continuar o avanço para o norte, tomando Filadélfia e até Nova York. Lee fez outra tentativa de invadir o Norte em julho de 1863, mas teve de retirar novamente após ser detido pelas forças do general Meade em Gettysburg. Depois de Antietam a sorte das batalhas foi constantemente desfavorável aos sulistas. As esperanças de auxílio estrangeiro evaporaram-se e Lincoln aproveitou-se do rumo favorável tomado pelos acontecimentos para proclamar a emancipação dos escravos em todos os estados ou porções de território ainda em guerra com a União. Essa proclamação transformou a Guerra Civil numa cruzada cujo fervor contribuiu para garantir a vitória das forças do Norte.

Os resultados da Guerra Civil foram momentosos. Mais de 200.000 homens foram mortos ou morreram em consequência dos ferimentos recebidos em combate e outros 413.000 pereceram por doença, por acidente ou por outras causas. Muitos abolicionistas, sem dúvida, consideravam justificável esse holocausto de vidas, uma vez que a escravidão foi para sempre extinta pelo acréscimo da 13a Emenda à Constituição, pouco antes de terminar a guerra. Posteriormente, a 14a Emenda conferiu os direitos de cidadania aos negros emancipados e a 15a proibiu que se negasse o sufrágio a qualquer cidadão por motivos de raça, cor, ou condição servil anterior. Mas a Guerra Civil também teve outros efeitos. Deixou o Sul prostrado, atormentado por temores e preconceitos e incapaz, por vários anos, de tomar parte na evolução democrática do país. Os sulistas que haviam participado da rebelião foram privados pelo Congresso do direito de votar e de exercer qualquer cargo do governo, resultando daí que alguns dos antigos estados confederados caíram sob o domínio de negros analfabetos ou de políticos aventureiros (carpetbaggers) vindos do Norte. A 14a Emenda não só conferia a cidadania aos antigos escravos mas também continha uma disposição de enorme importância para o desenvolvimento econômico do país. A disposição a que nos referimos proibia a qualquer estado "tirar a vida, a liberdade ou a propriedade a qualquer pessoa, sem o devido processo judicial". Os porta-vozes do alto comércio sustentavam que a palavra "pessoa" nesse texto significava não só as pessoas físicas mas também as pessoas jurídicas. Em 1886 o Supremo Tribunal adotou esse

ponto de vista. O resultado foi dar um tremendo estímulo ao crescimento e à expansão das companhias, tornando-as, por várias décadas, virtualmente imunes à regulamentação. Não havia, por assim dizer, atos dos legislativos estaduais fixando salários mínimos ou limitando as jornadas de trabalho que não pudessem ser impugnados por atentarem contra a propriedade das companhias "sem o devido processo judicial". Poucas coisas contribuíram mais do que essa para promover a revolução econômica norte-americana subsequente à Guerra Civil.

3. A VOLTA À REFORMA

A Guerra Civil e a controvérsia anterior sobre a escravidão e os direitos dos estados lavraram a sentença de morte da Revolução Jacksoniana. Depois de 1840 os progressos democráticos e mesmo o interesse pela democracia foram relativamente destituídos de importância. Se bem que muitas vezes aclamada como uma luta pela liberdade e pela igualdade, a Guerra Civil introduziu um período de caçada frenética ao dólar e de brutal exploração, que Mark Twain muito apropriadamente denominou a Era Dourada. Até por volta de 1890 a atitude predominante consistiu em encarar as riquezas naturais dos Estados Unidos como uma grande churrascada em que tinha o direito de participar qualquer um que conseguisse abrir caminho até os espetos. A filosofia econômica mais aceita era a do *laissez-faire* e da livre concorrência, aquilo que mais tarde veio a ser chamado "robusto individualismo". A pobreza era considerada um distintivo de inércia e a riqueza, um sinal infalível de virtude. A competição econômica fazia pendant à luta pela existência e à sobrevivência dos mais aptos na ordem biológica. Quanto mais implacável a competição, melhor seria, pois assim eram eliminados com mais rapidez os fracos e os incompetentes. Torna-se desnecessário frisar que o predomínio de doutrinas como essas não encorajava os movimentos em benefício das massas desfavorecidas.

Não obstante, tais movimentos acabaram por surgir e já na década de 1890 haviam alcançado um vigoroso desenvolvimento. Se bem que todos houvessem começado como veículos do descontentamento de classe, a maioria deles chegaram a tornar-se dignos sucessores das democracias jeffersoniana e jacksoniana. Seus líderes pugnavam pelo que consideravam o direito inato da grande massa de cidadãos. O primeiro movimento de importância após a Guerra Civil foi o dos "Greenbackers", nas décadas de

1870 e 1880. Originalmente uma expressão do descontentamento dos fazendeiros sobrecarregados de dívidas, recebeu também o apoio do economista Henry C. Carey e do industrialista Peter Cooper, que em 1876 foi candidato do Partido Nacional Independente, comumente chamado Greenback Party, à presidência da nação. A finalidade principal do movimento era estabelecer o que hoje se chama uma moeda dirigida. Significa isto que o governo, pela emissão de greenbacks (notas do Tesouro), aumentaria o meio circulante de modo a acompanhar o ritmo do crescimento da população e do desenvolvimento económico do país. Dava-se grande significação ao fato de ter o dinheiro em circulação baixado de 58 dólares per capita em 1865 a 17 dólares em 1876. Alegava-se que essa escassez da moeda vinha causando sérias dificuldades aos devedores, em especial aos fazendeiros, que haviam tomado dinheiro emprestado para comprar terras a preços elevados durante a Guerra Civil ou pouco depois dela. O que eles necessitavam era um aumento do meio circulante, o qual provocaria uma alta nos preços dos produtos que tinham para oferecer, permitindo-lhes assim resgatar as suas hipotecas. Mas os "Greenbackers" também tinham outros objetivos. Pleiteavam a taxação dos rendimentos e a restrição da venda de terras públicas aos colonizadores. Em 1888, esperando conquistar o apoio dos trabalhistas, ampliaram a sua plataforma que passou a incluir a encampação das estradas de ferro e dos telégrafos, o voto feminino e a eleição direta dos senadores federais.

Um movimento mais vasto e mais viril que o dos "Greenbackers" foi o movimento populista da década de 1890. Também dessa vez o apoio mais valioso partiu dos fazendeiros. A melhoria dos preços dos produtos agrícolas pouco antes de 1890 havia feito silenciar os pedidos de inflação da moeda, mas estes recrudesceram na década seguinte, quando a crise começou a negrear no horizonte. Dessa vez o movimento tomou a forma de uma agitação em favor da cunhagem de prata na proporção de 16 para 1 de ouro. Objetivo seria o mesmo : aumentar os preços dos gêneros alimentícios e dos produtos não beneficiados, que haviam baixado a níveis anormais, e permitir destarte que os produtores pagassem as suas dívidas. A cunhagem de prata também teria a vantagem de agradar aos mineiros do Oeste e aos fazendeiros do Oeste e do Sul. Na campanha de 1892 os populistas indicaram James B. Weaver, de Iowa, para a presidência da União, com uma plataforma que advogava o imposto progressivo sobre a renda, caixas económicas postais, a encampação das estradas de ferro, das linhas

telegráficas e telefônicas, a eleição direta dos senadores federais e um período presidencial único. O general Weaver recebeu mais de um milhão de votos populares e os votos eleitorais de quatro estados. Quatro anos depois os populistas reiteraram a sua plataforma, com alguns acréscimos de menor importância. Entretanto, os bimetelistas tinham assumido o controle do Partido Democrático e indicado para presidente um jovem e fluente orador de Nebraska, chamado William J. Bryan, cujo discurso denunciando as tentativas de "crucificar a humanidade numa cruz de ouro" empolgara a convenção. Como a convenção dos democratas incluía na sua plataforma quase tudo que os populistas defendiam, estes últimos não tiveram remédio senão endossar Bryan como seu candidato. A campanha que se seguiu foi uma das mais sensacionais na história dos Estados Unidos. Os populistas foram atacados como ateus e comunistas e Bryan como um perigoso demagogo que não passava de um instrumento daqueles. A eleição resultou numa vitória para o candidato republicano, William McKinley, com 7.100.000 votos contra 6.500.000 dados a Bryan.

A eleição de 1896 assinalou o apogeu do movimento populista. O partido apresentou candidatos em 1900, mas o velho fervor tinha-se extinguido. Vários fatores contribuíram para isso. O malogro da safra de trigo na Índia em 1896 foi seguido de uma safra pobre na Europa em 1897. Os fazendeiros americanos que tinham trigo para exportar lucraram com a alta dos preços. Mais importantes ainda foram o descobrimento de ricos depósitos de ouro no Klondike e na África do Sul e a invenção do processo de cianetação para extrair ouro dos minérios pobres. Em consequência disso a produção mundial do metal amarelo elevou-se a mais do dobro em quatro anos. Teve começo um novo período de prosperidade e os campeões da prata já não puderam alegar que as existências de ouro eram insuficientes para as necessidades monetárias do país. Não era de esperar, todavia, que o idealismo engendrado pelos movimentos dos "Greenbackers" e dos populistas morresse de todo. Nos primeiros anos do século XX ele tornou a levantar-se como a Fênix das cinzas da derrota e adquiriu suficiente ímpeto para se tornar, pelas alturas de 1914, uma das forças mais vitalizantes da história da república. Cristalizando-se no Movimento Progressista, diferia das suas encarnações interiores em apresentar um interesse intelectual e urbano mais vasto e em preocupar-se com uma variedade maior de questões. Seus líderes incluíam não só oradores e estadistas da pradaria do Mississippi mas também filósofos

como John Dewey, reformadores cívicos como Tom L. Johnson e Lincoln Steffens, educadores como Charles Van Hise, da Universidade de Wisconsin, e David Starr Jordan, da Stanford University, e publicistas como Walter Lippmann e Herbert Croly.

As primeiras formulações da doutrina progressista parecem ter sido a Idéia de Wisconsin e o Sistema de Oregon. A primeira, que foi obra de Charles Van Hise e de Robert M. La-Follette, batia-se pelas eleições preliminares diretas, pela reforma tributária, pela regulamentação das estradas de ferro e principalmente pelo uso das facilidades da universidade estadual com o fim de promover o governo pelo povo. O Sistema de Oregon era um conjunto de propostas de reformas que acabaram por ser amplamente adotadas. Incluíam elas o voto secreto, o registro dos votantes, a iniciativa popular e o referendium, as eleições preliminares diretas, a cassação de mandatos pelo voto popular e leis que restringissem as contribuições e outras despesas das campanhas eleitorais, com o fim de dismantelar as máquinas políticas. Com o decorrer do tempo o movimento veio a abranger quase todas as doutrinas populistas, com exceção das referentes à moeda. Muitos de seus líderes também eram partidários do short ballot e da representação proporcional. O primeiro era um plano para restringir as eleições populares aos principais funcionários legislativos e executivos, que seriam então estritamente responsáveis pelos seus atos políticos. Todos os demais funcionários seriam nomeados, em geral de acordo com regulamentos de serviço público. A finalidade do short ballot é aliviar o ônus da escolha para o eleitor, permitindo assim que ele expresse as suas preferências de maneira mais inteligente. Como dissemos num capítulo anterior, a representação proporcional é um sistema pelo qual se dá representação aos partidos políticos na razão direta da sua força eleitoral. Esse sistema garante cadeiras no corpo legislativo não somente ao partido que conquistou a maioria de votos, mas também aos partidos de minoria.

O Movimento Progressista alcançou o apogeu entre os anos de 1910 e 1916. O primeiro destes anos assistiu à famosa Revolta dos Insurgentes. Um grupo de deputados republicanos-progressistas da Câmara Federal, chefiado por George W. Norris, representante de Nebraska, uniu-se aos democratas na rebelião contra o exercício de poderes autocráticos pelo presidente da Câmara, Joseph G. Cannon. Conseguiram

excluir o presidente da Comissão do Regulamento e em tornar eletivas tanto essa comissão como todas as demais. Orgulhosos e otimistas em consequência dessa vitória, os Insurgentes ambicionaram outros triunfos. Em janeiro de 1911 organizaram a Liga Republicana Progressista Nacional, em aliança com alguns senadores, entre os quais LaFollette, de Wisconsin, e Jonathan Bourne, de Oregon. Adotaram uma plataforma que combinava os principais elementos da Ideia de Wisconsin e do Sistema de Oregon e pensaram seriamente em recomendar a candidatura de LaFollette para a presidência. Alguns progressistas, no entanto, eram favoráveis à indicação de Theodore Roosevelt, que findara o seu mandato presidencial em 1909 e vinha de realizar uma expedição de caça na África. Afigurava-se aos seus admiradores que, como ídolo popular, ele tinha muito mais probabilidades de vencer a eleição do que LaFollette.

Tendo perdido a indicação do Partido Republicano em 1912, Roosevelt e os seus adeptos entraram em dissidência. Pouco depois realizaram a sua própria convenção e fundaram o Partido Progressista, apresentando Roosevelt como candidato. O entusiasmo não conheceu limites. Os delegados desfilaram na sala da convenção cantando

"Avante soldados de Cristo". O próprio candidato declarou: "Estamos em Harmagedon e batemo-nos pelo Senhor." Na campanha, subsequente Roosevelt rotulou o seu programa como o "Novo Nacionalismo". Este título propunha-se dar a idéia de um forte governo nacional que tomaria medidas positivas para proteger o povo contra os interesses gananciosos. Tais medidas incluíam a regulamentação rigorosa dos negócios por uma comissão federal, a proibição do trabalho das crianças e dos interditos nas disputas trabalhistas, um salário mínimo para as mulheres, a jornada de oito horas para as mulheres e as crianças, as indenizações por acidente de trabalho, a criação de um Ministério do Trabalho, a aposentadoria e o seguro contra a doença e o desemprego. Às propostas já conhecidas do sufrágio universal, da eleição direta dos senadores federais, da iniciativa popular, do referendun e da cassação de mandatos pelo voto popular acrescentava Roosevelt a rejeição, pelo povo, de decisões judiciais. Se fosse posta em prática esta sua doutrina, a mais radical de todas, teria dado ao povo o direito de revogar a decisão de qualquer tribunal que declarasse inconstitucional um ato do legislativo.

Se bem que Roosevelt tivesse sido derrotado na campanha de

1912, o resultado da eleição não deixou de ser uma vitória para as idéias progressistas, pois o candidato vencedor era um progressista em tudo, menos no nome. Era ele Woodrow Wilson, candidato do Partido Democrático. Com a cisão dos republicanos o triunfo ficara garantido para os democratas, contanto que acertassem em escolher um candidato progressista. Não foi fácil preencher esta condição. Champ Clark, do Missouri, favorito dos conservadores, era quem tinha por si o maior número de delegados à convenção. Felizmente para os progressistas, Bryan estava decidido a impedir a escolha de um candidato que contasse com o apoio quer dos banqueiros de Nova York, quer de Tammany Hall. No 46º escrutínio foi finalmente indicado Wilson. Governador de New Jersey e ex-reitor da Universidade de Princeton, Woodrow Wilson foi um dos presidentes norte-americanos mais excepcionais. Não era em absoluto um político e notabilizara-se sobretudo como homem de estudos e grande educador. Tornara-se governador de New Jersey em 1910 principalmente porque os democratas necessitavam de um candidato "respeitável" para poder vencer os seus poderosos antagonistas. Uma vez no governo, tratara logo de repudiar os chefes políticos e de fazer passar no legislativo uma série de importantes reformas. Seu programa de candidato à presidência reproduzia muitas das propostas de Roosevelt. Tomava, no entanto, uma atitude mais enérgica contra os trustes, pedia tarifas mais baixas e negava-se a advogar a rejeição popular das decisões judiciárias.

Wilson foi empossado em 4 de março de 1913. Durante três anos empregou o melhor de seus esforços na realização do seu programa progressista. Foi, em larga medida, bem sucedido. Combateu eficazmente os protecionistas e forçou o Congresso a reduzir os direitos sobre 900 artigos. Instituiu o sistema da Reserva Federal, destinado a proporcionar uma melhor regulamentação das transações bancárias e uma moeda e regime de crédito mais flexíveis. Obteve a promulgação da Lei Clayton contra os trustes, a qual proibia os diretores de ligação entre as companhias e a discriminação de preços para impedir a concorrência. Fundou a Comissão Federal de Comércio, com o poder de emitir mandados de desistência contra as companhias que empregassem métodos desleais de concorrência. Entre as suas outras realizações contavam-se uma lei das oito horas para as estradas de ferro interestaduais, uma lei do trabalho infantil que proibia o comércio interestadual com os produtos do trabalho de crianças e um sistema federal de empréstimos agrários para fornecer aos fazendeiros um

crédito mais fácil do que o que eles podiam obter nos bancos comerciais. A todo esse programa deu o nome magnificente de Nova Liberdade. Teve ele, no entanto, um fim prematuro quando as ameaças de guerra com a Alemanha começaram a escurecer o céu. Depois de 1916 Wilson teve a atenção tão completamente absorvida pelos problemas do conflito internacional que não lhe sobrou tempo nem energia para as reformas internas. O resultado foi passar o progressismo à história mais ou menos como tinham feito no século anterior a democracia jeffersoniana e a democracia jacksoniana. Cada um desses movimentos foi detido pelo deflagrar de uma guerra — o primeiro pela guerra de 1812 com a Inglaterra, o segundo pela guerra mexicana de 1846-48 e pela Guerra Civil de 1861-65, e o terceiro pela conflagração mundial de 1914-18.

4. OS ESTADOS UNIDOS E O MUNDO

Nenhuma idéia, talvez, se acha tão difundida quanto a de que os Estados Unidos têm seguido, durante a maior parte da sua história, uma política isolacionista. O isolacionismo foi, na verdade, o sonho de milhares de americanos. Os primeiros de seus antepassados que chegaram a este continente traziam a resolução de sacudir dos pés o pó da Europa. A opressão que muitos deles tinham sofrido no Velho Mundo e a dura travessia do Atlântico faziam com que a América lhes parecesse uma Terra de Promissão. A Europa, por contraste, afigurava-se corrupta e degenerada, perpetuamente envolvida em guerras dinásticas e em lutas pelo equilíbrio de poder. Ainda nas vésperas da independência americana, advertia Thomas Paine no seu opúsculo *Common Sense* que "o verdadeiro interesse da América é conservar-se ao largo das disputas européias". Idéias semelhantes levaram o presidente Washington a aconselhar a nação a que não "entrelaçasse o seu destino com o de qualquer parte da Europa". A expressão clássica do isolacionismo americano foi, porém, um "slogan" frequentemente atribuído a Washington, mas que na realidade foi formulado por Jefferson. No seu discurso inaugural, o terceiro presidente recomendou aos seus compatriotas que tivessem "paz, comércio e sincera amizade com todas as nações — mas alianças comprometedoras com nenhuma".

A doutrina isolacionista continuou a ser pregada através do século XIX e pelo nosso século a dentro. Sua formulação mais famosa foi, sem dúvida, a Doutrina Monroe de 1823. Expressava ela o receio de

que a Quíntupla Aliança (Áustria, Rússia, Inglaterra, Prússia e França) fizesse uso do seu poder combinado para tornar a impor o jugo espanhol às repúblicas do Hemisfério Ocidental que haviam proclamado a sua independência da Espanha. Havia também o temor de que após fazer isso a Aliança se voltasse contra os Estados Unidos a fim de eliminar a verdadeira sementeira de ideias revolucionárias. Declarava a Doutrina que qualquer tentativa das potências européias para estender o seu sistema ao Novo Mundo seria considerada pelos Estados Unidos como "uma ameaça à sua paz e segurança". Também continha a desinteressada disposição de que os Estados Unidos se absteriam de tomar parte em qualquer guerra entre as potências européias, "em assuntos que lhes dissessem respeito", e não interviriam nos negócios internos de qualquer dessas potências. A Doutrina Monroe foi, durante mais de um século, a grande estrêla-guia da política exterior norte-americana. A ela se recorreu em 1867 para expulsar os franceses do México, depois que Napoleão III se aproveitou da Guerra Civil para estabelecer um império títere ao sul do Rio Grande. Foi invocada contra os ingleses em 1895, para forçá-los a aceitar a intervenção norte-americana numa questão de limites entre a Venezuela e a Guiana Inglesa. O temor de que ela fosse aplicada em 1903 induziu a Alemanha a desistir de um bloqueio da costa venezuelana que havia empreendido a fim de obrigar aquela infeliz república a admitir as pretensões de alguns capitalistas alemães.

Desgraçadamente, a Doutrina Monroe também foi empregada algumas vezes como um instrumento para promover o "destino manifesto" dos Estados Unidos. Já em 1820, expansionistas ardentes como Henry Clay tinham proclamado que era destino dos Estados Unidos submeter ao seu domínio todo o continente norte-americano, inclusive as ilhas ao largo da costa. Em 1845 foi anexado o Texas, pouco depois o Território do Oregon, e em 1848 a maior parte das terras que constituem atualmente os estados de Novo México, Arizona e Califórnia foram tomadas ao México. Nas vésperas da Guerra Civil fazia-se agitação no Sul pela aquisição de Cuba, e o Norte seguiu esse exemplo durante a guerra formulando exigências sobre a anexação do Canadá. Em 1895 o secretário de estado do presidente Cleveland, Richard Olney, declarou que os Estados Unidos eram "praticamente soberanos neste continente" e que o seu fiat era lei "para os vassalos a quem eles limitam a sua intercessão".

Os mais importantes usos ou abusos da Doutrina Monroe, no século XX

pelo menos, disseram respeito ao Canal de Panamá e às perturbações internas nas repúblicas da América Central e das Antilhas. Em 1901 o governo dos Estados Unidos obteve o consentimento da Grã-Bretanha na anulação do Tratado Clayton-Bulwer, de 1850, o qual dava aos ingleses direitos iguais em qualquer canal que fosse aberto no Istmo do Panamá. Mas havia outro obstáculo no caminho. O Istmo do Panamá pertencia à República Colombiana, cujo governo não estava disposto a ceder os seus direitos, a não ser mediante uma forte indenização. Como fosse rejeitada a oferta norte-americana de 10.000.000 de dólares à vista e uma anuidade de 250.000 dólares, os líderes panamenhos organizaram uma revolta. Tinham a certeza de que os Estados Unidos lhes dariam proteção e garantiriam virtualmente o êxito do empreendimento. O começo da revolta foi marcado para o dia em que um cruzador norte-americano entrasse no porto de Cólón. Tudo funcionou com exatidão cronométrica. Os revolucionários prenderam os funcionários colombianos do istmo e proclamaram a independência da República do Panamá. Os fuzileiros navais norte-americanos impediram qualquer esforço eficaz do governo colombiano para debelar a revolução e quatro dias depois o Departamento de Estado em Washington reconhecia o governo rebelde como autoridade soberana no Panamá. Os colombianos ruminaram o seu ressentimento até 1921, quando os Estados Unidos, desejosos de obter acesso ao petróleo colombiano, concederam ao governo uma indenização de vinte e cinco milhões de dólares.

A aquisição da Zona do Canal tornou mais importante que nunca para os Estados Unidos a existência de governos estáveis nas repúblicas circunvizinhas. Mas sucedia também que muitos desses estados se estavam convertendo rapidamente em colônias econômicas do Colosso do Norte. Tanto banqueiros americanos como alguns capitalistas europeus tinham emprestado vultosas somas aos governos da América Central e das Antilhas. Quando esses governos deixavam de pagar as suas dívidas o espectro da intervenção européia começava a assombrar aquelas plagas. Em 1904 esse perigo ameaçou a República Dominicana, que havia atravessado uma orgia de discórdia e de sangue, deu ao presidente Theodore Roosevelt um pretexto para emitir o princípio que veio a ser conhecido mais tarde como o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe. Nele, o homem do Porrete Grande anunciava que "a delinquência ou a impotência crônica" de qualquer dos estados independentes do Hemisfério Ocidental poderia forçar os Estados Unidos, "ainda que com relutância", a exercer poderes de polícia

internacional. Já que, de acordo com a Doutrina Monroe, os governos europeus eram proibidos de intervir, seria dever do governo de Washington encaminhar-se para as repúblicas turbulentas, pôr-lhes a casa em ordem e obrigá-las ao pagamento das dívidas. Dentro dessa política a intervenção armada foi levada a efeito não só por Theodore Roosevelt na República Dominicana, mas por Wilson nela e no Haiti, e por Taft e Coolidge na Nicarágua. O Corolário Roosevelt permaneceu em vigor até 1930, quando foi repudiado pelo Memorando Clark, emitido por J. Reuben Clark, subsecretário de estado na administração Hoover.

A história da política exterior norte-americana pode ser dividida com propriedade em duas fases: do começo a 1898, e de 1898 a atualidade. Durante a primeira os Estados Unidos abstiveram-se em geral de intervir nos negócios do Velho Mundo e de entrar no jogo da política internacional de poder. É verdade que houve exceções aparentes. Jefferson enviou navios de guerra ao Mediterrâneo para eliminar os ninhos de piratas da Barbária e os Estados Unidos, como nação, participaram em escala considerável tanto das guerras da Revolução Francesa como das guerras napoleônicas. Mas o objetivo de todas essas atividades era essencialmente a promoção de interesses domésticos. Não implicavam em tentativas de conquistar colônias distantes ou de desempenhar qualquer papel nas emulações dos impérios estrangeiros.

A partir de 1898 os Estados Unidos adotaram uma nova orientação com respeito à política exterior. Seus interesses já não se limitavam ao Hemisfério Ocidental. A manutenção de um equilíbrio de poder na Europa e as rivalidades dos grandes impérios na Ásia também pesavam na balança. No verão de 1898 o governo dos Estados Unidos, agindo por solicitação de um pequeno grupo de imperialistas, tomou uma das decisões mais fatídicas da sua história. Referimo-nos à destruição da armada espanhola no porto de Manilha, a qual preparou o caminho para a anexação das Filipinas. O pretexto era o fato de achar-se a grande república norte-americana em guerra com a Espanha, mas o verdadeiro objetivo era bem diferente. Os responsáveis por essa aventura — Theodore Roosevelt, subsecretário da Marinha; Henry Cabot Lodge, senador por Massachusetts; Albert J. Beveridge, senador por Indiana; e Alfred T. Mahan, almirante da marinha norte-americana — acreditavam que as Filipinas eram valiosas em si mesmas do ponto de vista estratégico e econômico, mas que sobretudo seriam uma preciosa cunha de entrada para a exploração do comércio com a

China. Nenhuma dessas expectativas se concretizou na realidade. Ao invés disso, a posse das Filipinas serviu principalmente para envolver os Estados Unidos na política de poder do Extremo-Oriente. Cada acréscimo de poder do Japão ou da Rússia, cada extensão da esfera de influência alemã ou francesa na China parecia uma ameaça aos interesses norte-americanos.

Entre 1898 e 1914 o governo dos Estados Unidos interveio por várias vezes, tanto pública como secretamente, na política do Velho Mundo. Em 1899, quando se tornou evidente que as potências predatórias, notadamente a Alemanha, a França, a Rússia e o Japão, estavam tratando de repartir todo o Império Chinês em esferas de influência, o secretário de estado John Hay, instigado em segredo pelos ingleses, formulou a Política da Porta Aberta. Ao contrário do que comumente se julga, essa política não estabelecia a igualdade comercial na China, mas dispunha apenas que as várias potências não deviam fazer discriminação em favor dos seus súditos com respeito aos privilégios comerciais nas respectivas esferas de influência. Mesmo sob essa forma limitada ela não recebeu a aprovação definida de nenhuma das grandes potências, salvo a Grã-Bretanha. Em 1905 o presidente Theodore Roosevelt interveio na guerra russo-japonesa para induzir os beligerantes a depor as armas e assinar o Tratado de Portsmouth. Se bem que ambos os adversários estivessem quase exaustos, a intervenção americana chegou numa conjuntura favorável ao Japão. Roosevelt era pró-japonês e via na Rússia a maior ameaça a um equilíbrio de poder no Extremo-Oriente. No mesmo ano, com a Alemanha e a França às testilhas por causa de Marrocos, Roosevelt tomou providências para levar os dois países a resolver as suas diferenças numa conferência internacional. A conferência reuniu-se em 1906 no porto de Algeciras, na Espanha, com a presença de dois delegados norte-americanos, e Roosevelt, que tinha forte inclinação pela França, gabou-se, com mais fanfarronada do que respeito à verdade, de ter abatido a proa ao kaiser "com muita decisão". Nos anos subsequentes o mesmo presidente norte-americano autorizou acordos com o Japão, dando-lhe carta branca na Coreia e recebendo em troca o reconhecimento japonês dos direitos americanos nas Filipinas e piedosos compromissos quanto à independência da China.

Capítulo 26

Progresso intelectual e artístico durante a época da democracia e do nacionalismo

Costuma-se chamar Revolução Intelectual aos progressos realizados pela cultura nos séculos XVII e XVIII. Seria igualmente acertado aplicar esse termo aos progressos intelectuais do período que vai de 1830 a 1914. Nunca antes, em período tão breve de tempo, havia o espírito humano produzindo descobertas e idéias estimulantes em tão assombrosa profusão. E, inegavelmente, uma boa porção delas eram tão revolucionárias em seus efeitos quanto as que mais o tinham sido no passado. No entanto, a revolução intelectual que se processou entre 1830 e 1914 diferiu em muitos aspectos da dos séculos XVII e XVIII. Para principiar, a tradição dedutiva ou racionalista estava quase completamente extinta. Essa decadência do racionalismo refletia-se em nítido declínio da importância relativa da filosofia. De fato, na nova era a filosofia pouco mais foi, amiúde, do que um simples eco da ciência. Não que os problemas do universo tivessem sido finalmente solucionados ou que o homem houvesse perdido a capacidade de pensar, mas as ciências passaram a ser encaradas como única fonte fidedigna de conhecimento. Houve, é certo, alguns pensadores que se rebelaram contra a nova tendência; mas poucos tinham a intrepidez de advogar um revivescimento da dedução pura ou do ponto de vista místico na busca da verdade. Em outras palavras, foi quase completa a vitória do empirismo, ou seja daquela filosofia que deriva as suas verdades mais da experiência concreta que do raciocínio abstrato.

1. O APOGEU DA CIÊNCIA

Em confronto com todas as épocas precedentes, o período que vai de 1830 a 1914 assinala o apogeu do progresso científico. As conquistas desse período não só foram mais numerosas mas também devassaram mais profundamente os segredos das coisas e revelaram a natureza do mundo e do homem, projetando sobre ela uma luz até então insuspeitada. Deu-se amplo desenvolvimento a cada um dos antigos ramos da ciência, ao mesmo tempo que mais de uma dezena de ramos novos eram acrescentados aos já existentes. O fenomenal progresso científico dessa época resultou de vários fatores. Deveu-se, até certo ponto, ao estímulo da

Revolução Industrial, à elevação do padrão de vida e ao desejo de conforto e prazer. Encarar, porém, a ciência moderna como uma espécie de conhecimento essencialmente prático seria desconhecer-lhe a importância. Um Einstein ou um Eddington não são menos alheios aos problemas da vida cotidiana do que o eram Santo Tomás de Aquino ou Alberto Magno. A ciência pura ocupa mesmo, na época moderna, uma posição algo semelhante à da escolástica no século XIII. É, ao mesmo tempo, um substituto da lógica como disciplina do espírito e a expressão de um insaciável desejo de conquista de todos os conhecimentos, de um domínio intelectual do universo. Os escolásticos empregavam métodos de todo diferentes, mas os seus objetivos e esperanças eram os mesmos.

Embora nenhuma das ciências tenha sido descurada entre 1830 e 1914, foram as ciências biológicas e a medicina que tiveram maior desenvolvimento. O feito mais notável da biologia foram as novas explicações dadas da teoria da evolução orgânica. Já vimos que esta teoria remonta pelo menos a Anaximandro, no século VI antes da era cristã, e que foi aceita por muitos dos grandes espíritos da antiguidade. Sabemos também que ela foi renovada no século XVIII pelo filósofo Barão de Holbach, pelo poeta Goethe e pelos cientistas Buffon e Lineu. Nenhum desses homens, porém, apresentou provas suficientes nem explicou como funciona o processo da evolução. O primeiro a desenvolver uma hipótese sistemática da evolução orgânica foi o biólogo francês Jean Lamarck (1744-1829). O princípio básico da hipótese de Lamarck, publicada em 1809, é o da hereditariedade dos caracteres adquiridos. Afirmava ele que um animal submetido a uma mudança de meio ambiente adquire novos hábitos que, por sua vez, se refletem em modificações estruturais. Esses caracteres adquiridos da estrutura orgânica, segundo acreditava Lamarck, são transmissíveis à descendência, donde resulta surgir, após uma série de gerações, uma nova espécie animal. Embora os seus sucessores tivessem encontrado poucos fatos para confirmar a hipótese, ela dominou o pensamento biológico durante mais de cinquenta anos. Não está totalmente desacreditada, mas não se lhe confere senão uma validade parcial.

Uma hipótese muito mais científica da evolução orgânica foi a de Charles Darwin, publicada em 1859. Darwin nasceu em 1809 e era filho de um médico da província. Embora tivesse chegado aos setenta e três anos, era de constituição fraca e durante a maior parte de sua vida adulta não parece ter gozado um só dia de saúde normal. Atendendo ao desejo do pai,

começou a estudar medicina em Edimburgo, mas logo desistiu e foi cursar teologia em Cambridge. Naquela universidade dedicou o melhor de seu tempo à história natural e só conseguiu o décimo lugar na sua turma, entre os que não se candidataram às honras acadêmicas. Em 1831 obteve uma nomeação como naturalista sem vencimentos a bordo do navio Beagle, que se preparava para realizar uma expedição científica à volta do mundo. O cruzeiro durou quase cinco anos e deu a Darwin uma esplêndida oportunidade de entrar em contato direto com as múltiplas variedades da vida animal. Notou as diferenças entre a fauna das ilhas e as espécies correspondentes que habitam o interior dos continentes, e observou as semelhanças entre os animais vivos e os fósseis de espécies extintas encontrados no mesmo local. Foi um preparo magnífico para o trabalho ao qual dedicaria toda a sua vida. Ao voltar dessa viagem, leu por acaso o Ensaio sobre a população de Malthus e chamou-lhe a atenção a tese de que por toda a natureza nascem muito mais indivíduos do que os que podem sobreviver e, por conseguinte, os mais fracos devem perecer na luta pela subsistência. Finalmente, ao cabo de mais vinte anos de vastas e cuidadosas pesquisas, deu a público sua obra *Origem das espécies*, cuja influência sobre o pensamento moderno não foi provavelmente igualada pela de nenhum outro livro.

A hipótese de Darwin, apresentada na *Origem das espécies* (1859), é conhecida como teoria da seleção natural. Significa esta expressão que é a natureza ou o meio que seleciona entre a descendência dos seres vivos aquelas variações que estão destinadas a sobreviver e perpetuar-se. Darwin salientava em primeiro lugar que os progenitores de cada espécie geram um número de descendentes maior do que o que pode sobreviver. Afirmava que, em resultado disso, trava-se entre a descendência uma luta pelo alimento, pelo abrigo, pelo calor e outras condições necessárias à vida. Nessa luta, certos indivíduos levam vantagem graças ao fator da variação, o que significa que não existem dois descendentes exatamente iguais. Alguns nascem fortes, outros fracos; alguns têm chifres maiores ou garras mais afiadas do que os seus irmãos, ou talvez uma coloração que lhes permite confundir-se melhor com o ambiente e assim enganar os inimigos. São esses membros mais favorecidos da espécie que saem vitoriosos na luta pela existência; quanto aos outros, são geralmente eliminados antes de atingirem a idade da reprodução. Embora admitisse, com Lamarck, que os caracteres adquiridos podem ser herdados, Darwin não os considerava de

importância fundamental na evolução. Para ele, a variação e a seleção natural eram os fatores principais da origem das espécies. Em outras palavras, ensinava que os indivíduos dotados de características favoráveis transmitem as suas qualidades herdadas aos respectivos descendentes, através de incontáveis gerações, e que as sucessivas eliminações dos menos aptos farão surgir finalmente uma nova espécie. Deve-se salientar, em último lugar, que Darwin aplicava o seu conceito de evolução não só aos animais mas também ao homem. Na sua segunda grande obra, *A ascendência do homem* (1871), tentou demonstrar que a raça humana descende originalmente de algum antepassado simiesco, há muito tempo extinto, mas que foi provavelmente o tronco comum dos antropóides existentes e do homem.

A hipótese darwiniana foi desenvolvida e melhorada por vários biólogos que o sucederam. Cerca de 1890 o alemão August Weismann (1834-1914) rejeitou categoricamente a idéia de que os caracteres adquiridos pudessem ser herdados. Realizou experimentos com o fim de demonstrar que as células somáticas (isto é, do corpo) são essencialmente distintas das células reprodutoras e que de modo algumas modificações das primeiras poderiam afetar as segundas. Concluía, portanto, que as únicas qualidades transmissíveis à descendência são aquelas que já estavam presentes no plasma germinativo dos pais. Em 1901 o botânico holandês Hugo de Vries (1848-1935) publicou a sua célebre teoria das mutações, baseada em grande parte nas leis da hereditariedade descobertas pelo monge austríaco Gregor Mendel (1822-84). Sustentava De Vries que a evolução não resulta de pequenas variações, como queria Darwin, mas de diferenças radicais ou mutações, que surgem em proporções mais ou menos definidas entre a descendência. Quando qualquer dessas mutações é favorável à sobrevivência num dado meio, os seus portadores saem naturalmente triunfantes na luta pela existência. Não só os descendentes desses indivíduos herdarão essas qualidades, mas de tempos a tempos aparecerão novos indivíduos mutantes, alguns dos quais ainda mais bem adaptados a sobrevivência do que os seus pais. Destarte pode surgir uma nova espécie dentro de um número limitado de gerações. A teoria das mutações de De Vries corrigiu um dos principais pontos fracos da hipótese darwiniana. São tão mínimas as variações que Darwin considerava como fonte das mudanças evolutivas que seria necessário um tempo incrivelmente longo para se produzirem

novas espécies. De Vries tornou possível conceber a evolução como processando-se por saltos repentinos.

Depois da exposição e da comprovação da evolução orgânica, a conquista biológica mais importante foi, sem dúvida, o desenvolvimento da teoria celular. A estrutura celular das plantas já fora descrita por Robert Hooke no século XVII, mas estava reservado a um biólogo alemão, Theodor Schwann (1810-82), deduzir todas as consequências da descoberta de Hooke. Mostrou Schwann, por volta de 1835, que não só as plantas mas também os animais se compõem de células e que, salvo as formas mais simples, todos os seres vivos crescem e amadurecem pela divisão e multiplicação dessas diminutas unidades estruturais. Alguns anos depois descobriu-se que todas as células se compõem essencialmente da mesma substância, a que Hugo von Mohl (1805-72) deu o nome de protoplasma. Outro avanço importante da biologia nesse período foi o desenvolvimento da embriologia. O pai da moderna ciência embriológica foi o teuto-russo Karl Ernst von Baer (1792-1876), que, aproximadamente em 1830, formulou a famosa lei da recapitulação. Essa lei, depois aperfeiçoada por Ernest Haeckel (1834-1919), estabelece que, durante o período embrionário, cada indivíduo recapitula ou reproduz as várias fases importantes da evolução da espécie a que pertence.

A embriologia não foi o único ramo da biologia que se desenvolveu durante o século XIX. Os trabalhos de Schwann, von Mohl e outros conduziram à fundação da citologia, ou estudo científico das células. Mais ou menos em 1865, Louis Pasteur lançou as bases da ciência bacteriológica com o seu memorável ataque à teoria da geração espontânea. Até então supunha-se que as bactérias e outros organismos microscópicos se originassem espontaneamente da água ou de matérias animais e vegetais em decomposição. Pasteur logrou convencer o mundo científico de que todas as formas existentes de vida, por mais diminutas que sejam, só podem ser reproduzidas por seres vivos. Foi essa a sua famosa lei da biogênese (todas as formas conhecidas de vida provêm de uma vida preexistente).

Ainda mais espetaculares do que as realizações no setor da biologia foram os progressos da medicina. Após o descobrimento da vacina contra a varíola, feito por Jenner em 1796, o seguinte passo importante no desenvolvimento da medicina moderna foi a introdução do éter como

anestésico geral. A princípio atribuiu-se tal feito a William T. G. Morton, um dentista de Boston, mas sabe-se hoje que um médico da Geórgia, de nome Crawford W. Long, realizou em 1842 a primeira operação com o auxílio do éter. Essa descoberta não só diminuía os sofrimentos do paciente mas também permitia que o cirurgião agisse com mais calma e vagar, aumentando assim o número de operações bem sucedidas. Entretanto, muita gente continuava a morrer em consequência da técnica rudimentar dos médicos. Esse mal fazia-se sentir sobretudo na obstetrícia, até que se descobriram métodos para afastar a possibilidade de infecção. Em 1847 o médico húngaro, Ignaz Semmelweiss descobriu que, lavando as mãos numa solução antisséptica, podia reduzir de mais de quatro quintos o índice de mortalidade nas intervenções obstétricas. Por volta de 1865 o inglês Joseph Lister (1827-1912), que é considerado o pai da cirurgia antisséptica, estendeu essa prática a todo o campo cirúrgico. Logrou Lister sensacionais resultados na prevenção das infecções limpando as feridas e os instrumentos cirúrgicos com ácido fênico e empregando categutê fenicado nas suturas cirúrgicas. Em 1883 foi recompensado pelo governo inglês com um título de nobreza e em 1897 elevado à dignidade de par do reino.

O marco mais significativo do progresso da medicina na segunda metade do século XIX foi, sem dúvida, a teoria microbiana das doenças. Nenhuma outra conquista, provavelmente, contribuiu tanto como essa para o domínio das mais terríveis doenças que afligem a humanidade. A teoria microbiana e obra, sobretudo, de Louis Pasteur e Robert Koch. Pasteur certificara-se, para todos os efeitos, da origem microbiana das doenças desde que havia estabelecido a sua lei da biogênese, mas não conseguira convencer a classe médica. Como fosse um químico, os médicos inclinavam-se a olhar os seus trabalhos com desprezo, certos de que ele nada podia saber dos sagrados arcanos da medicina. Admitiam a existência de micróbios, mas consideravam-nos mais como prováveis efeitos do que como causas das moléstias. O ensejo de provar a validade da teoria apresentou-se com o surto de uma epidemia de carbúnculo que estava matando centenas de milhares de vacuns e ovinos na Alemanha e na França. Cerca de 1875, Robert Koch (1843-1910), um obscuro médico provinciano da Prússia Oriental, iniciou uma série de experimentos para provar que o carbúnculo era causado pelos organismos microscópicos em forma de bastonetes, encontrados no sangue dos animais

doentes. Injetou em camundongos esse sangue contaminado e observou que logo adoeciam e morriam. Fez culturas dos bacilos, alimentando-os com batatas, e verificou que eles por si sós, quando introduzidos nos organismos dos animais, eram tão mortais quanto o sangue. Entrementes, Pasteur também estivera entregue a pesquisas sobre o carbúnculo. Em 1881 foi desafiado pelos médicos seus inimigos a realizar uma demonstração pública com reses. Dividiu os animais em dois grupos. No primeiro inoculou bacilos enfraquecidos do carbúnculo e aos segundos deixou como estavam. Poucos dias depois injetou em todo o gado bacilos virulentos. Para confusão dos seus adversários, todos os animais que não tinham sido previamente inoculados morreram, enquanto todos os outros se salvaram. Impossível contestar, daí por diante, a teoria de que os micróbios eram a causa da moléstia.

Uma vez positivamente estabelecida a teoria microbiana, as conquistas da medicina multiplicaram-se com rapidez. Os talentos de Pasteur e de Koch não estavam de modo algum exauridos. O primeiro criou, em 1885, um método de tratamento da hidrofobia, uma das mais horríveis doenças conhecidas pela humanidade. Como resultado desse feito, reduziu-se a menos de 1% o coeficiente de mortalidade de uma moléstia até então quase sempre fatal. Em 1882 Robert Koch descobriu os bacilos da tuberculose e da cólera asiática. No espaço de poucos anos foram isolados os germes de outras moléstias ainda, como a difteria, a peste bubônica, o tétano e a doença do sono. Produziram-se soros e antitoxinas para o tratamento de algumas dessas enfermidades, surgindo em primeiro lugar a antitoxina da difteria, descoberta em 1892 por Emil von Behring (1854-1917). Já pelos fins do século puderam ser empregados meios eficientes de combate à malária e à febre amarela, graças ao descobrimento de que ambas são propagadas por certas variedades de mosquitos. Também foi grande o progresso no tratamento da sífilis. Após ter sido identificado o bacilo em 1905, August von Wassermann descobriu um reagente para revelar a sua presença no corpo humano. Em 1910 Paul Ehrlich conseguiu uma nova droga, conhecida como "salvarsan", que se revelou um específico eficaz contra a moléstia nas suas fases primária e secundária. Ainda mais tarde, o patologista austríaco Wagner von Jauregg descobriu que a febre determinada pela inoculação da malária ou por outros meios tem notáveis efeitos no tratamento de fases avançadas da doença, tais como a sífilis cerebral ou paralisia geral progressiva.

Finalmente, é preciso salientar que ao deflagrar a Primeira Guerra Mundial já se havia iniciado o estudo das glândulas de secreção interna e das vitaminas. O primeiro passo para o conhecimento das glândulas de secreção interna ou endócrinas foi dado em 1901, quando o cientista japonês Takamine isolou a adrenalina segregada pelas glândulas supra-renais e demonstrou a sua utilidade na regulação do funcionamento do coração. Cerca de 1912, descobriu-se que a glândula pituitária produz uma substância de vital importância para o crescimento apropriado do corpo. Essas descobertas possibilitaram um desenvolvimento considerável, em tempos mais recentes, da terapia glandular, inclusive métodos para a cura de certas formas de idiotia pela administração de hormônios da glândula tireóide. Nas vésperas da Primeira Guerra Mundial um bioquímico inglês demonstrou que uma alimentação sadia não requer apenas amiláceos, gorduras, açúcares e proteínas, mas também certos "fatores acessórios" encontrados somente em determinados alimentos. Esses fatores foram logo denominados vitaminas e iniciaram-se pesquisas com o fim de determinar-lhes a natureza. Em 1915 um cientista americano da Johns Hopkins University, E. V. McCollum, provou que existiam pelo menos duas vitaminas: a vitamina A, contida na manteiga, na gema de ovo e nos óleos de fígado de peixe, e a vitamina B, encontrada com mais abundância no fermento, nas carnes magras, nos cereais integrais e nas verduras. Investigações posteriores revelaram a existência de pelo menos três dessas misteriosas substâncias, todas elas essenciais ao crescimento e à prevenção das moléstias. O descobrimento das vitaminas revestiu-se de particular importância no tocante ao domínio das doenças de desnutrição, como o beribéri, o escorbuto e o raquitismo.

O registro das conquistas das ciências físicas antes do último quartel do século XIX é, de certo modo, menos impressionante. Salientam-se, todavia, três conquistas desse período preliminar. Por volta de 1810 John Dalton (1766-1844), um mestre-escola inglês da seita dos quacres, reatualizou a teoria atômica da matéria e defendeu-a com tal firmeza que não tardou a ser adotada como uma das premissas básicas do pensamento científico. Em 1847 Hermanri von Helmholtz (1821-94) formulou o princípio da conservação da energia ou a primeira lei da termodinâmica, baseando-se em descobertas anteriores do inglês James Joule (1818-89). Estabelece essa lei que a energia total do universo é constante, que pode passar de uma forma a outra mas não pode ser criada

nem destruída. Em 1851 surgiu a segunda lei da termodinâmica, ou lei da dissipação da energia. Explicada sistematicamente pela primeira vez por William Thompson (Lord Kelvin), sustenta ela que, embora a energia total do universo permaneça invariável, a quantidade de energia útil diminui constantemente. Poucas descobertas têm tido influência mais fecunda sobre as conclusões dos astrônomos e também de alguns filósofos.

Será talvez lícito afirmar que o período compreendido entre cerca de 1870 e 1914 superou todos os demais, desde os tempos de Copérnico, quanto ao número de descobrimentos revolucionários nas ciências físicas. É mesmo de duvidar que tenha havido jamais um período em que tantas concepções científicas consagradas tenham sido tão vigorosamente atacadas ou destruídas. Em primeiro lugar, as teorias mais antigas sobre a luz, a eletricidade e a energia foram submetidas a uma extensa revisão. Por volta de 1865, Clerk Maxwell (1831-79) demonstrou que a luz parece comportar-se de modo bastante semelhante ao das ondas eletromagnéticas. Em 1887 o físico alemão Heinrich Hertz provou a existência de ondas elétricas de alta frequência a propagarem-se através do espaço com a velocidade e outros característicos da luz. O descobrimento do raio-X por Wilhelm von Röntgen, em 1895, levou os cientistas a indagar se raios semelhantes não se produziam espontaneamente na natureza. Essa suspeita foi confirmada pelo descobrimento do urânio em 1896 e, dois anos depois, de um elemento muito mais ativo, o rádio, por Madame Curie. Cerca de 1903 os físicos ingleses Ernest Rutherford e Frederick Soddy desenvolveram a teoria da desintegração, explicando como vários elementos radioativos se decompõem para formar elementos menos complexos, produzindo ao mesmo tempo emissões de energia elétrica. O resultado direto desses vários descobrimentos foi a conclusão de que a luz, a eletricidade, os raios-X e todas as demais formas de energia são essencialmente a mesma coisa.

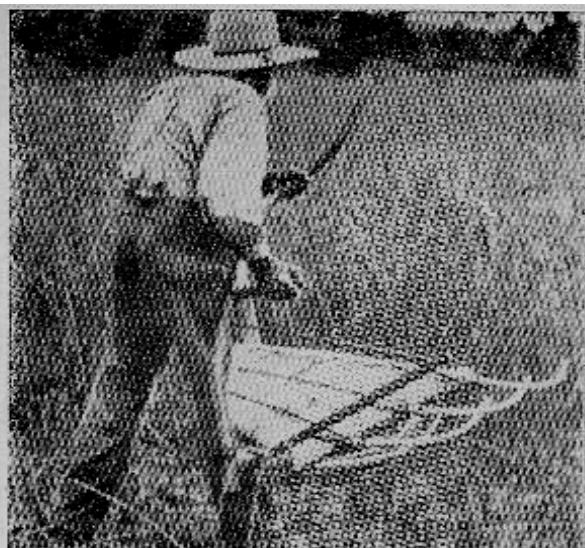
Dessa conclusão era relativamente fácil passar a uma revisão completa do conceito de matéria. Já em 1892, Hendrik Lorentz arriscara a hipótese de que a matéria não é composta de átomos sólidos e indivisíveis como supunham os gregos e John Dalton, mas o próprio átomo é composto de unidades menores, de natureza elétrica. Cerca de 1910, Ernest Rutherford e o cientista dinamarquês Niels Bohr descreveram o átomo como uma espécie de sistema solar em miniatura, composto de um núcleo que contém um ou mais prótons carregados positivamente, e em

torno do qual gira um certo número de elétrons carregados negativamente. Como veremos, essa concepção foi modificada em época mais recente, mas ainda permanece de pé a sua ideia principal: a de que a eletricidade constitui a base da matéria.

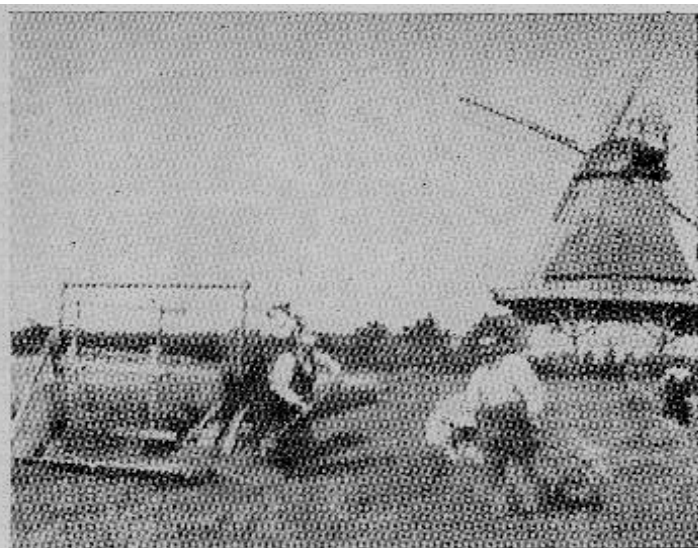
O clímax da revolução nas ciências físicas foi alcançado com a publicação das teorias de Einstein. Originalmente expostas sob uma forma restrita em 1905, foram ampliadas e receberam aplicação mais geral dez anos depois. Einstein atacava não só as antigas concepções da matéria mas, a bem dizer, todo o edifício da física tradicional. A doutrina que lhe deu maior fama foi o princípio de relatividade. Durante a maior parte do século XIX os físicos tinham admitido como axioma que o espaço e o tempo eram absolutos. Supunha-se que o espaço estivesse preenchido por uma substância impalpável chamada éter, meio através do qual ocorria a transmissão dos movimentos vibratórios da luz. Os planetas também se moviam nele, como navios a seguir rotas definidas num vasto oceano. O movimento dos corpos celestes era, portanto, medido em relação a esse éter mais ou menos estacionário, exatamente como a velocidade de um veículo pode ser medida em função das distâncias vencidas numa estrada. Mas certas experiências complexas, realizadas por físicos ingleses e americanos em 1887, desacreditaram virtualmente a hipótese do éter. Einstein tratou então de reconstruir o plano do universo dentro de um arranjo completamente diferente. Sustentou que o espaço e o movimento, ao invés de serem absolutos, são relativos um ao outro. Os objetos não têm apenas três dimensões, mas quatro. Aos tradicionais comprimento, largura e espessura acrescentou Einstein a nova dimensão do tempo e representou todas as quatro como fundidas numa síntese a que deu o nome de "contínuo espaço-tempo". Procurava dessa forma explicar a ideia segundo a qual a massa depende do movimento. Corpos a mover-se com grande velocidade têm proporções diferentes de tamanho e peso das que teriam em repouso. Também está inclusa na física de Einstein a concepção de um universo finito — isto é, finito no espaço. O reino da matéria não se estende infinitamente, pois o universo tem limites. Conquanto tais fronteiras não sejam de modo algum definidas, há pelo menos uma região além da qual nada existe. O espaço curva-se sobre si mesmo, de modo a fazer do universo uma esfera gigantesca dentro da qual estão contidas as galáxias, as estrelas, os sistemas solares e os planetas.

O período entre 1830 e 1914 caracterizou-se também por um vasto

desenvolvimento das ciências sociais. Muitas dessas matérias são de origem relativamente recente. Antes do século XIX, quase todos os esforços do homem para analisar o seu meio social restringiam-se à história, à economia e a filosofia. A primeira das novas ciências sociais a se desenvolver foi a sociologia, criada por Augusto Comte (1798-1857) e elaborada por Herbert Spencer (1820—1903). Segue-se a fundação da antropologia por James Prichard (1786-1848) e Sir Edward Burnett Tylor (1832-1917). Embora definida por vezes, vagamente, como a "ciência do homem", a antropologia é mais comumente restringida a assuntos como a evolução física do homem, o estudo dos tipos humanos existentes, das culturas pré-históricas e das instituições e costumes primitivos. Por volta de 1870 a psicologia desligou-se da filosofia e tornou-se uma ciência autônoma. Após a sua criação na Alemanha sob a orientação de Wilhelm Wundt (1832-1920), foi ela desenvolvida pelos americanos William James (1842-1910) e G. Stanley Hall (1846-1924). Na década de 1890, os trabalhos do russo Ivan Pavlov (1849-1936) imprimiram-lhe uma nova orientação. Graças a experimentos realizados em animais, descobriu Pavlov o chamado reflexo condicionado, uma forma de comportamento em que reações naturais são produzidas por um estímulo artificial. Mostrou ele que, acostumando-se um cão a ser alimentado imediatamente depois do soar de uma campainha, acaba reagindo a esse som com a segregação de saliva exatamente como se o experimentador lhe pusesse o alimento diante dos olhos ou lhe fizesse sentir o cheiro daquele. Essa descoberta sugeria a conclusão de que o reflexo condicionado é um elemento importante do comportamento humano e levou os psicólogos a concentrarem-se na experimentação fisiológica como chave do conhecimento dos mecanismos mentais.



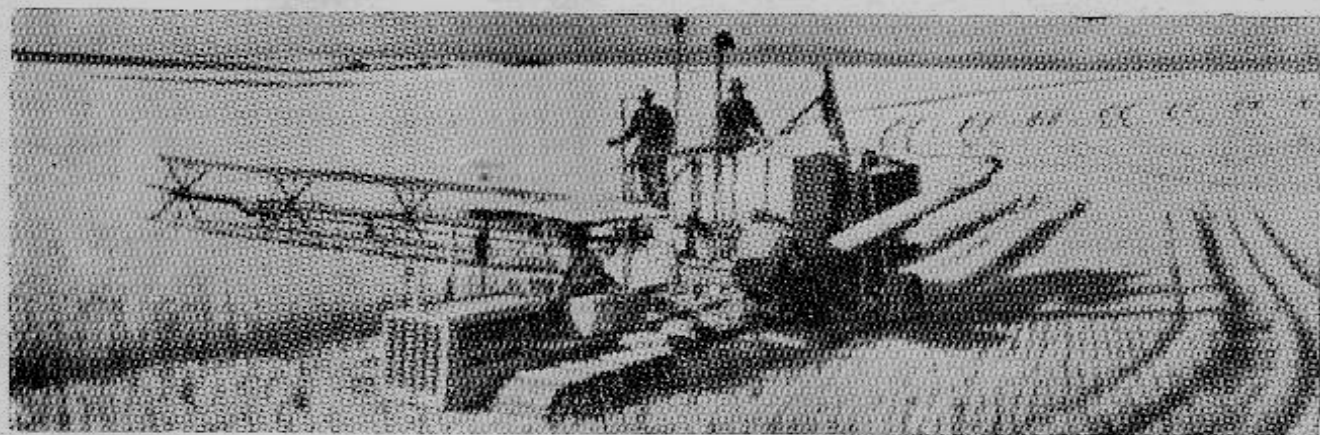
Antes da agricultura mecanizada. Ceifa de centeio com um ceifador de mão. (Caterpillar Tractor Co.)



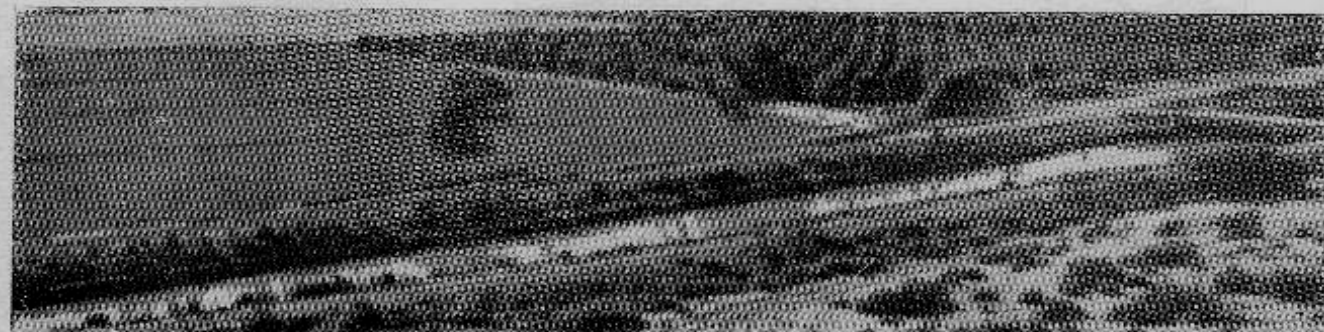
A primeira segadeira do mundo, inventada por Cyrus McCormick em 1831. (International Harvester Co.)

A REVOLUÇÃO NA AGRICULTURA

Uma combinada em ação nos campos de trigo de Idaho. Esta máquina colhe e trilha o grão ao mesmo tempo. (Caterpillar Tractor Co.)

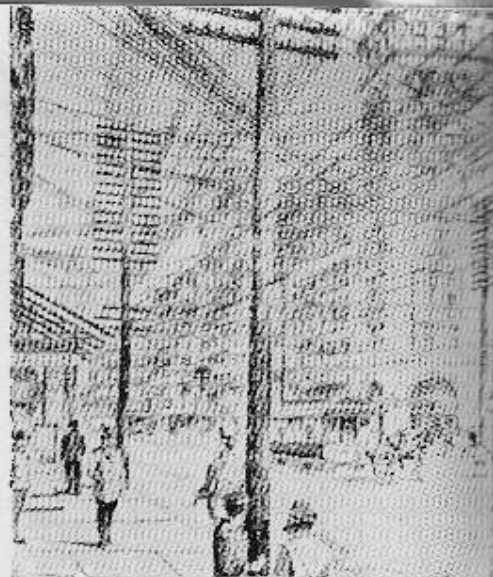


Fazendo o deserto florir. Os efeitos da irrigação patenteiam-se no contraste entre a condição natural do deserto do Arizona (em baixo) e os vigorosos pomares e campos à outra margem do canal.

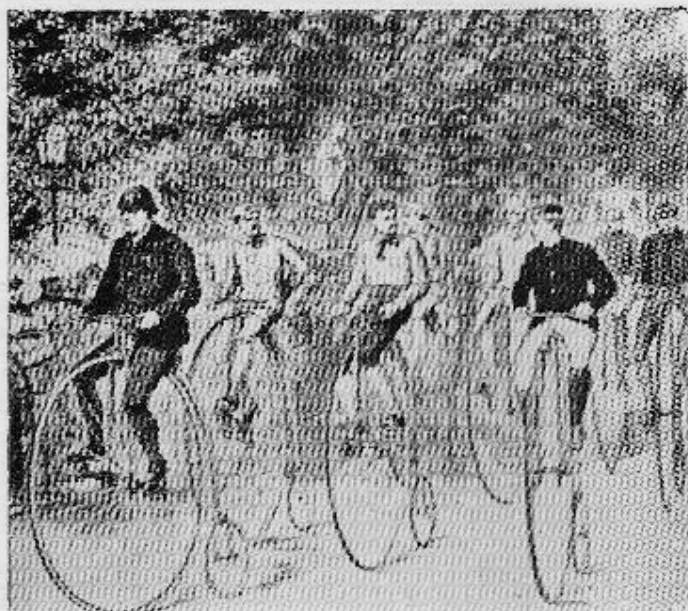




Um mascate de campanha exhibe as suas mercadorias.

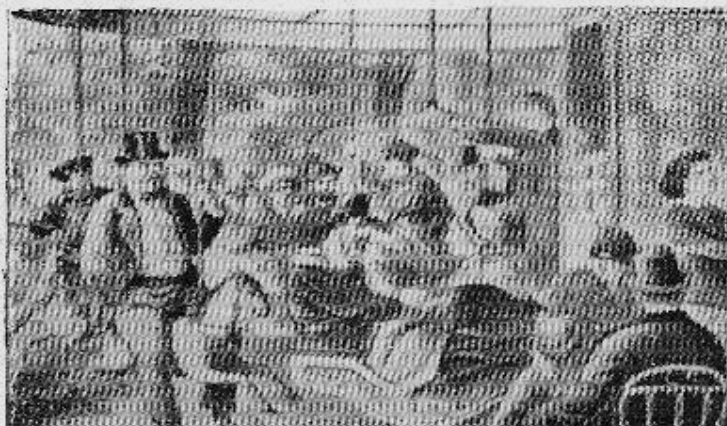


Nova York na década dos 80 — cena na parte baixa da Broadway.



Desfile de bicicletas em Newport, 1880. Note-se a escolta policial. A bicicleta foi inventada na França, mais ou menos em 1865.

Carrossel em Paris, 1874. Os adultos parecem monopolizar esse divertimento.



VIDA SOCIAL NO SÉCULO XIX

(Ilustrações do Bettmann Archive)

Cortiços em Londres, 1860. As condições de vida marcadas pelo congestionamento e insalubridade figuram entre os principais efeitos da Revolução Industrial.



Após o início do século XX os psicólogos se dividiram em muitas escolas opostas. Um grupo de discípulos de Pavlov fundou um tipo de psicologia fisiológica conhecida como "behaviorismo". O behaviorismo é uma tentativa de estudar o ser humano como um organismo puramente fisiológico — isto é, de reduzir todo o comportamento (behavior) humano a uma série de reações físicas. Conceitos como os de mente e consciência são relegados ao catálogo das velharias, como termos vagos e sem utilidade. Para o behaviorista só têm importância as reações dos músculos, nervos, glândulas e vísceras. Não existe essa coisa que se chama comportamento psíquico independente; tudo que o homem faz é físico. O pensamento é, em essência, uma forma de falar consigo mesmo. Toda emoção ou ideia complexa não passa de um grupo de reações fisiológicas produzidas por certos estímulos do ambiente. Tal era a interpretação extremamente mecanicista dos atos humanos oferecida por alguns discípulos de Pavlov. Submetida a diversas modificações, ela exerce ainda um forte atrativo sobre aqueles que acreditam que a psicologia deveria ser uma ciência tão objetiva quanto a física ou a química.

A outra das mais importantes escolas psicológicas surgida depois do início do século foi a psicanálise, fundada por Sigmund Freud (1856-1939), um médico austríaco. A psicanálise interpreta o comportamento humano principalmente em função da vida mental subconsciente ou inconsciente. Freud admitia a existência da mente consciente, mas considerava o subconsciente muito mais importante na determinação dos atos do indivíduo. Encarava o homem exclusivamente como uma criatura egoísta, movida por impulsos de poder, autoconservação e sexo. Esses impulsos são demasiado fortes para que se possa dominá-los, mas, visto que a sociedade estigmatizou como pecaminosa a sua livre satisfação, costumam ser repelidos para o subconsciente, onde permanecem indefinidamente como desejos recalçados. É raro, porém, que fiquem de todo submersos. Vêm à superfície nos sonhos ou manifestam-se nos lapsos de memória, em temores, em obsessões e em várias formas de comportamento anormal. Acreditava Freud que a maioria dos casos de doenças mentais e nervosas resultam de conflitos violentos entre os instintos naturais e as restrições impostas por uma falsa moral. As suas investigações e as teorias que sobre elas edificou deixaram um cunho profundo na literatura e nas artes.

2. AS NOVAS TENDÊNCIAS FILOSÓFICAS

A maioria dos movimentos filosóficos das últimas décadas do século XIX e do princípio do século XX foram grandemente influenciados pelo progresso da ciência. As filosofias evolucionistas de Spencer, Huxley e Haeckel nos fornecem um exemplo característico. O primeiro desse trio, Herbert Spencer (1820-1903), foi uma das figuras de maior influência dos tempos modernos. Pertencente a uma família de metodistas e quacres ingleses de modestos recursos, recusou a oferta de alguns parentes que se dispunham a mandá-lo para Cambridge, preferindo instruir-se por si mesmo e ser independente. Trabalhou por algum tempo como engenheiro civil na estrada de ferro Londres-Birmingham. Foi mais tarde subdiretor do Economist, mas demitiu-se ao herdar 500 libras de um tio. A despeito da sua condição humilde, pouco se interessava pela riqueza ou pelo poder. Era, além disso, inclinado à indolência, lendo sem método algum e desprezando livros sérios que não lhe despertavam o interesse. Durante anos a sua vida foi desorganizada e as suas ambições não tiveram objetivo fixo. Engendrava idéias de invenções por atacado e enchia cadernos com planos de apaga-velas, saleiros patenteados, cadeiras de rodas e outros aparelhos engenhosos. Seus primeiros trabalhos escritos versavam sobre problemas políticos e econômicos, sendo o mais importante deles a Estática Social, publicada em 1850. Só por volta dos quarenta anos é que se interessou seriamente pela filosofia. Completou sua obra em três volumes, a Filosofia Sintética, com a idade de setenta e seis.

A nota fundamental da filosofia de Spencer é a idéia da evolução como lei universal. Profundamente impressionado pela Origem das Espécies de Darwin, enriqueceu ele a hipótese da seleção natural com uma frase que passou desde então a fazer parte integrante desta: "a sobrevivência do mais apto". Sustentava que não só os indivíduos e as espécies estão sujeitos à mudança evolutiva, mas também os planetas, os sistemas solares, os costumes, as instituições e as idéias éticas e religiosas. Tudo, no universo, completa um ciclo de nascimento, desenvolvimento, decadência e extinção.

Alcançado o fim do ciclo, o processo começa mais uma vez e se repete eternamente. Por estranho que possa parecer, Spencer não era mecanicista. Afirmava que na base do processo evolutivo deve haver alguma Potência sobrenatural e encarava geralmente a evolução como

sinônima, em última análise, de progresso. Mas referia-se a essa Potência como o Incognoscível e dizia que ela devia ser excluída da consideração científica. A capacidade de conhecimento do homem limita-se à matéria e ao movimento, aos fatos da experiência sensória ; o campo da especulação não deve ir além dessas coisas. Como filósofo político, Spencer foi um vigoroso campeão do individualismo. Condenava o coletivismo como um remanescente da sociedade primitiva, como um característico das fases iniciais da evolução social, quando os indivíduos ainda não se haviam separado da massa amorfa. Tinha tal aversão ao estado que preferia entregar pessoalmente os originais das suas obras aos editores a confiá-los a um agente da tirania como o correio.

Os outros dois filósofos da tradição evolucionista, Huxley e Haeckel, aceitaram muitas das hipóteses fundamentais da teoria spenceriana. Thomas Henry Huxley (1825-95) defendeu a doutrina da evolução não só com argumentos lógicos mas também com um acervo convincente de fatos científicos, pois a par de filósofo foi também um biologista brilhante. "Homem de queixo quadrado, ávido de controvérsia", gloriava-se do título "buldogue de Darwin". Seu célebre livro O Lugar do homem na Natureza exerceu quase tanta influência quanto a Origem das Espécies na conversão do mundo aos princípios evolucionistas. Huxley tinha, porém, interesses mais amplos do que a simples defesa da evolução orgânica. Como Spencer, propunha-se estender o conceito evolutivo a todos os grandes problemas que perturbam o sono dos homens. Afirmava que as instituições sociais e os ideais éticos, ao invés de serem ordenados por Deus, são simples produtos da herança biológica. "As ações que chamamos pecaminosas são parte integrante da luta pela existência". Embora não rejeitasse a possibilidade de um poder sobrenatural, asseverava que "não existe prova da existência de um ser tal como o Deus dos teólogos". Via no cristianismo "uma mistura de alguns dos melhores e alguns dos piores elementos do paganismo e do judaísmo, moldada na prática pelo caráter inato de certos povos do Ocidente". Uma boa parte de sua filosofia é abrangida pela famosa doutrina do agnosticismo, palavra inventada por ele para expressar o seu desprezo em face da atitude de certeza dogmática simbolizada pelas crenças dos antigos gnósticos. Segundo a formulação de Huxley, é o agnosticismo a doutrina de que nem a existência, nem a natureza de Deus ou o sentido último do

universo são cognoscíveis. Não se trata de ateísmo, mas simplesmente de afirmar que o homem não sabe nem jamais poderá saber se existe um Deus e se o universo é governado por uma finalidade, ou se não passa de uma máquina cega.

O mais intransigente dos filósofos evolucionistas foi Ernst Heinrich Haeckel (1834-1919). Começando a vida como médico em Berlim, as manias dos clientes desgostaram-no da profissão e não tardou a voltar-se para uma ocupação mais do seu agrado, a de professor de zoologia. Foi o primeiro cientista continental de renome a aceitar sem reservas o darwinismo. Com a idade de sessenta e cinco anos sumariou as suas conclusões num livro que intitulou O enigma do universo. A filosofia de Haeckel compreende três doutrinas principais: ateísmo, materialismo e mecanicismo. Não aceitava em absoluto o agnosticismo de Huxley nem a hipótese de uma Potência Incognoscível, de Spencer, afirmando ao contrário, dogmáticamente, que nada de espiritual existe. O universo, segundo ele, compõe-se unicamente de matéria em constante processo de mudança de uma forma para outra. Esse processo é tão automático como o fluxo e o refluxo das marés. Não há diferença fundamental entre a matéria viva e a inanimada; apenas a primeira é mais complexa. A vida original surgiu da combinação espontânea dos elementos essenciais do protoplasma. Dessas formas mais primitivas de protoplasma derivaram por evolução, através dos processos de seleção natural, todas as espécies complexas que hoje conhecemos. Haeckel considerava a mente humana um produto da evolução, tal qual o corpo. Difere ela apenas em grau da dos animais inferiores. Memória, imaginação, percepção, pensamento, tudo isso são simples funções da matéria; a psicologia eleve ser encarada como um ramo da fisiologia. Tal era a compacta filosofia materialista e determinista que parecia a Haeckel e aos seus adeptos uma consequência lógica da nova biologia.

As obras de um outro alemão — Friedrich Nietzsche — revelam também uma nítida influência da idéia de evolução. Nietzsche, porém, não era cientista, nem se interessava pela natureza da matéria ou pelo problema da verdade. Foi essencialmente um poeta romântico, glorificando a luta pela existência para compensar a sua própria vida de homem fraco e infeliz. Nascido em 1844 e filho de um pastor luterano, formou-se em letras clássicas em Leipzig e em Bonn. Com a idade de vinte e cinco anos foi nomeado professor de filologia na Universidade de Basileia.

Dez anos depois, a sua saúde precária obrigou-o a aposentar-se. Viveu a década seguinte em constantes sofrimentos, passando de uma estação de cura a outra, numa busca infrutífera de melhora. A crer no seu próprio testemunho, cada ano encerrava, para ele, duzentos dias de dor. Em 1888 foi atacado de loucura incurável, permanecendo no asilo de alienados até a sua morte em 1901.

A filosofia de Nietzsche está contida em obras como Assim falava Zaratustra, Genealogia da Moral e Para além do Bem e do Mal. Sua idéia básica é a de que deve deixar agir livremente a seleção natural entre os seres humanos, como entre às plantas e os animais. Acreditava que uma constante eliminação dos incapazes acabaria por produzir uma raça de super-homens — não meramente uma raça de gigantes físicos, mas de homens que se distinguiriam acima de tudo pela coragem moral e pela força de caráter. Aqueles a quem se deveria deixar perecer na luta são os fracos morais, os ineptos e os covardes, que não têm força nem coragem para disputar com nobreza um lugar ao sol. Mas para que tal processo de seleção natural pudesse agir com eficácia seria preciso afastar previamente os obstáculos religiosos. Exigia Nietzsche, portanto, que se pusesse abaixo a supremacia do cristianismo e do judaísmo. Ambas essas religiões, dizia ele, são cultos orientais que glorificam as virtudes dos escravos e outras criaturas espezinhadas. Exaltam, e transformam em virtudes, qualidades que deveriam ser consideradas vícios: a humildade, a resignação, a mortificação da carne e a piedade para com os fracos e incompetentes. A entronização dessas qualidades impede a eliminação dos incapazes, preservando-os para que infiltrem o seu sangue degenerado nas veias da raça. Nietzsche admirava as antigas virtudes germânicas da bravura, da força, da lealdade, da honra e da astúcia. Definia o bem como "tudo que eleva no homem o sentimento do poder, o desejo do poder e o próprio poder", enquanto o mal era "tudo que nasce da fraqueza".

No fim do período que estamos estudando a filosofia começou a refletir as incertezas e a confusão das ciências. A revolução operada na física pelos descobrimentos relativos à estrutura da matéria fez com que muitos pensadores perdessem a confiança no otimismo de Spencer e no universo mecanicista de Haeckel. Alguns abandonaram inteiramente o mecanicismo e o materialismo; outros adotaram atitudes de ceticismo e desespero ou procuraram refúgio no culto da beleza. É sintomática da nova orientação uma filosofia americana muito difundida, o

pragmatismo. Fundada por Charles Peirce (1839-1914), foi desenvolvida num sistema de amplas proporções por William James (1842-1910) e John Dewey (1859-1952). O pragmatismo deriva o seu nome do ensinamento que lhe constitui a base: toda idéia que resista à prova pragmática — isto é, que dê resultados práticos — deve ser aceita como verdade, contanto, naturalmente, que não entre em conflito com a experiência. Em outras palavras, se a crença num Deus pessoal, ou mesmo numa multidão de deuses, proporciona paz ou satisfação espiritual a um indivíduo qualquer, tal crença é verdadeira para ele. Os pragmatistas zombavam de todos os esforços para descobrir a verdade absoluta ou para determinar a natureza última da realidade. Abandonavam a metafísica como inútil e ensinavam que todo conhecimento deve ser buscado não como um fim em si mesmo mas como um instrumento para a melhoria das condições na terra. É preciso também mencionar que os pragmatistas rejeitavam todas as formas de determinismo concebidas em termos quer espirituais, quer materiais. Combatiam as interpretações do universo que tornam o homem escravo de um princípio rígido ou o colocam à mercê de um Destino onipotente.

Protesto muito mais decidido contra o mecanicismo e o materialismo foi o dos neo-idealistas. Entre os chefes desta escola figuram o italiano Benedetto Croce (1866-1952), o inglês F. H. Bradley (1846-1924) e o americano Josiah Royce (1855-1916). O neo-idealismo foi essencialmente um composto das doutrinas de Hegel e de Kant. Do primeiro vinha a tendência de glorificar o estado e subordinar o indivíduo ao grupo; do segundo, a idéia das verdades paralelas da religião e da ciência, que jamais entram em conflito por pertencerem a ramos distintos. Admitiam os neo-idealistas que o universo revelado pela ciência é uma máquina gigantesca que tritura sem cessar e que o homem é um átomo indefeso. Isso, porém, não os perturbava, pois afirmavam que era apenas parte da verdade. A ciência não é senão um fraco instrumento que nos mostra as coisas como que refletidas num espelho embaciado. Temos outros métodos de conhecimento que nos capacitam a perceber não já simples aparências superficiais, mas a realidade. Se nos resolvermos a seguir as mais profundas convicções do nosso ser, veremos o universo como uma cidade de Deus coroada de estrelas, governada com um fim benévolo e repleta de esperanças para o homem desorientado que procura o seu caminho. Verdades como essas, alcançadas pela intuição, têm mais validade que quaisquer descobrimentos feitos pelo cientista por meio do

telescópio. Destarte logravam os neo-idealistas conservar a sua fé na religião e na perfeição última, contra os ataques dos céticos e dos materialistas.

Alguns outros filósofos apresentavam conclusões bem diversas. O grupo conhecido como os neo-realistas desprezava a tendência de procurar refúgio na fé ou em qualquer outra forma de fuga à razão. Admitiam que os fatos da ciência realistas não fossem a verdade completa ou final, mas argumentavam que eles são a única verdade suficientemente concreta para poder servir como orientação da vida. Achavam que o divórcio entre a filosofia e a ciência era calamitoso e que uma parte imensa das desgraças do mundo se deve ao desenvolvimento do misticismo. Embora reconhecendo que a ciência coloca na frente do homem um universo frio e estranho, não viam nisso motivo para agarrar-se às saias da fé. Ainda que o homem não seja mais do que um punhado de átomos cuja única imortalidade consiste em misturar-se à poeira dos séculos, isso não o impede de viver nobremente e de lutar com denodo para vencer aqueles males que estiver em seu poder subjugar. Pelo menos lhe é dado salvaguardar o respeito próprio esforçando-se por orientar as forças da natureza em seu próprio bem e no de seus semelhantes, evitando qualquer ação que possa causar sofrimento aos outros e nutrido "os pensamentos sublimes que lhe enobrecera a breve jornada; desdenhando os terrores pusilânimes do escravo do Destino para prestar culto diante do altar que construiu com as suas mãos". Tal era especialmente a filosofia do inglês Bertrand Russell (1872- ?), um dos mais eminentes neo-realistas e um dos grandes autores de obras filosóficas do século XX.

Falta ainda considerar as idéias daqueles pensadores que buscaram refúgio na torre de marfim da satisfação estética. Concebendo o homem como vítima inerte de forças cegas e irresistíveis, recomendavam-lhe que procurasse todo o consolo que pudesse encontrar num culto sábio e perspicaz da beleza. Reconheciam, naturalmente, que nem todos podiam ser artistas, mas insistiam em que a maioria dos homens pode aprender a viver artisticamente. A nova atitude mental foi introduzida por Walter Pater, ensaísta e crítico inglês dos fins do século XIX, o qual ensinava que o mais alto consolo da vida consiste em discernir o esplendor do espetáculo que se desenrola aos nossos olhos e em preencher a nossa breve passagem pela terra com experiências ricas e requintadas. Anatole France (1844-1924) feria uma nota um tanto diferente,

propondo um evangelho de calmo desespero em face de um Destino implacável. As realidades da vida, pensava ele, são insuportáveis a não ser que se desenvolva o gosto da ironia. A felicidade consiste na reflexão filosófica sobre as loucuras e os absurdos do espetáculo humano, com uma compreensão tolerante para com os erros dos homens. O mais conhecido de todos os filósofos da satisfação estética foi provavelmente Jorge Santayana (1863-1952), nascido em Madrid, mas que desde cedo passou a residir nos Estados Unidos. A Filosofia de Santayana distinguia-se por um cepticismo polido, pela recusa a acreditar na autoridade divina de qualquer sistema de ideias ou a se deixar seduzir por planos de sociedade perfeita. Duvidava de quase tudo, chegando a afirmar que as leis da ciência não são mais do que as regularidades observadas dos fenômenos, as quais de forma alguma podem ser tomadas como verdades finais. Via na desilusão o começo da sabedoria, pois somente ela permite encarar os problemas da vida em suas justas proporções. Não reconhecendo certeza absoluta em coisa alguma, acreditava que se devia procurar o prazer na satisfação apurada dos sentidos. A sabedoria está em assumir o papel do artista e gozar com sereno desprendimento todo o colorido e a poesia que este mundo tem para oferecer.

3. A ÉPOCA DO REALISMO NA LITERATURA

A tendência dominante na literatura ocidental, de cerca de 1830 a 1914, foi sem dúvida o realismo. O classicismo estava então praticamente morto, embora o romantismo subsistisse como tendência secundária até perto do fim do século. De tempos em tempos surgiam outros movimentos, mas nenhum deles igualou o ímpeto e a popularidade do realismo. Antes da Primeira Guerra Mundial o realismo literário distinguiu-se por certas qualidades extraordinárias. Era, acima de tudo, um protesto contra o sentimentalismo e a extravagância dos românticos. Os realistas descreviam a vida não em função de um ideal emotivo, mas de acordo com os rudes fatos revelados pela ciência e pela filosofia. Em segundo lugar, o realismo caracterizava-se por um interesse absorvente nos problemas psicológicos e sociais, analisando minuciosamente as tendências antagônicas do comportamento humano e descrevendo as lutas do indivíduo para sobrepor-se às desilusões do ambiente. Por fim, deve-se salientar que os realistas eram em geral governados por esta ou aquela

concepção científica ou filosófica em voga no seu tempo. A maioria, talvez, eram deterministas, convictos de que os mortais são vítimas irresponsáveis da hereditariedade e do meio. Outros eram guiados pelo conceito de evolução, interpretando a natureza humana como formada em grande parte pelas qualidades bestiais herdadas dos antepassados primitivos. Outros ainda, empolgados pelo fervor da reforma social, pintavam as iniquidades do drama humano dentro de um cenário sórdido, demonstrando assim a necessidade de acabar com a pobreza, eliminar a guerra e tratar mais humanamente os infratores das leis da sociedade.

O realismo como movimento literário autônomo surgiu inicialmente na França. Seus expoentes máximos foram quatro grandes romancistas cuja influência se estendeu muito além dos limites da sua terra natal. O primeiro na ordem cronológica, e talvez também quanto ao mérito, foi Honoré de Balzac (1799-1850). Na sua estupenda *Comédia Humana* patenteou ele com franqueza brutal a estupidez, a cobiça e a baixeza dos homens e das mulheres, em especial dos pertencentes à burguesia. Deleitava-se em pôr a nu os motivos ocultos das ações humanas e em revelar a corrupção que se esconde sob o polido exterior da sociedade respeitável. Uma expressão ainda mais precisa da tradição realista pode ser encontrada na obra de Gustave Flaubert (1821-80). Seu romance mais famoso, *Madame Bovary*, é uma análise fria da degradação humana, um estudo do trágico conflito entre os sonhos românticos e as tristes realidades da existência cotidiana. Conquanto o livro tenha sido condenado como obsceno e o seu autor processado por publicar uma obra imoral, alguns críticos o aclamam como um dos maiores romances da literatura moderna.

Obras realistas de um tipo algo diferente brotaram da pena de Emile Zola (1840-1902). Com efeito, Zola é por vezes classificado antes como um naturalista do que como um realista, para significar que visava acima de tudo uma apresentação exata e científica dos fatos da natureza, sem qualquer colorido de filosofia pessoal. Mas a verdade é que Zola tinha um ponto de vista filosófico bem definido. O ambiente de miséria em que transcorreu a sua juventude encheu-o de profunda simpatia pelo homem comum e despertou nele a paixão da justiça social. Embora retratasse a natureza humana como frágil e propensa ao vício e ao crime, alimentava as suas esperanças de que uma positiva melhora poderia advir da criação de uma sociedade mais equitativa. Muitos de seus romances tratam de problemas sociais como o alcoolismo, as taras hereditárias, a

pobreza e a doença. Foi ativo defensor da Terceira República e já no fim da vida teve papel saliente na denúncia da monstruosa hipocrisia dos acusadores do capitão Dreyfus. A quarta das grandes figuras do realismo francês antes da Primeira Guerra Mundial foi Anatole France (1844-1924). Na seção anterior deste capítulo dissemos que Anatole France pregou um evangelho de cinismo sábio e tolerante. Embora satirizasse a loucura humana, raras vezes se deixou levar a externar uma legítima indignação. Sua deusa era a Ironia, uma divindade clemente e bondosa que "nos ensina a rir dos maus e dos tolos a quem, sem ela, poderíamos ter a fraqueza de desprezar e odiar". A sua tolerância para com o mal não era, entretanto, ilimitada. Uniu-se a Zola num vigoroso ataque aos perseguidores de Dreyfus e emprestou seu apoio a muitas outras causas impopulares. No fim da vida convenceu-se tão firmemente da injustiça da sociedade moderna que se aliou aos socialistas. Suas obras compreendem uma coleção variada de ensaios cépticos, contos maliciosos e sátiras ferinas dirigidas contra a religião e a política. Entre elas sobressaem A Ilha dos Pinguins, A revolta dos anjos, O jardim de Epicuro e Taís.

A literatura realista da Inglaterra abrange os trabalhos da grande maioria dos romancistas e dramaturgos vitorianos. Entre os primeiros romancistas que empregaram os métodos do realismo estão William Makepeace Thackeray (1811-63) e Charles Dickens (1812-70). Thackeray foi o romancista da aristocracia elegante, embora estivesse longe de admirar-lhe todas as qualidades. Comprazia-se em expor os escândalos das altas rodas e em ridicularizar as fraquezas das pessoas dessa classe. Como a maioria dos vitorianos do primeiro período, inclinava-se a moralizar de cima a respeito dos males da humanidade. Assim como Thackeray foi o representante das classes superiores, Dickens foi o porta-voz das inferiores. Em romances como Oliver Twist, Nicholas Nickleby, Dombey and Son e David Copperfield, descreveu com pungente simpatia a triste sorte dos pobres. Denunciou os horrores das workhorses e descreveu em páginas corrosivas as delongas da justiça e o tratamento desumano a que eram submetidos os encarcerados por dívidas. Se bem que amiúde se deixasse arrastar a excessos de sentimentalismo, seus livros contribuíram bastante para acelerar a marcha da reforma social.

Os livros de Thackeray e Dickens não foram senão pálidos precursores do realismo expresso pelos romancistas ingleses dos fins da época vitoriana. Entre estes gigantes sobressaem George Meredith (1828-1909)

e Thomas Hardy (1840-1928). Meredith iniciou a sua carreira de autor de novelas filosóficas e psicológicas em 1859, ao publicar *The Ordeal of Richard Feverel*, mas foi somente um quarto de século mais tarde que se tornou famoso como mestre do realismo. Embora a sua linguagem seja muitas vezes obscura e a sua filosofia um tanto mística, é inegável que tratou dos problemas humanos como artista genial. Nenhum motivo era demasiado vasto para a sua tela e nenhum assunto demasiado sutil para a sua análise. O mais famoso realista do último período vitoriano foi, sem dúvida, Thomas Hardy. Em narrativas bem conhecidas como *The Return of the Native*, *Jude the Obscure* e *Tess of the D'Urbervilles*, exprime a sua concepção dos homens como brinquedos de um destino inexorável. O universo é belo, ensinava ele, mas de forma alguma acolhedor, e a luta dos indivíduos com a natureza, uma deplorável batalha contra forças invencíveis. Se existe Deus, ele se limita a observar com indiferença os indefesos habitantes do formigueiro humano a arrastar-se para o sofrimento e a morte. Cumpre notar que a atitude de Hardy era, em essência, uma atitude de piedade para com os seus semelhantes. Considerava o homem não como um animal depravado, mas como um grão de pó apanhado entre as rodas de uma máquina cósmica.

Ao iniciar-se o século XX o realismo na literatura inglesa tomou uma orientação nitidamente diversa. O período de 1900 a 1914 foi uma época de grandes progressos no setor da reforma social e de magníficos sonhos quanto ao futuro. Era natural que esse espírito de confiança e de esperança se refletisse nas grandes obras literárias. O primeiro gênio a tocar a alvorada da nova era foi George Bernard Shaw (1856-1952). Nascido em Dublin de pais anglo-irlandeses, Shaw foi para Londres com a idade de vinte anos e começou a ganhar a vida fazendo crítica de arte e de teatro nos jornais. Logo se interessou pelo socialismo e tornou-se líder da Sociedade Fabiana, cuja finalidade era promover o marxismo evolutivo. Shaw combinava o entusiasmo pelo socialismo com a dedicação à filosofia materialista, uma sólida fé no valor da ciência com um desprezo cáustico pelos artificialismos da sociedade burguesa. Por volta de 1900 havia encontrado o seu verdadeiro lugar na literatura como autor de dramas realistas. Daí em diante escreveu um número assombroso de peças sobre assuntos que vão da prostituição ao socialismo, do Exército de Salvação à evolução criadora. Na maioria dos casos, não são peças teatrais no sentido convencional da palavra. São veículos para a expressão das suas idéias, em

que o enredo é completamente eclipsado pelo diálogo espirituoso e incisivo. Não menos didático no tom é o realismo de H. G. Wells (1866-1946). Filho de um jogador profissional de críquete, Wells dedicou o começo de sua vida ao ensino de ciências numa escola particular. Como no caso de Shaw, foi uma mistura de socialismo e de fé nas promessas da ciência que forneceu a inspiração da sua obra de escritor. A maioria das novelas que publicou antes de 1914 descreviam utopias científicas em que a fadiga e a pobreza seriam eliminadas por maravilhosos progressos da técnica, enquanto a superstição e a guerra seriam banidas por uma educação adequada. Sua concepção da tragédia da vida não era a de uma luta vã contra a natureza, mas a da escravização do indivíduo por instituições caducas e ideais pervertidos. Entre as novelas mais conhecidas dos seus primeiros tempos contam-se *Tono Bungay*, *Anne Veronica* e *The History of Mr. Polly*.

O realismo foi também um movimento vigoroso em muitos outros países. Na Alemanha pode ser exemplificado com os dramas de Gerhardt Hauptmann (1862-1946) e pelo primeiro grande romance de Thomas Mann (1875-1955). Hauptmann foi um dramaturgo preocupado com as questões sociais, indo buscar os seus principais temas na velha luta das classes operárias contra a pobreza e os maus tratos infligidos pelos patrões. Escreveu também peças satíricas e outras simbólicas, sobre conflitos psicológicos. O primeiro grande romance de Thomas Mann foi publicado em 1903. Intitulado *Buddenbrooks*, conta a história da ascensão e do declínio de uma grande família de comerciantes de Lubeck. A narrativa é apresentada com a mesma atenção paciente aos detalhes significativos que caracteriza as obras posteriores do autor.

O mais eminente de todos os realistas teutões foi, sem dúvida, Henrik Ibsen (1828-1906). Se bem que nascido na Noruega, Ibsen contava entre os seus ascendentes sobretudo dinamarqueses e alemães. Anos de pobreza e de dura labuta no começo da vida deixaram no seu espírito uma impressão duradoura, convertendo-o num homem amargurado e cheio de ressentimentos. Até a idade de vinte e dois anos, quase toda a sua instrução foi adquirida por meio de incansáveis leituras. Seus primeiros dramas não foram muito bem recebidos e quando ainda jovem resolveu abandonar o país natal. Residiu primeiro na Itália e depois na Alemanha, e só voltou definitivamente para a Noruega em 1891. Suas obras caracterizam-se, acima de tudo, por uma acre rebelião contra a tirania e a ignorância da sociedade. Em dramas como *Os pilares da sociedade*, *Peer*

Gynt e O inimigo do povo, satiriza sem piedade as convenções e instituições. A esse desprezo pela hipocrisia e pela tirania social aliava-se uma atitude de profunda desconfiança para com o governo da maioria. Desprezava a democracia como a entronização de chefes sem princípios, capazes de tudo para obter votos que os perpetuem no poder. São de uma das personagens de O inimigo do povo estas palavras: "Uma minoria pode acertar — a maioria erra sempre."

Apesar do vigor da tradição puritana nos Estados Unidos, o realismo como tradição literária teve ali uma importância considerável. Podem encontrar-se traços dele já nos meados do século XIX, nas novelas de Herman Melville (1819-91). Sua obra-prima, *Moby Dick*, combina uma esplêndida descrição das maravilhas e terrores da natureza com uma pesquisa profunda dos mistérios do universo e do homem. Mas só muitos anos depois o realismo se tornou uma força dominante. Pelos fins do século XIX um grupo de jovens romancistas começou a escrever abertamente sobre os abusos políticos e sociais, de maneira a despertar por vezes um anseio de reforma. Stephen Crane descreveu alguns dos aspectos menos românticos da guerra em *The Red Badge of Courage*. Mark Twain fustigou a simulação e a hipocrisia numa série de novelas, sendo a mais famosa delas *Huckleberry Finn*. A encarniçada especulação dos altos financistas forneceu tema para o *Octopus* ("O Polvo") de Frank Norris. O mais típico dos realistas anteriores a 1914 é, porém, Theodore Dreiser (1871-1945). Seu primeiro romance *Sister Carrie* ("Carolina"), foi publicado em Londres em 1901 e na América em 1907, depois de muitas dificuldades com editores tímidos. Foi seguido, anos depois, por dois outros do mesmo gênero: *Jennie Gerhardt* e *O Gênio*. Os romances de Dreiser caracterizam-se por um rígido determinismo que não reconhece qualquer objetivo no universo ou significação na vida. Impregnou-os ele, porém, de simpatia pelos seus insignificantes personagens que lutam sem esperança contra as forças do infortúnio.

Uma outra grande literatura que atingiu a maioridade durante a época do realismo foi a russa. No entanto, os limites divisórios dos vários movimentos literários na Rússia estão longe de ser nítidos. Alguns dos grandes romancistas combinavam o realismo com atitudes essencialmente românticas, enquanto outros eram idealistas incorrigíveis. Entre os nomes mais salientes estão os de Ivan Turgueniev (1818-83), Feodor Dostoievski (1821-81) e Leon Tolstoi (1828-1910). Turgueniev, que passou grande

parte da existência na França, foi o primeiro romancista russo a se tornar conhecido na Europa Ocidental. Sua obra principal, *Pais e Filhos*, descreve com delicadeza e melancolia a luta entre duas gerações. O herói é um niilista (termo introduzido por Turgueniev), convencido de que em toda a ordem social nada existe que mereça ser preservado. Dostoievski teve uma vida quase tão trágica quanto a de qualquer personagem dos seus romances. Condenado aos vinte e oito anos por atividades revolucionárias, foi exilado para a Sibéria, onde suportou quatro anos horríveis. A existência que levou depois foi atormentada pela pobreza, por aborrecimentos de família e ataques epiléticos. Como romancista, preferiu descrever o lado pior da vida, explorando a angústia de criaturas infortunadas, arrastadas à prática de atos ignominiosos pelos seus sentimentos animalescos e primitivos e pela intolerável mesquinhez das suas existências. É um mestre da análise psicológica, sondando com uma intensidade quase mórbida os motivos que impelem a agir os espíritos deformados. Ao mesmo tempo, seus romances estão imbuídos de uma larga simpatia e da mística convicção de que a alma do homem só pode ser purificada pelo sofrimento. As obras mais conhecidas de Dostoievski são *Crime e Castigo* e *Os irmãos Karamasov*.

É opinião geral que a honra de ter sido o maior romancista russo deve ser repartida entre Dostoievski e Tolstoi. Comunista-anarquista e fervoroso encomiasta da vida simples dos camponeses, Tolstoi não tinha o determinismo convicto do autor de *Crime e Castigo*. Entretanto, na sua *Guerra e Paz*, epopéia grandiosa das condições da Rússia durante o período da invasão napoleônica, expõe a tese de que os indivíduos ficam à mercê do destino quando se desencadeiam poderosas forças elementares. Outra sua obra célebre, *Ana Karenina*, é o estudo da tragédia que se embosca atrás da procura da satisfação dos desejos egoístas. O herói, Levine, é na realidade o próprio Tolstoi que encontra por fim o refúgio contra a dúvida e as vaidades da existência mundana num amor místico pela humanidade. À medida que envelhecia, Tolstoi se afirmava cada vez mais como o apóstolo de um evangelho social. Em novelas como *Sonata a Kreutzer* e *Ressurreição*, condenava ele a maioria das instituições da sociedade civilizada e apelava aos homens para que renunciassem ao egoísmo e à cobiça, ganhassem a vida pelo trabalho manual e cultivassem as virtudes da pobreza, da humildade e da não-resistência. Deu ele próprio o exemplo fazendo doação de seus bens à esposa e adotando o traje e a alimentação

singela dos camponeses. Seus últimos anos foram dedicados principalmente a combater males como a guerra, a pena capital e a defender as vítimas de perseguições.

Seria erro acreditar que o realismo desfrutasse a adesão exclusiva do mundo literário entre 1840 e 1914. O romantismo continuou a ser muitíssimo popular, sobretudo na poesia. Entre os poetas desse período que cultivaram uma atitude essencialmente romântica destacam-se Robert Browning (1812-89) e Alfred Tennyson (1809-92). Browning é conhecido pelo seu senso dramático e pelos penetrantes estudos de caracteres humanos, mas, como genuíno vitoriano, concebia o homem como um ser moral e o universo como dirigido com um propósito benévolo. O seu otimismo apresenta-se em pronunciado contraste com o fatalismo e o pessimismo de muitos realistas. Conhecia a baixeza das paixões humanas, mas jamais perdeu a fé no triunfo final da bondade e da verdade. Alfred Tennyson foi um poeta muito mais famoso no seu tempo. Em 1850 tornou-se "poeta laureado" (poeta oficial da corte) e em 1884 foi feito Lord Tennyson. Seu mérito, no entanto, consiste principalmente na magia das palavras. A maioria dos seus poemas distingue-se antes pela pintura e pela música verbais do que pelas idéias. O seu domínio da cor e do ritmo permitiam-lhe revestir os pensamentos mais mezinhos de um vigor e um brilho que pareciam dotá-los de um sentido sublime e original. Apesar do muito que se esforçou por ser um pensador, raras vezes fez mais do que repetir algumas idéias correntes da época vitoriana. Cantou loas à virtude e ao patriotismo e exumou lendas medievais para reviver as glórias da corte do rei Artur. A obra em que conseguiu ser mais profundo é *In memoriam*, escrita por ocasião da morte de um amigo muito querido. É uma série de poemas líricos em que o autor passa de estados de dúvida e desespero a uma esperança confiante num "longínquo acontecimento divino, para o qual se dirige toda a criação". Três outros escritores ingleses podem também ser considerados como representantes da tradição romântica. Os dois primeiros, Thomas Carlyle (1795-1881) e John Ruskin (1819-1900), foram ensaístas e críticos; o outro, Rudyard Kipling (1865-1936), foi um poeta e autor de contos populares. Thomas Carlyle é talvez mais conhecido pela teoria de que os indivíduos heróicos são os construtores da história e pelas suas críticas incisivas à cultura do século XIX. São objetos especiais da sua cólera o industrialismo, a democracia, o materialismo, a ciência e o utilitarismo. Sofrendo de dispepsia crônica,

pareceu muitas vezes rabugento e despropositado. Não foi, entretanto, um mero pessimista ou um caturra. Tinha uma percepção aguda das verdadeiras fraquezas de muitas instituições modernas e antecipou algumas idéias européias contemporâneas sobre o direito dos fortes a governar. Carlyle e Ruskin possuíam várias qualidades em comum. Ambos tinham a tendência de reportar-se à Idade Média. Nenhum dos dois dava grande valor à democracia. Tanto um como o outro detestavam o regime fabril e abominavam o materialismo cru da ciência do século XIX. A filosofia de Ruskin, no entanto, aproxima-se mais da do esteta e do reformador social. Revoltava-o não só a pobreza e a degradação do sistema fabril mas também a sua fealdade. Condenava a luta feroz do capitalismo pelo lucro e instava para que os operários fossem tratados como sócios de indústria, com direito a uma porção mais generosa do fruto do seu trabalho. O romantismo de Rudyard Kipling era de uma espécie totalmente diversa. Não tinha o menor interesse pelos aspectos sociais ou artísticos do sistema industrial. Cantou em sua poesia as glórias do imperialismo britânico, pintando a subjugação dos hindus e africanos como um fascinante empreendimento apostólico para livrar o gentio das trevas. Suas narrativas em prosa versam principalmente sobre aventuras e são ricas de ternura sentimental pelos encantos da Índia, mas sem grande significado quanto às idéias.

4. O NASCIMENTO DA ARTE MODERNA

De 1830 até cerca de 1860, a tendência dominante na pintura foi sem dúvida o romantismo. Suas mais significativas expressões podem ser encontradas nas obras dos pré-rafaelitas e de Jean François Millet (1814-75). A figura principal do movimento pré-rafaelita foi Dante Gabriel Rossetti (1828-82), um inglês de ascendência italiana, mais conhecido como poeta do que como pintor. Rossetti e os seus discípulos visavam fazer voltar a pintura à simplicidade, ao imediatismo e ao naturalismo que acreditavam ter sido seus característicos na Idade Média e no começo da Renascença. Deploravam profundamente todas as tendências artificiais e decorativas que surgiram com Rafael. Repudiando o ideal da beleza pura, sustentavam que a arte, para ser digna desse nome, deve relacionar-se diretamente com a vida e ser útil, tanto no sentido de atender às necessidades dos homens como no de conter uma mensagem

intelectual.

Jean François Millet foi um pintor muito maior do que qualquer componente do grupo pré-rafaelita. Ainda que filiado à escola de Barbizon, Millet nem sempre lhe seguiu a tradição, que era a pintura romântica de paisagens. Seu interesse dominante consistia em pintar as lutas dos humildes trabalhadores contra a pobreza e os cruéis caprichos da natureza. Nos seus quadros *Homem com enxada* e *O sementeiro*, interpreta a dura existência do camponês de uma maneira bem digna dos seus sucessores realistas. Mas no *Angelus* e no *Caminho entre o trigal* revela uma propensão romântica para a piedade sentimental e a intensidade do colorido.

O desenvolvimento do realismo na pintura do século XIX é geralmente associado à obra de Gustave Courbet (1819-77) e de Honoré Daumier (1808-79). Ambos se preocupavam em apresentar os fatos da vida tal qual os viam, fazendo-o muitas vezes de um modo grosseiro e satírico. Rebelavam-se contra as tradições clássicas e românticas e tinham profunda consciência do significado social da arte. Simpatizando visceralmente com as classes humildes, em particular com a pobreza das cidades, compraziam-se em pintar cenas de sordidez e miséria e em expor à execração os vícios e as fraquezas da burguesia farta. Daumier, em particular, foi um poderoso satirista dos males sociais e políticos. Ridicularizou a corrupção dos funcionários subalternos, os pomposos disparates de advogados e juízes e a devoção hipócrita dos ricos. Courbet alcançou grande popularidade ao recusar desdenhosamente a cruz da Legião de Honra oferecida por Napoleão III. Tanto Courbet como Daumier foram ardorosos defensores das vítimas da opressão e da exploração, desempenhando na pintura um papel de certo modo semelhante ao de Dickens e Zola na literatura. Nem todos os seus quadros, naturalmente, assumiram a forma de uma condenação social. Muitos deles retratavam, com doçura e simpatia, singelas cenas da vida dos pobres. Fosse qual fosse o tema, esforçavam-se por apresentá-los sem os embelezamentos sentimentais das escolas românticas.

O primeiro movimento inteiramente original da pintura do século XIX foi o impressionismo. Em certo sentido, o impressionista é um realista, pois pretende pintar unicamente aquilo que vê e se interessa essencialmente pela interpretação científica da natureza. Sua técnica, porém, é diferente das dos realistas originários. Os impressionistas não pintavam as cenas do

mundo ambiente como se lhes apresentariam depois de um estudo cuidadoso ou de uma análise atenta. Pelo contrário, procuravam transmitir as impressões imediatas dos seus sentidos, deixando que o espírito do observador preenchesse os detalhes adicionais. Resultava daí, muitas vezes, um gênero de pintura que, à primeira vista, parecia nada ter de naturalista. As figuras eram comumente deformadas; representavam-se objetos inteiros por meio de alguns detalhes significativos e pinceladas de cores primárias eram colocadas lado a lado, sem a menor transição. Convencidos de que a luz é o principal fator determinante da aparência dos objetos, os impressionistas abandonavam os ateliers pelos campos e florestas, buscando captar as fugidias alterações que cada deslocamento momentâneo das luzes e das sombras introduzia nos cenários naturais. A ciência lhes ensinara que a luz se compõe de uma fusão de cores primárias, como se vê no espectro solar. Por conseguinte, resolveram usar quase exclusivamente essas cores. Preferiam, por exemplo, conseguir o efeito do verde na natureza dispondo lado a lado pinceladas de azul e de amarelo e deixando que o olho as misturasse. Alguns desses quadros, quando vistos de perto, parecem não passar de borrões coloridos, mas, se os observarmos à distância, aos poucos se reduzem a um desenho natural em que se podem distinguir, mais ou menos claramente, montanhas, árvores, casas e outros objetos.

Como muitos outros movimentos artísticos dos tempos modernos, o impressionismo nasceu na França. Foi fundado aproximadamente em 1870 por Edouard Manet (1832-83), em quem deixara profunda impressão o estudo dos velhos mestres espanhóis, sobretudo de Velasquez. Os maiores de todos os impressionistas foram, provavelmente, Claude Monet (1840-1920) e Auguste Renoir (1841-1919). Monet foi talvez o principal expoente do novo modo de interpretar a paisagem. Seus quadros não têm plano ou desenho no sentido convencional; ao invés de retratar, sugerem sutilmente os contornos dos rochedos, das árvores, montanhas e campos. Profundamente interessado pelo problema da luz, saía de casa ao amanhecer com uma braçada de telas a fim de pintar o mesmo motivo sob uma dúzia de aspectos momentâneos. Já se disse, a respeito de uma de suas obras-primas, que "a luz é a única personagem importante do quadro". A obra de Renoir mostra uma variedade maior que a de qualquer outro de seus colegas. Seus assuntos incluem não somente paisagens mas também retratos e cenas da vida contemporânea. É sobretudo famoso

pelos seus nus róseos e ebúrneos, pintados de um modo que lembra Ticiano ou Rubens. Usou ele o conhecido recurso das manchas de sol para dar maior relevo a certas partes do quadro, mas apresentava os seus temas com mais solidez de formas do que os outros componentes do grupo. É, até hoje, o mais popular dos impressionistas.

Por mais de vinte anos o impressionismo floresceu como estilo dominante de pintura em quase todos os países do Ocidente. Mas na década de 1890 cedeu a palma da popularidade a um novo movimento que é chamado, na falta de melhor nome, pós-impressionismo. Os pós-impressionistas criticavam a falta de forma e de volume na obra dos seus predecessores. Sustentavam que as figuras representadas pela pintura deviam ser tão sólida e completamente moldadas quanto as dos escultores. Censuravam, outrossim, a preocupação dos impressionistas com os aspectos ocasionais e momentâneos da natureza e deploravam-lhes a indiferença pelas idéias. Expressar um sentido qualquer, na opinião deles, devia ser o propósito fundamental da arte; a forma e a técnica não são um fim em si mesmas, sendo importantes apenas na medida em que contribuem para exprimir um sentido. O pós-impressionismo não foi somente uma reação contra o impressionismo mas, pelo menos em suas tendências fundamentais, representava uma revolta contra as fórmulas rotineiras do passado. Era uma expressão do caos e da crescente complexidade da era da máquina. Simbolizava a inquietação e a desorientação que acompanharam o nascimento de uma nova sociedade nos últimos anos do século XIX. Foi o começo de quase tudo que chamamos arte moderna.

O pintor que lançou os fundamentos do pós-impressionismo foi Paul Cézanne (1839-1906), hoje saudado como um dos maiores pintores de todos os tempos. Natural do sul da França, Cézanne vagabundeou pelo mundo da arte como num sonho. Sempre esperançoso de alcançar um objetivo mais alto, pouco lhe interessavam as obras que havia terminado. O filho, para se distrair, recortava as janelas de algumas de suas obras-primas e a criada usava outras para limpar o fogão. Cézanne encarava essas calamidades com bastante calma, convicto de que no futuro produziria coisas muito melhores. O fim que almejava como pintor era representar de tal modo a natureza que os objetos, na tela plana, parecessem ter o relevo e a profundidade da escultura. Para consegui-lo recorria a leves deformações, aplicava a tinta em espessas camadas e modelava as figuras

com um cuidado meticuloso. Foi tão bem sucedido que, segundo se disse, "depois de Cézanne não há mais razão para se fazer escultura".

A influência de Cézanne foi reforçada e ampliada por dois outros artistas da corrente pós-impressionista. Um deles foi Paul Gauguin (1848-1903), francês de ascendência peruana, e o outro o holandês Vincent Van Gogh (1853-90). Ambos foram revolucionários nos métodos. Gauguin repudiou todas as restrições da pintura tradicional. Afirmando que o artista não deve ser escravo nem da natureza nem do passado, introduziu em suas pinturas um simbolismo exótico e as mais surpreendentes adaptações de cor. Sua finalidade primária era dar um sentido emocional à natureza, retratar o mundo de acordo com os seus sentimentos subjetivos. Gauguin é também importante como símbolo da desilusão que, pelos fins do século XIX, se alastrou nos círculos intelectuais e artísticos. Desalentado com a complexidade e o artificialismo da civilização, fugiu para as ilhas da Oceania e passou a última década da sua vida pintando as cores ardentes e luxuriantes de uma sociedade primitiva e incontaminada. Foi o precursor de um vasto movimento primitivista da pintura do século XX. Durante certo tempo cultivou a amizade do pintor holandês Van Gogh, mas essa amizade cessou abruptamente certa noite em que despertou e viu o outro avançando para ele armado de uma faca. Van Gogh era indubitavelmente um desequilibrado: cortou uma de suas orelhas e levou-a a uma senhora que o tinha ofendido e acabou suicidando-se. Não obstante, não se pode negar-lhe o gênio. Provavelmente jamais foram igualadas a energia vibrante e a emoção turbulenta de suas obras. A fim de exprimir a intensidade dos seus sentimentos, trabalhava com uma pressa febril, aplicando diretamente na tela pequenos vermes de cor violenta que espremia dos tubos de tinta. Van Gogh tem sido a principal inspiração de quase todos os pintores modernos que vêem na expressão das idéias subjetivas a função exclusiva da arte.

Nos anos que vão de 1900 ao início da Primeira Guerra Mundial a arte moderna passou por ainda outro desenvolvimento revolucionário. Primeiro, Henri Matisse (1869-1954) deu amplas proporções ao uso da deformação iniciado por Cézanne e desenvolveu pouco a pouco um tipo de pintura que repudiava definitivamente as idéias consagradas sobre os valores estéticos. Essa tendência foi levada muito mais longe ainda por Pablo Picasso (1881-?), um catalão que chegou a Paris em 1903 e fundou o cubismo. A arte de Picasso deve o seu nome à tentativa de reduzir cada figura ou objeto aos

seus elementos geométricos fundamentais. Baseia-se na doutrina certa vez enunciada por Cézanne, de que a melhor maneira de exprimir as idéias fundamentais de forma seria por meio de cubos, cones, cilindros etc. Picasso tomou esse princípio ao pé da letra. O cubismo, porém, é muito mais do que isso. Emprega não só a deformação mas, em alguns casos, um verdadeiro esquartejamento. O artista pode separar as várias partes de uma figura e tornar a arranjá-las de modo diferente do natural. O objetivo é, em parte, simbolizar o caos da vida moderna, mas também exprimir a repulsa às ideias tradicionais de forma — repudiar a concepção da arte como mera "boniteza". Foi também com essa finalidade que os cubistas extremos em geral se abstiveram de usar a cor.

Outro rebento importante do pós-impressionismo que surgiu antes da Primeira Guerra Mundial foi o futurismo. O pai espiritual do futurismo foi o poeta Filippo Tommaso Marinetti, que mais tarde desempenhou um papel ativo no lançamento do fascismo italiano. Em 1910, Marinetti e um grupo de discípulos publicaram um famoso manifesto em que pediam a guerra sem tréguas aos ideais estéticos do passado. Condenavam o culto dos mestres clássicos, a dedicação servil às ruínas romanas e à arte da Renascença, a "obsessão erótica", o "purismo", o sentimentalismo, o quietismo e a adoração da natureza. Como pintores, os futuristas procuravam glorificar a máquina e as conquistas da ciência moderna. Consideravam uma imbecilidade que o artista, rodeado pelas maravilhas da moderna era científica, passasse o seu tempo a devanear sobre paisagens pastoris ou tentando reviver as belezas da mitologia clássica. Baseando-se na descoberta da física, de que a energia é a realidade fundamental da natureza, insistiam em que o movimento deveria constituir o tema principal da arte. Conseqüentemente, resolveram esfacelar as formas de maneira a dar a ilusão do tremido e da vibração. Deleitavam-se em pintar o movimento de um animal a correr, a velocidade de um automóvel ou a força e a beleza de alguma complicada máquina industrial. O futurismo exerceu decidida influência, mormente na decoração interna de modernos arranha-céus, estações ferroviárias e edifícios públicos.

Embora a escultura houvesse florescido com abundância na época da democracia e do nacionalismo, ofereceu relativamente pouco que se pudesse considerar como importante. Na maioria dos casos era uma imitação do barroco — grandiosa, pesada e exuberantemente decorativa. Desenvolveu-se em grande parte com fins patrióticos, aformoseando

monumentos comemorativos da grandeza nacional. Mas nos últimos anos do século XIX houve pelo menos um escultor cuja obra se salientou como original. Foi ele o francês Auguste Rodin (1840-1917), que tem sido comparado a Miguel Ângelo, por quem foi fortemente influenciado. Rodin foi acima de tudo um realista, mas refletia também as correntes do romantismo e do impressionismo. Interessava-se pela análise psicológica, pela origem animal do homem e pela sua luta contra as forças da natureza. Sua obra mais impressionante é A porta do Inferno, inspirada pela Divina Comédia de Dante. É uma representação trágica dos sofrimentos da grande massa humana condenada pelas paixões da sua natureza animal. Rodin é talvez mais conhecido pela sua estátua do Pensador, que sugere a evolução do homem a partir das espécies inferiores. Logo após a aurora do século XX a escultura começou a mostrar certos traços em comum com a pintura pós-impressionista. Tornou-se cada vez mais abstrata e deformada, exprimindo o ímpeto da revolta contra a beleza amaneirada e o sentimentalismo.

Assim como na escultura, a influência do passado também era enorme na arquitetura. Até quase o fim do século XIX a arte do construtor continuou a ser governada por princípios clássicos e medievais. Em geral era o clássico que predominava, como o mostra especialmente a sobrevivência do barroco maciço e enfeitado. Monumentos desse estilo são a Ópera de Paris (1864-71), o edifício do Reichstag (1882-94) e a catedral protestante de Berlim (1888-95). Em alguns casos os edifícios barrocos do século XIX foram embelezados com formas de construção tomadas de fontes bizantinas, egípcias, chinesas, mouriscas e hindus. O resultado foi um ecletismo sem precedentes, testemunhando as ambições imperialistas das nações europeias. Mas esse desenvolvimento do barroco foi acompanhado por uma ressurreição vigorosa do gótico. A renovação do interesse pela arquitetura gótica foi um produto da tendência romântica de exaltar tudo que fosse medieval. Exatamente como os poetas haviam desenterrado as antigas lendas dos cavaleiros andantes, houve também um retorno ao estilo de construção do século XIII. Destarte, o gótico foi "dotado em larga escala na construção de igrejas, universidades e até mesmo em alguns edifícios públicos e sedes de parlamentos. A maior de todas essas monstruosidades é, talvez, o arranha-céus Woolworth, de Nova York, com os seus arcos ogivais e arcobotantes ornamentais que pouca ou nenhuma relação têm com a finalidade geral da construção.

De 1880 a 1890, certos arquitetos da Europa e da América se aperceberam de que os estilos dominantes de construção estavam longe de se harmonizar com as realidades da civilização moderna. Daí o lançamento de um novo movimento arquitetônico, o funcionalismo. Seus principais pioneiros foram Otto Wagner (1841-1918), na Alemanha, e Frank Lloyd Wright (1869- ?), nos Estados Unidos. O princípio básico do funcionalismo é a idéia de que a aparência de um edifício deverá proclamar o seu verdadeiro uso e objetivo. Não deve haver acréscimo de frisos, colunas, rendilhados e ameias somente porque algumas pessoas consideram bonitos tais ornamentos. A verdadeira beleza consiste na sinceridade, numa adaptação honesta dos materiais ao objetivo que pretendem servir. O funcionalismo inclui também a idéia de que a arquitetura deverá exprimir direta ou simbolicamente as feições características da cultura contemporânea. A ornamentação, por conseguinte, deverá restringir-se àqueles elementos que reflitam a era da ciência e da máquina. O homem moderno não acredita nos ideais gregos de harmonia, equilíbrio e moderação, nem nas virtudes medievais da devoção e da cavalaria, mas sim no poder, na eficiência, na velocidade e no conforto. São esses os ideais que devem encontrar expressão na arte.

Não parece haver dúvida quanto a ser o estilo funcional de construção um dos mais importantes desenvolvimentos arquitetônicos desde a Renascença. Entre todos os estilos que têm sido adotados nestes últimos trezentos anos, é o único realmente original. Conhecido também como arquitetura moderna ou estilo internacional, é a melhor aproximação que já se obteve de um uso eficiente dos formidáveis recursos mecânicos e científicos do mundo contemporâneo. Permite uma aplicação honesta de novos materiais como o cromo, o vidro, o aço e o concreto, e estimula o engenho dos construtores a descobrir outros mais. Embora muita gente não goste da sua simplicidade severa, da sua angulosidade e das suas linhas cubistas, a arquitetura funcional indubitavelmente firmou conceito para o futuro. Foi adotada em incontáveis casas de apartamentos, hotéis, edifícios públicos, lojas e residências particulares, não só nos Estados Unidos mas em todas as nações industrializadas do mundo.

5. A MÚSICA NA ÉPOCA DA DEMOCRACIA E DO NACIONALISMO

O romantismo não se extinguiu na música tão cedo como na Literatura e nas outras artes. Alcançou o auge no terço médio do século XIX e continuou a ser uma tendência importante até os nossos dias. Muitas das mudanças ocorridas na expressão e nos ideais musicais durante a última parte do século são comparáveis às tendências da literatura e das artes plásticas, mas é difícil traçar paralelos exatos. Por exemplo, conquanto se impusesse o realismo, não podia ser levado ao extremo numa arte que não é essencialmente descritiva nem pictórica. Foi tão fecundo esse período que o espaço de que dispomos só nos permitirá discutir os característicos mais salientes e os compositores de maior eminência.

O romantismo acentuou-se na obra de dois compositores alemães coetâneos e amigos, Robert Schumann (1810-56) e Félix Mendelssohn (1809-47). Schumann distinguiu-se na composição de canções, de música de câmara e para piano. Sendo um dos compositores mais românticos, foi ao mesmo tempo um dos mais intelectuais. Como editor e escritor estimulou o desenvolvimento da erudição musical e a apreciação das conquistas da história da música. Entre os serviços prestados por ele encontra-se a publicação de riquezas olvidadas entre o acervo das canções de Schubert. A demência que obscureceu os dois últimos anos da vida de Schumann foi particularmente trágica, dado o valor do seu caráter e da sua influência. Félix Mendelssohn era neto do filósofo judeu Moisés Mendelssohn. Como no caso de Schumann, entre os seus dotes sobressaíam também os da personalidade. Suas composições, embora de sabor romântico, são notavelmente simétricas e não rompem com as formas estabelecidas. Expressam quase sempre uma disposição risonha, talvez porque o autor, nascido numa família próspera, estava a salvo das agruras da vida. Entre as suas obras de maior valor contam-se o oratório intitulado Elias e a música para o Sonho de uma noite de verão, esta última escrita aos dezessete anos.

Chopin e Liszt são também compositores românticos de grande fama. Frederico Chopin (1810-49), nascido na Polônia de mãe polonesa e pai francês, passou a maior parte da vida em Paris. Escreveu quase exclusivamente para piano e fez pleno uso das qualidades de expressão emocional desse instrumento. Sendo essencialmente um poeta do

som, impregnou de tremenda sentimentalidade as suas pequenas peças. Embora tivesse conquistado a popularidade, teve uma vida agitada, evidentemente colorida em excesso pela melancolia da sua imaginação criadora. Seu caso de amor com a romancista George Sand (Aurore Dupin) terminou de modo infeliz; aos quarenta anos morreu tuberculoso. Franz Liszt (1811-86) passou a maior parte de sua longa existência em Paris e na cidade alemã de Weimar. Bem cedo distinguiu-se como pianista de concertos e é comumente considerado como o maior executante de todos os tempos nesse instrumento. Mais tarde dedicou-se intensamente à composição, com resultados brilhantes se não de valor duradouro. Schumann e Mendelssohn haviam cultivado o romantismo com moderação; Chopin levou-o à beira da sentimentalidade e Liszt conduziu-o ao extremo do sensacionalismo. Seu faro para os efeitos exóticos reveia-se com maior sucesso no tratamento dos temas nativos da Hungria. Liszt relacionou-se com muitos vultos da literatura francesa e demonstrou real interesse pelas correntes revolucionárias do seu tempo. Exerceu influência sobretudo pelos concertos e aulas de piano, pela regência de orquestras e pelas atividades filantrópicas em benefício de músicos necessitados. Prestou incalculável serviço a Wagner com o seu generoso auxílio quando aquele estava sendo escoreado da Alemanha. Richard Wagner (1813-83), a mais notável figura musical da segunda metade do século XIX, foi um revolucionário radical no mundo da arte. Interessou-se inicialmente pelo drama, e quando se voltou para a música foi atraído sobretudo pelas suas possibilidades dramáticas. Fêz relativamente tarde o aprendizado musical, que foi em grande parte autodidático, mas apesar disso satisfatório. Nas suas óperas, que são chamadas com mais propriedade dramas musicais, usa a técnica de combinar entre si a ação, as palavras, a música e os efeitos cênicos; seu ideal era, na verdade, a fusão de todas as artes num todo harmônico. O que daí resultou foi algo bem diferente da ópera convencional. Wagner dispensava a divisão arbitrária dos atos em cenas e punha de lado todos os acessórios artificiais; tomava grandes liberdades com a harmonia e apartava-se dos modelos melódicos estereotipados. Buscava um fluxo contínuo de música, libertado da tirania da forma mas sensível a todas as exigências da expressão. Sob vários aspectos, as suas óperas, especialmente as últimas, que incluem o famoso Anel dos Nibelungen, são aparentadas aos dramas gregos. Os libretos tratam de deuses e heróis da

mitologia teutônica, desenrolam-se num plano ideal e são ricos de significado moral; mais importante do que tudo isso é o fato de ser usada a orquestra como fundo para a ação e para comunicar o espírito da peça, exatamente como o fazia o coro no teatro grego. Conquanto a obra de Wagner seja romântica na essência e idealista na finalidade, introduziu nela um elemento realista empregando uma frase musical periodicamente repetida (leitmotiv) para identificar cada personagem importante do drama. Como era de esperar, os seus impulsos revolucionários, que não se limitavam inteiramente à estética, desencadearam uma tempestade sobre a sua cabeça, forçando-o a deixar durante certo tempo a Alemanha. Os últimos vinte anos da sua vida, no entanto, testemunharam a execução triunfal das suas obras, em especial na Ópera de Bayreuth, construída sob a direção do próprio Wagner e que tem sido desde então um santuário musical.

Uma força tão penetrante como o nacionalismo não podia deixar de influenciar a música. Na maioria dos países europeus e mesmo nos Estados Unidos, a música folclórica passou a ser estudada por especialistas ou integrou-se nas composições cultas. Muitos compositores eram patriotas fervorosos. O italiano Verdi foi obrigado pelas autoridades austríacas, por motivos políticos, a modificar o enredo de uma das suas óperas. São exemplos da influência nacionalista as obras dos boêmios Smetana (+ 1884) e Dvorak (+ 1904) e do norueguês Grieg (+ 1907). A maioria dos devotos da música nacional, entretanto, não se desviaram demasiadamente das formas consagradas de expressão, mas trouxeram sua contribuição ao patrimônio europeu comum. César Franck (+ 1890), belga de nascimento e fundador da moderna escola francesa de composição, distingue-se pelo seu misticismo extraterreno. O finlandês Jan Sibelius (1865-1957), conquanto tenha celebrado sentimentos nacionais no seu poema sinfônico Finlândia, exibe qualidades tão universais que se torna impossível classificá-lo como um simples nacionalista. Com sete sinfonias a seu haver, é um dos compositores modernos mais bem conceituados.

Uma das mais notáveis escolas nacionais de música que surgiram foi a russa. Durante a maior parte do século XIX os músicos russos contentaram-se em seguir a orientação dos franceses, italianos e alemães. Mesmo um compositor brilhante como Tchaikovski (1840-93) não introduziu verdadeiras inovações. Finalmente, porém, foram

abertos novos caminhos, em especial por Borodin, Mussorgski e Rimski-Korsakov, tendo-se prolongado a vida deste último até o século XX. Nenhum desses homens teve formação profissional, circunstância que torna ainda mais notáveis os seus feitos. Embora não virassem as costas às escalas e à harmonia tradicionais européias, introduziram na composição um novo ponto de vista, uma indiferença para com a ortodoxia e uma valorização entusiástica das canções e danças do folclore eslavo. Essas qualidades conquistaram para a Rússia um lugar de primeiro plano na música moderna.

Antes de encerrar-se o período que estamos considerando, diversas tendências divergentes começaram a manifestar-se, exprimindo a insatisfação com as velhas formas que caracterizavam todas as artes. Algumas dessas orientações constituíam pontos de partida novos e outras, um retorno aos ideais do passado. O florescimento do romantismo não importava na extinção da tradição clássica. Não só os românticos usavam continuamente as fórmulas clássicas, mas até certos compositores eram, por assim dizer, clássicos puros. Preeminente entre estes últimos foi Johannes Brahms (1833-97). Profundamente intelectual e sutil, Brahms foi o sucessor de Beethoven na música de câmara e na sinfônica, e não perde ao ser comparado a ele. Embora Richard Strauss (1864-1949) tivesse começado como um clássico, a sua paixão das experiências não tardou a evidenciar-se em toda a liberdade, primeiro nos seus poemas sinfônicos habilmente orquestrados e depois nos seus dramas musicais. Estes últimos, malgrado certas semelhanças superficiais, diferem essencialmente das óperas de Wagner. Ao passo que Wagner era a encarnação do romantismo, Strauss era um realista que lançava mão de todos os recursos da orquestra moderna para converter a música num meio pictórico capaz de evocar no ouvinte imagens concretas e por vezes triviais. Não se contentando em despertar emoções intangíveis, como tinham feito os românticos, propunha-se pintar quadros meticulosos, afirmando que seria perfeitamente possível descrever até uma colher de chá por meio de sons musicais. O conteúdo do seu resolutivo realismo vai desde o balar de carneiros e o ranger de asas de moinho no Dom Quixote até as idéias filosóficas abstraias em Assim falava Zaratustra (baseado num texto de Nietzsche).

Outra manifestação, de significado talvez mais duradouro que o realismo de Strauss, foi o impressionismo criado pelo compositor francês Claude Debussy (1862-1918). Como os pintores impressionistas,

Debussy abandonou a rigidez do desenho e a intelectualidade na tentativa de traduzir em música o êxtase ou a qualidade patética de um estado de espírito ou de um momento particular. Também como os impressionistas do pincel,. movia-se livremente de um som para outro sem modulação (transição). O melhor de Debussy é talvez quando aplica diretamente a sua imaginação sensitiva à evocação do jogo de imagens implícitas na vastidão do mar, nos caprichos do luar ou no devaneio amoroso de um fauno durante uma tarde de verão. Rejeitando a forma precisa e a beleza abstraía como imperativos da arte, procurava satisfação não no realismo da vida mas num mundo fantástico de sonhos e sombras.

PARTE 7 - A CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL MODERNA, 1914 — NACIONALISMO, DEMOCRACIA, DITADURA

UMA boa parte dos caracteres distintivos da época em que vivemos tem sua origem na Guerra Mundial de 1914-1918. Essa guerra criou uma multidão de problemas novos, alimentou atitudes de cinismo e desilusão e levantou sérias dúvidas quanto ao futuro da civilização moderna. Ao invés de minorar certos males como o nacionalismo e o militarismo, intensificou-os e fêz com que se ulcerassem e se tornassem mais malignos do que nunca. Além disso, a guerra transtornou o equilíbrio econômico das nações industrializadas, alimentou a inflação e a expansão exagerada e abriu caminho para crises e depressões. Conquanto a vitória dos Aliados tenha encorajado temporariamente a democracia, seu fruto final foi uma série de ditadores que se alçaram ao poder nas nações derrotadas e insatisfeitas. Por fim, em 1939, os ressentimentos acumulados durante duas décadas explodiram numa nova guerra, cujas consequências derradeiras para a civilização moderna ninguém pode ainda prever.

CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL MODERNA, 1914

INTERNACIONAL	AS AMÉRICAS	INGLATERRA	EUROPA OCIDENTAL	EUROPA CENTRAL E ORIENTAL
Tríplice Aliança, 1882-1914 Revolução Diplomática, 1890-1907 Estrada de ferro Berlim-Bagdá, 1890-1914 <i>Entente Cordiale</i>, 1904-1923 Conferência de Algeciras, 1906 <i>Triple Entente</i>, 1907-1917 Crise da Bósnia, 1908 Guerras Balcânicas, 1912-1913 Assassinio do Arquiduque Francisco Fernando, 1914 Primeira Guerra Mundial, 1914-1918 Os Estados Unidos entram na guerra, 1917 Tratado de Versalhes, 1919 Liga das Nações, 1919-1939 Invasão do Vale do Ruhr pelos franceses, 1923	John Dewey, <i>Reconstrução Filosófica</i>, 1920	A. N. Whitehead, <i>A organização do pensamento</i>, 1916	Impressionismo na música, 1918 Super-realismo, 1918	Pan-eslavismo, 1890-1914 Expressionismo na arte, 1893 Pangermanismo, 1895-1914 Movimento da Grande Sérvia, 1900-1914 Supremacia industrial da Alemanha, 1900-1914 Queda do Czar, 1917 Revolução bolchevista, 1917 Expressionismo na música, 1918 Revolução na Alemanha, 1918 O. Spengler, <i>Decadência do Ocidente</i>, 1918 Primeiro regime comunista na Hungria, 1919 República de Weimar, 1919-1933 NEP na Rússia, 1921-1929
Pacto de Locarno, 1925 Pacto de Paris, 1928 O Japão invade a Manchúria, 1931 Os pagamentos de reparações são cancelados pela Alemanha, 1932 Conferência de Desarmamento de Genebra, 1932-1934 Conferência Econômica Mundial, 1933 Pacto naval anglo-alemão, 1935 Aliança Franco-soviética, 1935 Conquista da Etiópia pela Itália, 1935-1936 Hitler remilitariza a Renânia, 1936	Eugene O'Neill, <i>Strange Interlude</i>, 1920 Renascimento da pintura no México, ca. 1921 Descobrimento da insulina, 1922 Grande depressão, 1929-1934 Regionalismo na arte, EE. UU., ca. 1930 Os EE. UU. abandonam o padrão-ouro, 1933 NRA, 1933-1935 <i>New Deal</i>, 1933-1939 Descobrimento da estreptomicina, ca. 1940 <i>Fair Deal</i> nos EE. UU., 1945-1953 Descobrimento da cortisona, 1948	Greve geral, 1926 Segundo governo trabalhista, 1929-1931 Descobrimento da penicilina, 1930 Abandono do padrão-ouro, 1931 Descobrimento dos nêutrons, 1932 Abandono do livre-câmbio, 1932 Terceiro governo trabalhista, 1945-1950	Introdução das sulfas, 1935 Frente Popular na França, 1936-1938 Guerra civil na Espanha, 1936-1939 Existencialismo, ca. 1938 Regime de Franco na Espanha, 1939-? Queda da monarquia na Espanha, 1931	Revolução fascista na Itália, 1922 Inflação catastrófica na Alemanha, 1923 Morte de Lenin, 1924 Thomas Mann, <i>A montanha mágica</i>, 1924 Ditadura de Stalin, 1924-1953 Primeiro Plano Quinquenal na Rússia, 1929-1933 Revolução nazista na Alemanha, 1933 Desintegração atômica, 1939 Neo-ortodoxia, ca. 1940

CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL MODERNA, 1914

INTERNACIONAL	As Américas	ÍNDIA	EUROPA OCIDENTAL	EUROPA CENTRAL E ORIENTAL
Fixo Roma-Berlim, 1936	Bomba de hidrogênio, 1952	Dissolução do Império na Índia, 1947		
A Alemanha anexa a Áustria (<i>Anschluss</i>), 1938				
Pacto de Munique, 1938				
Pacto nazí-soviético, 1939				
Segunda Guerra Mun- diã, 1939-1945				
Carta de Atlântico, 1941				
Ataque a Pearl Harbor, 1941	Volta dos Republicanos ao poder nos EE. UU., 1953			Golpe comunista na Hun- gria, 1947
Conferência do Cairo, 1943				Golpe comunista na Tchécoslováquia, 1948
Conferência de Teerã, 1943		Volta dos Conservadores ao poder, 1951		
Fundação das Nações Unidas, 1945				
Bombas atômicas: bom- bas no Japão, 1945				
Conferência de Ialta, 1945				
Conferência de Potsdam, 1945				Morte de Stalin, 1953
Guerra fria entre Ocidente e Oriente, 1946-?				
Doutrina Truman, 1947				
Piano Marshall de re- cuperação europeia, 1948				
NAATO, 1949				
Guerra da Coreia, 1950- 1953				
Piano Edenhurgh, 1952				

Capítulo 27

A primeira guerra mundial

A gloriosa era de ciência, democracia e reforma social discutida nos capítulos precedentes terminou numa das mais horrorosas guerras de toda a história. À primeira vista isso pode parecer um paradoxo. Não obstante, devemos lembrar que o período compreendido entre 1830 e 1914 tinha certos característicos absolutamente alheios ao progresso político, social ou intelectual. Sendo uma época de democracia, o foi também de imperialismo. Se é verdade que nunca se despendeu tanto dinheiro no interesse do bem-estar social, as verbas militares e navais também aumentaram enormemente. A despeito dos notáveis avanços no campo da ciência e da educação, superstições cruéis e insensatas continuaram a medrar onde menos seria de esperar. O nacionalismo agressivo e belicoso alastrou-se como uma peste. Líderes intelectuais da França, inclusive o romancista Zola, instigaram um ódio apaixonado contra a Alemanha. Do outro lado do Reno, poetas e professores divinizavam o espírito alemão e cultivavam um arrogante desprezo pelos eslavos. Ensinava-se aos ingleses que eles eram o povo mais civilizado da terra e que o seu direito de estabelecer "o domínio sobre palmeiras e pinheiros" provinha de uma autoridade nada menos que divina. Diante disso, não parecerá talvez estranho que os Jovens Turcos, educados nas universidades da Europa Ocidental, tivessem, de volta à sua pátria, massacrado o "gado cristão" do sultão na Macedônia.

1. AS CAUSAS SUBJACENTES DA GUERRA

Desde que Tucídides escreveu a sua narrativa clássica da luta entre Esparta e Atenas, tornou-se hábito dos historiadores dividir os fatores responsáveis pela guerra em causas imediatas e causas subjacentes. Algumas das causas subjacentes ou remotas da Primeira Guerra Mundial remontam à história europeia de um século atrás. A maioria delas, porém, data de cerca de 1870. Isto se aplica particularmente às causas econômicas, que muitos historiadores consideram como bases de todas as demais. A causa econômica que geralmente colocam no cabeçalho da lista é a rivalidade industrial e comercial entre a Alemanha e a Inglaterra.

No capítulo sobre a Revolução Industrial mostramos que a Alemanha, após a fundação do império em 1871, atravessou um período de desenvolvimento econômico pouco menos que milagroso. Em 1914, estava produzindo mais ferro e aço do que a Inglaterra e a França juntas. Em produtos químicos, corantes de anilina e na manufatura de instrumentos científicos achava-se à frente do mundo inteiro. Os produtos da sua indústria desalojavam os congêneres ingleses de quase todos os mercados da Europa continental, bem como do Extremo Oriente e da própria Inglaterra. Talheres com o dístico "Made in Germany" eram vendidos até em Sheffield, o maior centro de cutelaria inglesa, e lápis fabricados na Baviera eram encontrados sobre a mesa da Câmara dos Comuns. Além disso, o império dos kaisers tinha começado a desafiar a supremacia britânica nos transportes. Em 1914 a Hamburg-Amerika Linie e o Lloyd Norte-Alemão contavam-se entre as maiores linhas de navegação do mundo. Dois de seus navios tinham arrebatado sucessivamente o campeonato de velocidade do Atlântico aos barcos britânicos e o Imperator, lançado à água em 1912, era o maior navio do mundo.

Há indícios de que certos interesses britânicos começavam a alarmar-se seriamente com a ameaça da competição alemã. Esse sentimento chegou ao paroxismo por volta do fim do século, quando a Saturday Review de Londres estampou a seguinte opinião: "Se a Alemanha fosse extinta amanhã, não haveria depois de amanhã um só inglês no mundo que não fosse mais rico do que é hoje. Nações lutaram durante anos por uma cidade ou por um direito de sucessão ; e não se deve lutar por um comércio de duzentos e cinquenta milhões de esterlinos?... A Inglaterra despertou afinal para o que é inevitável e constitui ao mesmo tempo a sua mais grata esperança de prosperidade. Germaniam esse delendam". Conquanto essa opinião não fosse nem oficial nem representativa do pensamento da nação como um todo, refletia a exasperação de alguns cidadãos influentes. Depois de 1900 o ressentimento diminuiu por algum tempo, mas tornou a inflamar-se nos anos que precederam o deflagrar da guerra. Parecia reinar a forte convicção de que a Alemanha estava movendo à Inglaterra uma guerra econômica deliberada e implacável, visando tomar-lhe os mercados por meios fraudulentos e escorraçar os seus navios dos mares. Permitir que a Alemanha saísse vitoriosa dessa luta significaria para a Inglaterra o fim da sua prosperidade e uma grave ameaça à sua existência nacional. Os cidadãos britânicos que se

preocupavam com tais assuntos viam a sua pátria como vítima inocente da agressividade alemã e sentiam-se plenamente justificados em tomar quaisquer medidas que se fizessem necessárias para defender a sua posição.

Também os franceses estavam alarmados com a expansão industrial alemã. Em 1870 a França fora despojada dos extensos depósitos de ferro e carvão da Lorena, que passaram contribuir para o crescimento industrial da Alemanha. É verdade que os franceses ainda tinham ferro em abundância nas ricas jazidas de Briey, na fronteira oriental, mas receavam que a sua inimiga viesse um dia a arrebatá-los também isso. Acresce que a França se via na necessidade de importar carvão, o que lhe feria o orgulho quase tanto quanto a perda do ferro. Havia ainda várias outras causas de atrito econômico que muito contribuíram para provocar a guerra. A ambição russa de obter o controle de Constantinopla e de outras porções do território turco entrava em conflito com os planos dos alemães e austríacos, que queriam para si o Império Otomano como um paraíso de privilégios comerciais. Rússia e Áustria também rivalizavam entre si na obtenção do monopólio comercial dos reinos balcânicos da Sérvia, da Romênia, da Bulgária e da Grécia. A Áustria estava tão ansiosa de evitar que esses países caíssem na órbita russa quanto desejosa estava a Rússia de estender o seu poder a todos os eslavos da Europa Oriental. Havia, por fim, um agudo antagonismo econômico entre a Alemanha e a França com respeito ao direito de explorar os recursos minerais e as oportunidades comerciais do Marrocos.

Até certo ponto, a construção da estrada de ferro Berlim-Bagdá foi uma causa econômica da guerra, embora tivesse efeitos políticos não menos importantes. A conclusão dessa estrada envolvia, como é de ver, o assentamento de uma linha do Bósforo a Bagdá pelo rio Tigre, uma vez que já existia a ligação ferroviária entre Berlim e Constantinopla. De Bagdá talvez pudesse ser estendida até o Golfo Pérsico, abrindo assim um caminho mais curto para a Índia. Os planos da estrada de ferro tinham sido traçados por uma companhia alemã desde 1890. Considerando os riscos demasiadamente grandes para ser empreendidos por eles sós, os capitalistas alemães convidaram, banqueiros ingleses e franceses para cooperarem. O capital seria dividido igualmente entre os três países e a Inglaterra e a França teriam a mesma representação que a Alemanha na diretoria. O ciúme e a desconfiança, contudo, fizeram com que a proposta

fosse rejeitada pelos governos britânico e francês. Os ingleses parecem ter receado que as linhas vitais do seu império corressem perigo, bem assim como os seus interesses econômicos na Pérsia e na Mesopotâmia. Os políticos franceses, por seu lado, parecem ter cedido à pressão por parte da Rússia, a qual temia que uma estrada de ferro a atravessar a Turquia ressuscitasse a "enferma do Levante" e adiasse indefinidamente a partilha dos seus bens. Em 1913-14 foi concluída uma série de acordos entre ingleses, franceses e alemães para a construção de ferrovias turcas sobre a base de uma divisão do Império Otomano em esferas de influência. A essas alturas, porém, a amizade internacional estava ferida de morte, sobretudo porque a Alemanha já havia completado cerca de 600 quilômetros da linha de Bagdá.

É impossível aquilatar o verdadeiro valor das causas econômicas subjacentes da guerra. Tiveram certamente influência, mas não tão importante, talvez, quanto em geral se acredita. Para começar, a rivalidade entre a Inglaterra e a Alemanha tem sido provavelmente exagerada. Em 1914 a Inglaterra não corria perigo de ser reduzida ao nível de uma potência industrial de terceira categoria. É verdade que o seu comércio exterior já não crescia tão rapidamente como o da Alemanha, mas assim mesmo crescia. Durante os quarenta anos subsequentes à guerra franco-prussiana o comércio alemão expandiu-se na proporção de 130%, enquanto para a sua rival o crescimento não passou de 40%. Ainda em 1913 os ingleses exportaram mercadorias no valor de 525 milhões de libras e os alemães, de 495 milhões. Do mesmo modo, devemos abster-nos de atribuir demasiada gravidade à competição entre a Rússia e a Alemanha. A Rússia não era ainda uma grande nação capitalista, com um excesso de produtos que tivesse necessidade de vender no exterior. Dependia muito mais da importação. Em 1912, por exemplo, seus embarques de produtos acabados constituíram apenas 2% do total das exportações, ao passo que o volume das mercadorias manufaturadas foi mais de dez vezes maior. E é significativo que proviesse da Alemanha uma porção considerável destas últimas. Por outro lado, não devemos esquecer que sempre há indivíduos poderosos que são prejudicados pela concorrência estrangeira. Tais pessoas invariavelmente exercem a maior pressão possível para forçarem os seus governos a uma ação agressiva. Convém lembrar também que as rivalidades econômicas resultam amiúde em atrito político. Os ingleses temiam, por exemplo, que

o gigantesco desenvolvimento industrial da Alemanha ocidental tornasse indispensável ao império do kaiser o controle de Antuérpia e Amsterdã. O resultado final seria a anexação da Bélgica e da Holanda pela Alemanha, com sério prejuízo para a posição estratégica da Inglaterra.

Entre as causas políticas da Primeira Guerra Mundial desempenhou papel proeminente o nacionalismo. Esse fator, como explicamos anteriormente, tinha raízes que remontavam pelo menos à Revolução Francesa. Nos começos do século XX, porém, ele passou a assumir uma variedade de formas particularmente perigosas. As principais dentre elas eram o plano da Grande Sérvia, o pan-eslavismo na Rússia, o movimento de *révanche* na França e o movimento pangermânico. Os dois primeiros relacionavam-se intimamente entre si. Pelo menos desde o começo do século XX a pequena Sérvia sonhava estender a sua jurisdição sobre todos os povos que passavam por ser da mesma raça e cultura que os seus próprios cidadãos. Alguns desses povos habitavam as então províncias turcas da Bósnia e da Herzegovina. Outros incluíam os croatas e eslovenos das províncias meridionais da Áustria-Hungria. Depois de 1908, quando a Áustria repentinamente anexou a Bósnia e a Herzegovina, o plano da Grande Sérvia dirigiu-se exclusivamente contra o império dos Habsburgos. Assumiu a forma de uma agitação para provocar o descontentamento entre os súditos eslavos da Áustria, na esperança de afastá-los desta e unir à Sérvia os territórios que eles habitavam. Daí adveio uma série de perigosas conspirações contra a paz e a integridade da Monarquia Dual, e o clímax fatídico dessas conspirações foi o assassinio do herdeiro do trono austríaco em 28 de junho de 1914.

Em muitas de suas atividades os nacionalistas sérvios foram auxiliados e instigados pelos pan-eslavistas da Rússia. O pan-eslavismo baseava-se na teoria de que todos os eslavos da Europa Oriental constituíam uma grande família. Argumentava-se por conseguinte que a Rússia, como o mais poderoso dos estados eslavos, deveria ser guia e protetora das suas pequenas irmãs dos Balcãs. Era preciso encorajar estas últimas a voltar os olhos para a Rússia sempre que os seus interesses corressem perigo. Os sérvios, búlgaros e montenegrinos, nas suas lutas contra a Áustria ou a Turquia, deviam saber que sempre teriam um amigo poderoso e simpatizante no outro lado dos Cárpatos. O pan-eslavismo não era apenas o ideal interessado alguns nacionalistas ardentes, mas fazia verdadeiramente parte da política oficial do governo

russo. Muito contribuiu para explicar a atitude agressiva da Rússia em todas as disputas que surgiram entre a Sérvia e a Áustria.



Outra das formas malignas de nacionalismo que contribuíram para a guerra de 1914 foi o movimento francês pela revanche. Desde 1870 os patriotas exaltados da França vinham almejando um ensejo de vingar a derrota sofrida na guerra franco-prussiana. É quase impossível, para quem não é europeu, formar uma concepção justa do ascendente que tinha essa idéia sobre o espírito de milhões de franceses. Era cuidadosamente cultivada pela imprensa amarela e servida aos escolares como iguaria cotidiana da sua nutrição intelectual. O conhecido político Raymond Poincaré dizia não ver razão para que a sua geração continuasse a viver, a não ser a de reaver as províncias perdidas da Alsácia e da Lorena. Deve-se compreender, no entanto, que essa idéia

nunca passou, provavelmente, da opinião de uma minoria do povo francês. Por volta de 1914, era fortemente combatida pelos socialistas e por muitos líderes liberais.

É difícil avaliar a influência do pangermanismo como uma modalidade de nacionalismo antes de 1914. O nome do movimento passa, em geral, por derivar da Liga Pangermânica, fundada por volta de 1895. Essa liga advogava particularmente a expansão da Alemanha, que deveria incorporar todos os povos teutônicos da Europa Central. Os limites do império seriam estendidos até abranger a Dinamarca, a Holanda, o Luxemburgo, a Suíça; a Áustria e a Polônia até Varsóvia. Alguns líderes não se contentavam sequer com isso, exigindo também um grande império colonial e uma ampla expansão para leste, até os Balcãs e a Ásia Ocidental. Faziam questão de que povos como os búlgaros e turcos se tornassem pelo menos satélites do Reich. Embora a Liga Pangermânica fizesse muito ruído, dificilmente poderia alimentar a pretensão de representar a nação alemã. Ainda em 1912 não contava mais de 17.000 membros e as suas violentas críticas ao governo eram mal recebidas por muita gente. Não obstante, certas doutrinas suas tinham vivido em estado latente por mais de um século no pensamento alemão. O filósofo Fichte ensinara que os alemães, em virtude da sua superioridade espiritual, tinham a missão de impor a paz ao resto da Europa. Conceitos de arianismo e de supremacia nórdica também contribuíram para a idéia de que os alemães eram divinamente predestinados a persuadir ou obrigar as "raças inferiores" a aceitarem a sua cultura. Por fim, os esforços de filósofos como Heinrich von Treitschke para divinizar o estado e glorificar o poder como instrumento de política nacional ajudaram a incutir no espírito de muitos alemães das classes média e superior a intolerância para com as outras nações e a crença no direito da Alemanha a dominar os seus vizinhos mais fracos.

O nacionalismo dos tipos que acabamos de descrever teria sido quase suficiente de per si para mergulhar um número considerável de nações européias na voragem da guerra. Mas o conflito dificilmente teria assumido as proporções que assumiu se não fosse o sistema de alianças múltiplas. Foi esse sistema que transformou a contenda local entre a Áustria e a Sérvia numa guerra geral. Quando a Rússia interveio em favor da Sérvia, a Alemanha sentiu-se obrigada a acudir em defesa da Áustria. A França estava ligada à Rússia por laços estreitos e a Inglaterra foi

arrastada ao conflito devido, pelo menos em parte, aos seus compromissos com a França. O sistema de alianças, além disso, era uma fonte de suspeita e de medo. Impossível esperar que a Europa continuasse indefinidamente dividida em campos opostos de força mais ou menos igual. As condições não podiam deixar de mudar com a passagem do tempo. Os motivos que originalmente tinham levado determinadas nações a associar-se a outras perdiam a sua importância, desaparecendo assim a base da aliança. Veremos, por exemplo, a Itália abandonar praticamente a aliança com a Alemanha e a Áustria, às quais parecera, de começo, tão ansiosa por juntar-se. O resultado foi unir mais fortemente as suas antigas aliadas e aumentar-lhes a obsessão de estarem cercadas por um anel de potências hostis.

A evolução do sistema de alianças múltiplas remonta à década de 1870 e seu arquiteto inicial foi Bismarck. Em essência, os objetivos do Chanceler de Ferro eram pacíficos. A Prússia e os seus aliados alemães tinham saído vitoriosos da guerra com a França e o recém-criado império germânico era o estado mais poderoso do Continente. Almejava Bismarck, acima de tudo, preservar os frutos dessa vitória; nada indica que ele estivesse a planejar novas conquistas. Não obstante, perturbava-o o receio de que a França pudesse iniciar uma guerra de desforra. Era pouco provável que tentasse sozinha uma tal coisa, mas podia fazê-lo auxiliada por uma outra potência. Conseqüentemente, Bismarck resolveu isolar a França ligando todos os seus possíveis amigos à Alemanha. Em 1873 conseguiu formar uma aliança simultânea com a Áustria e a Rússia — a chamada Liga dos Três Imperadores. Essa combinação era entretanto de caráter precário. Desfez-se depois do Congresso de Berlim, em 1878, quando a Rússia acusou a Alemanha e a Áustria de escamotear-lhe os frutos da guerra que acabava de ter com a Turquia. Extinta a Liga dos Três Imperadores, Bismarck cimentou uma nova aliança, agora muito mais forte, com a Áustria. Em 1882 essa parceria expandiu-se na célebre Tripla Aliança, com a adesão da Itália. Os italianos não aderiram por amor aos alemães ou aos austríacos, mas sim levados pela cólera e pelo medo. Despeitava-os o fato de ter a França anexado a Tunísia (1881), um território que consideravam como legitimamente seu. Além disso, os políticos italianos ainda andavam às testilhas com a igreja e receavam que os clericais da França subissem ao poder e enviassem um exército francês para defender o papa. Nesse meio tempo foi ressuscitada a Liga dos Três

Imperadores. Conquanto durasse apenas seis anos (1881-87), a Alemanha conseguiu manter a amizade com a Rússia até 1890!

Destarte, ao cabo de pouco mais de uma década de manobras políticas Bismarck lograra realizar as suas ambições. Por volta de 1882 a França estava praticamente impossibilitada de obter o auxílio de amigos poderosos. A Áustria e a Itália achavam-se unidas à Alemanha pela Tríplice Aliança e a Rússia, após três anos de ausência, havia retornado ao arraial bismarckiano. O único auxílio possível era o da Inglaterra; mas, com respeito aos assuntos continentais, os ingleses tinham voltado à sua política tradicional de "esplêndido isolamento". Por conseguinte, no que dizia respeito ao perigo de uma guerra de vingança a Alemanha pouco tinha a temer. Mas, se Bismarck ou qualquer outra pessoa imaginava que tal segurança era permanente, estava-lhe reservada uma triste decepção. Entre 1890 e 1907 a Europa passou por uma revolução diplomática que aniquilou praticamente a obra de Bismarck. É verdade que a Alemanha ainda tinha a Áustria ao seu lado, mas perdera a amizade tanto da Rússia como da Itália, ao mesmo tempo que a Inglaterra saíra do seu isolamento para entrar em ajustes com a Rússia e a França. Esse deslocamento do equilíbrio de poderes teve resultados fatídicos. Convenceu os alemães de que estavam rodeados por um anel de inimigos e, portanto, tinham de fazer o que estivesse ao seu alcance para conservar a lealdade da Áustria, ainda mesmo que fosse preciso prestar apoio às temerárias aventuras desta no estrangeiro. Seria difícil encontrar melhor ilustração da futilidade de se confiar num sistema de alianças para preservar a paz.

Não é necessário procurar muito longe as causas dessa revolução diplomática. Em primeiro lugar, desavenças entre Bismarck e o novo kaiser, Guilherme II, determinaram o afastamento do chanceler em 1890. Seu sucessor, o Conde Caprivi, estava interessado principalmente numa tentativa de cultivar a amizade da Inglaterra e por isso deixou caducar o tratado com a Rússia. Em segundo lugar, o desenvolvimento do pan-eslavismo na Rússia colocou o império do czar em conflito com a Áustria. Na contingência de escolher entre a Áustria e a Rússia, a Alemanha muito naturalmente preferiu a primeira. Em terceiro lugar, o estabelecimento de laços financeiros entre a França e a Rússia abriu caminho inevitavelmente para uma aliança política. Em 1888-89 tinham sido lançados, na Bolsa de Paris, empréstimos russos no valor aproximado de 500 milhões de dólares. As obrigações, oferecidas a preço convidativo, foram

prontamente compradas pelos capitalistas franceses. A partir de então, grande número de cidadãos influentes da França passaram a ter um interesse direto nos destinos políticos da Rússia. Uma quarta causa foi o abandono do isolacionismo pela Inglaterra, mudança essa devida a várias razões: uma delas foi a preocupação causada pelo crescente poder econômico da Alemanha; outra, o fato de terem os ingleses e os franceses descoberto, por volta de 1900, uma base de cooperação para a partilha da África do Norte. Uma última causa da revolução diplomática foi a mudança de atitude da Itália em relação à Tríplice Aliança. Pelas alturas de 1900 estavam os republicanos franceses consolidados no poder, não tendo pois a Itália mais que temer uma intervenção monárquico-clerical em favor do papa. Além disso, a maioria dos italianos tinha-se conformado com a perda da Tunísia e tratava apenas de reaver os territórios em poder da Áustria e de ganhar o apoio da França para a conquista de Trípoli. Por essas razões a Itália perdeu o interesse em manter a lealdade à Tríplice Aliança.

O primeiro resultado importante da revolução diplomática foi a Triple Entente. Chegou-se a ela por uma série de estágios. Em 1890 a Rússia e a França iniciaram uma aproximação política que aos poucos amadureceu numa aliança. O convênio militar secreto assinado pelos dois países em 1894 estabelecia que uma das partes iria em auxílio da outra em caso de ataque pela Alemanha, ou pela Áustria ou Itália apoiada pela Alemanha; e que, em caso de mobilização por parte de qualquer dos componentes da Tríplice Aliança, tanto a Rússia como a França mobilizariam imediatamente todas as suas forças e as colocariam tão próximo das fronteiras quanto possível. Essa Aliança Dual entre a Rússia e a França foi seguida pela Entente Cordiale entre a França e a Inglaterra. Durante as duas últimas décadas do século XIX, ingleses e franceses haviam tido amiudadas e sérias altercações a respeito de colônias e comércio. As duas nações quase chegaram às vias de fato em 1898, em Fachoda, no Sudão Egípcio. Subitamente, porém, a França abandonou todas as suas pretensões a essa parte da África e iniciou negociações para um entendimento amplo em relação a outras contendas. O resultado foi a conclusão, em 1904, da Entente Cordiale. Não era uma aliança formal, mas um acordo amigável sobre muitos assuntos. O que continha de mais importante eram certos artigos secretos referentes à partilha do Norte da África. A França concordava em dar carta branca à Inglaterra no Egito, e em troca a Inglaterra consentia na aquisição de quase todo o Marrocos

pelos franceses. O passo final na formação da Triple Entente foi a conclusão de um entendimento mútuo entre a Inglaterra e a Rússia. Também aqui não houve aliança formal. As duas potências chegaram simplesmente, em 1907, a um acordo relativo às suas ambições na Ásia. O núcleo desse acordo consistia na divisão da Pérsia em esferas de influência. A Rússia ficaria com a parte do norte e a Inglaterra, com a do sul. Uma porção mediana seria conservada, pelo menos temporariamente, como zona neutra sob o governo do seu soberano legítimo, o xá.

Destarte, em 1907 as grandes potências da Europa achavam-se alinhadas em dois campos hostis — a Tríplice Aliança e a Triple Entente. Enquanto, porém, esta última ia em vias de desenvolvimento, a primeira foi muitíssimo enfraquecida pela defecção da Itália. Já vimos que por volta de 1900 os motivos que levaram a Itália a juntar-se à Tríplice Aliança haviam perdido a sua importância. Não somente se observava uma decidida frieza nas relações ítalo-austriacas mas também os nacionalistas italianos clamavam incessantemente por um império na África. Por isso, em 1900 o governo firmou um acordo secreto com a França, estipulando que em troca da plena liberdade de ação em Trípoli a Itália se absteria de qualquer interferência nas ambições francesas sobre o Marrocos. Em 1902 os dois países concluíram outro pacto secreto, pelo qual cada um se comprometia a manter a neutralidade em caso de ataque por uma terceira potência. A obrigação subsistia mesmo que alguma das partes, por motivo de uma ameaça à sua honra ou à sua segurança, se visse obrigada a "tomar a iniciativa da declaração de guerra". Sendo os termos "honra" e "segurança" suscetíveis de ampla interpretação, é evidente que a Itália estava, na realidade, comprometendo-se a permanecer neutra em quase qualquer guerra que viesse a estalar entre a França e a Alemanha. Sua obrigação anterior, decorrente da Tríplice Aliança, de ajudar a Alemanha no caso de um ataque francês ficava assim praticamente anulada. O auge da deslealdade foi alcançado pela Itália no "Acordo de Racconigi" de 1909, com a Rússia. Por esse acordo o governo de Roma prometia "encarar com benevolência" as pretensões russas ao controle dos Estreitos e de Constantinopla, em troca do apoio diplomático à conquista de Trípoli.

A fortuna da Triple Entente esteve também sujeita a flutuações. Foi ela um tanto fortalecida entre 1905 e 1912 por uma série de "conversações" militares e de acordos não-oficiais entre a Inglaterra e a França. Consistiam estes mormente em planos pormenorizados dos

estados-maiores britânico e francês para uma ação conjunta dos dois exércitos, na eventualidade de ser a França atacada pela Alemanha. Mais tarde foram assumidos certos compromissos de cooperação naval entre a Inglaterra e a França, de um lado, e a Inglaterra e a Rússia do outro. Mas a coalizão foi seriamente enfraquecida em 1909, em consequência da recusa da Inglaterra e da França a apoiar a Rússia na sua disputa com a Áustria em torno da anexação da Bósnia-Herzegovina por esta última. Outra ameaça à integridade da Triple Entente surgiu em 1913, quando a Inglaterra colaborou com a Alemanha e a Áustria no desígnio de forçar a Sérvia a abandonar suas pretensões à Albânia. Embora as Potências Centrais pretendessem ver na Triple Entente uma poderosa coligação contra elas, na realidade era tão instável quanto a Tríplice Aliança. As ambições russas sobre Constantinopla entravam em conflito com os interesses britânicos na mesma localidade. Os próprios ingleses pareciam por vezes afagar a idéia de lançar as potências continentais umas contra as outras. Daí a sua tendência a vacilar entre o apaziguamento da Alemanha e o encorajamento à França. Até quase os fins de julho de 1914, nem os inimigos da Inglaterra nem os seus aliados podiam ter absoluta certeza sobre a decisão que ela tomaria. A última das causas subjacentes da Primeira Guerra Mundial a ser considerada foi uma série de crises internacionais que puseram em perigo a paz européia entre 1905 e 1913. Houve, ao todo, cinco crises de grave importância: três suscitadas pela questão marroquina e duas relacionadas com disputas na Europa Oriental. Conquanto a maioria delas tivesse sido afastada por meio de compromissos, todas deixaram um legado de suspeita e ressentimento. Em alguns casos, a guerra só foi evitada por estar na ocasião demasiadamente fraca uma das partes para oferecer resistência. Daí o sentimento de humilhação, o rancor reprimido que em ocasião futura teria de explodir. Outro efeito dessas crises foi lançar alguma luz sobre as verdadeiras simpatias das grandes potências. Destarte se evidenciou, durante a terceira crise marroquina, que a Inglaterra reconhecia uma comunhão de interesses com a França. Do mesmo modo, a atitude assumida pela Itália mostrou que esse país estava longe de ser um membro seguro da Tríplice Aliança.

A crise marroquina nasceu de um entrelaço de interesses econômicos franceses e alemães. No começo do século XX era o Marrocos um país independente, governado por um sultão. Seu território,

porém, era relativamente rico em minerais e produtos agrícolas, que as nações européias cobiçavam. O que despertava principalmente a cupidez dos franceses e alemães eram as jazidas de ferro e manganês e as excelentes oportunidades de comércio. Em 1880 as principais potências do mundo haviam assinado a Convenção de Madrid, estabelecendo que os representantes de todas as nações teriam privilégios econômicos iguais no Marrocos. Mas os franceses não se satisfizeram por muito tempo com tal combinação. Em 1903 o seu comércio marroquino ultrapassava o de qualquer outro país e a França almejava nada menos que um monopólio. Além disso, cobiçavam o Marrocos como uma reserva de tropas e como um baluarte na defesa da Argélia. Por conseguinte, em 1904 a França entrou em acordo com a Inglaterra para estabelecer uma nova ordem no território do sultão. Os artigos do acordo que foram dados à publicidade enunciavam a louvável resolução das potências signatárias de manter a independência do Marrocos. Os artigos secretos prescreviam justamente o contrário. Em época oportuna, o Marrocos seria desmembrado. Uma pequena porção fronteira a Gibraltar seria dada à Espanha e o resto caberia à França. A Grã-Bretanha, como vimos, tinha como recompensa a liberdade de ação no Egito.

Foi esse acordo de 1904 que precipitou a encarniçada disputa entre a França e a Alemanha. Em 1905, alguns funcionários do governo alemão farejaram a trapaça. Resolveram obrigar a França a desistir de suas pretensões sobre Marrocos, ou então oferecer compensações. Em 1905 o chanceler von Bülow induziu o kaiser a desembarcar no porto marroquino de Tânger e pronunciar ali um discurso declarando que a Alemanha estava pronta a defender a independência de sultão. O resultado foi uma crise que levou a Europa a dois passos da guerra. A fim de resolver a disputa reuniu-se em 1906, na localidade espanhola de Algeciras, um congresso internacional. Embora confirmasse a soberania do sultão, a conferência reconhecia ao mesmo tempo os interesses especiais da França nos domínios daquele. Esse resultado convinha admiravelmente aos franceses, que podiam agora penetrar na terra dos mouros sob o manto da legalidade. Em 1908 deu-se uma segunda crise e em 1911 uma terceira, ambas resultantes de tentativas dos alemães para proteger o que consideravam seus legítimos direitos no Marrocos. A terceira crise revestiu-se de particular importância por causa da atitude positiva assumida pelos ingleses. Em julho de 1911 David Lloyd George, no seu célebre discurso da

Mansion House (Prefeitura de Londres), virtualmente ameaçou de guerra a Alemanha se esta tentasse estabelecer uma base na costa marroquina. A controvérsia em torno de Marrocos foi resolvida nos fins de 1911, quando a França concordou em ceder uma porção do Congo Francês à Alemanha. O governo do kaiser abandonou então todas as pretensões sobre Marrocos e informou os franceses de que podiam fazer o que entendessem com esse país. Pouco depois todo o território, com exceção da estreita nesga concedida à Espanha, foi adicionado ao império colonial da França. Nenhuma das partes, todavia, esqueceu os ressentimentos nascidos da contenda. Os franceses afirmavam ter sido vítimas de uma chantagem pela qual lhe fora arrebatado um território valioso. Os alemães alegavam que a porção do Congo cedida pela França não era compensação suficiente para a perda de privilégios econômicos em Marrocos.

Mais sérias ainda que o caso marroquino foram as duas crises balcânicas. A primeira foi a crise da Bósnia, em 1908. Pelo Congresso de Berlim, em 1878, as duas províncias turcas da Bósnia e da Herzegovina tinham sido colocadas sob o controle administrativo da Áustria, se bem que o Império Otomano conservasse ainda a posse legítima. A Sérvia também cobiçava esses territórios, que duplicariam a extensão do seu reino e lhe colocariam as fronteiras nas imediações do Adriático. Subitamente, em 5 de outubro de 1908, a Áustria anexa as duas províncias, numa franca violação ao Tratado de Berlim. Os sérvios ficaram furiosos e apelaram para a Rússia. O governo do czar ameaçou com a guerra até que a Alemanha enviou uma áspera nota a S. Petersburgo, anunciando a sua firme intenção de apoiar a Áustria. Como a Rússia ainda não se houvesse refeito inteiramente da guerra com o Japão e não estivesse em condições de guerrear com a Alemanha e a Áustria unidas, acabou por informar os sérvios de que eles teriam de esperar um momento mais favorável. A opinião dominante na Europa Ocidental era de crítica veemente à Áustria. Censuravam-na por ter violado o direito internacional e por perturbar temerariamente o equilíbrio de poderes. Não se sabia então que a responsabilidade da crise também recaía, em boa parte, sobre os ombros do ministro russo do Exterior, Alexandre Izvolski. Em setembro de 1908 Izvolski firmara um acordo secreto com o Conde Aehrenthal, seu colega austríaco, no castelo deste em Buchlau, prometendo a não-interferência da Rússia na anexação das duas províncias se a Áustria desse seu apoio à ambição russa de abrir os Estreitos. Izvolski foi, porém,

impedido de levar a efeito a sua parte do pacto pela oposição da Inglaterra e da França. Quando Aehrenthal consumou a anexação, Izvolski voltou-se contra ele numa atitude de inocência ofendida. A crise da Bósnia foi, indubitavelmente, uma das causas mais importantes da Primeira Guerra Mundial. Seria quase impossível mencionar um outro fator isolado que tivesse provocado tanta malquerença entre as nações. Insuflou a ira dos sérvios contra a Áustria e encorajou-os a solicitar o apoio da Rússia. Convenceu os imperialistas de S. Petersburgo de que teriam de lutar eventualmente não só contra a Áustria, mas também contra a Alemanha. Efeito não menos importante foi o de levar a França a uma aproximação mais estreita com a Rússia. Depois de ver frustrados os seus planos em 1908, Izvolski renunciou ao cargo de ministro e aceitou a sua nomeação como embaixador em Paris. Ali, de 1910 a 1914, trabalhou com magistral habilidade para fazer da França uma aliada leal da Rússia. Parece ter exercido considerável influência junto a Poincaré.

A inimizade austro-sérvia foi ainda mais intensificada pelas guerras dos Balcãs. A primeira dessas guerras foi, em parte, um fruto do programa de otomanização posto em prática pelos Jovens Turcos. Relatos de atrocidades cometidas pelo governo do sultão contra os eslavos da Macedônia despertaram as simpatias dos povos balcânicos da mesma raça e serviram de pretexto para um ataque ao território turco. Em 1912 a Sérvia, a Bulgária, o Montenegro e a Grécia, com o encorajamento da Rússia, formaram a Liga Balcânica para a conquista da Macedônia. A guerra iniciou-se em outubro de 1912 e em menos de dois meses a resistência turca foi completamente desmantelada. Surgiu então o problema da divisão dos despojos. Por tratados secretos, negociados antes do início das hostilidades, fora prometida à Sérvia a Albânia, além de uma generosa fatia da Macedônia ocidental. Mas então a Áustria, receosa como sempre de qualquer aumento do poder sérvio, interveio na conferência de paz e obteve o apoio da Inglaterra e da França para o reconhecimento da Albânia como estado independente. Para os sérvios isso foi a última gota. Dir-se-ia que o governo dos Habsburgos estava disposto a bloquear-lhes sistematicamente todas as tentativas de expansão, pelo menos na direção de oeste. Desde então tornou-se ainda mais rancorosa a agitação anti-austriaca na Sérvia e na província vizinha da Bósnia. Conquanto os sérvios tivessem conseguido forçar os búlgaros a ceder uma porção das suas conquistas na Macedônia, isso não era compensação suficiente para a

perda da Albânia, que teria oferecido uma saída para o mar.

2. O CAMINHO DE HARMAGEDON

Como todos sabem, a causa imediata da Primeira Guerra Mundial foi o assassinio do Arquiduque Francisco Fernando, em 28 de junho de 1914. Foi a faísca lançada ao barril de pólvora das suspeitas e ódios acumulados. Sem embargo, não foi um, fato tão trivial como muita gente pensa. Na realidade teve um significado muito mais profundo do que geralmente se imaginava fora da Europa Central. Francisco Fernando não era simplesmente uma figura inútil da nobreza austríaca; era um homem que em breve se tornaria imperador. O monarca reinante, Francisco José, atingira os oitenta e cinco anos e a sua morte era esperada a cada momento. Por isso, o assassinio do herdeiro do trono foi considerado muito justamente como um ataque ao estado. A reação dos austríacos foi, de certo modo, semelhante ao que teria sido a dos americanos se, por exemplo, o vice-presidente dos Estados Unidos fosse assassinado, durante uma visita ao Texas, por um bando de nacionalistas mexicanos.

O assassino de Francisco Fernando foi um estudante bosniaco chamado Princip. Isto, porém, não é nem metade da história. Princip não passava de um instrumento dos nacionalistas sérvios. O assassinio, embora tenha ocorrido em Sarajevo, capital da Bósnia, resultou de uma conspiração urdida em Belgrado. Os conspiradores eram membros de uma sociedade secreta oficialmente conhecida como "União ou Morte", mas comumente chamada "Mão Negra". Documentos importantes vieram à luz ultimamente, mostrando que o governo sérvio tinha conhecimento da conspiração. Nem o primeiro ministro nem qualquer dos seus colegas, porém, tomou medidas eficazes para impedir-lhe a execução ou, pelo menos, alertar o governo austríaco. Isto leva, naturalmente, a indagar dos motivos que levaram a agir os assassinos. O principal deles parece ter sido o plano de reorganização do império dos Habsburgos, que se sabia estar sendo arquitetado por Francisco Fernando. Esse plano, denominado trialismo, incluía uma proposta no sentido de transformar a Monarquia Dual numa monarquia tríplice. Além da Áustria alemã e da Hungria magiar, já então praticamente autônoma, haveria uma terceira unidade semi-independente composta pelos eslavos. Tal coisa era exatamente o que

os nacionalistas sérvios não desejavam. Temiam que, se tal acontecesse, os seus consanguíneos croatas e eslovenos se conformassem com o domínio dos Habsburgos. Decidiram, portanto, eliminar Francisco Fernando antes que se tornasse imperador da Áustria-Hungria.

Ainda depois de terminada a guerra, pensava-se na Europa e nos Estados Unidos que o assassinio do arquiduque tivesse sido obra de bosníacos descontentes. Mas nas semanas que se seguiram imediatamente à tragédia as autoridades austríacas procederam a um inquérito que confirmou as suas suspeitas quanto à origem servia da conspiração. Por conseguinte, no dia 23 de julho enviaram ao governo sérvio um severo ultimato que continha onze exigências. Entre outras coisas, a Sérvia devia fechar os jornais anti-austríacos, liquidar as sociedades patrióticas secretas, excluir do governo e do exército todas as pessoas culpadas de propaganda anti-austríaca e aceitar a colaboração das autoridades austríacas na eliminação do movimento subversivo contra o império dos Habsburgos. A 25 de julho, dentro do prazo-limite de quarenta e oito horas, o governo sérvio transmitiu a sua resposta. Era um documento ainda hoje sujeito a variadas interpretações. Do total de onze exigências, somente uma era categoricamente repelida e cinco eram aceitas sem reservas. O chanceler alemão considerou-o como uma capitulação quase completa e o kaiser afirmou que todos os motivos para a guerra tinham desaparecido. A Áustria, no entanto, declarou insatisfatória a resposta servia, rompeu as relações diplomáticas e mobilizou parte do seu exército. Os próprios sérvios não parecem ter nutrido ilusões de agradar à Áustria, visto que três horas antes de transmitir a resposta haviam dado ordem de mobilizar as tropas.

Neste ponto, a atitude de outras nações assume extrema importância. Com efeito, algum tempo antes disso, diversos governantes de grandes potências haviam assumido atitudes bem definidas. Já em 18 de julho Sazonov, ministro russo do exterior, avisara a Áustria de que a Rússia não toleraria qualquer tentativa de humilhar a Sérvia. Ao tomar conhecimento do ultimato à Sérvia o governo russo ordenou uma série de preparativos para pôr o país em pé de guerra. Foram canceladas as licenças dos oficiais, recolhidas as tropas aos quartéis, acumularam-se estoques de provisões e declarou-se o estado de guerra nos setores limítrofes à Alemanha e à Áustria. Em 24 de julho Sazonov disse ao embaixador alemão: "Eu não odeio a Áustria, desprezo-

a. A Áustria está procurando um pretexto para engolir a Sérvia, mas nesse caso a Rússia fará guerra à Áustria". O governo de Moscou contava com o apoio da França ao assumir essa atitude beligerante. Mais ou menos a 20 de julho Raymond Poincaré, que se tornara presidente da República Francesa, fez uma visita a S. Petersburgo. Insistiu com Sazonov para que "fosse firme" e evitasse qualquer compromisso capaz de resultar em perda de prestígio para a Triple Entente. Preveniu o embaixador austríaco de que "a Sérvia contava com amigos sinceros entre o povo russo e a Rússia tinha uma aliada, a França".

A atitude da Alemanha nesses dias críticos foi aparentemente mais moderada. Se bem que o kaiser ficasse chocado e enfurecido com o assassinio do arquiduque, o seu governo não formulou qualquer ameaça nem tomou deliberações especiais para a guerra senão depois de dar motivo para alarma à atitude da Rússia. Infelizmente, porém, tanto o kaiser como o chanceler von Bethmann-Hollweg adotaram a premissa de que uma punição severa deveria ser aplicada sem mais delongas à Sérvia. Esperavam com isso colocar as potências diante de um fato consumado e evitar assim uma guerra geral. Em 30 de junho o kaiser declarou: "Agora ou nunca! Devemos pôr tudo em pratos limpos com os sérvios, e isso já". A 6 de julho Bethmann-Hollweg prestou ao ministro das relações exteriores da Áustria um compromisso que foi interpretado por este último como um cheque em branco. O governo austríaco era informado de que o kaiser "estaria ao lado da Áustria, de acordo com as obrigações assumidas em tratado e com a sua antiga amizade". Ao dar essa garantia, Bethmann e o seu imperial chefe estavam jogando com a esperança de que a Rússia não intervisse em auxílio da Sérvia, ficando assim a disputa limitada ao âmbito local. Mais tarde, quando descobriram ser vã tal esperança, procuraram conter a Áustria. Tentaram persuadi-la a que limitasse sua ação a uma ocupação temporária de Belgrado, como garantia de que os termos do ultimato seriam observados. Como isso falhasse, Bethmann chegou até a ameaçar a Áustria com o rompimento da aliança caso Berchtold persistisse em não aceitar os seus conselhos. Todos esses esforços, porém, chegaram muito tarde, pois a guerra entre a Áustria e a Sérvia já havia começado.

A Áustria declarou guerra à Sérvia em 28 de julho de 1914. Por um efêmero e ansioso momento, houve a tênue possibilidade de circunscrever-se o conflito. Foi ele, todavia, rapidamente

transformado numa guerra de maiores proporções pela ação da Rússia. A 29 de julho, Sazonov e a clique militar persuadiram o czar a emitir uma ordem de mobilização geral, não só contra a Áustria mas também contra a Alemanha. Antes, porém, que fosse a ordem executada, Nicolau mudou de idéia ao receber um apelo urgente do kaiser para que o ajudasse a preservar a paz. A 30 de julho, Sazonov e o general Tatichtchev trataram de fazer com que o czar mudasse mais uma vez de idéia. Durante mais de uma hora procuraram convencer o relutante autocrata de que todo o sistema militar deveria ser posto em movimento. Por fim, o general Tatichtchev comentou: "Sim, é difícil tomar uma decisão", ao que Nicolau retrucou, com mostras de irritação: "Eu decidirei", e assinou a ordem de mobilização imediata. Sazonov correu ao telefone para comunicar a notícia ao chefe do estado-maior. Dessa vez tinham sido tomadas todas as precauções para evitar um arrependimento de última hora por parte do czar. Providenciara-se para que a ordem fosse imediatamente telegrafada a todo o país e para que o chefe do estado-maior quebrasse o seu telefone e se sumisse durante todo o dia. Na manhã seguinte, numa remota aldeia siberiana, um viajante inglês foi despertado por uma comoção diante da sua janela, seguida pela alvoroçada pergunta de um camponês: "Sabe da notícia? Estamos em guerra".

Já não havia possibilidade de recuar diante do abismo. Os alemães estavam alarmados com os preparativos de guerra dos russos. A última medida tomada pelo governo do czar tornava a situação muito mais crítica, uma vez que nos círculos militares alemães, assim como nos franceses e russos, mobilização geral significava guerra. A França menos que o czar pudesse de algum modo suspender o processo depois de iniciado, tanto a Alemanha como a Áustria seriam obrigadas a pegar em armas contra a Rússia. E, se a Alemanha entrasse no conflito, a França indubitavelmente faria o mesmo. Ao saber que o decreto do czar tinha sido posto em execução o governo do kaiser expediu um ultimato a S. Petersburgo, exigindo que a mobilização cessasse dentro de doze horas. Na tarde de 1.º de agosto o embaixador alemão solicitou uma entrevista com o ministro russo das relações exteriores. Rogou a Sazonov que desse uma resposta favorável ao ultimato alemão. Sazonov respondeu que a mobilização não podia ser detida, mas que a Rússia estava disposta a entrar em negociações. O embaixador reiterou o seu pedido uma segunda e uma terceira vez, acentuando as terríveis consequências de uma

resposta negativa. Sazonov terminou dizendo: "Não tenho outra resposta para lhe dar." O embaixador entregou então uma declaração de guerra ao ministro e, sem poder conter as lágrimas, retirou-se da sala. Nesse meio tempo, os ministros do kaiser tinham também enviado um ultimato à França, exigindo que ela desse a conhecer as suas intenções. O primeiro ministro Viviani respondeu, em 1.º de agosto, que a França agiria "de acordo com os seus interesses" e ordenou imediatamente a mobilização. Em 3 de agosto a Alemanha declarou guerra à França.

Todos os olhares voltaram-se então para a Inglaterra. Que faria ela agora, ao ver que os dois outros membros da Triple Entente se haviam atirado à guerra ? Durante algum tempo, depois de ter-se tornado crítica a situação no Continente, a Inglaterra vacilou. Tanto o gabinete como a nação estavam divididos. Sir Edward Grey e Winston Churchill advogavam uma atitude resoluta em favor da França, com o recurso às armas se os interesses britânicos fossem ameaçados. Alguns de seus colegas, porém, encaravam com pouco entusiasmo uma intervenção da Inglaterra nas disputas continentais. Por todo o país havia também uma oposição considerável contra a participação em conflitos que não fossem de interesse vital para a Inglaterra. Conquanto Grey tivesse em várias ocasiões animado os russos e franceses a contar com o auxílio inglês, só depois de ter recebido promessas de apoio dos líderes do partido conservador é que tomou compromissos formais. Em 2 de agosto informou os franceses de que "se a esquadra alemã entrasse na Mancha ou cruzasse o Mar do Norte para realizar operações hostis contra a costa ou os navios franceses, a esquadra britânica dispensaria toda a proteção que estivesse a seu alcance".

Diante dessa promessa feita à França, era difícil acreditar que a Inglaterra pudesse permanecer muito tempo fora da guerra, mesmo que a neutralidade da Bélgica não tivesse sido violada. Com efeito, ainda em 29 de julho Sir Edward Grey advertira o embaixador alemão em Londres, de maneira "amistosa e privada", de que se a França fosse arrastada ao conflito a Inglaterra lhe seguiria os passos. Não obstante, foi a invasão do território belga que forneceu o motivo imediato para que a Inglaterra desembainhasse a espada. Em 1839, juntamente com as outras grandes potências, assinara ela um tratado garantindo a neutralidade da Bélgica. Além disso, havia um século que a Grã-Bretanha seguia a política de impedir o domínio dos Países-Baixos, que lhe ficavam fronteiras no outro

lado do estreito, por qualquer nação poderosa do Continente. Mas o famoso Plano Schlieffen dos alemães dispunha que a França fosse atacada pela Bélgica. Por conseguinte, pediram ao governo belga permissão para enviar tropas através do seu território, prometendo respeitar a independência da nação e indenizar os belgas de todas as depredações causadas às suas propriedades. Como a Bélgica recusasse, as tropas alemãs começaram a atravessar a fronteira. O ministro britânico do Exterior compareceu imediatamente ao Parlamento e declarou que o seu país devia acorrer em defesa do direito internacional, protegendo as pequenas nações. Argumentou que a paz em tais circunstâncias seria um crime moral e que a Inglaterra perderia o respeito dos países civilizados se deixasse de cumprir os seus compromissos de honra nessa ocasião. Os aplausos com que foi recebido o seu discurso na Câmara dos Comuns não lhe deixaram dúvidas quanto à atitude desse órgão. No dia seguinte, 4 de agosto, o gabinete resolveu mandar um ultimato a Berlim, exigindo que a Alemanha respeitasse a neutralidade belga e desse até a meia-noite uma resposta satisfatória. Os ministros do kaiser não tiveram outra resposta a dar senão que se tratava de uma necessidade militar e que era questão de vida ou de morte para a Alemanha poderem os seus soldados alcançar a França pelo caminho mais fácil e mais rápido. Quando o relógio bateu meia-noite, estavam em guerra a Inglaterra e a Alemanha.

Outras nações foram rapidamente lançadas no terrível sorvedouro. Em 7 de agosto os montenegrinos juntaram-se aos seus consanguíneos sérvios na luta contra a Áustria. Duas semanas depois o Japão declarou guerra à Alemanha, em parte devido a sua aliança com a Inglaterra, mas sobretudo com o objetivo de conquistar as possessões alemãs do Extremo-Oriente. Em 1.º de agosto a Turquia negociou uma aliança com a Alemanha e em outubro iniciou o bombardeio dos portos russos do Mar Negro. Destarte, a maioria das nações positivamente ligadas por alianças ingressaram no conflito em sua fase inicial, quer de um lado, quer do outro. A Itália, no entanto, embora ainda fosse oficialmente um membro da Tríplice Aliança, proclamou a sua neutralidade. Insistiam os italianos em que a Alemanha não estava fazendo uma guerra defensiva e, por conseguinte, não tinham a obrigação de auxiliá-la. Nada diziam, está claro, sobre o seu acordo secreto com a França, firmado em 1902. A Itália manteve-se neutra até maio de 1915, quando, seduzida por promessas secretas da cessão de territórios austríacos e turcos, lançou-se à guerra ao

lado da Triple Entente.

O tumulto e a excitação que acompanharam o início da grande hecatombe de 1914 há muito que se extinguiram, mas continua de pé a importante questão de saber-se quem foi o responsável pela horrível conflagração. Os historiadores que examinaram os fatos declaram com unanimidade quase absoluta que não se pode considerar como culpada nenhuma nação em particular. A culpa deve ser dividida entre a Sérvia, a Áustria, a Rússia, a Alemanha, a França e, talvez, a Inglaterra e a Itália também. É impossível determinar, todavia, qual a parte que cabe a cada um desses países. Parece justo afirmar que nenhuma das grandes potências desejava realmente uma guerra geral, mas a política adotada por algumas delas tornavam tal guerra inevitável. A Alemanha, por exemplo, considerou essencial aos seus interesses apoiar a Áustria na temerária decisão desta de punir a Sérvia, embora estivesse lançando com isso um desafio à Rússia. Os alemães aparentemente esperavam que a Rússia negasse ouvidos ao desafio, mas não tinham certeza e estavam disposto a jogar no escuro, com risco de provocar uma guerra geral. Os próprios russos talvez não tivessem nenhuma intenção de guerrear a Alemanha ou mesmo a Áustria, mas não vacilaram em ameaçar o status quo conspirando para obter o controle dos Estreitos, nem em favorecer o nacionalismo sérvio ao ponto de fazer perigar a segurança da Áustria-Hungria. Do mesmo modo a França, no tocante à sua política marroquina, visava objetivos que sem dúvida lhe pareciam razoáveis, mas que não poderiam ser alcançados senão à custa dos interesses alemães. E assim por diante. A ambição econômica e a preocupação com a segurança ou com a grandeza nacional levaram muitos estados europeus a adotar linhas de ação que colocaram o continente à beira da guerra. A guerra em si mesma não era o objetivo, mas foi o resultado inevitável quando se tornou impossível conciliar as ambições nacionais antagônicas.

Considerar a Grande Loucura de 1914 como obra de um único indivíduo é ainda mais absurdo do que encará-la como a conspiração diabólica de uma só nação. Atualmente está mais que provado que o kaiser, tantas vezes representado como o Anjo das Trevas, foi menos culpado do que geralmente se crê. É verdade que gostava de fazer discursos jactanciosos, gabando-se, por exemplo, de ter permanecido ao lado da Áustria, na sua "armadura resplandecente", por ocasião da crise da Bósnia e referindo-se a si mesmo como o "Altíssimo". Mas o seu

controle sobre o governo alemão diminuía de mês para mês. Raramente consagrava mais de duas horas por dia aos negócios públicos e em geral fazia apenas uma vaga idéia do que estava ocorrendo. Os verdadeiros negócios de estado eram dirigidos pelos seus ministros. Nenhum destes, porém, pode ser acusado de planejar deliberadamente a guerra. O chanceler von Bethmann-Hollweg foi tomado de profunda prostração nervosa nos trágicos dias finais. Tinha sido um dos últimos estadistas europeus a abandonar as esperanças de paz. Quando por fim compreendeu que a horrível catástrofe já não podia ser evitada, por pouco não enlouqueceu. Outros estadistas, talvez, mostraram mais sangue-frio, mas a maioria deles simulou, pelo menos, tentar impedir o conflito.

Na realidade, a Primeira Guerra Mundial foi um movimento de proporções demasiado vastas para ter sido causado em seu todo por planos individuais. Conquanto a maior parte dos políticos então no poder tenham sido de certo modo responsáveis, a culpa que lhes coube consistia antes da estupidez do que nas intenções criminosas. Provavelmente, poucos deles desejaram de fato a guerra, mas deixaram-se arrastar a situações difíceis e tiveram de recorrer a expedientes perigosos para evitar uma perda de prestígio. A maioria acreditava, como acreditam ainda hoje os estadistas, na fanfarronada e na ameaça como métodos de forçar um governo rival a ceder. Por vezes tais táticas surtiam efeito, como em 1909, quando o chanceler von Bulow fez a Rússia recuar da posição assumida na crise da Bósnia. Mesmo nas circunstâncias mais favoráveis, porém, o blefe entre nações está repleto de tremendos riscos. Em grande parte, também, os indivíduos que ocupavam os postos de mando em 1914 não passaram de instrumentos de forças muito mais poderosas que eles. Sazonov e Izvolski não criaram o pan-eslavismo na Rússia, do mesmo modo que o movimento de revanche na França não foi invenção de Poincaré. A Primeira Guerra Mundial foi um produto do chauvinismo, de ambições de prestígio nacional, da competição capitalista pelos mercados e por novos campos de investimento, dos ódios seculares entre as nações e dos temores suscitados pelas crises e pelas corridas armamentistas. Quando tais fatores se combinam para governar a constelação dos acontecimentos, primeiros-ministros e ministros do Exterior pouco mais são do que meros brinquedos do destino.

Num sentido ainda mais amplo, a conflagração de 1914 foi a consequência virtualmente inevitável do sistema de política de poder que

havia cerca de trezentos anos vinha fazendo a infelicidade do continente europeu. Esse sistema baseava-se na doutrina de que cada estado é absolutamente soberano e, por conseguinte, tem o direito de seguir a política exterior que parecer mais adequada aos seus interesses. Se um estado, a fim de obter matérias-primas ou melhorar as suas defesas, achava conveniente lançar as suas garras sobre o território de um vizinho fraco, fazia-o sem trepidar e não havia ninguém para lhe negar tal direito. A maioria das grandes nações da Europa procurava conseguir a segurança para si estabelecendo uma espécie de equilíbrio de forças. Infelizmente, porém, cada uma tentava inclinar a balança em seu favor, em geral formando alianças para depois fortalecê-las ao máximo. Isso conduzia, entre as nações não incluídas nessas alianças, ao receio de serem cercadas, à formação de contra-alianças e aos esforços para anular qualquer coisa que se assemelhasse a uma liga de inimigos. Pelas alturas de 1914 as nações do mundo se encontravam quase num estado de natureza, sem nenhuma autoridade eficaz para refreá-las ou para julgar-lhes as contendas. Era, virtualmente, uma condição de anarquia internacional.

3. A PROVA DE SANGUE

No evangelho profético conhecido como o Apocalipse conta-se que as forças do bem e do mal se concentrarão no "grande dia de Deus" para travarem batalha em Harmagedon. Dir-se-ia que o autor desconhecido estava pensando no titânico conflito em que se engolfaram as nações européias em 1914. Isso porque poucos admitiam que aquela guerra fosse uma luta entre potências imperialistas rivais ou um produto dos ciúmes nacionalistas; era, ao invés, representada pelos porta-vozes de ambos os campos como uma cruzada contra as forças do mal. Mal havia começado o conflito, os líderes políticos da Inglaterra e da França caracterizaram-no como um denodado esforço para salvaguardar os direitos dos fracos e preservar a supremacia do direito e da moral internacionais. Em 6 de agosto de 1914, o primeiro ministro Asquith declarou que a Inglaterra entrara na luta para defender "o princípio de que as nacionalidades menores não devem ser esmagadas pela vontade arbitrária de uma potência forte e dominadora". Do outro lado do Canal da Mancha, o presidente Poincaré asseverava pomposamente aos seus

compatriotas que a França não tinha outro objetivo senão o de defender "perante o universo a Liberdade, a Justiça e a Razão". Mais tarde, em consequência da pregação de escritores e oradores eloquentes como H. G. Wells, Gilbert Murray e Woodrow Wilson, a cruzada da Entente converteu-se numa guerra "para acabar com todas as guerras", "assegurar a democracia no mundo" e redimir a humanidade da maldição do militarismo. No campo adversário, os subordinados do kaiser faziam tudo que podiam para justificar os esforços militares da Alemanha. A luta contra os Aliados era representada ao povo alemão como uma cruzada em prol de uma Kultur superior e como uma batalha para proteger a pátria contra a perversa política de cerco das potências da Entente.

A Primeira Guerra Mundial foi singular sob vários aspectos. Não só inaugurou dezenas de armas novas mas também introduziu métodos de luta que diferiam radicalmente dos usados na maioria dos conflitos anteriores. Salvo breves ataques de infantaria, a guerra aberta desapareceu quase que desde o início. Depois das primeiras semanas os exércitos antagonistas se instalaram numa vasta rede de trincheiras, das quais partiam assaltos, comumente ao lusco-fusco da madrugada, a fim de desalojar o inimigo. De um modo geral a luta foi um prélio de resistência em que a vitória dependeu principalmente dos recursos naturais e da possibilidade, para os Aliados, de obterem do outro lado do Atlântico provisões quase ilimitadas de dinheiro, alimentos e munições. Não erraremos talvez se dissermos que a Primeira Guerra Mundial se distinguiu por uma selvageria maior do que qualquer outra luta armada anterior dos tempos modernos. O uso dos gases venenosos, das metralhadoras, do lança-chamas e das balas explosivas cobrou um tributo de mortes e de medonhos ferimentos absolutamente inédito, sem precedentes mesmo nas longas campanhas de Napoleão. Muito característico dessa selvageria foi o fato de ter excedido o número de civis mortos nos bombardeios aéreos, nos massacres, pela fome e pelas epidemias, o número de soldados que pereceram em combate. Por fim, a Primeira Guerra Mundial levou a palma a todas as demais pelo enorme tamanho dos seus exércitos. Ao todo, cerca de 65.000.000 de homens lutaram, durante períodos mais ou menos longos, sob as bandeiras das diversas nações beligerantes. Foi o clímax da tendência progressiva para a guerra em massa, tendência que datava dos tempos da

Revolução Francesa.

À medida que o conflito se prolongava por quatro pavorosos anos, um número cada vez maior de nações se empenhava na luta, de um lado ou do outro. Vimos que a Itália retardou a sua entrada até a primavera de 1915. A Bulgária juntou-se às Potências Centrais em setembro de 1915 e a Rumânia aliou-se ao campo oposto cerca de um ano depois. Mas o acontecimento que por fim fêz pender a balança em favor da vitória da Entente foi a declaração de guerra dos Estados Unidos à Alemanha, em 6 de abril de 1917. Os Estados Unidos entraram na guerra por diversas razões. A maioria dos seus cidadãos eminentes eram de origem britânica. Isso sucedia em geral com os reitores de universidades, os principais ministros protestantes, os magnatas da imprensa e os altos funcionários públicos. As tradições culturais do país, a sua teoria jurídica e política e as bases da sua literatura vinham sobretudo da Inglaterra. As agências britânicas de propaganda tiraram o máximo proveito desses laços étnicos e culturais e fomentaram habilmente entre os americanos a crença de que as nações da Entente estavam lutando em defesa da civilização. A propaganda alemã, pelo contrário, era tosca e inepta; e quando ela falhou, os agentes alemães e austríacos tentaram provocar greves e sabotagem nas fábricas de munições norte-americanas. A Alemanha vinha sendo alvo do temor e da desconfiança dos americanos desde a guerra de 1898 com a Espanha, quando um almirante alemão passou por ter criado obstáculo à tomada de Manila pelo comodoro Dewey. O seu sistema de fazer guerra em 1914, e em particular a violação da neutralidade da Bélgica, faziam recrudescer esse temor e essa desconfiança. Poucas semanas depois de se iniciarem as hostilidades alguns americanos entraram a chamar os alemães de "hunos".

Poderosas forças econômicas também muito contribuíram para despertar a simpatia do povo americano para com a causa da Entente. Em 1915 os Estados Unidos tinham-se tornado o principal fornecedor de munições e de outros materiais bélicos à Inglaterra, à Rússia e à França. Esse tráfico alcançou tais proporções que transformou uma depressão, iniciada em 1913, em resplandecente prosperidade. A maioria dos artigos não era comprada a dinheiro mas a crédito, ou paga por meio de empréstimos lançados nos Estados Unidos. Em abril de 1917, pelo menos um bilhão e meio de dólares em obrigações dos governos aliados tinham sido vendidos ali. Conquanto não haja provas de que os

compradores dessas obrigações tenham exercido pressão direta sobre o presidente Wilson para levar a nação à guerra, não deixa de ser verdade que um número considerável de cidadãos influentes estavam financeiramente interessados numa vitória da Entente.

Outra causa fundamental que induziu os Estados Unidos a se tornarem uma nação beligerante foi a decisão final do presidente Wilson, de que o seu país devia desempenhar um papel dominante na reestruturação do mundo quando terminasse a guerra. Sonhava estabelecer uma nova ordem mundial baseada numa Liga de Nações que preservasse no futuro a justiça e punisse os agressores. Durante a maior parte da guerra recusara-se a acreditar que um campo ou o outro tivesse a razão exclusivamente do seu lado. Ainda em dezembro de 1916 havia declarado que os objetivos de guerra de ambos os grupos de beligerantes lhe pareciam ser essencialmente os mesmos. Ainda estava convencido de que a "paz sem vitória" e sem humilhações nem penalidades drásticas seria o fundamento necessário do novo regime de concórdia duradoura entre as nações. No fundo, porém, acreditava que a "autocracia" e o "militarismo" germânicos constituíam grandes obstáculos à realização do seu ideal. Como o governo alemão repelisse os seus esforços em prol da paz e mostrasse uma decisão crescente de ganhar a guerra pela implacabilidade e pelo desprezo ao direito internacional, essa convicção fortaleceu-se enormemente. Não tinha ainda nenhum motivo de disputa com o povo alemão, mas acreditava que as tendências recentes do governo daquele país não lhe deixavam outra alternativa senão esmagá-lo pela força.

Uma causa subjacente final foi a preocupação do governo americano com a manutenção do equilíbrio de poderes na Europa. Durante anos, fora doutrina dominante no Departamento de Estado e entre os oficiais do exército e da marinha que a segurança dos Estados Unidos dependia de um equilíbrio de forças no Velho Mundo. Não era admissível que uma potência estabelecesse a sua supremacia sobre toda a Europa. Enquanto a Grã-Bretanha fosse bastante forte para impedir essa supremacia, a América não corria perigo. Crêem alguns entendidos que as autoridades norte-americanas estavam acostumadas a encarar a marinha britânica como o escudo da segurança deste continente e não podiam conceber uma mudança de tal situação. A Alemanha, por outro lado, não só

desafiava a supremacia naval britânica mas ameaçava levar o povo inglês à rendição pela fome e tornar-se senhora de toda a Europa.

A causa direta da participação americana na Primeira Guerra Mundial foi a guerra submarina dos alemães. Foi, porém, muito mais do que uma causa imediata ordinária. Consideram-na alguns historiadores como o mais importante de todos os fatores, alegando que sem ela os americanos nunca teriam entrado na guerra. Quando esta começou a Alemanha possuía apenas uma pequena frota de submarinos, mas aumentou-lhes rapidamente o número. Em 4 de fevereiro de 1915 o governo do kaiser anunciou que os navios neutros que se dirigissem para os portos britânicos seriam torpedeados sem aviso prévio. O presidente Wilson replicou a esse desafio declarando que os Estados Unidos considerariam a Alemanha "estritamente responsável" por qualquer dano causado à vida ou aos bens de norte-americanos. A advertência não produziu efeito. Os alemães estavam convencidos de que o submarino era uma das suas armas mais valiosas e consideravam-se justificados em usá-lo como represália ao bloqueio britânico. Violaram os compromissos de respeitar os direitos dos americanos e continuaram a afundar de quando em quando navios de passageiros, causando por vezes a morte de cidadãos americanos. Como os ministros do kaiser anunciassem que a 1.º de fevereiro de 1917 dariam início a uma guerra submarina irrestrita, Wilson rompeu as relações diplomáticas com o governo de Berlim. A 2 de abril compareceu perante uma sessão conjunta das duas casas do Congresso e solicitou uma declaração de guerra. A declaração foi aprovada quatro dias depois, contra apenas seis votos negativos no Senado e cinquenta na Câmara de Representantes.

Num livro como este não é possível nem desejável fazer um relato completo da história militar da Primeira Guerra Mundial. Como todos sabem, o teatro principal da guerra foi a frente ocidental, que incluía a Bélgica e o leste da França, desde os Vosgos até o Mar do Norte. Aí, por um breve período, os alemães varreram tudo que encontravam pela frente, avançando até 22 quilômetros de Paris em apenas um mês de guerra. Não conseguiram, porém, tomar a cidade. Os franceses descobriram um ponto fraco nas linhas alemãs e rechaçaram as hostes do kaiser para o vale do rio Marne, onde, nos começos de setembro de 1914, se deu uma série de combates conhecida como a primeira batalha do Marne. Embora nenhum dos

campos pudesse anunciar uma vitória decisiva, era evidente que o avanço alemão tinha sido sustado. Essa batalha também é importante por ter assinalado o fim da guerra aberta. Ambos os exércitos construíram um complicado sistema de trincheiras e alojaram-se atrás de redes de arame farpado. Dessa data até a primavera de 1918 a guerra na frente ocidental ficou, por assim dizer, empatada. Conquanto os ingleses e franceses conseguissem vantagens consideráveis, não puderam alcançar uma vitória esmagadora que obrigasse a Alemanha a pedir a paz. Mas em março de 1918 os alemães lançaram um poderoso ataque que ameaçou, por certo tempo, levar de vencida a resistência dos exércitos aliados. Seguiu-se uma contra-ofensiva dos franceses, ingleses e americanos que continuou por todo o verão, entrou pelo outono a dentro e finalmente pôs termo à guerra.

Nas frentes oriental e meridional as Potências Centrais mantiveram-se vitoriosas durante muito mais tempo. No fim de agosto de 1914 o avanço russo foi repentinamente detido em Tannenberg, na Prússia Oriental, e pouco depois os generais do czar iniciaram uma retirada ao longo de toda a frente. Em 1915 os alemães e austríacos tomaram quase toda a Polônia russa e a Lituânia, transformando todos os contra-ataques russos em derrotas desastrosas. Depois que o czar foi destronado pela revolução de março de 1917, a Rússia retirou-se praticamente da guerra. O governo provisório enviou tentativas para renovar a luta, mas o povo estava tão descoroçoado que nada se conseguiu. Em março de 1918 o governo bolchevique concluiu um tratado de paz. Nesse meio tempo a Rumânia tinha sido conquistada pelos alemães e a Sérvia fora reduzida à impotência pelos austríacos e búlgaros. Na frente meridional, os italianos conseguiram manter os austríacos encurralados por mais de dois anos e até conquistar pequenas porções do escabroso território do litoral nordeste do Adriático. Mas, pelos meados de 1917, começaram a se cansar da estrêua luta. O derrotismo grassava tanto no governo como entre as tropas. Em outubro os austríacos romperam as defesas da fronteira e desbarataram o desmoralizado exército italiano em Caporetto. Foram feitos 200.000 prisioneiros, sem falar de imensa quantidade de armas e munições. Foi um golpe que abalou profundamente os italianos, e do qual mal conseguiram refazer-se antes do fim da guerra.

Enquanto ia ainda acesa a luta nas várias frentes, fizeram-se várias tentativas para iniciar as negociações de paz. Na primavera de 1917,

socialistas holandeses e escandinavos resolveram convocar uma conferência socialista internacional a reunir-se em Estocolmo, tencionando traçar planos para terminar a luta, os quais pudessem ser aceitos por todos os beligerantes. O soviete de Petrogrado abraçou a idéia e, a 15 de maio, emitiu um apelo aos socialistas de todas as nações para que mandassem delegados à conferência e persuadissem os seus governos a aceitar uma paz "sem anexações nem indenizações, sobre a base da autodeterminação dos povos". Os partidos socialistas de todos os países principais, tanto de um campo como do outro, acolheram entusiasticamente essa fórmula e estavam ansiosos por enviar delegados à conferência, mas o projeto foi abandonado quando os governos inglês e francês negaram permissão a qualquer de seus súditos para participar dela. A prova de que os governantes dos estados da Entente não temiam essas propostas unicamente por terem emanado de socialistas está no fato de haverem rejeitado com a mesma veemência uma fórmula semelhante sugerida pelo papa. Em 1º. de agosto desse mesmo ano o papa Bento XV fez um apelo aos vários governos para que renunciassem a quaisquer indenizações, para que as disputas internacionais fossem resolvidas no futuro por arbitragem, os armamentos fossem reduzidos, Instituídas as zonas ocupadas aos seus donos, e se convocassem plebiscitos para decidir sobre o destino de territórios como a Alsácia-Lorena, a Polônia e o Trentino. Ninguém se mostrou disposto a tomar a sério essas propostas. Woodrow Wilson, como porta-voz dos Aliados, declarou que seriam impossíveis as negociações de paz em quaisquer condições enquanto a Alemanha permanecesse sob o governo do kaiser. As Potências Centrais diziam encarar com bons olhos as sugestões do Sumo Pontífice, mas recusavam comprometer-se no tocante a indenizações e restituições, especialmente a restauração da Bélgica.

A mais famosa de todas as propostas de paz foi o programa de Wilson, constante de quatorze itens, que o presidente norte-americano incorporou na sua mensagem ao Congresso em 8 de janeiro de 1918. Em resumo, os 14 Pontos eram os seguintes: 1) "acordos públicos, negociados publicamente", ou seja a abolição da diplomacia secreta; 2) liberdade dos mares; 3) eliminação das barreiras econômicas entre as nações; 4) limitação dos armamentos nacionais "ao nível mínimo compatível com a segurança"; 5) ajuste imparcial das pretensões coloniais, tendo em vista os interesses dos povos atingidos por elas; 6) evacuação da Rússia; 7)

restauração da independência da Bélgica; 8) restituição da Alsácia e da Lorena à França; 9) reajustamento das fronteiras italianas, "seguindo linhas divisórias de nacionalidade claramente reconhecíveis"; 10) desenvolvimento autônomo dos povos da Áustria-Hungria; 11) restauração da Romênia, da Sérvia e do Montenegro, com acesso ao mar para a Sérvia; 12) desenvolvimento autônomo dos povos da Turquia, sendo os estreitos que ligam o Mar Negro ao Mediterrâneo "abertos permanentemente"; 13) uma Polônia independente, "habitada por populações indiscutivelmente polonesas" e com acesso para o mar e 14) uma Liga de Nações. Em diversas outras ocasiões, no decorrer de todo o ano de 1918, Wilson reafirmou em discursos públicos que esse programa formava a base da paz pela qual trabalharia. Milhares de cópias dos 14 Pontos foram espalhadas pelos aviões aliados sobre as trincheiras alemãs e atrás das linhas, num esforço de convencer tanto os soldados quanto o povo de que as nações aliadas se estavam esforçando por estabelecer uma paz justa e duradoura.

Ao terminar o verão de 1918 a longa e horrível carnificina aproximava-se do fim. A grande ofensiva lançada em julho pelos ingleses, franceses e americanos desferiu sucessivos golpes esmagadores contra os batalhões alemães, obrigando-os a recuar quase até a fronteira belga. No fim de setembro, a causa das Potências Centrais estava perdida. A Bulgária retirou-se da guerra a 30 desse mês. Nos primeiros dias de outubro o novo chanceler alemão, o Príncipe Max de Baden, um liberal, apelou para o presidente Wilson propondo negociações de paz na base dos 14 Pontos. Mas a luta continuou, porque Wilson tinha voltado à sua primitiva exigência de que os alemães apeassem o kaiser do trono. Pouco depois, os aliados restantes da Alemanha viram-se à beira do colapso. A Turquia rendeu-se no fim de outubro. O império dos Habsburgos estava sendo desintegrado pelas revoltas dos eslavos. Além disso, uma ofensiva austríaca não só fora infrutífera mas incitara os italianos a uma contra-ofensiva que resultou na tomada de Trieste e na captura de 300.000 prisioneiros. A 3 de novembro o imperador Carlos, que sucedera em 1916 a Francisco José, assinou um armistício que pôs a Áustria fora da guerra.

A Alemanha ficou então com a impraticável tarefa de continuar sozinha a luta. O moral das tropas decaía rapidamente. O bloqueio causava tamanha escassez de alimentos que o povo corria o perigo de ser dizimado pela fome. Os abalos revolucionários que se vinham

fazendo sentir desde havia algum tempo transformaram-se em violento terremoto. Em 8 de novembro foi proclamada uma república na Baviera. No dia seguinte, quase toda a Alemanha estava convulsionada pela revolução. Publicou-se em Berlim um decreto anunciando a abdicação do kaiser e bem cedo na manhã do dia 10 o neurótico imperador embarcou para o exílio na Holanda. Entrementes, o governo da nação havia passado para as mãos de um conselho provisório chefiado por Friedrich Ebert, líder dos socialistas no Reichstag. Ebert e os seus colegas tomaram medidas imediatas para concluir as negociações de um armistício. As condições impostas pelos Aliados estabeleciam a aceitação dos 14 Pontos, com três modificações. Primeiro, o ponto referente à liberdade dos mares fora riscado, de acordo com o pedido da Inglaterra. Segundo, a restauração das zonas invadidas devia ser Interpretada de modo a incluir reparações. Terceiro, não se exigia mais autonomia para os povos vassalos da Áustria-Hungria, mas independência. Além disso, tropas das nações aliadas ocupariam certas cidades do vale do Reno; o bloqueio continuava em vigor; e a Alemanha devia entregar 5.000 locomotivas, 150.000 vagões ferroviários e 5.000 caminhões, tudo em bom estado. Duras como eram essas condições, o governo alemão não teve outro remédio senão aceitar. Às cinco horas da manhã de 11 de novembro dois delegados da nação derrotada encontraram-se na escura floresta de Compiègne com o Marechal Foch e assinaram os papéis que punham termo oficialmente à guerra. Seis horas mais tarde foi dada às tropas a ordem de cessar fogo. Nessa noite, milhares de pessoas dançaram nas ruas de Londres, Paris e Roma, presas do mesmo delírio com que haviam saudado as declarações de guerra.

A vitória fora finalmente conquistada, mas que trágica vitória! De um total de mais de 42 milhões de homens mobilizados pelos Aliados, pelo menos 7 milhões tinham perdido a vida; 5 milhões morreram em ação ou em consequência de ferimentos; os restantes tinham sido dados como "desaparecidos" depois das batalhas. Mais de 3 milhões de outros ficaram totalmente incapacitados, muitos deles com mutilações tão horríveis que melhor seria tivessem perecido. Vê-se, destarte, que quase um quarto dos soldados alistados nos exércitos aliados foram vitimados pela guerra. Isso teria sido um preço terrível mesmo que se concretizassem todos os ganhos que, por hipótese, deveriam decorrer de uma vitória da Entente. Mas poucos foram, na verdade, os ganhos permanentes. A guerra que seria "o

fim de todas as guerras" não fez mais do que lançar as sementes de um novo e mais pavoroso conflito no futuro. A autocracia do kaiser foi certamente destruída, mas estava preparado o terreno para novos despotismos que fariam o império de Guilherme II parecer um paraíso de liberdade. Além disso, a Primeira Guerra Mundial nada fez para reprimir quer o militarismo, quer o nacionalismo. Vinte anos depois de finda a luta havia quase duas vezes mais homens em armas do que em 1913 e as rivalidades nacionais e ódios raciais estavam mais profundamente arraigados do que nunca. Esses fracassos não se deveram ao fato de terem os Aliados ganhado a guerra, mas sim, como veremos, ao de terem perdido a paz.

4. A PAZ DOS VENCEDORES

A chamada paz, que se firmou nas várias conferências realizadas em 1919 e 1920, quase não tem precedentes nos anais das nações modernas. Foi antes uma paz imposta do que negociada. Ao invés de ser um acordo entre vencedores e vencidos, concluído em redor de uma mesa de debates, pretendia assumir o caráter de "uma sentença imposta por um tribunal". Nenhum alemão ou austríaco foi admitido às conferências, até que os documentos ficaram completos e prontos para receber as assinaturas dos culpados. Os motivos desse procedimento quase inédito devem ser procurados na torrente de paixões desencadeadas durante a guerra. As massas tinham sido levadas a acreditar que toda a razão e a justiça estavam de um lado e, portanto, que cumpria tratar os inimigos como criminosos. Esse sentimento não se restringia aos países da Entente. Se as Potências Centrais tivessem conquistado a vitória, dificilmente teriam concedido maiores oportunidades para a negociação de um acordo.

A conferência convocada em Paris para estabelecer as condições de paz com a Alemanha esteve teoricamente reunida de janeiro a junho de 1919. Só se realizaram, porém, seis sessões plenárias. A maioria dos delegados poderia muito bem ter ficado em casa. Todos os assuntos importantes da conferência foram tratados por pequenas comissões. A princípio havia um Conselho dos Dez, formado pelo presidente e pelo secretário de estado dos Estados Unidos e pelos primeiros-ministros e ministros do Exterior da Grã-Bretanha, da França, da Itália e do Japão.

Pelos meados de março, como esse órgão parecesse de manejo excessivamente difícil, foi reduzido a um Conselho dos Quatro, do qual faziam parte o presidente dos Estados Unidos e os primeiros-ministros da Inglaterra, da Itália e da França. Um mês depois o Conselho dos Quatros transformou-se num Conselho dos Três, quando o primeiro-ministro Orlando se retirou abespinhado da Conferência porque Wilson recusara conceder à Itália tudo que ela exigia.

O caráter definitivo do Tratado de Versalhes foi fixado quase que inteiramente pelos chamados "Três Grandes" — Wilson, Lloyd George e Clemenceau. Seria quase impossível encontrar três estadistas com personalidades mais diferentes entre si. Wilson era um idealista inflexível, acostumado a dar ordens e convencido de que as forças da equidade estavam do seu lado. Quando se defrontava com realidades desagradáveis, como eram os tratados secretos entre os governos da Entente para a divisão dos despojos, tinha o hábito de pô-las de parte como coisas destituídas de importância e acabava esquecendo-as como se nunca tivesse ouvido falar nelas. Embora conhecesse pouco as tortuosas maquinações da diplomacia européia, o seu temperamento inflexível não lhe permitia aconselhar-se com os seus colegas nem ajustar os seus pontos de vista aos destes. David Lloyd George era um astuto advogadozinho de Gales que sucedera a Asquith como primeiro-ministro da Inglaterra em 1916. Sua habilidade e seu humor céltico valeram-lhe o sucesso em muitas ocasiões em que Wilson fracassou; mas era acima de tudo um político — matreiro, ignorando as condições européias e indiferente mesmo aos seus mais graves enganos. Clemenceau dizia dele: "Imagino que esse homem saiba ler, mas duvido que jamais leia alguma coisa."

O terceiro componente do grande triunvirato era o velho e cético primeiro-ministro francês, Georges Clemenceau. Nascido ainda na década de 1830, Clemenceau fora jornalista nos Estados Unidos logo depois da Guerra Civil. Mais tarde angariara a alcunha de "Tigre" como inimigo implacável dos clericais e monarquistas. Pugnara pela república nos tempestuosos dias do episódio boulangista, do caso Dreyfus e da luta pela separação entre a igreja e o estado. Por duas vezes tinha visto a França invadida e a sua existência correr grave perigo. Agora a situação se invertera e os franceses, no pensar de Clemenceau, deviam tirar todas as vantagens da oportunidade. Somente conservando debaixo de rígido

controle a Alemanha prostrada é que a França poderia garantir a sua segurança.

Desde o começo, os principais arquitetos do Tratado de Versalhes tiveram pela frente dois problemas bastante embaraçosos. Um deles era o que fazer com os 14 Pontos. Não podia haver dúvida de que eles tinham sido a base da rendição da Alemanha em 11 de novembro. Era igualmente indiscutível que Wilson os apresentara como o programa da Entente para uma paz permanente. Os povos do mundo tinham, por conseguinte, todo o direito de esperar que os 14 Pontos constituíssem o modelo do Tratado de Versalhes, sujeitos tão-somente às três emendas introduzidas antes da assinatura do armistício. Mas qual foi o resultado? Entre os mais altos dignitários da conferência, nem um só homem, com exceção do próprio Wilson, levava a sério os 14 Pontos. Conta-se que Clemenceau dissera em ar de mofa: "Até Deus se contentou com dez mandamentos, mas Wilson precisa de quatorze". No final das contas o presidente dos Estados Unidos só pôde salvar, e assim mesmo sob uma forma modificada, três artigos do seu famoso programa: o sétimo, que prescrevia a restauração da Bélgica; o oitavo, que exigia a restituição da Alsácia-Lorena à França; e o último, que instituíra a Liga das Nações. Os outros foram desdenhados ou modificados a tal ponto que perderam a sua significação original. Citemos dois exemplos: o ponto 4, que exigia a redução dos armamentos, foi aplicado somente às nações derrotadas; e o ponto 11, pelo qual eram restauradas a Rumânia, a Sérvia e o Montenegro, foi alterado de modo a permitir que a Rumânia dobrasse o seu território e que a Sérvia engolisse o Montenegro!

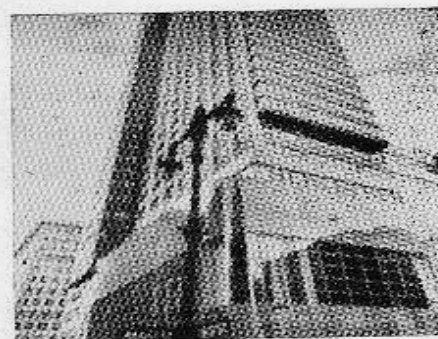
A segunda questão embaraçosa era a da atitude a tomar com respeito aos tratados secretos. Enquanto a guerra seguia o seu curso, diversas transações clandestinas tinham sido negociadas pelos governos da Entente, relativas à divisão dos despojos. Em março de 1915 ficara assentado que a França recuperaria a Alsácia-Lorena e controlaria a margem esquerda do Reno e que a Grã-Bretanha e a França dividiriam entre si as colônias alemãs da África, enquanto a Rússia se apoderaria de Constantinopla e do Polônia alemã e austríaca. Em abril desse mesmo ano a Itália foi induzida a entrar na guerra ao lado dos Aliados pela promessa de lhe serem concedidos territórios austríacos e turcos, inclusive Trieste, o sul do Tirol e uma porção da Dalmácia. Depois desses, ainda houve acordos para dar a Armênia à Rússia e quase todo o resto do Império

Otomano à Inglaterra e à França, sem falar na entrega, ao Japão, das concessões alemãs na China e das ilhas oceânicas alemãs situadas ao norte do equador. É impossível dizer por quanto tempo esses tratados teriam permanecido secretos se não fosse a revolução na Rússia. Ao galgarem o poder em novembro de 1917 os bolcheviques resolveram desacreditar a guerra por todos os meios possíveis. Devassaram, portanto, os arquivos do czar, trazendo a público certos documentos interessantíssimos. Pouco depois os tratados secretos eram estampados pelo Manchester Guardian e pelo New York Evening Post. Os estadistas da Entente reunidos na Conferência de Versalhes viram-se, pois, na impossibilidade de negar a existência de tais tratados. Durante algum tempo Wilson esforçou-se para que eles fossem repudiados e chegou a negar permissão para que a Itália tomasse o porto de Fiúme, no Adriático; mas no tocante à maioria dos outros acordos acabou por ceder. O resultado foi que a distribuição dos territórios tomados às nações vencidas seguiu com notável precisão as linhas traçadas pelos acordos secretos. Wilson permitiu até que o Japão se apoderasse das concessões alemãs na China, a despeito de terem os chineses feito a guerra do lado dos Aliados.

Nos fins de abril de 1919 estavam prontos para ser submetidos ao inimigo os termos do Tratado de Versalhes e a Alemanha recebeu ordem de enviar seus delegados para ouvi-los. A 29 desse mês uma delegação chefiada pelo Conde von Brockdorff-Rantzau, ministro do Exterior do governo republicano provisório, chegou a Versalhes e foi encarcerada sem tardança num hotel, sendo virtualmente tratada como prisioneira. Uma semana depois os membros da delegação tiveram ordem de comparecer perante os representantes dos Aliados, a fim de conhecerem a sentença imposta à sua nação. Como von Brockdorff-Rantzau protestasse dizendo que os termos eram duros demais, informou-o Clemenceau de que a Alemanha teria exatamente três semanas para resolver se assinaria ou não. Entretanto, foi preciso prolongar o prazo, pois os chefes do governo alemão preferiram demitir-se a aceitar o tratado. Sua atitude foi resumida pelo chanceler Philip Scheidemann numa frase incisiva: "Qual a mão que não secaria depois de tentar prender a si mesma e a nós nestes grilhões?" Os Três Grandes fizeram então alguns arranjos subsidiários, principalmente a instâncias de Lloyd George, e a Alemanha foi notificada de que às sete horas da tarde de 23 de junho proceder-se-ia à invasão do país se este não tivesse aceito o tratado. Pouco depois das cinco horas,

um novo governo provisório anunciou que se rendia ante a "força esmagadora" e acedia aos termos dos vencedores. Em 28 de junho, quinto aniversário do assassinio do Arquiduque Francisco Fernando, representantes do governo alemão e dos Aliados reuniram-se no Salão dos Espelhos do Palácio de Versalhes e apuseram suas assinaturas ao Tratado.

Estilo funcional aplicado a um arranha-céus moderno. As construções deste estilo tiram proveito dos mais recentes materiais — ligas de aço, alumínio, tijolos de vidro — e proporcionam um máximo de luz e ventilação. (Philadelphia Savings Fund Building.)

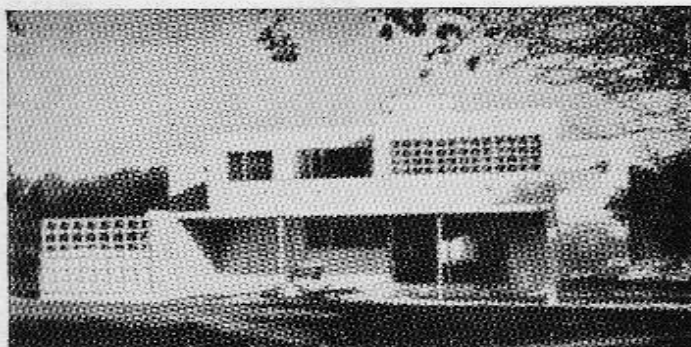


Fábrica em estilo moderno. As fábricas deste tipo são encontradas mermente nas indústrias mais novas e mais prósperas. (Industrial Tape Corp.)



ARQUITETURA MODERNA

Casa inglesa em estilo funcional. O desenho não é determinado pelos conceitos tradicionais de beleza, mas pela finalidade de cada parte do edifício. (F. S. Lincoln.)

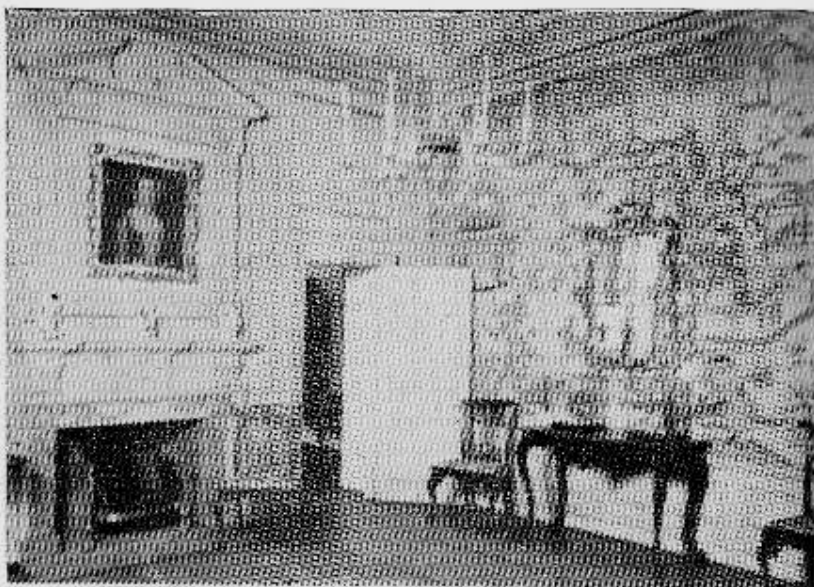


Edifícios de apartamentos da cidade de Nova York, financiados pela "Metropolitan Life Insurance Co.". Ao fundo avistam-se os arranha-céus do centro da cidade. (Thomas Airviews)

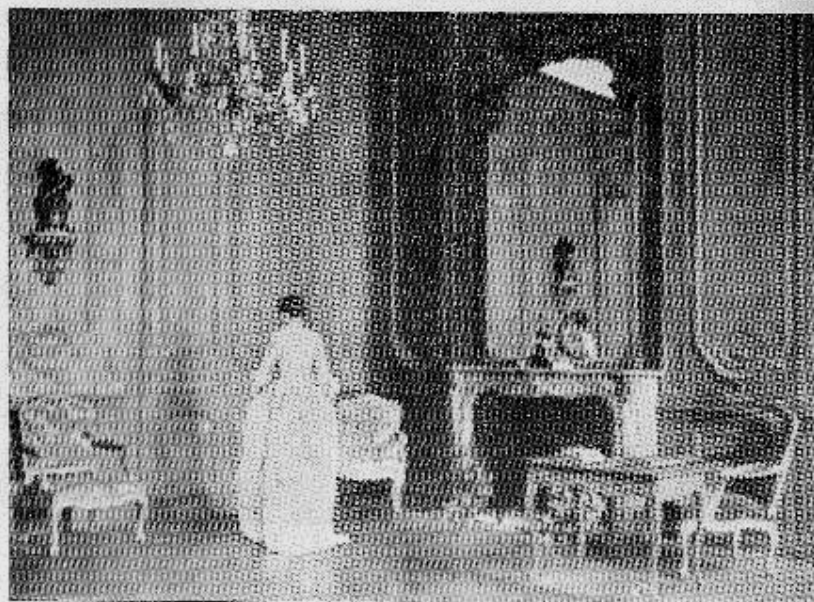


ARTES DECORATIVAS
NOS SÉCULOS
XVIII e XIX

Salão de recepção georgiano. Traços característicos são o painel clássico acima da lareira, os móveis Chippendale e o papel da parede com desenhos chineses. (Metropolitan Museum of Art.)



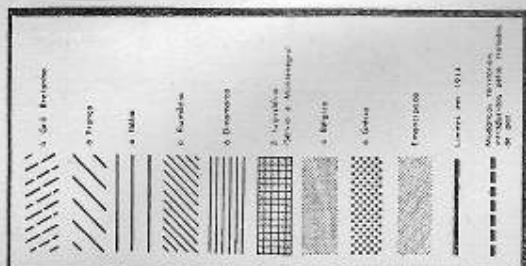
Interior Luiz XV. Os móveis e o remate decorativo das paredes refletem a elegância e o formalismo da corte de Luiz XV. (Metropolitan Museum of Art.)



Interior vitoriano. O mobiliário custoso e pesado revela o gosto da nova classe média do século XIX. (Metropolitan Museum of Art.)



MODIFICAÇÕES TERRITORIAIS RESULTANTES DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL



As disposições do Tratado de Versalhes podem ser esboçadas em linhas gerais. A Alemanha devia entregar a Alsácia-Lorena à França, Eupen e Malmédy à Bélgica, o Schleswig setentrional à Dinamarca e a maior parte da Posnânia e da Prússia Ocidental à Polônia. As minas de carvão da bacia do Sarre seriam cedidas à França, que teria o direito de explorá-las durante quinze anos. Ao terminar esse prazo o governo alemão poderia tornar a comprá-las. Quanto ao próprio território do Sarre, seria administrado pela Liga das Nações até 1935, data em que se realizaria um plebiscito para decidir se ele continuaria submetido à Liga, se voltaria para a Alemanha ou se seria concedido à França. Em consequência dessas disposições territoriais a Alemanha era despojada de um sexto das suas terras aráveis, dois quintos do seu carvão, dois terços do seu ferro e sete décimos do seu zinco. A Prússia Oriental ficava separada do resto do território alemão e o porto de Danzig, quase inteiramente teutônico, era submetido ao controle político da Liga das Nações e ao domínio econômico da Polônia. Além disso, a Alemanha era forçada a entregar à Inglaterra, à França e à Bélgica praticamente todos os seus navios mercantes de algum valor, um oitavo do seu gado e enormes quantidades de carvão, materiais de construção e máquinas. Foi, naturalmente, desarmada. Entregou todos os submarinos e toda a marinha de superfície, com exceção de seis couraçados pequenos, seis cruzadores ligeiros, seis destróieres e doze torpedeiros. Foi-lhe proibido ter qualquer aviação militar ou naval e limitou-se o seu exército a 100.000 homens, entre oficiais e soldados, os quais seriam recrutados por alistamento voluntário. A fim de prevenir qualquer novo ataque futuro à França ou à Bélgica, não se lhe permitiu manter soldados nem construir fortificações no vale do Reno. Por último, a Alemanha e seus aliados foram responsabilizados por todas as perdas e danos sofridos pelos governos da Entente e seus cidadãos "em consequência da guerra que lhes fora imposta pela Alemanha e pelos seus aliados". Era essa a chamada cláusula da culpa da guerra do tratado (artigo 231), mas foi também a base para as reparações alemãs. O problema de saber quanto teria de pagar a Alemanha em reparações foi tratado com ardilosa astúcia. O total das perdas e danos sofridos pelos governos da Entente e seus cidadãos em resultado direto da guerra não ultrapassava provavelmente dez bilhões de dólares. Tal soma, porém, nunca teria contentado os Aliados. Os franceses, em particular, faziam questão de arruinar a Alemanha de modo tão completo que esta nunca

mais pudesse recuperar o seu poderio econômico e militar. Por conseguinte, resolveu-se incluir nas "perdas e danos" despesas tais como as pensões pagas às famílias dos soldados, os empréstimos belgas de guerra e o custo da manutenção dos exércitos aliados que ocuparam o vale do Reno. Deixou-se a uma Comissão de Reparações nomeada pelos governos aliados o problema de fixar o total que a Alemanha deveria pagar. Em 1921 a comissão apresentou o seu relatório, fixando o montante na suma colossal de 33 bilhões de dólares, o triplo da quantia sugerida pelos peritos economistas da Conferência de Versalhes. É claro que em toda a Alemanha não havia tanto dinheiro, mas os vencedores esperavam que no espaço de alguns anos fosse possível cobrar a maior parte dele.

De um modo geral, o Tratado de Versalhes aplicava-se unicamente à Alemanha. Pactos separados foram redigidos para ajustar contas com os seus aliados — a Áustria, a Hungria, a Bulgária e a Turquia. A forma definitiva desses tratados menores foi dada principalmente por um Conselho dos Cinco, composto de Clemenceau como presidente e de um delegado dos Estados Unidos, um da Inglaterra, um da França e um da Itália. O ajuste com a Áustria, firmado em setembro de 1919, é conhecido como o Tratado de St. Germain. Impunha à Áustria o reconhecimento da independência da Hungria, da Tchecoslováquia, da Iugoslávia e da Polônia e a cessão de grandes porções do seu território a esses novos países. Era, ademais, obrigada a entregar à Itália Trieste, o Tirol meridional e a península da Ístria. Ao todo, a porção austríaca da Monarquia Dual foi despojada de três quartos da sua área e de três quartos da sua população. Alguns dos territórios cedidos eram habitados em grande parte por alemães — como, por exemplo, o Tirol e a região das montanhas dos sudetos, concedida à Tchecoslováquia. A nação austríaca ficou reduzida a um estado pequeno, sem acesso para o mar, com quase um terço da sua população concentrado na cidade de Viena. A única esperança de prosperidade para o país residia numa união com a Alemanha, mas isso era estritamente proibido pelo tratado. As disposições do Tratado de St. Germain poderiam resumir-se numa única sentença: "A Áustria renuncia a viver."

O segundo dos tratados menores foi o de Neuilly, com a Bulgária, assinado em novembro de 1919. Na suposição, sem dúvida, de que ela não tomara parte ativa na provocação da guerra, a Bulgária foi tratada

com mais brandura do que as outras Potências Centrais. Não obstante, teve de entregar quase todos os territórios que adquirira desde a primeira guerra balcânica. A Dobrudja voltou para a Rumânia, a Macedônia ocidental para o novo reino da Iugoslávia e a Trácia ocidental para a Grécia. Todas essas regiões eram habitadas por numerosas minorias búlgaras. Como a Hungria fosse agora um estado independente tornava-se necessário impor-lhe um tratado separado; foi ele o Tratado do Trianon, assinado em junho de 1920. Exigia que a Eslováquia fosse cedida à república da Tchecoslováquia, a Transilvânia à Rumânia e a Croácia-Eslavônia à Iugoslávia. Há poucos exemplos de tão flagrante violação do princípio de autodeterminação dos povos. Numerosas partes da Transilvânia tinham uma população composta de mais de 50% de húngaros. A Eslováquia incluía não somente os eslovacos mas quase um milhão de magiares e aproximadamente 500.000 rutenos. Daí o ter irrompido na Hungria, depois da guerra, um fanático movimento irredentista orientado para a recuperação dessas províncias perdidas. É oportuno acrescentar que o Tratado do Trianon reduziu o território da Hungria de 325.000 para 90.000 quilômetros quadrados e a sua população de 22 para 8 milhões.

O ajuste final de contas com a Turquia resultou de circunstâncias excepcionais. Os tratados secretos haviam cogitado da transferência de Constantinopla e da Armênia para a Rússia e da divisão, entre a Inglaterra e a França, da maior parte do que restava da Turquia. Mas a retirada da Rússia do campo da guerra após a revolução bolchevique, juntamente com as exigências da Itália e da Grécia no sentido de obterem o cumprimento das promessas que lhes tinham sido feitas, impunham uma revisão considerável do plano primitivo. Por fim, em agosto de 1920 assinou-se em Sèvres, perto de Paris, um tratado que foi submetido ao governo do sultão. Estabelecia ele que a Armênia fosse organizada como uma república cristã, que a maior parte da Turquia européia fosse entregue à Grécia, que a Palestina e a Mesopotâmia se convertessem em mandatos britânicos, que a Síria se tornasse um mandato da França e que a Anatólia meridional fosse reservada como esfera de influência da Itália. Do velho Império Otomano não restariam mais que a cidade de Constantinopla e as partes setentrional e central da Ásia Menor. Intimidado pelas forças aliadas, o decrépito governo do sultão concordou em assinar esse tratado. Mas um governo revolucionário, constituído de nacionalistas turcos e organizado em Angora sob a chefia de Mustafá Kemal, resolveu impedir

que fosse posto em execução o Tratado de Sèvres. As forças de Kemal riscaram do mapa a república da Armênia, enxotaram os italianos da Anatólia e reconquistaram a maior parte do território turco europeu que fora dado à Grécia. Por fim, em novembro de 1922, ocuparam Constantinopla, depuseram o Sultão e proclamaram a república. Consentiram então os Aliados numa revisão da paz. Em 1923 um novo tratado foi concluído em Lausanne, na Suíça, permitindo aos turcos conservar praticamente todo o território que haviam conquistado. Embora bastante reduzida no tamanho em comparação com o antigo Império Otomano, a república turca tinha ainda uma área de cerca de 780.000 quilômetros quadrados e uma população de 13 milhões.

Em cada um dos cinco tratados que puseram termo à guerra com as Potências Centrais figurava o Convênio da Liga das Nações. A criação de uma liga em que todos os estados, tanto grandes como pequenos, cooperassem para a preservação da paz, era o velho sonho dourado do presidente Wilson. Fora essa, na verdade, uma das principais razões que o levaram à entrar na guerra. Acreditava que a derrota da Alemanha seria um golpe mortal vibrado no militarismo e que seria possível estabelecer então o controle das relações internacionais por uma comunidade de poderes, ao invés do complicado e ineficiente equilíbrio de potências. Mas, para conseguir que a Liga fosse aceita, viu-se obrigado a transigir em numerosos pontos. Permitiu que a sua idéia primitiva de uma redução dos armamentos "ao nível mínimo condizente com a segurança interna" fosse formulada de maneira que lhe dava um sentido completamente diverso, dizendo "segurança nacional" em lugar de "segurança interna". Para induzir os japoneses a aceitar a Liga, concordou em deixar-lhes as antigas concessões alemãs na China. A fim de agradar aos franceses, sancionou a exclusão tanto da Alemanha quanto da Rússia, a despeito de sua velha insistência de que ela deveria incluir todas as nações. Esses inconvenientes eram bastantes sérios, mas a Liga recebeu um golpe mais grave ainda quando foi repudiada pela própria nação cujo presidente a havia criado.

Instalada sob auspícios tão desfavoráveis, a Liga jamais conseguiu êxitos brilhantes na consecução dos objetivos do seu fundador. Somente em poucos casos logrou afastar o espectro da guerra, e em todos eles as partes litigantes eram nações pequenas. Concertou, em 1920, uma disputa entre a Suécia e a Finlândia a respeito das ilhas Aland. Em 1925 impediu um ataque grego à Bulgária, graças à ameaça de boicote

econômico. Em 1932 evitou que o Peru e a Colômbia entrassem em guerra por causa da província de Letícia. Mas em todas as disputas em que se envolviam uma ou mais grandes potências a Liga não obteve sucesso. Nada fez no caso da usurpação de Vilna pela Polônia, em 1920, porque a Lituânia, a nação esbulhada, não tinha amigos, enquanto a Polônia contava com o poderoso auxílio da França. Quando, em 1923, houve uma ameaça de guerra entre a Itália e a Grécia, os italianos recusaram submeter-se à intervenção da Liga e o litígio teve de ser arbitrado por uma mediação direta da Inglaterra e da França. Além disso, em todas as grandes crises dos últimos anos a Liga foi desafiada ou desdenhada. O Japão zombou da sua autoridade ao tomar a Manchúria em 1931 e o mesmo fez a Itália ao conquistar, em 1935, a Etiópia. Em setembro de 1938, quando surgiu a crise da Tchecoslováquia, o prestígio da Liga baixara tanto que quase ninguém pensou em recorrer a ela. Por outro lado, é preciso salientar que o grande projeto de Wilson justificou a sua existência de outras maneiras menos espetaculares. Reprimiu o tráfico internacional de ópio e ajudou países pobres e atrasados na profilaxia das moléstias contagiosas. Suas agências coligiram valiosas estatísticas sobre as condições do trabalho e da economia mundial. Realizou plebiscitos em zonas disputadas, superintendeu a administração de cidades internacionalizadas, ajudou a acomodar refugiados políticos e raciais e iniciou, com grande eficiência, a codificação do direito internacional. Realizações como essas devem certamente ser consideradas como formando uma base sólida para uma futura cooperação entre as nações.

Capítulo 28

Ditadura e democracia entre duas guerras

A degradação dos ideais liberais e democráticos não foi das consequências menos trágicas da Primeira Guerra Mundial. Por algum tempo muita gente iludiu-se pensando que aconteceria o contrário. Defensores ardentes da causa dos Aliados afirmavam que a luta contra a Alemanha era uma "santa cruzada em prol dos direitos da humanidade, visando destruir o militarismo e o governo irresponsável". Na verdade, a guerra parecia ter realizado alguns desses objetivos. Não só o militarismo foi destruído nos países derrotados mas também o rol das repúblicas européias aumentou muito com o acréscimo da Alemanha, Áustria, Polônia, Finlândia, Turquia e Tchecoslováquia. Até a Rússia absolutista pareceu durante certo tempo haver adotado um regime liberal. Não tardou muito, no entanto, que a maior parte dessas visões de progresso democrático mostrassem não passar de vãs ilusões. O legado de histeria, ressentimentos e ódios deixados pela guerra era certamente a pior das atmosferas imagináveis para a sobrevivência do respeito ao indivíduo ou da confiança no governo popular. Alquebradas pela severidade da paz, as nações vencidas perderam a fé no valor da liberdade e sucumbiram ao engodo dos governos fortes como um meio de escapar àquilo que consideravam uma escravidão. Nem mesmo entre as nações vitoriosas estavam muito garantidas a democracia e a liberdade. A tremenda conflagração havia subvertido tão completamente a ordem econômica que os governos da Inglaterra e da França ficaram abalados nos próprios alicerces. Além disso, o caos e as privações oriundas da guerra acarretaram a rápida queda do regime liberal na Rússia e prepararam o caminho para o triunfo do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha. Por mais de vinte anos após o armistício, o destino da democracia dependeu de um equilíbrio mais instável do que em qualquer outro período desde os meados do século XIX.

1. A REVOLUÇÃO FASCISTA NA ITÁLIA

Foi à Itália a primeira das nações da Europa Ocidental a repudiar os ideais liberais e democráticos. Isso pode causar estranheza, uma vez que a Itália havia guerreado ao lado das potências vitoriosas. É

preciso, porém, ter em mente que o sentimento nacionalista italiano vinha sendo contrariado havia muitos anos. Repetidas vezes, suas aspirações de poder e de império tinham-se chocado com rudes decepções. Em 1881 as esperanças de apossar-se da Tunísia foram subitamente desfeitas com a anexação desse país pela França. A tentativa de conquistar a Abissínia na década de 1890 terminara numa esmagadora derrota imposta por nativos bárbaros, na batalha de Ádua. O efeito de tais reveses foi despertar um sentimento de humilhação e vergonha, particularmente no espírito da geração mais jovem, e favorecer uma atitude de desprezo para com o regime político vigente. A culpa dos fracassos da Itália era atribuída menos às nações estrangeiras do que à própria classe governante do país. Os membros dessa classe eram apontados ao escárnio popular como velhos degenerados, cínicos, vacilantes, derrotistas e corruptos. Muito antes da Primeira Guerra Mundial já se falava em revolução, da necessidade de uma depuração drástica que livrasse o país dos governantes incompetentes.

Essa espécie de nacionalismo mórbido conquistou ampla popularidade. Recebeu forte apoio de um grupo de intelectuais que haviam adotado a filosofia de Hegel. Entre os chefes desse grupo figuravam Giovanni Gentile e Giuseppe Prezzolini, que mais tarde vieram a ser aclamados como filósofos do fascismo. Tomando como axioma fundamental a ideia hegeliana de que o estado é a manifestação suprema de Deus na terra, queriam que os italianos esquecessem os seus interesses individuais e de classe num esforço comum para ressuscitar a grandeza da pátria. A Itália, no seu modo de ver, tinha a missão gloriosa de iluminar o mundo civilizado como havia feito sob o império romano e na época da Renascença. O lema desse grupo era: "Nada pelo indivíduo, tudo pela Itália." Um evangelho ainda mais frenético e irracional foi propagado pelos futuristas, sob a liderança do vociferante Filippo Tommaso Marinetti. O futurismo, que nascera como um movimento literário e artístico, não tardou a assumir significado político. Seus desvairados apóstolos condenavam toda forma de escravização ao passado. Denunciavam o liberalismo, a democracia, o pacifismo, o quietismo e todos os outros ideais que, a crer neles, eram da predileção dos decrépitos estadistas italianos. Glorificavam outrossim a guerra como "a única higiene do mundo", o instrumento necessário para rejuvenescer a nação e dar "mil encantos à vida e um pouco de gênio aos imbecis".

A instalação da ditadura fascista na Itália, porém, jamais teria sido exequível sem os efeitos desmoralizadores e humilhantes da Primeira Guerra Mundial. A função principal dos exércitos italianos fora impedir que os austríacos se tornassem senhores da frente meridional, enquanto os ingleses, franceses e americanos tratavam de dominar a Alemanha nas linhas de batalha da Flandres. Para esse fim teve a Itália de mobilizar mais de cinco milhões e meio de homens, dos quais perto de 700.000 foram mortos. O custo financeiro direto de sua participação na luta ultrapassou 15 bilhões de dólares. Tais sacrifícios, por certo, não foram maiores do que os dos ingleses e franceses, mas a Itália era um país pobre. Além disso, quando chegou a hora de dividir os despojos, depois de finda a luta, os italianos receberam menos do que esperavam. Não só foram esbulhados de Fiúme por insistir Wilson em dar à Iugoslávia um porto no Adriático, mas também não foram admitidos a participar na distribuição das colônias alemãs da África. Se bem que a Itália tivesse efetivamente recebido a maior parte dos territórios austríacos que lhe foram prometidos pelos tratados secretos, sustentavam não ser essa uma recompensa proporcional aos seus sacrifícios e à sua valiosa contribuição para a vitória da Entente. A princípio os nacionalistas voltaram a sua ira contra Wilson, devido à "humilhação de Versalhes", mas ao cabo de pouco tempo retornaram ao antigo hábito de exprobrar os governantes da Itália. Sustentavam que o país tinha sido ludibriado mercê da covardia e da inércia de homens como o primeiro-ministro Orlando. Esse renascimento do desprezo para com a velha geração governante, cujos componentes eram acusados como "imundos parasitas do melhor sangue da nação", muito contribuiu para desenvolver o espírito revolucionário.

Sob numerosos outros aspectos ainda, a guerra foi uma causa da revolução. Dela resultou a inflação da moeda com a consequente alta de preços, especulação e aproveitamento. Os salários normalmente teriam também subido se a procura de empregos não houvesse excedido de muito a oferta, devido à volta de milhões de soldados à vida civil. Além disso, os negócios estavam parcialmente paralisados pelas greves extensas e amiudadas e pelo fechamento dos mercados estrangeiros. A mais grave consequência da guerra talvez tenha sido, pelo menos em relação à classe superior e à média, o desenvolvimento do radicalismo econômico. À medida que cresciam as privações e o caos, os socialistas abraçaram uma filosofia análoga ao bolchevismo. Em 1918 o

partido decidiu ingressar na Internacional de Moscou. Nas eleições de novembro de 1919 conquistou cerca de um terço das cadeiras da Câmara de Deputados. No inverno seguinte os operários socialistas assumiram o controle de cerca de cem fábricas e tentaram administrá-las em benefício do proletariado. O radicalismo alastrou-se também pelas zonas rurais, onde se organizaram as chamadas "ligas vermelhas" para dividir as grandes propriedades e forçar os proprietários agrários a reduzir as rendas. Em 1921, porém, tinha praticamente passado o perigo da bolchevização da Itália. O radicalismo revolucionário acalmou-se após a volta de uma delegação que fora à Rússia estudar as condições in loco e após o fracasso das tentativas dos operários para administrar as fábricas. Não obstante, as classes proprietárias tinham passado por um grande susto e estavam por isso dispostas a apoiar o desenvolvimento do fascismo, na esperança de salvar da confiscação pelo menos uma parte dos seus bens.

A causa imediata da revolução fascista foi o colapso do regime parlamentar. A paralisação dos negócios e a condição de quase anarquia que reinava em muitas partes do país tornavam praticamente impossível a arrecadação de uma receita adequada. Daí avultarem cada vez mais os deficits orçamentários. A essa dificuldade juntava-se um impasse parlamentar. Nas eleições de 1921 quatro partidos diferentes obtiveram forte representação na Câmara dos Deputados, mas nenhum deles tinha maioria. Os dois maiores, o Partido Socialista e o Partido Popular (católico), andavam constantemente em rixa; nenhum dos dois queria apoiar um gabinete chefiado por um membro do outro. Em resultado disso tornava-se quase impossível o funcionamento do governo. Raras vezes conseguia um ministério permanecer no poder o tempo suficiente para deixar algo realizado. Estava praticamente paralisada a máquina legislativa. Com o correr do tempo foi aumentando o descontentamento causado pelas intermináveis contendas entre os partidos. Pelas alturas do outono de 1922 o parlamento já não tinha, por assim dizer, um único amigo em todo o país. Os jornais denunciavam não só a insanável situação parlamentar mas todo o sistema de governo das maiorias. Isso não era novidade para a Itália, pois muita gente, nos anos anteriores à guerra, havia considerado o regime parlamentar como importação estrangeira. Não obstante, a propagação intensiva da ideia muito contribuiu para encorajar os adeptos militantes do governo de um só homem.

É impossível dizer até que ponto o sucesso do movimento fascista dependeu da liderança de Mussolini. Indubitavelmente a sua eloquência fogosa, as suas poses napoleônicas e a sua crueldade maquiavélica exerceram poderosa atração sobre os fracos de espírito e de corpo que tinham sido educados no culto romântico de Júlio César e de Garibaldi. Benito Mussolini nasceu em 1883 e era filho de um ferreiro socialista. A mãe era professora primária e, em atenção aos seus rogos, Benito ingressou numa escola normal, formando-se professor. Desinquieto e insatisfeito, porém, não tardou a deixar a Itália para empreender novos estudos na Suíça. Dedicou ali parte do seu tempo aos livros e o resto a mendigar o seu sustento e a escrever artigos para os jornais socialistas. Acabou sendo expulso do país por fomentar greves nas fábricas. De regresso à Itália, abraçou definitivamente a carreira do jornalismo e tornou-se por fim diretor do *Avanti*, o principal diário socialista. Por essa época, suas idéias eram uma mistura de formas contraditórias de radicalismo. Dizia-se marxista, mas o seu socialismo era mesclado de doutrinas tomadas aos sindicalistas. O grande líder socialista, Sorel, referiu-se mesmo a ele, certa vez, como o mais promissor dos seus discípulos. Mussolini foi também influenciado pelo chauvinismo e durante algum tempo fêz-se o campeão ardoroso de uma luta contra a Áustria a fim de retomar as províncias "irredentas". Por outro lado, opôs-se à guerra com a Turquia pela conquista de Trípoli e foi preso por tentar impedir a partida de tropas.

É lícito talvez dizer que Mussolini jamais foi um radical por convicção sincera e raciocinada, mas limitava-se simplesmente a seguir as inclinações de um temperamento rebelde. Nenhum homem que possuísse uma filosofia definida poderia ter virado a casaca tão amiúde quanto ele o fez. Não só condenou o imperialismo que mais tarde praticaria com tamanho zelo, mas também, antes da guerra, difamou a igreja, depreciou o rei e chamou a bandeira da sua nação "um farrapo bom para plantar num monte de esterco". Quando irrompeu a Primeira Guerra Mundial, em agosto de 1914, Mussolini insistiu em que a Itália permanecesse neutra. Mas nem bem adotara essa atitude, começou a pregar a participação ao lado da Entente. Em outubro de 1914 já tinha passado com armas e bagagens para o campo intervencionista. Destituído da sua posição de diretor do *Avanti*, fundou um novo jornal, *Il Popolo d'Italia*, cujas colunas dedicou a incentivar o entusiasmo pela guerra. Considerou como vitória

peçoal a decisão do governo, tomada na primavera seguinte, de combater ao lado dos Aliados. Alistou-se como soldado em setembro de 1915 e, após algum tempo, conquistou as divisas de cabo. Em fevereiro de 1917 foi ferido pela explosão de um morteiro de trincheira e teve licença de voltar ao seu posto de diretor de Il Popolo, pois esperava-se que ele pudesse estimular o arrefecido entusiasmo do povo italiano. Daí por diante, trabalhou zelosamente pela revolução fascista.

A palavra fascismo tem uma origem dupla. Deriva em parte do latim *fascis*, o machado rodeado de um feixe de varas que simbolizava a autoridade do estado romano; liga-se também à palavra italiana *fascio*, que significa grupo ou bando. Os *fasci* foram organizados desde outubro de 1914 como unidades de agitação que visavam impedir a Itália a dar sua adesão à causa da Entente. Eram compostos de idealistas jovens, futuristas, nacionalistas fanáticos, empregados da classe média entediados e de inadaptados de todos os tipos. Mussolini tornou-se o chefe do *fascio* de Milão. Depois que a Itália entrou na guerra, os grupos fascistas dedicaram-se a combater o derrotismo. Veio então o período do "esquadrismo", de 1918 a 1921. As atividades esquadristas compreendiam uma campanha de terrorismo contra todos os que fossem considerados inimigos do povo. Os métodos consistiam em táticas brutais como a de espancar a vítima até a inconsciência, a de arrancar-lhe os dentes ou administrar-lhe doses maciças de óleo de rícino. Também se praticavam o rapto e o assassinio. A maior parte das agressões foram perpetradas contra radicais, mas em alguns casos as vítimas eram aproveitadores ou proprietários rurais que se negavam a reduzir as rendas. Em Florença, alguns lojistas teimosos apanharam e tiveram suas lojas fechadas a cadeado, com este aviso na porta: "Fechado por motivo de roubo reiterado". O próprio Mussolini declarou certa ocasião que "seria um bom exemplo pendurar nos lampiões alguns atravessadores". Mas essas tentativas para atrair as classes mais pobres não tiveram acolhida muito entusiástica por parte do proletariado, pois em muitas regiões da Itália os filhos de ricos industrialistas e de proprietários rurais eram demasiado conhecidos como discípulos de Mussolini.

A plataforma original do movimento fascista foi preparada por Mussolini em 1919. Era um documento surpreendentemente radical que, entre outras coisas, exigia o sufrágio universal, a abolição do senado, a instituição legal da jornada de oito horas, um pesado imposto sobre o

capital, o confisco de 85% dos lucros de guerra, a aceitação da Liga das Nações, a "oposição a todos os imperialismos" e a anexação de Fiume e da Dalmácia. Essa plataforma foi mais ou menos aceita oficialmente até maio de 1920, quando foi suplantada por outra de caráter muito mais conservador. Com efeito, o novo programa omitia todas as referências à reforma econômica e consistia unicamente na condenação do "socialismo dos políticos" e em algumas vagas afirmações sobre a "reivindicação" dos princípios em torno dos quais se tinha travado a guerra. Nem com a primeira, nem com a segunda plataforma conseguiram os fascistas grande sucesso político. Mesmo depois das eleições de 1921, tinham somente 35 representantes na Câmara dos Deputados.

Mas os fascistas compensavam o seu reduzido número com uma agressividade disciplinada e uma enérgica resolução. Quando o antigo regime se tornou tão decrépito que abdicou praticamente de todas as suas funções, prepararam-se para tomar posse do governo. Em setembro de 1922 Mussolini começou a falar abertamente em revolução e lançou o grito "A Roma!" Em outubro apresentou ao governo um ultimato em que exigia novas eleições, uma política externa vigorosa e cinco pastas no gabinete para si e para os seus partidários. Como o primeiro-ministro e o parlamento não tomassem conhecimento dessas exigências, iniciou-se a marcha sobre Roma. Em 28 de outubro um exército de cerca de 50.000 milicianos fascistas ocupou a capital. O primeiro-ministro renunciou e no dia seguinte Vítor Manuel III convidou Mussolini para organizar um gabinete. Assim, sem disparar um só tiro, as legiões de camisas-negras haviam assumido o controle do governo italiano. A explicação de tal fato deve ser procurada não na força do fascismo, mas no caos criado pela guerra e na falta de uma dedicação firme do povo italiano ao regime constitucional.

Essa, no entanto, foi apenas a primeira fase da revolução fascista, uma vez que o fascismo envolve não somente o controle pessoal da máquina política mas também mudanças profundas que atingem os próprios fundamentos da estrutura política e econômica. Em julho de 1923 Mussolini forçou a aprovação, pelo parlamento, de uma nova lei eleitoral segundo a qual o partido que conquistasse a maioria de votos numa eleição nacional receberia automaticamente dois terços das cadeiras da Câmara dos Deputados. Na primeira eleição realizada

dentro da vigência dessa lei os fascistas alcançaram não só mais sufrágios do que qualquer outro partido, mas dois terços da votação total. Quando o novo Parlamento se reuniu, em maio de 1924, o líder socialista Matteotti acusou os políticos fascistas de desonestidade e de violência nas recentes eleições. Em 10 de junho Matteotti foi raptado e assassinado por bandidos camisas-negras, de acordo com ordens emanadas do gabinete. O crime provocou violenta reação acompanhada de clamores insistentes para que os fascistas abandonassem o poder. Mas por fim a tempestade amainou e Mussolini pôde dedicar-se à tarefa de introduzir alterações radicais no sistema político. Em 1925 cassou as licenças de todos os advogados antifascistas e aboliu a autonomia das cidades e vilas. No ano seguinte atingiu o clímax ao declarar ilegais todos os partidos políticos, exceto aquele que chefiava, e ao abolir oficialmente o sistema de gabinete. Daí por diante o primeiro-ministro seria responsável unicamente perante o rei, ao mesmo tempo que as funções do Parlamento se restringiam à ratificação de decretos.

O sistema político e econômico da Itália fascista era oficialmente conhecido como estado corporativo. Significava isso, em primeiro lugar, que o governo se apoiava em bases econômicas. O povo era representado no governo, não como cidadãos que habitavam determinados distritos, mas na sua qualidade de produtores. O estado corporativo, porém, encarnava igualmente a idéia de que os interesses individuais e de classe deviam subordinar-se aos interesses do estado. Não devia haver luta de classe entre o capital e o trabalho; eram rigorosamente proibidas as greves e os lockouts. Em caso de conflito entre empregados e empregadores, cabia ao estado a autoridade última para intervir e impor um acordo. O princípio corporativo compreendia também o repúdio completo do *laissez-faire*. Embora se mantivesse em grande parte a propriedade privada e os capitalistas fossem reconhecidos como "classe socialmente produtiva", os veneráveis princípios da economia clássica foram jogados aos ventos. Toda atividade econômica do cidadão era submetida à regulamentação e qualquer empresa industrial ou comercial podia ser encampada se assim o exigissem os interesses nacionais.

A idéia do estado corporativo era um elemento de enorme importância na teoria fascista, que, todavia, não se limitava de modo algum a esse princípio. As outras doutrinas principais podem ser sumariadas do modo que segue:

1) Totalitarismo. O estado enfeixa todos os interesses e toda a lealdade dos seus súditos. "Nada deve haver acima do estado, nada fora do estado, nada contra o estado." Visto que o estado nada pode realizar a não ser que os seus súditos se identifiquem com um objetivo comum, só pode existir um partido fascista, uma imprensa fascista e uma educação fascista.

2) Nacionalismo. A nação é a mais alta forma de sociedade que a raça humana pode desenvolver. Tem alma e vida próprias, distintas das vidas e das almas dos indivíduos que a compõem. Jamais poderá haver uma verdadeira harmonia de interesses entre dois ou mais povos distintos. Por conseguinte, o internacionalismo é uma grosseira perversão do progresso humano. É preciso tornar forte e grande a nação, pela auto-suficiência, por um exército poderoso e pela rápida elevação do índice de natalidade.

3) Idealismo. A filosofia do fascismo era uma filosofia idealista, no sentido de renunciar à interpretação materialista da história. A nação, segundo Mussolini, podia tornar-se qualquer coisa que desejasse; seu destino não estava traçado para sempre pela posição geográfica ou pela extensão dos recursos naturais. O idealismo desenvolveu-se originariamente como um protesto contra o derrotismo dos anteriores governantes da Itália, segundo os quais o país estava fadado a permanecer uma potência de terceira ordem por não ter carvão.

4) Romantismo. A razão jamais poderá ser um instrumento adequado para a solução dos grandes problemas nacionais. O intelecto precisa ser completado pela fé mística, pelo auto-sacrifício e pelo culto do heroísmo e da força. "O espírito fascista é vontade, não intelecto."

5) Autoritarismo. A soberania do estado é absoluta. O cidadão não tem direitos, mas apenas deveres. O que as nações necessitam não é de liberdade, mas de trabalho, ordem e prosperidade. A liberdade é "um cadáver em putrefação", um dogma cediço da Revolução Francesa. O estado deveria ser governado por uma elite que tivesse provado, pela força e por uma compreensão superior dos ideais nacionais, o direito de governar.

6) Militarismo. A luta é a origem de todas as coisas. As nações que não se expandem acabarão por fenecer e morrer. A guerra exalta e enobrece o homem, e regenera os povos ociosos e

decadentes.

Nenhum espírito despreconcebido poderá negar que o regime fascista da Itália tivesse a seu crédito algumas realizações Dotáveis. Em junho de 1940, quando o país entrou na guerra, o governo tinha reduzido o analfabetismo, conseguido o que parecia ser uma solução satisfatória da velha contenda com a Santa Sé e eliminado a Máfia, ou organização da Mão Negra, na Sicília. Conseguira também certo número de melhoramentos na esfera econômica. Ensinando a agricultura científica aos camponeses, aumentara de cerca de 20% a produtividade do solo. Os subsídios e as tarifas protetoras haviam expandido enormemente a produção industrial, em especial a de artigos como a seda, o rayon e os automóveis. Entre 1923 e 1933 a Itália duplicou os seus recursos de força hidrelétrica. Fizeram-se, ademais, grandes progressos na drenagem de pântanos, construção de obras públicas e em salvar bancos e companhias dos efeitos funestos da depressão.

Mas o balanço teve também o seu passivo. A tentativa de tornar a Itália auto-suficiente tivera como resultado uma grande alta de preços para certos artigos. Se bem que os negócios e as condições de emprego fossem indubitavelmente mais estáveis do que nos anos que se seguiram imediatamente à Primeira Guerra Mundial, nada indicava que o padrão de vida dos trabalhadores houvesse experimentado uma melhora sensível. É verdade que os salários subiram, mas em vista da alta de preços e do movimento no sentido de prolongar as horas de trabalho, é duvidoso que tenha ocorrido um aumento verdadeiro nos salários reais. Acresce que os italianos foram obrigados a comprar a estabilidade e a ordem a preço de uma mortal uniformidade de pensamento e ação — condição que o próprio Mussolini descrevera, em 1914, como de "tédio e imbecilidade". Não se deve esquecer também que o governo fascista se envolveu em duas dispendiosas aventuras no setor das guerras estrangeiras: a conquista da Etiópia, em 1935-36, e a intervenção na guerra civil espanhola de 1936-39. Havia poucos indícios de que qualquer desses empreendimentos tivesse sido bem recebido pelo povo italiano, ou de que os proveitos para o país viessem a compensar os sacrifícios.

2. O TRIUNFO NAZISTA NA ALEMANHA

A Alemanha sucumbiu ao fascismo muito depois da Itália, sobre tudo por se acharem temporariamente desacreditadas as forças do nacionalismo e do militarismo, em consequência da derrota sofrida na Primeira Guerra Mundial. De 1918 a 1933 a Alemanha foi uma república. A revolução que determinou a queda do kaiser, em novembro de 1918, levou ao poder uma coalizão de socialistas, centristas e democratas. Em 1919 os líderes desses partidos redigiram a Constituição de Weimar, um instrumento de governo notável pelos seus numerosos caracteres progressistas. Estabelecia o sufrágio universal, a representação proporcional, o sistema de gabinete e uma carta de direitos, garantindo não só as liberdades civis tradicionais mas também o direito do cidadão ao emprego, à educação e à proteção contra os riscos de uma sociedade industrial. Mas a república fundada por essa constituição teve de lutar, desde o começo, com sérias dificuldades. Conspiravam contra ela reacionários e outros extremistas. O sofrimento e o caos resultantes das deficiências da paz teriam destruído a confiança em quase qualquer regime. Junte-se a isso o fato de que o povo alemão tinha pouca experiência do governo democrático. A república de Weimar não nascera da vontade da maioria da nação, e sim de uma revolução imposta à Alemanha na hora da derrota.

Numerosos e variados foram os fatores que conduziram ao triunfo final do fascismo alemão. Em primeiro lugar, há a considerar o sentimento de humilhação oriundo da derrota na guerra. Entre 1871 e 1914 a Alemanha librara-se nas alturas do prestígio político e cultural. Até 1900, pelo menos, foi a principal potência do continente europeu. Suas universidades, sua ciência, sua filosofia e sua música eram conhecidas e admiradas no mundo inteiro. Atingira também fabulosa prosperidade, e em 1914 havia ultrapassado a Inglaterra e os Estados Unidos em vários setores de produção industrial. Veio então o golpe esmagador de 1918. O país despenhou-se do seu pináculo e ficou à mercê de inimigos poderosos. Isso era incompreensível para o povo alemão, que não podia acreditar que os seus invencíveis exércitos tivessem realmente fracassado no campo de batalha. Difundiu-se rapidamente a lenda de que a nação fora "apunhalada nas costas" pelos socialistas e judeus do governo. Pouca verdade havia, é claro, em tal

acusação, mas ajudava a mitigar o orgulho ferido dos patriotas alemães.

Um segundo fator importante que contribuiu para o desenvolvimento do nazismo foi a catastrófica inflação de 1923. Resultou ela, em grande parte, da invasão e ocupação do vale do Ruhr por um exército francês, em janeiro desse ano. Encorajados pelo governo, os mineiros e operários siderúrgicos da bacia do Ruhr declararam-se em greve. O governo tentou sustentá-los emitindo enormes quantidades de papel-moeda. Seria impossível imaginar política mais desastrosa. O marco alemão, que já estava depreciado em razão dos pagamentos de reparações e da forte sangria das reservas de ouro, começou então a despenhar-se ladeira abaixo. Em 1.º de agosto de 1923 eram necessários mais de um milhão de marcos para comprar um dólar americano, em confronto com a proporção de 4,2 marcos por dólar, que vigorava antes da guerra. A depreciação continuou num ritmo fantástico, de tal forma que em novembro o marco-papel havia perdido todo o valor. Era cotado em Berlim à razão de dois trilhões e meio por dólar. Como os lavradores não quisessem mais aceitá-lo em pagamento de sua produção, não havia alternativa para o governo senão lançar uma nova moeda corrente apoiada em riqueza tangível. Foi o que se fez nos fins de 1923, sendo os novos marcos trocados pelos antigos à razão de um para um trilhão. Os efeitos dessa inflação seguida pelo repúdio da moeda foram desastrosos ao extremo para certas classes. Membros da pequena burguesia que viviam de salários ou de rendas fixas viram-se reduzidos à mais negra pobreza. Muitos cidadãos que tinham casa própria foram obrigados a vendê-la para ter com que comer. Por outro lado, milhares de astutos especuladores enriqueceram — quer jogando nas flutuações do marco, quer adquirindo valiosas propriedades comerciais ou industriais mediante módica entrada para pagarem o resto futuramente por uma ninharia, graças à depreciação da moeda. Por desgraça, alguns desses mágicos da especulação eram judeus, mas havia também um bom número de alemães de puro sangue empenhados em tais transações. Fossem quais fossem os seus perpetradores, elas contribuíram poderosamente para excitar o descontentamento na camada inferior da classe média.

Podem ser mencionadas ainda algumas causas do aparecimento e desenvolvimento do nacional-socialismo. Há o fato de ter sido a Alemanha sempre um estado militar, imbuído de tradições de disciplina e ordem. Para muita gente o exército não era apenas o símbolo da

segurança, mas da grandeza nacional. As qualidades de obediência e regimentação, concretizadas pela vida militar, eram virtudes altamente apreciadas pelos alemães. Por isso, muitos patriotas inquietavam-se profundamente com a frouxidão e a irresponsabilidade que pareciam caracterizar o regime republicano. Afirmava-se que Berlim tinha desbancado Paris da posição de cidade mais frívola e imoral da Europa. Outra causa, de importância não pequena, foi o medo ao bolchevismo. Os adeptos dessa filosofia na Alemanha denominaram-se, a princípio, espartacistas; mais tarde mudaram esse nome para o de comunistas. Nas eleições presidenciais de 1932 os comunistas depositaram nas urnas cerca de seis milhões de votos, ou seja mais de um sétimo do total. Como havia sucedido na Itália, muitos capitalistas e proprietários alarmaram-se com o que consideravam o perigo crescente de uma revolução bolchevista e deram secretamente o seu apoio à causa fascista, como o menor dos dois males,

Parece evidente que o grande fator que levou a cabo e apressou o triunfo final dos nazistas foi a Grande Depressão. Isso é evidenciado pelo fato de que o partido nunca pudera conquistar mais de 32 cadeiras no Reichstag antes das eleições de 1930. O movimento, que a princípio contava entre os seus convertidos principalmente membros descontentes e desenraizados da camada inferior da classe média, bem como antigos oficiais do exército incapazes de adaptar-se à vida civil, recebeu depois de 1929 o apoio adicional de agricultores, estudantes universitários e milhões de desempregados. Os agricultores acorriam ao partido na esperança de obterem alguma compensação para o colapso dos preços dos seus produtos e algum alívio para o peso esmagador das suas dívidas e impostos. Os estudantes universitários, cujo número aumentara de 60% desde 1914, voltavam-se para o movimento porque não parecia haver a menor possibilidade de fazerem uso um dia da sua instrução. Todas as profissões estavam superlotadas e a situação piorava cada vez mais com o passar do tempo. Os milhões de desempregados que se alistaram sob a bandeira de Hitler pertenciam, em grande parte, à geração mais nova. Rapazes que nunca tinham tido um emprego e, por conseguinte, encontravam dificuldade em obter auxílio como desempregados, deixavam-se aliciar facilmente pelas promessas tentadoras dos charlatões nazistas. Grande número de homens mais velhos também se tornaram suas vítimas, especialmente aqueles que já tinham

tido emprego como trabalhadores não especializados ou funcionários de escritório. Constituíam estes a classe dos "esquecidos", porquanto a maior parte não se filiava a qualquer organização, não tendo por isso meios de exercer pressão sobre o governo. Em 1932 o número registrado de desempregados na Alemanha era de seis milhões; o número verdadeiro, porém, elevava-se indubitavelmente a muito mais. No fim desse ano o comércio e a produção haviam diminuído a ponto de pararem quase por completo. Membros de todas as classes não sabiam mais o que fazer, tomados de confusão e de terror. Nunca, na história da nação, o futuro parecera tão negro. A maioria não era ainda nazista, mas estava presa de tal desespero que teria aceitado qualquer messias que promettesse libertá-la da confusão e do medo. Para quase todos eles a perda da liberdade política e intelectual representava um pequeno sacrifício a fazer em troca da vantagem inapreciável da segurança econômica.

As origens do fascismo alemão remontam a 1919, quando um grupinho de sete homens se reuniu numa cervejaria de Munique e fundou o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Dentro em pouco, o mais obscuro dos sete surgia como o chefe. Chamava-se ele Adolf Hitler e tinha nascido em 1889, sendo filho de um pequeno funcionário aduaneiro da Áustria. O começo da sua vida foi infeliz e desajustado. Rebelde e indisciplinado desde a infância, parece ter sido sempre oprimido por um sentimento de frustração. Na escola, perdia tempo desenhando retratos e por fim resolveu ser pintor. Com esse fim em vista dirigiu-se em 1909 para Viena, esperando ingressar na Academia. Foi, porém, reprovado no exame vestibular e durante quatro anos arrastou uma existência obscura como trabalhador ocasional e pintor de pequenos esboços e aquarelas que por vezes conseguia vender a humildes lojas de arte. Enquanto isso, ia alimentando alguns preconceitos políticos de índole violenta. Fêz-se admirador ardente de certos políticos anti-semitas de Viena e, como identificasse judaísmo com marxismo, odiava também esta filosofia. Tornou-se igualmente adepto do arianismo extremo, adorando as qualidades da orgulhosa nação alemã e desprezando a Áustria-Hungria pela sua falta de homogeneidade racial. Quando rebentou a Primeira Guerra Mundial estava Hitler vivendo em Munique e, embora cidadão austríaco, alistou-se imediatamente no exército bávaro. Serviu durante os quatro anos da guerra, distinguindo-se o bastante para ser condecorado com a Cruz de Ferro e promovido a cabo.

Foi ferido e gaseado pelo menos duas vezes; e foi durante uma convalescença no hospital, pouco antes do armistício, que resolveu tornar-se político.

A revolução nazista começou de modo aparentemente inofensivo. No verão de 1932 o sistema parlamentar entrou em falência. Nenhum chanceler podia conservar a maioria no Reichstag uma vez que os nazistas recusavam apoio a qualquer gabinete que não fosse chefiado por Miller e os comunistas negavam-se a colaborar com os socialistas. Em janeiro de 1933 um grupo de reacionários — industrialistas, banqueiros e Junkers — convenceram o presidente von Hindenburg a nomear Hitler chanceler, evidentemente na esperança de poderem controlá-lo. Ficou combinado que haveria apenas três nazistas no gabinete e que Franz von Papen, um aristocrata católico, ocuparia o cargo de vice-chanceler. Os patrocinadores desse plano, porém, não haviam sabido avaliar a tremenda revivescência de sentimento nacional que se ocultava por trás do movimento nazista. Hitler não tardou em tirar o máximo proveito dessa nova oportunidade. Começou por intimidar o maior número possível de seus adversários, suprimindo as uniões trabalhistas e tomando medidas drásticas contra socialistas e comunistas. Persuadiu von Hindenburg a dissolver o Reichstag e a convocar uma nova eleição para 5 de março. O pleito se realizou num ambiente de intensa excitação. Poucos dias antes o edifício do Reichstag fora devorado por um incêndio que Hitler sustentava ser de origem comunista. Mas, a despeito dessa tentativa de amedrontar a nação invocando o espectro do bolchevismo, os nazistas não conseguiram obter a maioria dos votos populares, conquistando apenas 288 cadeiras no Reichstag, de um total de 647. Não obstante, os 52 membros eleitos pelos seus aliados, os nacionalistas, conferiam-lhes uma pequena maioria. Ao reunir-se pela primeira vez, em 21 de março, o novo Reichstag concedeu a Hitler poderes praticamente ilimitados. Pouco depois a bandeira da república de Weimar foi arriada e substituída pela suástica do nacional-socialismo. A nova Alemanha foi proclamada como o Terceiro Reich, sucessor do império medieval dos Hohenstaufen e do império Hohenzollern dos kaisers.

Tais acontecimentos, é claro, assinalavam apenas a fase inicial da revolução nazista. Dentro de pouquíssimos meses eram introduzidas outras mudanças ainda mais profundas. A Alemanha converteu-se num

estado altamente centralizado com a abolição do princípio federativo. Foram postos fora da lei todos os partidos políticos, com exceção do nazista. O controle totalitário estendeu-se à imprensa, à educação, ao teatro, ao cinema e ao rádio, sem falar em muitos ramos da produção e do comércio. Impuseram-se duras penalidades aos judeus, eliminando-os das posições governamentais, privando-os da cidadania, vedando-lhes toda atividade teatral ou publicitária e fechando-lhes praticamente as portas das universidades. A medida que progrediam os trabalhos de reforma nacional os elementos radicais do partido atreveram-se a reclamar maior atenção para os aspectos socialistas do programa nazista. Uma facção liderada por Ernst Roehm começou a criticar o conservantismo do governo, em vista do que Hitler acusou Roehm de conspirar para derrubá-lo. Daí resultou o famoso Expurgo Sangrento de 30 de junho de 1934, em que Roehm e pelo menos cem outros foram assassinados por Hitler, por Goering e pela polícia secreta. Isso, todavia, não significava uma vitória definitiva para os conservadores. Com o passar dos anos, todo o regime pareceu tender cada vez mais para uma orientação radical. A nova tendência alcançou o auge em 1938, com a extensão do controle do partido ao exército, com a destituição de Hjalmar Schacht, um banqueiro de opiniões um tanto conservadoras, da sua posição de ditador econômico, e com a instituição de uma cruzada fanática contra os judeus para expeli-los do Reich ou eliminá-los completamente.

Encarado em sua filosofia, o fascismo alemão assemelhava-se em grande número de pontos essenciais à variante italiana. Ambos eram coletivistas, autoritários, nacionalistas, militaristas e românticos (no sentido de serem anti-intelectuais). Havia, apesar disso, diferenças notáveis. O fascismo italiano nunca tivera um fundamento racista. É certo que, depois da formação do eixo Roma-Berlim, Mussolini promulgou alguns decretos anti-semitas, mas a maioria deles não parece ter sido executada com muito rigor. Por contraste, o nacional-socialismo fazia do fator racial um dos pilares centrais da sua teoria. Sustentavam os nazistas que a chamada raça ariana, a qual passava por ter nos nórdicos os seus representantes mais perfeitos, era a única, em toda a história, que havia feito contribuições notáveis para o progresso humano. Afirmavam ainda que as realizações e as qualidades mentais de um povo são determinadas pelo sangue. Destarte, as realizações dos judeus permaneciam para sempre judaicas ou orientais, por mais tempo que eles tivessem vivido

num país ocidental. Seguia-se daí que nenhuma ciência, literatura ou música procedentes de judeus jamais poderiam representar verdadeiramente a nação alemã. É evidente que essa doutrina racial não passava, em grande parte, de pura coonestação. O verdadeiro motivo pelo qual os nazistas perseguiram os judeus parece ter sido o de necessitarem de um bode expiatório sobre quem pudessem lançar a culpa dos males que assolavam o país.

Havia também outras diferenças, tanto na teoria como na prática. A despeito de ser a Alemanha um dos países do mundo mais altamente industrializados, o nacional-socialismo tinha um característico sabor campesino que faltava ao fascismo italiano. A chave da teoria nazista estava contida na frase *Blut und Boden* (sangue e solo). A palavra "solo" exprimia não só profunda reverência pela bela terra natal mas também sólida afeição pelos camponeses, que eram considerados a encarnação das mais admiráveis qualidades da raça alemã. Nenhuma classe da população foi mais morosamente tratada pelo governo nazista. Essa alta consideração pela gente do campo vinha sem dúvida, em parte, da circunstância de serem eles os cidadãos mais prolíficos da nação e, por conseguinte, os mais valiosos do ponto de vista militar mas também pode ser explicada pela reação dos líderes nazistas contra tudo o que a cidade representava — não apenas o intelectualismo e o radicalismo, mas também a alta finança e os complicados problemas de uma sociedade industrial. Como arrivistas de origem obscura, os nazistas procuravam compensar o seu sentimento de inferioridade com a glorificação da vida simples. Ainda outra diferença entre as variedades italiana e alemã do fascismo era o fato de não se ter desenvolvido completamente nesta última o estado corporativo. É certo que ambos aboliram o direito de greve e sujeitaram por inteiro ao controle político as atividades econômicas; mas na Alemanha não havia representação direta dos interesses econômicos no governo. Os membros do Reichstag continuavam a ser eleitos por distritos geográficos e o estado mantinha o seu caráter exclusivamente político. Pode-se dizer, finalmente, que o nacional-socialismo tinha um cunho mais exaltado e fanático do que o fascismo italiano. Era comparável a uma nova religião, não só pelo dogmatismo e pelo ritual mas também pela furiosa intolerância e pelo zelo expansionista.

A despeito das profundas mudanças teóricas, permitiu-se a persistência de algumas das formas do antigo governo alemão. Tecni-

camente, a nação era ainda uma república. Enquanto von Hindenburg viveu não se atentou contra a sua posição de presidente. Ao morrer o velho marechal, em agosto de 1934, Hitler acrescentou a autoridade de presidente à que já possuía como chanceler. Com o consentimento da nação, expresso em plebiscito, adotou o novo título de Führer und Reichskanzler (Líder e Chanceler do Reich). O parlamento alemão foi também conservado, pelo menos no nome. Passou, todavia, a ser um órgão unicameral, constituído tão-somente pelo Reichstag. Com a abolição dos direitos dos estados tornara-se supérflua a câmara alta ou Reichsrat, que os representava. Consequentemente, foi também abolida em 1934. Na realidade, porém, essa mudança foi de pequeno significado, pois o próprio Reichstag passou a ser convocado apenas de raro em raro e não tinha praticamente poder algum. Era, por assim dizer, pouco mais que uma platéia para os discursos de Hitler.

O significado do fascismo, alemão ou italiano, é ainda matéria de controvérsia para os estudiosos das tendências de nossos tempos. Sustentam alguns que ele foi simplesmente a entronização da força pelos grandes capitalistas, numa tentativa de salvar da destruição o seu sistema agonizante. Isso, porém, não se coaduna com todos os fatos. Nem o fascismo italiano, nem o nacional-socialismo mostraram a princípio qualquer inclinação para proteger os interesses dos monopólios ou dos financistas especuladores. Na verdade, a julgar pelas plataformas originais, seu objetivo era justamente o oposto. É certo, no entanto, que o êxito de ambos os movimentos dependeu em parte do apoio dos grandes proprietários e capitães da indústria. Uma segunda interpretação do fascismo pretende explicá-lo como uma reação de devedores contra credores, dos lavradores contra os banqueiros e industriais, dos pequenos negociantes contra a alta finança e as práticas monopolistas. Ainda outros estudiosos do movimento o interpretam como uma revolta contra o comunismo, uma reversão ao primitivismo, um fruto do desespero das massas, um protesto contra as fraquezas da democracia ou uma manifestação suprema de chauvinismo. É provável que o fascismo fosse todas essas coisas juntas, e muitas mais ainda. Podemos pelo menos estar certos de que foi a mais complicada forma de cesarismo até então surgida. Como as suas predecessoras, era um produto do orgulho nacional e de uma necessidade de força e eficiência na solução dos problemas de uma sociedade caótica. Foi, porém, enormemente complicado pela Segunda

Revolução Industrial e pela desilusão e colapso econômico que se seguiram à Primeira Guerra Mundial.

3. O REGIME COMUNISTA NA RÚSSIA

Se bem que a Rússia tivesse lutado na guerra ao lado das potências que por fim obtiveram o triunfo, foi a primeira das nações beligerantes a mergulhar na revolução. Não é difícil encontrar as razões desse fato. A condução da guerra pelo governo russo distinguiu-se por uma corrupção generalizada e uma incompetência sem limites. O senil primeiro-ministro mostrou-se incapaz de controlar a cobiça dos fornecedores rapaces ou de refrear as ambições egoístas dos seus subordinados. O czar, homem sem força de vontade, deixou-se levar cada vez mais pela influência da supersticiosa czarina, que por sua vez era um brinquedo nas mãos de um infame santarrão chamado Rasputin. Os soldados eram mandados para a frente sem fuzis e insuficientemente supridos de sapatos, capotes e cobertores. Os feridos algumas vezes morriam de frio ou de gangrena por não haver cirurgias nem instalações hospitalares para atendê-los. Na retaguarda, o sistema ferroviário desorganizou-se por completo, determinando a falta de alimentos não só para o exército mas também para as cidades congestionadas. Acresciam a esses males uma série de derrotas esmagadoras infligidas pelo inimigo. Conquanto a Rússia tivesse mobilizado 15 milhões de homens, foi incapaz de cumprir o seu papel na frente oriental. Em 1915 os alemães tinham penetrado profundamente no seu território e no fim do ano seguinte o poder de resistência dos exércitos russos estava praticamente aniquilado. A revolução na Rússia passou por uma série de fases de certo modo semelhantes às da grande Revolução Francesa de 1789. A primeira dessas fases iniciou-se em março de 1917, com a abdicação forçada do czar. A causa primordial desse fato foi o descontentamento com a direção da guerra. Houve, porém, muitos outros fatores, como a inflação e a consequente alta de preços, a escassez de alimentos e de carvão nas áreas urbanas, o afluxo de camponeses para as cidades, a pregação dos radicais e o legado de rancores deixado pela revolta de 1905. Com a deposição do czar o governo passou para as mãos de um ministério provisório organizado por líderes políticos da Duma em colaboração com representantes dos trabalhadores de Petrogrado. Os membros mais

importantes do novo gabinete eram o primeiro-ministro, Lvov; o ministro do Exterior, Paulo Milyukov; e o ministro da Justiça, Alexandre Kerenski. Com exceção de Kerenski, um social-revolucionário, quase todos os demais ministros eram liberais burgueses. Concebiam a revolução principalmente como a transformação da autocracia numa monarquia constitucional modelada pela da Grã-Bretanha. Com tal objetivo em vista, lançaram uma proclamação das liberdades civis, libertaram milhares de presos, permitiram que os exilados políticos voltassem ao país e planejaram a eleição de uma assembléia constituinte.

O governo provisório cometeu, porém, o erro fatal de tentar forçar a Rússia a continuar a guerra. Em 18 de março Milyukov lançou uma declaração na qual dizia que o governo respeitaria as "obrigações internacionais" assumidas pelo czar e continuaria lutar até a vitória final. Ele e a maioria dos seus colegas eram tão imperialistas quanto o antigo regime. Esperavam ainda ganhar Constantinopla e tudo mais que fora prometido nos tratados secretos. Mas a massa do povo estava mortalmente cansada dos anos de privações e luta. Tudo o que desejava era a paz e uma oportunidade de voltar à vida normal. Por conseguinte, em maio, quando Milyukov reiterou a sua promessa de apoiar os Aliados, as críticas foram tão veementes que ele teve de renunciar. O governo foi então reorganizado, ficando Kerenski como ministro da Guerra e nele tomando parte alguns socialistas. Em julho Kerenski tornou-se primeiro-ministro, à frente de um gabinete composto principalmente de marxistas moderados e de social-revolucionários. Rogou aos Aliados que consentissem numa paz com base na ausência de anexações e indenizações, e, como isso não fosse aceito, insistiu em que a Rússia devia continuar a guerra. Provocou igualmente oposição restabelecendo a pena de morte no exército e anunciando que o governo não reconheceria nenhuma apropriação de terras pelos camponeses. Em setembro tentou instalar uma ditadura, alienando destarte as simpatias dos seus partidários mais moderados. Desde esse momento a sua sorte ficou decidida.

A queda do regime de Kerenski assinala o fim da primeira fase da revolução russa. A segunda fase começou imediatamente depois, com a ascensão dos bolcheviques ao poder em 7 de novembro de 1917. Os bolcheviques pertenciam originariamente ao partido social-democrático, mas em 1903 esse partido cindira-se em duas facções: uma

maioria chamada de bolcheviques, os quais eram marxistas ortodoxos, e uma minoria ou facção menchevique, composta de revisionistas. Logo após a deposição do czar, começaram os bolcheviques a traçar os planos de uma revolução socialista. Insinuaram-se no soviete (conselho de deputados dos trabalhadores e soldados) de Petrogrado e acabaram por arrebataram o controle aos mencheviques e social-revolucionários. Organizaram uma Guarda Vermelha armada e apossaram-se dos pontos estratégicos de toda a cidade. A 7 de novembro estava tudo pronto para o grande golpe. Soldados da Guarda Vermelha ocuparam quase todos os edifícios públicos e prenderam por fim os membros do governo, embora o próprio Kerenski tivesse fugido. Dessa forma, os bolcheviques conquistaram o poder com pouquíssima luta. Sua fácil vitória foi possibilitada pelo colapso completo da autoridade de Kerenski. Além disso, o seu lema de "Paz, Terra e Pão" transformara-os em heróis aos olhos dos soldados desgostosos com a guerra, dos camponeses famintos de terra e dos pobres das cidades a míngua de pão.

Os dois principais protagonistas do drama bolchevista foram Vladimir Lenin e Leão Trotski. O primeiro, cujo nome verdadeiro era Vladimir Ulianov, nasceu em 1870. Seu pai era inspetor de escolas e conselheiro de estado, o que lhe conferia direito a um posto na pequena nobreza. Um filho mais velho, Alexandre, fora enforcado por participar de uma conspiração contra a vida do czar, mas isso não parece ter lançado qualquer estigma sobre a família, pois no mesmo ano da execução de seu irmão Vladimir foi admitido na Universidade de Kazan. Entretanto, foi expulso logo depois por comprometer-se em atividades subversivas. Mais tarde ingressou na Universidade de S. Petersburgo e em 1891 formou-se em direito. Desde então dedicou toda a sua vida à causa da revolução socialista. De 1900 a 1917 viveu principalmente na Alemanha e na Inglaterra, tendo sido durante a maior parte desse tempo diretor do jornal bolchevista Tskra ("A Chispa"). Como a maioria dos revolucionários russos, escrevia sob pseudônimo, assinando os seus artigos como N. Lenin. Quando estalou a revolução, em março de 1917, estava residindo na Suíça. Com a ajuda dos alemães conseguiu chegar até à Rússia e assumiu imediatamente a chefia do movimento bolchevista. Lenin possuía todas as qualidades necessárias para obter sucesso como figura revolucionária. Era um político hábil e um orador efficientíssimo. Absolutamente convencido da justiça da sua causa, abatia os seus adversários com o ardor e a selvageria

de um Robespierre. Por outro lado, não tinha nenhuma ambição de riqueza ou de glória pessoal. Vivia em dois aposentos do Kremlin e trajava pouco melhor do que um operário comum. O suntuoso mausoléu de mármore que lhe foi consagrado em Moscou e onde o seu corpo é conservado num caixão de vidro desde que morreu em 1924, forma vivo contraste com a simplicidade da sua existência.

O mais proeminente dos lugares-tenentes de Lenin foi o brilhante, mas voluntarioso Leão Trotski. De seu nome verdadeiro Lyov Bronstein, nascera em 1879 e seus pais eram judeus de Odessa, pertencentes a classe média. Parece ter sido o espalha-brasas da política revolucionária durante a maior parte da sua vida. Antes da revolução, recusou identificar-se com esta ou aquela facção, preferindo continuar como marxista independente. Embora colaborasse com Lenin na direção da Chispa, só em 1917 se tornou bolchevista. Devido à participação que teve no movimento revolucionário de 1905, foi exilado para a Sibéria, mas conseguiu fugir, levando durante alguns anos uma existência errante em várias capitais da Europa. Em 1916 foi expulso de Paris por exercer atividades pacifistas e refugiou-se nos Estados Unidos. Ao saber da queda do czar tentou voltar à Rússia, foi detido por agentes britânicos em Halifax e por fim solto a pedido de Kerenski. Chegou à Rússia em abril e imediatamente começou a tramar a queda do governo provisório e mais tarde do próprio Kerenski. Sua participação no triunfo bolchevista consistiu em organizar e disciplinar a Guarda Vermelha e em desapossar os mencheviques e social-revolucionários do controle sobre o soviete de Petrogrado. Tornou-se ministro do Exterior e posteriormente comissário da Guerra no governo chefiado por Lenin.

Mal haviam galgado o poder, os bolcheviques começaram a fazer algumas alterações drásticas no sistema político e econômico. Proclamaram o novo governo como uma ditadura do proletariado e, como as eleições para uma assembléia constituinte resultassem numa maioria de deputados da oposição, dissolveram a assembléia pela força. Em 8 de novembro Lenin decretou a nacionalização das terras e deu aos camponeses o direito exclusivo de fazer uso delas. Em 29 de novembro foi transferido para os operários o controle das fábricas, e um mês depois anunciou-se que todos os estabelecimentos industriais de alguma importância seriam tomados pelo governo. Também os bancos foram nacionalizados pouco depois da vitória bolchevista.

Mas o problema mais urgente era a terminação da guerra. Após algumas tentativas frustradas para convencer os Aliados a consentirem numa paz sem anexações nem indenizações, Trotski assinou um armistício com a Alemanha em 15 de dezembro. Seguiu-se, em março de 1918, a paz de Brest-Litovski, que punha fim oficialmente à guerra no tocante à Rússia. Os termos do tratado eram brutais. Exigia-se que a Rússia evacuasse a Estônia e a Finlândia, reconhecesse a independência da Ucrânia e permitisse às Potências Centrais determinar o status da Polônia, da Letônia e da Lituânia, "de acordo com as populações desses países". Tais perdas eram graves, por certo, mas devemos recordar que as províncias cedidas não simpatizavam com o bolchevismo e que o novo governo dificilmente poderia tê-las conservado. Além disso, foi imposta à Rússia uma indenização de apenas um bilhão e meio de dólares, em confronto com a quantia vinte e duas vezes maior com que a Alemanha seria onerada em Versalhes.

Apenas haviam concluído a paz com as Potências Centrais, os bolcheviques viram-se a braços com uma terrível guerra civil. Os proprietários e capitalistas não se conformaram com a perda de seus bens. Além disso, os Aliados estavam decididos a punir a Rússia e para isso enviaram tropas a este país a fim de apoiar as forças dos generais reacionários. Resultou daí uma prolongada e sangrenta luta entre os Vermelhos ou bolcheviques de um lado, e os Brancos, ou seja os reacionários e seus aliados estrangeiros, do outro. De parte a parte foram cometidas horríveis barbaridades. Os Brancos chacinavam os habitantes das aldeias tomadas, tanto homens como mulheres e crianças. Os Vermelhos instauraram o reinado do Terror a fim de eliminar espiões e contra-revolucionários. Foi criada uma comissão extraordinária, conhecida como a "Tcheká", para prender e punir sem processo as pessoas suspeitas. Ninguém conhece o número exato das suas vítimas, mas os conhecedores do assunto avaliam-no unanimemente em milhares. A "Tcheká" recorria por vezes a execuções em massa, como em agosto de 1918, quando um social-revolucionário tentou assassinar Lenin. Mas finalmente declinou o terror. No fim de 1920 estava praticamente terminada a guerra. Os bolcheviques tinham escorraçado quase todos os soldados estrangeiros do país e forçado os generais reacionários a abandonar a luta.

A guerra civil foi acompanhada de um pavoroso colapso econômico. Em 1920 a produção total não passou de 13% do que tinha sido em 1913. A fim de compensar a escassez de mercadorias o governo aboliu o pagamento de salários e distribuiu provisões aos operários, em proporção às suas necessidades mínimas. Foi proibido todo comércio particular e requisitado tudo que os camponeses produziam além daquilo que precisavam para não morrer de fome. Tal sistema não constituía um comunismo puro, como se tem afirmado muitas vezes, mas apenas um expediente para esmagar a burguesia e obter o máximo possível de abastecimentos para o exército em campanha. Foi abandonado logo que a guerra terminou. Em 1921 substituíram-lhe a Nova Política Econômica (NEP), que Lenin definiu como "um passo atrás para poder dar dois passos à frente". A NEP autorizava a manufatura privada e o comércio particular em pequena escala, reintroduzia o pagamento de salários e permitia que os camponeses vendessem o seu trigo no mercado livre. A nova política continuou em vigor até 1928, quando foi adotado o primeiro dos famosos Planos Quinquenais. Em 1939 tinham sido completados dois desses planos e um terceiro estava em via de execução. Seus objetivos principais eram completar o processo de socialização, transformar a Rússia num grande país industrial e promover a evolução no sentido de uma sociedade comunista sem classes.

Entrementes, a morte de Lenin, ocorrida em janeiro de 1924, precipitou uma luta titânica entre dois de seus lugares-tenentes pela posse do poder. Fora da Rússia, supunha-se em geral que Trotski seria o sucessor do chefe morto. Não tardou porém a transparecer que o fogoso comandante do Exército Vermelho tinha um rival formidável no corpulento e misterioso José Stalin. Nascido em 1.879 e filho de um camponês sapateiro da Geórgia, Stalin recebeu parte da sua educação num seminário, de onde no entanto foi expulso com a idade de dezessete anos por "falta de vocação religiosa", e desde então dedicou-se à atividade revolucionária. Foi exilado nada menos de seis vezes para os ermos gelados do norte; cinco vezes conseguiu escapar, e na sexta foi posto em liberdade pelo governo provisório. Em 1917 tornou-se secretário geral do partido comunista, posição que lhe permitiu construir uma máquina partidária. A batalha entre Stalin e Trotski não foi simplesmente uma luta pelo poder pessoal, senão que também envolvia pontos fundamentais de política. Sustentava Trotski que o socialismo na Rússia só poderia alcançar

completo êxito quando o capitalismo fosse eliminado dos países vizinhos. Insistia, por isso, numa cruzada constante pela revolução mundial. Stalin estava disposto a abandonar temporariamente o programa da revolução mundial a fim de concentrar-se na construção do socialismo na própria Rússia. Sua estratégia para o futuro imediato era essencialmente nacionalista. Em 1927 Trotski foi expulso do partido comunista e dois anos depois desterrado do país. É interessante notar que Lenin não tinha em muito alto apreço nenhum dos dois rivais. No seu testamento político criticou em Trotski "a excessiva autoconfiança" e a preocupação demasiada com detalhes administrativos. Foi, porém, muito mais severo com Stalin, condenando-o como "brutal demais" e "caprichoso", e instando com os camaradas para que "encontrassem um meio" de alijá-lo da sua posição à frente do partido.

Cerca de 1934 o regime bokhevista começou a assumir um novo aspecto, a certos respeitois mais conservador, que deveria talvez ser considerado a terceira fase da revolução russa. Caracterizou-se por algumas inovações significativas. Primeiro, houve o restabelecimento de certos processos capitalistas, como o pagamento de juros sobre os depósitos monetários e a emissão de obrigações com prêmios. Segundo, aumentou muito a desigualdade nos salários. Alguns trabalhadores manuais não recebiam senão 100 rublos por mês, enquanto os empregados especializados das indústrias pesadas e certos funcionários administrativos chegavam a perceber vencimentos mensais de 6.000 rublos. Os membros do partido comunista já não se limitavam a 6.000 rublos anuais, como no tempo em que Lenin estava no poder. Em terceiro lugar, as leis sobre o casamento e o divórcio tornaram-se mais severas e as mulheres foram incitadas a ter mais filhos. A primitiva idéia de abolir a família burguesa parecia coisa definitivamente relegada ao passado. Em quarto lugar, houve uma revivescência do militarismo, do nacionalismo e do interesse por tomar parte no jogo da política internacional de poder. O exército teve os seus efetivos mais que dobrados e foi reorganizado de acordo com o modelo ocidental. O patriotismo, que os velhos marxistas ortodoxos desprezavam como uma forma de propaganda capitalista, foi exaltado como uma virtude soviética. Do mesmo modo, fazia-se notar uma tendência crescente para afastar o internacionalismo de Marx, esforçar-se por tornar a Rússia auto-suficiente e desempenhar um papel ativo na diplomacia à moda antiga. Vendo o nazismo firmemente consolidado na

Alemanha, os mandantes do Kremlin parecem ter chegado à conclusão de que a Rússia necessitava de amigos. Juntamente com os seus esforços de organizar um grande exército e dar auto-suficiência econômica ao país, adotaram uma política de cooperação com as nações ocidentais. Em 1934 entraram para a Liga das Nações e em 1935 trocaram compromissos de aliança militar com a França. Evidencia-se, no entanto, que o verdadeiro motivo de tais gestos foi introduzir uma cunha entre a Alemanha, de um lado, e a Inglaterra e a França do outro. Seja como for, quando os líderes soviéticos começaram a desconfiar, em 1938-39, que a Inglaterra e a França estavam favorecendo a expansão de Hitler para leste, não hesitaram em firmar um pacto de não-agressão com o governo nazista.

A filosofia original do bolchevismo, hoje mais conhecido como comunismo, foi desenvolvida principalmente por Lenin, não como uma nova forma de pensamento mas como uma interpretação estrita do evangelho marxista. Sem embargo, desde o principio houve certos desvios dos ensinamentos do mestre. Enquanto Marx afirmava que uma fase capitalista devia preparar o caminho para o socialismo, Lenin negava que isso fosse necessário e insistia em que a Rússia podia saltar diretamente de uma economia feudal para uma economia socialista. Em segundo lugar, Lenin encarecia, muito mais que o fundador do movimento, o caráter revolucionário do socialismo. Marx acreditava, é certo, que na maioria dos casos a revolução seria necessária, mas inclinava-se mais a deplorar o fato do que a aplaudi-lo. Além disso, no seu discurso de 1872 em Amsterdã, havia declarado que "há certos países, como a Inglaterra e os Estados Unidos, em que os trabalhadores podem esperar alcançar os seus fins por meios pacíficos". Por último, o bolchevismo difere do marxismo na sua concepção do governo proletário. Nada indica que Marx tivesse jamais encarado a possibilidade de um estado totalitário de trabalhadores, tão arbitrário e opressivo nos seus métodos de governo quanto o facismo. É verdade que falou em "ditadura do proletariado", mas entendia por isso uma ditadura de toda a classe operária sobre os remanescentes da burguesia. Dentro das fileiras dessa classe prevaleceriam as formas democráticas. Lenin, no entanto, instituiu o ideal da ditadura de uma elite, de uma minoria selecionada, a exercer supremacia não apenas sobre a burguesia mas também sobre a massa dos próprios proletários. Na Rússia, essa elite é o partido comunista, cujos quadros têm variado de 1.500.000 a 6.000.000 de membros.

Desde a revolução boichevista a Rússia teve três constituições. A primeira foi a constituição da R.S.S.F.R. (República Socialista-Soviética Federativa Russa), adotada em 1918. Estabelecia ela uma forma de governo para todo o território então sob o domínio bolchevista — mormente a Grande-Rússia e a Sibéria ocidental. O governo era constituído à feição de uma pirâmide, ficando os soviets de operários e camponeses na base e, no vértice, um Conselho de Comissários do Povo. Nos anos subsequentes os simpatizantes do bolchevismo ganharam o controle dos governos da Ucrânia e da Rússia Branca, bem como do Azerbaijão, da Armênia russa e da Geórgia. Resultou daí a formação, em 1923, da U.R.S.S. (União de Repúblicas Socialistas-Soviéticas). A constituição da U.R.S.S., adotada no mesmo ano, limitava-se a estender a toda a união a forma de governo da R.S.S.F.R. Cada república tinha os seus soviets e o seu conselho de comissários próprio. No alto de toda a estrutura havia um Congresso Pan-Soviético, um Comitê Executivo Central eleito pelo Congresso, e um Conselho de Comissários da União, eleito pelo Comitê Central.

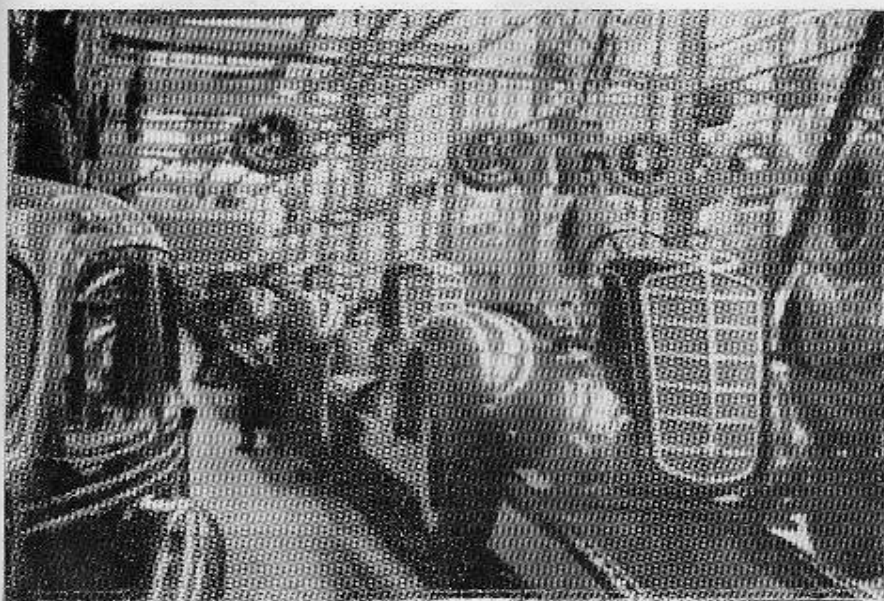
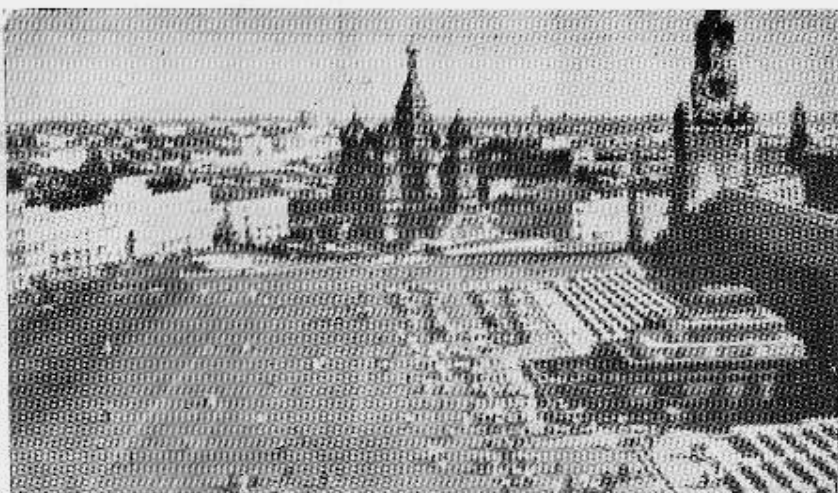
Em 1936 redigiu-se uma nova constituição, que no ano seguinte foi aprovada pelo voto popular, entrando em vigor a 1.º de janeiro de 1938. Sob muitos aspectos é ela bem diferente das que a precederam. Para começar, estabelece uma união de onze repúblicas ao invés das cinco (mais tarde sete) que existiam sob a constituição de 1923. Muito mais importante é o fato de ter a nova constituição abolido o sistema de eleição indireta e as limitações ao direito de voto anteriormente em vigor. A Rússia tem hoje o sufrágio universal para todos os cidadãos maiores de dezoito anos, os quais elegem não só os soviets locais mas também os membros de um parlamento nacional. Além disso, a votação é secreta. A estrutura do governo assemelha-se bastante à de outras repúblicas federais. O mais alto órgão do poder estatal é o Conselho Supremo da U.R.S.S., composto de duas câmaras: o Conselho da União e o Conselho das Nacionalidades. O primeiro tem 600 membros eleitos pelo povo por um período de quatro anos. O Conselho das Nacionalidades conta cerca de 400 membros, escolhidos pelos governos das diversas repúblicas, geralmente com a mesma duração de mandato. Ambas as câmaras têm poderes legislativos iguais. Para representá-lo entre as sessões, o Conselho Supremo escolhe um Comitê de trinta e sete membros, conhecido como o Presidium. Esse órgão tem também poderes para

promulgar decretos, declarar a guerra e anular os atos dos funcionários administrativos que sejam contrários à lei. O mais alto órgão executivo e administrativo é o Conselho de Ministros, igualmente eleito pelo Conselho Supremo. Cada ministro é chefe de um departamento, como o da Guerra, o dos Negócios Exteriores, o das Estradas de Ferro, o da Indústria Pesada, o da Indústria Leve e assim por diante. Finalmente, a constituição de 1936 encerra uma declaração de direitos. Os cidadãos têm garantido o direito ao emprego, ao descanso, à assistência na velhice ou em caso de invalidez, e até os privilégios tradicionais da liberdade de palavra, de imprensa, de reunião e de religião.

A constituição de 1936 foi saudada por muita gente, tanto dentro como fora da Rússia, como prova de que Stalin e os seus companheiros tinham-se orientado finalmente para a democracia liberal. No papel, as disposições referentes ao sufrágio universal, à eleição direta, ao voto secreto e à declaração de direitos pareciam incontestavelmente progressistas. Mas, na prática, nada indicava que tivesse havido uma mudança real nos velhos processos bolchevistas. Os cidadãos da Rússia não gozavam mais liberdade de palavra ou de imprensa do que haviam gozado antes. A razão fundamental de não oferecer a constituição mais que benefícios nominais é, evidentemente, o fato de que o verdadeiro poder na União Soviética permanecia nas mãos do partido comunista, o único partido cuja existência é admitida ali. Os órgãos do governo eram e ainda são pouco mais que os porta-vozes da vontade do partido. A organização deste compreende um Comitê Central de 125 membros, o qual escolhe um Presidium de 25 membros e 11 suplentes. O Presidium substitui o Politburo, principal órgão do partido antes de 1952, e não deve ser confundido com o Presidium do governo. Este é composto sobretudo de figuras de segundo plano. O do partido inclui os homens mais poderosos do país e determina as linhas básicas de política que o governo deve seguir. É também digno de nota que o próprio período em que estava sendo promulgada a constituição tenha testemunhado uma nova onda de prisões e execuções em massa de indigitados "trotskistas, espiões e sabotadores".

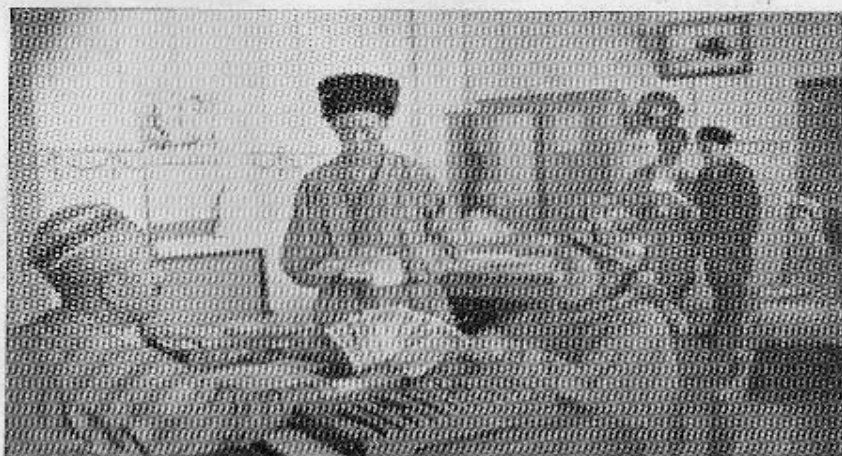
NA TERRA DOS
SOVIETES

Praça Vermelha de Moscou. Durante o dia inteiro, centenas de pessoas aguardam a sua vez de penetrar no mausoléu de mármore junto à muralha do Kremlin e contemplar os despojos de Lenin. (Sovfoto.)



Produção em linha de montagem. Fábrica de Automóveis Stalin, em Moscou. (Sovfoto.)

Distribuição preliminar de lucros no escritório de uma granja coletiva da República Soviética do Turcomenistão. Um ábaco faz as vezes de máquina de calcular. (Sovfoto.)

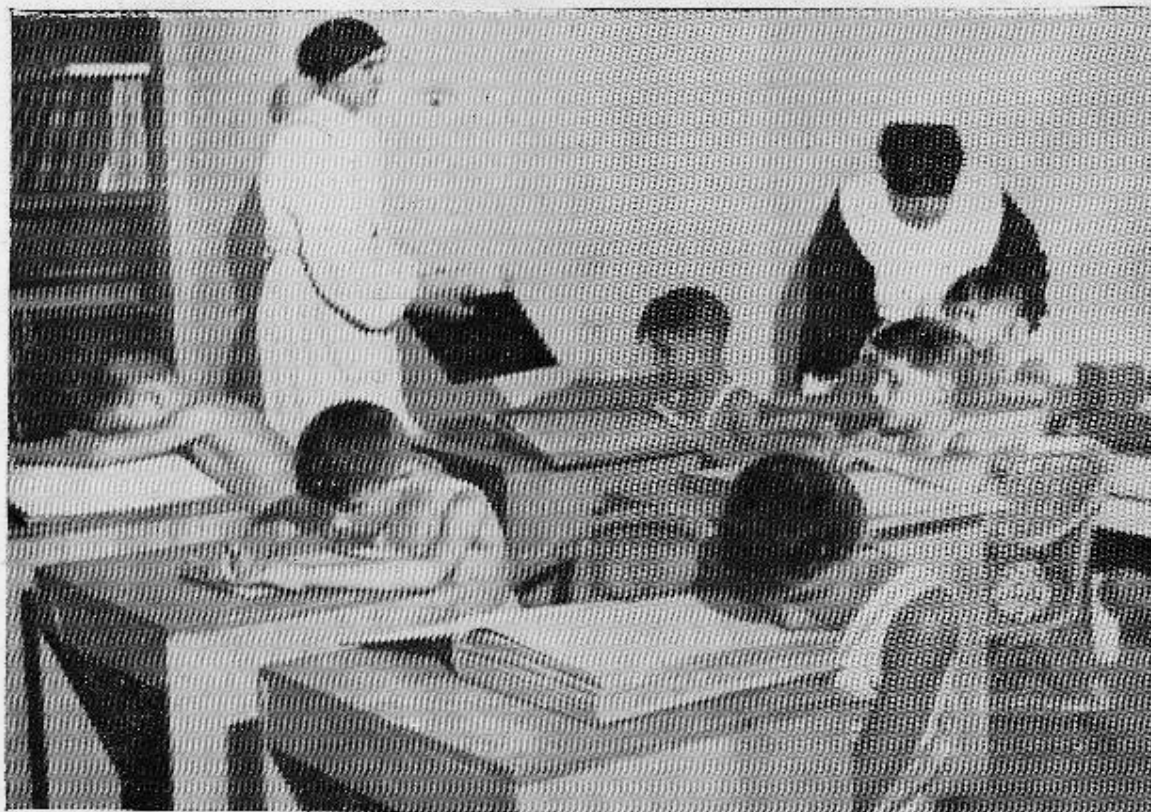




Depois da batalha. Destroços e cadáveres de japoneses alastram as areias de Tarawa após a tomada da "Gibraltar do Pacífico" pelos fuzileiros navais norte-americanos. (U. S. Marine Corps.)

A GUERRA E SUAS VÍTIMAS

Escola para crianças mutiladas, na Itália. O menino do primeiro plano, totalmente cego e com os dois antebraços amputados, aprende a ler com a língua. (Gertrude Samuels, New York Times Magazine.)



Talvez já se tenha dito o suficiente para mostrar que a revolução bolchevista não teve apenas um caráter político mas também produziu profundos resultados econômicos e sociais. Pelas alturas de 1939 a manufatura e o comércio privados tinham sido abolidos quase por completo. Fábricas, minas, estradas de ferro e serviços de utilidade pública eram de propriedade exclusiva do estado. Os armazéns ou eram empresas governamentais ou cooperativas de produtores e consumidores. A agricultura também tinha sido quase completamente socializada. As fazendas do estado cobriam quase 10% da terra e as fazendas coletivas, organizadas sobre bases cooperativas, ocupavam praticamente tudo que restava. Não menos revolucionárias foram as mudanças verificadas na esfera social. A religião tornou-se insignificante como fator na vida do povo. Na verdade, o cristianismo era ainda tolerado, mas as igrejas tinham sido reduzidas em número e negava-se-lhes permissão de desempenhar qualquer atividade beneficente ou educacional. Além disso, exigia-se dos membros do partido comunista que fossem ateus. O comunismo não só renuncia a toda crença no sobrenatural mas tenta cultivar uma nova ética. O objetivo primário é criar uma moral positiva, baseada no dever para com a sociedade, em lugar da velha moral negativa fundamentada na idéia do pecado pessoal. As virtudes cardeais dessa moral positiva são o devotamento ao trabalho, o respeito pela propriedade pública, a disposição ao sacrifício pessoal no interesse da sociedade e a lealdade indefectível à pátria soviética e ao ideal socialista. O abismo que separa a moral comunista da moral dos países burgueses é exemplificado pela consagração de um monumento, em Moscou, no ano de 1939, a um menino de doze anos que denunciou o próprio pai à polícia secreta por ter homiziado alguns inimigos de Stalin.

Como quer que se encare a filosofia comunista, é difícil negar que o regime soviético tem algumas realizações notáveis a seu crédito. Entre as principais podem ser mencionadas as seguintes: 1) a redução da analfabetismo de uma proporção de 50%, no mínimo, para menos de 20%; 2) uma acentuada melhora dos métodos agrícolas e um rendimento superior do solo; 3) expansão considerável da industrialização, sobretudo quando comparada com os níveis a que havia descido a economia nacional ao terminar a guerra civil; 4) a introdução de uma economia planificada, a qual pelo menos funciona com bastante êxito para impedir a superprodução; 5) o oferecimento de oportunidades

educacionais e culturais a grande número de pessoas do povo; e 6) a criação de um sistema oficial de assistência às mães que trabalham e aos seus filhinhos, bem como de assistência médica e hospitalização gratuita para a maioria dos cidadãos.

Por outro lado, não se pode esconder que tais progressos foram comprados a preço muito alto. O programa de socialização e industrialização foi levado avante com tal ímpeto que o interesse individual dos cidadãos ficou quase esquecido. Por exemplo, a excessiva proeminência dada pelos Planos Quinquenais à indústria pesada e à fabricação de armamentos redundou numa escassez de bens ao consumidor e, conseqüentemente, numa alta fantástica de preços. Mesmo com as reduções feitas em 1953, um traje masculino de boa qualidade ainda custava 2.600 rublos. Para ganhar essa quantia, um trabalhador mediano devia labutar 900 horas, ou seja aproximadamente 18 semanas. Um par de sapatos custa de 180 a 350 rublos, o que é também um preço assustador em confronto com o salário mensal médio de 600 rublos. Não se deve esquecer tampouco que o regime bolchevista impôs à Rússia uma tirania tão extrema quanto a do czar. Na verdade, o número de suas vítimas condenadas à escravidão dos campos de trabalho excede provavelmente o número daqueles que os czares enviavam ao exílio na Sibéria. E é significativo que quase todos os bolcheviques da velha guarda (com exceção do próprio Stalin) que tomaram parte na revolução de novembro de 1917 tenham sido mais tarde fuzilados ou desterrados.

4. AS DEMOCRACIAS ENTRE DUAS GUERRAS

Em 1939, somente três das grandes potências — a Inglaterra, a França e os Estados Unidos — continuavam na lista dos países democráticos. Entre os estados menores, a democracia sobrevivia na Suíça, na Holanda, na Bélgica, na Finlândia, nas monarquias escandinavas, em algumas repúblicas latino-americanas e nos domínios autônomos da Comunidade Britânica. Quase todo o resto do mundo sucumbira ao despotismo sob uma forma ou outra. A Itália, a Alemanha e a Espanha eram fascistas; a Rússia, comunista; a Hungria, dominada por uma oligarquia de latifundiários; enquanto a Polônia, a Turquia, a China e o Japão eram, em essência, ditaduras militares. De um modo geral, esse seccionamento correspondia a uma divisão entre nações favorecidas e

nações desfavorecidas - as primeiras incluindo as democracias e as segundas, as ditaduras. A Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos eram países fartos, ricos de império territorial e de recursos minerais. A Itália, a Alemanha e o Japão eram nações famintas às quais faltavam tanto os mercados como as matérias-primas para que os seus parques industriais pudessem funcionar com êxito. Tal estado de coisas não se fundava em condições naturais. Não fossem as tarifas e outras restrições à importação, os mercados da Índia seriam tão acessíveis à Alemanha e ao Japão quanto o eram à Inglaterra e a Itália poderia, não menos que a França, dispor das matérias-primas da África do Norte. Dadas, porém, as barreiras tarifárias, tornava-se impossível à Alemanha comprar o minério de ferro da Lorena, uma vez que a França fechava as portas às suas exportações e, sem a venda de produtos exportados, ela não conseguia dinheiro para importar. A solução encontrada pela Alemanha foi entrar em acordo com certos países, como a Suécia e a Espanha, para a realização de permutas. Em troca da compra de quantidades especificadas de produtos manufaturados alemães, adquiria ela nesses países um valor equivalente em minério de ferro. Tais arranjos eram complicados e raras vezes davam resultados satisfatórios. Ao mesmo tempo, devemos lembrar que os próprios países democráticos nem sempre gozavam dias serenos de segurança e fartura. Muitos deles vinham sendo assolados quase ininterruptamente, desde a Primeira Guerra Mundial, pelas dívidas, pelo desemprego e pela estagnação dos negócios.

Seria impossível descrever a história de todas as democracias entre as duas guerras, ou sequer analisar por miúdo os desenvolvimentos internos ocorridos em qualquer delas. Em conjunto, podemos estabelecer três períodos: 1) uma fase de depressão aguda, de 1918 a 1923; 2) uma fase de relativa prosperidade, de 1923 a 1929; e 3) uma fase de depressão crônica, de 1929 em diante. Durante as duas primeiras foram envidados esforços para continuar a orientação política de antes de 1914, se bem que se tornassem necessários, como era natural, alguns ajustamentos. Mas o período de depressão crônica testemunhou alterações de índole muito mais extrema. Por quase toda parte notava-se um pendor para a produção planificada, com uma intervenção governamental cada vez maior na economia e uma tendência a consolidar o poder do Estado.

A mais velha e mais poderosa das democracias européias encontrou-

se em posição crítica ao terminar a Primeira Guerra Mundial: o comércio exterior da Inglaterra fora em grande parte destruído. O país estava profundamente endividado com os Estados Unidos e não podia arrecadar o dinheiro que emprestara aos seus aliados europeus. Além disso, a procura de produtos manufaturados ingleses declinara abruptamente devido ao fato de se haverem instalado, durante a guerra, tecelagens de algodão no Japão e na Índia e de estarem os australianos tecendo eles mesmos a sua lã. Ao apropriar-se da frota mercante alemã a Inglaterra não fizera senão prejudicar-se, pois os estaleiros de Clyde ficaram então às moscas. Houve também uma queda na procura do carvão inglês depois que os franceses começaram a extrair milhões de toneladas desse mineral das minas alemãs. Em consequência de fatores tais, a Inglaterra não tardou a verificar que um milhão de seus operários estavam impossibilitados de encontrar emprego e tinham de ser sustentados pelo governo. Em 1921, esse número tinha-se elevado a dois milhões.

O gabinete de coalização formado durante a guerra sob a chefia de David Lloyd George pouco fez para remediar os males econômicos da Inglaterra, salvo instituir um auxílio aos desempregados e impor tarifas limitadas sobre os produtos de algumas indústrias básicas. Em 1922 os conservadores forçaram Lloyd George a resignar e organizaram um novo gabinete com Stanley Baldwin à frente. Nas eleições de 1923 os conservadores perderam a maioria para o Partido Trabalhista, cujo líder, Ramsay MacDonald, apresentara-se às urnas com uma plataforma em que propunha a nacionalização das minas e das estradas de ferro, subsídios oficiais para a construção de moradias e um imposto sobre as fortunas que excedessem o equivalente de 25.000 dólares. A gestão de MacDonald como primeiro-ministro durou apenas dez meses. Pouco pôde realizar, além da promulgação de uma lei que estabelecia o auxílio oficial à construção de milhares de casas que seriam alugadas pelo equivalente de 2,25 dólares semanais. Em outubro de 1924 foi derrotado na Câmara dos Comuns, sob a acusação de simpatizar com o comunismo. A eleição que se seguiu deu uma maioria de mais de duzentas cadeiras aos conservadores, embora, na realidade, estes houvessem obtido uma minoria do voto popular.

Apoiados por tão esmagadora maioria da Câmara dos Comuns, os conservadores lograram manter-se no poder até 1929. Baldwin foi

novamente primeiro-ministro, à frente de um gabinete composto de industrialistas sem imaginação, de aristocratas de monóculo e de calejados políticos da velha escola. Esse período de supremacia tory foi de relativa prosperidade. Os negócios reanimaram-se, houve uma modesta melhora na situação das indústrias leves e o desemprego caiu cerca de 50%. Mas a mineração de carvão, a construção naval e a construção imobiliária continuavam ainda estagnadas. Em maio de 1925 os mineiros entraram em greve e os operários da maior parte das indústrias pesadas e dos transportes abandonaram também o trabalho, numa demonstração de simpatia. Foi essa a famosa "greve geral", que tanto atemorizou as classes capitalistas. Durou nove dias e terminou em enorme fracasso. Não só os trabalhadores não lucraram nada com ela, mas também o governo incitou o povo contra os grevistas pela rede de radiodifusão, de propriedade pública, e em 1927 promulgou uma rancorosa Lei das Uniões e Litígios Trabalhistas. Essa lei proibia as greves gerais, os piquetes de grevistas e praticamente vedava a arrecadação de fundos pelos sindicatos de trabalhadores para serem aplicados em objetivos políticos. Em outros assuntos, o governo trabalhista pôde apresentar resultados mais construtivos. Ampliou os dispositivos referentes às pensões de viúvas e órfãos, às aposentadorias, e concedeu o voto a todas as mulheres que não tivessem obtido esse privilégio pelo "Reform Act" de 1918.

Nas eleições de 1929 os conservadores foram derrotados e, pela segunda vez, Ramsay MacDonald tornou-se primeiro-ministro da Inglaterra. Como em 1924, dependia ele, para obter maioria na Câmara dos Comuns, de um remanescente de liberais que ainda conseguiam fazer-se eleger. Foi, por isso, novamente incapaz de realizar grande coisa. É verdade que logrou abolir os subsídios para o treinamento militar nas escolas e restaurar os direitos civis dos "pacifistas conscientes", mas foi incapaz de promover a causa do socialismo e mesmo de revogar a legislação antitrabalhista do regime Baldwin. O Partido Trabalhista conseguiu permanecer no poder até o verão de 1931. Já então a Inglaterra ia-se afundando no charco da grande depressão. Em agosto o número de desempregados elevou-se a 2.700.000. As reservas-ouro decresciam rapidamente, ao mesmo tempo que se previa para o fim do ano fiscal um déficit orçamentário de 200 milhões de dólares. A braços com tal crise, MacDonald e alguns de seus colegas resolveram reduzir o

auxílio aos desempregados, bem como todos os salários e pensões, na esperança de salvar o crédito nacional. Incapaz, porém, de obter o apoio de uma maioria dentro do seu próprio gabinete, o primeiro-ministro resignou a 25 de agosto de 1931. No dia seguinte formou o chamado Governo Nacional, composto de representantes dos três partidos, mas com uma maioria de conservadores.

O Governo Nacional assim organizado continuou no poder através das piores fases da depressão e por fim conseguiu pôr a Inglaterra novamente em pé. De 1931 a 1935 foi chefiado por MacDonald e durante os dois anos subsequentes, por Baldwin. A política adotada por esses homens foi relativamente conservadora, mas mesmo assim representava um desvio considerável dos caminhos usuais. Em setembro de 1931 foram suspensos os pagamentos em ouro, em consequência da retirada de depósitos estrangeiros do Banco da Inglaterra numa proporção de milhões de libras por dia. Agindo assim, a Inglaterra abandonava o padrão-ouro e a maioria das outras nações do mundo apressaram-se a seguir o seu exemplo. No começo de 1932 MacDonald inaugurou um sistema de protecionismo, instituindo tarifas que, em certos casos, se elevavam a 100%. A partir de 1933 envidaram-se esforços para fazer reviver a prosperidade da agricultura inglesa. Foi aprovada uma série de Leis de Mercado (Marketing Acts) que se propunham melhorar os níveis de preço dos produtos agrícolas. Essas leis autorizavam dois terços dos produtores de qualquer mercadoria a planejar a quantidade e o preço do seu produto. Tal plano seria então aprovado pelo Parlamento e teria força de lei. Em acréscimo a esses vários expedientes o Governo Nacional ampliou os subsídios à construção naval e imobiliária, diminuiu as taxas de juros sobre os empréstimos públicos e particulares e aumentou os impostos sobre a renda, reduzindo ao mesmo tempo as isenções. No ano fiscal de 1935-36 conseguiu-se restabelecer o equilíbrio orçamentário. Com exceção das Leis de Mercado, da adoção de tarifas protetoras e do abandono do padrão-ouro, a maior parte das medidas tomadas pelo gabinete estavam inteiramente de acordo com a economia ortodoxa. Nenhuma tentativa foi feita para elevar os preços mediante a inflação da moeda ou para estimular a prosperidade por meio de gastos deficitários. Não se tratou tampouco de manter quem quer que fosse no seu emprego a expensas do governo. Visava-se antes criar uma atmosfera de estabilidade e de confiança que estimulasse o fluxo de

investimentos particulares para canais produtivos. Talvez se possa encontrar uma medida justa do êxito dessa política no fato de ter o desemprego sofrido uma redução de 2.400.000, em 1933, para 1.130.000 em julho de 1937.

Durante a maior parte do período que se estende de 1918 a 1939, tanto a política interna como a externa da França foram ditadas alternativamente por dois grupos muito poderosos. O primeiro era formado de capitalistas das finanças, de banqueiros e de membros do Comité des Forges, como era chamada a associação dos dirigentes das indústrias francesas do ferro e do aço. Esses homens acreditavam num governo forte e eram inimigos de todas as formas de radicalismo econômico. Sua maior ambição depois da guerra foi unir o carvão e o coque do Sarre e do Ruhr ao ferro da Lorena, pois sem os primeiros este último é de limitado valor. Também defendiam vigorosamente as alianças com a Polônia e as nações da Pequena Entente, talvez porque a maior parte delas fossem possíveis clientes para empréstimos de dinheiro francês e contratos de compra de munições fabricadas na França. O outro grupo era composto de pequenos industriais, pequenos comerciantes e membros da classe dos rentiers, os quais viviam da renda de pequenos investimentos de capital. Esse grupo almejava apaixonadamente a segurança. Não queria que a nação se expandisse, nem mesmo estavam interessados em enriquecer, mas o que desejavam acima de tudo era conservar aquilo que possuíam. Tinham antipatia aos altos negócios e consideravam o financeiro especulador como um inimigo não menor do que o próprio comunista.

De 1918 a 1924 o primeiro desses grupos ocupou o poder, durante algum tempo sob a chefia do presidente Poincaré e do primeiro-ministro Clemenceau. Esses homens e os seus partidários defendiam a paz punitiva e esperavam fazer a Alemanha pagar todos os custos da guerra. Como já vimos, foi Poincaré quem em 1923 enviou tropas ao vale do Ruhr. Há fortes suspeitas de que o seu objetivo não era unicamente punir a Alemanha pelo alegado inadimplemento das reparações, mas anexar a região à França. Mas, qualquer que tenha sido o seu propósito, o projeto fracassou e Poincaré teve de renunciar ao cargo. Sucedeu-lhe em 1924 Edouard Herriot, líder dos radical-socialistas, os quais representavam melhor do que qualquer outro partido os interesses dos pequenos negócios e da classe dos rentiers. Foi breve, porém, a passagem de

Herriot e dos seus colegas moderados pelo poder. Os conservadores tinham enfraquecido o crédito do governo contraindo onerosos empréstimos para pagar as despesas da guerra e da restauração das áreas invadidas. Esperava-se que o ônus pudesse ser transferido para a Alemanha, e quando isso provou ser um sonho insensato o franco começou a cair. Como Herriot não tivesse nenhum plano aceitável aos ricos para salvar a moeda, foi derrubado. Em 1926 Poincaré voltou ao poder como primeiro-ministro e restaurou o crédito governamental mediante um implacável regime de economias. Com isso, o franco subiu até aproximadamente um quinto do seu valor normal, e nesse nível foi estabilizado em 1928.

A Grande Depressão só veio a afetar seriamente a França depois que a maioria dos demais países estavam prontos para ser vendidos em leilão. A razão desse fato estava na equilibrada vida econômica da nação francesa. A população dividia-se quase igualmente entre as atividades urbanas e rurais. Os negócios faziam-se sobretudo por pequenas empresas e milhões de pessoas eram independentes de qualquer patrão. Sem embargo, a França não podia resistir indefinidamente ao choque. Quando ele por fim chegou, em 1932, seguiu-se um período de caos político. Os gabinetes sucediam-se uns aos outros com assustadora rapidez e comunistas e fascistas faziam motins nas ruas. Finalmente, em 1936, uma coligação chamada Frente Popular conseguiu ganhar uma eleição nacional. Era composta dos três partidos da esquerda — radical-socialistas, socialistas e comunistas. Seu chefe, na ocasião, era Léon Blum, um intelectual de renome pertencente ao partido socialista.

O governo da Frente Popular é famoso sobretudo pelas suas reformas econômicas, e também pela nova orientação que deu à política exterior. Nacionalizou a indústria de munições e reorganizou o Banco Francês de modo a privar os duzentos maiores acionistas do monopólio sobre o crédito. Instituiu a semana de quarenta horas, com férias anuais obrigatórias para todos os trabalhadores urbanos. Cancelou as reduções dos vencimentos pagos pelo governo, iniciou um programa de obras públicas, reorganizou a indústria hulheira e desvalorizou o franco em cerca de 30%. A fim de beneficiar os lavradores, criou um Departamento do Trigo para fixar o preço e regular a distribuição desse cereal. Na esfera da política estrangeira consolidou uma firme aliança com a Inglaterra e em todas as questões europeias submeteu-se à liderança britânica. Todas

essas realizações se deveram a Léon Blum, que ocupou a chefia do gabinete de junho de 1936 a junho de 1937. Até março de 1938 a sua política foi continuada, com ligeiras modificações, por Camille Chautemps. Pouco depois caiu o regime da Frente Popular, com a ascensão de Edouard Daladier. Conquanto fosse um radical-socialista, Daladier mostrou pouco interesse pela reforma econômica. Alegando a necessidade de mais trabalho para apressar as preparações da defesa nacional, revogou a semana de quarenta horas. Mais tarde, como se agravasse a crise internacional, obteve o consentimento do legislativo para governar o país mediante decretos de emergência.

De todas as democracias, nenhuma teve uma história tão variada e descomedida entre as duas guerras quanto os Estados Unidos. Nenhuma delas alcançou píncaros econômicos tão vertiginosos e poucas mergulharam em abismos tão profundos. Ao findar a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos eram a nação mais rica e poderosa do mundo. Enquanto os países da Europa se digladiavam nos campos de batalha, a grande república americana se apossava dos seus mercados, penetrava-lhes nos campos de investimento e expandia enormemente a sua própria indústria e agricultura. Devendo, antes da guerra, cerca de três bilhões de dólares aos países europeus, era agora credora dos mesmos numa importância aproximada de onze bilhões. Tudo isso contribuía para uma época áurea de poder e prosperidade nos Estados Unidos. É verdade que foi interrompida por forte depressão em 1920-21, mas esse pequeno contratempo não tardou a passar e a marcha para a frente prosseguiu. De 1922 a 1929 os Estados Unidos gozaram sete anos dos mais fartos que já se registraram na história de qualquer nação. O padrão de vida do seu povo era o mais alto do mundo. Em 1930, de cada cinco habitantes um possuía automóvel. Havia mais de 13.000.000 de rádios nos lares americanos, e mais telefones do que em todo o resto do mundo tomado em conjunto. Felizmente, nem toda a nova riqueza era gasta em comodidades e luxo. Em 1929 a venda de livros elevara-se ao dobro do que fora em 1919, embora a população tivesse aumentado apenas 16%. As verbas aplicadas na educação pública subiram de aproximadamente 500 milhões de dólares nas vésperas da Primeira Guerra Mundial para mais de 2.300 milhões em 1930.

Não obstante, a prosperidade dos Estados Unidos no após-guerra tinha boa parte dos seus alicerces na areia. A princípio essa pros-

peridade foi artificialmente estimulada pelos altos preços da fase da guerra. Os fazendeiros do Centro-Oeste, atolaram-se em dívidas comprando terras nas regiões áridas do Nebraska e Oklahoma ocidentais e do Colorado oriental, na crença de que o trigo continuaria para sempre a ser vendido a mais de dois dólares o alqueire. Quando o preço, em 1923, caiu a 93 centavos, viram-se agrilhoados pelas suas hipotecas. Não foram os lavradores, naturalmente, os únicos tentados à superexpansão pelos preços fantásticos; abriram-se muito mais minas de carvão e fábricas do que era necessário para atender à procura normal. Uma segunda fraqueza da prosperidade norte-americana residia na desigualdade da distribuição. Os lucros dos milionários cresceram numa proporção muito maior do que os rendimentos das massas. Ao passo que o valor dos produtos manufaturados subia de cerca de dez bilhões de dólares entre 1923 e 1929, o aumento de salários não foi além de 600 milhões. O terceiro fundamento instável da prosperidade norte-americana eram os empréstimos estrangeiros. Devido aos lucros de guerra, muitos cidadãos do país tinham em 1919 um excesso de capitais a empregar. A maior parte dele foi aplicado na expansão da indústria nacional, mas uma proporção considerável seguiu para o exterior. Em 1929 os empréstimos particulares norte-americanos nos países estrangeiros montavam a cerca de 16 bilhões de dólares. Uma boa parte desse dinheiro não era invertida na produção, mas utilizada na compra de mercadorias norte-americanas. Quando, em virtude das condições incertas da política européia, se exigiu o pagamento dos empréstimos, esse mercado estancou-se.

Em 1929 rebentou a grande bolha de sabão. Pelos meados de setembro os especuladores da Bolsa de Nova York começaram a vender os seus títulos. O mercado parou de subir, por algum tempo flutuou inquieto e por fim, a 24 de outubro, esboroou-se num desenfreado tumulto de vendas. Alguns líderes das finanças e da política tentaram infundir confiança no público, mas todos aqueles que conheciam um pouco a história financeira do país compreenderam que o fim tinha chegado. As causas da catástrofe desafiam ainda uma explicação perfeitamente satisfatória, mas as subjacentes parecem relacionar-se intimamente com o ímpeto dado à especulação e à superexpansão pela Primeira Guerra Mundial. Um segundo fator, talvez de não menor importância, foi a recusa da maioria dos capitalistas a ceder aos

consumidores sob a forma de preços mais baixos, ou aos trabalhadores sob a forma de salários mais altos, uma percentagem suficiente dos lucros da produção em massa. Uma terceira causa foi a desastrosa política tarifária do governo norte-americano, a qual provocava retaliações por parte das alfândegas estrangeiras, chegando quase a destruir o comércio internacional. Ainda em 1930 o presidente Hoover, contrariando o parecer de mais de mil economistas, assinou a Lei Hawley-Smoot que levantava aos mais altos níveis conhecidos na história da nação os direitos de importação sobre muitos artigos. O efeito desse ato foi, indubitavelmente, agravar a crise. A maioria das outras medidas tomadas pela administração Hoover para sustar o declínio econômico foram mais louváveis. Incentivou a abertura de verbas vultosas para obras públicas. Decretou uma moratória sobre as dívidas intergovernamentais e os pagamentos de reparações, de 1.º de julho de 1931 a 30 de junho de 1932. Criou uma Corporação Financeira de Reconstrução com autoridade para emprestar dinheiro aos bancos e às estradas de ferro, e também por fim aos estados, para assistência pública. Nenhum desses expedientes, contudo, pareceu dar muito bons resultados, e em novembro de 1932 Hoover, concorrendo à reeleição, foi derrotado pelo candidato democrata, Franklin D. Roosevelt.

O governo Roosevelt passou a introduzir alterações tão radicais na vida econômica norte-americana que, para alguns, elas constituíam pouco menos de uma revolução. O chefe de estado procurava não somente livrar a nação do pânico mas também adotar uma nova política econômica, um "New Deal" que traria uma vida mais farta a massa dos homens esquecidos". Seus primeiros objetivos, no entanto, eram menos a reforma do que a assistência e a recuperação. Com o sistema bancário em estado de colapso, com pelo menos quinze milhões de trabalhadores sem emprego e com o preço do trigo no nível mais baixo a que havia chegado desde os tempos da rainha Elisabet I, não parecia haver alternativa senão escorar o que ainda restava da estrutura econômica, na esperança de que o céu viesse a clarear num futuro não muito distante. Os esforços iniciais nesse sentido tomaram a forma de medidas financeiras. Os bancos foram fechados em todo o país por um período de dez dias e proibiu-se a exportação de ouro e prata. A seguir foi proibida a acumulação de ouro ou de depósitos desse metal no Tesouro, e pouco depois a nação abandonava oficialmente o padrão-ouro. Convencido da necessidade de uma alta de preços para salvar da ruína os produtores de mercadorias básicas,

Roosevelt obteve autorização do Congresso para inflacionar o meio circulante emitindo três bilhões de dólares em papel-moeda. Como essa medida não tivesse o efeito desejado, reduziu o teor de ouro do dólar a 59 centavos. Também foram adotadas medidas para eliminar os abusos financeiros. A fim de impedir as epidemias periódicas de falências bancárias, o Congresso criou a "Federal Deposit Insurance Corporation", a qual passaria a segurar os depósitos bancários até a quantia de 5.000 dólares. Foram impostas várias restrições ao uso do crédito bancário para fins de especulação; os bancos comerciais tiveram ordem de se desfazerem dos bancos de títulos a eles filiados e instituiu-se uma Comissão de Câmbio e Valores para regular as trocas de mercadorias e ações, eliminar os "pools", as vendas fictícias de títulos e outras estratégias destinados a influenciar os mercados, bem assim como para fiscalizar a emissão de novos títulos.

Um problema não menos urgente era o de dar trabalho aos milhões de desempregados. Destinaram-se verbas de bilhões de dólares para a demolição de "favelas", o combate à erosão do solo, o reflorestamento, a eletrificação rural, instituições educativas e profissionais e a construção de estradas de rodagem, escolas, usinas geradoras de energia e hospitais. Os fundos para a execução de muitos desses projetos foram estabelecidos pelo "National Industrial Recovery Act" (lei de recuperação industrial) de 1933. Essa lei visava desconcentrar o trabalho reduzindo as horas de atividade em cada indústria, mas também se propunha estimular os negócios, criando assim novos empregos. Instituiu a "National Recovery Administration" (NRA) a fim de ajudar os produtores industriais a organizar códigos reguladores da produção, das horas de trabalho e dos salários em cada uma das várias indústrias. Seu objetivo principal era impedir a concorrência excessiva e a superprodução, capacitando destarte os homens de negócios a perceber um lucro razoável e a pagar salários elevados. As premissas principais em que se baseava eram as de que a economia norte-americana havia alcançado uma fase de maturidade, de que o problema da produção fora resolvido e de que a preocupação dominante para o futuro deveria ser uma distribuição mais equitativa do poder aquisitivo entre a grande massa dos cidadãos. O advento da NRA foi saudado com grande entusiasmo. Efégies da "Depressão" foram queimadas em público e calcula-se que, no espaço de um ano, mais de quatro milhões de desempregados voltaram ao trabalho. Mas em 1935 o Supremo

Tribunal, por voto unânime, declarou inconstitucional o "National Industrial Recovery Act". O fundamento técnico era a delegação do poder legislativo a órgãos administrativos, mas é de supor que os deploráveis efeitos da lei no sentido de fortalecer o monopólio (uma vez que ela suspendia as leis contra os trustes) contribuíram bastante para determinar essa decisão do Tribunal.

A assistência ao agricultor também era considerada uma necessidade capital pelo governo Roosevelt. Conforme já acentuamos, a inflação da moeda devia ser um dos meios de alcançar esse objetivo. Mas o presidente também acreditava que a agricultura se ressentia, em grau ainda maior que a indústria, da superprodução. Consequentemente, na primavera de 1933 induziu o Congresso a aprovar o "Agricultural Adjustment Act" (AAA), cujo dispositivo mais importante consistia em autorizar a Secretaria da Agricultura a entrar em ajustes com os fazendeiros para que, em troca de subsídios do governo, eles consentissem em reduzir as áreas cultivadas dos produtos de primeira necessidade. A área de alguns desses produtos chegou a ser reduzida de perto de um terço. Os preços subiram em proporção ainda maior, uma vez que a receita destinada aos subsídios provinha de um imposto sobre o beneficiamento, imposto esse que os beneficiadores transferiam ao consumidor. A lei também estatuiu que milhões de acres de terras marginais fossem retirados ao cultivo e os seus cultivadores reinstalados alhures, em solo mais fértil. Como no caso da indústria, o governo Roosevelt não admitia que houvesse quaisquer perspectivas para a expansão da produção agrícola. Tomava-se como axioma que os mercados estrangeiros eram, de um modo geral, relíquias do passado e que a agricultura norte-americana teria doravante de ser conduzida sobre uma base de auto-suficiência. Apenas no Departamento de Estado, onde Cordell Hull se esforçava por criar laços econômicos mais íntimos entre as nações mediante acordos comerciais recíprocos, fazia-se notar um certo otimismo quanto à possibilidade de expandir o comércio internacional. Em 1936, os mesmos juízes federais que haviam posto abaixo a Lei de Recuperação Industrial declararam inconstitucional o AAA. Dessa vez, porém, registraram-se três votos em contrário. Talvez por essa razão o governo não se deixou abater pela derrota, conseguindo fazer aprovar uma nova lei que colimava, por métodos diferentes, os mesmos resultados que a primeira.

Certos autores têm aventado a teoria de que houve, na realidade, dois "New Deals": o primeiro estendendo-se de 1933 a 1935 e preocupado acima de tudo com a assistência e a recuperação; e o segundo de 1935 a 1939, consagrado principalmente à reforma. Conquanto não seja possível traçar uma linha nítida de demarcação, há certa dose de verdade nessa teoria. Pelas alturas de 1935 a recuperação ia bastante adiantada, embora estivesse longe de ser completa, e a assistência fora proporcionada em tão generosa escala que nenhuma família americana tinha motivos para recear a miséria. Além disso, haviam surgido bastantes obstáculos no seio do próprio governo, tornando mais urgente a necessidade de reforma. Uma das primeiras medidas destinadas a efetuar alterações radicais foi a Lei Wagner, que garantia o direito às negociações coletivas na indústria e autorizava a maioria dos trabalhadores de cada fábrica a escolher o sindicato que realizaria as negociações em nome de todos os trabalhadores. A segunda foi a Lei Wheeler-Rayburn, que instituía a regulamentação federal da produção e transmissão de energia elétrica no comércio interestadual e lançava uma "sentença de morte" sobre todos os "holdings" não integrados que explorassem uma indústria de utilidade pública. Uma terceira foi a Lei de Segurança Social, que estabelecia o seguro contra o desemprego, as pensões de velhice, o auxílio financeiro às mães e crianças desvalidas e às crianças aleijadas. Uma quarta foi o "Fair Labor Standards Act" (lei de normas equitativas do trabalho), que abolia o trabalho de crianças, fixava um salário horário mínimo e preparava a adoção da semana máxima de quarenta horas em 1940. Ainda outra medida reformadora foi desenvolvida durante o primeiro e o segundo "New Deals". Foi ela a aplicação do princípio de produção de força pelas autoridades públicas a fim de obter um padrão de custos pelo qual pudessem ser aferidos os gastos das companhias particulares. O projeto inicial que visava essa finalidade foi a Tennessee Valley Authority (TVA), criada em 1933. Entre outros do mesmo gênero contam-se o da represa de Grand Coulee, no estado de Washington, e o da represa de Bonneville, no baixo rio Colômbia.

Poucos historiadores poderão negar que o "New Deal" tenha sido um dos acontecimentos mais importantes na história das nações modernas. Como os seus resultados contribuíram mais para preservar do que para destruir o capitalismo, dificilmente se poderá chamá-lo uma revolução. Não obstante, ele fez mais em prol do lavrador e do trabalhador

assalariado do que, provavelmente, qualquer das chamadas revoluções da história norte-americana. Os rendimentos dessas classes aumentaram perto de 100% após a fase mais negra da depressão e, o que é talvez mais importante, elas haviam conquistado um grau de segurança econômica que jamais conheceram antes. Por outro lado, alguns problemas cruciais continuavam sem solução. O mais sério deles era o desemprego. Em 1939, após seis anos de "New Deal", os Estados Unidos ainda tinham mais de 9.000.000 de trabalhadores sem colocação — cifra essa que excedia o número total de desempregados do resto do mundo. Por quê? Eis uma pergunta quase impossível de responder. Talvez porque os governos da maioria das outras nações industrializadas se interessaram mais pela recuperação do que pela reforma econômica. Provavelmente, também, porque os Estados Unidos tinham experimentado, na década de 1920, uma expansão muito maior do que a Inglaterra, a França ou a Alemanha, sendo por isso mais difícil para os norte-americanos do que para os outros o retorno ao nível de 1929.

Capítulo 29

À volta à anarquia internacional

Nem a vitória dos Aliados em 1918 nem a prosperidade febril da década de 1920 trouxeram paz e liberdade ao mundo aflito. Talvez, em última análise, ambas tenham sido obstáculos à consecução de tão desejáveis resultados. Os Aliados não atentaram nas lições da terrível provação de que haviam surgido vitoriosos. Sucumbindo às tentações do poder e da cobiça, deitaram a perder a sua vitória. A prosperidade da década de 1920 assentava sobre alicerces tão inconsistentes e estava tão mal distribuída que carregava no próprio bojo os germes da catástrofe econômica. Em 1939 a civilização ocidental estava pronta para ser submetida a outra grande prova da sua capacidade de sobreviver ao desastre.

1. O FRACASSO DA PAZ WILSONIANA

Após um intervalo tragicamente breve de menos de duas décadas, a paz concluída em 1919-20 jazia esboroada em ruínas. No final das contas não passara de um armistício e, mais uma vez, o mundo marchava rapidamente para a guerra. As causas dessa falência da paz são hoje suficientemente claras. Para começar, certas cláusulas dos tratados eram por demais severas ou, pelo menos, imprudentes ao extremo. Os seus autores menosprezaram os Quatorze Pontos e as outras promessas que tinham levado os alemães a crer que a paz seria fundada numa justiça e numa liberalidade sem precedentes. O cálculo das reparações violava de maneira flagrante o acordo pré-armistício de 5 de novembro de 1918, no qual se declarava expressamente que a Alemanha só deveria pagar indenizações "pelos danos causados às populações civis dos Aliados e aos seus bens". O Artigo 231 do Tratado de Versalhes, que considerava a Alemanha e as outras Potências Centrais como únicas culpadas da guerra, era historicamente inexato e psicologicamente desastroso. Forçados a admitir a sua culpa, tornou-se para os alemães um ponto de honra insurgir-se contra a acusação e procurar vingar-se dos que a faziam. Não menos grave foi o erro em que incorreram os estadistas da Conferência de Paris ao tratar Alemanha e Rússia como nações fora da lei. Já teria sido bastante mau converter uma delas em pária, mas relegar

ambas a essa categoria era simplesmente cortejar o desastre. A desgraça sempre procura companheiros, entre nações não menos que entre indivíduos. Por conseguinte, os dois países começaram a solicitar a amizade um do outro já em 1922, com a assinatura do Tratado de Rapallo que restabelecia as relações diplomáticas e comerciais recíprocas e cancelava as dívidas e reivindicações anteriores à guerra. Mesmo a ascensão de Hitler não afetou, durante alguns meses, a atitude amistosa do governo russo para com a Alemanha.

Considerando hoje a questão com a sabedoria da posteridade, parece-nos que havia na própria natureza da paz wilsoniana algo que a condenava ao malogro. Os tratados de 1919-20 tinham-se tornado obsoletos a muitos respeitos, mesmo antes de secar a tinta das assinaturas. Em essência, eram tratados que tentavam oferecer uma solução à moda do século XIX para um problema do século XX. De acordo com a doutrina da autodeterminação dos povos, fracionavam a Europa num número ainda maior de unidades políticas independentes do que as que existiam em 1914. O resultado foi estimular as contendas, as rivalidades, a competição comercial e armamentista numa escala maior do que nunca. O que a Europa necessitava em 1919 não era uma proliferação de estados rivais e potencialmente inimigos, mas um programa que introduzisse maior unidade. Algumas medidas pelo menos deveriam ter sido tomadas para impedir as guerras tarifárias e o insensato afã de conquistar a auto-suficiência, que outro feito não podia ter senão uma deterioração brutal dos padrões de vida. Foi uma deficiência fatal dos tratados o fato de se ter descurado em tão larga medida a solução dos problemas econômicos.

Mesmo, porém, que a paz wilsoniana tivesse sido mais perfeita, é ainda possível que viesse a terminar em fracasso. A lógica de tal conclusão está em que as duas potências mais interessadas na sua manutenção, a Inglaterra e a França, não podiam chegar a um acordo quanto às orientações políticas que cumpria seguir. Os ingleses tinham uma idéia, os franceses outra completamente diversa. Quase que a única coisa a uni-los era a conveniência de obstar à expansão do bolchevismo. Obsedados pelo receio de que a Alemanha recobrasse as forças e procurasse vingar-se da sua derrota, os franceses punham todo o empenho na execução rígida das condições impostas pelos tratados. Interessavam-se mais pela segurança da sua nação do que pela recuperação econômica da Europa.

Para conseguir essa segurança não lhes pareceu bastante confiar na Liga das Nações. Tentaram completar a segurança oferecida pela Liga com um novo sistema de alianças que visava rodear as nações derrotadas com uma cintura de aço. Entre 1919 e 1927 a França concluiu pactos com a Bélgica, a Polônia e os membros da Pequena Entente (Tchecoslováquia, Iugoslávia e Romênia). Os governos de todos esses países eram encorajados a manter grandes exércitos, tomar dinheiro emprestado à França e trazer debaixo de rigorosa vigilância as atividades da Alemanha e dos seus antigos satélites.

A política da Inglaterra com respeito à manutenção da paz nesses anos fatídicos foi quase que o oposto da política francesa. Separados do resto da Europa pelo Canal da Mancha, os ingleses não se sentiam levados a preocupar-se tanto com a segurança nacional. Além disso, como nação de comerciantes, tinham um interesse vital pela recuperação econômica do Continente. A Alemanha fora, por sinal, um dos melhores clientes da Grã-Bretanha antes da guerra. Por conseguinte, à medida que crescia a falta de trabalho nas áreas industriais do Reino Unido o governo britânico se voltava cada vez mais para uma política de reconciliação com a sua ex-inimiga. Cumpria reduzir ou adiar os pagamentos de reparações, e talvez mesmo cancelá-los finalmente, para que a Alemanha pudesse refazer-se e mais uma vez oferecer excelente mercado para as exportações britânicas. A Inglaterra interessava-se também em restabelecer o velho sistema de equilíbrio de poder. Uma Alemanha forte fazia-se pois necessária para refrear as ambições da França e ao mesmo tempo opor um baluarte à maré crescente do comunismo. O conflito entre as políticas inglesa e francesa foi dramaticamente ilustrado em 1923, quando o primeiro-ministro Poincaré mandou um exército ocupar o vale do Ruhr em punição da alegada falta de pagamento de reparações por parte da Alemanha. Os ingleses negaram apoio a essa decisão e o resultado foi dissolver-se a Entente Cordiale. Inglaterra e França não se tornaram novamente aliadas senão em 1936.

Algumas autoridades em história recente acentuam a recusa dos Estados Unidos a ratificar o tratado como uma das causas do malogro da paz. Alega-se que ao rejeitar o tratado o Senado norte-americano traiu a causa do internacionalismo e atrasou de um século a marcha do progresso. Embora uma tal conclusão seja indubitavelmente exagerada, é possível argumentar que a adoção de uma política isolacionista por

aquele país favoreceu o revivescimento da política de poder na Europa. Se os Estados Unidos tivessem aceito o tratado e ingressado na Liga das Nações, a Inglaterra e a França poderiam ser levadas a depositar mais confiança na Liga e talvez se mostrassem menos inclinadas a voltar aos antiquados métodos de preservar a paz pelo equilíbrio de poder. A França, em particular, poderia ter sido menos inflexível na sua resolução de manter a Alemanha num estado de sujeição e impotência. Livre da obsessão da própria segurança, talvez se tivesse interessado mais em curar as feridas da Europa.

Nem todos percebem com clareza as razões da rejeição, pelos Estados Unidos, do tratado que o seu próprio presidente havia negociado. Acreditam muitos que ela tivesse sido obra exclusiva dos reacionários ferrenhos e dos nacionalistas impenitentes. Entretanto, senadores tão progressistas como Robert M. LaFollette e George W. Norris votaram contra a ratificação, ao mesmo tempo que periódicos de idéias tão internacionalistas como The Nation e The New Republic condenavam o tratado. Condenaram-no, é claro, não por causa do seu internacionalismo mas porque o consideravam injusto e uma sementeira de novas e mais terríveis guerras para o futuro. Houve por todo o país uma reação tanto contra a guerra como contra a paz. Espalhou-se a convicção de que Tio Sam fora meter-se no que não era da sua conta. Entrara na guerra por motivos nobres e idealistas, mas as nações européias mostraram-se incapazes de se desfazer dos antigos hábitos de avançar no território dos vizinhos, realizar transações secretas e apunhalar-se mutuamente pelas costas. Melhor seria para Tio Sam lavar as mãos e não se envolver mais para o futuro com gente tão incorrigível.

Isso, porém, não esgota a lista das causas. A política partidária também desempenhou um papel considerável na rejeição do tratado. Em outubro de 1918 o presidente Wilson cometera o erro de apelar ao povo norte-americano para que confirmasse a sua política escolhendo um Congresso democrático nas próximas eleições. Embora uma análise posterior demonstrasse que a maioria do eleitorado havia votado pelos democratas, os votos estavam distribuídos de tal maneira que os republicanos ganharam o controle tanto do Senado como da Câmara. O resultado foi negarem certos líderes republicanos a Wilson o direito de falar daí por diante em nome do povo norte-americano. Ainda assim o

tratado poderia ter sido ratificado se não fosse o profundo abalo de saúde de que foi vítima o presidente no decurso da campanha que realizou através do país. Durante perto de oito meses não se avistou com o seu gabinete e apenas os documentos mais importantes eram submetidos à sua apreciação. Embora a sua doença consistisse na realidade em um ataque de paralisia, espalhou-se o boato de que havia enlouquecido. Por desgracia, Wilson recusou delegar a quem quer que fosse a chefia da luta pelo tratado. Isso fez com que a campanha fosse adiada, permitindo assim que a oposição reorganizasse as suas forças. Outro fator ainda que laborou contra o tratado foi a recusa de Wilson a aceitar quaisquer reservas ao Convênio da Liga, além das poucas que tinham sido feitas antes da assinatura do tratado do qual esse convênio fazia parte. Quando se realizou a votação final, em março de 1920, quarenta e nove senadores declararam-se a favor da ratificação com reservas e trinta e cinco contra. Como os votos afirmativos não atingissem a maioria de dois terços requerida para a aprovação, o tratado foi rejeitado. Wilson, no entanto, estava em posição difícil. Alegava que, se aceitasse novas reservas, teria de voltar a Paris para conseguir a aprovação dos demais signatários; e, como outras nações procurariam infalivelmente impor também as suas reservas, seria necessário recomençar todo o trabalho de negociação dos tratados.

2. TENTATIVAS DE SALVAR A PAZ

Durante a década de 1920 foram feitas diversas tentativas para salvar a paz, que não parecia irremediavelmente perdida. A primeira de alguma importância foram os Acordos de Locarno. Em 1925 os estadistas da Europa resolveram aceitar a sugestão do ministro alemão do Exterior, Gustav Stresemann, no sentido de que Alemanha e França se comprometessem a respeitar o status quo nas fronteiras do Reno. Daí resultou uma série de tratados negociados em outubro de 1925 pelos delegados da Alemanha, França, Bélgica, Grã-Bretanha, Itália, Polônia e Tchecoslováquia. As três primeiras nações concordaram em respeitar para sempre as suas fronteiras mútuas e em nunca entrarem em guerra umas com as outras a não ser em "legítima defesa". A Grã-Bretanha e a Itália assinaram como fiadoras do acordo. A Alemanha assumia o compromisso de nunca tentar revisar um tratado pela força das armas e de solucionar

por meios pacíficos todas as disputas futuras com a França, a Bélgica, a Tchecoslováquia e a Polônia. Os Acordos de Locarno foram aclamados por toda parte como os arautos de uma nova era. Estadistas e jornalistas entoavam hinos de louvor ao "espírito de Locarno", como se se tratasse de uma panaceia capaz de curar rapidamente todos os males da Europa. Os franceses desejavam criar a impressão de que a Alemanha reconheceria por fim a justiça das condições da paz e jamais tentaria revisá-las. Mas não era bem assim. A Alemanha não se comprometera de modo algum a respeitar as suas fronteiras orientais de então, com as quais estava ainda mais insatisfeita do que com os arranjos feitos no lado ocidental. Além disso, obrigava-se a solucionar pacificamente apenas os problemas futuros. Mais ou menos tudo que os Acordos de Locarno conseguiram foi salvaguardar temporariamente as fronteiras do Reno. Isso era, sem dúvida, um resultado valioso, mas não eliminava o perigo de uma nova guerra européia.

Semelhante no propósito e nos resultados aos Acordos de Locarno foi o célebre Pacto de Paris, ou Pacto Briand-Kellogg, que se originou do movimento norte-americano em prol da interdição da guerra, fundado por volta de 1925. Eram líderes influentes desse movimento S. O. Levinson, um advogado de Chicago, o Dr. C. C. Morrison, diretor do Christian Century, e o senador pelo estado de Idaho, William E. Borah. A maioria deles tinha em pouca conta a Liga das Nações. Acreditavam que o melhor meio de abolir a guerra seria induzir o maior número possível de nações a pô-la fora da lei como um crime e um pecado. Na primavera de 1927 o professor James T. Shotwell expôs algumas dessas idéias ao ministro francês do Exterior, Briand. Pouco depois Briand lançou um apelo ao povo norte-americano para que os Estados Unidos e a França se unissem num acordo renunciando mutuamente à guerra. Três semanas mais tarde Nicholas Murray Butler, reitor da Columbia University, escreveu ao New York Times uma carta em que desafiava o governo norte-americano a aceitar a proposta francesa. O resultado foi uma avalanche de manifestações de opinião por parte do povo americano, favorável não só à sugestão de Briand mas também a um programa mais amplo de renúncia à guerra por todas as nações. Quase todas as organizações pacifistas prestaram o seu apoio e o governo foi bombardeado com petições, as quais traziam dois milhões de assinaturas.

A pressão tornou-se tão forte que o secretário de estado, Frank B. Kellogg, foi obrigado a agir. Nos fins de 1927 enviou uma nota a Paris, recomendando que a França e os Estados Unidos convidassem todas as nações a aderir a um pacto de condenação da guerra. Em agosto de 1928 reuniram-se em Paris os representantes de quinze nações e afixaram suas assinaturas a um pacto em que renunciavam à guerra como "instrumento de política nacional" e dispunham que a solução das disputas internacionais, "fosse qual fosse a sua natureza ou a sua origem", jamais seria procurada "a não ser por meios pacíficos". Dentro de um tempo relativamente curto, quase todos os países do mundo anunciaram a sua adesão a esse acordo.

Desgraçadamente, porém, o Pacto de Paris foi pouco mais que um gesto louvável. Se as suas cláusulas pudessem ter sido obedecidas à risca, ele teria dado às nações do mundo a segurança que reclamavam, tornando quase realidade o ideal de um mundo sem guerras. Mas as circunstâncias em que foi adotado impossibilitavam a obtenção de tais resultados. Com a aprovação do secretário Kellogg, a Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano emitiu uma interpretação declarando que nada, no tratado, prejudicava o direito dos Estados Unidos a lançar-se à guerra em defesa própria. O governo britânico, por seu lado, reivindicou plena liberdade de ação em certas regiões onde, sustentava ele, a Inglaterra tinha interesses vitais e essenciais à sua "paz e segurança". Como outras potências fizessem reservas do mesmo gênero, o efeito foi reduzir o Pacto a uma série de generalidades sem significação. É quase impossível conceber uma guerra que ambos os adversários não procurassem justificar como uma medida tomada em defesa própria ou a fim de proteger interesses vitais.

3. O FRACASSO DO DESARMAMENTO

Outro fato que apressou a volta à anarquia internacional foi o fracasso do desarmamento. Representou ele um choque para a geração que havia lutado por uma paz duradoura na Primeira Guerra Mundial. Presumia-se geralmente que um dos elementos essenciais de tal paz seria uma redução drástica dos armamentos. O presidente Wilson dera expressão a esse sentimento no quarto de seus Quatorze Pontos, o qual prescrevia a limitação das armas ao nível mínimo consentâneo com a

segurança interna. A Conferência de Paz negou-se a aceitar essa proposta nos termos em que estava vazada, resolvendo ao invés incorporar ao Convênio da Liga das Nações a declaração de que os componentes da Liga reconheciam a conveniência de reduzir os armamentos ao ponto mínimo "compatível com a segurança nacional e com a necessidade de fazer cumprir, por ação conjunta, as obrigações internacionais". O Conselho da Liga recebeu o encargo de formular planos para tal redução.

Não foi a Liga das Nações, mas o governo dos Estados Unidos que tomou a iniciativa das primeiras medidas no sentido de limitar os armamentos depois da Primeira Guerra Mundial. As razões disso baseavam-se em grande parte no interesse nacional. O Japão tinha emergido da guerra como a maior potência naval do Extremo Oriente. Achando-se a Rússia e a Alemanha temporariamente incapacitadas, não restava nenhum contrapeso para impedir o engrandecimento nipônico. A China estava quase à mercê do Japão e era bem possível que os interesses americanos se vissem ameaçados. A menos que os Estados Unidos construíssem uma grande armada para operar ao largo da costa asiática, não haveria possibilidade de restabelecer o equilíbrio de poder no Extremo Oriente. Mas o governo norte-americano relutava a incorrer nas despesas de uma tal expansão naval. Por isso, em 1921, o presidente Harding enviou convites para uma conferência sobre o desarmamento naval e o Extremo Oriente, a reunir-se em Washington. Nove nações fizeram-se representar: os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, a Itália, o Japão, a China, a Holanda, a Bélgica e Portugal. A conferência iniciou os seus trabalhos em novembro de 1921 e deu-os por terminados em fevereiro do ano seguinte.

Pelo menos superficialmente, a Conferência Naval de Washington foi coroada de brilhante êxito. Estabeleceu uma tonelagem máxima para os couraçados e cruzadores pesados, fixando, no tocante a eles, a proporção de 5:5:3 para a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e o Japão respectivamente. Além disso, dentro de um período de dez anos não seria permitida a construção de nenhum vaso de guerra importante. Os delegados também concordaram na conclusão de certos tratados para a proteção dos seus interesses no Extremo Oriente. Um deles era um Tratado de Quatro Potências, pelo qual os Estados Unidos, a Inglaterra, a França e o Japão se comprometiam a respeitar mutuamente as suas possessões insulares do Pacífico. O outro

era um Tratado de Nove Potências, pelo qual todas as nações representadas na conferência concordavam em respeitar a independência e a integridade territorial da China, bem assim como a observar o princípio da Porta Aberta. Por outro lado, a conferência nada fez no sentido de imitar a competição relativamente aos vasos de guerra menores. Devido, em grande parte, à oposição da França, as proporções adotadas quanto aos couraçados e cruzadores pesados não foram aplicadas aos cruzadores ligeiros, destróieres, submarinos e outras embarcações. A limitação extensiva dos efetivos navais era um problema muito mais difícil do que reduzir o número de vasos como os couraçados, cujo valor sob as condições da guerra moderna muitos peritos estavam começando a pôr em dúvida.

Nos anos subsequentes várias tentativas foram feitas para limitar os armamentos navais mediante acordo direto entre nações, porém com medíocres resultados. Uma conferência convocada em Genebra, em 1927, redundou em fracasso total porque a França e a Itália negaram-se a enviar delegados e porque a Inglaterra e os Estados Unidos não conseguiram chegar a um acordo quanto aos tipos de armamentos que cumpria limitar. Na Conferência de Londres, realizada em 1930, as táticas adotadas pela França, Itália e Japão criaram tamanha atmosfera de desconfiança que várias potências inseriram cláusulas chamadas de "escada rolante" nos acordos que assinaram, mediante as quais se reservavam o direito de elevar a sua tonelagem caso alguma outra potência ameaçasse exceder os limites estipulados.

A mais trágica das conferências de desarmamento foi a que se reuniu em Genebra em fevereiro de 1932. Essa conferência diferiu a dois respeito das suas predecessoras. Em primeiro lugar, realizou-se sob os auspícios da Liga das Nações. Segundo, a sua finalidade não era apenas o desarmamento naval mas a redução das armas de qualquer categoria. Delegados de sessenta e um países compareceram à conferência e mais de trezentas propostas foram submetidas a discussão. A delegação francesa propôs que todos os aviões de bombardeio fossem entregues à Liga das Nações e que outras armas "ofensivas" fossem colocadas à disposição da Liga. Os ingleses recomendaram a abolição de tais armas. Em nome do presidente Hoover, os delegados americanos propuseram a abolição de todos os aviões de bombardeio, dos canhões pesados móveis e das armas de guerra química, bem como a redução de um terço de

todas as forças terrestres existentes que excedessem 100.000 homens. Maxim Litvinov, representante da União Soviética, pediu a destruição de todos os armamentos, insistindo em que "o meio de desarmar-se era desarmar-se". Mas nem uma só dessas recomendações logrou obter o apoio de mais que um punhado de delegados. Finalmente, quando se evidenciou que a Alemanha não se satisfaria com nada menos que a igualdade de armas com os seus ex-inimigos, as negociações entraram em colapso.

A Conferência de Genebra não foi oficialmente dissolvida. Ao invés disso, as delegações começaram a voltar uma a uma para casa, à medida que as esperanças se iam desvanecendo. Em outubro de 1933 retiraram-se os delegados da Alemanha. Fizeram-se alguns débeis esforços para induzi-los a voltar; mas em vão, pois a revolução nazista do mês de março precedente havia colocado no poder em Berlim um regime que não estava interessado no desarmamento, mas sim no rearmamento. No verão de 1934 os trabalhos da conferência estacaram por completo. O orçamento militar nazista, anunciado em abril, afigurou-se a muitos um funesto indício da resolução alemã de desrespeitar todas as restrições aos armamentos impostas pelo Tratado de Versalhes. Por toda a França começou-se a falar em guerra preventiva. Poucos anos depois, quase todas as potências estavam empenhadas numa corrida armamentista que ultrapassava tudo que a Europa havia visto desde 1914.

4. O FRACASSO DA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

Além do fracasso do desarmamento, nada talvez contribuiu mais para a anarquia internacional entre as duas guerras do que a incapacidade do mundo para refazer-se da Grande Depressão. A recuperação subsequente às crises econômicas do século XIX e do começo do século XX tinha sido quase automática. Por vezes um aumento da provisão de ouro, devido ao descobrimento de novos depósitos, tinha contribuído para esse fim, mas nenhuma manipulação do meio circulante nem vastos do governo em obras públicas tinham sido considerados necessários. Além disso, quando o declínio dos negócios chegava ao termo e tinha início a recuperação, acontecia invariavelmente que a produção se elevava a novos níveis, superiores aos que tinham sido atingidos anteriormente. Mas a depressão que começou em 1929 foi diferente. A espiral da deflação parecia quase

não ter fim. O preço do trigo caiu ao mais baixo nível desde os tempos da rainha Elisabet I. O milho rendia tão pouco no mercado que em certos casos os plantadores preferiram queimá-lo como combustível. Os governos recorreram a expedientes drásticos para deter o declínio. Levantaram-se embargos contra o resgate do papel-moeda em ouro. A fim de oferecer emprego e estimular os negócios, destinaram-se em alguns países verbas enormes à construção de estradas, pontes, represas, esgotos, aeroportos e fortalezas. Em face do grave desequilíbrio orçamentário, tomavam-se por vezes medidas especiais para ocultar ao público as proporções aterradoras da dívida nacional.

Nenhum desses expedientes, porém, parecia dar resultados apreciáveis. Embora se tivesse verificado uma recuperação parcial por volta de 1935, ela não foi bastante longe, antes da Segunda Guerra Mundial, no sentido de restaurar os níveis de 1929. As causas disso não são fáceis de averiguar, mas o fato é que a depressão da década de 1930 não teve paralelo a muitos respeito. Os mercados destruídos ou perdidos durante a Primeira Guerra Mundial nunca foram devidamente recuperados. Por motivo de guerras ou revoluções, o mundo estava ainda cheio de áreas perigosas onde a ameaça de incidentes explosivos mantinha continentes inteiros em estado de nervosismo. A cobrança de reparações e dívidas de guerra desorganizava os sistemas monetários nacionais e transtornava a distribuição do ouro mundial. Dois terços dele acabaram por se concentrar nos Estados Unidos e uma boa parte do restante na França. O mais grave, porém, era que o nacionalismo econômico com as suas tarifas elevadas, cotas de importação, controles de câmbio e acordos para a realização de permutas tornava virtualmente impossível a recuperação do comércio internacional. Em 1933, este havia descido a apenas um quarto das cifras anteriores a depressão. Em 1918 o presidente Wilson proclamara como um dos objetivos da paz a demolição das barreiras econômicas e o estabelecimento de uma igualdade de condições de comércio entre as nações do mundo. Quinze anos depois, as barreiras econômicas estavam mais altas do que nunca e o comércio em condições de igualdade parecia um sonho utópico.

No outono de 1931 a situação do mundo industrializado começou a tornar-se desesperada. Em maio desse ano a Creditanstalt, a maior e mais conceituada casa bancária de Viena, declarou-se insolvente. Pouco depois o grande Darmstädter Bank, da Alemanha, fechava as portas. A Bolsa de

Títulos de Berlim suspendeu as operações e dezenas de firmas comerciais alemãs abriram falência. O pânico espalhou-se pela Europa central e ocidental, não tardando a alcançar as Ilhas Britânicas. Pelos meados de setembro o Banco da Inglaterra estava perdendo ouro à razão de 90 milhões de dólares por dia. No mundo inteiro as nações começaram a correr as escotilhas, precavendo-se contra tempestades ainda mais violentas no futuro. Em 21 de setembro, como já dissemos, o governo britânico proibiu o resgate do papel-moeda em ouro. Pelos fins de 1936, nenhum estado no mundo inteiro possuía um lastro áureo livremente conversível para o seu papel-moeda. Os governos não se limitaram a abolir o padrão-ouro; lançaram mão de toda sorte de expedientes engenhosos que lhes foi possível imaginar para resguardar os seus países contra as perturbações vindas de fora. A França e a Bélgica, por exemplo, passaram a efetuar todas as suas importações sobre uma base de cotas. Em 1932 a Inglaterra abandonou a sua tradicional política de livre-câmbio e envidou esforços para consolidar o seu império numa compacta unidade econômica por meio de um sistema de tarifas preferenciais imperiais. O Japão e a Itália trataram de conquistar impérios pela espada, o primeiro na Manchúria e na China setentrional, a segunda na Etiópia. Tanto num caso como no outro, o objetivo principal era multiplicar os recursos econômicos, tornando assim as respectivas metrópoles mais independentes dos fornecimentos estrangeiros.

Cumprе acrescentar que algumas medidas foram tomadas durante a década de 1930 a fim de evitar o completo caos que não podia deixar de resultar das tentativas de cada nação para solucionar os seus problemas à custa das outras. Em 21 de junho de 1931 o presidente Hoover propôs uma moratória de um ano sobre todos os pagamentos intergovernamentais, inclusive dívidas e reparações. Infelizmente a França mostrou-se pouco entusiasmada com o plano e só em 6 de julho foram completados os preparativos. Por essa altura a Alemanha encontrava-se à beira de uma crise bancária que anulou todos os possíveis efeitos benéficos da moratória. Em junho e julho de 1932, representantes da Inglaterra, da França, da Bélgica, da Itália, da Alemanha e do Japão reuniram-se em Lausanne, na Suíça, e concluíram um acordo que abolia praticamente as reparações. Também dessa vez a decisão veio demasiado tarde. Se tivesse sido tomada pelo menos dois anos antes, talvez evitasse uma crise financeira na Europa Central. Administrada quando a Alemanha

já se achava quase em estado de colapso, com os lobos nazistas uivando à porta, seus resultados foram nulos.

O último dos esforços para introduzir no caos uma certa aparência de ordem econômica foi a convocação da Conferência Econômica Mundial que se reuniu em Londres nos meses de junho e julho de 1933. A iniciativa partiu tanto da Liga das Nações como de Ramsay MacDonald, primeiro-ministro da Grã-Bretanha, o qual tinha uma sublime fé na eficácia das conferências para curar os males do mundo. Compareceram os delegados de sessenta e seis nações, incluindo todas as grandes potências. Pensava-se, pelo menos na Europa, que três importantes assuntos constituiriam o programa das discussões. O primeiro seriam as dívidas intergovernamentais, o segundo as tarifas e o terceiro a estabilização das moedas nacionais. Com respeito a este último, todavia, não havia base para acordo. A França, líder das nações que ainda não haviam abandonado o ouro, batia-se pelo restabelecimento do padrão-ouro internacional. A Inglaterra advogava uma estabilização imediata das moedas em relação umas às outras, para que se pudesse restaurar finalmente aquele padrão. Por algum tempo a atitude dos Estados Unidos foi obscura. Ainda em 16 de maio o presidente Roosevelt pronunciara-se publicamente em favor da restauração. Mas a tentativa feita pouco depois por peritos ingleses e americanos para congelar o valor da libra e do dólar nos níveis vigentes foi seguida por uma baixa dos preços das ações e mercadorias americanas. Roosevelt pareceu então mudar de idéia. Receando que todo o seu programa em favor de uma alta inflacionária dos preços nos Estados Unidos corresse perigo, increpou asperamente a Conferência de Londres, declarando que o esforço do governo norte-americano para elevar os preços era "a mais importante contribuição" que podia fazer. "O sólido sistema econômico interno de uma nação", asseverou ele, "é um fator maior da sua prosperidade do que o valor de troca da sua moeda em relação às moedas das demais nações." Essa mensagem foi um jato de água fria para as esperanças da conferência, que se dissolveu a 27 de julho sem ter realizado nada de concreto. A partir de então as nações ficaram livres de seguir a política monetária ou tarifária que lhes aprouvesse. Mas a liberdade no tocante a tais assuntos não era mais do que um sinônimo de anarquia econômica.

5. NA SENDA DE MUNIQUE

Os historiadores do futuro encararão provavelmente a década de 1930 como um dos períodos mais críticos da história mundial. Durante esse período a maioria das potências introduziram profundas alterações na sua política estrangeira, alterações essas que causaram grandes estragos no cenário internacional e conduziram a amarga provação da década seguinte. As potências descontentes recorreram a políticas de "dinamismo", isto é, de fanfarronada, intimidação ou agressão direta. As potências satisfeitas abandonaram o programa de segurança coletiva construído com base na Liga das Nações e substituíram-no pela ignominiosa política de "apaziguamento". O apaziguamento pode ser definido como a política daqueles que, por medo ou indolência, fazem concessões a uma iiação agressiva e inescrupulosa. Tais concessões são invariavelmente feitas a expensas de algum país mais fraco. Quanto ao próprio apaziguador, nada sacrifica; na verdade, o seu motivo habitual para assim agir é o desejo de evitar a entrega de alguma posse valiosa. O apaziguamento não é nenhuma novidade. Foi empregado em 1913, quando a Inglaterra e a França apoiaram a intimidação da Sérvia pela Áustria a fim de obrigá-la a abandonar as suas reivindicações sobre a Albânia. Recorreu-se novamente a ele em 1919, quando o presidente Wilson permitiu que o Japão conservasse as antigas concessões alemãs da China pelo receio de que os nacionalistas japoneses repudiassem a Liga das Nações. É preciso estabelecer uma distinção clara entre apaziguamento e política de conciliação. Esta última representa uma tentativa de aplacar um inimigo mediante atos de benevolência e justiça. Se bem que o apaziguamento possa ser benévolo do ponto de vista do beneficiário, nada tem a ver com a justiça.

O primeiro exemplo notável de apaziguamento entre as duas guerras verificou-se no tocante à crise da Manchúria. Durante anos o Japão havia cobiçado a rica província da Manchúria, que teoricamente pertencia à China, devido ao seu trigo. Em 1931 resolveu dar o golpe. O pretexto depósitos de xisto petrolífero, ao seu carvão e ferro e ao seu solo fértil, adaptado à cultura da soja e do foi fornecido pelo Incidente de Mukden, de 18 de setembro, ou seja uma explosão na Estrada de Ferro da Manchúria Meridional, de propriedade nipônica. A responsabilidade de tal ato não foi fixada até hoje, mas os japoneses acusaram imediatamente os

soldados chineses. Embora o dano causado fosse insignificante (cerca de 70 centímetros de linha destruídos), os oficiais japoneses na Manchúria puseram em movimento toda a sua máquina militar. Mukden foi tomada após breve combate, seguindo-se logo a ocupação de uma boa parte da província. O governo chinês apelou para a Liga das Nações, que nomeou uma comissão investigadora sob a chefia de Lord Lytton, antigo vice-rei da Índia. A comissão procedeu à execução da sua tarefa com todo o vagar. Somente ao cabo de cinco meses alcançou o Extremo Oriente, e seis outros se passaram na coleção de provas. Quando ela por fim publicou o seu relatório, condenando tibiamente a agressão, o Império do Sol Nascente não só estava firmemente entrincheirado na Manchúria mas ainda havia anexado novas porções da China norte-oriental.

Nenhuma das potências tomou quaisquer medidas para refrear ou punir o Japão, exceto os Estados Unidos; e a ação do governo norte-americano se limitou a emitir a Doutrina Stimson, declarando que o seu país se negaria a reconhecer qualquer situação no Extremo Oriente que resultasse de uma violação do Pacto Briand-Kellogg. Não foram propostas penalidades militares ou econômicas e, se o fossem, provavelmente não seriam tomadas em consideração. A atitude dominante entre as outras potências era a de indiferença. O Foreign Office britânico era, nessa ocasião, dirigido por Sir John Simon, um liberal da ala direita que jamais demonstrara grande interesse pela segurança coletiva. Alguns políticos conservadores esperavam restabelecer a Aliança Anglo-Japonesa, a que a pressão canadense e americana havia posto termo em 1922. Receosos da Rússia e desconfiando da China, sonhavam utilizar-se do Japão para contrabalançar a ambas. Acresce que qualquer ação punitiva contra o Japão teria como efeito quase infalível provocar represálias contra os vastos interesses britânicos no Extremo Oriente. Mas a principal razão da indiferença britânica foi, provavelmente, a crise financeira com que lutava o país. Em setembro de 1931 a Inglaterra entrou na fase mais séria da depressão. A 21 desse mês, exatamente três dias após o Incidente de Mukdeix, foi ela obrigada a abandonar o padrão-ouro. Sobrecarregados de ansiedade quanto ao futuro, os seus cidadãos não se sentiam dispostos a envolver-se em novas complicações fora do Império. A França, na ocasião, estava ocupadíssima em manter a sua própria segurança. Atormentada pelas exigências da Alemanha, que queria a igualdade de armamentos, inclinava-se ainda menos do que a Inglaterra a

assumir responsabilidades internacionais em terras distantes.

Até 1935 não tornaram a ocorrer exemplos flagrantes de apaziguamento. No outono desse ano Mussolini mandou um exército invadir a Etiópia. O rei desse país apelou para o Conselho da Liga das Nações, a qual por felicidade se encontrava em sessão. Com uma presteza desacostumada em tais circunstâncias, o Conselho estigmatizou a Itália como nação agressora e resolveu aplicar sanções econômicas contra ela. As sanções deviam incluir um embargo de armas e a proibição de empréstimos e da venda de certas mercadorias à nação italiana. A Inglaterra e a França ficaram profundamente alarmadas com isso. Convencidas de que os Estados Unidos não cooperariam, receavam que a tentativa de punir a Itália fracassasse, fazendo-os incorrer gratuitamente na inimizade italiana. A França, em especial, temia a perda da Itália como aliada potencial em caso de dificuldades com a Alemanha. Conseqüentemente, os estadistas de Londres e Paris trataram de fazer com que as sanções econômicas não incluíssem a proibição da venda de petróleo e seus produtos. Isso equivalia quase a garantir a vitória da Itália, cujos exércitos eram parcialmente mecanizados, enquanto os da sua adversária só possuíam equipamentos primitivos. Não ficou nisso, porém, a generosidade dos políticos britânicos e franceses. No fim de 1935 Sir Samuel Hoare, ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, e Pierre Laval, primeiro-ministro da França, arquitetaram um plano secreto segundo o qual seria permitido a Mussolini conservar dois terços da Etiópia em troca da cessão, a este malfadado país, de um corredor para o Mar Vermelho. Se bem que o plano nunca fosse levado a efeito, graças à explosão de ira popular que provocou tanto na Inglaterra como na França, quaisquer novas tentativas para refrear ou punir a Itália foram abandonadas. Em maio de 1936 Mussolini completou a conquista do Leão de Judá e proclamou a fundação do Império Italiano.

Diante do êxito alcançado por Mussolini no desrespeito ao regime do direito e da ordem internacionais, era de esperar que Hitler por sua vez tentasse alcançar algumas vitórias pelo método do atrevimento e do desafio. Em 1935 anunciou ele em público o restabelecimento da conscrição e do treinamento militar universal. Ameaçando organizar uma enorme força aérea, conseguiu fazer com que os ingleses assinassem um acordo naval permitindo que a Alemanha construísse vasos de guerra até o nível de 35% da marinha britânica. Nos fins de 1936, tinha um

exército de 800.000 conscritos e 108 navios de guerra já construídos ou em construção. Seu segundo ato importante de desafio foi enviar tropas à Renânia em março de 1936, a fim de ocupar essa região desmilitarizada pelo Tratado de Versalhes. Assim fazendo, violava não só o Tratado de Versalhes mas também os Acordos de Locarno. Alegava como pretexto que a recém-negociada aliança franco-soviética havia destruído a validade dos tratados de Locarno. Apesar das fortes razões jurídicas contra ele, a Inglaterra e a França não fizeram virtualmente nada para impedi-lo de realizar o seu intento. Os franceses protestaram vigorosamente, mas os ingleses recusaram-se a sair da sua calma. E sem o auxílio britânico a França nada podia fazer, pois estava quase paralisada no interior pelas greves e pela guerra de classes.

O apaziguamento dos ditadores na Renânia e na Etiópia liquidou praticamente tudo quanto restava da segurança coletiva. Embora a Liga tivesse feito uma bonita demonstração de coragem ferreteando a Itália como agressora da Etiópia, isso se devera sobretudo a pressão da opinião pública e à influência das nações menores. Quanto à atitude dos governos que teriam de contribuir com o poder econômico, militar e naval para apoiar as decisões da Liga, foi frouxa e irresoluta. Após a remilitarização da Renânia, mesmo as nações menores perderam a fé nos esforços coletivos para manter a paz. A Suíça e os estados escandinavos anunciaram que para o futuro não se reconheceriam automaticamente obrigados pelo sistema da Liga de aplicar sanções contra as nações agressoras. A Bélgica persuadiu a Inglaterra e a França a liberá-la de todas as obrigações assumidas nos Acordos de Locarno, a fim de possibilitar-lhe a volta à tradicional posição de neutralidade. Também o Canadá procurava impedir a Grã-Bretanha de assumir compromissos que pudessem envolver o Império na guerra. Tanto dentro como fora da Liga as nações passaram a interessar-se acima de tudo pela sua própria segurança, à medida que o temor de uma nova catástrofe se apossava de governos e povos.

Antes de 1936 houve poucos indícios de colaboração entre os ditadores no desafio às potências favorecidas. Ainda em abril de 1935 Mussolini unira-se à Grã-Bretanha e à França na chamada Frente de Stresa, comprometendo-se a defender a independência da Áustria e os tratados de Locarno e denunciando o rearmamento alemão. Mas o deflagrar da guerra civil da Espanha, no verão de 1936, veio mudar por completo a situação. Durante mais de um século a Espanha estivera

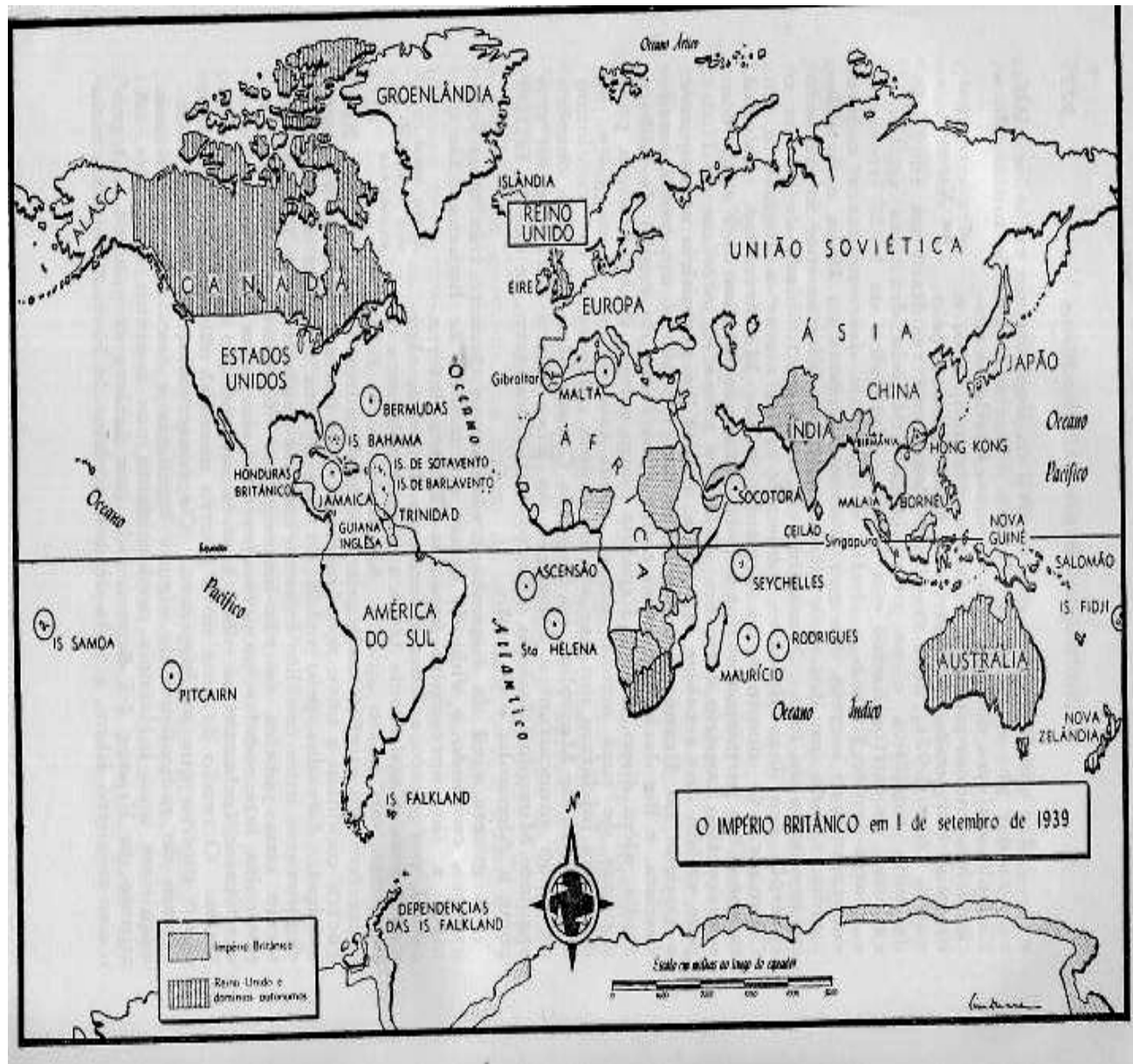
dividida entre grupos hostis de reacionários, monarquistas e clericais por um lado, e liberais burgueses, anticlencais e socialistas pelo outro. Em 1931, uma revolução incruenta resultara na fundação de uma república e na promulgação de leis drásticas contra o exército, os latifundiários e a igreja. Em julho de 1936 irrompeu a contra-revolução sob a chefia de generais descontentes e com o encorajamento secreto dos governantes fascistas da Itália e da Alemanha. Cada um dos dois ditadores estava diretamente interessado no resultado da luta. Mussolini via uma oportunidade de ganhar o controle das ilhas Baleares, podendo assim atacar a Inglaterra em Gibraltar. O domínio da Espanha e do Mediterrâneo ocidental também lhe permitiria cortar a linha de comunicações da França com o respectivo império africano. Não era menor o interesse de Hitler pela vitória dos rebeldes espanhóis, a qual lhe permitiria enfraquecer a posição da França colocando-lhe nas fronteiras um novo estado fascista, e lhe daria acesso ao cobre e ao ferro da região de Bilbao. Podia, além disso, usar a Espanha como campo de experiência para algumas de suas armas novas. Com tais objetivos em vista, os ditadores iniciaram um período de íntima colaboração que continuou até a queda de Mussolini, na Segunda Guerra Mundial. Em outubro de 1936 anunciaram a formação do Eixo Roma-Berlim e no ano seguinte Mussolini assinou o Pacto Anti-Comintern, de que já faziam parte a Alemanha e o Japão.

A guerra civil da Espanha prolongou-se durante três anos sangrentos, custando a vida de quase um milhão de homens. De começo a fim apresentou aspectos de luta internacional, porquanto a Rússia forneceu dinheiro, algumas armas e assistência técnica aos republicanos ou legalistas, ao passo que a Alemanha e a Itália ofereciam um auxílio mais generoso aos insurretos de Franco. Essa guerra conduziu a novo apaziguamento por parte das potências democráticas. Levadas pelo medo de que a luta intestina da Espanha degenerasse num conflito internacional, a Inglaterra e a França adotaram uma política de não-intervenção. Esperavam que todas as potências interessadas cooperassem com elas, mas como isso não se verificasse fecharam os olhos à ativa intervenção da Alemanha e da Itália. O receio de uma nova guerra mundial não era, entretanto, o único motivo que as inspirava. Os conservadores ingleses desconfiavam do radicalismo de alguns legalistas e temiam que a Rússia adquirisse uma influência predominante nos assuntos espanhóis. A

A detailed map of the world showing the extent of the British Empire in 1939. The map uses different shading to distinguish between British territories and other nations. Key regions and territories labeled include:

- North America:** CANADÁ, ESTADOS UNIDOS.
- Central America and Caribbean:** HONDURAS BRITÂNICO, BERMUDAS, IS. BAHAMA, IS. DE SOTAVENTO, IS. DE BARBAVENTO, JAMAICA, GUIANA INGLESA, TRINIDAD.
- South America:** AMÉRICA DO SUL, IS. FALKLAND.
- Europe:** GROENLÂNDIA, ISLÂNDIA, REINO UNIDO, EIRE, EUROPA, GIBRALTAR, MALTA.
- Africa:** ASCENSÃO, S. HELENA, SOCOTORA, CEILÃO, SEYCHELLES, MAURÍCIO, RODRIGUES.
- Asia:** UNIÃO SOVIÉTICA, ÁSIA, CHINA, JAPÃO, HONG KONG, MALÁIA, BORNEU, SINGAPURA, INDIA.
- Oceania:** AUSTRÁLIA, NOVA GUINÉ, SALOMÃO, IS. FIDJI, NOVA ZELÂNDIA.
- Other Islands:** IS. SAMOA, PITCAIRN.

The map also shows the Atlantic Ocean (Oceano Atlântico), Indian Ocean (Oceano Índico), Pacific Ocean (Oceano Pacífico), and Arctic Ocean (Oceano Árctico). A legend in the bottom left corner identifies the shading: a solid grey box for "Império Britânico" and a hatched box for "Reino Unido e domínios dependentes". A scale bar at the bottom indicates distances in miles up to 3000. A compass rose is located near the bottom center. A text box at the bottom right reads "O IMPÉRIO BRITÂNICO em 1 de setembro de 1939".



Já antes de ter a luta na Espanha alcançado o seu deplorável termo a política de apaziguamento chegara ao auge numa região diferente da Europa. Havia anos que Hitler e os seus sequazes nazistas vinham lançando olhares venenosos e cúpidos na direção da Tchecoslováquia. Acusavam esse estado de ser um punhal apontado para o coração da Alemanha, mas ao mesmo tempo cobiçavam-lhe as indústrias e o bastião de montanhas a dominar um dos caminhos para o Oriente. Na primavera de 1938 lançaram a sua campanha de conquista. A fim de preparar o caminho, decidiram em primeiro lugar completar a anexação da Áustria. Depois da Primeira Guerra Mundial nascera em ambos os países um movimento em prol da Anschluss, ou união da Alemanha e da Áustria, mas os tratados de paz impediram-lhe a consumação. Em 15 de março de 1938 Hitler entrou em Viena e proclamou a anexação quase sem uma palavra de protesto por parte dos meios oficiais. Destarte ficou a Tchecoslováquia quase inteiramente cercada por território alemão. Em seguida os nazistas intensificaram a pressão sobre o governo tcheco. Não lhes faltou pretexto para tal. A parte ocidental da Tchecoslováquia (a região dos Sudetos) era habitada por alemães que constituíam uma minoria descontente. Hitler esposou a causa desse grupo, ofereceu-lhes uma pátria no Reich e atijou as chamas do descontentamento. A crise esteve iminente em maio de 1938, depois que os alemães dos Sudetos apresentaram em Praga uma lista de exigências, reclamando a autonomia completa para si e a rescisão das alianças tchecas com a Rússia e a França. Mas o governo tcheco mobilizou o seu exército e Hitler achou que a hora do destino ainda não era chegada.

Durante o verão de 1938 a Inglaterra resolveu intervir para forçar uma solução do problema dos Sudetos. Convencido de que a disputa com a Tchecoslováquia iria mergulhar a Europa na voragem da guerra, o primeiro-ministro Neville Chamberlain decidiu lançar mão de todos os meios para apaziguar o ditador alemão. Em agosto enviou a Praga Lord Runciman, ostensivamente como mediador, mas na realidade para exercer os seus poderes de persuasão junto ao governo tcheco. À medida que os acontecimentos se precipitavam para uma crise, a Europa e a América foram tomadas de pânico ante a perspectiva de uma nova guerra mundial. Apelos frenéticos foram dirigidos a Hitler para que negociasse, um deles oriundo do presidente Roosevelt. O primeiro-ministro Chamberlain tomou o avião para conferenciar com o chanceler alemão em

Berchtesgaden e mais tarde em Godesberg, prometendo exercer pressão sobre os tchecos para que anuísem às "razoáveis" exigências de Hitler. Por fim, depois de ter a Inglaterra mobilizado a sua frota e após uma conversa telefônica com Mussolini, o Führer concordou a 28 de setembro em encontrar-se com Chamberlain, o primeiro-ministro francês Daladier e Mussolini numa conferência das quatro potências em Munique. O resultado foi a rendição completa ao violento e arrogante chanceler. Nos primeiros dias de outubro as províncias dos Sudetos da Tchecoslováquia foram anexadas à Alemanha nazista.

O acordo de Munique teve consequências que só podem ser qualificadas de momentosas. Transferiu à Alemanha a quinta parte da superfície da Tchecoslováquia, inclusive minérios valiosos e os Estabelecimentos Skoda, uma das maiores fábricas de munições da Europa. Reduziu a Tchecoslováquia à impotência, uma vez que a sua fronteira estratégica tinha desaparecido e as suas alianças com amigos supostamente poderosos mostraram não ter valor algum. Em março de 1939 Hitler abocanhara o que ainda restava da infeliz república. Separou da Eslováquia as províncias tchecas da Boêmia e da Morávia e anexou-as à Alemanha. Simultaneamente estabeleceu um protetorado sobre a Eslováquia e pouco depois permitiu que a Hungria absorvesse a Ucrânia Carpática, na extremidade oriental da república tcheca. Os efeitos não pararam aí, todavia. A Rússia ficou profundamente ofendida com essa aparente tentativa de resolver, sem consultá-la, problemas que eram de seu interesse vital. Os líderes soviéticos tinham certeza de que o acordo de Munique fora um plano diabólico da Inglaterra e da França para salvar as suas peles desviando para leste a expansão nazista. Isso fez recrudescer as desconfianças moscovitas para com o Ocidente e foi, sem dúvida alguma, um dos principais fatores responsáveis pelo Pacto Germano-Soviético de 23 de agosto de 1939, o qual deixava o caminho livre a Hitler para atacar a Polônia. O jogo da perfídia internacional não era exclusividade das potências ocidentais. Já que a Inglaterra e a França, ao dirigirem-se para Munique, em nada haviam pensado a não ser nos seus próprios interesses, a Rússia iria agora tratar dos seus.

Capítulo 20

A segunda guerra mundial

Em setembro de 1939 a Europa tornou a mergulhar no abismo. A paz de 1919-20 mostrara não passar de um armistício e milhões de pessoas viram-se envolvidas num conflito cujo horror superava tudo quanto se havia presenciado antes. O nome pelo qual é geralmente conhecido esse conflito não está bem aplicado. Não foi ela a segunda guerra mundial da história, mas fez parte de uma série que data dos começos do sistema moderno de estados. O professor Arthur M. Schlesinger, de Harvard, afirma que foi na realidade a décima. O fato é que conflitos como a Guerra dos Trinta Anos, a Guerra dos Sete Anos e as guerras napoleônicas foram conflagrações mundiais em tudo menos no nome. A Primeira e a Segunda Guerras Mundiais envolveram muitas nações, mas isso se deveu em grande parte à circunstância de se haver completado sobre uma área maior a europeização do globo e de ter, por conseguinte, o sistema europeu de estados uma extensão mais ampla.

1. CAUSAS SUBJACENTES

Até certo ponto, as duas guerras mundiais tiveram causas quase idênticas. Isto se aplica ao nacionalismo e ao que já foi discutido nestas páginas como a condição de anarquia internacional. A paz de 1919-20 visava corrigir ambos esses males. Na realidade, pouco fez para mitigar um ou o outro. É até possível sustentar que, acentuando o direito de autodeterminação dos povos e criando novos problemas de minorias, a paz tornou o nacionalismo mais virulento do que nunca. A Liga das Nações, se lhe fosse dado funcionar de acordo com os sonhos dos seus fundadores, poderia talvez ter oferecido um remédio contra a anarquia internacional. Não há, porém, certeza disso, porquanto ela se fundava em princípios que limitavam grandemente a sua capacidade de manter a lei e a ordem universais. Era uma liga de governos, não uma federação de povos. Na essência, era pouco mais do que uma conferência de diplomatas como tantas outras, uma conferência permanente, um pouco mais bem organizada do que o velho Concerto Europeu. Os estados que a compunham conservavam a sua soberania e independência, com a liberdade de manter e empregar forças armadas, bem como de conduzir

as suas políticas estrangeiras mais ou menos como lhes aprouvesse.

As lutas em torno do equilíbrio de poder foram outra causa subjacente de ambas as guerras. Mas a luta que provocou a Segunda Guerra Mundial foi bastante diversa da que havia precedido a conflagração de 1914. A Primeira Guerra Mundial modificou profundamente o equilíbrio ou falta de equilíbrio entre os estados. Reduziu a Alemanha e a Rússia temporariamente ao nível de potências de segunda ordem e eliminou a Áustria completamente da lista. Deu uma espinhosa primazia à Inglaterra e à França na Europa e fortaleceu grandemente a posição dos Estados Unidos, convertendo-os na principal nação credora do mundo e permitindo-lhes expandir o seu comércio sobre áreas até então dominadas pela Inglaterra e pela Alemanha.

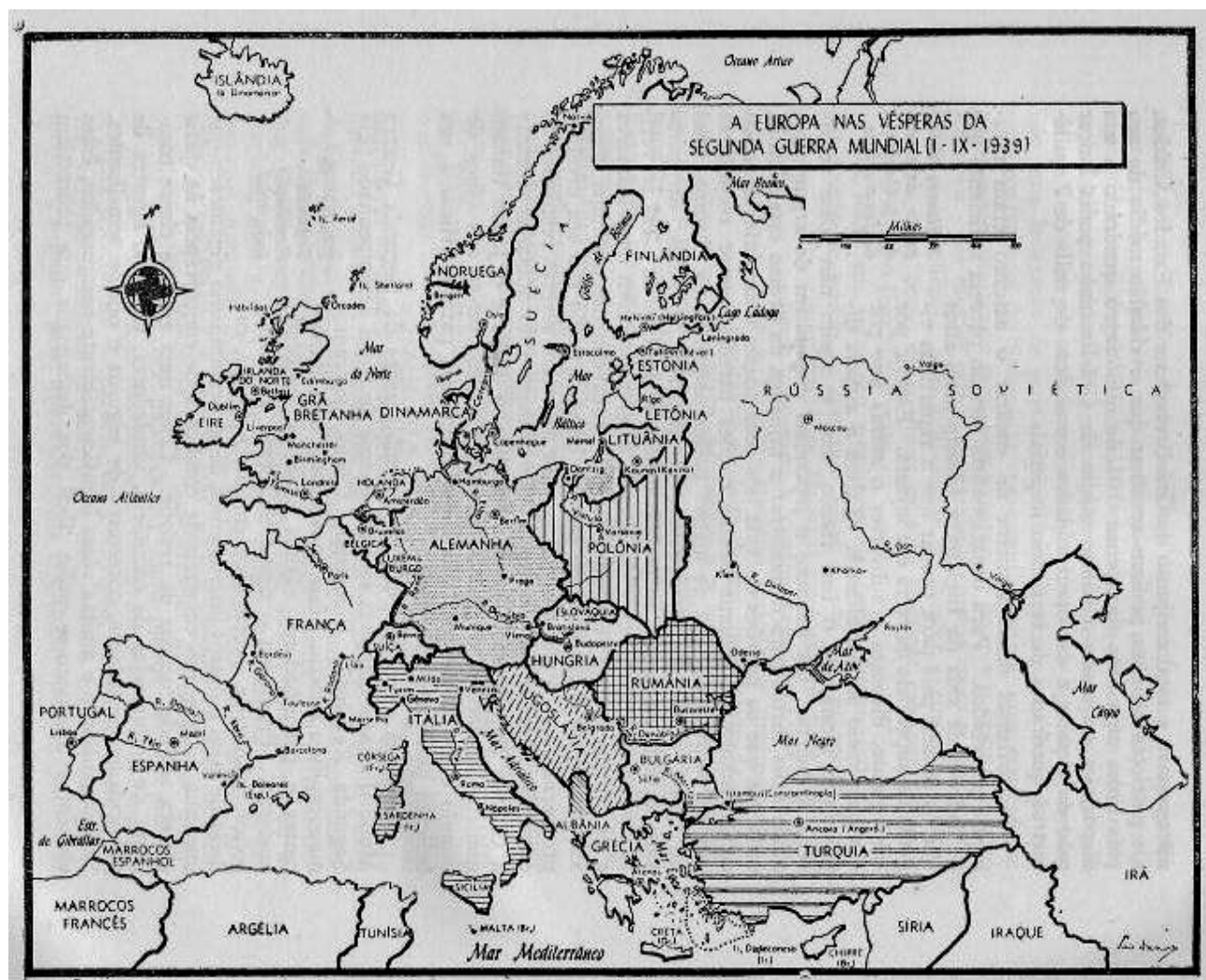
O mais importante de tudo foi, talvez, o ter a Primeira Guerra Mundial dividido as nações do mundo em potências favorecidas e desfavorecidas. As primeiras incluíam a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a França e a Rússia. A Grã-Bretanha era a menor delas, mas o seu império abrangia 33,5 milhões de quilômetros quadrados, um quarto da superfície das terras de todo o mundo, e era habitado por 500 milhões de pessoas, um quarto da população total do globo. A França tinha um império de 10 milhões de quilômetros quadrados, com uma população de 100 milhões de habitantes. Nem os Estados Unidos nem a Rússia dispunham de vastas possessões ultramarinas, mas a área de ambos esse países era extensa e rica em recursos naturais. O primeiro media 8.740.000 quilômetros quadrados de superfície e contava com uma população de 130 milhões. A U.R.S.S. estendia-se sobre uma área de 21 milhões de quilômetros quadrados e era habitada por nada menos de 170 milhões de pessoas. A posição das potências desfavorecidas — a Alemanha, a Itália e o Japão — parecia, em confronto, realmente lastimável. As três juntas tinham uma área de menos de 4 milhões de quilômetros quadrados para acomodar uma população metropolitana que ultrapassava o total conjunto da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Os patriotas alemães podiam acentuar que o cidadão médio do seu país tinha uma área de apenas 0,01 de quilômetro quadrado à sua disposição, enquanto o súdito médio da Grã-Bretanha podia lançar mão da riqueza e das oportunidades econômicas de mais de 7 quilômetros quadrados de território imperial.

Os sofismas dessa maneira de encarar o assunto eram raramente

percebidos. Para o nacionalista alemão parecia suficiente que os padrões de vida da Inglaterra fossem mais altos que os do seu país para provar que a repartição vigente da superfície da terra era injusta. Estava, por conseguinte, disposto a subverter o status quo por qualquer meio ao seu alcance. Talvez a astúcia diplomática alcançasse o fim visado, mas se assim não fosse recorreria à guerra. Os italianos e japoneses dispunham de argumentos ainda mais fortes para demonstrar a injustiça da ordem estabelecida, uma vez que os padrões de vida dos seus países eram inferiores aos da Alemanha. Nenhuma dessas nações parecia querer reconhecer que os padrões de vida de alguns países pequenos da Europa, total ou quase totalmente desprovidos de impérios coloniais, equiparavam-se mais ou menos ao padrão médio da Inglaterra. Tal se verificava no caso da Suíça e da Suécia, e talvez também da Dinamarca e da Noruega. Na realidade, não há provavelmente nenhuma conexão real entre a extensão do império de uma nação e o seu nível de prosperidade — a não ser, é claro, que se façam severas restrições ao comércio internacional, como as que tinham sido adotadas durante a Grande Depressão. Mas a Alemanha, a Itália e o Japão tinham numerosos motivos de ressentimento, e apresentar-se aos olhos do mundo como nações desfavorecidas contribuía para justificar a sua belicosa política estrangeira.

Nenhuma exposição das causas subjacentes da Segunda Guerra Mundial estaria completa sem um exame do papel desempenhado pela Segunda Revolução Industrial. Como mostramos num capítulo anterior, esse movimento teve importantes e perturbadores efeitos sobre a sociedade moderna. Promoveu o desenvolvimento de monopólios, fusões de companhias, cartéis, holdings, cadeias de lojas e outros instrumentos de um capitalismo gigantesco que impunha ao pequeno comerciante condições de concorrência às quais ele era amiúde incapaz de resistir. Criou uma enorme classe composta de empregados de escritório, vendedores, técnicos, agentes de publicidade, contadores, corretores de seguros e outros semelhantes. Sem organização e muitas vezes insuficientemente remunerados, esses elementos tornavam-se presa fácil dos demagogos que prometiam salvá-los não só dos seus exploradores capitalistas mas também dos socialistas, os quais ameaçavam tirar-lhes o meio de vida e forçá-los a converter-se em trabalhadores manuais. A Segunda Revolução Industrial também produziu, em escala nunca vista até então, o desemprego

decorrente dos progressos da técnica. Por último, resultou de tempos a tempos numa produção de mercadorias muito superior à procura efetiva. Essa superprodução não apenas foi causa de depressões mas levou à adoção de expedientes desesperados para salvar o sistema económico do colapso completo. Foram fixados os preços de inúmeros artigos. Proibiu-se aos negociantes vender mais barato que os seus colegas. Ordenou-se aos fazendeiros que procedessem à matança dos porquinhos recém-nascidos e limitassem a produção das suas lavouras a cotas determinadas. Os governos europeus forçaram os produtores de certas matérias básicas como o ferro, o aço e o carvão a formarem cartéis, a fim de impedir a superprodução proveniente da concorrência. Tais métodos eram elementos bem conhecidos da tendência para a autarquia, ou nacionalismo económico. Na medida em que reduziam o comércio internacional e intensificavam o antagonismo entre as nações, contribuíram para tornar a guerra inevitável.



A mais séria causa econômica da Segunda Guerra Mundial foi, indubitavelmente, a Grande Depressão. Contribuiu ela de diversos modos para fazer deflagrar a guerra. Em primeiro lugar, intensificou o nacionalismo econômico. Atarantados com os problemas do desemprego e da estagnação dos negócios, os governos recorreram as tarifas elevadas, numa desesperada tentativa de preservar o mercado interno para os seus produtores. Quando a eficácia das tarifas mostrou ser insuficiente, voltaram-se para o controle da moeda, os acordos comerciais bilaterais e a proibição direta de importações. Em 1934 todos os países importantes do mundo haviam abandonado o padrão-ouro, na esperança de auferir algumas vantagens temporárias nos mercados de exportação. Nenhum desses métodos alcançou os seus objetivos a não ser durante breve espaço de tempo. Os resultados finais foram uma confusão indescritível, um estrangulamento parcial do comércio e um antagonismo ainda mais profundo entre as nações.

A depressão também teve outros efeitos, mais difíceis de aquilatar. Em primeiro lugar, foi responsável por um aumento considerável dos armamentos. O propósito original da intensificação do programa de armamentos foi muitas vezes de ordem interna: estimular os negócios e diminuir o desemprego; mas o efeito internacional foi o de fomentar a suspeita e o receio. O primeiro país a empreender a expansão dos armamentos em larga escala foi a Alemanha, em 1935. Os resultados alcançados em poucos anos causaram assombro no mundo inteiro. O desemprego desapareceu e os negócios floresceram como nunca. Seria demasiado esperar que outros países descontentes não copiassem o exemplo da Alemanha. Do mesmo modo, a depressão resultou numa nova onda de expansionismo militar orientado para a conquista de territórios limítrofes como meio de solucionar os problemas econômicos. O Japão tomou a iniciativa em 1931, com a invasão da Manchária. Uma das causas principais desse fato foi o declínio das exportações japonesas de seda crua e tecidos de algodão. Como a nação estivesse incapacitada de pagar as necessárias importações de carvão, ferro e outros minerais, os militaristas nipônicos consideraram-se justificados em apoderar-se da Manchúria, onde esses materiais poderiam então ser comprados com moeda japonesa.

Por fim, a Grande Depressão teve efeitos intimamente relacionados com os fatores que precipitaram diretamente a guerra. A crise

tchecoslovaca, por exemplo, talvez nunca tivesse ocorrido se não fosse a péssima situação econômica em que se encontrava a região dos Sudetos, região altamente industrializada cujos habitantes eram vítimas do desemprego em maior escala do que o resto da população do país. Mas acima de tudo a depressão foi a causa principal do triunfo do nazismo na Alemanha. O partido nazista teria provavelmente permanecido fraco e ineficaz se não fosse o afluxo de milhões de adeptos procedentes das fileiras dos agricultores e dos desempregados, bem como dos membros atemorizados da classe dos funcionários de escritório. Cheios de desespero em face da vertiginosa espiral do declínio econômico, esses elementos convenceram-se de que o capitalismo, o socialismo e a democracia tinham fracassado e estavam prontos a agarrar-se a qualquer galho que os livrasse de se afundarem ainda mais nas areias movediças da depressão. Alguns membros das classes superiores também tinham chegado à conclusão de que o partido nazista era o único capaz de salvar a nação da derrocada política e econômica. Segundo Konrad Heiden, o pequeno grupo que persuadiu o presidente von Hindenburg a nomear Hitler para o posto de chanceler acreditava que só o líder nazista tinha probabilidade de governar o país com o apoio de uma maioria do Reichstag. Supunham-se capazes de controlá-lo, visto que um deles, von Papen, seria vice-chanceler e o gabinete incluiria apenas três nazistas num total de cerca de dez ministros.

Algumas outras causas subjacentes merecem pelo menos uma menção de passagem. Uma delas foi a revolta causada nos países ocidentais pelo fanatismo do regime nazista e pela cruel perseguição movida aos judeus e outras minorias. Outra foi a desilusão resultante da Primeira Guerra Mundial. A muitos, essa guerra afigurava-se ter sido uma matança insensata sem nenhum efeito benéfico. Seus frutos tinham sido o militarismo, a ruína econômica, a intensificação do nacionalismo e a mais cruel depressão que o mundo já conhecera. Milhões de indivíduos chegaram à conclusão de que a guerra era o maior dos males e de que ela devia ser evitada a qualquer custo. Esse modo de pensar, aliado ao desejo de utilizar o fascismo como uma arma contra o comunismo, teve muito que ver com os numerosos erros cometidos pelos estadistas dos países democráticos entre 1931 e 1939. Fatos tais como o acordo Hoare-Laval, a não-intervenção na Espanha, o pacto naval anglo-alemão e o acordo de Munique deverão passar à história como algumas das supremas loucuras

do século XX. Por vezes os políticos britânicos e franceses pareceram senhores do campo, já que até os últimos anos da década de 1930 os estados fascistas não se sentiam muito fortes e teriam provavelmente cedido em face da oposição unida das potências ocidentais. Mas cada novo ato de apaziguamento os encorajava a procurar outras vitórias incruentas, até que a guerra demonstrou ser o único meio de impedir que todo o continente europeu caísse sob o domínio fascista.

Antes de deixarmos o assunto das causas subjacentes da guerra, talvez convenha examiná-lo do ponto de vista de uma interpretação diferente. De acordo com uma importante escola de pensamento a que podemos chamar escola da política de poder, a maior parte dos fatores acima mencionados não merece mais que uma ligeira consideração. Os chefes dessa escola aceitariam sem dúvida as causas econômicas, mas rejeitariam quase todas as demais como insignificantes. Acentuam eles acima de tudo a importância da política de poder, sustentando que as rivalidades e lutas pelo poder têm sido as verdadeiras causas das guerras internacionais desde o começo da história moderna. Forças tais como o nacionalismo, o militarismo e o imperialismo não têm passado de instrumentos para atingir os objetivos de uma ambição de poder. Mostram que o século XVII se assinalou por uma grande luta de poder entre a França e a Áustria, da qual a França saiu vitoriosa. Durante o século XVIII a luta principal travou-se entre a Inglaterra e a França, culminando numa vitória decisiva para aquela. Os franceses tentaram recuperar o seu poder durante as guerras da Revolução e sob Napoleão I, mas a tentativa fracassou e a Inglaterra se afirmou pouco a pouco como a nação dominante do globo. Pelos fins do século XIX, no entanto, a Alemanha começou a emular a supremacia britânica, e o resultado foi a Primeira Guerra Mundial. Depois da guerra, o conflito de ambições entre os vencedores facultou um revivescimento do poder teutônico, donde resultou estar a Alemanha, em 1939, novamente em condições de impugnar o direito das nações ocidentais a governar o mundo. A circunstância de se encontrarem a Alemanha e os seus aliados debaixo de um regime fascista pouco tinha que ver com o caso. Segundo os teóricos da política de poder, o fascismo não foi mais que um subproduto da luta secular entre as nações para se avantajarem a expensas de suas vizinhas.

Parece inegável que haja muita verdade na hipótese acima exposta. A existência do sistema estatal moderno faz com que as nações

estejam quase constantemente envolvidas quer em guerras frias, quer em conflitos armados. Pois esse pretenso sistema não é, na realidade, sistema nenhum e sim uma situação de anarquia. Na sua vigência, as relações entre os estados são as mesmas que se observariam entre os indivíduos no suposto estado natural, que filósofos como Locke e Rousseau acreditavam ter existido antes da formação da sociedade política. Em outras palavras, não existe lei nem ordem a não ser as que resultem de acordos entre unidades soberanas. Ao realizar esses acordos as unidades conservam a sua plena soberania, podendo portanto repudiá-los quando bem lhes aprouver. Outro elemento da hipótese que se torna difícil refutar é a asserção de que as ideologias não constituem uma causa fundamental de guerras. Se os políticos britânicos estivessem gravemente preocupados com os males do fascismo, jamais teriam adotado a política de apaziguamento, pois deviam saber muito bem que o seu efeito seria fortalecer a Itália e a Alemanha. Há mesmo indícios de que Neville Chamberlain estava perfeitamente disposto a colaborar com os governos fascistas a fim de alcançar os seus próprios objetivos. Uma das principais razões que o levaram a Munique foi o desejo de formar uma aliança quadripartida entre a Alemanha, a Itália, a França e a Grã-Bretanha para determinar os destinos da Europa. É também significativo que a Alemanha e a Rússia se tivessem tornado aliadas em 1939 a despeito de Hitler ter qualificado os bolcheviques, pouco tempo atrás, como o "rebotalho da terra", ao passo que Stalin chamara os nazistas de "sanguinários assassinos dos trabalhadores". A hipótese da política de poder parece ressentir-se não de inexatidão, mas, como a maioria das teorias especializadas, do fato de não levar na devida conta todos os fatores. Se o nacionalismo e o militarismo não são, na origem, causas primárias de guerras, muitas vezes se tornam tais à medida que aumenta a tensão internacional.

2. O INÍCIO DAS HOSTILIDADES

Parece possível descobrir pelo menos duas causas imediatas que conduziram à deflagração da Segunda Guerra Mundial. A primeira foi o desmembramento, levado a efeito por Hitler, do que restava da Tchecoslováquia em março de 1939. Esse ato, uma violação flagrante do Acordo de Munique, indicava claramente que as ambições nazistas não se

limitavam à aquisição de territórios habitados por minorias alemãs mas incluíam um programa muito mais vasto de expansão. O mais importante foi que ele resultou no abandono quase imediato da política de apaziguamento. Mesmo o primeiro-ministro Chamberlain convenceu-se então de que já não era possível depositar confiança em Hitler. Por conseguinte, quando o Führer começou a ameaçar a Polónia, exigindo a abolição do Corredor e a volta da cidade livre de Danzig à Alemanha, Chamberlain anunciou que a Inglaterra prestaria auxílio armado à Polónia. Pouco depois, declarou que o seu governo iria em socorro de qualquer nação que se sentisse ameaçada pelas ambições de Hitler. Nas semanas subsequentes, tanto ingleses como franceses ofereceram garantias positivas à Grécia, à România e à Turquia. Nos meados de julho uma aliança militar foi concluída pela Inglaterra e pela França, de um lado, e pela Polónia do outro. Os termos dessa aliança eram de grande alcance. Os ingleses e franceses comprometiam-se a prestar auxílio militar à Polónia em caso de uma agressão que os poloneses considerassem como uma clara ameaça à sua independência. A única restrição era o requisito de que os próprios poloneses resistissem à agressão — o que, em vista do poderoso apoio prometido, não chegava na realidade a constituir uma restrição.

Por que motivo tão fortes compromissos de ação militar foram insuficientes para deter Hitler? Uma das razões foi a sua evidente certeza de ter ainda alguns trunfos na mão. Parece ter confiado na sua capacidade de burlar as democracias e reduzir-lhes os compromissos a gestos vazios. Isto nos leva à consideração do Pacto Nazi-Soviético, que podemos encarar como a outra causa imediata da Segunda Guerra Mundial. Hoje não restam mais dúvidas de que uma das razões que levaram Hitler a persistir tão temerariamente em suas exigências contra a Polónia foram as suas fortes esperanças na possibilidade de cimentar algum acordo amistoso com a Rússia. Foi o que finalmente levou a cabo em 23 de agosto de 1939, quando o seu ministro do Exterior, Joachim von Ribbentrop, voou para Moscou e assinou, com o comissário Vyacheslav Molotov da União Soviética, um pacto de não-agressão e neutralidade com a duração de cinco anos. Mediante esse acordo Hitler separava a Rússia das potências ocidentais e impedia que ela lhes prestasse auxílio. Pelo visto, tinha certeza de poder atacar agora a Polónia sem temer as consequências, pois a Inglaterra e a França estariam

praticamente incapacitadas de ajudá-la. Ademais, documentos recentemente publicados atestam que o Pacto Nazi-Soviético teve como complemento um protocolo secreto que dispunha sobre a divisão da Polônia entre a Alemanha e a Rússia.

Cumprir notar que a Inglaterra e a França também envidaram esforços no sentido de atrair a Rússia para o seu lado. Enquanto nazistas e soviéticos levavam avante o seu flerte secreto, representantes dos governos britânico e francês mantinham-se em conferência com funcionários russos em Moscou. Mas uma atitude de desconfiança embaraçou desde o início a ação dos negociadores. Chamberlain encarava com pouco entusiasmo a aliança com a Rússia, mas fora impelido a procurá-la pela pressão da opinião pública. Quanto aos comunistas, ainda guardavam rancor da desfeita que tinham sofrido em Munique. Consideravam a rendição de Chamberlain ante os ditadores como uma tentativa para livrar-se de Hitler voltando-o contra a Rússia. Além disso, parecem ter chegado à conclusão de que tinham mais a ganhar com a Alemanha do que com o Ocidente. As cláusulas secretas que acompanhavam o Pacto Nazi-Soviético prometiam à Rússia não só a Polônia oriental mas também a Bessarábia e a liberdade de ação na Letônia e na Estônia. Finalmente, do ponto de vista soviético um pacto com a Alemanha apresentaria a vantagem positiva de dividir as potências capitalistas, incapacitando assim a Inglaterra e a França de utilizar a Alemanha como ponta-de-lança para um ataque capitalista à União Soviética. O perigo de uma tal eventualidade ainda se afigurava muito real aos homens do Kremlin, malgrado todos os protestos de amizade procedentes de Londres e Paris.

Após a assinatura do Pacto Nazi-Soviético as relações entre a Alemanha e a Polônia não tardaram a alcançar o ponto crítico. Havia algumas semanas que as radiodifusoras de ambos os países falavam de demonstrações-monstros e "incidentes de fronteira". Os jornais nazistas despejavam recriminações e ameaças na mais violenta das linguagens. A 24 de agosto Hitler aprestou-se para tomar posse de Danzig solicitando ao senado da cidade livre que nomeasse chefe de estado o líder nazista local. A seguir o Führer reiterou às potências ocidentais as suas exigências no tocante a Danzig e ao Corredor, instando em que esses problemas fossem resolvidos imediatamente, sem concessões, e em que a Inglaterra abandonasse a aliança com a Polônia. Chamberlain negou-se a aceitar tais condições e continuou a recomendar a

Hitler que não recorresse à força, na esperança de que ainda se pudesse chegar a uma solução satisfatória por meio de negociações. Finalmente, na manhã de 1.º de setembro, o Führer anunciou que as operações militares contra a Polônia haviam começado. Como justificativas da ordem de avançar dada ao exército, alegava: 1) que a Polônia já havia mobilizado e cometido atos hostis contra a Alemanha, e 2) que a "bárbara perseguição" movida no Corredor a homens, mulheres e crianças alemães já não podia ser tolerada por uma grande nação.

Embora Hitler declarasse que lutaria até que a situação se tornasse "aceitável para a Alemanha" e que havia de "vencer ou morrer", o seu governo não enviou nenhuma declaração de guerra. A ação contra a Polônia foi definida simplesmente como um "contra-ataque com perseguição". Talvez ele acreditasse realmente que ao negociar um pacto com a Rússia havia frustrado tão completamente os planos das potências ocidentais que estas perceberiam a inutilidade de tentar socorrer a Polônia e daí não resultaria, portanto, nenhuma guerra geral. Se com efeito assim pensava, não tardou a desiludir-se. Ao ter conhecimento do ataque à Polônia, a Inglaterra e a França enviaram conjuntamente uma advertência à Alemanha para que pusesse termo à agressão. Não receberam resposta. Às nove horas da manhã de 3 de setembro o embaixador britânico em Berlim entregou um ultimato pelo qual as autoridades alemãs eram informadas de que se não tomassem medidas para retirar as tropas dentro de duas horas a Grã-Bretanha declararia guerra. Às onze horas ouviu-se a voz de Neville Chamberlain — a voz de um homem fatigado e decepcionado — anunciando que o seu país se achava em guerra com a Alemanha. Falou no "rude golpe" que representava para ele o fracasso da sua "longa luta pela paz". Concluiu invocando a bênção divina para o seu povo e afirmando que era contra "as potências do mal" que a nação britânica iria lutar — "a força bruta, a má fé, a injustiça, a opressão e a perseguição". Às cinco horas da tarde, nesse mesmo dia, a França também entrou na guerra.

A campanha alemã contra a Polônia foi breve. Em menos de três semanas os exércitos poloneses foram desbaratados, seguindo-se a tomada de Varsóvia e a fuga do governo polonês para a Rumânia. Esmagados os poloneses e incapacitados de oferecer qualquer resistência, acreditava-se em todo o mundo que a Alemanha desencadearia uma Blitzkrieg contra a Inglaterra e a França. Tal não se deu, entretanto. A

guerra no ocidente resolveu-se numa espécie de sítio, uma "guerra de mentira" como foi chamada por muita gente nas democracias. Os combates verificados durante o resto de 1939 limitaram-se em grande parte a guerra submarina, a reides aéreos contra bases navais e a encontros ocasionais entre cruzadores no íiar. A estratégia dos inimigos da Alemanha consistia mormente em gastá-la por meio de um bloqueio e pela mera superioridade dos recursos econômicos. Sabe-se hoje que os alemães tratavam diligentemente de multiplicar as suas forças, preparando-se para desfechar um golpe esmagador na entrada da primavera.

Nem bem começara a primavera de 1940, os alemães transformaram a guerra de sítio da frente ocidental numa sangrenta guerra de ataque. O primeiro passo foi a invasão da Dinamarca e da Noruega, em 9 de abril. Tal medida tinha duas finalidades principais em vista. Uma delas era proteger a rota costeira de grande parte dos abastecimentos de ferro sueco, o qual era transportado em estrada de ferro para Narvik e daí embarcado para a Alemanha; a outra era salvaguardar o flanco setentrional no projetado ataque aos Países-Baixos e a França. Os dinamarqueses capitularam quase de imediato ante os invasores nazistas, mas os noruegueses resolveram lutar. Se bem que os ingleses tivessem enviado tropas e navios de guerra às pressas para a Noruega, os alemães lograram assenhorear-se da maior parte do país. Três semanas após a invasão o primeiro-ministro Charriberlain reconheceu que o esforço britânico para impedir que a Noruega caísse sob o domínio alemão havia fracassado.

A 10 de maio de 1940 o mundo ouviu estarecido a notícia de que uma avalanche de tropas alemãs havia penetrado na Holanda e na Bélgica. Os holandeses foram subjugados em cinco dias e forçados a depor as armas. Os belgas, com o auxílio de cerca de 400.000 soldados ingleses e franceses, resistiram um pouco mais. A 28 de maio, todavia, o rei Leopoldo III chegou à conclusão de que era inútil continuar a resistência e entregou o grosso do seu exército. Os ingleses e franceses, com um remanescente das tropas belgas, retiraram-se para a Flandres ocidental, onde foram pouco a pouco cercados em Dunquerque e ameaçados de aniquilamento pelos alemães. Por fim, após dias de horror e angústia, a armada britânica conseguiu evacuar a todos, com exceção de uns 65.000, graças ao concurso da força aérea, da marinha

mercante e de toda sorte de embarcações que foi possível reunir.

Entrementes, outra horda de invasores nazistas havia rompido as defesas da Linha Maginot nas vizinhanças de Sedan e alastrara-se pela França. Apesar dos esforços dos soldados franceses e das ordens solenes dos seus generais para que vencessem ou morressem, raras vezes lhes foi possível deter o avanço alemão por mais de um dia. Sequiosos de vingar a humilhação sofrida em 1915 e encorajados pelo zelo de uma filosofia revolucionária, os soldados de Hitler batiam-se como cruzados. Munidos de armas formidáveis — tanques de sessenta toneladas, lança-chamas, colunas blindadas, bombardeiros de mergulho — concentraram todas as energias na conquista do inimigo por meio de uma terrificante Blitzkrieg. Em pouco tempo o exército francês ficou reduzido a uma condição de terror e impotência. Posições que os Aliados tinham sustentado durante meses na Primeira Guerra Mundial esboroaram-se dessa vez como castelos de areia. A 11 de junho, quatro semanas após o início da campanha, os nazistas tinham alcançado o Marne. O governo francês refugiou-se em Tours e pouco depois, a fim de evitar a destruição, proclamou Paris "cidade indefesa". A 14 de junho a Cidade Luz estava nas mãos dos alemães e o odiado emblema da suástica tremulava no topo da Torre Eiffel.

Conquanto se afigurasse, durante algum tempo, que os exércitos da França prosseguiriam na luta, o governo chegou à conclusão de que a causa estava perdida. A 17 de junho o Marechal Pétain, que se tornara primeiro-ministro na véspera, anunciou a cessação da resistência e apelou para Hitler, "de soldado para soldado", no sentido de obter uma paz honrosa. Quatro dias mais tarde, representantes da República Francesa avistaram-se com Hitler e outras autoridades do Reich vitorioso a fim de ouvir os termos do armistício. Por determinação do Führer o encontro realizou-se em Compiègne, no mesmo vagão ferroviário em que o Marechal Foch tinha ditado aos alemães os termos do armistício de 11 de novembro de 1918. A trégua agora imposta por Hitler exigia que os franceses se submetessem à ocupação de cerca de metade do seu território, desmobilizassem e desarmassem as suas forças militares e navais, pusessem em liberdade todos os prisioneiros de guerra alemães e entregassem todos os armamentos e materiais bélicos que se encontrassem no território ocupado. Por outro acordo provisório de 24 de junho, os italianos, que tinham entrado na guerra ao lado da Alemanha

quatorze dias atrás, receberam o porto de Djibuti na Somália Francesa, o pleno controle da estrada de ferro de Djibuti e Adis-Abeba e o direito de ocupar uma parte da França sul-oriental.

Com a França reduzida à impotência e forçada a submeter-se à vontade dos vencedores a guerra entrou numa nova fase. A Alemanha dominava o continente e, entre os seus adversários, só o Império Britânico estava em condições de continuar a luta. Restava ainda ver se os ingleses seriam esmagados pelo rolo compressor nazista ou se sobreviveriam para repetir a sua façanha das guerras napoleônicas, ou pelo menos para restringir a vitória de Hitler. A atitude do governo indicava a disposição de arrostar qualquer perigo. Num discurso difundido pelo rádio em 17 de junho o primeiro-ministro Winston Churchill, que sucedera a Neville Chamberlain em 10 de maio, declarou que a Grã-Bretanha "lutaria invencivelmente até que a humanidade ficasse livre da praga hitleriana".

Com surpresa de muita gente, os alemães não tentaram uma invasão da Inglaterra logo depois da queda da França. Talvez a julgassem desnecessária uma vez que a Inglaterra, com todos os seus aliados fora de combate, seria obrigada mais cedo ou mais tarde a capitular. O mais provável, porém, é que as realidades militares e geográficas os tenham dissuadido disso. Era preciso tempo para estabelecer bases na França setentrional e reunir os milhares de lanchões e outros barcos de transporte necessários. A armada britânica continuava a ser a mais poderosa do mundo. O Canal da Mancha era uma barreira eficaz contra o emprego daqueles métodos de guerra mecanizada a que se devera a derrota da França. Tampouco se deve esquecer que a força aérea britânica, a RAF, tinha dado prova cabal do seu valor como arma defensiva em Dunquerque.

Os alemães realizaram os primeiros grandes reides aéreos contra a Grã-Bretanha em 8 de agosto de 1940. Nessa data a Luftwaffe de Goering iniciou uma série de ataques em massa que prosseguiram com fúria crescente pelo espaço de duas semanas. Centenas de aviões bombardeavam os portos, os centros industriais e as defesas aéreas por todo o país. Em setembro os alemães convenceram-se de que a eficácia dos reides diurnos era insuficiente e recorreram aos bombardeios noturnos. O resultado, para a Inglaterra, foi um longo período de indescritível horror. Milhares de casas foram danificadas ou desunidas em

muitas partes do país e bairros inteiros, nas cidades, ficaram reduzidos a escombros. O mais pavoroso foram as baixas registradas entre a população civil. De agosto de 1940 a junho de 1941, quando cessaram praticamente os bombardeios em larga escala, mais de 40.000 cidadãos britânicos foram mortos pelos ataques aéreos.

Se Hitler e Goering pensavam dismantelar irreparavelmente a Inglaterra e levá-la à rendição pelo terror, tiveram uma grande desilusão. O governo de Churchill tomou medidas rápidas e eficazes para a defesa e retaliação. Ante a iminência da queda da França o Parlamento havia promulgado as pressas uma Lei de Emergência, conferindo ao gabinete autoridade absoluta sobre as vidas e propriedades dos súditos britânicos. Essa lei permitia a requisição de qualquer indústria e a conscrição da riqueza e do trabalho a serviço do estado. À medida que crescia o perigo para a nação tomaram-se providências para frustrar quaisquer táticas do género das que os alemães haviam empregado na Bélgica e na Holanda. Uma força de defesa local, a Home Guard, foi organizada e armada para enfrentar as tropas de paraquedistas. Instalaram-se redes de arame farpado nas praias e o exército foi adestrado na construção de barricadas de estrada e na proteção dos campos de pouso contra aviões inimigos. O mais importante, porém, era que a RAF não se conservava ociosa. Ainda antes de ter a Luftwaffe lançado o seu ataque total já iniciara ela o bombardeio sistemático de alvos especificados na Alemanha. Os objetivos, a princípio, foram as comunicações e os pontos de concentração de tropas. Mais tarde o esforço principal concentrou-se na demolição das instalações portuárias e das fábricas de petróleo sintético. Alguns desses reides estenderam-se até Berlim e milhares de aviões participaram deles. O grosso da força aérea, no entanto, conservou-se em casa para repelir as incursões dos bombardeiros alemães. Nesse tipo de ação os pilotos e aviões britânicos deram provas de nítida superioridade. O Ministério do Ar asseverou que, durante o período em que a batalha esteve no auge, perto de três aviões alemães foram destruídos para cada um que os ingleses perderam. Churchill expressou o orgulho que a nação tinha da RAF ao declarar: "Jamais, na história dos conflitos humanos, tantos deveram tanto a tão poucos."

Antes de findar a Batalha da Inglaterra, a conflagração havia-se estendido a outros setores. Em setembro de 1940, ansiosos por

demonstrar o seu valor aos seus aliados do Eixo, os italianos iniciaram uma arremetida através da África do Norte com o propósito de tomar o canal de Suez. O prêmio a ganhar era nada menos que a ruptura da linha de comunicações da Inglaterra com o seu império. Conquanto a princípio tivessem conquistado algumas vitórias espetaculares, em menos de seis meses haviam perdido para a Inglaterra quase todas as suas possessões africanas e as tropas do Duce tiveram de ser socorridas pelos alemães. Entrementes, Mussolini encontrara um pretexto para atacar a Grécia. Ainda dessa vez os resultados foram quase catastróficos. Confiantes numa vitória fácil, os generais fascistas tinham feito preparativos completamente inadequados para uma campanha como aquela em que se viram envolvidos. Em pouco mais de um mês os gregos expulsaram do seu território todos os invasores italianos.

Em vista da calamitosa situação da Itália, era inevitável que Hitler interviesse na guerra dos Balcãs. Tinha, ademais, as suas razões próprias para querer amarrar ao carro de guerra teutônico as nações independentes que ainda restavam no Sudeste europeu. Todas elas eram valiosas como fontes de matérias-primas e como escalas de passagem para o Oriente Próximo. Acrescia ainda o perigo de que a Grécia, especialmente, pudesse ser usada como base de Operações pelos ingleses. Em 1.º de março de 1941, tropas alemãs ocuparam Sofia, capital da Bulgária, e em 6 de abril os exércitos do Führer invadiram a Iugoslávia e a Grécia. Como os ingleses enviassem reforços para auxiliar os gregos, a guerra nos Balcãs passou a formar um corpo só com o conflito maior. Mas a derrota pareceu acompanhar desde o começo os passos da Inglaterra e dos seus aliados. Pelos fins de maio de 1941 tinha sido esmagada toda oposição organizada à conquista alemã. A Inglaterra ficou mais uma vez sozinha em face do formidável inimigo e sem ter um ponto de apoio sequer no continente europeu.

Em 22 de junho de 1941 a Guerra Mundial de 1939 entrou na sua terceira fase ao desencadear Hitler um poderoso ataque contra a União Soviética. Por que arriscou ele essa cartada quando ainda se achava envolvido na guerra com a Grã-Bretanha? Talvez nunca se encontre uma explicação satisfatória para isso. Algumas das razões, contudo, são bastante óbvias. Havia anos que o Führer lançava olhares cobiçosos para as riquezas da Rússia. Na primeira edição de Mein Kampf, publicada em 1925, declarara que a Alemanha se expandiria, de um modo

geral, "unicamente a expensas da Rússia". Falando aos seus companheiros de partido em 1936, na cidade de Nuremberg, pintara o quadro dos alemães a "nadar em abundância" se o seu país conseguisse apoderar-se dos trigais e dos minérios da Ucrânia. Defrontando-se agora com a perspectiva de uma longa guerra com a Grã-Bretanha, compreendeu a necessidade urgente do petróleo, do manganês e outros recursos da Rússia para poder vencer. Hitler foi também influenciado por motivos estratégicos. Para derrotar a Inglaterra tornava-se cada vez mais evidente a necessidade de lançar uma invasão em proporções colossais. Mas isso seria perigosíssimo com os exércitos russos na retaguarda alemã. Finalmente, havia atritos cada vez mais sérios em torno da divisão da Europa oriental em esferas de influência, de acordo com as prescrições do Protocolo Secreto de 1939. Insatisfeita com o seu quinhão original, a Rússia exigiu a Lituânia e a Bucovina Setentrional, as quais incorporou à União Soviética juntamente com a Estônia, a Letônia e a Bessarábia.

Dispensando a formalidade da declaração de guerra e sem mesmo enviar um ultimato, Hitler mergulhou no seu fatídico esforço para conquistar a Rússia. O ataque foi lançado antes do amanhecer de 22 de junho de 1941, ao longo de toda a fronteira que separava os dois países. Dentro de poucos dias a Itália, a Hungria, a Romênia e a Finlândia uniram-se aos alemães, seguindo-se mais tarde a adesão da Bulgária e da Eslováquia. Durante semanas a fio as legiões mecanizadas nazistas rodaram para a frente, num ímpeto irresistível. Pelos fins de novembro tinham alcançado Rostov, na embocadura do Don, e Kertch, na Criméia. Nesse ínterim haviam feito rápidos progressos no norte. A 8 de setembro chegaram às margens do Neva e puseram cerco a Leningrado. Na frente central o avanço foi mais vagaroso. Fizeram-se necessários três meses para ir de Smolensk a Mojaïsk, distantes entre si menos de 300 quilômetros. Nesta última cidade o avanço foi temporariamente detido, mas por volta de 20 de novembro os invasores iniciaram uma nova ofensiva que ameaçou cercar Moscou. Colunas nazistas chegaram à vista da capital e, num arranco desesperado, conseguiram atingir-lhe os subúrbios. Entretanto, Moscou não caiu. Tão tenaz foi a resistência dos russos que já em 8 de dezembro os alemães reconheciam o fracasso da ofensiva.

Como puderam os russos deter a investida nazista, diante da qual a maioria das outras nações havia capitulado? Em primeiro lugar, os

comandantes do Exército Vermelho souberam tirar proveito da vastidão do seu país, atraindo os alemães cada vez mais longe das suas bases de aprovisionamento ao mesmo tempo que organizavam as suas próprias forças para uma poderosa contrs-ofensiva. Lucraram, outrossim com os erros dos nazistas. Hitler confessou ter subestimado grandemente a força dos russos. Além disso, a estratégia de toda a campanha de invasão fora concebida de uma forma que limitava seriamente as probabilidades de vitória. Ao invés de concentrar as suas forças num pequeno número de objetivos vitais, o Führer dispersou-as ao longo de uma fronteira de 2.900 quilômetros. Mas não foram esses os únicos fatores. Havia muito que os chefes soviéticos se vinham preparando para a guerra. Uma das finalidades principais visadas pelos Planos Quinquenais tinha sido aumentar o potencial bélico. Durante a vigência do Pacto Nazi-Soviético o governo de Stalin pudera acelerar a construção de instalações industriais nos Montes Urais e nas regiões metalíferas da Sibéria. Destarte, a conquista da Ucrânia ocidental não teve efeitos tão desastrosos como parecia. Acrescente-se a isso que os russos tinham tido tempo de aprender muita coisa sobre os métodos militares nazistas e tirar proveito das lições contidas na derrota de outros países. Em consequência, os seus exércitos não se atemorizaram nem se renderam assim que se viram "irremediavelmente cercados". Muito pelo contrário, lançaram-se ao contra-ataque sempre que isso foi possível e frequentemente lograram safar-se da armadilha.

3. A GUERRA TORNA-SE GLOBAL

Antes de 7 de dezembro de 1941, duas guerras estavam sendo travadas na face da terra. Uma era a guerra européia, nascida do ataque de Hitler à Polônia em 1.º de setembro de 1939. A outra era a guerra entre o Japão e a China, que havia começado em 7 de julho de 1937. Essas duas guerras fundiram-se numa só naquele dia de dezembro de 1941, quando aviões japoneses bombardearam a grande base naval norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí, destruindo ou danificando cerca de 20 vasos de guerra e 250 aviões, e causando a morte de aproximadamente 3.000 pessoas. Poucas horas depois o governo japonês declarava guerra tanto aos Estados Unidos como à Inglaterra. As declarações de guerra multiplicaram-se então rapidamente. No dia

seguinte o Congresso dos Estados Unidos reconheceu o estado de guerra com o Japão, por unanimidade no Senado e 388 votos contra 1 na Câmara de Representantes. A 11 de dezembro, Alemanha e Itália declararam guerra aos Estados Unidos. Dentro dos dois dias subsequentes, Rumânia, Hungria e Bulgária imitaram-lhes o exemplo. Vários países latino-americanos cerraram fileiras ao lado dos Estados Unidos, entre os quais Cuba, Panamá, Honduras, Guatemala, Haiti, Costa Rica e Nicarágua. Em 1942 o Brasil e o México incorporaram-se aos Aliados, e nos anos seguintes todas as demais nações do Hemisfério Ocidental. Conquanto só o Brasil e o México tivessem enviado destacamentos de tropas às frentes de batalha, os outros países latino-americanos contribuíram com o seu apoio moral e com a produção de materiais básicos e estratégicos para a Grã-Bretanha e os Estados Unidos.

A súbita erupção de violência japonesa contra o Ocidente em 7 de dezembro de 1941 não foi um acontecimento isolado. Desde setembro do ano anterior o Japão estava aliado à Alemanha e à Itália. Pelos termos do pacto de aliança, reconhecia ele "a liderança da Alemanha e da Itália no estabelecimento de uma nova ordem na Europa"; em troca, estas reconheciam a liderança japonesa na realização de um objetivo semelhante na "Grande Ásia Oriental". Por outro lado, não há provas de que as potências do Eixo tenham colaborado intimamente na preparação do ataque a Pearl Harbor. Provavelmente Hitler teria preferido muito, na ocasião, que o Japão atacasse a Rússia. Não obstante, cometeu contra os Estados Unidos certos atos que não podiam deixar de provocar a inimizade norte-americana. Enviou à América do Sul agentes encarregados de promover a simpatia pelo fascismo e pela causa do Eixo. Manteve uma grande frota de submarinos no Atlântico para dar caça ao comércio norte-americano, na esperança de impedir que as remessas de provisões daquele país chegassem às mãos dos seus inimigos. Seis meses antes de Pearl Harbor um desses submarinos fora ao ponto de afundar um cargueiro norte-americano, o Robin Moor, com um carregamento de trilhos de aço e de automóveis destinado à África do Sul.

Essas atividades, porém, tinham certas relações com a política exterior do governo norte-americano, a qual deixara, havia muito, de ser uma política de neutralidade. Em setembro de 1940 o presidente Roosevelt contratara a transferência de cinquenta destróieres "velhos" da

armada norte-americana para a britânica, em troca do arrendamento de bases navais e aéreas em certas possessões inglesas do Hemisfério Ocidental. Em março de 1941 o Congresso aprovou, por solicitação do presidente, a célebre "Lei de Empréstimos e Arrendamentos" (Lend-Lease Act), que autorizava o executivo a prestar aos governos em luta com o Eixo quase qualquer espécie de auxílio material "fora da guerra". No verão de 1941 a armada dos Estados Unidos começou a comboiar, os cargueiros norte-americanos e mesmo cargueiros de outros países durante parte da travessia do Atlântico. A decorrência quase inevitável de tudo isso era uma guerra naval não declarada entre a Alemanha e os Estados Unidos. A 17 de outubro o destróier norte-americano Kearny foi torpedeado ao largo da costa da Islândia quando se achava em combate com um ou mais submarinos. Duas semanas mais tarde, outro navio americano em serviço de comboio, o destróier Keuben James, foi não só torpedeado mas afundado, com a perda de 100 vidas. Nesse ínterim o presidente Roosevelt tornava cristalinamente clara a sua atitude em face da guerra na Europa. Falando em Hyde Park a 1.º de setembro de 1941, declarou categoricamente que faria "tudo que estiver em nosso poder para esmagar Hitler e as suas forças nazistas". No seu discurso do Dia da Armada, em 27 de outubro do mesmo ano, informou o povo americano de que "as balas tinham começado a correr".

Durante esses meses críticos os militaristas japoneses pareceram prestar pouca atenção aos acontecimentos da guerra na Europa. Seu objetivo principal era agora, aparentemente, a conquista de um império no Pacífico meridional. Arrostando dificuldades na guerra contra a China, necessitavam do estanho e da borracha da Maláia e do petróleo das Índias Holandesas para poderem vencer. A conquista destes últimos territórios, porém, não só cortaria os abastecimentos de valiosas matérias-primas mas também constituiria uma ameaça às Filipinas, provocando destarte o antagonismo dos Estados Unidos. Antes do outono de 1940 a atitude do governo de Washington para com a guerra do Extremo Oriente fora um tanto ambígua. Ainda que professando simpatia pela China, o Departamento de Estado permitira o embarque de muitas mercadorias vitais de guerra para o Japão. Mas quando o Império do Sol Nascente começou a ameaçar simultaneamente a Indochina e as Índias Holandesas houve uma viravolta definida dessa política. Em 4 de setembro de 1940 o secretário de estado Cordell Hull advertiu os japoneses de que

os atos de agressão contra qualquer desses territórios teriam "um efeito desastroso" sobre a opinião norte-americana. Como, três semanas mais tarde, o Japão obtivesse licença do governo francês de Vichy para enviar tropas e provisões através da Indochina, Washington mandou sustar os embarques de sucata e aço para o império nipônico.

Mas nem a política de apaziguamento nem o seu oposto pareciam capazes de conter o Japão, cujos militaristas e imperialistas estavam decididos a estabelecer o domínio japonês sobre toda a Ásia Oriental. Os Estados Unidos não estavam menos decididos a frustrar-lhes essa ambição. A ruptura do equilíbrio de poder no Extremo Oriente convinha tão pouco à grande república americana quanto a subversão desse equilíbrio na Europa. O resultado foi um impasse que quase parecia tornar inevitável a guerra. Em outubro de 1940 o ministro japonês do Exterior, Matsuoka, declarou que se os Estados Unidos continuassem "cega e teimosamente aferrados ao status quo do Pacífico" o Japão lhes faria guerra. Não obstante, ambos os governos mantiveram o simulacro de negociações — mais para ganhar tempo, talvez, do que com outro propósito. Na primavera de 1941 o secretário de estado Hull iniciou uma série de conferências com o embaixador japonês em Washington, a qual se prolongou através do verão e do outono. Em novembro o governo nipônico mandou um enviado especial, Saburo Kurusu, para cooperar com o embaixador. Era impossível, porém, conciliar os pontos de vista dos dois governos. Os japoneses insistiam no seu direito de organizar a Ásia Oriental em seu próprio benefício, enquanto os Estados Unidos exigiam que o Japão respeitasse a soberania e a integridade territorial da China e da Indochina e reconhecesse o governo nacional chinês de Chung-King. A situação foi piorando rapidamente no decurso do verão de 1941, à medida que os exércitos japoneses aumentavam as suas usurpações no território indochinês, que o Lend-Lease era estendido à China e as exportações de petróleo para o Japão, abruptamente suspensas. Em 29 de novembro os acontecimentos atingiram uma fase tão crítica que a perspectiva pareceu quase desesperada a Cordell Hull. Declarou nessa data que "a parte diplomática das nossas relações com o Japão está prestes a findar e o assunto passará agora aos dirigentes do Exército e da Marinha". Os emissários japoneses não interromperam, contudo, as negociações; continuaram a simular até o dia 7 de dezembro. Somente às 2,20 da tarde desse dia deram a conhecer ao Departamento de Estado a sua recusa

categórica das propostas norte-americanas. Exatamente uma hora antes, os aviões nipônicos tinham iniciado o ataque a Pearl Harbor.

O deflagrar da guerra global teve como resultado imediato uma série de desastres militares e navais para os Aliados. Em alguns casos, foram eles motivados pelo aturdimento e pela falta de preparação. Em outros, pelo excesso de confiança, em especial pela pendor de considerar os japoneses como soldados inferiores. Esta última ilusão não tardou a dissipar-se. No mesmo dia em que bombardearam Pearl Harbor os nipônicos desfecharam tremendos ataques contra as ilhas de Wake, Guam, Midway e contra Hong-Kong. Midway foi defendida com êxito, mas Guam sucumbiu quase de imediato. Wake resistiu até 23 de dezembro e Hong-Kong, dois dias mais. A 10 de dezembro, bombardeiros de mergulho e aviões torpedeiros japoneses afundaram o novo couraçado britânico Prince of Wales e o cruzador de batalha Repulse, únicos navios aliados de primeira classe que se encontravam no Pacífico sul-ocidental. Em 2 de janeiro de 1942 Manilha sucumbiu ante a investida das tropas japonesas e em 15 de fevereiro rendeu-se Singapura. A capitulação deste grande porto abriu caminho para a conquista das Índias Holandesas; uma após outra, em rápida sucessão, as ricas presas de Java, Sumatra, Bornéu, Celebes e Nova-Guiné caíram nas mãos dos soldados do micado. Nesse meio tempo outras forças japonesas tinham atacado a Birmânia e obrigado os exércitos de defesa a pôr-se em retirada, atravessando as montanhas para a Índia e a China. No curto espaço de três meses haviam os japoneses conquistado um vasto império de quase 4 milhões de quilômetros quadrados (cerca de metade da superfície dos Estados Unidos), com 125 milhões de habitantes. Acima de tudo, achavam-se de posse da borracha, do estanho, do petróleo e de outras matérias-primas essenciais que lhes permitiriam prolongar indefinidamente a guerra.

Os anos de 1941 e 1942 assinalaram o apogeu do avanço do Eixo durante a guerra. Várias batalhas podem ser consideradas como pontos de refluxo. Uma delas foi a obstinada defesa de Moscou pelos russos, em novembro e começos de dezembro de 1941. Embora Hitler se tivesse gabado pouco antes de que "a Rússia estava esmagada e nunca mais tornaria a erguer-se", foi essa a última vez que os seus exércitos chegaram perto da capital soviética. Em 1942 os generais nazistas decidiram-se por uma ofensiva limitada contra a Rússia meridional, na

esperança de alcançarem o Volga e o Mar Cáspio. Se fossem bem sucedidos, teriam isolado a Rússia setentrional do seu celeiro, a Ucrânia, e das jazidas de petróleo ao norte e ao sul do Cáucaso. A derrota de Stalingrado, porém, na qual os alemães perderam cerca de 300.000 homens, veio pôr fim a esse plano. Os pontos de refluxo da guerra do Pacífico ocorreram durante a primavera de 1942, com a derrota das forças japonesas pelos Estados Unidos nas batalhas do Mar de Coral e de Midway. Tais reveses barraram para sempre as tentativas nipônicas de se apossarem da Austrália e das Ilhas Havaianas, com o que teriam privado os Estados Unidos de suas bases avançadas para uma contra-ofensiva contra o Japão.

Durante o resto da guerra a iniciativa esteve quase constantemente nas mãos das Nações Unidas. No fim de 1942 e começo de 1943, um ataque combinado dos ingleses pelo leste e dos norte-americanos pelo oeste logrou expulsar da África do Norte todos os alemães e italianos. Isso tornou possível a invasão da Itália e contribuiu para a queda de Mussolini e a rendição final do governo italiano, a 3 de setembro de 1943. Nesse ínterim os russos haviam arrebatado a iniciativa aos alemães, conseguindo mantê-la quase ininterruptamente em suas mãos a partir de então. Na primavera de 1944, as únicas cidades russas importantes que ainda continuavam na posse dos nazistas eram Minsk e Odessa. Mas o poder ofensivo das Nações Unidas não podia ser considerado completo enquanto não se abrisse uma "segunda frente" no oeste. Foi o que se fez em 6 de junho de 1944, quando 5.000 navios aliados atravessaram a Mancha e desembarcaram na costa da Normandia o seu carregamento de soldados e de equipamento mecanizado. Mais de 100.000 homens puseram pé no Continente nesse primeiro dia, e no mês de setembro seguinte o seu número elevava-se a dois milhões.

Tornou-se então possível aos Aliados exercer pressão sobre a fortaleza européia de Hitler partindo de três direções. No sul, ingleses e norte-americanos continuavam a lutar na Itália, não contra os italianos mas contra os alemães, que haviam ocupado a maior parte do país pouco após a queda de Mussolini. A conquista do terreno montanhoso da Itália revelou-se uma empresa formidável que não foi completada senão já quase ao findar a guerra. A pressão russa a leste manteve os alemães em fuga constante até alcançarem Berlim. Na primavera de 1945 os exércitos soviéticos tinham avançado até as margens de Ôder e proclamavam aos

quatro ventos que a queda do Reich hitleriano seria questão de semanas. A 21 de abril haviam aberto caminho até os subúrbios de Berlim. Durante os dez dias subsequentes travou-se uma batalha feroz entre as ruínas e os montes de entulho. Os chefes nazistas entrincheiraram-se em abrigos subterrâneos e instigaram os seus adeptos a uma defesa fanática de cada rua. Mas a hora fatal tinha soado. A 2 de maio foi tomado o coração da cidade e a bandeira vermelha dos soviéticos hasteada sobre as ruínas da Porta de Brandeburgo. Poucas horas antes Adolf Hitler, Führer de um estado que se propunha durar mil anos, matara-se no abrigo à prova de bombas da Chancelaria. O ministro da Propaganda, Goebbels, seguiu o exemplo do seu chefe. Outros altos dignitários nazistas fugiram da cidade, para suicidarem-se mais tarde ou ser aprisionados pelos exércitos vitoriosos.

Não foi menor a pressão que os Aliados exerceram sobre a Alemanha a oeste. As cabeças-de-ponte assentadas na Normandia foram gradualmente ampliadas, introduzindo-se largas cunhas no território da França setentrional ocupado pelos nazistas. Em 25 de agosto as tropas aliadas libertaram Paris, e no mês seguinte alguns destacamentos avançados alcançaram o Reno. Em dezembro os alemães tentaram contraminar o inimigo mediante um ataque de surpresa cuidadosamente planejado, visando tomar Liège e Namur e secionar em duas partes as forças aliadas. Era um golpe de desespero, talvez predestinado ao fracasso, mas os generais de Hitler conseguiram introduzir um largo "bolsão" em território aliado antes de serem detidos. No fim do inverno e na primavera do ano seguinte os Aliados retomaram a ofensiva. Em março, atravessaram o Reno em vários pontos. A 1.º de abril haviam cercado o vale do Ruhr, isolando assim a Alemanha de um dos seus mais valiosos centros industriais. A 25 de abril, soldados do Nono Exército norte-americano apertaram a mão de soldados russos em Turgau, perto de Leipzig, à margem do rio Elba. A Alemanha estava partida em duas. Entrementes, aviões aliados munidos de bombas incendiárias e "arrasa-quarteirões" haviam espalhado a morte e a destruição nas cidades alemãs. A rendição final veio no dia 7 de maio. Às 2,41 da madrugada, numa escola de Reims, na França, representantes do comando supremo alemão assinaram a capitulação incondicional. As hostilidades deviam cessar em todas as frentes à zero hora e um minuto do dia 9 de maio. A paz descera finalmente sobre a Europa exausta, após cinco anos e oito meses de

carnificina e barbarismo.

A guerra no Extremo Oriente prosseguiu durante três meses ainda após o fim do conflito na Europa. Após as batalhas do Mar de Coral e de Midway, trataram de penetrar as defesas exteriores e interiores do grande império que o Japão havia conquistado. Nos fins de 1943, as defesas exteriores estavam praticamente desmanteladas. Em 1944, com a tomada de Guam, Saipan e Tinian, foram estabelecidas bases próximo às linhas de defesa interna. Era outubro do mesmo ano, a vitória norte-americana na grande batalha do Golfo de Leyte eliminou virtualmente o Japão como potência naval e abriu o caminho para a reconquista das Filipinas. No começo de abril de 1945, fuzileiros navais norte-americanos completaram a sangrenta conquista de Iwo Jima e em junho, após 82 dias de uma luta das mais desesperadas, caiu Okinawa. Os norte-americanos tinham agora pontos de apoio a menos de 800 quilômetros do território japonês propriamente dito. Tais conquistas seriam extremamente valiosas como bases para o bombardeio aéreo das cidades e indústrias japonesas. No começo de julho os dirigentes do império nipônico, na nervosa expectativa de uma invasão, estavam exortando os cidadãos a que fizessem um esforço supremo para enfrentar a crise.

O fim da guerra no Pacífico veio com a mesma subitaneidade dramática que havia assinalado o colapso da Alemanha. Em 26 de julho os chefes dos governos norte-americano, britânico e chinês lançaram uma proclamação conjunta apelando ao Japão para que se rendesse a fim de evitar a destruição. Passaram-se alguns dias sem que o governo de Tóquio respondesse. Mas no começo de agosto uma série de acontecimentos levou os senhores do Japão a mudar de idéia. No dia 3 as autoridades navais dos Estados Unidos anunciaram que tinham conseguido minar todos os portos japoneses, isolando assim o país das fontes externas de abastecimento. A 6 de agosto uma bomba atômica foi lançada sobre Hiroshima, arrasando completamente cerca de 60% da cidade. A 8 de agosto a Rússia Soviética entrou na guerra, com o propósito declarado de abreviar as hostilidades e facilitar a restauração da "paz universal". Parece certo, todavia, que os russos não foram menos influenciados pelo desejo de recuperar a sua posição no Extremo Oriente, perdida para os japoneses na guerra de 1904-5. A 9 de agosto de 1945 foi lançada uma

segunda bomba atômica, dessa vez sobre Nagasaki. Na noite desse dia o presidente Truman preveniu que os Estados Unidos continuariam a usar a nova e mortífera arma até que o Japão dobrasse o joelho. A advertência parece ter produzido algum efeito, se bem seja provável que os chefes militares de Tóquio já tivessem compreendido desde algum tempo que a derrota era inevitável. Fosse como fosse, no dia seguinte o governo japonês propôs aceitar o ultimato de rendição de 26 de julho, com a ressalva de que os poderes do imperador "como chefe soberano da nação" permanecessem intatos. Replicaram os Aliados que o imperador poderia conservar a sua posição como soberano nominal, mas teria de submeter-se às ordens do comandante supremo dos exércitos de ocupação. Durante três dias o mundo aguardou, aflito, a decisão dos japoneses. Às 6,10 da tarde do dia 14 de agosto a resposta foi recebida em Washington. Era uma aceitação incondicional das exigências aliadas. Nessa noite houve delirantes festejos nas cidades das nações vitoriosas. Milhões de pessoas dançavam, aclamavam e desfilavam pelas ruas entre a algazarra ensurdecedora das buzinas e das sirenas. Os mais circunspectos congregaram-se nas igrejas no dia seguinte para agradecer a Deus o fim da terrível provação. E razão de sobra tinham para isso, pois a mais ruínosa, a mais brutal e arbitrária das guerras havia passado à história.

4. OBJETIVOS DE GUERRA E PLANOS DE PAZ

Os objetivos de guerra das nações beligerantes costumam expandir-se à medida que prossegue o conflito. A Segunda Guerra Mundial não constituiu exceção a essa regra. Ao anunciar, por exemplo, o seu ataque à Polônia em 1.º de setembro de 1939, Hitler não fez nenhuma referência a planos de conquista da Europa ou de qualquer território fora da Europa. Muito pelo contrário, definiu o seu propósito como sendo simplesmente o de solucionar o problema de Danzig e do Corredor, ambos os quais sustentava serem alemães. Negou expressamente qualquer intenção hostil para com a Inglaterra ou a França. A "muralha ocidental" da Alemanha, disse ele, seria "para todo o sempre a fronteira do Reich no oeste". A 30 de janeiro de 1940, entretanto, começou a falar noutro tom. No seu discurso de aniversário pronunciado nessa data, afirmou que "já não se podia tolerar que a nação inglesa, de 44 milhões de almas, continuasse na posse de 40 milhões de quilômetros quadrados da

superfície do globo", enquanto a Alemanha, com 80 milhões de almas, dispunha apenas de 590.000 quilômetros quadrados. Foi somente nos fins de 1940 que começou a levantar celeuma em torno de um conflito de ideologias. Falando aos trabalhadores de munições em 10 de dezembro, qualificou a guerra como o entrechoque de dois mundos opostos. O mundo dos seus inimigos era o do capitalismo irrestrito, do padrão-ouro, do lucro sem limites para os ricos e do desemprego e da miséria para as massas. Quanto à Alemanha, alcançara uma economia "socialista", com restrições à cobiça, igualdade de sacrifícios e recompensas proporcionadas ao trabalho. Depois do ataque à Rússia, em junho de 1941, Hitler sentiu a necessidade de expandir ainda mais a sua interpretação do conflito. A guerra passou a ser então uma luta contra o "bolchevismo asiático". Os dirigentes da Rússia estavam conluiados com as poderosas forças que se ocultavam por trás dos governos capitalistas numa conspiração judaica internacional para aniquilar a Alemanha.

[illegible]

Oceano Indico

Escala em avaliação: um teste de avaliação

AUSTRÁLIA

■ **UNITES INTERNACIONAL**

RUSSELL HANCOCK & ALLIANCE

 PRINCIPAIS LINHAS DE
ATAQUE DOS ALIADOS

TERRITÓRIO EM PODER DOS
JAPONESES (1942)

A primeira formulação importante dos objetivos de guerra e de paz dos Aliados foi a Carta do Atlântico, assinada pelo presidente Roosevelt e pelo primeiro-ministro Churchill em 14 de agosto de 1941. Reduzidos aos pontos essenciais, seus princípios eram os seguintes:

1) A Inglaterra e o Estados Unidos não visam o engrandecimento territorial ou de qualquer outra espécie.

Não se devem fazer modificações territoriais a não ser de acordo com a vontade livremente expressa dos povos interessados.

Deve-se respeitar o direito de todos os povos a escolher a forma de governo sob a qual desejam viver.

Todos os estados, grandes ou pequenos, devem ter acesso em condições iguais ao comércio e às matérias-primas do mundo.

É necessário favorecer a colaboração entre as nações a fim de garantir a todas elas a melhora dos padrões de trabalho, o progresso econômico e a segurança social.

A futura paz deverá proporcionar a todas as nações os meios de viver em segurança dentro das suas fronteiras e garantir a todos os homens uma existência isenta de medo e de necessidade.

A paz deve permitir a todos os homens cruzar os mares sem impedimento.

Enquanto não se estabelecer um sistema permanente de segurança geral, todas as nações que ameacem ou puderem ameaçar com a agressão deverão ser desarmadas.

Na ocasião em que foi assinada, a Carta do Atlântico não obrigava nenhum governo além do britânico. Os Estados Unidos eram ainda, para todos os efeitos, uma nação não-beligerante, embora estivessem prestando valioso auxílio aos inimigos do Eixo. A Carta assumiu um significado mais amplo a 2 de janeiro de 1942, quando foi publicada a Declaração das Nações Unidas. Vinte e seis nações assinaram essa declaração, inclusive a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a União Soviética e a China. Subsequentemente, quatorze outras acrescentaram as suas assinaturas. Não só cada governo consagrava todos os seus recursos à guerra e prometia nunca fazer a paz em separado, mas todos eles afirmavam a sua adesão à Carta do Atlântico.

Com a continuação da guerra as altas personagens das principais Nações Unidas avistaram-se em várias conferências a fim de resolver problemas de estratégia e determinar as condições da paz. A

primeira de importância excepcional foi a conferencia realizada no Cairo em novembro de 1943, para discutir o destino do Império Japonês. Os participantes foram o presidente Roosevelt, o primeiro-ministro Churchill e o generalíssimo Chiang Kai-shek. Concordaram em que todos os territórios tomados à China pelo Japão, salvo a Coréia (Chôsen), fossem restituídos à República Chinesa. Quanto à Coréia, devia tornar-se "no devido tempo" livre e independente. Concordaram, outrossim, em que o Japão fosse despojado de todas as ilhas do Pacífico de que se apossara ou que ocupara desde 1914, bem como de "todos os outros territórios que havia tomado pela violência ou por cobiça". O destino que se daria a essas ilhas não era especificado. Os três estadistas declaravam, no entanto, que as suas nações não ambicionavam "vantagens para si mesmas" e "não alimentavam idéias de expansão territorial".

O CUSTO DA GUERRA MODERNA

O CUSTO TOTAL DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, COMPUTADO EM 1 384 900 000 000 DE DÓLARES (*), SERIA SUFICIENTE PARA CUSTEAR TUDO O QUE SEGUE:



Uma casa de 16 000 dólares para cada família dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Bélgica, Espanha e Portugal.



Uma biblioteca de 10 000 000 de dólares para cada cidade de 200 000 habitantes ou mais, nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Rússia.



Uma universidade de 50 000 000 de dólares para cada uma dessas cidades.



Um automóvel de 2 000 dólares para cada família dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Dinamarca e Noruega.



Os vencimentos de 100 000 professoras e igual número de enfermeiras, a 3 000 dólares anuais, durante 100 anos.



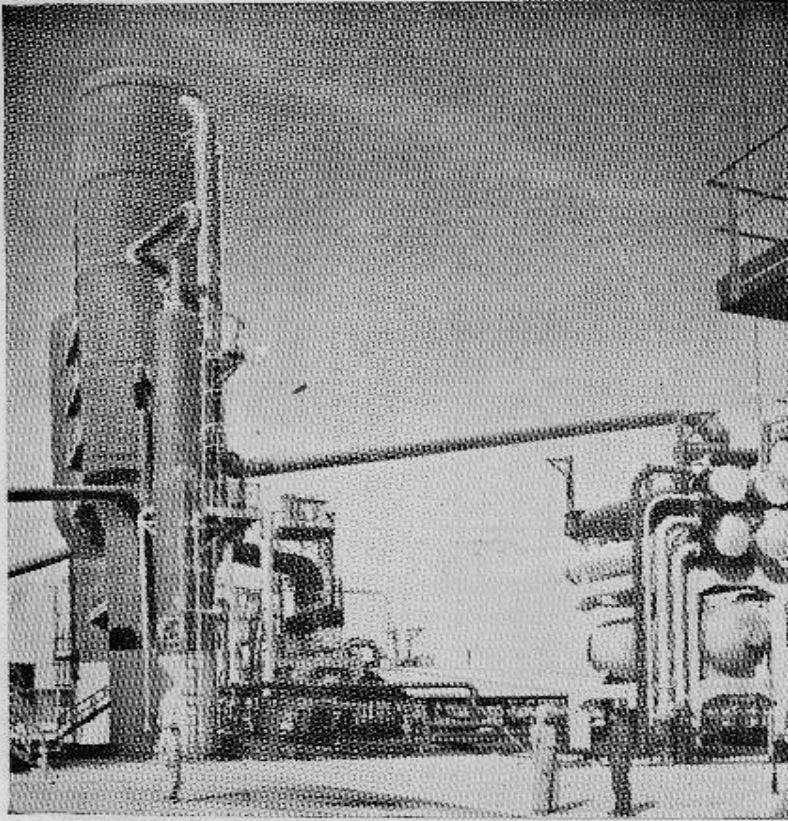
Uma educação universitária gratuita (orçada em 6 000 dólares per capita) para cada rapaz e cada moça dos Estados Unidos entre as idades de 17 e 21 anos.

(*) De uma estimativa preparada por James H. Brady e pela American University.

A segunda das conferências importantes realizou-se em dezembro de 1943, com o encontro de Roosevelt, Churchill e Stalin em Teerã, capital do Irã. Se bem que nenhuma grande idéia tivesse nascido dessa conferência, ela se revestiu de significação por ter sido a primeira reunião dos chefes de estado das três grandes potências aliadas. Os "Três Grandes" exprimiram a resolução de que os seus países colaborassem tanto na guerra como na paz. Reconheceram a suprema responsabilidade, que cabia a eles como a todas as nações, de prepararem uma paz que fizesse jus à boa vontade dos povos da terra e "banisse por muitas gerações o flagelo e o terror da guerra". Encaravam com confiança o dia "em que todos os povos da terra poderão viver livres, desconhecendo a tirania, e de acordo com os seus diferentes desejos e as suas próprias consciências".

Após o encontro de Teerã não houve mais conferências de grande vulto até 1945. Em fevereiro desse ano Roosevelt e Churchill viajaram para as ensolaradas encostas da Criméia a fim de avistarem-se com Stalin. As confabulações tiveram por palco o luxuoso palácio do último dos czares, próximo à cidade balnearia de Ialta, resultando num acordo em torno de muitas questões difíceis. O relatório oficial publicado após o encerramento da conferência declarava que os Três Grandes haviam chegado a um acordo sobre os planos para a derrota da Alemanha, os termos de rendição incondicional a ser-lhe impostos e os métodos pelos quais seriam controladas as nações do Eixo e seus satélites depois da guerra. Anunciava-se, ainda, a solução de vários problemas espinhosos da Europa Oriental. A fronteira entre a Polônia e a Rússia era fixada ao longo de uma linha originariamente sugerida, em 1919, por Lord Curzon, secretário britânico do Exterior, e aceita a título provisório pelos Aliados vitoriosos. Permitia-se destarte à Rússia conservar aproximadamente o mesmo território que já havia incorporado à União Soviética em consequência do acordo Ribbentrop-Molotov de setembro de 1939. A Polônia seria compensada das suas perdas a leste por "importantes acréscimos de território" ao norte e a oeste — território tomado, naturalmente, à Alemanha. O governo existente da Polônia, instalado sob os auspícios russos, seria "reorganizado sobre uma base democrática mais ampla, com a inclusão de líderes democráticos poloneses que se encontrassem no próprio país ou no estrangeiro". Também o governo da Iugoslávia deveria passar por uma reorganização e os Três Grandes comprometiam-se a agir de concerto na formulação das linhas políticas a

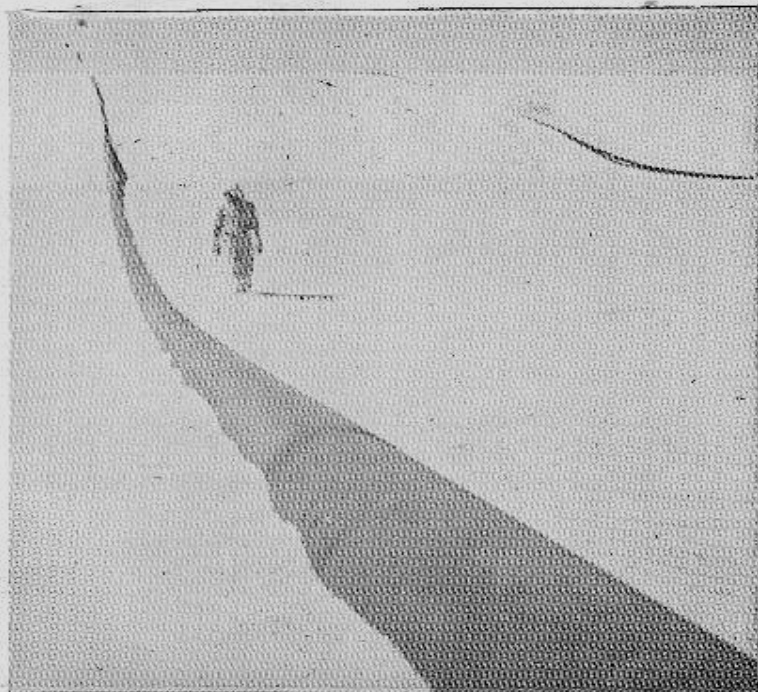
seguir no tocante aos países libertados da Europa, inclusive os ex-satélites do eixo.



O PETRÓLEO NO ORIENTE MÉDIO

No século XX o Oriente Médio tornou-se um dos principais focos de rivalidades internacionais. Uma das razões desse fato são os milhões de barris de petróleo que jazem sob as areias do Irã, do Iraque e da Arábia. Vemos aqui uma refinaria instalada por uma companhia americana na Arábia Saudita. (Arabian American Oil Co.)

Centenas e centenas de quilômetros de oleodutos transportam o petróleo cru das jazidas situadas no deserto para os portos do Mediterrâneo e para as refinarias do Golfo Pérsico. Interesses americanos controlam a maior parte do petróleo da Arábia e uma companhia inglesa domina as jazidas do Irã meridional, ao passo que o petróleo do Iraque é explorado conjuntamente por interesses americanos, ingleses e franceses. (Arabian American Oil Co.)





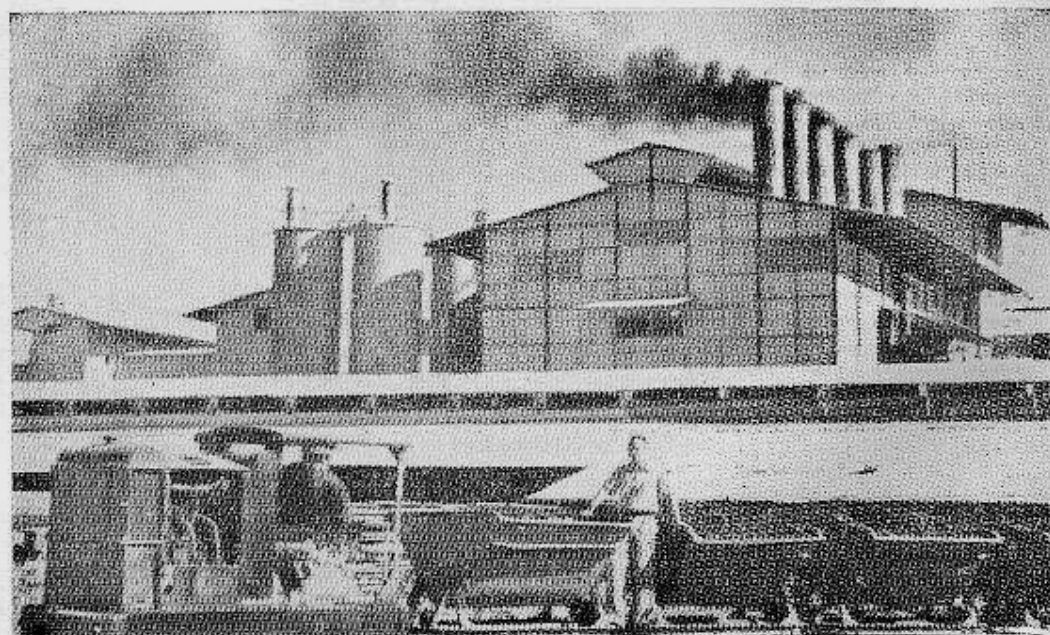
O ISRAEL MODERNO
— UM ESTADO
REDIVIVO

Uma fértil colônia agrícola arrancada ao deserto pelos laboriosos sionistas. (United Palestine Appeal.)

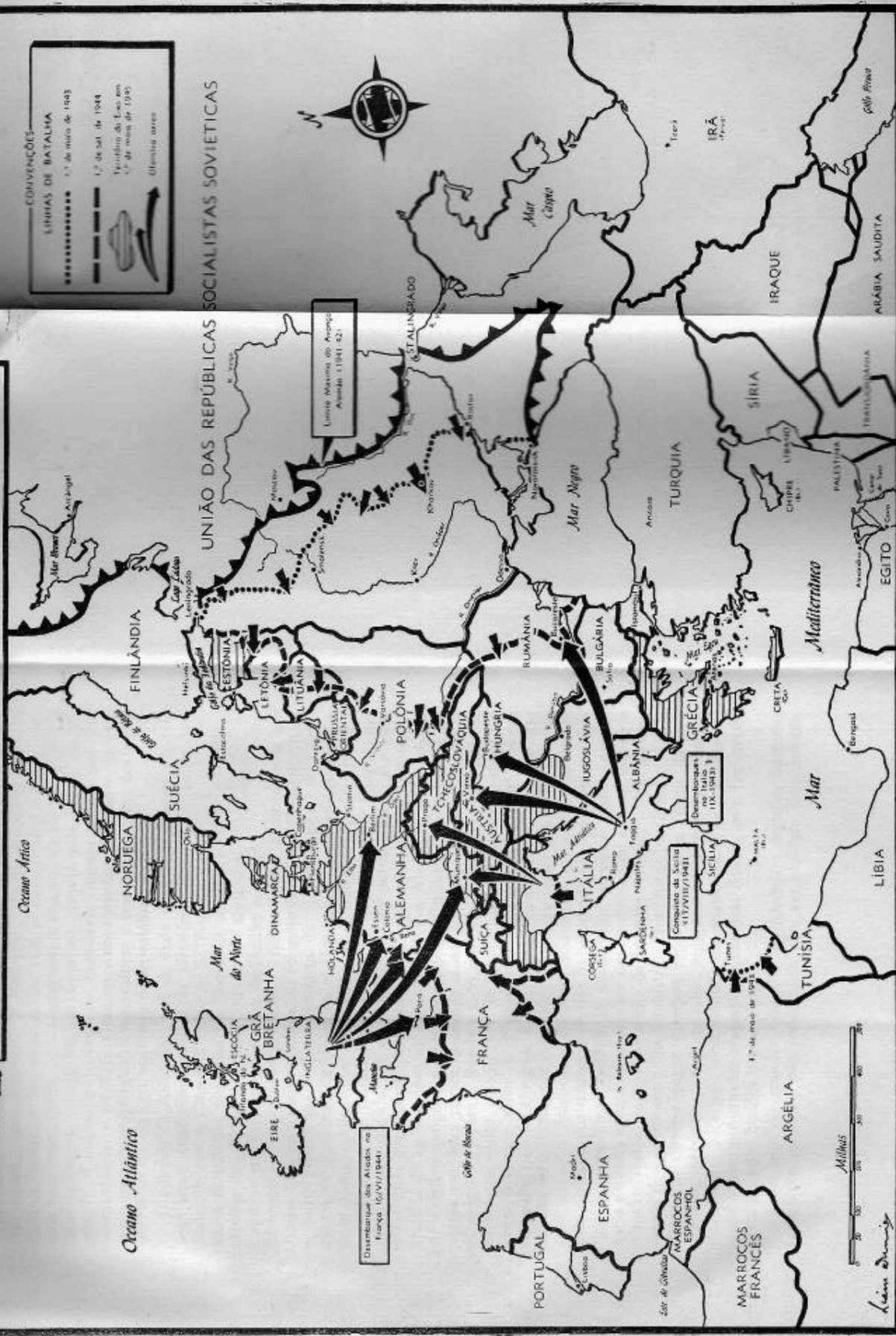
Orquestra popular em Israel. O incentivo à música constitui parte importante do programa de desenvolvimento de uma cultura nacional. (Orient Press, Tel Aviv.)



A produção de cimento tem sido desenvolvida como um ramo importante da economia israelense. As fábricas concorrem com a agricultura em oferecer emprego e oportunidades para negócios. (United Palestine Appeal.)



A VITÓRIA SOBRE O EIXO (Alemanha, Itália e satélites), 1943-1945



O colapso da Alemanha, a 8 de maio de 1945, pareceu requerer uma nova conferência dos Três Grandes. Em 17 de julho José Stalin, Winston Churchill e Harry S. Truman, que havia sucedido a Franklin D. Roosevelt como presidente dos Estados Unidos em 12 de abril, reuniram-se em Potsdam, subúrbio de Berlim e centro histórico do militarismo prussiano. Antes de dar a conferência por findos os seus trabalhos, Churchill foi substituído por Clement Attlee, o novo primeiro-ministro trabalhista da Grã-Bretanha. A Conferência de Potsdam não foi uma conferência de paz; várias decisões suas foram anunciadas como provisórias. Algumas delas, todavia, modificaram de maneira tão radical as condições da Europa que podem, sem dúvida, ser consideradas como permanentes. As cláusulas mais importantes da declaração oficial publicada pela conferência a 2 de agosto eram as seguintes: 1) a Alemanha seria privada de extensas porções do seu território; a Prússia Oriental seria dividida em duas partes, passando a do norte (inclusive a cidade de Königsberg) para a Rússia e a do sul, para a Polônia; esta receberia também a antiga cidade livre de Danzig; todo o território alemão a leste dos rios Ôder e Neisse seria administrado pela Polônia enquanto não se chegasse a um acordo final; 2) o poder militar alemão seria totalmente destruído; 3) o seu poder industrial sofreria uma redução drástica; o sistema econômico seria descentralizado pela abolição dos trustes e cartéis, restringindo-se e submetendo-se a rigoroso controle a produção de substâncias químicas, metais, maquinaria e outros artigos necessários a uma economia de guerra; dar-se-ia o maior realce, na reorganização da economia alemã, ao desenvolvimento de agricultura e das "indústrias domésticas pacíficas"; 4) a Alemanha deveria pagar extensas reparações sob a forma de maquinaria, produtos manufaturados, equipamento industrial e navios mercantes; 5) o país seria dividido em quatro zonas de ocupação, as quais seriam governadas respectivamente pela Rússia, pela Inglaterra, pelos Estados Unidos e pela França.

A despeito do grande número e variedade de decisões adotadas nessas conferências, não constituíam elas em absoluto uma solução completa dos problemas de após-guerra. As grandes potências não lograram harmonizar as suas vistas no tocante aos princípios fundamentais da paz. Não era menor a divergência quanto aos problemas específicos. Não haviam chegado a um acordo sobre o controle da energia atômica e problemas tais como o que se devia fazer com as colônias da Itália, a cidade de Trieste, o vale do Ruhr, os Dardanelos e o

Bósforo, sobre o problema de como devia ser governada a Alemanha nem sobre as reivindicações territoriais dos gregos contra a Albânia, dos russos contra a Turquia ou dos iugoslavos contra a Áustria. Não se haviam alcançado melhores resultados com respeito aos problemas da Ásia. O destino definitivo de territórios tais como a Birmânia, a Indochina, Hong Kong e as Índias Holandesas continuava sendo um mistério. Apesar do estabelecido pela Declaração do Cairo, o status da Coreia e da Mancharia estava ainda sujeito a grandes dúvidas. Algumas dessas questões foram resolvidas subsequentemente por negociação; outras, pelo auto-engrandecimento das nações interessadas. Mas a maioria delas permanece como fontes de discórdia e de perigo para o futuro imprevisível.

Capítulo 31

O Mundo Criado pela Vitória

O Mundo que saiu do cadinho da Segunda Guerra Mundial pouca semelhança tinha com os sonhos expressos pelos idealistas durante a primeira fase do conflito. Para extensas áreas do globo, era um mundo de fome e de medo, de cinzas e escombros, de desespero, sofrimento e violência. Em parte alguma, praticamente, havia indícios de que as Quatro Liberdades ou as disposições da Carta do Atlântico estivessem próximas de tornar-se realidade. As esperanças das massas de todas as nações, quanto ao advento automático da paz e da segurança assim que houvesse terminado a carnificina, foram brutalmente desfeitas. O recrudescimento da política de poder e o medo de uma nova guerra, que desta vez seria travada com armas atômicas e venenos bacteriológicos fêz com que a década de 1930 se afigurasse, por comparação, quase serena e ordeira. Não quer isto dizer que o mundo de após-guerra estivesse irremediavelmente afundado no pessimismo. Algum idealismo ainda existia; mas durante os primeiros anos, pelo menos, foi-lhe difícil ganhar terreno contra a amargura, o derrotismo e a ânsia de despedaçar qualquer obstáculo que se interpusesse à volta para as condições de anteguerra.

1. A REVOLUÇÃO DA NOSSA ERA

Uma das consequências menos manifestas e contudo importantes da Segunda Guerra Mundial foi acelerar a revolução universal que constitui uma parte tão significativa da história contemporânea. Essa revolução não nos colheu de improviso. Teve suas origens nos últimos anos do século XIX. Foi uma causa fundamental das duas guerras mundiais do século XX e encontra-se na base tanto do fascismo como do comunismo. Não é fácil definir-lhe a natureza, mas de modo geral assemelha-se aos acontecimentos que marcaram a transição da Idade Média para os tempos modernos ou a morte do Velho Regime na França setecentista. Numa palavra, ela apresenta o padrão característico dos fatos que se têm verificado todas as vezes que um mundo velho agoniza e um mundo novo se debate por vir à luz.

Um fator básico da revolução do mundo contemporâneo tem sido o declínio da confiança no sistema econômico nascido da Revolução

Industrial. Podemos chamar esse sistema econômico de capitalismo, contanto que entendamos por este termo o sistema de livre empreendimento, livre concorrência e produção com vistas no lucro, que floresceu no século XIX e no começo do nosso. À perda da fé nesse sistema não resulta de ele se ter mostrado incapaz de elevar os padrões de vida ou de funcionar com eficácia na exploração dos recursos do planeta. Pelo contrário, com relação a ambos esses escopos tem logrado um êxito pasmoso. Apesar das altas dos preços, os salários dos trabalhadores, pelo menos de 1850 para cá, revelam uma melhora considerável. Além disso, o sistema econômico das nações capitalistas deu provas de uma fenomenal capacidade de produção, graças à qual tornava acessível mesmo a famílias de modestos rendimentos uma profusão cada vez maior de produtos.

O declínio da fé no capitalismo não é universal. Não tem prevalecido nos últimos anos em países como os Estados Unidos, cuja onda de prosperidade não se desmentiu de, 1946 para cá. Mas em regiões como o Oriente Médio e a Índia, onde a renda per capita mal vai além de 50 dólares anuais e onde a mortalidade infantil é cinco vezes mais alta do que nos Estados Unidos, nota-se em muitos a tendência de inquirir se algum outro sistema econômico não seria mais capaz de arrancar as massas ao atoleiro de fome e privações. Mesmo nos Estados Unidos, na década de 1930, era muito comum o pessimismo quanto ao futuro da nação dentro do regime capitalista. A numerosas pessoas ele parecia ineficaz como meio de manter o equilíbrio entre a produção e o consumo. Aproximadamente de vinte em vinte anos era preciso fazer passar pela peneira uma boa parte do sistema econômico. Enquanto não tivesse ocorrido um número suficiente de falências, quebras de bancos e cobranças executivas as rodas da produção não recomeçavam a andar. Entrementes, milhões de pessoas de poucos recursos perdiam as suas posses ou sofriam a humilhação do desemprego e de ficarem dependentes da caridade ou da assistência pública. Após a derrocada de 1929 muitos estudiosos dos problemas econômicos chegaram à conclusão de que o período de expansão tinha chegado ao fim, pelo menos para as principais nações industrializadas. Começava a parecer que o tipo de recuperação automática que havia ajudado o mundo a safar-se das crises econômicas de 1837, 1857, 1873 e 1893 nunca mais se reproduziria. Quem sabe se o desemprego, a superprodução e a insegurança não se tornariam permanentes? Essas reflexões melancólicas só foram aliviadas pelo

deflagrar da guerra em 1939 e pela "prosperidade" resultante da destruição e do desperdício em escala gigantesca. Mesmo assim, alguns cépticos ainda perguntavam o que aconteceria quando chegasse a malfadada paz, com a cessação das encomendas de aviões, tanques, jipes, e do aço e alumínio com que essas máquinas eram fabricadas.

As previsões de desastre não se realizaram, porém. A procura represada de novos automóveis, refrigeradores, aparelhos de televisão e outros artigos de longa duração revelou-se tão forte que os anos de 1945 a 1950 contam-se entre os mais prósperos da história. A intensificação da guerra fria e o começo das hostilidades na Coreia deram à produção um impulso tremendo, fazendo com que a década de 1920 parecesse, em confronto, quase um período de depressão. Nos Estados Unidos, por exemplo, o índice da produção industrial subiu de 91 em 1930 a 220 em 1951.

O aspecto mais importante da revolução da nossa era tem sido o crescimento do coletivismo. Trata-se, é claro, de uma nova consequência do declínio da fé no capitalismo. O fenômeno tem-se manifestado sob formas tão diferentes quanto o coletivismo liberal, o fascismo, o socialismo e o comunismo. Expressões características do primeiro foram as realizações do New Deal sob Franklin Roosevelt e as reformas da Frente Popular sob Léon Blum, na França. Após a Segunda Guerra Mundial o fascismo tornou-se malvisto quase por toda parte, com exceção da Espanha, de Portugal e da Argentina, mas o socialismo cobrou nova vida na Grã-Bretanha e na França. A vitória decisiva do Partido Trabalhista britânico nas eleições de julho de 1945 foi seguida de um extenso programa de coletivização. O Banco da Inglaterra foi nacionalizado, e da mesma forma as estradas de ferro, as minas de carvão, a indústria de luz e força e a indústria do aço. Junte-se a isso a adoção de um amplo sistema de medicina socializada, com assistência médica, hospitalização, drogas e enfermagem gratuitas para todos os cidadãos. O governo da Quarta República francesa, controlado mormente por socialistas e liberais católicos, também foi longe no sentido da coletivização, procedendo ao encampamento das minas, estradas de ferro e serviços de utilidade pública, bem como da maioria dos bancos e companhias de seguros.

Uma forma muito mais extrema do movimento coletivista é, naturalmente, o comunismo. Ao começar a Segunda Guerra Mundial, nenhum país do mundo tinha governo comunista a não ser a Rússia.

Viam-se partidos comunistas quase por toda parte, mas em sua maioria eram fracos e impotentes. Três anos depois da guerra os comunistas estavam senhores não só da Rússia mas da Polônia, da Tchecoslováquia, da Alemanha Oriental e de todos os estados balcânicos com exceção da Grécia. Constituíam, ademais, um quarto do eleitorado da Itália, ao passo que o número oficial de membros do partido, tanto na França como na Alemanha, era de cerca de dois milhões. Calculava-se que na Europa, fora da Rússia, existissem pelo menos onze milhões de comunistas declarados. O comunismo fêz também progressos na China, acabando por tragar o país inteiro. Sua expansão deveu-se em parte ao poder predominante da Rússia, sobretudo naqueles países que tinham sido adjudicados pela Inglaterra e pelos Estados Unidos à órbita soviética. Também foi uma consequência, em certa medida, da fome, da inflação e do caos. Entretanto, em certos países como a Alemanha, a Itália e a França a sua popularidade só se pode explicar satisfatoriamente pela perda da fé no capitalismo. Mesmo na Tchecoslováquia, cerca de 65% do sistema industrial tinha sido nacionalizado antes que os comunistas assumissem o controle do governo, em fevereiro de 1948.

Não é absolutamente certo, contudo, que o comunismo extremo venha a tornar-se uma feição permanente da civilização moderna. Talvez isso suceda em algumas partes da Ásia e da Europa Oriental, onde as tradições de liberdade e de individualismo nunca foram fortes. É provável que mesmo na Inglaterra e na França muitos elementos do socialismo sobrevivam indefinidamente no futuro, sejam quais forem os partidos que vierem a controlar o governo. Isto foi exemplificado pela volta dos conservadores ao poder na Inglaterra sob Winston Churchill, em 1951. Volvidos dois anos, o gabinete pouco mais tinha feito do que dar alguns passos iniciais no sentido de desnacionalizar a indústria do aço e introduzir leves modificações no programa de saúde nacional. Nos Estados Unidos, as forças do individualismo e do livre empreendimento lograram arregimentar uma vigorosa oposição ao coletivismo, exceto sob uma forma relativamente moderada. Na campanha presidencial de 1948, o mais radical dos candidatos achou de bom aviso declarar-se um expoente do "capitalismo progressista", a despeito de contar com o apoio dos comunistas. O candidato eleito, Harry S. Truman, prometeu reavivar o New Deal, estendendo-o e completando-o com um Fair Deal. Suas promessas, no entanto, pareceram demasiado ambiciosas ao Congresso e o Fair Deal não

passou, pela maior parte, de um conjunto de esperanças presidenciais não realizadas. Em 1953 os republicanos voltaram ao poder, após um interregno de vinte anos, e instalaram Dwight D. Eisenhower na Casa Branca. O novo governo anunciou que aboliria todos os controles de preços, substituiria a inflação da moeda pelo controle do crédito, venderia as fábricas de borracha sintética a companhias particulares e restituiria aos estados as terras petrolíferas situadas ao largo. A aceitação dessas normas políticas parecia indicar que a nação estava cansada do entusiasmo reformista de Roosevelt e Truman, se bem que ainda não se observasse grande disposição para voltar ao individualismo da década de 1920.

2. NOVAS RELAÇÕES DE PODER

Antes de 1914 o rol das Potências Mundiais incluía nada menos de oito estados, entre os quais as seis nações européias — Grã-Bretanha, França, Alemanha, Áustria-Hungria, Rússia e Itália — eram as mais poderosas e, de um modo geral, os verdadeiros árbitros dos assuntos mundiais. Os Estados Unidos e o Japão eram novatos cuja posição não pesava muito na balança internacional. Depois da Primeira Guerra Mundial, o número das Grandes Potências ficou reduzido a cinco. A Áustria foi eliminada para sempre e a Alemanha e a Rússia, por alguns anos. Por outro lado, os Estados Unidos e o Japão elevaram-se a posições mais altas do que as que tinham ocupado anteriormente, ao passo que o Império Britânico baixava um pouco na escala. Os efeitos da Segunda Guerra Mundial sobre as relações de poder foram muito mais subversivos. A Alemanha, a Itália e o Japão sofreram tão esmagadora derrota que não parecia haver possibilidade de voltarem a ser, antes de muitos anos, potências de primeira categoria. Oficialmente, a lista das Potências Mundiais ainda incluía cinco estados — a Rússia, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a China e a França. Eram eles os famosos Cinco Grandes, que ocupavam a posição dominante nas Nações Unidas e cujos representantes tinham autoridade para redigir os tratados de paz. Entretanto, a China e a França mal poderiam ser chamadas Grandes Potências, a não ser a título honorífico, ao passo que a Grã-Bretanha dependia tão completamente dos Estados Unidos que só de raro em raro lograva impor a sua vontade em assuntos internacionais.

Mas a Segunda Guerra Mundial teve pelo menos um outro efeito

momentoso. Foi ele o de criar o que os diplomatas chamam "vácuos de poder" em várias partes do mundo. Para exemplificar, o aniquilamento da Alemanha como Grande Potência deixou um grande vazio na Europa Central. Quer isso agrade, quer não, a Alemanha durante a década de 1930 era o eixo econômico de uma porção considerável do continente europeu. As relações comerciais da Bélgica, Holanda e Luxemburgo, da Escandinávia e dos Balcãs eram mais extensas com ela do que com qualquer outro país do mundo. O seu poder militar contribuía para preservar uma espécie de equilíbrio entre a Inglaterra e a França a oeste e a Rússia a leste. Mas depois que a Alemanha foi irremediavelmente esmagada esse equilíbrio desapareceu, surgindo no seu lugar um vácuo que potências fortes e ambiciosas se esforçarão por preencher. Do mesmo modo, a derrota do Japão eliminou esta potência como contrapeso à Rússia no Extremo Oriente, donde resultou formar-se um vácuo em territórios como a Manchúria, a Coreia e a China. Finalmente, o enfraquecimento da Inglaterra em consequência da guerra deixou numerosas de suas colônias e esferas de influência expostas à pressão de rivais poderosos. Não tardou a evidenciar-se a penetração russa — ou pelo menos comunista — no Oriente Médio, na Península Malaia e na Grécia. Algumas autoridades chegam a sustentar que essa luta em torno dos vácuos de poder tem sido a causa fundamental de quase todos os atritos internacionais depois da Segunda Guerra Mundial. Afirmam eles que tão cedo esses vácuos sejam preenchidos — pela sua nação ou por seus aliados — a estabilidade e a paz voltarão a habitar a terra.

Como quer que interpretemos os atritos internacionais de após-guerra, é inegável que eles existem em grande número. Na verdade, as relações entre a Inglaterra e os Estados Unidos, de um lado, e a Rússia do outro têm sido durante a maior parte do tempo as de uma trégua armada ou, como costuma ser chamada mais comumente, uma guerra fria. Durante breve período pareceu que iria prevalecer uma atmosfera mais cordial. Em dezembro de 1945 um conselho dos ministros do Exterior dos Três Grandes reuniu-se em Moscou e, ao cabo de uma semana de brindes, banquetes e caçadas amistosas, anunciou haver chegado a um acordo "em princípio" sobre várias questões difíceis. Não eram excluídos sequer os problemas do controle da bomba atômica e da administração da Coreia e do Japão. Por quase toda parte a comunicação foi recebida com grande júbilo, na crença de que os problemas do mundo estavam praticamente

solucionados. Tratava-se, no entanto, de um rebate falso. Embora os representantes das Potências se tenham encontrado muitas vezes depois desse dia, os seus progressos foram relativamente poucos e, em geral, de mediana importância. Mais ou menos tudo de que se podiam gabar ao ser celebrado o oitavo aniversário da terminação da guerra era a organização de Trieste como território livre sob a administração do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a assinatura de tratados com o Japão e com os cinco satélites menores do Eixo. Os problemas mais sérios, tais como a paz com uma Alemanha unida, o controle das energias atômica e termonuclear e o desarmamento, continuavam tão longe de uma solução como sempre.

Os cinco tratados com os satélites do Eixo — Itália, Bulgária, Romênia, Hungria e Finlândia — derivam a importância que possam ter sobretudo do fato de haverem alterado o mapa da Europa. O tratado com a Itália decretou a cessão de Briga e Tenda à França; da "Veneza Giulia", com exceção do Território Livre de Trieste, à Iugoslávia; e das ilhas do Dodecaneso à Grécia. Exigiu-se da Hungria que entregasse a metade oriental da Transilvânia à Romênia. Quanto a esta, foi forçada a consentir na perda da Bessarábia e da Bucovina setentrional à Rússia, ao mesmo tempo que a Dobrudja meridional passava à Bulgária. A Finlândia, por sua vez, teve de entregar à Rússia a província de Petsamo com as suas valiosas minas de níquel. Todos os tratados dispunham sobre a desmilitarização e o pagamento de reparações que iam desde 70 milhões de dólares, no caso da Bulgária, até 360 milhões, no da Itália.

O tratado com o Japão foi assinado em setembro de 1951, numa conferência realizada em São Francisco da Califórnia com a participação dos delegados de cinquenta e uma nações. Embora pretendesse ser um tratado de conciliação, privava o Japão de todos os territórios adquiridos desde 1854 — em outras palavras, de todo o seu império ultramarino. Abandonava ele à Rússia as Curilas e a metade meridional da ilha Sacalina, e aos Estados Unidos os arquipélagos de Bonin e Riú-Qiú. Renunciava igualmente a todos os direitos sobre Formosa, cujo status ficava indeciso. Em troca dessas concessões, permitia-se-lhe recuperar a sua soberania e rearmar-se para a sua defesa. Por um acordo separado, os Estados Unidos obtiveram o direito de continuar a ocupação militar do Japão até que este fosse capaz de defender-se a si próprio. O tratado entrou em vigor em abril de 1952 apesar da obstinada oposição da Rússia, a qual esperava ver o

Japão submetido a punições drásticas que o poriam por terra, tornando-o assim uma presa fácil para o comunismo.

Por que não foram as Grandes Potências mais bem sucedidas na solução dos problemas da paz e por que, em particular, existia tanta desarmonia entre as nações ocidentais e a Rússia? Uma das razões é o fato de ter sido a sua aliança durante a guerra um simples casamento de conveniência. Cada uma das partes estava perfeitamente disposta a utilizar-se da outra, mas não havia nenhum laço de confiança ou de respeito mútuos a uni-las. Ainda em 1940 Churchill definira o sistema russo como um sistema que "apodrece a alma de uma nação", tornando-a "abjeta e faminta na paz" e "torpe e abominável na guerra". Uma segunda e mais importante razão é o conflito fundamental de objetivos entre a União Soviética e as potências ocidentais. A Inglaterra e os Estados Unidos — em especial estes últimos — sonhavam reconstruir o mundo de acordo com o padrão anterior a 1939, salvo a destruição do poder militar e econômico das nações do Eixo. Planejavam um governo descentralizado da Alemanha, a internacionalização do Ruhr e uma redistribuição das possessões coloniais da Itália e do Japão, de forma que dessem a si mesmos uma larga medida de controle. Os russos tinham concepções completamente diversas. De um modo geral, pareciam não ter feito senão pequenas modificações no seu plano de longo alcance para promover a disseminação do comunismo através do mundo inteiro. Exigiam, portanto, uma Alemanha centralizada, a qual podiam ter esperança de atrair um dia para a sua órbita. Queriam participar da administração e exploração das indústrias do Ruhr. Reclamavam um quinhão no controle do Bósforo e dos Dardanelos, bem assim como revisões territoriais a expensas da Turquia e da China. Como grande nação continental, ambicionavam um acesso mais livre aos mares — ao Mediterrâneo, ao Báltico e aos oceanos Índico e Pacífico. Além disso, os russos inquietavam-se com o perigo de um novo ataque à pátria soviética. Embora o Exército Vermelho se tivesse portado brilhantemente na guerra contra a Alemanha, receavam que uma nova combinação de potências capitalistas, sem dúvida com os Estados Unidos à testa, conseguisse lançar um ataque mortífero à terra do comunismo. Trataram, portanto, de formar um bloco soviético na Europa Oriental, estendendo-o para oeste até Berlim e Viena e fortificando-se em pontos estratégicos do Extremo Oriente tais como Dairen, Porto Artur e a Coreia Setentrional. Intensificaram outrossim o auxílio e encorajamento aos

comunistas nativos nos esforços destes para conquistar a China, a Indochina e alguns países do Oriente Próximo.

3. OS ESTADOS UNIDOS COMO POTÊNCIA MUNDIAL

Um dos mais notáveis resultados da Segunda Guerra Mundial foi a emergência dos Estados Unidos como nação mais poderosa do mundo. Salvo a Rússia Soviética, não havia em toda a terra nenhum outro país capaz de enfrentá-los. Durante breve período, na fase final da guerra, o seu exército foi o maior do mundo e a sua armada, igual às armadas combinadas de todas as demais potências. Só a sua tonelagem em porta-aviões igualava aproximadamente a tonelagem total da armada britânica. Embora as forças terrestres tivessem sido desmobilizadas ao terminar a guerra, o poder naval foi mantido em toda a sua plenitude. Também do ponto de vista do poder econômico o país deixara muito para trás o resto das nações. Desde 1939 o seu povo havia duplicado a renda nacional e quadruplicado as suas economias. Embora constituíssem apenas 7% da população do mundo, os norte-americanos desfrutavam mais de 30% da renda mundial estimada. Pela primeira vez na história os Estados Unidos se achavam em situação de serem os árbitros dos destinos de pelo menos metade de globo. O Japão era virtualmente uma colônia sua; controlavam tanto o Atlântico como o Pacífico, policiavam o Mediterrâneo e traçavam os rumos da política internacional na Europa Ocidental. Não se deve imaginar, porém, que o seu povo tivesse fundado um paraíso na terra. A dívida nacional elevava-se agora a 260 bilhões de dólares, e só para pagar os juros dessa dívida era preciso mais dinheiro do que para custear todas as despesas do governo antes da guerra. Em 1948 o custo da vida elevava-se a 172% sobre a média de 1935-39 e uma família em cada quatro estava gastando além dos seus rendimentos. Além disso, apesar do sacrifício de bilhões de dólares e de 350.000 vidas, os Estados Unidos não haviam conquistado a segurança. Durante anos após o término da guerra os seus cidadãos viveram tão temerosos de uma nova agressão quanto tinham estado no biênio que foi de 1939 a Pearl Harbor.

Depois da Segunda Guerra Mundial havia relativamente poucos indícios de que os americanos desejassem refugiar-se num isolacionismo semelhante ao que se seguira à vitória na guerra anterior. Pelo menos tal não sucedia com o seu governo. Em 1945 o Senado dos Estados

Unidos ratificou quase por unanimidade de votos a Carta das Nações Unidas. Tanto no Congresso como fora dele, muito poucos eram os que clamavam pelo pagamento das quantias que a nação havia adiantado às suas aliadas sob o regime do Lend-Lease. Notava-se, pelo contrário, uma disposição quase universal para considerar esses empréstimos como doações. Por fim cancelaram-se cerca de nove décimos do total, e em 1946 um novo empréstimo de quatro bilhões de dólares para recuperação econômica foi feito à Inglaterra, a principal beneficiária do Lend-Lease. Se bem que os isolacionistas extremos resmungassem um pouco, o Congresso parece ter aprovado essas medidas na crença de que elas contribuiriam para a recuperação mundial. Já quase ninguém acreditava que os Estados Unidos pudessem viver à sua maneira e continuar a prosperar, deixando o resto do mundo entregue ao seu destino.

A mais vigorosa liderança no sentido de induzir os Estados Unidos a enfrentar as suas novas obrigações de poder e responsabilidade veio, naturalmente, do ramo executivo do governo. Em 1947 numa alocução ao Congresso, o presidente Truman fez o primeiro de uma série de importantes enunciados sobre a política estrangeira, a qual dentro em pouco se tornou conhecida como a Doutrina Truman. Sublinhando a expansão do comunismo na Europa Oriental, o presidente declarava que os Estados Unidos deviam acorrer em auxílio de qualquer país cuja "liberdade e independência" fosse ameaçada de agressão externa ou interna. Referindo-se em especial à pressão russa contra a Grécia e a Turquia, afirmava que a sobrevivência e a independência dessas nações era essencial à preservação da integridade do Oriente Médio. Pedia, por isso, que se abrisse uma verba de 400 milhões de dólares para enviar armas e auxílio econômico tanto a uma como a outra e para provê-las de comissões consultivas militares e navais norte-americanas. Dois meses depois, maiorias bipartidárias aprovaram em ambas as câmaras do Congresso um projeto de lei que criava a verba solicitada.

O segundo enunciado de política partido do poder executivo foi o Plano Marshall, ou Programa de Recuperação Européia. Esse programa foi sugerido pela primeira vez num discurso pronunciado na Harvard University, em 5 de junho de 1947, por George C. Marshall, secretário de estado norte-americano. Dizia Marshall que se os estados da Europa chegassem a um acordo quanto ao que necessitavam para cobrir as despesas da reconstrução os Estados Unidos veriam o que poderiam fazer

para ajudá-los. Declarava que a política norte-americana não se dirigia "contra qualquer país ou doutrina, mas contra a fome, a pobreza, o desespero e o caos". Advertia ao mesmo tempo que qualquer governo que tentasse opor-se à recuperação ou perpetuar em seu próprio proveito a miséria humana não receberia nenhum auxílio. A proposta do secretário Marshall foi recebida com entusiasmo pelas nações européias. A própria Rússia tomou parte numa conferência preliminar dos Três Grandes a fim de estudar o que se podia fazer. Mas essa conferência terminou num impasse quando Molotov exigiu que os Estados Unidos renunciassem à idéia de um programa conjunto para toda a Europa e atendessem individualmente às necessidades de cada nação. Parecia rejeitar que um plano conjunto pudesse ser utilizado como instrumento para organizar a Europa sob o controle norte-americano.

O Plano Marshall e a Doutrina Truman tinham entre si bastantes pontos de contato. Ambos faziam parte de uma vasta estratégia para "conter" a Rússia Soviética. No desenvolvimento da Doutrina Truman reconheceu-se francamente a necessidade de conservar a Grécia e a Turquia dentro da esfera de influência anglo-americana. O controle desses países era considerado indispensável à proteção dos interesses petroleiros ingleses e norte-americanos no Oriente Médio. Alegava-se outrossim que, se um deles ou ambos caíssem nas mãos dos comunistas, a Rússia se expandiria até o Mediterrâneo. Em outras palavras, os dois países eram considerados quase exclusivamente como peões numa gigantesca luta pelo poder. É duvidoso que o Plano Marshall tenha sido concebido originalmente como uma arma contra a Rússia. Os Estados Unidos estavam de fato interessados na recuperação econômica da Europa, como uma contribuição para a paz e também para manter a sua própria prosperidade. Não obstante, os propugnadores do Plano usavam por vezes argumentos que criavam a impressão de estar aquele país precipuamente interessado em auxiliar a recuperação européia como meio de impedir a expansão do comunismo. Fosse como fosse, os russos tendiam a interpretar a Doutrina Truman e o Plano Marshall como manobras integrantes de uma guerra fria contra eles.

Sejam quais forem os seus métodos e os seus propósitos específicos, os Estados Unidos continuarão indubitavelmente a desempenhar um papel cada vez mais importante nos assuntos mundiais. Há trinta anos que a Grã-Bretanha e os estados da Europa continental se

acham em declínio. Sofreram perdas aterradoras de potencial humano e de recursos nas duas guerras mundiais. O seu ouro e os seus câmbios estrangeiros foram drenados pelos Estados Unidos. Assistimos ao ocaso lento dos seus impérios, devido à expansão do nacionalismo e da industrialização nas áreas coloniais. O comunismo também parece ser um poderoso dissolvente dos laços imperiais, pois oferece uma filosofia de ação aos nativos que se julgam vítimas de exploradores estrangeiros. A Índia, a Birmânia e a Palestina já se libertaram do domínio britânico e a Indonésia, do domínio holandês. Talvez o seu exemplo seja seguido em breve pelo Suez e pelo Sudão. A desintegração do império francês do Oriente Próximo e do Extremo Oriente é, provavelmente, apenas questão de tempo. Se bem que algumas dessas colônias tenham deixado há anos de compensar as despesas da metrópole com o seu governo e defesa, ainda assim constituem mercados valiosos para a exportação e campos lucrativos para a inversão de capitais excedentes. Além disso, a sua perda pode representar um sério golpe para o prestígio das nações a que pertencem. É impossível, porém, continuar a mantê-las pela força em face da pressão combinada do nacionalismo e das correntes revolucionárias emanadas de Moscou.

4. A RÚSSIA COMO GRANDE POTÊNCIA

A Rússia Soviética emergiu da guerra de 1939-45 como a segunda entre as maiores potências do globo. Embora tivesse uma pequena armada, o seu exército terrestre e talvez a sua força aérea tinham-se tornado em 1948 os mais fortes do mundo. A população da União estava prestes a atingir os 200 milhões, apesar da perda de 7 milhões de soldados e 8 milhões de civis durante a guerra. Em recursos minerais a sua posição comparava-se favoravelmente com a dos países mais ricos. O território soviético continha cerca de 20% das jazidas mundiais de hulha e mais de 50% dos depósitos de ferro. Em resultado do descobrimento de ricos lençóis petrolíferos nos Urais, em 1946, a Rússia afirmava possuir nada menos de 58% das reservas mundiais de petróleo. É indubitável, por outro lado, que o seu parque industrial foi gravemente danificado pela guerra. Segundo as estimativas dos seus próprios estatísticos, 1700 cidades e povoações foram totalmente destruídas, além de mais de 60.000 quilômetros de vias férreas e 31.000 fábricas. Stalin declarou em 1946 que

seriam precisos pelo menos seis ou sete anos para reparar os danos e reconstruir as áreas devastadas.

Parece razoável supor que algumas das singulares atitudes tomadas pela Rússia no seu trato com as demais nações sejam atribuíveis em certa medida às perdas terrificantes que sofreu durante a guerra. Ressentindo-se de ter sido obrigada a fazer tão grandes sacrifícios, tornou-se presa da obsessão da segurança como meta a ser atingida sem levar em conta o que isso pudesse custar aos seus vizinhos. Receosos de que a pobreza e as dificuldades provocassem a rebeldia do povo russo, os seus governantes adotaram uma atitude de desconfiança na sua política exterior. Era preciso induzir os russos a pensar que o seu país corria perigo iminente de um ataque por parte das potências capitalistas. Por motivos semelhantes, cumpria fazer-lhes crer que os seus chefes eram infalíveis e merecedores de uma espécie de culto até então reservado aos monarcas por direito divino. No 30.º aniversário da revolução bolchevista Stalin foi saudado como "o sol do universo inteiro". De acordo com um novo nacionalismo que visava fortalecer a coragem do povo, a Rússia reivindicou a autoria da maior parte das invenções dos tempos modernos, desde a luz elétrica e a telegrafia sem fio até a penicilina.

Mal haviam terminado as hostilidades da Segunda Guerra Mundial, a Rússia envolveu-se na chamada guerra fria com a Inglaterra e os Estados Unidos. Na verdade, já na primavera de 1945 havia indícios de uma crescente animosidade. Impossível determinar quem iniciou a disputa. Talvez ela tenha começado quando a Rússia, pouco depois do fim da guerra, evidenciou o desejo de dominar países tais como a Romênia, a Bulgária, a Iugoslávia e a Polónia. Embora esses países tivessem sido colocados dentro da órbita soviética pelo Acordo de Ialta, as potências ocidentais não tencionavam provavelmente dar à Rússia outro direito senão o de estabelecer ali governos "amigos". Além disso, os Estados Unidos negaram-se a reconhecer a absorção da Estónia, Letónia e Lituânia pela União Soviética, levada a efeito em 1940.

Como quer que tenha começado, a guerra fria prosseguiu com fúria cada vez maior durante os anos subsequentes. Nos começos de 1946 a Rússia empenhou-se numa disputa com o Irã. O governo iraniano acusava Moscou de recusar permissão ao envio de tropas para reprimir uma revolta na província iraniana setentrional do Azerbaijão. O verdadeiro motivo das desinteligências era a alegação de que a Rússia estava tentando separar

essa província do Irã e incorporá-la à União Soviética. O governo iraniano apelou para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde os representantes da Inglaterra e dos Estados Unidos condenaram vigorosamente a atitude soviética. Por fim, vendo a opinião mundial fortemente voltada contra ela, a Rússia retirou as tropas que enviara para proteger o movimento separatista no Azerbaijã. Nesse entretanto, a proclamação da Doutrina Truman havia provocado o furor dos líderes soviéticos. Os estadistas ocidentais foram acusados de conspirar sordidamente para forçar a Rússia à guerra, na esperança de poderem vencê-la com armas atômicas e depois repartir o mundo entre si de acordo com as suas conveniências.

Em 1947-48 a guerra fria entre a Rússia e as democracias entrou num novo período de culminância. Em junho de 1947 uma minoria comunista apoderou-se do governo na Hungria e colocou aquele estado em íntima aliança com a União Soviética. Em setembro, dois componentes do Politburo de Moscou, em companhia de potentados comunistas da Romênia, Bulgária, Iugoslávia, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, França e Itália, realizaram uma reunião secreta na Polônia e fundaram a Agência Comunista de Informações, ou Cominform, como não tardou a ser conhecida. O nome era uma camuflagem, pois não se tratava de uma agência de informações mas de uma união de todos os partidos comunistas importantes da Europa com o fim de combater o "imperialismo dos Estados Unidos". Dirigia-se especialmente contra o Plano Marshall. Um fato muito mais sensacional foi a tomada do poder pelos comunistas na Tchecoslováquia, em fevereiro de 1948. Aos cidadãos dos países ocidentais esse acontecimento lembrou com demasiada vividez os métodos empregados por Hitler na década de 1930. Dizia-se agora, abertamente, que Stalin não era melhor do que Hitler e talvez fosse ainda pior. Um membro do gabinete norte-americano asseverou que o comunismo russo era uma ameaça muito maior do que tinha sido o nazismo alemão. Jan Christian Smuts, o eminente estadista e general sul-africano, exprimiu a opinião de que seria preferível o conflito armado a continuarem as potências ocidentais a tolerar o revoltante sistema da Rússia.

Uma crise ainda mais séria teve início durante o verão e o outono de 1948. Na primavera desse ano o governo dos Estados Unidos havia traçado planos para unir as zonas norte-americana, britânica e francesa da Alemanha num único estado alemão ocidental. Também se pensara em

organizar uma União Européia Ocidental (originalmente um projeto britânico), a qual seria formada da Grã-Bretanha, França, Bélgica, Luxemburgo e Holanda, com o apoio militar dos Estados Unidos. A Rússia respondeu a esses planos tentando expelir as potências ocidentais de Berlim. Tratava-se de uma questão fundamental: a de quem controlaria a Alemanha. O governo dos Estados Unidos parecia estar convencido de que a recuperação da Europa não se podia levar a cabo com êxito sem o desenvolvimento e a utilização dos recursos do Ruhr e de outras áreas da Alemanha ocidental. Além disso, um forte estado alemão ocidental seria um baluarte contra a expansão da Rússia. Os Sovietes estavam decididos a impedir a organização de um estado compacto no oeste da Alemanha sob os auspícios anglo-americanos. Temiam o poder de atração que esse estado teria sobre a zona oriental por eles controlada. Ajunte-se a isso que, do ponto de vista russo, havia sempre o perigo de ser ele transformado em base de operações para um ataque ao território soviético. Tanto para o Ocidente como para o Oriente a Alemanha era a chave do controle da Europa e, para ambas as partes, controle da Europa era sinônimo de segurança. O bloqueio soviético de Berlim acabou por ser afrouxado, mas a luta pela Alemanha continuou e a cortina que separava o oriente do Ocidente cerrou-se com mais força do que nunca.

Oito anos após o término da guerra, era ainda difícil sondar os objetivos da política estrangeira russa. Sustentavam muitos observadores que o alvo visado pelos Sovietes era nada menos que a conquista do mundo. Em defesa da sua tese, podiam citar a famosa asserção de Lenin: "é inconcebível que a república soviética continue por muito tempo a existir lado a lado com os estados imperialistas". Podiam também citar Stalin, para quem a fase final do socialismo na Rússia não poderia ser atingida enquanto não se estabelecessem governos proletários em pelo menos vários outros países. Podiam, outrossim, apontar a declaração do ditador russo, feita em 1926: "o poder soviético, e só o poder soviético, é capaz de arrancar o exército ao comando burguês e transformá-lo, de um instrumento de opressão do povo, num instrumento para libertar o povo do jugo da burguesia, tanto interior como exterior". O deflagrar da guerra na Coreia, em 25 de junho de 1950, pareceu confirmar esse modo de ver. Para a maioria dos ocidentais, tratava-se de evidente extensão da guerra fria sob a forma de conflito armado. A luta começou de súbito, quando tropas procedentes da parte setentrional do país, dominada pelos russos, atraves-

saram o paralelo 38° para atacar a república não-comunista da Coreia Meridional. Por instigação dos Estados Unidos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas condenou a invasão como uma "agressão armada" em franco menosprezo aos interesses e à autoridade das Nações Unidas e intimou os coreanos do norte a que cessassem as hostilidades e retirassem as suas tropas. Os invasores não atenderam à injunção. Dois dias após o ataque, o presidente Truman anunciou que estava enviando auxílio armado aos coreanos do sul. A 7 de julho o Conselho de Segurança autorizou os Estados Unidos a criarem um comando único para as forças das Nações Unidas na Coreia. Pouco tempo depois as tropas norte-americanas entraram em ação, numa vã tentativa de sustar a invasão vermelha. Fracas pelo número e desprovidas de equipamento pesado. Foram pouco a pouco encantoadas numa pequena área em redor do porto de Pusan, próximo à extremidade da península. Ali reuniram forças para uma contra-ofensiva. Tão bem sucedidos foram dessa vez os seus esforços que repeliram os coreanos do norte para além do paralelo 38°, tomaram-lhes a capital, Pyongyang, e puseram-se a avançar rapidamente em direção ao rio Yalu. Nos fins de outubro o general Douglas MacArthur, comandante das Nações Unidas, anunciou que a guerra se aproximava do fim e que a vitória completa das Nações Unidas era apenas questão de dias.

Esses sonhos foram rudemente desfeitos quando os exércitos de MacArthur encontraram pela frente gigantescas forças da China comunista que tinham vindo em socorro dos coreanos do norte. Dentro em pouco os opositores da agressão estavam novamente recuando para o sul. Ao findar o ano de 1950 haviam perdido mais de metade do território conquistado durante a contra-ofensiva. A partir de então os dois contendores se alternaram nas retiradas e ofensivas, mas na primavera de 1951 a guerra havia alcançado um ponto morto, com a linha de batalha quase estabilizada um pouco ao norte do paralelo 38°. Em junho desse ano os comunistas fizeram nascer esperanças de uma conclusão próxima do conflito, ao proporem negociações para um armistício. Durante mais de um ano os delegados de ambas as partes beligerantes lutaram por chegar a um acordo. A principal pedra de tropeço era a repatriação dos prisioneiros. Exigiam os comunistas que todos os prisioneiros fossem devolvidos imediatamente aos respectivos países de origem, sem que os seus desejos fossem levados em conta. O governo dos Estados Unidos insistia em que a repatriação fosse voluntária, alegando que seria um crime internacional

forçar comunistas convertidos a voltar para a Coreia do Norte ou a China, onde seriam certamente fuzilados como traidores. Em outubro de 1952, ao cabo de mais de cem sessões, os representantes dos Estados Unidos suspenderam as negociações do armistício.

As esperanças da terminação da guerra e de uma reconciliação entre Oriente e Ocidente reviveram de súbito em março de 1953, quando José Stalin, ditador da União Soviética pelo espaço de 29 anos, sucumbiu a um ataque cerebral e foi ocupar o seu lugar ao lado de Lenin num mausoléu de mármore junto as muralhas do Kremlin. Foi sucedido dentro de 24 horas por Jorge Malenkov, figura dominante nos quadros do partido. Gordo, oleoso, astuto e fleumático, Malenkov mostrou o desejo de modificar certas orientações políticas do seu antecessor. Talvez receasse pela estabilidade do novo regime e julgasse necessário aplacar os descontentes, ou talvez percebesse com mais nitidez do que Stalin que a guerra da Coreia poderia envolver a Rússia, como aliada da China, num conflito mortal com os Estados Unidos. Fosse como fosse, pouco após a sua elevação ao poder anunciou extensas reduções nos preços dos bens ao consumidor e cancelou as acusações feitas contra quinze médicos judeus, de terem tramado a morte de várias autoridades soviéticas. Mais significativa ainda foi a sua declaração, num discurso pronunciado em Moscou, de que não havia, entre a Rússia e qualquer outro país, nenhuma disputa ou questão que não pudesse ser resolvida "por acordo mútuo dos países interessados". Em harmonia com essa declaração, endossou a proposta do ministro do Exterior da China no sentido de que todos os prisioneiros da guerra da Coreia que "insistissem na repatriação" fossem devolvidos imediatamente e que os outros fossem "confiados" a uma nação neutra. Pouco depois a Rússia surpreendeu o mundo ao apoiar, com os seus satélites, uma resolução das Nações Unidas que exprimia a esperança de uma rápida terminação do conflito coreano. Esses indícios de uma aparente mudança de política frutificaram por fim num armistício assinado pelos representantes da China, da Coreia do Norte e dos Estados Unidos em julho de 1953. A organização de uma conferência para redigir o acordo oficial de paz foi deixada à determinação da Assembleia Geral das Nações Unidas.

5. NACIONALISMO VERSUS INTERNACIONALISMO

O nacionalismo lucrou e perdeu ao mesmo tempo em resultado da Segunda Guerra Mundial. Ganhou terreno, incontestavelmente, durante a longa noite da ocupação da maior parte da Europa pelos nazistas, quando se organizaram movimentos de resistência em países tais como a França, a Iugoslávia, a Holanda, a Polônia e a Grécia. Esses movimentos funcionavam quase que inteiramente às escondidas, e embora os seus métodos não fossem os sancionados pela guerra "ortodoxa", instilaram nova coragem e a esperança da libertação em povos que se achavam sob o tacão de um conquistador estrangeiro. Nos anos que se seguiram imediatamente à guerra o nacionalismo marcou uma vitória na Índia, à qual foi concedido em 1947 o direito à independência, conquanto as suas províncias muçulmanas (o Paquistão) tivessem decidido continuar como um domínio autônomo dentro da Comunidade Britânica de Nações. Em 1949 as províncias hindus constituíram-se em República da Índia, resolvendo igualmente permanecer como membro da Comunidade de Nações, mas com omissão da palavra "Britânica". O reconhecimento, pelas Nações Unidas, do novo estado de Israel na Palestina pode também ser considerado uma vitória para o nacionalismo, apesar das dificuldades que lhe estavam reservadas por causa da oposição dos árabes à existência de qualquer estado judaico na terra dos antigos hebreus. Finalmente, o nacionalismo conquistou um triunfo nas Índias Orientais Holandesas, onde os nativos, principalmente na ilha de Java, se revoltaram contra o domínio batavo e proclamaram a República da Indonésia. Vale a pena acentuar que o nacionalismo, em quase todos esses casos, se assemelhava mais à forma que havia assumido no começo do século XIX do que aos nacionalismos de tipo mais recente. Em outras palavras, era antes um ideal libertador e democrático do que um culto do poder nacional.

FOCOS DE PERIGO NO EXTREMO ORIENTE

Países aliados dos Estados Unidos

Outras áreas não-comunistas

Áreas comunistas

Bases militares norte americanas



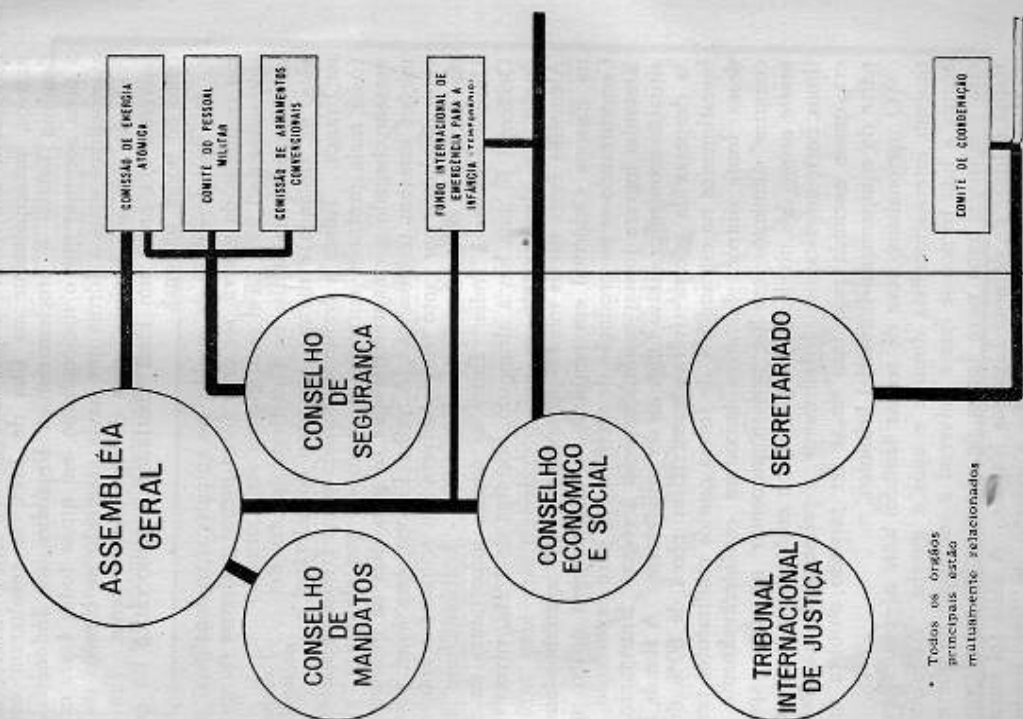
Em certas regiões do mundo, no entanto, o nacionalismo parecia, em resultado da guerra, ser uma força menos poderosa do que tinha sido antes de 1939. Tal se afigurava ser a situação na Alemanha, na Itália, na Grã-Bretanha, na Bélgica, na Holanda e mesmo, em grau considerável, na França. Talvez a desilusão causada pelos frutos do nacionalismo fosse mais profunda entre esses povos do que alhures. Talvez tivessem chegado a compreender que os seus dias de grandeza como nações estavam terminados. A velha Europa, que esses países haviam dominado por tanto tempo, sofrera um eclipse e o futuro parecia pertencer às potências "periféricas" — à Rússia, aos Estados Unidos e talvez à Índia. Entre as nações importantes da Europa Ocidental só uma havia alcançado, nos fins de 1947, níveis de produção tão altos quanto os que prevaleciam dez anos atrás. Na Alemanha esses níveis montavam apenas a 50% aproximadamente e, na Europa Ocidental em conjunto, a uns escassos quatro quintos. Concentrando-se na produção de mercadorias para exportação, a Grã-Bretanha lograra tornar-se uma exceção à regra. Entretanto, a sua situação econômica estava longe de ser satisfatória. A fim de atender às despesas da guerra tivera de sacrificar cerca de 80% dos seus investimentos no estrangeiro, de forma que os rendimentos provindos dessa fonte outrora lucrativa baixaram consideravelmente. Para comprar alimentos era-lhe preciso aumentar as suas exportações muito acima dos níveis de pré-guerra, ou então depender de empréstimos norte-americanos. Infelizmente, a primeira dessas alternativas era quase excluída pelo fato de se ter tornado obsoleta uma boa parte do equipamento industrial britânico.

O nacionalismo teve de recuar também ante a expansão do sentimento internacionalista durante e após a guerra. Enquanto prosseguia a luta tornou-se quase universal a convicção de que era preciso estabelecer uma nova forma de organização internacional para tomar o lugar da defunta Liga das Nações. A idéia foi incorporada à Carta do Atlântico, que pedia a criação de "um sistema permanente de segurança geral". Finalmente, na reunião dos Três Grandes realizada em Ialta no mês de fevereiro de 1945, resolveu-se convocar para 25 de abril, em São Francisco, uma conferência de todas as Nações Unidas, a qual ficaria encarregada de completar os planos de uma organização mundial. Apesar da morte trágica do presidente Roosevelt duas semanas antes, a conferência reuniu-se na data designada. A 26 de junho foi assinada a carta de uma organização que se chamaria as Nações Unidas e teria por base o

princípio da "igualdade soberana de todos os estados amigos da paz". Seus órgãos mais importantes seriam: 1) uma Assembléia Geral composta de representantes de todos os estados imponentes; 2) um Conselho de Segurança, composto de representantes dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da Rússia, da China e da França com assentos permanentes e de seis outros estados escolhidos pela Assembléia Geral para preencher os assentos não-permanentes; 3) um Secretariado, constituído por um Secretário Geral e pelos seus subordinados; 4) um Conselho Social e Econômico, composto de 18 membros escolhidos pela Assembléia Geral; 5) um Conselho de Mandatos, e 6) um Tribunal Internacional de Justiça.

A ORGANIZAÇÃO DAS COMISSÕES E

ÓRGÃOS PRINCIPAIS*

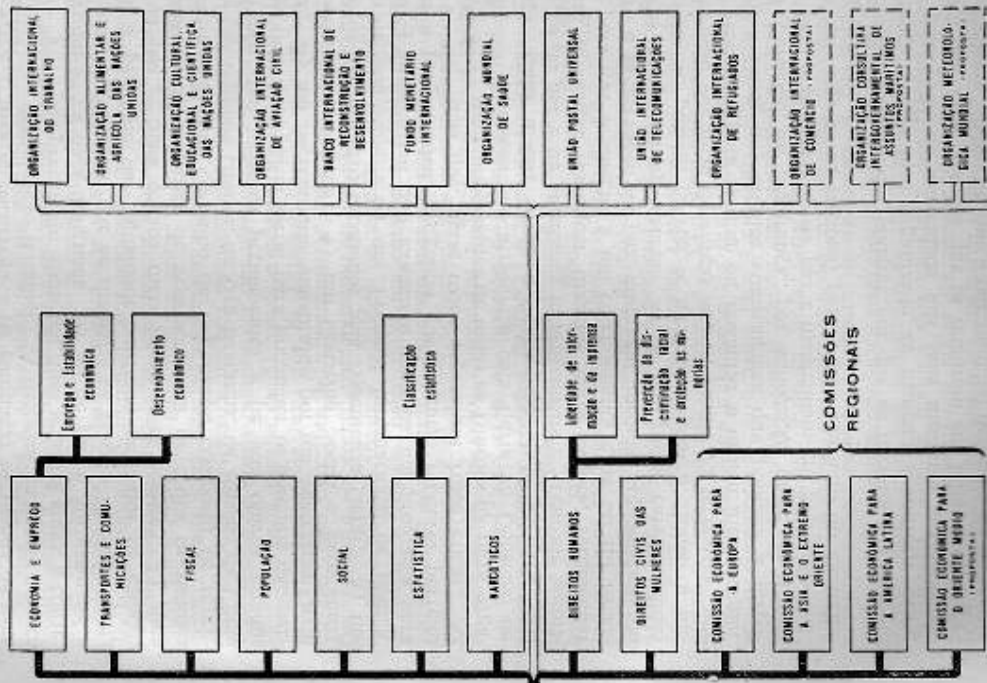


* Todos os órgãos principais estão mutuamente relacionados

NAÇÕES UNIDAS DE 1948

SUBCOMISSÕES

ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS



A Carta adotada em São Francisco continha um programa para promover a paz mundial, programa que ninguém reputava perfeito mas que quase todos esperavam fosse eficaz. As mais importantes de todas as funções da nova organização são atribuídas pela Carta ao Conselho de Segurança. Cabe a este órgão a "responsabilidade primária pela manutenção da paz e da segurança internacionais". Tem ele autoridade para investigar quaisquer disputas entre nações, recomendar métodos para que se chegue a um entendimento e, se tal for necessário para a preservação da paz, empregar medidas diplomáticas ou econômicas contra os agressores. Se, a seu juízo, essas medidas se revelarem ou possam revelar-se ineficazes, poderá "tomar a iniciativa da ação por meio de forças aéreas, navais ou terrestres" que se fizer necessária para manter ou restaurar a ordem internacional. Prescreve a Carta aos estados componentes que ponham à disposição do Conselho de Segurança, por solicitação deste, as forças armadas para a manutenção da paz e mantenham em prontidão contingentes de força aérea nacional para o uso imediato do Conselho em casos urgentes.

A despeito dos grandes poderes em que se investia o Conselho de Segurança, estava este organizado de maneira a conferir quase que um monopólio de autoridade aos seus membros permanentes. Era crença dos Três Grandes que se reuniram em Ialta, e em especial do presidente Roosevelt, que a paz mundial dependia da harmonia entre as principais potências vencedoras da guerra. Consequentemente, determinaram que quando fosse instituído o Conselho de Segurança nenhuma iniciativa de qualquer espécie poderia ser tomada sem o consentimento unânime da Grã-Bretanha, da França, dos Estados Unidos, da China, da União Soviética e de dois outros membros mais. A própria Carta das Nações Unidas não poderia ser modificada sem a aprovação de todos os membros permanentes. Esse poder de veto absoluto conferido a cada um dos estados principais não teve de modo algum os efeitos que se esperavam dele. Ao invés de fortalecer a paz mundial, seu resultado precípua foi paralisar a ONU e torná-la impotente em face de emergências. A causa principal foi a crescente desconfiança entre a Rússia Soviética e o Ocidente. Cada uma das partes tem-se oposto às exigências da outra com respeito ao desarmamento, ao controle da energia atômica e à admissão de novos estados. Pelas alturas de 1953 a Rússia tinha exercido nada menos de 57 vezes o seu poder de veto no Conselho de Segurança. Se bem que os

Estados Unidos não se utilizassem do veto, não lhes fora difícil encontrar outros meios de exprimir a sua oposição — como, por exemplo, o de não permitir que determinados tópicos fossem incluídos na agenda. Só o feliz acidente de estar a Rússia boicotando na ocasião a ONU, por causa da recusa desta a destituir o representante do governo de Chiang Kai-shek, tornou possível adotar-se a resolução que condenava a invasão da Coreia do Sul pelos comunistas a 25 de junho de 1950.

Em confronto com os poderes do Conselho, a autoridade da maioria dos outros órgãos da ONU é bastante limitada. A Assembléia Geral destinava-se originalmente a ser sobretudo um corpo consultivo. Podia iniciar estudos, fazer recomendações e chamar a atenção do Conselho para situações capazes de pôr a paz em perigo. Fora planejada como um lugar onde as pequenas nações poderiam ventilar as suas queixas, enquanto as grandes potências, no Conselho de Segurança, governariam o mundo. Não lhe era permitido sequer fazer recomendações a respeito de qualquer disputa que estivesse sendo considerada na ocasião pelo Conselho. No verão de 1950, porém, a Assembléia Geral tomou certas medidas para remediar essas deficiências. Adotou uma série de resoluções segundo as quais, no caso de um veto impedir o Conselho de Segurança de cumprir a sua missão repressora de agressões, a Assembléia Geral pode reunir-se numa sessão de emergência dentro do prazo de vinte e quatro horas, quer por solicitação de sete membros do Conselho de Segurança, quer da maioria dos membros das Nações Unidas. A Assembléia tem então o poder de recomendar a ação coletiva por parte dos estados componentes, inclusive o uso da força. Em outubro de 1950 essas resoluções foram adotadas por enorme maioria de votos na Assembléia, manifestando-se em contrário unicamente a União Soviética e os seus satélites.

Os órgãos restantes da ONU têm uma grande variedade de funções. O Secretariado, composto de um Secretário Geral e de um pessoal numeroso, tem uma autoridade sobretudo administrativa. O seu trabalho, todavia, não é de simples rotina, pois o Secretário Geral pode chamar a atenção do Conselho de Segurança para qualquer assunto que, na sua opinião, possa ameaçar a paz internacional. O Conselho de Mandatos supervisiona todos os territórios que não têm governo autônomo, sendo administrados diretamente por várias nações sob a autoridade da ONU. As funções do Conselho Econômico e Social são as mais variadas de todas. Composto de dezoito membros eleitos pela Assembléia Geral, tem autoridade para iniciar

estudos e fazer recomendações sobre assuntos internacionais de ordem social, econômica, higiênica, educacional, cultural e afins, podendo desempenhar missões dentro desses campos a pedido de membros das Nações Unidas. Sob a sua jurisdição encontram-se órgãos especializados como sejam os seguintes: a Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO), cuja finalidade é incrementar a cooperação internacional através da educação, da ciência e da cultura "a fim de promover o respeito à justiça, à lei, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos"; a Organização Mundial de Saúde (WHO), que se empenha em dominar as epidemias e em ajudar as nações atrasadas a eliminar a cólera, o tifo e as doenças venéreas, bem assim como em melhorar os padrões de saúde e de higiene; e a Organização Alimentar e Agrícola (FAO), que procura aumentar a produção de alimentos encontrando remédios para as crises da agricultura, para as doenças dos animais e das plantas e as pragas de insetos, e formulando planos para a mecanização das pequenas fazendas e uma distribuição mais eficiente dos gêneros alimentícios.

As realizações da ONU durante os seus primeiros oito anos de existência compunham um quadro modestamente impressionante. Tinha induzido a Rússia Soviética a retirar as suas tropas do Iraque e libertado a Síria e o Líbano da tutela dos franceses e ingleses. Nomeara uma comissão para investigar a infiltração de comunistas estrangeiros na Grécia. Pusera fim a uma sangrenta guerra entre forças holandesas e nativas na Indonésia. Tinha levado os ingleses a aquiescer na repartição da Palestina e persuadido os beligerantes judeus e árabes a firmarem uma trégua. Contribuíra para estabelecer um acordo entre a Índia e o Paquistão, impedindo assim que cerca de 400 milhões de pessoas destinadas a "conter" o poder soviético. Tal era a opinião do presidente Truman e dos seus conselheiros norte-americanos, os quais completamente nos seus esforços para estabelecer o controle das armas atômicas. Apesar das disposições expressas do Artigo 26 da Carta, nada fizeram no sentido de obter uma redução geral dos armamentos. Também não conseguiram afastar o crescente atrito entre a Rússia e os Estados Unidos, uma nítida ameaça à paz internacional, assim como não puderam sequer impedir uma renovação parcial da luta na Palestina, em plena vigência do armistício. Deve-se observar, contudo, que nem todos esses malogros são atribuíveis a deficiências da ONU. Muitos deles se deveram à atmosfera de suspeita e desconfiança

que prevalecia entre a Rússia e os seus adversários ocidentais. Cada uma das partes receava que a outra conquistasse alguma vantagem se a ONU tomasse uma iniciativa enérgica para impedir ou terminar uma guerra. Exemplo notável disso foi a relutância dos Estados Unidos em aprovar a aplicação de sanções militares no conflito palestino, no temor de que os Soviéticos aproveitassem a oportunidade para se firmarem no Oriente Próximo.

À luz das condições vigentes após a Segunda Guerra Mundial, era talvez inevitável que o internacionalismo assumisse uma variedade de formas. Alguns observadores circunspectos criticavam as Nações Unidas como uma simples réplica da velha Liga das Nações, que fora oficialmente dissolvida numa sessão final realizada em Genebra no dia 18 de abril de 1946. Dizia-se que ambas eram ligas de governos e não federações de povos. Os que assim pensavam reclamavam nada menos que uma república federal mundial, semelhante na estrutura aos Estados Unidos, com uma autêntica transferência dos poderes de soberania para um governo central. Acreditavam que o governo dessa república deveria incluir não apenas um tribunal para julgar disputas e um executivo mundial com autoridade para exercer funções policiais, mas acima de tudo um parlamento mundial que representasse os povos ao invés dos governos e fosse capaz de promulgar leis com aplicação direta aos indivíduos. Não se pretendia que as funções do estado mundial preterissem inteiramente as dos governos nacionais. Pelo contrário, somente seriam transferidos para a autoridade central poderes soberanos tais como o controle dos armamentos, das tarifas e das áreas coloniais; o resto ficaria reservado às autoridades nacionais.

Estadistas e publicistas menos imbuídos de idealismo apegavam-se à crença de que a Organização das Nações Unidas devia ser complementada por alianças militares e políticas. Convencidos de que a Rússia visava a conquista do mundo, a única coisa viável para eles era uma combinação de forças destinada a "conter" o poder soviético. Tal era a opinião do presidente Truman e dos seus conselheiros norte-americanos, os quais parecem ter catequizado a maioria dos governos da região do Atlântico. Fosse como fosse, em abril de 1949 os representantes do Canadá, Dinamarca, Portugal, Islândia, Grã-Bretanha, França, Itália, Holanda, Noruega, Bélgica, Luxemburgo e Estados Unidos assinaram um acordo em virtude do qual era fundada a Organização do Tratado do Atlântico Norte

(NATO). Posteriormente, a Grécia e a Turquia vieram aumentar o número de membros e a Alemanha Ocidental foi também convidada a associar-se. Os propósitos da organização, segundo se declarava, eram proteger "a liberdade, a herança comum e a civilização" dos povos do Atlântico e prover a estabilidade e o bem-estar dessa região do globo. A agressão armada contra qualquer das partes signatárias seria encarada como uma agressão a todas elas e revidada por uma combinação de forças armadas, na extensão necessária para repelir o agressor. Numa conferência realizada em Lisboa, em fevereiro de 1952, os membros da NATO resolveram criar uma organização permanente, com um Conselho, um Secretariado e uma sede permanente em Paris. Decidiu-se também que o comando militar conjunto, ou exército da NATO, criado em 1950, fosse aumentado de trinta para cinquenta divisões em 1953, e que a Alemanha Ocidental fosse rearmada e convidada a contribuir com doze divisões. Esperava-se que assim a NATO ficasse pronta para enfrentar qualquer emergência resultante da política expansionista da Rússia Soviética.

Pode-se dizer que o internacionalismo fez também alguns progressos dentro de uma escala geográfica mais limitada. Cerca de 1950, Robert Schuman, ministro francês das Relações Exteriores, concebeu a idéia de submeter a uma autoridade supranacional as indústrias do carvão, do ferro e do aço da Europa Ocidental. Seriam abolidas todas as barreiras tarifárias e outras restrições internacionais. Cada uma das indústrias, fosse ela de que país fosse, teria acesso igual aos mercados e às fontes de matérias-primas. O plano oferecia também a vantagem de impedir que as indústrias do Ruhr fossem jamais usadas como alicerce do imperialismo alemão. Ao cabo de meses de negociações a França, a Alemanha Ocidental, E Bélgica, a Holanda, o Luxemburgo e a Itália concordaram com o plano, que começou a vigorar em agosto de 1952. Oficialmente conhecido como a Comunidade Européia do Carvão e do Aço, representava um passo significativo na longa e difícil estrada para uma federação européia. Tão confiantes estavam os seus líderes na importância do projeto que passaram quase imediatamente a estudar a constituição de uma união da Europa Ocidental. Traçaram um plano que incluía um conselho executivo, um parlamento de duas câmaras, um poder judiciário e uma comissão de ministros nacionais para proteger a soberania dos estados componentes. Havia grandes esperanças de que as nações envolvidas não tardassem a ratificar a constituição, mas surgiram obstáculos formidáveis,

não se contando entre os menores o fato de que o plano havia amadurecido nos cérebros de juristas e estadistas e tinha pouco apoio no espírito popular. Com efeito, em certos meios havia uma forte oposição contra qualquer programa que pudesse aumentar as possibilidades de interferência norte-americana nos negócios europeus. Cansados de guerras e ameaças de guerra, numerosos elementos da população dos países continentais condenavam as exigências de alianças européias e de um exército europeu por parte dos Estados Unidos, alegando que tais coisas tornariam quase inevitável a guerra com a União Soviética. Adotando o lema "Paz, independência e pão", esses elementos tornaram-se bastante poderosos para vencer uma eleição na Itália em 1953 e exercer positiva influência sobre as políticas da França e da Grã-Bretanha.

Capítulo 32

Cultura contemporânea (1918-1953)

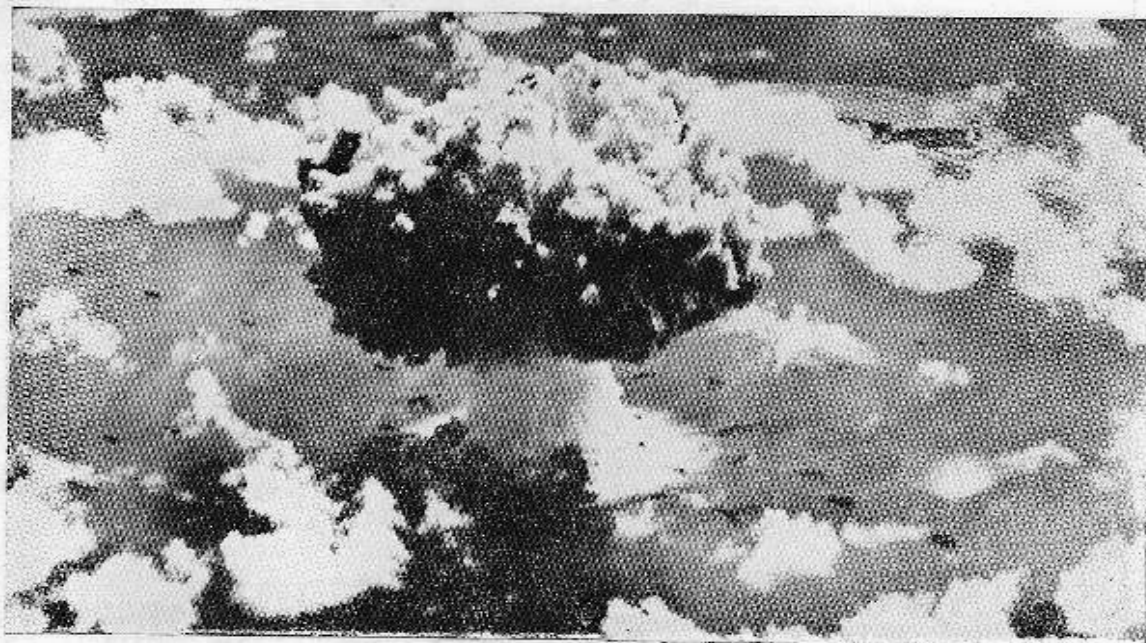
Os últimos quatro capítulos descreveram um caótico desenrolar de acontecimentos na esfera política e econômica durante os trinta e cinco anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, período que parecia ser um dos mais críticos desde a Revolução Protestante. Instituições e ideais que se diria quase inexpugnáveis foram arrancados dos seus alicerces e ameaçados de destruição. Democracia, liberalismo, racionalismo e individualismo estiveram a ponto de sucumbir diante da onda devastadora da barbárie irracional. As diretrizes culturais não podiam deixar de refletir essas tendências políticas e econômicas. Era de esperar, portanto, que a filosofia, a literatura e as artes se caracterizassem pelo pessimismo e pela desorientação, acompanhados em alguns casos pelo desespero e em outros pela ardente procura de uma via de escape. Ao mesmo tempo, deve-se acentuar que certas influências culturais foram, em si mesmas, parcialmente responsáveis pelo caos predominante. Algumas teorias científicas, por exemplo, tendiam a debilitar a confiança na razão como meio de adquirir conhecimento. Mais grave ainda era a influência de certos ideólogos que desenvolveram um culto do irracional, negaram a possibilidade da democracia e justificaram o regime da força.

1. PROGRESSOS REVOLUCIONÁRIOS DA CIÊNCIA

Os fundamentos da ciência contemporânea foram lançados, em sua maior parte, nos fins do século XIX e nos começos do nosso. Foi durante esse período que se passou a conceber o átomo como um sistema solar em miniatura ao invés de uma partícula sólida, que foi descoberto o fenômeno da radioatividade, que se desacreditou a hipótese do éter e se demonstrou a relatividade do tempo e do espaço. Foi durante o mesmo período que se fundou a psicanálise, que a teoria microbiana das doenças obteve plena confirmação e se formularam as leis da hereditariedade. O desenvolvimento científico de 1918 a 1953 distinguiu-se por inovações igualmente revolucionárias, e nenhuma o foi mais do que as que se verificaram na física. Pelas alturas de 1953 tinha-se descoberto que a concepção do mundo subatômico como um sistema solar em miniatura era demasiadamente simples. Sabia-se, agora, que o átomo contém não

somente prótons com carga positiva e elétrons com carga negativa, mas também pósitrons, ou elétrons carregados positivamente, nêutrons sem carga elétrica e mésons, que podem ser negativos ou positivos. Descobriu-se que os mésons não existem apenas no interior do átomo (durante o tempo aproximado de dois milionésimos de segundo), mas são elementos importantes dos raios cósmicos que bombardeiam constantemente a terra, vindos de algum ponto do espaço. Uma hipótese recente admite a existência de um méson neutro, com uma "vida" de apenas um centésimo-sextilionésimo de segundo, mas que, ao se desintegrar, converte-se na energia que sustenta o universo.

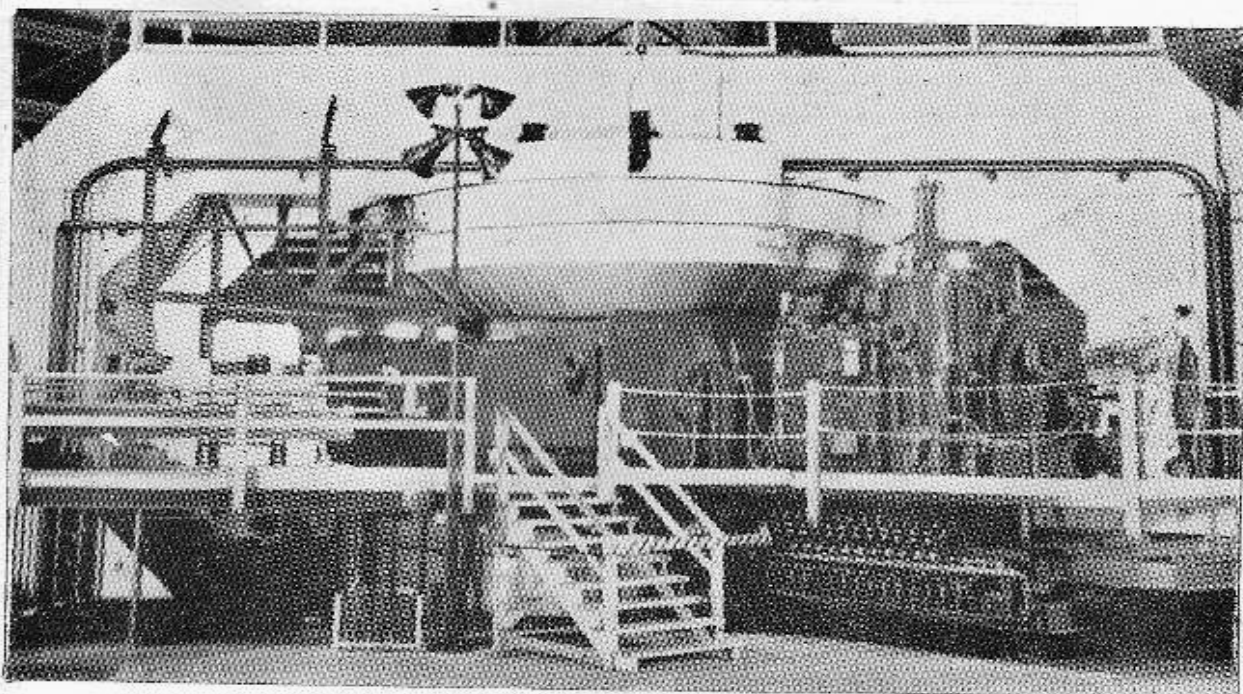
Já antes do descobrimento dos nêutrons, pósitrons e mésons o mundo interior do átomo deixara de ser, para muitos cientistas, um mundo cujos atos pudessem ser previstos com base em leis naturais. Em 1927 o físico alemão Werner von Heisenberg formulou o famoso princípio de indeterminação, firmado no descobrimento de que os elétrons, individualmente, não parecem seguir nenhuma lei definida de causa e efeito, mas saltam de uma órbita para outra sem motivo aparente. Concluiu daí que o velho princípio mecanicista de causalidade universal deixava de ter validade absoluta, e afirmou que era impossível prever com certeza os fenômenos do mundo subatômico, mas que estes podiam ser estudados do ponto de vista da probabilidade, mais ou menos como fazem as companhias de seguros ao compilar as suas estatísticas atuariais, levando em conta milhões de pessoas. Com a aceitação gradual desta hipótese o átomo reduziu-se a uma espécie de "abstração sem lei" de que é quase impossível formar uma imagem mental.

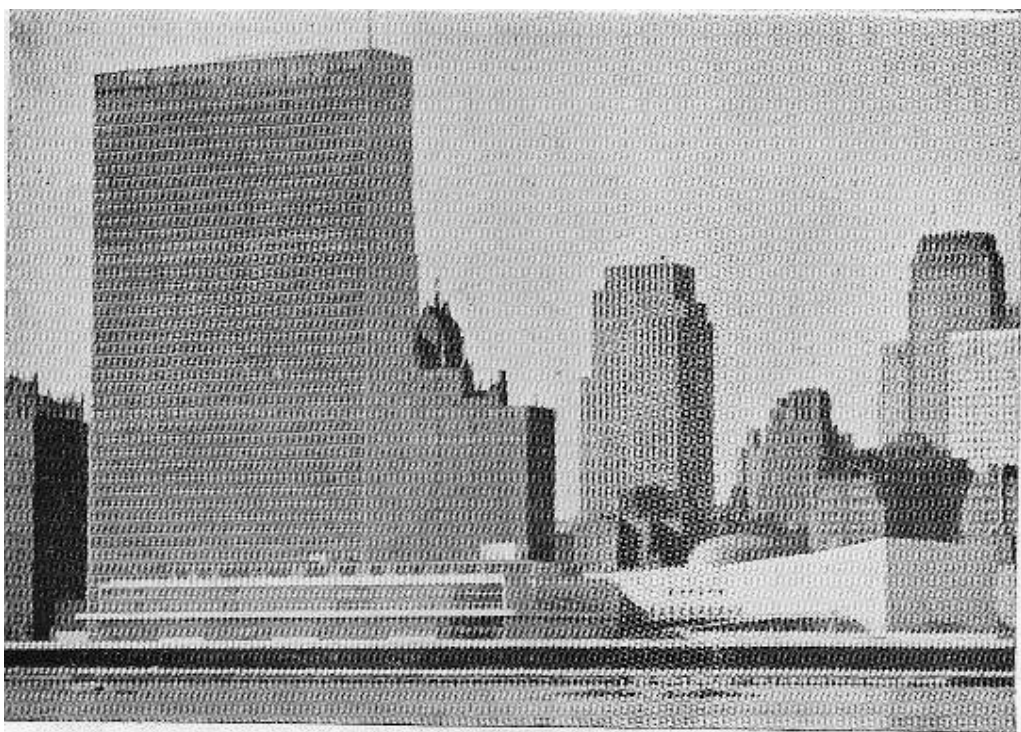


Explosão experimental de uma bomba atômica subaquática na laguna de Bikini, a 25 de julho de 1946. O jorro de espuma e de vapor elevou-se a uma altura de cinco quilômetros e tornou a cair na laguna sob a forma de uma chuva radioativa. A "baste" do gigantesco "cogumelo" mede oitocentos metros de diâmetro. Imagine-se o efeito de uma explosão dessas no pórtio de uma grande cidade! (Associated Press.)

A ERA ATÔMICA

O ciclotrônio, ou máquina desintegradora de átomos, da Universidade da Califórnia, um dos maiores e mais poderosos do mundo. (University News Service, University of California.)





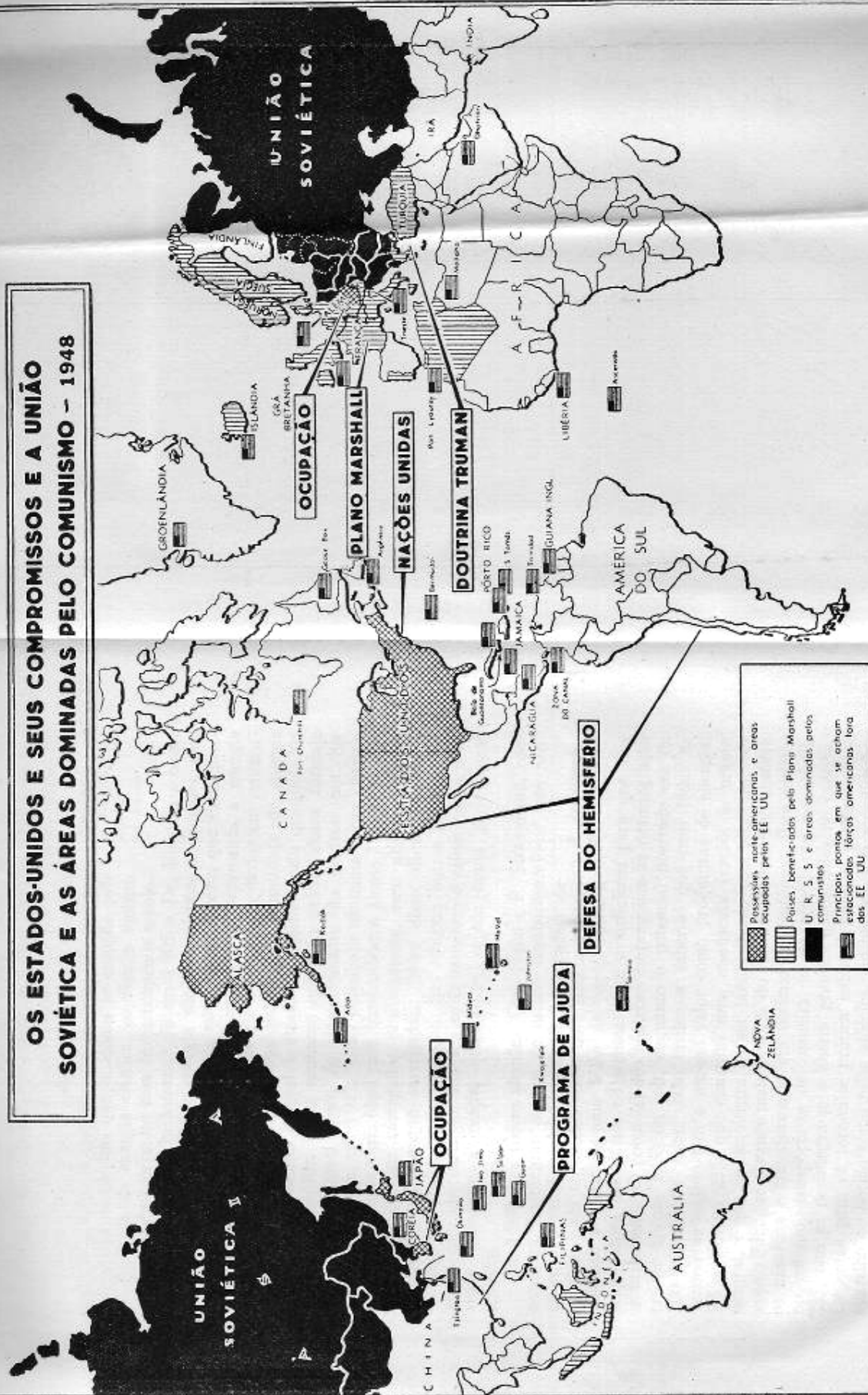
UM MUNDO SÓ OU DOIS?

Sede das Nações Unidas, em Nova York. O edifício baixo do primeiro plano é o salão da assembleia geral. Atrás dele vê-se o edifício do secretariado, com quarenta andares.
(Unations.)

A "ponte aérea" em Berlim. Em 1948, em resultado de uma disputa em torno da Alemanha, as forças de ocupação russas iniciaram um bloqueio de Berlim. Os Estados Unidos e a Inglaterra procuraram romper o bloqueio mediante um sistema de transporte aéreo de alimentos e materiais de importância vital para a cidade. (Wide World.)



OS ESTADOS-UNIDOS E SEUS COMPROMISSOS E A UNIÃO SOVIÉTICA E AS ÁREAS DOMINADAS PELO COMUNISMO - 1948



Alguns dos desenvolvimentos da física que apontamos acima contribuíram para tornar possível um dos feitos mais espetaculares da história da ciência: a desintegração do átomo a fim de libertar a energia nele contida. Desde que se tornou conhecido que o átomo se compõe primariamente de energia elétrica, os físicos vinham sonhando desacorrentar essa força tremenda e colocá-la à disposição do homem. Já em 1905 o Dr. Einstein convencer-se de que massa e energia são equivalentes e deduzira uma fórmula para converter uma na outra, fórmula essa que ele expressou da maneira que segue: $E = mc^2$. E representa a energia em ergs, m a massa em gramas e c a velocidade da luz em centímetros por segundo. Em outras palavras, a quantidade de energia represada no átomo é igual à massa multiplicada pelo quadrado da velocidade da luz. Mas nenhuma aplicação prática dessa fórmula se tornou possível antes do descobrimento do nêutron por Sir James Chadwick, em 1932. Não possuindo nenhuma carga elétrica, o nêutron é uma arma ideal para bombardear o átomo. Nem é repelido pelos prótons carregados positivamente, nem absorvido pelos elétrons negativamente carregados. Além disso, durante o bombardeio ele produz mais nêutrons, que atingem outros átomos, fazendo com que estes por sua vez se desintegrem e criem novos nêutrons. Destarte a reação original se repete numa série quase infinita.

Em 1939 dois físicos alemães, Otto Hahn e F. Strassmann, conseguiram desintegrar átomos de urânio bombardeando-os com nêutrons. A reação inicial produzia uma cadeia de reações, mais ou menos como uma chama que ao queimar a beira de uma folha de papel, eleva a temperatura das partes adjacentes deste o suficiente para que elas se inflamem. O potencial dos nêutrons empregados na desintegração era de apenas 1/30 de volt, enquanto o potencial libertado era de 200 milhões de volts. Não tardou a saber-se que nem todas as formas de urânio têm o mesmo valor como produtoras de energia. Só o isótopo 235, que constitui uma minúscula fração do urânio natural, é que se desintegra ao ser bombardeado com nêutrons. O urânio 238, que abrange mais de 99% do suprimento mundial, absorve os nêutrons e transforma-se em netúnio ou plutônio. Este último, no entanto, comporta-se de maneira muito semelhante ao urânio 235, isto é: desintegra-se e liberta grandes quantidades de energia. De então para cá tornou-se prática habitual fabricar plutônio num aparelho conhecido como pilha atômica, em

que grandes quantidades de urânio 238 são expostas aos nêutrons procedentes do urânio 235. O fato de o primeiro uso a fazer-se do conhecimento da desintegração do átomo ter sido a preparação de uma bomba atômica fornece uma triste ilustração do que é a civilização moderna. A devastadora arma foi criação de uma constelação de cientistas a trabalhar para o Departamento de Guerra dos Estados Unidos. Alguns deles eram físicos que tinham sido exilados pela tirania nazista ou fascista. Pelas alturas de 1945 a obra desse grupo tinha sido completada e em julho do mesmo ano fêz-se explodir a primeira bomba atômica, numa experiência conduzida no deserto do Novo-México, próximo ao laboratório do Departamento de Guerra sediado em Los Álamos. Em 6 de agosto a primeira bomba atômica a ser usada na guerra foi lançada sobre a cidade japonesa de Hiroshima. Nagasaki serviu de alvo à segunda bomba, em 9 de agosto. Os efeitos mortíferos da nova arma eram quase inacreditáveis. Calculou-se que uma única bomba tinha a força explosiva de 20.000 toneladas de TNT. Mais de 100.000 pessoas foram mortas nas duas cidades, extensas porções das quais desapareceram literalmente do mapa. O homem conquistara por fim o domínio da substância básica do universo, mas ninguém podia garantir que ele não tivesse criado um monstro de Frankenstein que acabaria por destruí-lo. Indagava-se amargamente o que aconteceria no futuro, quando a capacidade de produzir bombas atômicas deixasse de ser um monopólio dos anglo-americanos. Esse monopólio findou no outono de 1949, quando a U.R.S.S., segundo provas obtidas pelo governo dos Estados Unidos, fez explodir uma bomba atômica.

Ainda mais inquietantes foram as mal-veladas sugestões a respeito de uma bomba de hidrogênio, contidas nos anúncios de experiências publicados pela Comissão Norte-Americana de Energia Atômica em novembro de 1952. As experiências foram conduzidas no atol de Eniwetok, no Pacífico meridional, e, de acordo com os relatórios, uma ilha inteira desapareceu após arder em chamas durante várias horas. A bomba de hidrogênio, ou bomba H, baseia-se na fusão dos átomos de hidrogênio, processo que exige o enorme calor gerado pela desintegração dos átomos de urânio para desencadear a reação. A fusão resulta na produção de um novo elemento, o hélio, o qual pesa menos do que o total dos átomos de hidrogênio. A energia "livre" restante constitui a tremenda força explosiva da bomba H. Calcula-se que esta possua uma força equivalente a cinco milhões de toneladas de TNT, ou seja 250 vezes o poder das bombas

atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki. Em 1953, tanto a Rússia como os Estados Unidos haviam realizado explosões experimentais de bombas de hidrogênio.

Durante o período posterior à Primeira Guerra Mundial também se registraram notáveis progressos das ciências biológicas. Um dos mais importantes foi o descobrimento dos vírus ultramicroscópicos. São estes organismos tão pequenos que atravessam os filtros comuns. Só por meio de filtros especiais, feitos de películas de colódio, ou pelo emprego de microscópios ultravioletas ou eletrônicos e que se lhes pode perceber a presença. São causa de uma multidão de temíveis doenças, como a varíola, o sarampo, a paralisia infantil, a gripe, a raiva, a febre amarela e o resfriado comum. Ninguém soube dizer ainda se eles devem ser classificados como seres vivos ou inanimados. Sob certos pontos de vista parecem ter as propriedades das criaturas vivas, inclusive a capacidade de reproduzir-se. Mas estão na dependência completa dos seus hóspedes vivos e permanecem inteiramente inativos quando não estão em contato com um tecido vivo. Parecem ocupar uma espécie de estágio intermediário entre o inundo orgânico e o inorgânico e são por vezes denominados "a ponte entre a vida e a morte". Talvez Aristóteles tivesse razão quando escreveu, há mais de vinte e dois séculos: "A natureza passa do reino inanimado ao animado por uma transição tão gradual que os limites que os separam são indistintos e duvidosos."

De tempos a tempos, a história da medicina tem registrado descobrimentos dos quais se pode dizer sem exagero que marcaram época, pois abriram novas e muito maiores possibilidades para a eliminação das doenças. Um exemplo disso foi o descobrimento da vacina contra a varíola por Sir Edward Jenner, em 1796. Um outro foi o desenvolvimento e a prova da teoria microbiana das doenças por Louis Pasteur e Robert Koch, cerca de 1881. Entre 1918 e 1953, uma série de descobrimentos dessa categoria lançou os fundamentos de uma nova era de progresso para a medicina. Em 1935 um alemão chamado Gerhard Domagk descobriu a primeira das sulfas, dando-lhe o nome de sulfanilamida. Não tardou que outras fossem acrescentadas à lista. Cada uma delas revelou ter efeitos maravilhosos na cura ou na prevenção de doenças tais como a febre reumática, a blenorragia, a escarlatina e a meningite. Cerca de 1930, Sir Alexander Fleming descreveu o primeiro dos antibióticos, o qual passou a ser conhecido como penicilina. Os antibióticos são agentes químicos produzidos

por organismos vivos e dotados do poder de matar bactérias ou de sustar-lhes a multiplicação. Muitos deles originam-se de bolores, cogumelos, algas e organismos simples que vivem no solo. Com o transcorrer dos anos veio a descobrir-se que a penicilina era uma espécie de droga milagrosa, com resultados espetaculares no tratamento da pneumonia, da sífilis, da peritonite, do tétano e de muitas outras doenças até então frequentemente fatais. Por volta de 1940, o segundo dos mais famosos antibióticos — a estreptomicina - foi descoberto pelo Dr. Selman A. Waksman. A estreptomicina parece ser promissora acima de tudo no tratamento da tuberculose, embora tenha sido usada contra numerosas outras infecções que não cedem à penicilina, como sejam a peste bubônica e a tularemia ou febre do coelho. Outros antibióticos ainda são a neomicina, também descoberta pelo Dr. Waksman, a aureomicina, eficaz contra a febre das Montanhas Rochosas, e a cloromicetina, valiosa no tratamento do tifo e da febre tifóide.

Quase tão importante quanto o descobrimento de novas drogas foi o desenvolvimento dos meios de prevenção das doenças. Assumiram estes, em sua maior parte, a forma de inoculação ou de vacina. Um exemplo característico das primeiras foi o desenvolvimento da inoculação da gama-globulina contra a poliomielite, ou paralisia infantil. Em localidades em que esta doença ameaçava tomar proporções de epidemia, milhares de crianças foram inoculadas, ao que parece com bons resultados. Em 1953 o Dr. Jonas E. Salk, da Universidade de Pittsburgh, descobriu um método de vacinação contra a mesma doença e os testes até agora efetuados oferecem boas perspectivas de êxito. Durante a Segunda Guerra Mundial aperfeiçoou-se um notável inseticida que parece acenar com a eliminação definitiva de dois dos mais antigos inimigos da humanidade, a malária e o tifo. Popularmente conhecido como DDT, destrói os piolhos e mosquitos que transmitem essas enfermidades. Estes últimos anos assistiram também ao desenvolvimento do processo de fluoretação para prevenir a cárie dentária nas crianças e jovens. Consiste ele no simples expediente de adicionar fluoreto de sódio à água das hidrúlicas municipais. O progresso nestes e noutros ramos da medicina preventiva tem assumido tais proporções que alguns cientistas predizem, para um futuro relativamente próximo, a eliminação final e completa de todas as doenças infecciosas conhecidas pelo homem.

Nenhum relato das conquistas da medicina durante o período que vai de 1918 a 1953 estaria completo sem pelo menos uma menção das

seguintes: o desenvolvimento da insulina pelo cientista canadense Frederick Banting, para o tratamento da diabetes; o aperfeiçoamento da radioterapia e do uso da radioatividade no tratamento do câncer; o descobrimento de novos métodos de detecção do câncer pelo emprego dos isótopos radioativos como "indicadores"; os processos técnicos de conservação do sangue e do plasma sanguíneo para transfusões; a introdução do choque de insulina e do choque elétrico no tratamento de doenças mentais; o descobrimento de grande número de vitaminas novas; o desenvolvimento de hormônios sintéticos e o seu uso na restauração da saúde de pessoas de idade; o descobrimento da atabrina como substituto do quinino no tratamento da malária; e o desenvolvimento da medicina psicossomática, baseado na percepção da importância da ansiedade, do medo e de outros fatores psicológicos como causas de úlceras, asma, hipertensão arterial e doenças cardíacas. Em 1953, a humanidade deveria estar gozando saúde como nunca desde a aurora da medicina. É lícito duvidar, porém, que assim acontecesse, pois muitas partes do mundo continuavam a sofrer os efeitos da fome e da guerra. Para as crianças da Coreia, da Índia e do Oriente Próximo, que catavam o seu alimento nas latas de lixo ou viviam de um punhado de arroz por dia, o descobrimento de algum novo membro do complexo das vitaminas B pelos pesquisadores científicos faziam, sem dúvida, pouca diferença.

2. A FILOSOFIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

A história da filosofia de 1918 a 1953 apresenta, em grande parte, um quadro de pessimismo e confusão. Para a maioria dos pensadores que viveram durante esse período, os acontecimentos que se desenrolavam em torno deles justificavam a mais profunda ansiedade. A Primeira Guerra Mundial afigurou-se o início de uma nova idade das trevas. Mais tarde, a onda crescente do fascismo e o mergulho num segundo conflito mundial pareceram deixar poucas esperanças de que a civilização viesse um dia a refazer-se. É verdade que poucos filósofos se abandonaram ao desespero, mas um número cada vez maior deles foi perdendo a confiança na capacidade do homem para salvar-se sem o apoio da autoridade ou o concurso de forças sobrenaturais. Aldous Huxley voltou-se para uma combinação de misticismo hindu e cristão. George Santayana fugiu enojado da América materialista e estabeleceu-se para o resto de seus dias no

Convento das Irmãs Azuis, em Roma. Tornou-se cada vez mais indiferente aos esforços dos homens para resolver os seus problemas sociais e às grandes lutas intelectuais e políticas que se travavam em redor dele. Uma mudança ainda mais espetacular de pontos de vista ocorreu no caso do filósofo inglês C. E. M. Joad. Agnóstico, advogado da poligamia e da eutanásia e autor do Juramento de Oxford, que proibia os seus signatários de jamais lutar, em quaisquer circunstâncias, pela pátria e pelo rei, Joad converteu-se, antes da sua morte em 1953, num firme adepto da doutrina do pecado original e num defensor da fé cristã como luz orientadora da vida, num mundo em que as trevas começam a adensar-se.

Uma das mais importantes dentre as filosofias que tendiam a encarar com pessimismo o homem e o seu mundo era a neo-ortodoxia do teólogo suíço-alemão Karl Barth e do norte-americano Reinhold Niebuhr. Assumindo a forma de um sistema teológico, apresentava conclusões profundas a respeito da natureza da vida e do destino do homem. Os doutores Barth e Niebuhr discutiam o universo e os seus problemas de uma maneira um tanto calvinista. Acreditavam que o universo é governado por uma divindade todo-poderosa, que submete todas as coisas aos seus propósitos inescrutáveis. Encaravam o homem como um ser moral, criado à imagem divina e responsável perante Deus pelo emprego que dá à sua vida. Acima de tudo, acentuavam o pecado como fato fundamental no mundo. O homem é uma criatura depravada e degenerada, pouco superior, pela natureza, aos animais da selva. Por conseguinte, não há esperança de salvar o mundo enquanto os seres humanos não se voltarem para Deus, arrependendo-se dos seus pecados e buscando a ajuda divina para vencerem as suas inclinações perversas. A maioria das esperanças e planos para reformar o mundo estão condenadas ao malogro enquanto a natureza humana continuar a ser o que é. Somente quando os homens se convencerem da realidade do pecado e se humilharem diante de Deus é que poderão alcançar esse respeito pelos outros que constitui a essência da democracia. A paternidade divina é o fundamento essencial da fraternidade humana.

Semelhante no propósito, mas inteiramente diversa na forma e no conteúdo, era a neo-escolástica ou neotomismo de Jacques Maritain e seus seguidores. Não se tratava de um movimento novo mas, pela maior parte, de uma continuação da neo-escolástica do século XIX. Ao passo que a neo-ortodoxia era exclusivamente protestante, a neo-escolástica era

predominantemente católica. Ambas, no entanto, se aproximavam bastante na maneira pela qual encaravam as duas religiões. Niebuhr deplorava a excessiva liberdade de consciência permitida pelo protestantismo, enquanto Maritain criticava a tendência católica a confiar demasiado na autoridade. Maritain e os seus discípulos retornavam à escolástica de Santo Tomás de Aquino, que tinha, afirmavam eles, o supremo valor de exaltar a razão e dar plenitude à vida, conferindo-lhe um propósito. Não deixava por explicar nada que pudesse converter a filosofia numa fonte de conflito e exasperação. O universo era governado por um propósito inteligente e tudo podia ser explanado pela razão. Mas no século XIV a escolástica entrou em decadência e foi rapidamente substituída pelo nominalismo, que abriu o caminho para o desenvolvimento do individualismo, do materialismo e do ceticismo. Tais conceitos acabaram por demolir a confiança do homem em si mesmo como criatura racional, apearam a Deus do trono do universo e pouca coisa deixaram restar além da anarquia e do caos. Desde então o homem tem andado às testilhas consigo mesmo, ente irrequieto e exasperado que forceja por conquistar o mundo com o sacrifício da sua própria alma.

Para os neo-escolásticos, pois, a salvação do mundo dependia do desenvolvimento de uma cultura cristã baseada na sabedoria de Santo Tomás. Tinham a convicção de que nenhuma outra coisa pode conferir dignidade à natureza humana e uma significação à vida do homem. Somente pelo retorno à fé em Deus como criador e sustentador de um universo racional podemos escapar ao sentimento de desespero que tão implacavelmente nos assedia. Ainda não chegou, porém, o dia desse renascimento cristão. Cinco séculos de história humana não podem ser liquidados numa única noite. Mas é de esperar que o atual período de tormento e miséria chegue um dia ao seu fim e alvoreça uma nova era, a qual será guiada pelo espírito do Doutor Angélico do século XIII. Apesar do seu sabor medieval a neo-escolástica atraiu muitos pensadores do mundo contemporâneo. Contou entre os seus adeptos homens de intelecto tão diverso quanto G. K. Chesterton, Etienne Gilson (da Universidade de Paris) e Mortimer J. Adler (da Universidade de Chicago).

As maiores profundezas do pessimismo filosófico foram atingidas por um movimento conhecido como existencialismo, o qual se originou na França por volta de 1938. Fundado por Jean-Paul Sartre, professor de filosofia num liceu de Paris e posteriormente um dos líderes da Resistência

contra os alemães, tira ele o nome da sua doutrina de que a existência do homem como indivíduo livre é o fato fundamental da vida. Mas essa liberdade de nada serve ao homem; é, pelo contrário, uma fonte de angústia e de terror para ele. Percebendo, embora vagamente, que é um agente livre e moralmente responsável pelos seus atos, o indivíduo sente-se um estranho num mundo ao qual não pertence. Não pode confiar num Deus benévolo nem num propósito orientador do universo, porque, segundo Sartre, todas essas idéias foram reduzidas a meras ficções pela ciência moderna. Sua única via de escape ao sentimento de solidão e desespero é o caminho do "engajamento" ou participação ativa nos assuntos humanos. Cumpre observar que além do existencialismo ateu de Sartre havia uma forma cristã, mais antiga, de existencialismo emanado dos ensinamentos de Sören Kierkegaard, teólogo dinamarquês dos meados do século XIX. Por sinal que as doutrinas de Kierkegaard também influenciaram a neo-ortodoxia de Karl Barth. Durante as décadas de 1930 e 1940 o maior expoente do existencialismo cristão foi Karl Jaspers, professor de filosofia na Universidade de Heidelberg.

Pelo menos dois filósofos da época contemporânea conservaram o seu otimismo em meio a esse clima de depressão e incerteza. Um deles era Alfred North Whitehead. Nascido na Inglaterra e filho de um ministro da religião oficial, passou os anos mais fecundos da sua vida como professor de filosofia em Harvard. Tendo começado como matemático, voltou-se para a filosofia numa tentativa de harmonizar o pensamento moderno com os descobrimentos da nova era científica. Não tardou a desenvolver um sistema cuja dívida para com Platão, Kant e Einstein era grande. A exemplo dos dois primeiros, pelo menos, a intuição para ele tinha tanto valor, como método de conhecimento, quanto a razão ou a experiência sensorial. Increpava os positivistas obstinados que cobriam de escárnio o místico, o artista e o poeta romântico. Liberal em política e em teoria social, acreditava firmemente na certeza do progresso. Tinha também uma fé inabalável na benevolência divina, mas negava-se a encarar Deus como um autócrata ocupado em impor tábuas de leis e em punir eternamente os homens por tê-las violado. Concebia-o, pelo contrário, como um Deus de amor, como "o poeta do mundo, a conduzi-lo com terna paciência por meio da sua visão da verdade, da beleza e da bondade". O defeito da maioria das religiões, sem excetuar o cristianismo, tem sido o de representar a Deus como um Deus de poder. Deus não é

onipotente, do contrário seria ele o autor do mal. Sua função primordial é salvar os seres humanos do mal que decorre inevitavelmente da luta deles pelo bem. Tal era a concepção whiteheadiana de um universo amigo em que Deus e o homem colaboram no esforço de atingir a perfeição.

O segundo dos filósofos cujos ensinamentos eram fundamentalmente otimistas foi o norte-americano John Dewey. Nascido em 1859, Dewey já havia conquistado renome antes de 1918, como filósofo pragmatista. Jamais se desligou desse movimento, mas depois da Primeira Guerra Mundial começou a dedicar uma atenção crescente aos problemas especificamente humanos. Na sua célebre *Reconstruction in Philosophy*, publicada em 1920, instava para que a filosofia abandonasse as suas transações com a "Realidade Última e Absoluta" e "procurasse uma compensação nos esclarecimentos das forças morais que movem a humanidade". Ao contrário da maioria dos seus contemporâneos, conservava uma sadia confiança nos poderes do intelecto humano. Acreditava que o homem, fazendo uso dos recursos adquiridos pela razão e pela experiência, pode resolver os seus problemas sem nenhuma ajuda sobrenatural. Em comum com os humanistas do passado, considerava os seres humanos como as criaturas mais importantes do universo e não queria admitir que fossem corruptos e depravados por natureza. Ante a maré crescente da opressão totalitária, na década de 1930, acentuou cada vez mais a importância da liberdade, a qual, juntamente com a crença na igualdade e na capacidade dos homens para formar juízos inteligentes quando guiados pela experiência e pela educação, constituía para ele a essência da democracia.

Na filosofia social e política da época estavam incluídas as teorias de alguns que desprezavam a democracia, contribuindo destarte para a agravação da crise. Os mais notáveis desses homens foram o italiano Vilfredo Pareto e o alemão Oswald Spengler. Tiveram eles como precursor o francês Georges Sorel, de quem já falamos como fundador do sindicalismo. De um modo geral, todos eles concordavam entre si no desprezo pelas massas, na crença de que a democracia é impossível, na posição anti-intelectualista e na admiração pelos chefes fortes e empreendedores. Spengler foi mais longe, talvez, do que qualquer dos outros. Embora tivesse completado por volta de 1918 uma erudita e, a certos respeito, brilhante filosofia da história intitulada *A decadência do Ocidente*, suas obras posteriores eram tão

cheias de preconceitos quanto os livros dos autores nazistas. Na Hora da Decisão, publicada em 1933, fulminou diatribes contra a democracia, o pacifismo, o internacionalismo, as classes inferiores e as raças de cor. Teceu hinos aos "que se sentem nascidos e chamados a ser senhores", aos "instintos sadios, à raça, à vontade de possuir e poder". Desprezou o raciocínio frio e analítico dos intelectuais urbanos, exortando os homens a que admirassem "a profunda sabedoria das velhas famílias de camponeses". Os seres humanos, sustentava ele, são "animais de rapina", e os que negam esta conclusão não passam de "animais de rapina com os dentes quebrados".

Os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial presenciaram uma voga crescente da filosofia política e social conservadora. A sombra rastejante do comunismo contribuiu, sem dúvida, muito para isso, mas a tendência já se fizera sentir quando a Rússia era ainda uma aliada do Ocidente. A paternidade do novo movimento deve talvez ser atribuída a Frederico A. Hayek, um economista austríaco que havia fixado residência em Londres. Em O caminho da servidão, Hayek condenava todas as formas de interferência coletivista no capitalismo, com base no argumento de que tais interferências conduziriam ao socialismo e, por fim, ao comunismo ou ao fascismo. A supressão da liberdade econômica, sustentava ele, deve levar inevitavelmente à supressão de todas as liberdades, pois o direito do indivíduo a uma franca escolha de acordo com os seus gostos e interesses forma a própria essência da liberdade. Uma variedade mais estritamente política do neoconservantismo é exemplificada pela obra de Peter Viereck, Russell Kirk e Eric Voegelin. Todos os três esposam uma filosofia tão anti-racional e de aparência tão retrógrada que teria causado pesadelos a um Bismarck ou a um Alexander Hamilton. Viereck, por exemplo, pinta-se a si mesmo como um homem que "desconfia da natureza humana e acredita (politicamente falando) num Pecado Original que deve ser reprimido pelas sinaleiras éticas do tradicionalismo". Segundo Voegelin, a sociedade ocidental poderá salvar-se se aprendermos a venerar as instituições enraizadas na tradição e abandonarmos a crença de que o conhecimento, e não a fé, é o maior dos bens. Russell Kirk pede um renascimento da piedade familiar, a defesa da propriedade e a admissão de que "o desígnio divino governa a sociedade" e "a Providência é o instrumento indicado para as mudanças sociais".

3. A LITERATURA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Os movimentos literários durante o período da depressão e das duas guerras mundiais acusaram tendências muito semelhantes às da filosofia. Em muitos casos, mesmo, era difícil dizer onde terminava a filosofia e começava a literatura. Os grandes romancistas, poetas e dramaturgos mostravam uma grande preocupação com os problemas políticos e sociais e a esperança e destino do homem. Como os filósofos, sentiam-se desiludidos pelos fatos brutais da Primeira Guerra Mundial e porque a vitória não havia cumprido as suas promessas. Muitos deles foram também profundamente afetados pelos progressos revolucionários da ciência, e em especial pelas sondagens a que a nova psicologia submetia os arcanos da mente. Ao invés de ter sido criado por Deus "logo um pouco abaixo dos anjos", o homem parecia agora ser uma criatura um pouquinho acima dos macacos. Por fim, como era natural, os literatos foram influenciados pela Grande Depressão e pelo retorno à guerra em 1939. Os dois fatores apontados conduziram a uma procura de métodos e, entre muitos escritores, a uma revisão parcial de objetivos.

Cada uma das três décadas subsequentes a 1918 pode ser considerada quase como um período literário em si, se bem que os limites entre elas estejam longe de ser nítidos. Os característicos predominantes da década de 1920 foram o desencanto, o cinismo e a preocupação com o destino trágico de indivíduos. Foi o período da chamada "geração perdida" dos moços que saíram da guerra com os ideais esfacelados. Deram-lhe o tom os primeiros romances de Ernest Hemingway e John dos Passos, a poesia de T. S. Eliot e os dramas de Eugene O'Neill. Em *Adeus às armas* (1929), Hemingway pintava um dos seus primeiros quadros da loucura e da sordidez da guerra, oferecendo um modelo que outros escritores não tardariam a seguir. Em romances como *1919*, Dos Passos retratava o amargor e o cinismo resultantes do malogro da paz. T. S. Eliot, no poema *The Waste Land* (1922), apresentava uma filosofia que raiava pelo desespero. Depois que nascemos, parecia ele dizer, a vida é uma morte animada que temos de realejar incessantemente, cheios de tédio e frustração. O pessimismo de Eugene O'Neill afigurava-se algo diferente do dos seus contemporâneos. Suas tragédias mostravam o homem menos como vítima dos defeitos da sociedade do que como o lamentável escravo da sua própria natureza anormal. A maioria dos críticos

há de concordar provavelmente que os maiores dramas de O'Neill são *Strange Interlude* (1927) e *Mourning Becomes Electra* (1931). No primeiro, o teatrólogo ressuscitava o velho expediente elisabetano do aparte, mediante o qual se fazia com que cada personagem exprimisse o que realmente pensava, ao lado da frase convencional destinada aos ouvidos alheios.

A literatura da década de 1920 inclui também obras importantes de escritores como Aldous Huxley, Erich Maria Remarque, Theodore Dreiser, Sinclair Lewis, Thomas Mann e James Joyce. Excetuados os dois primeiros, todos eram romancistas com reputação firmada quando a década começou. Aldous Huxley, em *Contraponto* (1928), resumiu o cinismo e o sentimento de frustração da era do jazz. Em *Nada de novo na Frente Ocidental* (1929), Remarque pintava, talvez com mais eficácia do que Hemingway, a brutalidade e a futilidade da guerra. O grande realista Theodore Dreiser levou às culminâncias a sua filosofia rigidamente determinista em *Uma tragédia americana* (1925). Sinclair Lewis triunfou com *Rua Principal* (*Main Street*, 1920) e *Babbitt* (1922), aquela um painel feroz da mesquinharia e estreiteza de vistas da sociedade provinciana e este, uma sátira pungente à pobreza intelectual dos cavadores de dinheiro. Thomas Mann conquistou aclamações universais com a sua *Montanha mágica* (1924), estudo psicológico das ilusões e deformações de valores de uma sociedade artificial e decadente. A obra do famoso romancista irlandês James Joyce foi quase inteiramente devotada à análise da mente. Influenciado a fundo pela psicanálise, tornou-se o maior expoente da escola da "corrente de consciência". Seu principal romance, *Ulisses* (1922), analisava os pensamentos e experiências de um agregado heterogêneo de personagens durante um único dia, em Dublin. É, em grande parte, mais um estudo de devaneio que de ação.

Durante a década de 1930 a literatura contemporânea entrou numa nova fase. A Grande Depressão tornava obrigatória uma revisão dos métodos e propósitos da literatura. Em face do colapso econômico e das ameaças de fascismo e de guerra, pareceu que os escritores deviam procurar assuntos melhores do que a insatisfação de mulheres ociosas ou os desejos reprimidos de desajustados psicológicos. Os escritores da década anterior foram então amiúde, e em certos casos com injustiça, acusados de negativismo e irresponsabilidade. Desenvolveu-se a teoria de que a literatura devia ter um propósito sério, denunciar a baixeza, a cruel-

dade, o barbarismo e apontar o caminho para uma sociedade mais justa. A nova orientação foi simbolizada pelas obras de uma diversidade de escritores. John Steinbeck, em *As vinhas da ira*, pintou a lastimosa situação dos lavradores empobrecidos que fogem do dust bowl para a canaã californiana, onde descobrem que toda aquela boa terra foi monopolizada pelas companhias que exploram os trabalhadores. O seu romance tem sido chamado uma *Cabana do Pai Tomás* das classes desprivilegiadas. Alguns dramas de Robert Sherwood e os romances de André Malraux sugeriam poderosamente que a luta contra a tirania e a injustiça é o elemento principal que confere significado e valor à vida humana. *There Shall Be No Night*, de Robert Sherwood, idealizou a luta dos finlandeses contra a agressão russa em 1939-40. Malraux, em *L'Espoir*, glorificou a abnegação dos heróis legalistas na luta contra o fascismo na Espanha. Um tema algo semelhante caracteriza, pode-se dizer, o *Por quem os sinos dobram* de Ernest Hemingway (1940). Aqui também se sugeria fortemente que o indivíduo, ao sacrificar-se pela causa do povo, dá à vida uma significação e uma dignidade que é impossível alcançar por qualquer outro meio.

Uma boa parte da literatura dessa década estava impregnada de otimismo. Raras vezes, porém, se tratava de um otimismo irrestrito. A maioria dos grandes escritores via no mundo bastante baixeza, tragédia e sofrimento, mas pelo menos ocasionalmente conseguiam descobrir uma finalidade debaixo disso tudo, de modo que a vida não tinha de ser forçosamente "uma história contada por um idiota". Alguns encontravam beleza em tudo, mesmo na tragédia e na morte. Tal era a filosofia de Thomas Wolfe, um dos intelectos mais penetrantes da sua época. Em novelas esparramadas como *Of Time and the River* (1937) e *You Can't Go Home Again* (1940), escreveu ele com aguda consciência de si próprio, do seu país e das relações deste com o mundo, do fascismo, do sexo e da morte. Apesar do seu ardente protesto contra muitas das coisas que viu e viveu, não perdeu a confiança na América que ele amava, certo de que um dia ela havia de encontrar-se a si mesma e descobrir o verdadeiro significado da democracia. Um otimismo muito mais borbulhante foi o expresso por Carl Sandburg, que intitulou um dos seus volumes de poesias *O povo, sim* (1937). Por fim, alguns escritores tiveram suficiente confiança no futuro para debuxar os contornos de um mundo novo que, segundo acreditavam, poderia emergir da dor e da tristeza atuais. Um exemplo notável disso foi Thomas Mann, que incorporou numa série de romances

em torno da história bíblica de José no Egito o conceito de uma fraternidade humana universal baseada na herança hebraico-cristã.

Os anos posteriores a 1940 assistiram a uma continuação das tendências da década precedente. Houve, todavia, algumas manifestações novas. Uma delas foi a volta à religião como meio de explicar um universo cada vez mais misterioso e de evitar as calamidades que pareciam decorrências inevitáveis de um excesso de conhecimento científico. Aldous Huxley, o ex-profeta de uma era de cinismo e sofisticação, aderiu ao misticismo iogue em romances como *Também o cisne morre* e *O tempo deve parar*. Franz Werfel, exilado judeu da Áustria, exaltou a simples fé no sobrenatural como meio de alcançar a paz na sua *Canção de Bernadette*. Outros escritores desse período também buscaram refúgio na Madre Igreja, como Evelyn Waugh (*Brideshead Revisited*) e Thomas Sugrue (*Stranger in the Earth*). Quase todos os livros supracitados foram escritos durante os tormentosos anos da Segunda Guerra Mundial. Pouco depois de terem cessado as hostilidades apareceu uma série de romances que tratavam da própria guerra. Os mais notáveis dentre eles são, talvez, *The Naked and the Dead*, de Norman Mailer, e *All Thy Conquests*, de Alfred Hayes. Descrevem os incidentes do conflito com um realismo ainda mais implacável que o das novelas anteriores de Hemingway ou Remarque. Amargurados e revoltados com a direção e o resultado da guerra, esses autores vergastavam a brutalidade e os pendores fascistas do sistema militar, pintando em cores assustadoras as terríveis tentações a que os vencedores costumam sucumbir. Ainda mais sombrio é *From Here To Eternity*, de James Jones, publicado em 1950, e que descreve as influências brutalizantes e corruptoras da vida dos quartéis nas vésperas de Pearl Harbor.

4. ARTES PLÁSTICAS E MÚSICA CONTEMPORÂNEA

Também nos numerosos movimentos artísticos que floresceram depois da Primeira Guerra Mundial se revelaram atitudes de pessimismo, desilusão e revolta. Até cerca de 1930 a pintura foi dominada, em grande parte, por várias expressões da tradição moderna ou pós-impressionista. O futurismo, vindo do período de pré-guerra, ainda vigorou durante algum tempo, mas a sua importância não tardou a ser eclipsada por outros movimentos de caráter não menos extremo. Talvez o mais significativo deles fosse o expressionismo, exemplificado pelas obras

do pintor alemão Jorge Grosz. O objetivo exclusivo da pintura expressionista é transmitir um significado — retratar, em especial, os sentimentos intensos do próprio artista. Conseqüentemente, a forma é desprezada e pratica-se a deformação na medida que o artista julgar necessária para representar o "estado da sua alma". Devemos ajuntar que os expressionistas mais recentes também se fizeram notar como satiristas sociais. Um movimento ainda mais radical de rebelião contra os padrões aceitos da arte e da vida foi o super-realismo, que tem no espanhol Salvador Dali o seu sumo sacerdote. Surgido por volta 1918 sob a influência conjunta da guerra e da psicanálise, o Super-realismo floresceu durante o período de niilismo que se seguiu ao armistício. O propósito dos seus adeptos não era representar a natureza, mas retratar as reações do espírito humano. Com esse fim, mergulhavam no inconsciente e tentavam fixar o conteúdo dos sonhos e as fantásticas elucubrações do devaneio, o que dava origem, em geral, a uma técnica fundamentalmente diversa da técnica da arte tradicional. Os super-realistas costumavam desdenhar os padrões convencionais de beleza e de forma. Afirmavam que, à luz da nova psicologia, o naturalismo era impossível, pois somente fora dele a arte poderia ter algum valor como expressão exata dos estados interiores.

Depois de 1930 a pintura extravagante e anárquica das escolas modernistas extremas sofreu um declínio considerável. Foi substituída, em larga medida, por uma arte viril e popular do homem comum. Entre os principais representantes do novo movimento contavam-se os mexicanos Diego Rivera e José Clemente Orozco e os norte-americanos Thomas Benton, Adolph Dehn, William Gropper, Grant Wood. O objetivo fundamental desses pintores era representar as condições sociais do mundo moderno e mostrar, em detalhes sugestivos, as esperanças e as lutas dos camponeses e trabalhadores. Embora não se possa dizer que aderissem às convenções do passado, nada havia de ininteligível na sua obra, que se destinava a ser compreendida por qualquer um. Ao mesmo tempo, sentem-se em grande parte dela as ferroadas e estocadas da sátira social. Orozco, em particular, comprazia-se em vergastar a hipocrisia da igreja e a ganância e a crueldade dos plutocratas e esbulhadores.

Era inevitável que a música refletisse o espírito de desilusão que atingiu o clímax depois da Primeira Guerra Mundial. As diretrizes mais originais estavam em íntimo paralelismo com as da pintura. A mais

fundamental de todas era a revolta contra a tradição romântica, especialmente contra a sua culminância wagneriana. Muitos compositores — embora estivessem longe de formar a totalidade — chegaram ao ponto de repudiar inteiramente o ideal estético, colocando o interesse das suas obras na complexidade e novidade da estrutura ou numa pura exibição de energia. Os realistas e românticos já haviam expurgado a música da intelectualidade ; se ela fosse, agora, despojada também da beleza — argumentavam alguns — ficaria lamentavelmente pobre. Não obstante, a reação contra o esteticismo e contra o incubo da convenção harmônica conduziu ao emprego de dissonâncias cada vez mais estridentes, que por vezes raíavam na cacofonia.

Os desvios das fórmulas clássicas e românticas pertencem em geral a dois tipos, designados grosso modo pelos termos impressionismo e expressionismo. O primeiro trata de explorar as qualidades dos sons musicais para sugerir sentimentos ou imagens. O segundo preocupa-se mais com a forma do que com os efeitos sensoriais e tende para a abstração. O mais perfeito expoente do impressionismo foi Debussy, seu fundador, cuja obra foi descrita em capítulo anterior. Mesmo na França a escola impressionista não teve longa duração. Com Maurice Ravel (1875-1938), o mais célebre dos compositores que refletiram a influência de Debussy, ela se tornou menos poética e pitoresca, adquirindo uma certa impassividade fria ao mesmo tempo que ganhava em firmeza de tessitura.

O expressionismo, mais radical e influente do que o impressionismo, compreende duas escolas principais: a atonalidade, fundada pelo vienense Arnold Schoenberg (1874-1951), e a politonalidade, melhor exemplificada pelo russo Igor Stravinski (n. 1882). A atonalidade significa repúdio do conceito das relações tonais fixas; abole o tom. Neste tipo de música as dissonâncias constituem a regra em vez da exceção, e a linha melódica em geral alterna entre um deslizar cromático e estranhos saltos impossíveis de ser cantados. Numa palavra, os princípios comuns da composição são subvertidos. Ao emancipar-se, porém, dos laços da tradição e mesmo da lógica da estética, os atonalistas puderam concentrar toda a atenção no desenvolvimento das suas idéias subjetivas com a máxima originalidade. Tentam, com algum êxito, fazer com que o som musical se torne, não um objeto de beleza admirável em si mesmo, mas um veículo para expressar a significação interior e a estrutura elementar das coisas. Por estranho que pareça, algumas obras atonais têm

um efeito profundamente emocional. Traem um certo parentesco com o simbolismo, mostrando ao mesmo tempo a influência das teorias do inconsciente derivadas da psicanálise. A maioria dos traços distintivos da escola atonal estão vividamente incorporados no *Pierrot Lunaire* de Schoenberg, musicalização de um texto simbolista do poeta belga Albert Giraud. Essa fantasia, em que a cantora entoava a sua parte numa "fala cantada" especial, qualquer coisa entre o canto e a recitação, foi descrita como criadora de "um mundo de estranha fascinação e encanto, de horrores inominados e terríveis imaginações, de beleza perversa e venenosa... de uma zombaria cáustica e destrutiva e de um humor travesso e malicioso".

A politonalidade, de que Stravinski é o mais famoso expoente, é em essência uma espécie de contraponto revolucionário que deriva a sua inspiração, em parte, de Bach e dos primitivos polifonistas. Não se satisfaz, todavia, simplesmente com entretecer melodias independentes que se harmonizem entre si, mas empreende combinar tonalidades separadas e sistemas harmônicos sem relação mútua, com resultados altamente dissonantes. É, assim, mais um exemplo de revolta contra a herança harmônica européia e difere da atonalidade mais na técnica do que no objetivo último. Mas, ao passo que os atonalistas, mercê da sua expressividade emocional, conservavam elementos do romantismo, os politonalistas tentaram fazer ressurgir as qualidades arquitetônicas da forma pura, do movimento e do ritmo, eliminando todo sentimentalismo e toda conotação sensorial. Afirmava Stravinski que a sua intenção era produzir uma música que só levasse em consideração as propriedades acústicas e que se dirigisse exclusivamente ao ouvido físico. Os seus experimentos antiestéticos e friamente desprendidos têm muito em comum com o cubismo e as diretivas similares da pintura moderna. Mas, a despeito disso, as primeiras criações realmente características de Stravinski, produções proclamadas aos quatro ventos, foram compostas em Paris para o "Ballet Russe", um gênero de arte teatral que não só se dirige a outros sentidos que não o da audição mas também se propõe delinear caracteres e emoções. A aplicação das suas teorias a tal gênero produz a sardônica expressão de seres humanos reduzidos a meros autômatos, manobrados pelos seus próprios impulsos físicos ou pela mão implacável de um destino mecânico. O estilo e os interesses de Stravinski têm passado por sucessivas mudanças; nos últimos anos ele se voltou do teatro para formas de feição

mais francamente concertantes. Sem sacrificar a sua intensa individualidade, alcançou uma crescente clareza de expressão e uma integração quase clássica do desenho estrutural.

EPÍLOGO

Chegamos agora ao fim de um longo exame da história do homem ocidental e das suas civilizações, desde os inícios mais primitivos até os tempos atuais. É o momento apropriado para fazer-nos uma série de perguntas; Qual é a significação da história? Aprendemos, ao estudá-la, alguma coisa de valor? É verdade que a história se repete? Qual é o destino da nossa própria civilização? Está ela fadada a decair e a desintegrar-se, a sucumbir diante de invasões de bárbaros, quer vindos de dentro, quer de fora, e a ser substituída por uma nova Idade das Trevas?

Desde o século XVIII tornou-se moda, em certos meios, mostrar-se cético a respeito da importância da história e desfazer no valor do seu estudo. Para Herbert Spencer a história era "conversa fiada". Para Napoleão, era "uma fábula sobre a qual todos estão de acordo". Para Edward Gibbon, era "pouco mais do que um registro dos crimes, das loucuras e dos infortúnios da humanidade". O filósofo alemão Hegel sustentava que "a única coisa que os povos e os governos aprendem com o estudo da história é que nada aprendem com o estudo da história". Mas a verdade é que ninguém parece dar muita importância a essas teorias depreciativas. Todo aquele que vive muito acima do nível animal recorre constantemente às lições da história. Sim, porque toda experiência, seja ela registrada ou simplesmente recordada, é na realidade história. Ao tratar doenças, o médico moderno faz uso da medicina histórica. Pode às vezes fazer experimentos com novos remédios, mas em geral confia em tratamentos previamente desenvolvidos por pesquisadores científicos ou submetidos à prova pela experiência passada. O advogado ao defender o seu cliente e o magistrado ao julgar uma causa reportam-se aos precedentes estabelecidos em litígios análogos durante um período de decênios ou mesmo de séculos. O homem de negócios, se deseja evitar graves perdas, deve tomar em consideração as tendências do mercado e as flutuações do ciclo econômico durante um período de considerável extensão. Todas essas pessoas e um sem-número de outras se sentiriam tão impotentes quanto um navio sem leme nem velas se não fossem as "lições" da história.

Mas repete-se a história o suficiente para nos capacitar a predizer o futuro? Os acontecimentos "reproduzem-se em alguma época futura, se não exatamente os mesmos, pelo menos muito semelhantes" — quem no-

lo garante é nada menos que a autoridade de Tucídides. Além disso, um bom número de historiólogos conceberam um padrão uniforme a caracterizar o crescimento e o declínio das civilizações através de milhares de anos. Toynbee atribui o crescimento primariamente a uma situação de adversidade e o declínio a fatores tais como o militarismo e a guerra, a barbarização vinda de dentro e a ascensão de um "proletariado interno". Por este último termo entende ele uma classe como a plebe urbana da antiga Roma, que está dentro de uma determinada sociedade, mas não faz parte dela. Desprezada e deserdada, essa classe ruma as suas queixas contra a sociedade e pouco a pouco a vai solapando. Oswald Spengler via o crescimento e a decadência das civilizações, ou culturas como ele as chamava, formando paralelo com as quatro estações ou com a vida de um organismo. Cada uma delas tinha a sua primavera ou fase da juventude, o seu verão ou fase adulta, o seu outono ou fase da segunda maturidade e o seu inverno ou fase senil.

Mesmo nos períodos de mais vivo otimismo, os escritores que limito meditaram sobre o significado da história têm geralmente admitido que a decadência e a desintegração hão de seguir-se à prosperidade e ao progresso. Por exemplo, os fundadores da Federação Norte-Americana encaravam com sérias apreensões o futuro da sua pátria. Enquanto a nação continuasse a ser predominantemente agrícola, com abundância de terras baratas, tudo marcharia bem. Mas o crescimento da população resultaria, dentro de poucas gerações, na formação de grandes cidades, com os seus bairros miseráveis, os seus políticos corruptos e um populacho dependente, pronto a vender o seu voto a quem melhor pagasse. O resultado final seria o aparecimento de Catilinas e de Césares que procurariam, com o apoio do proletariado, derrubar a república. Nos fins do século XIX, quando a era da ciência e da indústria na América ainda era iluminada pelos raios do sol nascente, Brooks Adams e seu irmão Henry descreveram com cores sombrias a decadência final da cultura do Ocidente. Afirmava o primeiro que toda civilização passa por duas fases, uma dominada pelo medo e a outra pela cobiça. O medo estimula a imaginação e frutifica na produção artística e nos grandes sistemas religiosos. A cobiça tudo subordina a considerações econômicas. Evita-se ou protela-se o casamento, o índice de natalidade começa a baixar e a originalidade é sufocada por um clima de cautela. Henry Adams procurava interpretar a civilização em função de uma lei científica — a segunda lei da termodinâmica, ou lei da dissipação da

energia. Predizia que a civilização do Ocidente gastaria a sua força vital e morreria de exaustão por volta de 1932.

Não parece haver dúvida de que as civilizações efetivamente envelhecem e morrem devido a várias causas. Entre elas avulta a urbanização levada ao ponto de concentrar uma grande parte da população em gigantescas áreas metropolitanas. Essa condição aumenta de tal forma a complexidade dos problemas sociais que a inteligência humana torna-se incapaz de resolvê-los. O crime, a doença, o tédio, a loucura, a corrupção e a pobreza no seio da abundância são apenas alguns dentre esses espinhosos problemas. A concentração excessiva da população, com demasia de braços empregados na indústria, tem como resultado a superprodução e o subconsumo, ocasionando depressões e tentativas de desfazer-se dos produtos, excedentes por meio do imperialismo e da guerra. Terá a nossa civilização atingido essa fase? Impossível responder à pergunta. Há, é certo, alguns presságios sinistros, mas também há sinais de esperança. A doença, pelo menos sob a forma de grandes pestilências, parece estar em vias de extinguir-se. Se o crime e a corrupção não foram eliminados, hoje lhes compreendemos melhor a natureza e as causas. A pobreza continua a nos fazer companhia, mas os padrões de vida das massas melhoraram na maioria dos casos e contam-se por milhões aqueles que se acham melhor resguardados contra a necessidade. O imperialismo, pelo menos do tipo imposto pela conquista estrangeira, parece estar em declínio, como o demonstra a liberdade recentemente lograda pela Índia, Israel, Ceilão, Paquistão, Líbia e Indonésia.

A guerra continua a ser o nosso mais grave problema, porém nem mesmo ela é necessariamente insolúvel. O desenvolvimento das armas atômicas e bacteriológicas faz com que seja encarada cada vez mais como uma monstruosidade lógica. Nestes últimos meses tem-se multiplicado os sinais de que nenhuma das duas grandes potências antagonistas deseja a guerra ou tomaria medidas que a tornassem inevitável. A despeito de todos os profetas de desgraça, o bom senso não desapareceu por completo da terra. Embora o progresso seja lento e claudicante, o mundo na verdade se move. Há apenas vinte séculos que o sacrifício humano era praticado por um povo "civilizado" como os cartagineses. Não faz ainda cem anos que a escravidão foi abolida nos Estados Unidos e a servidão na Rússia. Se ainda não pudemos resolver todos os nossos problemas, sabemos pelo menos o que deveríamos fazer para nos vermos livres de um bom número deles. A

expansão do conhecimento e a aplicação da inteligência nos fornecerão os meios de vencer o restante.

GOVERNANTES DOS PRINCIPAIS ESTADOS EUROPEUS (700-1953 d. C.)

A DINASTIA CAROLÍNGIA

Pepino, mordomo do Paço, 714
Carlos Martel, mordomo do Paço, 715-741
Pepino I, mordomo do Paço, 741; rei, 752-768
Carlos Magno, rei, 768-814; imperador, 800-814
Luís o Piedoso, imperador, 814-840

Frância Ocidental

Carlos o Calvo, rei, 840-877;
imperador, 877-879
Luís II, rei, 877-879
Luís III, rei, 879-882
Carlomano, rei, 879-884

Reinos Centrais

Lotário, imperador, 840-855
Luís (Itália), imperador, 855-875
Carlos (Provença), rei, 855-863
Lotário II (Lorena), rei, 855-869

Frância Oriental

Ludwig, rei, 840-876
Carlomano, rei, 876-880
Ludwig, rei, 876-882
Carlos o Gordo, imperador, 876-887

SANTO IMPÉRIO ROMANO

Dinastia Saxônia

Oto I, 962-973
Oto II, 973-983
Oto III, 983-1002
Henrique II, 1002-1024

Dinastia Francônia

Conrado II, 1024-1039
Henrique III, 1039-1056
Henrique IV, 1056-1106
Henrique V, 1106-1125
Lotário II (da Saxônia), rei, 1125-1133; imperador,
1133-1137

Dinastia Hohenstaufen

Conrado III, 1138-1152
Frederico I (Barba-Roxa), 1152-1190

Henrique VI, 1190-1197
 Filipe da Suábia, 1198-1208
 Oto IV (Welf), 1198-1215 } Rivals
 Frederico II, 1220-1250
 Conrado IV, 1250-1254

Interregno, 1254-1273

Imperadores de várias dinastias

Rodolfo I (Habsburgo), 1273-1291
 Adolfo (Nassau), 1292-1298
 Alberto I (Habsburgo), 1298-1308
 Henrique VII (Luxemburgo), 1308-1313
 Luís IV (Wittelsbach), 1314-1347
 Carlos IV (Luxemburgo), 1347-1378
 Venceslau (Luxemburgo), 1378-1400
 Rupert (Wittelsbach), 1400-1410
 Sigismundo (Luxemburgo), 1410-1437

Dinastia Habsburgo

Alberto II, 1438-1439
 Frederico III, 1440-1493
 Maximiliano I, 1493-1519
 Carlos V, 1519-1556
 Fernando I, 1556-1564
 Maximiliano II, 1564-1576
 Rodolfo II, 1576-1612
 Matias, 1612-1619
 Fernando II, 1619-1637
 Fernando III, 1637-1657
 Leopoldo I, 1658-1705
 José I, 1705-1711
 Carlos VI, 1711-1740
 Carlos VII (não era Habsburgo), 1742-1745
 Francisco I, 1745-1765
 José II, 1765-1790
 Leopoldo II, 1790-1792
 Francisco II, 1792-1806

REIS DA FRANÇA, DESDE HUGO CAPETO

Reis Capetos

Hugo Capeto, 987-996
 Roberto II, 996-1031
 Henrique I, 1031-1060
 Filipe I, 1060-1108
 Luís VI, 1108-1137
 Luís VII, 1137-1180
 Filipe II (Augusto), 1180-1223
 Luís VIII, 1223-1226
 Luís IX, 1226-1270
 Filipe III, 1270-1285
 Filipe IV, 1285-1314

Luís X, 1314-1316
Filipe V, 1316-1322
Carlos IV, 1322-1328

Casa de Valois

Filipe VI, 1328-1350
João, 1350-1364
Carlos V, 1364-1380
Carlos VI, 1380-1422
Carlos VII, 1422-1461
Luís XI, 1461-1483
Carlos VIII, 1483-1498
Luís XII, 1498-1515
Francisco I, 1515-1547
Henrique II, 1547-1559
Francisco II, 1559-1560
Carlos IX, 1560-1574
Henrique III, 1574-1589

Dinastia dos Bourbons

Henrique IV, 1589-1610
Luís XIII, 1610-1643
Luís XIV, 1643-1715
Luís XV, 1715-1774
Luís XVI, 1774-1792

Primeira República, 1792-1799

Napoleão Bonaparte, primeiro-cônsul, 1799-1804
Napoleão I, imperador, 1804-1814
Luís XVIII (Dinastia Bourbon), 1814-1824
Carlos X (idem), 1824-1830
Luís Filipe, 1830-1848
Segunda República, 1848-1852
Napoleão III, imperador, 1852-1870
Terceira República, 1870-1940
Regime de Pétain, 1940-1944
Governo Provisório, 1944-1946
Quarta República, 1946-

GOVERNANTES DA INGLATERRA

Reis anglo-saxões

Egberto, 802-839
Etelvulfo, 839-858
Etelbaldo, 858-860
Etelberto, 860-866
Etelredo, 866-871
Alfredo o Grande, 871-900
Eduardo o Ancião, 900-924
Ethelstan, 924-940
Edmundo I, 940-946
Edred, 946-955

Edwy, 955-959
Edgar, 959-975
Eduardo o Mártir, 975-978
Etelredo o Tardo (*Unready*), 978-1016
Canuto (dinamarquês), 1016-1035
Haroldo I, 1035-1040
Hardicanuto, 1040-1042
Eduardo o Confessor, 1042-1066
Haroldo II, 1066

Reis Anglo-normandos

Guilherme I, o Conquistador, 1066-1087
Guilherme II, 1087-1100
Henrique I, 1100-1135
Estêvão, 1135-1154

Reis Angevinos

Henrique II, 1154-1189
Ricardo I, 1189-1199
João, 1199-1216
Henrique III, 1216-1272
Eduardo I, 1272-1307
Eduardo II, 1307-1327
Eduardo III, 1327-1377
Ricardo II, 1377-1399

Casa de Lancaster

Henrique IV, 1399-1413
Henrique V, 1413-1422
Henrique VI, 1422-1461

Casa de York

Eduardo IV, 1461-1483
Eduardo V, 1483
Ricardo III, 1483-1485

Dinastia Tudor

Henrique VII, 1485-1509
Henrique VIII, 1509-1547
Eduardo VI, 1547-1553
Maria, 1553-1558
Elisabet, 1558-1603

Reis Stuart

Jaime I, 1603-1625
Carlos I, 1625-1649

Commonwealth e Protetorado, 1649-1659

Reis Stuart posteriores

Carlos II, 1660-1685
Jaime II, 1685-1688

Bento XV, 1914-1922
Pio XI, 1922-1939
Pio XII, 1939-1958

GOVERNANTES DA ÁUSTRIA E DA ÁUSTRIA-HUNGRIA

- * Maximiliano I (arquiduque), 1493-1519
- * Carlos I (Carlos V do Santo Império Romano), 1519-1556
- * Fernando I, 1556-1564
- * Maximiliano II, 1564-1576
- * Rodolfo II, 1576-1612
- * Matias, 1612-1619
- * Fernando II, 1619-1637
- * Fernando III, 1637-1657
- * Leopoldo I, 1658-1705
- * José I, 1705-1711
- * Carlos VI, 1711-1740
- Maria Teresa, 1740-1780
- * José II, 1780-1790
- * Leopoldo II, 1790-1792
- * Francisco II, 1792-1835 (imperador da Áustria como Francisco I a partir de 1804)
- Fernando I, 1835-1848
- Francisco José 1848-1916 (a partir de 1867, imperador da Áustria e rei da Hungria)
- Carlos I, 1916-1918 (imperador da Áustria e rei da Hungria)
- República Austríaca, 1918-1938 (ditadura a partir de 1934)
- República restaurada, sob a ocupação aliada, 1945-

GOVERNANTES DA PRÚSSIA E DA ALEMANHA

- * Frederico I, 1701-1713
- * Frederico Guilherme I, 1713-1740
- * Frederico II, o Grande, 1740-1786
- * Frederico Guilherme II, 1786-1797
- * Frederico Guilherme III, 1797-1840
- * Frederico Guilherme IV, 1840-1861
- * Guilherme I, 1861-1888 (imperador da Alemanha a partir de 1871)
- Frederico III, 1888
- Guilherme II, 1888-1918
- República de Weimar, 1918-1933
- Terceiro Reich (ditadura nazista), 1933-1945
- Ocupação Aliada, 1945-1952
- Divisão em República Federal da Alemanha (ocidental) e República Democrática Alemã (oriental), 1949-

(*) Também usou o título de imperador do Santo Império Romano.
(*) Reis da Prússia.

GOVERNANTES DA RÚSSIA

Ivan III, 1462-1505
Basílio III, 1505-1533
Ivan IV, 1533-1584
Teodoro I, 1584-1598
Boris Godunov, 1598-1605
Teodoro II, 1605
Basílio IV, 1606-1610
Miguel, 1613-1645
Aléxis, 1645-1676
Teodoro III, 1676-1682
Ivan V e Pedro I, 1682-1689
Pedro I, o Grande, 1689-1725
Catarina I, 1725-1727
Pedro II, 1727-1730
Ana, 1730-1740
Ivan VI, 1740-1741
Elisabet, 1741-1762
Pedro III, 1762
Catarina II, a Grande, 1762-1796
Paulo, 1796-1801
Alexandre I, 1801-1825
Nicolau I, 1825-1855
Alexandre II, 1855-1881
Alexandre III, 1881-1894
Nicolau II, 1894-1917
República Soviética, 1917-

GOVERNANTES DA ITÁLIA

Vítor Manuel II, 1861-1878
Humberto I, 1878-1900
Vítor Manuel III, 1900-1946
Ditadura Fascista, 1922-1943 (mantida no norte da Itália até 1945)
Humberto II, 9 de maio — 13 de junho 1943
República, 1946-